



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella,
Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550
Telefones: (86) 3215-5525/3215-5526

E-mail: assessoriaufpi@gmail.com ou comunicacao@ufpi.edu.br

BOLETIM DE SERVIÇO

Nº 1061 - Agosto/2025
Resoluções - Nº 877 a 880/2025
(CEPEX/UFPI)

Teresina, 15 de agosto de 2025



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete da Reitoria

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 877, DE 15 DE AGOSTO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, a ser ofertado pelo *Campus* Universitário Professora Cinobelina Elvas, da Universidade Federal do Piauí, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI.

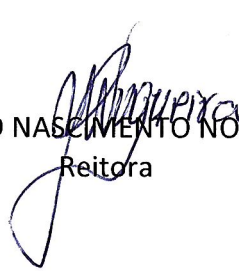
A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso da atribuição *ad referendum* que lhe confere o art. 15, *caput*, inciso XX, do Regimento Geral da UFPI, e de acordo com o que consta do processo nº 23111.041619/2025-80 da UFPI;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, a ser ofertado pelo *Campus* Universitário Professora Cinobelina Elvas – CPCE/UFPI, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI, conforme Projeto Pedagógico do Curso anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 15 de agosto de 2025


NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA
Reitora



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FOMENTO E INDUÇÃO DA
INOVAÇÃO DA FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA DE
PROFESSORES COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO INTEGRAL- PRILEI**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM
CIÊNCIAS DA NATUREZA**

NADIR DO
NASCIMENTO
NOGUEIRA:182571
35372

Assinado de forma digital por
NADIR DO NASCIMENTO
NOGUEIRA:18257135372
Dados: 2025.08.15 15:10:33
-03'00'

BOM JESUS

2025



Documento assinado digitalmente
DJANIRA DO ESPIRITO SANTO LOPES CUNHA
Data: 15/08/2025 11:54:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FOMENTO E INDUÇÃO DA
INOVAÇÃO DA FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA DE
PROFESSORES COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO INTEGRAL- PRILEI**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM
CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí, Campus Professora Cinobelina Elvas, no município de Bom Jesus – Piauí, a ser implementado/ implantado em 2026.1.

**BOM JESUS
2025**

GOVERNO FEDERAL

Luís Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
REITORA**

Profa. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

VICE-REITOR

Prof. Dr. Edmilson Miranda de Moura

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Marcos Antonio Tavares Lira

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Tec. Ma. Larissa Naiana Mendes de Sousa

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Gardênia de Sousa Pinheiro

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Rodrigo de Melo Souza Veras

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Profa. Dra. Waleska Ferreira de Albuquerque

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof. Dr. Emídio Marque de Matos Neto

COORDENADORA GERAL DE GRADUAÇÃO - CGRAD

Profa. Dra. Marli Clementino Gonçalves

COORDENADORA GERAL DE ESTÁGIO - CGE

Profa. Dra. Suely Carvalho Santiago Barreto

COORDENADORA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO - CGE

Tec. Esp. Rita de Cássia Alves da Silva

**COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO
CURRICULAR - CDAC**

Tec. Dra. Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA - DAA

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA COMPLEMENTAR - CAAC

Prof. Dr. Edivan Carvalho Vieira

COORDENADOR DE SELEÇÃO E PROGRAMAS ESPECIAIS - CSPE

Prof. Dr. Willian Mikio Kurita Matsumura

ASSESSORIA TÉCNICA E PEDAGÓGICA – CDAC/PREG

Coordenadora de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular - CDAC

Tec. Dra. Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

Adelaide Maria de Sousa Costa

Técnica em Assuntos Educacionais

Francisca Beatriz da Silva Sousa

Técnica em Assuntos Educacionais

Maira Danuse Santos de Oliveira

Técnica em Assuntos Educacionais

Vando Milhomem Santos

Assistente em Administração

DIRETOR DO CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS

Prof. Dr. Everaldo Moreira da Silva

VICE-DIRETORA DO CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS

Profa. Dra. Kelly Cristine Rodrigues de Moura

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
CIÊNCIAS DA NATUREZA NO ÂMBITO DO PRILEI**

Ato da Reitoria nº 1548/2025 de 13 de agosto de 2025

Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

Gardênia de Sousa Pinheiro

Héliques Mesquita Frazão

Kelly Cristine Rodrigues de Moura

Larissa Castro Diógenes

Marli Clementino Gonçalves

Silvokleio da Costa Silva

Willian Mikio Kurita Matsumura

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n,
CEP: 64049-550 (ou de *Campi* Fora de Sede)

CIDADE: Bom Jesus

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

SUMÁRIO

1 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO	04
2 INTRODUÇÃO	05
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA	11
3.1 Comprovação da demanda: justificativa da necessidade social e institucional do curso	14
3.2 Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio	16
4. PERFIL DO EGRESSO	19
5. OBJETIVOS	22
5.1 Objetivo geral	22
5.2 Objetivos Específicos	22
6. CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROCESSO FORMATIVO: METODOLOGIA E AVALIAÇÃO.	23
6.1 Aspectos teóricos conceituais: Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana	23
6.2 Princípios	23
6.3 Base legal	25
6.4 Aspectos teóricos metodológicos	27
6.4.1 Pedagogia da Alternância	29
6.5 Sistemática de avaliação	31
6.5.1 Da avaliação do processo de ensino e aprendizagem	31
7 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS PERCURSOS FORMATIVOS	32
7.1 Dimensões do processo formativo	32
7.2 Alinhamento das Propostas Institucionais do curso à BNCC	33
7.3 Alinhamento das Propostas Institucionais do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica	35
7.4 Alinhamento das Propostas Institucionais do curso às normativas da Educação Integral	40
7.5 Inclusão, pelas propostas institucionais, do uso pedagógico das tecnologias e "inovação", de forma explícita, bem como de metodologias ativas e empreendedorismo	41
7.6 Articulação entre teoria e prática, por meio da residência docente, de estágios, de disciplinas e de práticas, desde o início da formação	43
7.7 Organização Curricular	46
7.7.1 Matriz Curricular	51
7.7.2 Fluxograma do curso	55
7.7.3 Ementas e bibliografias básica e complementar	56
8. REQUISITOS LEGAIS	88
8.1 Prática como componente curricular	88
8.2 O estágio supervisionado obrigatório	89
8.3 Trabalho de Conclusão de Curso	91
8.4 Atividade Curricular Complementar	91
8.5 Atividades Curriculares de Extensão	96
9 OUTRAS OPÇÕES DE APOIO À APRENDIZAGEM	99
9.1 Acessibilidade e Atendimento às pessoas com Necessidades Especiais	99

9.2 Tecnologias de Informação e Comunicação	100
9.3 Ingresso e Permanência	102
10. ESPECIFICIDADES DA FORMAÇÃO ACADÊMICA	104
10.1 Articulação com a Pós-Graduação	104
11. INFRAESTRUTURA	106
11.1 Recursos humanos	106
11.1.2 Docentes	106
11.1.3 Servidores Técnicos Administrativos	107
11.2 Recursos Materiais e Auxílio Financeiro para as saídas para a prática	107
11.3 Espaço Físico: sala de aula, laboratórios e salas especiais	109
11.4 Biblioteca e acervo	112
11.5 Condições de acessibilidade	113
12 PLANO DE IMPLANTAÇÃO	114
13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DO CURSO	116
14 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO MONITORAMENTO DE PERMANÊNCIA	117
REFERÊNCIAS	120
ANEXOS	124
Anexo I – Regulamento do Estágio Supervisionado Obrigatório	125
Anexo II – Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso	139
Anexo III – Regulamento das Atividades Curriculares Complementares	143
Anexo IV – Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão	149

1 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

- **DENOMINAÇÃO DO CURSO:** Licenciatura em Ciências da Natureza
- **MODALIDADE:** Presencial com base na Pedagogia da Alternância. Ou seja, está organizado em tempos e espaços diferentes e complementares: parte do curso é desenvolvida presencialmente em períodos intensivos de formação presencial na Universidade (Tempo Universidade – TU) e parte presencialmente em períodos intensivos de formação presencial no território onde vive o aluno (Tempo Comunidade – TC). Ambos os tempos interagem por meio de projetos de intervenções na realidade social e educacional do discente, a partir das atividades desenvolvidas na Universidade e com o acompanhamento dos docentes do curso, em forma de pesquisa-ação.
- **OBJETIVO:** Formar docentes para o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio na área de Ciências da Natureza, oferecendo uma formação geral humanística, científica, ética e artística, utilizando estratégia metodológica de base interdisciplinar.
- **PROFISSIONAL FORMADO:** Licenciado(a) em Ciências da Natureza
- **PÚBLICO-ALVO:** alunos com bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sob o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa, e para os professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, sem qualificação adequada, priorizando os que não possuem curso superior;
- **FORMA DE INGRESSO:** ENEM e seleção em Edital específico do PRILEI/PREG/UFPI.
- **FORMA DE SELEÇÃO DOS PROFESSORES.** para ministrar as disciplinas de cada período serão selecionados professores por meio de edital específico no âmbito do PRILEI, cujos critérios incidirão sobre a formação (titulação), qualificação e experiência acadêmica e profissional dos candidatos, priorizando os servidores efetivos da instituição proponente com atuação na graduação e pós-graduação, em projetos de pesquisa e extensão. Não sendo preenchidas as demandas do período abrem-se vagas para candidatos externos, seguindo os mesmos critérios de seleção.
- **REGIME ACADÊMICO:** Crédito.
- **CARGA HORÁRIA:** 3.590 horas aula e horas relógio uma vez que na UFPI a hora aula é de 60 minutos, conforme Resolução CEPEX/UFPI 177/12.
- **DURAÇÃO DO CURSO:** 8 semestres (04 anos), conforme o Edital nº 03/2025-SEB/MEC do PRILEI.
- **TURNOS DO CURSO:** O Curso é integral pois está organizado de acordo com a modalidade da Pedagogia da Alternância.
- **VAGAS:** 40 vagas.

- **SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR**

COMPONENTES CURRICULARES	Carga horária (h)
Disciplinas Obrigatórias	2.445
Disciplinas Optativas	120
Trabalho de Conclusão de Curso	60
Atividades Complementares	200
Estágio Supervisionado Obrigatório	405
Atividades Curriculares de Extensão	360
TOTAL	3.590

1.INTRODUÇÃO

Em consonância com o [Edital MEC/SEB nº 03, de 18 de julho de 2025](#), que se caracterizou pela Chamada Pública para seleção de propostas de Instituições de Ensino Superior (IES), voltadas à formação inicial de professores, visando à oferta de até 2.880 (duas mil, oitocentas e oitenta) vagas em cursos de Licenciaturas, na modalidade presencial, no âmbito do **Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei)**, a [Universidade Federal do Piauí \(UFPI\)](#), mais especificamente, o [Campus Professora Cinobelina Elvas \(CPCE\)](#), apresenta o Projeto Pedagógico para o Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, que se destina à formação inicial e valorização social de professores com ênfase na Educação Integral observando os contextos socioculturais diversificados.

Neste projeto, expõe-se o contexto, as justificativas e as diretrizes curriculares organizativas para o desenvolvimento do Curso, em atendimento às demandas das políticas públicas para a valorização social da profissão docente, assegurando a equidade de oportunidades, reduzindo as desigualdades regionais e diminuindo a carência de professores da Educação Básica, por meio do regime de colaboração entre a UFPI, a [Universidade Estadual do Piauí \(UESPI\)](#), a [Universidade Católica de Pernambuco \(UNICAP\)](#), as secretarias estaduais e municipais de educação.

Assim, a Universidade Federal do Piauí, buscando realizar sua missão de promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional, vem colaborar com a formação de professores de Ciências da Natureza, com base na Pedagogia da Alternância, para a docência nos ciclos finais do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio.

A viabilização de formação superior específica para professores em exercício na rede pública estadual e/ou municipal e de alunos que concluíram o Ensino Médio e tiveram bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), tem como pretensão promover a expansão da oferta da Educação Básica na Mesorregião do Sudoeste Piauiense, local em que há carência de professores qualificados para o ensino das Ciências da Natureza com ênfase na Educação Integral; além do auxílio à superação das desvantagens educacionais, observando os princípios de igualdade, equidade e gratuidade quanto às condições de acesso.

O curso de graduação em Licenciatura em Ciências da Natureza caracteriza-se como um curso que traz um novo modelo de formação docente alicerçado pelas práticas multi-interdisciplinares de cooperação e colaboração entre gestores, docentes e estudantes, desde a construção de atividades, de avaliações, até o acompanhamento do desempenho dos estudantes. Este conceito se faz presente como ação efetiva em todos os momentos do curso, ou seja, seu aparecimento se viabiliza desde o processo de construção do projeto pedagógico, por meio da articulação dos representantes das diferentes Unidades Acadêmicas envolvidas até o desenvolvimento das práticas de docentes e discentes. A parceria entre diferentes Unidades Acadêmicas na concretização de um objetivo comum – a formação de educadores para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio – vem ao encontro do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPI, que propõe qualificação de pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão.

A formação de educadores por área de Conhecimento, na perspectiva deste curso, almeja que os docentes egressos contribuam significativamente na superação da disciplinarização dos saberes, ainda hegemônica nos currículos escolares em geral. Para tanto, a proposta curricular do curso possibilitará que o licenciando vivencie em seu cotidiano acadêmico a valorização e a produção de conhecimentos e saberes contextualizados nas paisagens naturais e construídas (espaço urbano e rural). Assim, as disciplinas do curso ocorrem de modo articulado nas diversas temáticas abordadas contemplando os conhecimentos específicos das Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química), Ciências da Terra (Geociências e Geografia Física), da Matemática, das Ciências Humanas (Geografia Humana) e da Educação.

Nessa perspectiva, tais conhecimentos são abordados a partir de situações-problema reais, organizadas dentro de eixos temáticos transversalizados, multi-

interdisciplinares contemporâneos, de modo que os conteúdos específicos previstos nas Diretrizes dos Cursos de Licenciatura em Geografia (Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002), Química (Resolução CNE/CES nº 8, de 11 de março de 2002), Física (Resolução CNE/CES nº 9, de 11 de março de 2002) e Biologia (Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de março de 2002) sejam contemplados articuladamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024) para o ensino-aprendizagem de Ciências da Natureza na Educação Básica Integral, observando as especificidades dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio.

O presente Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza do PRILEI foi elaborado para implantação da primeira turma no município de Bom Jesus, PI, distante 600 quilômetros da capital do estado. O seu processo de elaboração ocorreu a partir do diálogo aberto e participativo entre a equipe da coordenação institucional do Programa na UFPI, a equipe de elaboração do PPC e ouvindo as demandas das secretarias estadual e municipal da educação, de maneira que, indo além da simples coleta de informações, fosse permitida uma compreensão mais profunda das necessidades, expectativas e anseios para a formação de professores na área de Ciências da Natureza. Todo esse processo foi conduzido pelas orientações emanadas da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), por meio da Coordenação Geral da Graduação (CGRAD), da Coordenação de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC) e Coordenadoria de Seleção e Programas Especiais (CSPE).

A proposta curricular também apresenta itinerários formativos diferenciados, com aproveitamento dos tempos e espaços nos quais as aprendizagens se desenvolvem e são constituídas, tendo, portanto, a escola (espaço-formal), outros ambientes potenciais objetos de conhecimento (espaços não-formais) e a extensão comunitária como espaços privilegiados de formação, de pesquisa e de transformação dos sujeitos, efetivando o compromisso com a formação de qualidade por meio de linguagens, tecnologias, projetos interdisciplinares, metodologias inovadoras e estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem (Brasil, 2019; 2021)

Nessa perspectiva, este PPC apresenta um currículo inovador no qual conhecimentos (científicos, educacionais e pedagógicos), temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania e conteúdos específicos de formação

de professores, articulados e contextualizados com a região de Bom Jesus, constituem a matriz curricular do curso de modo que os percursos formativos favoreçam o desenvolvimento, pelo cursista, dos saberes necessários ao desenvolvimento de uma prática docente comprometida com as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à educação integral, em conformidade com o que preceituam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica e o Plano Nacional de Educação (PNE)

O curso destina-se à formação inicial de 40 (quarenta) docentes, ofertada para alunos com bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sob o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa, e para os professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, sem qualificação adequada, priorizando os que não possuem formação específica na área de Ciências da Natureza com ênfase na Educação Integral para atuarem nas escolas municipais e/ou estaduais situadas em contextos socioculturais diversificados. Os discentes do curso serão selecionados mediante processo seletivo específico, que garanta o acesso democrático ao Curso.

O curso tem como escopo formar docentes para o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio nas áreas de Ciências da Natureza, oferecendo uma formação geral humanística, científica, ética e artística, utilizando estratégia metodológica de base multi-interdisciplinar com ênfase na Educação Integral. Trata-se, portanto, de uma licenciatura inovadora que integra saberes de distintas áreas epistemológicas articuladas com suas tecnologias, considerando à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Nesse sentido, colabora para a formação multi-interdisciplinar de professores capazes de atuarem em escolas de educação básica, promovendo simultaneamente a educação integral de seus alunos.

O curso tem natureza regular, presencial e tem como fundamento a metodologia da Pedagogia da Alternância apoiando-se em duas dimensões de alternância formativa integradas: o Tempo-Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC). As atividades formativas do Tempo-Universidade serão realizadas nas sextas, sábados e domingos ao longo do período letivo, parte constituinte das disciplinas e do Seminário Integrador. As atividades que configuram a dimensão Tempo-Comunidade serão realizadas no espaço socioprofissional e familiar do aluno, para que ele possa refletir sobre os problemas, discutir com a comunidade e colegas e levantar hipóteses acerca das soluções possíveis para realizar intervenções de natureza socioeducacional, acompanhado por um docente do curso. Esta dimensão se concretizará em sala de aula, a cada retorno para as atividades de Tempo-Universidade, mediante discussões e socializações.

A carga horária total do curso é de **3.590 horas** e será integralizada, preferencialmente, em **8 semestres**. Importante ressaltar que além de se organizar com base na Pedagogia da Alternância, faz uso pedagógico das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), das metodologias ativas, como forma de viabilizar a formação superior em serviço para professores da Educação Básica.

Os conteúdos estão distribuídos na matriz curricular caracterizada pelo regime de créditos de disciplinas. Nesse sentido, as disciplinas específicas, os temas transversais e os conteúdos de formação de professores que constituem a matriz do curso foram articulados para que os graduandos compreendam os conhecimentos produzidos na área das Ciências da Natureza e suas Tecnologias, assim como a transformação didática destes saberes, articulando a teoria à prática, segundo prescrevem as diretrizes curriculares da educação nacional.

A sistemática de avaliação da aprendizagem priorizará as atividades realizadas durante todo o processo de ensino-aprendizagem por disciplina e semestralmente, atendendo à Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012 que regulamenta o funcionamento dos cursos de graduação da UFPI e a Resolução CEPEX/UFPI nº 76/2019 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado a estudantes de graduação público-alvo da educação especial. A avaliação das ações do projeto será contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta de formação de professores em Licenciatura em Ciências da Natureza.

É nesse cenário que a Universidade Federal do Piauí, no esforço de realizar sua missão de elaborar, sistematizar e disseminar os saberes das diversas áreas

epistemológicas, colaborando com o desenvolvimento regional e nacional, propõe-se a realizar o Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências da Natureza com o objetivo de promover a formação de professores multidisciplinares, com base na Pedagogia da Alternância, para a docência nos ciclos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O curso será ofertado no Campus Professora Cinobelina Elvas, na cidade de Bom Jesus-PI, que dispõe de uma infraestrutura, com espaços e laboratórios de excelência e de uma equipe técnica da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para implementação do curso. Ressalte-se que como a metodologia adotada será Pedagogia da Alternância, estes espaços físicos estarão mais disponíveis nas etapas de Tempo-Universidade, que correspondem às sextas, sábados e domingos ao longo do período letivo, o que favorece a permanência e a frequência dos professores cursistas em exercício.

O Curso aqui proposto foi estruturado a partir das Diretrizes estabelecidas pelo PRILEI, pelas DCNs dos cursos que integram às Ciências da Natureza e pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, baseado na perspectiva sócio-histórica, cujo objetivo de maior relevância é promover um ensino voltado para a educação inclusiva e contextualizada, a partir de uma visão ampla de ciências respeitando a diversidade e as especificidades das Ciências da Natureza e visando à formação inicial de professores da educação básica nestes campos de saber e o emprego de novas tecnologias na prática docente com ênfase na Educação Integral. A arquitetura curricular visa ao cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade que concebe o aluno como protagonista do processo formativo, com o objetivo de atender, eficientemente, às demandas de qualificação profissional de um mercado de trabalho progressivamente exigente. Com base nesse princípio norteador, o Curso reduzirá a carência de profissionais habilitados e capacitados para o ensino de Ciências da Natureza, e com isso incentivar a melhoria da qualidade da educação básica com ênfase nas escolas da rede pública, de modo que esse profissional procure assegurar princípios éticos de equidade e solidariedade no mundo contemporâneo.

Note-se que se trata de um curso de caráter inovador de caráter multi-interdisciplinar que forma professores na modalidade presencial, pautada no uso de tecnologias digitais e de metodologias ativas e no desenvolvimento de habilidades e competências empreendedoras e inovadoras. Sua implantação e desenvolvimento provocaram reflexões sobre a oferta de todas as licenciaturas da UFPI, de modo geral.

Nesse sentido, contribuirá para o aprimoramento de todas as licenciaturas que obrigatoriamente se adequar às diretrizes curriculares atuais (Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024) tanto no que tange ao *modus operandi* como sua adequação à BNCC.

Assim, apresentamos o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) mostrando o contexto, as justificativas e as diretrizes curriculares organizativas para seu desenvolvimento, em atendimento às demandas das políticas públicas para a Educação Integral e das metas do Plano Nacional de Educação.

2.CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO FACE ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, NACIONAIS E/OU REGIONAIS E ÀS DEMANDAS

O Piauí foi o único estado ocupado do interior para o litoral. O povoamento de seu território começou nas fazendas de gado que se instalaram no sul da região. No restante da região Nordeste predominavam as plantações de cana-de-açúcar junto à costa, onde o clima era mais favorável para a agricultura e a proximidade com o mar facilitava a exportação.

Está situado entre as coordenadas 2°44'49" e 10°55'05" de latitude sul e entre 40°22'12" e 45°59'42" de longitude oeste. Geograficamente limita-se com os estados do Ceará e Pernambuco a leste, com o estado da Bahia ao sul e sudeste, com o estado de Tocantins a sudoeste, com o curso do rio Parnaíba, demarcando a fronteira com o estado do Maranhão, a oeste e com seu reduzido litoral (66 km de extensão) ao norte, com o oceano Atlântico. Ocupa uma área de 251.611,93 km² (16,2 %) dos 1.548.672 km² que constituem a região Nordeste do Brasil. É o terceiro maior estado nordestino, inferior apenas à Bahia e ao Maranhão, e o décimo estado brasileiro, respondendo por 2,9 % do território nacional.

O relevo piauiense abrange planícies litorâneas e aluvionares, nas faixas às margens do rio Parnaíba e de seus afluentes, que permeiam a parte central e norte do Estado. Ao longo das fronteiras com o Ceará, Pernambuco e Bahia, nas chapadas de Ibiapaba e do Araripe, a leste, e da Tabatinga e Mangabeira, ao sul, encontram-se as maiores altitudes da região, situadas em torno de 900 metros de altitude. Entre essas zonas elevadas e o curso dos rios que permeiam o estado, a exemplo do Poti, Canindé, Gurguéia, Fidalgo, Uruçuí Preto e o Parnaíba, encontram-se formações tabulares, contornadas por escarpas íngremes, resultantes da ação erosiva das

águas. Em decorrência de sua posição, o estado do Piauí caracteriza-se, em termos fisiográficos, como uma típica zona de transição, apresentando, conjuntamente, aspectos do semiárido nordestino, da pré-Amazônia e do Planalto central do Brasil. Reflete as condições de umidade das diversas zonas, as regiões ecológicas distribuem-se em faixas paralelas, com a caatinga arbórea e arbustiva, predominando no sudeste; a floresta decidual no Baixo e Médio Parnaíba, cerrado e cerradão, no centro-leste e sudoeste; e as formações pioneiras de restinga, mangue e aluvial campestre, na zona litorânea. Dentre as paisagens vegetais, destacam-se os cocais, com seus exemplares de babaçu, carnaúba, buriti, e tucum, encontrados na região da floresta decidual, nos vales úmidos e nas áreas alagadiças, sustentando a atividade extrativa de significativa importância para o estado.

A população estimada do Piauí em 2024 é de 3.375.646 habitantes, segundo o IBGE. Este número representa um crescimento em relação aos anos anteriores, com o estado sendo o 9º menos populoso do Brasil. Com baixa densidade demográfica (12,99 habitantes por km²) quando comparada com as médias brasileira e do Nordeste, de 23,86 e 36,1 habitantes por km², respectivamente. As zonas urbanas abrigam aproximadamente 69,4% da população e as zonas rurais, os 30,6% restantes. O estado do Piauí está dividido em 224 municípios. Teresina, a capital do estado é, também, a cidade mais populosa, com 866.300 habitantes, seguida por Parnaíba (162.159), Picos (83.090), Piripiri (65.450) e Floriano (62.036).

O Piauí possui diversas unidades de conservação, incluindo Parques Nacionais e Estaduais, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Florestas Nacionais. Essas áreas são protegidas por lei e visam a preservação do meio ambiente e da biodiversidade local. Do ponto de vista acadêmico, estas Unidades de Conservação constituem excelentes objetos de conhecimento para desenvolver habilidades e competências dos discentes do curso. Especialmente, na região de Bom Jesus, onde os temas de uso e exploração de recursos naturais e expansão do agronegócio revelam problemas sócio-ambientais em diferentes escalas local, regional e global; desde conflitos com as comunidades tradicionais até os eventos de emergência/mudanças climáticas.

A Mesorregião do Sudoeste Piauiense (Figura 1) é integrada por seis microrregiões: Alto Médio Gurguéia, Alto Parnaíba Piauiense, Bertolínia, Chapadas do Extremo Sul Piauiense, Floriano e São Raimundo Nonato, englobando 62 municípios. Apresenta a área total de 128.193,044 km², o que corresponde a 51% da extensão do estado do Piauí, onde reside 16,6% da população piauiense. A região

possui o melhor desempenho quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, entre os anos 2000 e 2007. Esta contribuição se deve ao fato de que esta região, juntamente com os estados do Maranhão, Tocantins e Bahia, economicamente ativos no setor do agronegócio, tem sido considerada a nova fronteira agrícola do país ([Santos et al. 2017](#)). A expansão deste modelo de desenvolvimento regional por meio do agronegócio tem ameaçado os territórios e direitos dos povos e comunidades tradicionais, além da biodiversidade e das paisagens naturais da região ([Oliveira, 2021](#)). O Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI pretende atender a demanda dos municípios dessa mesorregião que, com exceção da sede, são caracterizados por pequeno índice de densidade demográfica e urbana e tem nas atividades agrícolas e extrativistas sua maior fonte de geração de trabalho e de renda.

Figura 1. Mesorregiões geográficas piauienses



Fonte: IBGE (2010)

2.1. Provação da demanda: justificativa da necessidade social e institucional do curso

Apresentamos nesse projeto, como já explicitado anteriormente, a intenção de um curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, de caráter especial, baseado nas práticas próprias da Pedagogia da Alternância que, de acordo com o Parecer CNE/CEB Nº. 01/2006, se coloca como uma alternativa eficiente para a Educação, pois visa estabelecer a relação entre escola/comunidade e a universidade. Neste caso, o aluno alterna períodos de trabalho na escola/comunidade, em seu lócus socioprofissional e na Universidade, estabelecendo uma sinergia entre escola/comunidade/trabalho e universidade, otimizada pelas práticas pedagógicas.

Com efeito, neste projeto, considera-se as experiências concretas dos educandos, visando que o aluno, no decorrer de suas atividades acadêmicas, desenvolva planos de estudo a serem executados em seu meio socioprofissional, durante o tempo-comunidade, exigindo-lhe atitude de pesquisa, reflexão e discussão com seus colegas e profissionais para entender e propor soluções acerca de temáticas pertinentes ao curso e à sua realidade. Por isso, além das disciplinas escolares básicas, a educação nesse contexto engloba temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico (Gimonet, 1999; Silva, 2005; Begnami, 2006).

Quando o aluno retorna para vivenciar a rotina da sala de aula tradicional, há um momento de socialização dessas experiências vividas, o que lhe permitirá (re)elaborar constantemente a leitura de sua realidade, em todos os seus aspectos, por meio de novos saberes que lhe permita explicar, compreender e agir, tomando o conhecimento científico como base para sua ação pedagógica.

Estas duas dimensões, o tempo-universidade e o tempo-comunidade, devem estar estritamente articuladas, possibilitando que as experiências trazidas pelo aluno do meio sociocultural sejam expandidas para o tempo-universidade, constituindo fontes de reflexão e aprendizagem. Isso significa que a formação ocorrerá em ação, na conexão entre teoria e prática, o que gerará aprendizagens significativas e reais.

Sob este enfoque, o curso contempla a diversidade dos aspectos raciais, étnicos, culturais, políticos, econômicos e de gênero, respeitando os artigos 23, 26 e 28 da LDBEN Nº. 9394/96. Também contempla as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores, incorporando conteúdos de basilar importância para a formação de educadores para a Educação Básica.

Como se trata de uma licenciatura na área de Ciências da Natureza – integrada por eixos da Biologia, Física, Química, Matemática e Pedagogia, está alinhada à BNCC. Nessa perspectiva preconiza o protagonismo do aluno na sua construção, para que sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos, etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas (BNCC, 2018). Isso quer dizer que o curso se guia por metodologias ativas, nas quais os alunos aprendem fazendo, para ser capaz de ensinar nas escolas de educação básica. Isso quer dizer ainda que a concepção de aprendizagem do curso se assenta na aprendizagem significativa (Ausubel, 1968, p. 37-38) que implica na organização e integração do material na estrutura cognitiva, entendida como “[...] conteúdo total de ideias de certo indivíduo e sua organização; ou conteúdo e organização de suas ideias em uma área particular de conhecimento”. Para que a aprendizagem significativa possa ocorrer o professor deve considerar o contexto social, cultural e econômico em que o sujeito está inserido, dando condições de o indivíduo participar ativamente do processo de aprendizagem e colaborar de forma consciente para as necessidades sociais que passam a perceber. (Moreira; Masini, 2001).

Além disso, formar professores para atuar nestas áreas como a UFPI está propondo, significa elevar o índice de escolarização de nossa região, a Nordeste, além de contribuir para o desenvolvimento social economicamente justo e ecologicamente sustentável da região firmado em concepções sociais modernas e valores humanistas, centra-se no propósito de oferecer, opções de conhecimento que lhe possibilitem a inserção no mercado de trabalho, considerando os diferentes contextos interculturais e sem perder de vista seu compromisso ético e sua responsabilidade socioeducacional. Efetivamente as necessidades de um Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza estão postas pela demanda crescente de professores nesta área.

2.2. Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio

De acordo com o resumo técnico do censo escolar de 2021 (INEP, 2021) em 2021, foram registrados 2.190.943 docentes na educação básica brasileira. Nos anos

iniciais do ensino fundamental, atuam 741.161 docentes. Desses, 86,4% têm nível superior completo (83,4% em grau acadêmico de licenciatura e 3,0%, bacharelado) e 9,2% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 4,4% com nível médio ou inferior. Nos anos finais, o percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador de adequação da formação docente) se reduz consideravelmente quando comparado ao dos anos iniciais. As regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste apresentam um menor percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada.

No que tange ao Ensino Médio, um total de 516.484 professores atuaram em 2021. Destes, 97,4% têm nível superior completo (91,6% em grau acadêmico de licenciatura e 5,8%, bacharelado) e 2,6% possuem formação de nível médio ou inferior. De acordo com o indicador de adequação da formação docente para o ensino médio, o pior resultado é observado para a disciplina de Sociologia, em que apenas 40,7% das turmas são atendidas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador).

No Piauí, segundo o INEP (2021) especificamente no ensino fundamental, atuam 27.105 professores, dos quais 15.085 atuam nos anos iniciais e 16.699 atuam nos anos finais. Do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 82,6% têm nível superior completo (78,8% em grau acadêmico de licenciatura e 3,8%, de bacharelado) e 11,2% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 6,1% com nível médio ou inferior. No ensino médio atuaram 10.695 professores em 2021. Desse total, 93,0% têm nível superior completo (84,5% em grau acadêmico de licenciatura e 8,5%, de bacharelado). Em se tratando da adequação da formação docente para a etapa de ensino em questão, o pior resultado é observado para a disciplina de sociologia, em que 8,5% das turmas são atendidas por docentes com formação adequada. O melhor resultado do indicador de adequação da formação docente é observado para a disciplina de língua portuguesa, com percentual de 83,0%.

Pode-se depreender destes dados que cerca de 5 mil dos professores da Educação Básica no Piauí que atuam no Ensino Fundamental não possuem curso superior. Esta realidade aponta para a necessidade urgente de formação em nível superior para estes docentes, atendendo à prerrogativa legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394, de 1996, em seu Art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Brasil, 1996).

Quando a análise foca a questão da adequação entre formação e exercício, os dados apontam a precariedade de formação de docentes no Ensino Médio. Considerando que o Piauí foi o estado que teve o maior crescimento de matrículas de tempo integral entre 2022 e 2024 das redes estaduais, com um aumento de mais de 160%, alcançando o segundo lugar em percentual de matrículas de tempo integral na rede pública, com 31,4% se e a universalização do tempo integral nas escolas de ensino médio da rede estadual em 2025 (SEDUC, 2025), torna urgente a qualificação de professores sobremodo para a área de Ciências da Natureza.

Quando a análise foca a questão da adequação entre formação e exercício em série histórica, é possível notar que ainda não atingimos a meta estabelecida para o Indicador 15C (*100% das docências dos anos finais do ensino fundamental com professores com formação superior adequada à área de conhecimento em que atuam até 2024*). Em 2024, apenas 60,4% dos professores dos anos finais do ensino fundamental possuíam formação superior adequada à área de conhecimento em que atuam. Esta proporção é ainda menor quando se observa as regiões nordeste (47,3%) e norte (47,7%), conforme dados do [PAINEL DE MONITORAMENTO DO PNE \(2025\)](#). Da mesma forma, também não atingimos a meta para o Indicador 15D (*100% das docências do ensino médio com professores com formação superior adequada à área de conhecimento em que atuam até 2024*). Em 2024, apenas 68,4% dos professores do ensino médio possuíam formação superior adequada à área de conhecimento em que atuam. Os números são mais preocupantes quando observamos os dados do município de Bom Jesus e adjacências (Tabela 1).

Tabela 1. Porcentagem de professores que atuam na área da formação nos Ensinos Fundamental e Médio segundo o Plano Nacional de Educação.

Município	Porcentagem de professores que atuam na área de formação	
	Anos finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio
Bom Jesus	46,1%	55,9%

Baixa Grande do Ribeiro	24,1%	37,3%
Currais	7,4%	34,8%
Gilbués	26,7%	60,7%
Guaribas	31,5%	25%
Monte Alegre do Piauí	52,5%	35,2%
Morro Cabeça no Tempo	15,8%	47,2%
Redenção do Gurgueia	51,1%	57,1%

Fonte: PAINEL DE MONITORAMENTO DO PNE (2025).

Ainda segundo essa fonte, na área de Física esse déficit é de 63,2% no Ensino Fundamental e 55% no Ensino Médio; em Química é 64,7% na primeira modalidade e 32,9%, na segunda; e em Biologia, é de 37,4% e 22,9%, respectivamente no Ensino Fundamental e Médio (Tabela 2). Embora não existam dados específicos relativos à formação de professores que trabalham em escolas rurais, estimamos que nas áreas rurais a situação seja ainda mais grave. Esse resultado é bastante desafiador considerando que a Meta 15 do PNE é que todos os professores da Educação Básica possuam formação superior e atuem em suas respectivas áreas até 2024.

Tabela 2. Porcentagem de professores que atuam na área da formação nos Ensinos Fundamental e Médio segundo o Plano Nacional de Educação.

Disciplinas	Porcentagem de professores que atuam na área de formação	
	Ensino fundamental	Ensino médio
Ciências	42,5%	-
Química	35,3%	55,4%
Biologia	62,6%	77,1%
Física	36,8%	45%

Fonte: PAINEL DE MONITORAMENTO DO PNE (2025).

Apesar do estado do Piauí apresentar elevado número de professores com ensino superior, a tendência nacional dessa formação não ser na área de Ciências na Natureza é eminente. Esta realidade aponta para a necessidade urgente de formação de docentes nesta área de conhecimento, visto que os que atuam nela não possuem formação específica para o exercício pleno da profissão. Dessa forma, torna-se imprescindível que a Universidade Federal do Piauí continue atuando na superação

deste quadro, mais especificamente para o atendimento às escolas do e no campo, carentes de políticas próprias de formação, que pense o professor sendo formado a partir e para o espaço no qual atua, possibilitando-lhe não somente o acesso, mas a permanência na academia. Esse objetivo será alcançado pela implementação deste Projeto Pedagógico e pelas possibilidades em Ensino, Pesquisa e Extensão que abre a todos os docentes e discentes do curso, fazendo com que a instituição assuma sua função de formadora de competências que possibilitem aos indivíduos o exercício efetivo da cidadania.

3.PERFIL DO EGRESSO

O curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI preparará professores para atuar na Educação Básica, ensino fundamental e médio, nas disciplinas de ciências naturais com ênfase na Educação Integral, transmitindo ao aluno o conhecimento necessário ao bom entendimento da natureza, enfocando a vida, evolução e interação entre os seres vivos, a Terra e o universo dentro de uma visão multi-interdisciplinar, fundamental para promover no cidadão uma consciência crítica do mundo, melhorando sua relação com a natureza.

Propõe-se formar um professor para compreender a realidade social e política na qual se insere a escola em que atua e que esteja sempre pronto a adaptar-se, de forma crítica, diante das rápidas transformações que o mundo passa, principalmente na área das ciências e tecnologia. O licenciado em Ciências da Natureza será preparado a estimular os alunos em suas curiosidades científicas, incentivando-os à pesquisa e à reflexão ética perante a sociedade e a natureza, dentro da perspectiva de aproveitamento das potencialidades locais para exemplificar os fenômenos naturais e as relações entre as atividades sociais, econômicas e culturais, na perspectiva da sustentabilidade para formação de sujeitos autônomos e criativos.

Portanto, espera-se que o licenciado em Ciências da Natureza possa orientar seus alunos a adquirirem um conhecimento integrado da natureza, uma vez que se pretende, sempre que possível, que haja compartilhamento de conteúdos multidisciplinares. Além do conhecimento, o aluno deverá construir adequadamente o respeito à natureza, com vista à preservação e uso sustentável dos recursos naturais para gerações futuras. A educação ambiental proporcionará conhecimentos necessários para a construção de um futuro melhor para o planeta. Dessa forma, espera-se formar um professor de ciências capaz de:

- Dominar com competência técnica e científica os conhecimentos inerentes à ciência;
- Usar a criatividade, postura crítica na investigação e produção de novos conhecimentos sobre o campo que circunscreve a sua prática;
- Atuar no planejamento, organização e gestão dos sistemas de ensino, nas esferas administrativas e pedagógicas, com competência técnico-científica e sensibilidade ética;
- Desenvolver pesquisas de campo teórico-investigativo do ensino e da aprendizagem em ciência e educação, dando continuidade, como pesquisador, à sua formação;
- Ajustar-se facilmente a novas situações decorrentes dos avanços científicos e tecnológicos, de modo a participar conscientemente da vida comunitária, no âmbito regional, nacional e internacional, como agente de ações transformadoras;
- Compreender as implicações sociais do desenvolvimento da ciência e sua importância nos processos de mudanças sociais;
- Desenvolver estratégias de ensino diversificadas sempre considerando os aspectos éticos, sociais, econômicos, históricos, políticos e culturais das construções humanas;
- Utilizar abordagens didático-pedagógicas adequadas ao ensino de ciências, no ensino fundamental;
- Maximizar os recursos disponíveis à sua prática profissional, respeitando a individualidade do educando e favorecendo sua participação direta no processo ensino-aprendizagem;
- Prosseguir estudos, em nível de pós-graduação, no campo da ciência e/ou áreas afins;
- Selecionar os conteúdos de modo a atender às necessidades formativas do aluno;
- Tratar os conteúdos de modo articulado com suas didáticas específicas;
- Utilizar a avaliação para orientação do trabalho de sua autoformação e autonomia no seu processo de aprendizagem;
- Contribuir para a mudança de visões e comportamentos do ser humano com relação à natureza.

O egresso em Licenciatura em Ciências da Natureza, além de atuar profissionalmente na docência no ensino de ciências em nível fundamental poderá, ainda:

- Atuar no ensino não-formal, até agora pouco explorado, como ensino à distância, educação especial, centros e museus de ciências e divulgação científica;
- Produzir e difundir conhecimento na área de ensino de ciências, biologia, física, química e matemática.

A preocupação também incide em oferecer ao acadêmico, além dos conteúdos curriculares presentes nas disciplinas específicas, bases sólidas para entender a dinamicidade da educação integral, seus aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais. Este conhecimento, acredita-se, possibilitará o desenvolvimento do trabalho pedagógico comprometido com a oferta de educação de qualidade, ou seja, uma educação que de fato lhes possibilitará condições de vida digna.

Além disso, acreditamos ser necessário remontar à Resolução N° 177/12-CEPEX/UFPI (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPI) que corrobora a definição do perfil do egresso, apontando para a importância de que um profissional da Educação Básica seja capaz de:

- I - Atuar na Educação Básica formal e em outros espaços educativos, com o domínio do processo educacional e do conhecimento das condições históricas, sociais, políticas e culturais no contexto de sua atuação;
- II - Demonstrar capacidade crítica e de criação no exercício profissional;
- III - Articular teoria e prática, saberes da formação e saberes escolares no processo de transposição didática;
- IV - Conscientizar-se da necessidade de buscar formas de atualização e aperfeiçoamento de sua formação;
- V - Atuar, coletivamente, compartilhando experiências profissionais;
- VI - Estabelecer o diálogo entre a área Ciências da Natureza e as demais áreas do conhecimento, articulando o saber científico à realidade;
- VII - Desenvolver com autonomia, processos investigativos sobre fenômenos educacionais e práticas educativas;
- VIII - Planejar, executar e avaliar o processo ensino – aprendizagem; e,
- IX - Assumir postura crítica e transformadora, fundamentada em uma visão sócio-histórica da educação e da sociedade.

4.OBJETIVOS DO CURSO

4.1. Objetivo geral

- **Formar** professores de Ciências da Natureza para o exercício profissional na Educação Básica, com ênfase na Educação Integral, capazes de agir de forma crítica e criativa na identificação e resolução de problemas no âmbito educacional, considerando seus aspectos tecnológicos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e multiculturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade, respeitando as diretrizes curriculares para o ensino de Ciências da Natureza no ensino fundamental e médio.

4.2. Objetivos específicos

- **Formar** profissionais aptos a promover, orientar e administrar o ensino de ciências naturais de forma crítica, participativa e interdisciplinar;
- **Possibilitar** ao licenciado em ciências da natureza uma compreensão das relações entre os processos integradores, além dos conceitos físicos, biológicos, químicos e da natureza, nas suas dimensões animada e inanimada;
- **Desenvolver** estratégias de ensino para facilitar a apreensão, pelos alunos, do funcionamento da natureza como um todo, contribuindo para a formação de cidadãos dignos e eticamente corretos;
- **Habilitar** profissionais em exercício na educação básica, que ainda não possuam a titulação mínima exigida pela legislação educacional em vigor;
- **Ampliar e consolidar** o diálogo entre a Universidade, a escola e as secretarias de educação, com vistas a discutir e atender às demandas de formação apresentadas pelos mesmos;
- **Desenvolver** estratégias de formação para a docência em uma organização curricular por áreas de conhecimento nos espaços formais e não-formais de ensino;
- **Viabilizar** um processo de formação participativa de educadores para desenvolver estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos humanos autônomos e criativos capazes de produzir soluções para questões inerentes à sua realidade;

- **Oferecer** condições metodológicas e práticas para que os educadores em formação possam tornar-se agentes efetivos na construção e reflexão dos projetos pedagógicos das escolas onde atuam; e,
- **Estimular** a construção de novas estratégias de ensino para facilitar a apreensão, pelos alunos, dos conhecimentos relativos à formação de cidadãos dignos e eticamente corretos.

5. CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROCESSO FORMATIVO: METODOLOGIA E AVALIAÇÃO.

O currículo de um curso é o conjunto de atividades, de experiências, de situações de Ensino-Aprendizagem, vivenciadas pelo aluno durante sua formação. É o currículo que assegura a formação para uma competente atuação profissional, assim as atividades desenvolvidas devem articular harmoniosamente as dimensões: humana, técnica, político-social e ética. Nesta perspectiva, no decorrer do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e suas tecnologias ofertado no âmbito – PRILEI/UFPI, devem ser considerados a seguinte concepção e princípios:

5.1. Aspectos teóricos conceituais: concepção da formação e desenvolvimento da pessoa humana

A UFPI tem o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual dos alunos. Assim espera-se que o professor formado em Ciências da Natureza e suas tecnologias, pautado no questionamento crítico e atualização permanente, contribua para o atendimento das necessidades sociais e educacionais.

5.2. Princípios

I Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente

Considerando a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade, os conhecimentos das Ciências Naturais e suas tecnologias atuam contribuindo com ética e respeito para a compreensão do meio ambiente e do ser humano de forma a responder às diversas questões envolvendo as diversidades e competências e sua relação com a sociedade.

II Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

Este princípio assegura que o ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação e da responsabilidade social como processo de formação para que se possam compreender fenômenos, relações, identificar demandas de diferentes realidades e intervir buscando melhorias e transformações nas realidades.

III Interdisciplinaridade

Este princípio aponta que a integração disciplinar possibilita a análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re)criação do conhecimento. O ensino na área de Ciências da Natureza e suas tecnologias apresenta caráter interdisciplinar em suas diversas subáreas, permitindo a integração entre investigação científica, experimentação e uso de tecnologias. Essa abordagem possibilita compreender e intervir nos fenômenos naturais e ambientais, superando as barreiras do isolamento e da fragmentação do saber.

IV Uso de tecnologias digitais de comunicação e informação (TDICs)

O currículo do curso possui disciplinas voltadas para o uso e à aplicação das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) de modo que o aluno possa desenvolver seus conhecimentos ligados às tecnologias atuais como forma de recursos didáticos (mídias, ambientes virtuais, fóruns eletrônicos etc.) ou instrumento de ensino (TV digital, computadores, e-books, smartphones etc.)

V Avaliação

Esse princípio preza pelo acompanhamento contínuo do processo ensino e aprendizagem de modo que sirva como norteador dos aspectos formativos dos alunos, considerando processos quantitativos e qualitativos, com base nos pressupostos teóricos da aprendizagem processual, diagnóstica e reflexiva. Assim, os professores formadores poderão exercer suas atividades de avaliação de forma autônoma e em conformidade com a regulamentação da UFPI, mas respeitando as especificidades dos sujeitos envolvidos no processo de ensino- aprendizagem e as condições e possibilidades da realidade, de modo que a avaliação seja contínua, sistematiza e se constitua como elemento de qualificação/aprimoramento constante do processo de ensino e aprendizagem.

VI Articulação entre teoria e prática

O conteúdo curricular do curso fundamenta-se na articulação entre teoria e prática, considerada etapa essencial no processo Ensino/Aprendizagem. Adotando este princípio, a prática estará presente em todas as disciplinas do curso, permitindo o desenvolvimento de habilidades para lidar com o conhecimento de maneira crítica e criativa. Em muitas disciplinas, as práticas serão direcionadas para a análise dos conhecimentos no contexto das Ciências da Natureza e suas tecnologias, constituindo-se como Prática como Componente Curricular. A relação teoria e prática também se volta para a articulação da universidade com os diferentes segmentos sociais, configurando-se nas Atividades de Extensão como componente curricular obrigatório, conforme determina as Resoluções de No 07/2018 - CNE/MEC e de No 053/2019 CEPEX-UFPI.

VII Flexibilização curricular

O curso de Licenciatura em Ciências da Natureza oferece mecanismos de flexibilização curricular permitindo aos estudantes adequar sua trajetória formativa às suas necessidades, interesses e projetos profissionais. A flexibilização curricular é promovida por disciplinas optativas e eletivas, atividades complementares que incluem experiências acadêmicas, como iniciação científica, monitorias, estágios em diferentes contextos educativos e projetos de extensão.

6.3 Base legal

Os documentos normativos consultados para subsidiar o PPC da Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI foram:

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos

Jurídicos. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP n. 03, de 10 mar. 2004. Parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de

dezembro de 2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica

- BRASIL. Ministério da Educação Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. (EF).
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES Nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025.
- BRASIL. Presidência da República LEI nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.
- Resolução CNE/CP Nº 04, de 29 de maio de 2024. que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso
- UFPI. Resolução CEPEX 177/12. Institui as normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
- UFPI. Resolução UFPI/CEPEX -053/2019 e Resolução CEPEX/UFPI nº 297, de 20.06.22. Regulamenta o registro e a inclusão das atividades curriculares de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

6.4 Aspectos teóricos metodológicos

Quando lemos os textos oficiais acerca do processo educativo, compreendemos a necessidade de adotarmos práticas mais sociointeracionistas, pois, tal qual afirmado por Vygotsky (1993), é por meio das práticas sociais que o ser humano experimenta uma série de vivências, elaborando seus próprios conceitos, seus valores e suas ideias acerca do mundo em que vive, construindo conhecimentos a partir das práticas de linguagem.

Nesse sentido, o ser humano se constitui e se desenvolve como sujeito ao passo que contribui para a constituição dos outros, age no mundo, transformando e sendo transformado, mediando ações sobre fatores sociais, culturais e históricos.

Pensar as práticas educativas por esse viés implica considerarmos a importância de todos os atores envolvidos nesses processos e viabilizar a construção e a reconstrução de conhecimentos, tão caros ao processo formativo entre pares mais experientes e pares menos experientes.

Quando pensamos o contexto educacional, devemos refletir acerca de dois papéis basilares para sua desenvoltura: o do aluno e o do professor.

Ao considerarmos o papel desempenhado pelo professor para além de ministrar aulas e de repassar conhecimentos, abandonamos uma visão burocrática e damos espaço para a reflexão acerca da importância de estimular a descoberta, o interesse dos alunos por seu processo de ensino-aprendizagem.

Cabe, ao professor, ser um profissional aberto ao conhecimento e à aprendizagem em seu cotidiano, imerso em constantes atualizações e contínua inovação, buscando promover um movimento significativo de aquisição e adequação de conhecimentos. (Vygotsky, 1993).

Vale destacar que o processo educativo não pode se distanciar da realidade. Compete, ao docente, refletir criticamente a respeito das informações e conhecimentos que compartilha, considerando as possibilidades de contribuição quanto à diminuição das desigualdades sociais e quanto à melhora da qualidade de vida dos indivíduos. (Sacristan e Gómez, 1998)

O profissional comprometido com a educação deve sempre preocupar-se em formar seu aluno a partir de uma visão crítica da sociedade, dando-lhe a oportunidade de expressar suas ideias, tornando-o um cidadão ativo e participante na vida social, cultural e política do seu povo. Agindo assim, o professor colocará em prática sua função política, exercendo sua mais importante atividade profissional – a mediação entre o aluno e a sociedade, seus conteúdos e especificidades.

Dessa maneira, o papel do aluno ganhará contornos diferenciados: deixar-se-á de lado a ideia de um ser subestimado e considerado uma simples ‘tábula rasa’ para que se dê vazão a um aluno questionador e participativo.

Tornar estes sujeitos ativos na construção de seu saber possibilita reconstruções sociais, já que superam-se noções anteriormente estabelecidas. A sala de aula passa a ser o local de questionamento e reflexão; um espaço para a socialização do conhecimento (Demo, 1996) e não mais o espaço para certezas e verdades pré-concebidas (Moita Lopes, 1996). Espaço em que equilibram-se as oportunidades de contribuição e discussão oferecidas aos alunos e a produtiva

utilização dessas contribuições, a fim de se alcançarem os objetivos educacionais, viabilizando um processo de ensino-aprendizagem realmente significativo.

Ainda sobre a relação professor/aluno, é importante salientar que um olhar crítico e reflexivo sobre a própria prática aponta para possíveis ressignificações e reestruturações das propostas; o aluno compreendido como um indivíduo ativo, reflexivo e crítico contribui para a existência de um ambiente cooperativo, em que se possa aperfeiçoar as práticas educacionais.

6.4.1 Pedagogia da Alternância

Ainda pensando a Metodologia do Processo de Ensino-Aprendizagem, acreditamos ser relevante explicitar nossa assunção da Pedagogia da Alternância como norte para nossas ações, já que se trata de uma proposta educacional idealizada para o campo, como possibilidade de uma formação para jovens do meio rural centrada na partilha e na interação entre todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino- aprendizagem.

Essa modalidade pedagógica surge em uma relação com o movimento da Educação do Campo, sustentada pela luta por legitimidade dos sujeitos que estão no campo e querem pensar suas próprias práticas políticas e pedagógicas.

No Brasil, sua introdução remonta ao final da década de 1960, quando brasileiros conhecem o Programa de Alternância sob o modelo italiano e, assim, fundam as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), por meio da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab) e das Casas Familiares Rurais (CFRs), duas experiências educativas em alternância que marcam o Movimento Maisons Familiares Rurales no Brasil (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Segundo Cordeiro, Reis e Hage (2011), a Pedagogia da Alternância vem sendo usada na formação de jovens e adultos do campo, visto ser esta uma proposta pedagógica e metodológica capaz de atender às necessidades da articulação entre escolarização e trabalho, propiciando a esses indivíduos o acesso à escola sem que tenham que deixar de trabalhar.

Ademais, a Pedagogia da Alternância assume o trabalho como princípio educativo, permitindo aos estudantes oriundos do campo a possibilidade de continuar os estudos e de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outrem, mas como conhecimentos conquistados e construídos a partir

da problematização de sua realidade, que passa pela pesquisa, pelo olhar distanciado do pesquisador sobre o seu cotidiano (CORDEIRO: REIS; HAGE, 2011).

Gimonet (2007) defende que esse modelo pedagógico só pode ser posto em prática por meio da construção de um vasto número de relações sociais, muito mais amplas do que aquelas de aluno-professor, já que se trata de uma “pedagogia da partilha” na qual educandos, monitores, pais, mestres, membros de associações e comunidades formam parcerias que tornam viáveis não somente o funcionamento educacional, como também a aplicação dos princípios pedagógicos dessa metodologia.

Esse ideal educativo conta com muitas ferramentas e instrumentos que lhe garantem a sua funcionalidade, a articulação dos tempos e espaços de formação e o estabelecimento das relações entre os vários atores sociais envolvidos nesse processo. Gimonet (2007) reforça sua preocupação com um ensino que associe experiência à prática e que se baseie em uma ação cooperativa. Se a ideia é levar formação aos homens do campo, o Curso deverá propiciar o contato direto entre os agentes formadores, os educandos e sua comunidade.

Nessa perspectiva, assumimos em nossa proposta de Curso o planejamento e a interação de elementos que propiciam uma visão geral da formação que se quer oferecer a esse aluno, definindo-se as atividades de tempo-universidade, tempo-comunidade, para que docentes e discentes do Curso movimentem-se em consonância com os parâmetros dessa Pedagogia, chamando sempre a comunidade para participar desse processo, já que é a partir da realidade local que ele deve ser formulado, tendo como enfoque a formação profissional e a articulação dos conteúdos.

6.5 Sistemática de avaliação

6.5.1 Da Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

Para entender as dimensões avaliativas na Pedagogia da Alternância, adotada neste projeto, se faz necessário compreender a avaliação como importante instrumento de apreciação da qualidade e da eficiência do processo de ensino-aprendizagem como um todo, a fim de constatar progressos, dificuldades, limitações, de modo à replanejar o trabalho promovendo as adequações necessárias visando à transformação da realidade avaliada.

É preciso tomar a avaliação não como um fato isolado, mas um processo; uma reflexão complexa sobre o nível de qualidade do trabalho escolar dos atores (educandos e educadores) envolvidos no processo educativo, cumprindo a função pedagógica de “promover a melhoria da realidade educacional e não descrevê-la ou classificá-la” (Hoffmann, 2008, p. 30).

Além disso, Santos (2005, p.21) alerta para o ponto de que a avaliação deve ser encarada como “o julgamento das atividades escolares que acontecem no processo de ensino-aprendizagem”, tendo objetivos, metas e, como finalidade principal, a promoção da transformação da realidade avaliada, pois, consoante Abreu e Masetto (1990), o processo avaliativo deve ser pensando de forma coerente e contínua, acompanhando o desenvolvimento e permitindo seu constante reiniciar, até que sejam alcançados os objetivos desejados.

Nesse sentido, tomamos a avaliação como uma prática educativa, não tendo apenas como foco o aluno, mas também o sistema de ensino e os demais atores envolvidos. Assim, buscamos desenvolver uma prática avaliativa que fuja do atual modelo classificatório e se caracterize como diagnóstico.

Versando mais propriamente sobre a avaliação naquilo que tange aos alunos, utilizaremos as atividades do processo de ensino-aprendizagem como forma de subsidiá-la. Assim, ela terá caráter diagnóstico, formativo e também somatório. Neste caso, será fundamentada pela Resolução nº 177/12 do CEPEX/UFPI e será feita por disciplina e semestralmente. No início do curso será fornecida ao aluno esta resolução.

A avaliação do processo formativo na dimensão tempo-universidade será feita no decorrer das aulas presenciais. Sendo que, no final do tempo-universidade será realizada também a avaliação somativa. A avaliação do tempo-comunidade de cada disciplina será feita em encontros com os professores, por meio de sua socialização. Vale lembrar que caso o aluno não atinja a média 7,0 (sete), estipulada pela Resolução acima, lhe será dada a chance de realizar um exame final, determinado pelo professor.

A prática docente será constantemente avaliada por meio de encontros pedagógicos realizados entre o grupo de professores, para que percepções sejam socializadas e possíveis adequações possam ser feitas durante o semestre letivo. Ademais, ao término de cada disciplina, os alunos terão a oportunidade de formalizarem suas opiniões acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos

professores do Curso, contribuindo significativamente para a detecção de eventuais necessidades de mudança e adequação.

7 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS PERCURSOS FORMATIVOS

7.1 Dimensões do processo formativo

O processo formativo do curso articula-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, assegurando que o desenvolvimento profissional docente se dê de maneira integrada, contextualizada e socialmente referenciada. Nessa perspectiva, a formação inicial é compreendida como processo contínuo, que envolve a construção de saberes científicos, pedagógicos, éticos e culturais, tendo como eixo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O curso privilegia a articulação entre a sólida base teórico-conceitual, o domínio de conteúdos específicos e a prática pedagógica, de modo a possibilitar a compreensão crítica e a intervenção qualificada nas realidades educacionais. Esse alinhamento está em consonância com o princípio da unidade teoria-prática, orientando que o licenciando vivencie, desde o início de sua trajetória acadêmica, experiências formativas em diferentes contextos da educação básica.

A dimensão pedagógica está ancorada no compromisso com a aprendizagem dos estudantes da educação básica, no domínio de metodologias ativas, recursos tecnológicos e estratégias inovadoras que favoreçam a inclusão, a equidade e a qualidade social da educação. A formação contempla, ainda, o desenvolvimento de competências voltadas para o trabalho colaborativo, a gestão de processos educativos e a análise crítica das políticas públicas, reconhecendo as múltiplas diversidades e realidades socioeducacionais do país.

Inspirada nos princípios da formação integral, a proposta promove a valorização da cultura, da pesquisa e da extensão como meios de produzir e socializar conhecimentos, estimular a reflexão crítica e fortalecer a identidade docente. Busca-se ainda formar profissionais capazes de articular os conhecimentos pedagógicos, científicos e culturais, promovendo aprendizagens significativas e contribuindo para a transformação das realidades em que atuam.

Ao incorporar os referenciais da Resolução CNE/CP nº 4/2024, o curso reafirma seu compromisso com uma formação docente que reconhece a complexidade do ato de ensinar, integra múltiplos saberes e se orienta pela ética, pelo compromisso social e pela busca da qualidade na educação básica brasileira.

7.2 Alinhamento do curso à BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) introduz inovações significativas para a educação brasileira, com ênfase em aspectos essenciais para a formação integral dos alunos. Entre as principais inovações, destacam-se o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a preparação para o mundo do trabalho, a valorização da diversidade e a integração de tecnologias digitais. Além disso, a BNCC propõe uma abordagem da aprendizagem como um processo contínuo e integral, promovendo a autonomia e a participação ativa dos alunos, bem como o desenvolvimento de competências que vão além do conhecimento técnico.

Entende-se que neste processo, o licenciado reconheça a importância de continuamente seguir aprendendo e, para tanto, utilize-se de estratégias e dinâmicas de acesso ao conhecimento aprendidas ao longo de sua formação. Espera-se ainda que seja hábil tecnicamente, sem prescindir dos requisitos humanísticos, éticos e solidários para o trabalho e a vida em sociedade. Ao compreender e aplicar, durante sua formação universitária, conhecimentos sobre as questões socioculturais, o estudante terá uma prática social mais rica e efetiva.

Competências que serão desenvolvidas pelo egresso da Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI envolvem:

- a) Atuação na docência nos componentes curriculares da área de Ciências da Natureza nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
- b) Atuação no desenvolvimento de projetos multi e interdisciplinares, abordando as áreas do conhecimento Biológico, Químico e Físico, tanto no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, comprometendo-se com a divulgação dos resultados em veículos adequados para ampliar a difusão do conhecimento;
- c) Elaboração, análise e produção de material didático;
- d) Produção de pesquisa em educação, tendo como princípio a integração entre as áreas de conhecimento das Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
- e) Desenvolvimento de habilidade crítica e reflexiva no âmbito profissional das áreas das Ciências da Natureza;
- f) Comunicação clara na língua de ensino, oralmente e por escrito, nos diversos contextos ligados à profissão docente;

- g) Promoção de situações de aprendizagem centradas nos alunos e no desenvolvimento de suas competências;
- h) Desenho e aplicação de processos avaliativos que visem acompanhar o desenvolvimento de competências e habilidades dos/as estudantes a partir da interação destes com diferentes objetos de conhecimento;
- i) Integração de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) para a preparação e condução de atividades de ensino-aprendizagem e desenvolvimento profissional bem como para promoção dessas tecnologias enquanto recursos úteis à prática da cidadania na contemporaneidade;
- j) Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social e compromisso social;
- k) Capacidade de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento; de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política;
- l) Percepção da integração necessária entre Ciências da Natureza e a produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político;
- m) Capacidade de relacionar o exercício da crítica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos;
- n) Domínio das diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- o) Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a mediação do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;
- p) reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;
- q) a compreensão crítica de questões socioambientais, éticas, estéticas, políticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural e o reconhecimento dos princípios de equidade como organizador do tratamento dessas questões nos contextos de exercício profissional;

7.3 Alinhamento do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica

A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 trata das diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de profissionais do magistério da educação escolar básica no Brasil, apresenta princípios e objetivos da formação, incluem a promoção de uma educação que articule teoria e prática, assegurando que os futuros educadores estejam preparados para enfrentar as realidades e desafios da prática docente na Educação Básica.

O referido documento, expressa que os cursos de licenciatura são estruturados para garantir uma base nacional comum e suas orientações curriculares, com um mínimo de 3.200 horas, distribuídas ao longo de pelo menos quatro anos. Esses cursos incluem atividades de formação geral, aprofundamento de conhecimentos específicos, atividades acadêmicas de extensão e estágio curricular supervisionado.

A estrutura curricular é organizada em quatro núcleos de formação:

O Núcleo I, Estudos de Formação Geral (EFG), foca em conhecimentos científicos e pedagógicos gerais com mínimo de 880 horas.

O Núcleo II, Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (ACCE), envolve conteúdos específicos das áreas de atuação, com mínimo de 1.600 horas.

O Núcleo III, Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE), compreende práticas vinculadas aos componentes curriculares, realizadas em instituições de Educação Básica, com mínimo de 320 horas.

Por fim, **o Núcleo IV**, Estágio Curricular Supervisionado (ECS), oferece atividades práticas em instituições de Educação Básica para conectar teoria e prática, com mínimo de 400 horas.

Desse modo, em consonância Resolução CNE/CP nº 4/2024 e às resoluções internas da UFPI, a presente proposta foi organizada na definição de eixos de formação teórico-metodológico composto por componentes curriculares que visam o debate e a formação docente dentro das Ciências da Natureza e suas tecnologias visando uma apropriação e aproximação epistemológica interdisciplinar na área.

O quadro 1 apresenta os eixos e os componentes curriculares do **Núcleo I - Estudos de Formação Geral - EFG**: compostos pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas, articulando teoria e prática. As Atividades Complementares (AC) também integra a carga horária do Núcleo I, que junto com as disciplinas, somam 980 horas para o Núcleo I de Formação Geral.

Quadro 1: Eixos e Componentes Curriculares do Núcleo I - Estudos de Formação Geral - EFG.

Núcleo I - Estudos de Formação Geral - EFG				
Eixo	Nome das Disciplinas	Créditos	Período	Total

Conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos	História da Educação	2	2	0	0	1º	60
	Filosofia da Educação	2	2	0	0	1º	60
	Sociologia da Educação	2	2	0	0	2º	60
	Psicologia da Educação	2	2	0	0	2º	60
	Legislação e Organização da Educação Básica	2	2	0	0	3º	60
	Educação para as Relações Étnico-Raciais, Gênero, Diversidade e Inclusão	2	2	0	0	4º	60
	Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação Especial	2	2	0	0	5º	60
	Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	2	2	0	0	6º	60
Língua, Linguagem e Comunicação	LÍNGUA PORTUGUESA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	2	2	0	0	1º	60
	Libras	2	2	0	0	5º	60
Currículo, Prática Docente e Formação de Professores em Ciências Naturais	Didática Geral	2	2	0	0	3º	60
	Avaliação da Aprendizagem	2	2	0	0	4º	60
	Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza	2	2	0	0	5º	60
ATIVIDADES COMPLEMENTARES - AC							200
Total do Núcleo I - Estudos de Formação Geral - EFG		26	26	0	0		980

O quadro 2 apresenta os eixos e os componentes curriculares do **Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE**: composto pelos conteúdos específicos das áreas que integram as Ciências da Natureza, os componentes curriculares e unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos, totalizando em 1.875h.

Quadro 2: Eixos e Componentes Curriculares do Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE

Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE							
Eixo	Nome das Disciplinas	Créditos				Período	Total
Matéria e Energia	Química Geral	2	1	0	0	1º	45
	Elementos de Química Orgânica	2	2	0	0	2º	60
	Bioquímica	2	2	0	0	3º	60

	Elementos de Química Inorgânica	2	1	0	0	4º	45
	Química Analítica	2	1	0	0	5º	45
	Físico-Química	2	1	0	0	6º	45
	Física I	2	2	0	0	2º	60
	Física II	2	2	0	0	4º	60
	Física III	2	2	0	0	6º	60
	Física Moderna	2	1	0	0	7º	45
Vida e Evolução	Biologia Celular e Molecular	2	2	0	0	1º	60
	Genética e Evolução	2	2	0	0	4º	60
	Diversidade dos seres vivos I (Vírus, Bactéria e Archaea)	2	2	0	0	2º	60
	Diversidade dos seres vivos II (Protistas e Animalia I)	2	2	0	0	3º	60
	Diversidade dos Seres Vivos III (Animalia II)	2	2	0	0	4º	60
	Diversidade dos Seres Vivos IV (Fungos e Plantae I)	2	2	0	0	5º	60
	Diversidade dos Seres Vivos V (Plantae II)	2	2	0	0	6º	60
	Sistemática e Filogenética	2	2	0	0	5º	60
	Biologia do Corpo Humano I (Anatomia e Fisiologia Humana)	2	2	0	0	6º	60
	Biologia do Corpo Humano I (Histologia e Embriologia Humana)	2	2	0	0	7º	60
	Saúde Pública e Saúde Única	2	2	0	0	8º	60
Terra e Universo	Matemática aplicada às Ciências Naturais	2	2	0	0	1º	60
	Cálculo	2	1	0	0	2º	45
	Bioestatística	2	2	0	0	3º	60
	Geografia Física	2	2	0	0	4º	60
	Fundamentos de Geodiversidade e Geoconservação	2	2	0	0	5º	60
	Sustentabilidade dos Recursos Naturais Hídricos, Minerais e Energéticos	2	1	0	0	6º	45
	Origem e dinâmica do universo e do Sistema Solar	2	1	0	0	7º	45
	Educação Ambiental e Sustentabilidade	2	2	0	0	7º	60

Sem eixo	Seminário de Introdução ao curso	1	0	0	0	1º	15
	Metodologia Científica	2	2	0	0	2º	60
	Trabalho de Conclusão de Curso 1	1	1	0	0	7º	30
	Trabalho de Conclusão de Curso 2	1	1	0	0	8º	30
	Disciplina Optativa I	2	2	0	0	8º	60
	Disciplina Optativa II	2	2	0	0	8º	60
Total do Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE		67	58	0	0		1875

O quadro 3 apresenta os componentes curriculares do **Núcleo III - Atividades Curriculares de Extensão - ACE**: abrange o planejamento e execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES. Este núcleo possui 360 horas.

Quadro 3: Componentes Curriculares do **Núcleo III - Atividades Curriculares de Extensão - ACE**

Núcleo III - Atividades Curriculares de Extensão - ACE							
Eixo	Nome das Disciplinas	Créditos				Período	Total
EXTENSÃO	Atividades Curriculares de Extensão I - ACE I	0	0	0	3	1º	45
	Atividades Curriculares de Extensão II - ACE II	0	0	0	3	2º	45
	Atividades Curriculares de Extensão III - ACE III	0	0	0	3	3º	45
	Atividades Curriculares de Extensão IV - ACE IV	0	0	0	3	4º	45
	Atividades Curriculares de Extensão V - ACE V	0	0	0	3	5º	45
	Atividades Curriculares de Extensão VI - ACE VI	0	0	0	3	6º	45
	Atividades Curriculares de Extensão VII - ACE VII	0	0	0	3	7º	45
	Atividades Curriculares de Extensão VIII - ACE VIII	0	0	0	3	8º	45
Total do Núcleo III - Atividades Curriculares de Extensão - ACE		0	0	0	24		360

O quadro 4 apresenta os componentes curriculares do **Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado**: abrange os componentes obrigatórios da organização curricular das licenciaturas, que deve ser realizado em instituição de Educação Básica

e tem como objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor, o estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula. Este núcleo possui 405 horas.

Quadro 4: Componentes Curriculares do Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado.

Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado							
Eixo	Nome das Disciplinas	Créditos				Período	Total
EXTENSÃO	Estágio Curricular Supervisionado I	0	0	1	0	1º	15
	Estágio Curricular Supervisionado II	0	0	3	0	2º	45
	Estágio Curricular Supervisionado III	0	0	3	0	3º	45
	Estágio Curricular Supervisionado IV	0	0	3	0	4º	45
	Estágio Curricular Supervisionado V	0	0	3	0	5º	45
	Estágio Curricular Supervisionado VI	0	0	4	0	6º	60
	Estágio Curricular Supervisionado VII	0	0	4	0	7º	60
	Estágio Curricular Supervisionado VIII	0	0	6	0	8º	90
Total do Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado		0	0	27	0		405

O quadro 5 apresenta a síntese da distribuição da carga horária no curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI e a carga horária mínima exigida na Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024.

Quadro 5. Síntese da distribuição da carga horária no curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI.

NÚCLEOS	CARGA HORÁRIA MÍNIMA	CARGA HORÁRIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA - PRILEI/UFPI
Núcleo I - Estudos de Formação Geral - EFG	880	980
Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE	1600	1875

Núcleo III - Atividades Curriculares de Extensão - ACE	320	360
Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado	400	405
TOTAL	3200	3590

7.4 Alinhamento do curso às normativas da Educação Integral

A proposta formativa do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI está alinhada às normativas nacionais que orientam a implementação da Educação Integral no Brasil, entendida como processo que visa ao desenvolvimento pleno do estudante em suas dimensões intelectual, física, social, emocional e cultural. O curso integra conhecimentos interdisciplinares, articulando Biologia, Física e Química com enfoque em competências cognitivas, socioemocionais e éticas, conforme previsto na BNCC. Além disso, adota metodologias ativas – como projetos interdisciplinares e aprendizagem baseada em problemas – para conectar teoria e prática, incentivando o protagonismo estudantil e a aplicação do conhecimento em contextos reais.

O projeto adota uma perspectiva de avaliação formativa e contínua, utilizando instrumentos diversificados (portfólios, seminários, participação em projetos) para acompanhar o desenvolvimento integral dos estudantes. O curso também promove a integração com a comunidade e o território, por meio de ações extensionistas e temas como direitos humanos, sustentabilidade e democracia, reforçando o compromisso social. Dessa forma, a proposta assegura uma formação ampla e participativa, em conformidade com as políticas públicas educacionais e as demandas contemporâneas por uma educação que vá além da dimensão cognitiva, abrangendo também a formação humana e cidadã.

O curso incorpora as diretrizes estabelecidas na Resolução CNE/CP nº 4/2024, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, reforçando a necessidade de preparar docentes aptos a planejar, executar e avaliar práticas educativas integradoras, articulando conhecimentos, linguagens, tecnologias e experiências socioculturais para promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

Além disso, a proposta se ancora nos princípios da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), que orienta para uma formação integral comprometida com o protagonismo dos estudantes, a contextualização dos conhecimentos e a

valorização da diversidade, articulando competências cognitivas, socioemocionais e éticas.

No âmbito institucional, a Universidade Federal do Piauí reafirma, com este curso, seu compromisso com políticas públicas voltadas à educação integral, fortalecendo sua atuação nas redes públicas estaduais e municipais. O desenho curricular assegura experiências formativas integradas entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo que os licenciandos tenham vivências em contextos escolares que adotam a educação em tempo integral e que sejam capazes de responder às especificidades dessa modalidade com rigor acadêmico e compromisso social.

Ao adotar esse alinhamento normativo, o curso não apenas atende às legislações vigentes, mas também assume papel ativo na consolidação da educação integral como política de Estado, formando professores preparados para lidar com os desafios e potencialidades dessa abordagem no contexto da educação básica brasileira.

7.5 Inclusão do uso pedagógico das tecnologias e "inovação", de forma explícita, bem como de metodologias ativas e empreendedorismo

Na graduação, é fundamental que haja um princípio educativo que contemple o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa e do contato com a realidade. Nesse contexto, a inclusão do uso pedagógico das tecnologias e da inovação se torna essencial para a formação dos estudantes. A integração de ferramentas tecnológicas no processo de ensino-aprendizagem não só enriquece as experiências acadêmicas, mas também prepara os futuros educadores para o uso desses recursos em suas práticas pedagógicas, ampliando suas capacidades e competências.

O Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI propõe um processo de formação centrado no tripé ensino-pesquisa-extensão. Este modelo possibilita que estudantes e orientadores compartilhem o complexo exercício da prática reflexiva, permeado por múltiplas buscas e inquietações, contribuindo para a formação de novas gerações de professores-pesquisadores. A utilização de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, o aprendizado cooperativo e a sala de aula invertida, permite que os alunos sejam protagonistas de

seu aprendizado, estimulando a autonomia e a capacidade de resolução de problemas.

Vale destacar, em termos de pesquisa, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma atividade de integração curricular obrigatória que consiste no trabalho final do curso sob orientação de um professor responsável. O TCC tem como objetivo estimular a produção científica, proporcionando experiências de pesquisa que relacionem teoria e prática, aprimorando a reflexão sobre questões voltadas à área de conhecimento do curso e seu viés educacional. Nesse sentido, é crucial que os alunos tenham a oportunidade de testar hipóteses e experimentar metodologias e materiais didáticos, o que contribui significativamente para sua formação como licenciados.

O ensino proposto deve ocorrer em sintonia com a questão científica ao longo do curso, de maneira interdisciplinar, sempre baseado na Pedagogia da Alternância. Essa abordagem cria condições de ensino em função de relações dinâmicas entre diferentes disciplinas, aliando-se às questões sociais contemporâneas. Além dos conteúdos específicos, busca-se ampliar os conhecimentos oferecidos aos graduandos, especialmente aqueles voltados para a prática educacional e as habilidades necessárias para a atuação nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e suas tecnologias.

A extensão se apresenta, nesse contexto, com o propósito de buscar o equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Considerando esse propósito, serão elaborados programas, projetos e cursos de extensão diversificados que articulem ensino e pesquisa, promovendo uma educação continuada e prática. Tais iniciativas buscam não apenas a formação teórica, mas também a aplicação do conhecimento em contextos reais, estimulando o desenvolvimento de habilidades empreendedoras nos alunos.

A inserção de práticas empreendedoras no currículo é essencial para preparar os graduandos para os desafios do mercado de trabalho e para a promoção de inovações sociais. Atividades que estimulem o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de desenvolver projetos são fundamentais para formar profissionais que possam contribuir de maneira significativa para a sociedade. Além disso, por meio de parcerias com instituições e empresas locais, os estudantes terão a oportunidade de vivenciar experiências práticas que reforçarão suas competências e habilidades de liderança.

O uso de tecnologias digitais e ferramentas de colaboração online nas metodologias de ensino também facilita a inclusão e a diversidade, permitindo que todos os alunos tenham acesso a diferentes formas de aprendizado e interação. A adoção de plataformas digitais para discussões, apresentações e avaliações pode fomentar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e acessível, promovendo a participação ativa dos estudantes.

Além disso, a instituição deve reforçar a importância de compreender a educação além dos limites da sala de aula. A participação efetiva da instituição na comunidade em que está inserida é um aspecto crucial para o desenvolvimento de um ensino que realmente faça a diferença. Projetos sociais e ações comunitárias não apenas enriquecem a formação dos alunos, mas também fortalecem os laços entre a academia e a sociedade, criando um ciclo virtuoso de aprendizado e transformação social.

Por fim, a ênfase na formação de professores-pesquisadores deve ser acompanhada de um compromisso com a inovação e a adaptação às novas demandas educacionais, garantindo que o curso de Licenciatura em Ciências da Natureza esteja sempre alinhado com as necessidades do século XXI. Essa abordagem holística não só prepara os graduandos para serem educadores competentes, mas também cidadãos engajados e inovadores, prontos para enfrentar os desafios contemporâneos com criatividade e responsabilidade.

7.6 Articulação entre teoria e prática, por meio da residência docente, de estágios, de disciplinas e de práticas, desde o início da formação

A articulação entre teoria e prática constitui eixo estruturante do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI, configurando-se como princípio pedagógico e metodológico que orienta todas as etapas do processo formativo. Em consonância com a Resolução CNE/CP nº 4/2024, essa integração visa a assegurar que a construção do conhecimento profissional docente se dê de forma contínua, contextualizada e situada, desde o ingresso do licenciando no curso.

Desde os primeiros períodos, os estudantes participam de experiências formativas em contextos reais da educação básica, por meio de atividades supervisionadas, observação e regência, projetos de extensão e práticas pedagógicas integradoras. Essa imersão inicial possibilita que o licenciando compreenda as

dinâmicas escolares, desenvolva sensibilidade para as demandas do contexto e estabeleça vínculos com a realidade educacional em que atuará.

A residência docente, ofertada nos períodos finais, aprofunda essa experiência, promovendo a inserção prolongada e orientada do licenciando nas escolas-campo, favorecendo a compreensão dos processos pedagógicos em sua totalidade e a consolidação de competências profissionais. Esse espaço formativo é pensado como momento privilegiado de síntese, no qual os conhecimentos teóricos, construídos ao longo do curso, encontram aplicação e ressignificação nas práticas educativas.

Os estágios supervisionados, distribuídos progressivamente ao longo da formação, cumprem dupla função: aproximar o futuro docente das realidades escolares e oportunizar a análise crítica das práticas pedagógicas, com base em referenciais teóricos sólidos. Articulados com disciplinas e demais componentes curriculares, os estágios possibilitam ao licenciando desenvolver a capacidade de planejar, executar, avaliar e refletir sobre o trabalho docente em diferentes níveis e modalidades da educação básica.

A organização curricular do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI foi estruturada de forma a garantir a articulação contínua entre teoria e prática, desde o início da formação até a conclusão do curso. Essa integração é viabilizada por meio de práticas como componente curricular, estágios supervisionados, residência docente, atividades de extensão e projetos integradores, assegurando que o licenciando desenvolva competências profissionais de forma progressiva e contextualizada. O quadro a seguir apresenta, de maneira sistematizada, a distribuição das experiências formativas ao longo dos períodos, evidenciando as atividades desenvolvidas e os objetivos formativos em cada etapa do percurso acadêmico.

Quadro 4 - Integração Teoria e Prática no Curso

Período	Atividades de Integração Teoria-Prática	Objetivos Formativos
1º ao 2º	Práticas como Componente Curricular (PCCs) introdutórias; Observação de aulas; Projetos de extensão iniciais; Atividades de sensibilização para a realidade escolar.	Introduzir o estudante na cultura escolar; Desenvolver percepção crítica inicial; Articular teoria e contexto real desde o início da formação.
3º ao 4º	PCCs articuladas a componentes curriculares específicos; Observação participante; Início de atividades de	Aprofundar a compreensão das dinâmicas escolares; Desenvolver habilidades de

	regência em turmas de apoio; Projetos de extensão vinculados à comunidade escolar.	observação e análise; Ensaiar práticas de ensino com acompanhamento.
5º ao 6º	Estágio Supervisionado em anos finais do Ensino Fundamental; Regência compartilhada; Residência docente preparatória; Atividades integradoras interdisciplinares.	Consolidar competências pedagógicas básicas; planejar e executar práticas de ensino; Integrar metodologias e recursos pedagógicos.
7º ao 8º	Estágio Supervisionado no Ensino Médio; Residência docente plena; Regência autônoma sob supervisão; Projetos integradores de conclusão; Socialização de práticas inovadoras.	Assumir responsabilidades docentes plenas; sistematizar e avaliar experiências; Produzir e socializar conhecimentos sobre a prática docente.

A sistematização apresentada no quadro evidencia que a articulação entre teoria e prática no curso não se restringe a momentos pontuais, mas constitui um eixo formativo contínuo e integrado. A progressão das atividades, do contato inicial com a realidade escolar à atuação autônoma em contextos de residência docente e estágio supervisionado, assegura que o licenciando construa saberes de forma reflexiva e contextualizada, fortalecendo sua identidade profissional. Essa estrutura curricular contribui para que o egresso esteja apto a enfrentar os desafios da educação básica, fundamentando sua prática em princípios éticos, pedagógicos e científicos, e comprometendo-se com a promoção de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

As práticas como componente curricular (PCC), presentes desde o início do curso, operam como pontos de conexão entre a base teórica e o exercício pedagógico, garantindo que cada área de conhecimento contribua para a formação integral do futuro professor. Dessa forma, teoria e prática deixam de ser dimensões isoladas e passam a se alimentar mutuamente, fortalecendo a identidade profissional e o compromisso social do docente.

Essa articulação assegura que o egresso seja capaz de compreender, analisar e intervir de forma qualificada na realidade educacional, fundamentando suas ações em princípios éticos, pedagógicos e científicos. Ao integrar residência docente, estágios, disciplinas e práticas desde o início da formação, o curso reafirma seu compromisso com a formação inicial de professores aptos a enfrentar os desafios contemporâneos da educação básica com competência, sensibilidade e visão crítica.

A seguir apresentamos a organização curricular incluindo a matriz curricular por

período, considerando as disciplinas, os créditos e a carga horária total.

7.7 Organização curricular

O curso de Licenciatura em Ciências da Natureza caracteriza-se por ter uma formação específica para professores que atuam/atuarão em escolas de Educação Básica nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Assim, há disciplinas voltadas para esta realidade, para que se evidencie a vida nas escolas e a educação integral, destacando-se, prioritariamente, suas organizações sociais; além de um eixo de disciplinas de formação básica em biologia, física e química e educação.

Nesse sentido, as disciplinas específicas, os temas transversais e os conteúdos de formação de professores que constituem a matriz do curso foram articulados para que os graduandos compreendam o processo as bases epistemológicas das Ciências da Natureza articuladas com as respectivas tecnologias, como os textos e contextos e discursos e dos sujeitos, sempre articulando a teoria à prática.

Atendendo à proposta do PRILEI, do qual o referido curso faz parte, algumas disciplinas se voltam para uma formação interdisciplinar e empreendedora, a fim de que a formação dos profissionais seja adequada àquilo que o Curso prevê e em consonância com a concepção de educação integral e os conteúdos da BNCC no que tange às Ciências da Natureza e suas tecnologias.

A carga horária total do Curso compreende 3.590 horas, das quais, 2.565 horas (171 créditos) distribuídas entre disciplinas obrigatórias e optativas. O estágio supervisionado obrigatório terá duração de 405 horas (27 créditos). As atividades complementares deverão perfazer 200 horas. O Trabalho de Conclusão de Curso terá como carga horária 60 horas. Por fim, a carga horária referente à curricularização da extensão é de 360 horas, conforme quadro abaixo:

COMPONENTES CURRICULARES	Carga horária (h)
Disciplinas Obrigatórias	2.445
Disciplinas Optativas	120
Trabalho de Conclusão de Curso	60
Atividades Complementares	200
Estágio Supervisionado Obrigatório	405

Atividades Curriculares de Extensão	360
TOTAL	3.590

Serão oferecidas 40 vagas com entrada prevista para o primeiro semestre de 2026. O curso será oferecido em período diurno e utilizará o período noturno para a realização de atividades pedagógicas e extracurriculares, já que se trata-se de um curso em regime de alternância, ou seja, vale-se de uma metodologia que diferencia os espaços pedagógicos.

Sendo assim, será realizada uma divisão entre os espaços educativos, tendo como base O Tempo-Comunidade (TC) e o Tempo-Universidade (TU), além de uma interligação entre estes dois momentos. No TU, o estudante estará na Universidade para cursar as diferentes disciplinas oferecidas pela UFPI. Enquanto, no TC, haverá a realização de atividades no espaço de vivência do estudante.

Assim, semestralmente, após cursar as disciplinas, o estudante sairá da universidade e permanecerá no território que atua, desenvolvendo atividades que interliguem estes dois tempos. Caberá aos professores do curso acompanhar e vivenciar juntamente com os estudantes o TC, em que serão realizadas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, nas múltiplas áreas de atuação dos estudantes.

Caracterização do Tempo-Universidade:

1. **Disciplinas.** Serão montadas aulas expositivas e dialogadas, além da realização de visitas e diálogos com sujeitos sociohistóricos locais.
2. **Estudos Individuais.** Estes estudos serão orientados pelos professores e serão base para as práticas de pesquisa e extensão em escolas do campo e junto aos movimentos sociais e sindicais. Sobre cada estudo individual orientado, o educando deverá produzir um roteiro de apresentação das questões, que será discutido, avaliado e aplicado considerando-se as áreas de vivências dos estudantes.
3. **Oficinas.** As oficinas priorizarão a atenção aos processos de socialização e de produção coletiva do conhecimento, enfatizando a criação de materiais pedagógicos que congreguem as tecnologias educacionais disponíveis. A produção de materiais pedagógicos terá como base a observação da realidade educacional durante o tempo-comunidade, respeitando-se, assim, a realidade dos territórios.

4. **Linhas de Pesquisa.** Cada aluno apresentará, já na segunda etapa do curso, uma carta de intenções acerca de um projeto de pesquisa. A partir dos interesses apresentados pelos educandos, serão construídas as Linhas de Pesquisa do curso. Os projetos de pesquisas serão acompanhados por uma orientação coletiva de profissionais a serem indicados pelo Colegiado de Curso a cada etapa de estudos. No final do Curso, o educando apresentará um trabalho de conclusão baseado nas pesquisas desenvolvidas nas etapas anteriores. Este trabalho terá um cunho participativo e emancipador quanto às comunidades envolvidas.
5. **Práticas de planejamento de pesquisa e/ou extensão.** No final de cada etapa do Tempo-Universidade, os educandos realizarão um trabalho integrado a partir de uma questão-problema própria ao seu projeto de extensão/pesquisa, oportunizando a integração e relação dos eixos temáticos desenvolvidos ao longo da etapa do Tempo-Universidade.
6. **Seminários Integradores.** Os seminários de Integração terão como base a socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Nestes seminários, serão apresentados os resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade.
7. **Trabalho de Conclusão de Curso (60h).** Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso a partir dos resultados obtidos nos projetos de extensão/pesquisa e práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo das etapas do curso.
8. **Excursões duplamente emancipatórias.** Realização de visitas às escolas dos territórios envolvidos no projeto, bem como a apresentação das diferentes dependências da universidade como eixo integrador do desenvolvimento das atividades pedagógicas.
9. **Estágio curricular supervisionado (405h).** A prática como estágio supervisionado é componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais da Educação, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Caracterização do tempo-comunidade:

1. **Estudos da Realidade/Pesquisa e Práticas Pedagógicas no território onde vive os alunos.** Nos estudos desenvolvidos em ambiente real, o educando acentuará sua formação como educador-pesquisador, realizando, portanto, pesquisas e práticas pedagógicas. Neste sentido, a reconstrução histórica de seu lócus, bem como de seu município é a base da metodologia de pesquisa, reconstruindo a totalidade das relações sociais historicamente produzidas, abrangendo a Memória Social, o Patrimônio Imaterial e Físico, a dinâmica das Escolas, recuperando histórias, objetos e territórios que vão se perdendo, além de reconstruir dados socioeconômicos e análises políticas. No retorno de cada tempo-comunidade, os educandos apresentarão oralmente suas percepções e entregarão um registro escrito acerca de suas observações e aprendizados. Estes estudos serão utilizados na construção do trabalho final a ser apresentado para uma banca examinadora e para a comunidade envolvida.
2. **Construção de dados para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso.** Neste tempo os estudantes realizarão pesquisas e atividades que darão suporte à construção do Trabalho de Conclusão de Curso, que deverá obrigatoriamente estar calcado em seu projeto de extensão/pesquisa. As comunidades serão envolvidas de acordo com as necessidades e demandas apresentadas pelos grupos sociais envolvidos na formação. Assim, relatos, fotografias, depoimentos, observação e acompanhamento do cotidiano dos sujeitos sociais serão utilizados na elaboração da pesquisa que obrigatoriamente será apresentada na universidade e na escola envolvida.
3. **Excursões didático-pedagógicas.** Serão realizadas visitas para o acompanhamento de atividades desenvolvidas pelos estudantes em escolas e instituições que atuem no campo da educação escolar e não escolar, bem como, movimentos sociais no estado do Piauí e em outros estados vizinhos.
4. **Estágio curricular supervisionado.** A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais da Educação nas escolas de educação básica, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Importante destacar que no âmbito do PRILEI articulação entre teoria e prática, ocorre também por meio da residência docente, pois os alunos com bom desempenho

no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que integram o curso, assumem o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa. Trata-se de uma ação valiosa que supera o estágio pois consiste na imersão do aluno na escola que promove o aperfeiçoamento da formação de professores nos cursos de licenciatura.

7.7.1 Matriz Curricular

1º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO	1	0	0	0	15	0	0	0	15
2	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	2	2	0	0	30	30	0	0	60
4	MATEMÁTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS NATURAIS	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	2	2	0	0	30	30	0	0	60
6	LÍNGUA PORTUGUESA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	2	2	0	0	30	30	0	0	60
7	QUÍMICA GERAL	2	1	0	0	30	15	0	0	45
8	ACE I	0	0	0	3	0	0	0	45	45
9	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	0	0	1	0	0	0	15	0	15
Total		13	11	1	3	195	165	15	45	420

2º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	2	2	0	0	30	30	0	0	60
2	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	CÁLCULO	2	1	0	0	30	15	0	0	45
4	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS I (VÍRUS, BACTÉRIA E ARCHAEA)	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	FÍSICA I	2	2	0	0	30	30	0	0	60
6	METODOLOGIA CIENTÍFICA	2	2	0	0	30	30	0	0	60
7	QUÍMICA ORGÂNICA	2	2	0	0	30	30	0	0	60
8	ACE II	0	0	0	3	0	0	0	45	45
9	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	0	0	3	0	0	0	45	0	45
Total		14	13	3	3	210	195	45	45	495

3º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total

1	DIDÁTICA GERAL	2	2	0	0	30	30	0	0	60
2	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	BIOESTATÍSTICA	2	2	0	0	30	30	0	0	60
4	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS II (PROTISTAS E ANIMALIA I)	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	BIOQUÍMICA	2	2	0	0	30	30	0	0	60
6	ACE III	0	0	0	3	0	0	0	45	45
7	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III	0	0	3	0	0	0	45	0	45
Total		10	10	3	3	150	150	45	45	390

4º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	2	2	0	0	30	30	0	0	60
2	EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	GENÉTICA E EVOLUÇÃO	2	2	0	0	30	30	0	0	60
4	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS III (ANIMALIA II)	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	FÍSICA II	2	2	0	0	30	30	0	0	60
6	GEOGRAFIA FÍSICA	2	2	0	0	30	30	0	0	60
7	QUÍMICA INORGÂNICA	2	1	0	0	30	15	0	0	45
8	ACE IV	0	0	0	3	0	0	0	45	45
9	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV	0	0	3	0	0	0	45	0	45
Total		14	13	3	3	210	195	45	45	495

5º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	2	2	0	0	30	30	0	0	60
2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	SISTEMÁTICA E FILOGENÉTICA	2	1	0	0	30	15	0	0	45
4	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS IV (FUNGOS E PLANTAE I)	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	LIBRAS	2	2	0	0	30	30	0	0	60
6	FUNDAMENTOS DE GEODIVERSIDADE E GEOCONSERVAÇÃO	2	2	0	0	30	30	0	0	60

7	QUÍMICA ANALÍTICA	2	1	0	0	30	15	0	0	45
8	ACE V	0	0	0	3	0	0	0	45	45
9	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V	0	0	3	0	0	0	45	0	45
Total		14	12	3	3	210	180	45	45	480

6º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	BIOLOGIA DO CORPO HUMANO I (ANATOMIA E FISILOGIA HUMANA)	2	2	0	0	30	30	0	0	60
2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS IV (PLANTAE II)	2	2	0	0	30	30	0	0	60
4	FÍSICA III	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS HÍDRICOS, MINERAIS E ENERGÉTICOS	2	1	0	0	30	15	0	0	45
6	FÍSICO-QUÍMICA	2	1	0	0	30	15	0	0	45
7	ACE VI	0	0	0	3	0	0	0	45	45
8	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI	0	0	4	0	0	0	60	0	60
Total		12	10	4	3	180	150	60	45	435

7º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	BIOLOGIA DO CORPO HUMANO I (HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA HUMANA)	2	2	0	0	30	30	0	0	60
2	ORIGEM E DINÂMICA DO UNIVERSO E DO SISTEMA SOLAR	2	1	0	0	30	15	0	0	45
3	FÍSICA MODERNA	2	1	0	0	30	15	0	0	45
4	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	TCC 1	1	1	0	0	15	15	0	0	30
6	ACE VII	0	0	0	3	0	0	0	45	45
7	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VII	0	0	4	0	0	0	60	0	60
Total		9	7	4	3	135	105	60	45	345

8º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE ÚNICA	2	1	0	0	30	15	0	0	45
2	OPTATIVA I	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	OPTATIVA II	2	2	0	0	30	30	0	0	60
4	TCC 2	1	1	0	0	15	15	0	0	30
5	ACE VIII	0	0	0	3	0	0	0	45	45
6	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VIII	0	0	6	0	0	0	90	0	90
Total		7	6	6	3	105	90	90	45	330

OPTATIVAS										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	História e Cultura africana e afro-brasileira	2	2	0	0	30	30	0	0	60
2	EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	2	1	0	0	30	15	0	0	45
3	ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM LÍNGUA INGLESA	2	1	0	0	30	15	0	0	45
4	TEORIAS DA APRENDIZAGEM	3	1	0	0	45	15	0	0	60
5	Física para o Ensino Médio	2	2	0	0	30	30	0	0	60
6	Educação e Cultura Popular	2	2	0	0	30	30	0	0	60
7	Sociologia Rural	2	2	0	0	30	30	0	0	60
8	Educação, Estado e Direitos Humanos	2	2	0	0	30	30	0	0	60
9	Informática na Educação	2	2	0	0	30	30	0	0	60
Total		7	3	0	0	105	45	0	0	150

7.7.2 Fluxograma do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	NÚCLEOS
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	DIDÁTICA GERAL	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	BIOLOGIA DO CORPO HUMANO I (ANATOMIA E FISIOLÓGIA HUMANA)	BIOLOGIA DO CORPO HUMANO I (HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA HUMANA)	SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE ÚNICA	NÚCLEO I - FG PEDAGÓGICO
2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 1 0 0 45	
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			NÚCLEO I - FG LINGUAGEM
2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60			
MATEMÁTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS NATURAIS	CÁLCULO	BIOESTATÍSTICA	GENÉTICA E EVOLUÇÃO	SISTEMÁTICA E FILOGENÉTICA				NÚCLEO I - FG CURRÍCULO E PRÁTICA
2 2 0 0 60	2 1 0 0 45	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 1 0 0 45				
BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS I (VÍRUS, BACTÉRIA E ARCHAEA)	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS II (PROTISTAS E ANIMALIA I)	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS III (ANIMALIA II)	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS IV (FUNGOS E PLANTAE I)	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS IV (PLANTAE II)	ORIGEM E DINÂMICA DO UNIVERSO E DO SISTEMA SOLAR	OPTATIVA I	NÚCLEO II - MATÉRIA E ENERGIA
2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 1 0 0 45	2 2 0 0 60	
LÍNGUA PORTUGUESA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	FÍSICA I		FÍSICA II	LIBRAS	FÍSICA III	FÍSICA MODERNA	OPTATIVA II	NÚCLEO II - VIDA E EVOLUÇÃO
2 2 0 0 60	2 2 0 0 60		2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 60	2 1 0 0 45	2 2 0 0 60	
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO	METODOLOGIA CIENTÍFICA		GEOGRAFIA FÍSICA	FUNDAMENTOS DE GEODIVERSIDADE E GEOCONSERVAÇÃO	SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS HÍDRICOS, MINERAIS E ENERGÉTICOS	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE		NÚCLEO II - TERRA E UNIVERSO
1 0 0 0 15	2 2 0 0 60		2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 1 0 0 45	2 2 0 0 60		
QUÍMICA GERAL	QUÍMICA ORGÂNICA	BIOQUÍMICA	QUÍMICA INORGÂNICA	QUÍMICA ANALÍTICA	FÍSICO-QUÍMICA	TCC 1	TCC 2	NÚCLEO II - TCC E OPTATIVA
2 1 0 0 45	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 1 0 0 45	2 1 0 0 45	2 1 0 0 45	1 1 0 0 30	1 1 0 0 30	
ACE I	ACE II	ACE III	ACE IV	ACE V	ACE VI	ACE VII	ACE VIII	NÚCLEO III - EXTENSÃO
0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VII	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VIII	NÚCLEO IV - ESTÁGIO
0 0 1 0 15	0 0 3 0 45	0 0 3 0 45	0 0 3 0 45	0 0 3 0 45	0 0 4 0 60	0 0 4 0 60	0 0 6 0 90	
13 11 1 3 420	14 13 3 3 495	10 10 3 3 390	14 13 3 3 495	14 12 3 3 480	12 10 4 3 435	9 7 4 3 345	7 6 6 3 330	
1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	

7.7.3 Disciplinas e seus pré-requisitos

Disciplinas obrigatórias e optativas do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI, CPCE, e seus pré-requisitos.

Código	Nome das Disciplinas	Créditos				Período	Total	Pré-requisito
	SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO	1	0	0	0	1º	15	-
	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	2	2	0	0	1º	60	-
	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	2	2	0	0	1º	60	-
	MATEMÁTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS NATURAIS	2	2	0	0	1º	60	-
	BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	2	2	0	0	1º	60	-
	LÍNGUA PORTUGUESA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	2	2	0	0	1º	60	-
	QUÍMICA GERAL	2	1	0	0	1º	45	-
	ACE I	0	0	0	3	1º	45	-
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	0	0	1	0	1º	15	-
	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	2	2	0	0	2º	60	-
	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	2	2	0	0	2º	60	-
	CÁLCULO	2	1	0	0	2º	45	-
	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS I (VÍRUS, BACTÉRIA E ARCHAEA)	2	2	0	0	2º	60	-
	FÍSICA I	2	2	0	0	2º	60	-
	METODOLOGIA CIENTÍFICA	2	2	0	0	2º	60	-
	QUÍMICA ORGÂNICA	2	2	0	0	2º	60	QUÍMICA GERAL I
	ACE II	0	0	0	3	2º	45	-
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	0	0	3	0	2º	45	-
	DIDÁTICA GERAL	2	2	0	0	3º	60	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO
	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2	2	0	0	3º	60	-
	BIOESTATÍSTICA	2	2	0	0	3º	60	CÁLCULO
	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS II (PROTISTAS E ANIMALIA I)	2	2	0	0	3º	60	-
	BIOQUÍMICA	2	2	0	0	3º	60	QUÍMICA ORGÂNICA
	ACE III	0	0	0	3	3º	45	-
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III	0	0	3	0	3º	45	-
	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	2	2	0	0	4º	60	DIDÁTICA GERAL
	EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO	2	2	0	0	4º	60	-
	GENÉTICA E EVOLUÇÃO	2	2	0	0	4º	60	BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR

	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS III (ANIMALIA II)	2	2	0	0	4º	60	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS II (PROTISTAS E ANIMALIA I)
	FÍSICA II	2	2	0	0	4º	60	FÍSICA I
	GEOGRAFIA FÍSICA	2	2	0	0	4º	60	-
	QUÍMICA INORGÂNICA	2	1	0	0	4º	45	QUÍMICA GERAL
	ACE IV	0	0	0	3	4º	45	-
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV	0	0	3	0	4º	45	-
	METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	2	2	0	0	5º	60	-
	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	2	2	0	0	5º	60	-
	SISTEMÁTICA E FILOGENÉTICA	2	1	0	0	5º	45	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS III (ANIMALIA II)
	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS IV (FUNGOS E PLANTAE I)	2	2	0	0	5º	60	-
	LIBRAS	2	2	0	0	5º	60	-
	FUNDAMENTOS DE GEODIVERSIDADE E GEOCONSERVAÇÃO	2	2	0	0	5º	60	-
	QUÍMICA ANALÍTICA	2	1	0	0	5º	45	QUÍMICA INORGÂNICA
	ACE V	0	0	0	3	5º	45	-
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V	0	0	3	0	5º	45	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV
	BIOLOGIA DO CORPO HUMANO I (ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA)	2	2	0	0	6º	60	-
	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	2	2	0	0	6º	60	-
	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS IV (PLANTAE II)	2	2	0	0	6º	60	DIVERSIDADE DOS SERES VIVOS IV (FUNGOS E PLANTAE I)
	FÍSICA III	2	2	0	0	6º	60	FÍSICA II
	SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS HÍDRICOS, MINERAIS E ENERGÉTICOS	2	1	0	0	6º	45	-
	FÍSICO-QUÍMICA	2	1	0	0	6º	45	QUÍMICA ANALÍTICA
	ACE VI	0	0	0	3	6º	45	-
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI	0	0	4	0	6º	60	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V
	BIOLOGIA DO CORPO HUMANO I (HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA HUMANA)	2	2	0	0	7º	60	BIOLOGIA DO CORPO HUMANO I (ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA)
	ORIGEM E DINÂMICA DO UNIVERSO E DO SISTEMA SOLAR	2	1	0	0	7º	45	FÍSICA I
	FÍSICA MODERNA	2	1	0	0	7º	45	FÍSICA III
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	2	2	0	0	7º	60	-
	TCC 1	1	1	0	0	7º	30	-
	ACE VII	0	0	0	3	7º	45	-
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VII	0	0	4	0	7º	60	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI
	SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE ÚNICA	2	1	0	0	8º	45	-
	OPTATIVA I	2	2	0	0	8º	60	-

	OPTATIVA II	2	2	0	0	8º	60	-
	TCC 2	1	1	0	0	8º	30	TCC 1
	ACE VIII	0	0	0	3	8º	45	-
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VIII	0	0	6	0	8º	90	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VII
	BASES EPISTEMOLÓGICAS DA EDUCAÇÃO	3	1	0	0	Optativa	60	-
	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS	3	1	0	0	Optativa	60	-
	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	3	1	0	0	Optativa	60	-
	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	3	1	0	0	Optativa	60	-
	EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	2	1	0	0	Optativa	45	-
	INICIAÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	3	1	0	0	Optativa	60	-
	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS	3	1	0	0	Optativa	60	-
	ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM LÍNGUA INGLESA	2	1	0	0	Optativa	45	-
	GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR	3	1	0	0	Optativa	60	-
	TEORIAS DA APRENDIZAGEM	3	1	0	0	Optativa	60	-
	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	3	1	0	0	Optativa	60	-
	TEMAS E PRÁTICAS TRANSVERSAIS	3	1	0	0	Optativa	60	-
	OFICINA DE TEXTOS ACADÊMICOS	3	1	0	0	Optativa	60	-

7.7.4 Ementa das disciplinas/Bibliografia

Bloco: 1	Disciplina: Seminário de Introdução ao Curso	Carga Horária: 15h
Ementa:		
Informações sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências da Natureza e a Legislação da UFPI		
Bibliografia Básica:		
1. UFPI. Resolução CONSUN\UFPI Nº21 de 2000. Regimento Interno da UFPI , 2000. 2. UFPI. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências da Natureza , 2026. 3. UFPI. Resolução CEPEX Nº 177 de 2012. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí , de 05 de novembro de 2013. Disponível em: < http://www.ufpi.br/arquivos/normas/CEPEX. >		
Bibliografia Complementar:		
1. BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996. 2. UFPI. Resolução CONSUN\UFPI Nº 032 de 2005. Estatuto da Universidade Federal do Piauí . Disponível em: < http://www.ufpi.br/arquivos/estatuto e regimentoUFPI. > 3. UFPI. Resolução CEPEX Nº 017 de 2011. Guia acadêmico do aluno 2011 . Disponível em: < http://www.ufpi.br/arquivos/guia. > 4. UFPI. Relatório de auto avaliação da UFPI, 2012 . Disponível em: < http://www.ufpi.br/arquivos/lcpa. > 5. UFPI. Resolução Conjunta CONSUN Nº 002 de 2010, 26 de maio de 2010. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015 a 2019. Disponível em: < http://www.leg.ufpi.br/arquivos/File/PDI%202015-2019.pdf >		

Bloco: 1	Disciplina: História da Educação	Carga Horária: 60h
Ementa:		
História da Educação: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período. A escola do campo na história da educação do Brasil e do Piauí.		
Bibliografia Básica:		
1. ARANHA, M. L. A. História da educação . São Paulo: Moderna, 1994. 288 p. 2. FREITAS, G. B. Escola, estado e sociedade . 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986. 142 p. 3. LOPES, E. M. T. Perspectivas históricas da educação . 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. 80 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. GUIRALDELLI JUNIOR, P. História da educação . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 240 p. 2. LUZURIAGA, L. História da educação e da pedagogia . 18. ed. São Paulo: Nacional, 1990. 292 p. (Atualidades Pedagógicas, 59) 3. MANACORDA, M. A. História da educação : da Antiguidade aos nossos dias. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 382 p. 4. ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil (1930/1973) . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 267 p. 5. SAVIANI, D.; RAMA, G.; GREGÓRIO, W. (Org.). Para uma história da educação latino-americana . Campinas: Autores Associados, 1996. 79 p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 52)		

Bloco: 1	Filosofia da Educação	Carga Horária: 60
Ementa:		
Filosofia e Filosofia da Educação: concepções e especificidades da Filosofia; concepções de Educação; tarefas da Filosofia da Educação. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-política e estética. A dimensão teleológica da práxis educativa. Filosofia da Educação e a formação do professor do campo. As novas racionalidades da pós-modernidade e educação do campo.		
Bibliografia Básica:		
1. DELEUZE, G. Que é filosofia? 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. 279 p.		

2. KNELLER, G. F. Introdução a filosofia da educação . 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, s.d. 133 p.
3. LUCKESI, C. C. Filosofia da educação . São Paulo: Cortez, 1992. 183 p.
Bibliografia Complementar:
1. ARANHA, M. L. A. Filosofia da educação . São Paulo: Moderna, 1982. 214 p.
2. GHIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). Que é filosofia da educação? 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 326 p.
3. LUCKESI, C.C.; PASSOS, E. S. (Colab.). Introdução à filosofia: aprendendo a pensar . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 271 p.
4. SEVERINO, A. J. Filosofia . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 211 p.
5. SEVERINO, A. J. Filosofia contemporânea no Brasil: conhecimento, política e educação . 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 255 p.

Bloco: 1	Disciplina: Matemática Aplicada às Ciências da Natureza	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Equações; Números Reais; Funções e gráficos; Aplicações de funções; Razão e Proporção; Estatística elementar e suas aplicações.		
Bibliografia Básica:		
1. BARBANTI, L.; MALACRIDA JUNIOR, S. A. (Colab.). Matemática superior: um primeiro curso de cálculo . São Paulo: Pioneira, 1999. 247 p.		
2. MORGADO, A. C.; CESAR, B. (Colab.). Matemática básica: teoria e mais de 750 questões resolvidas . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 180 p.		
3. SCHEINERMAN, E. R. Matemática discreta: uma introdução . São Paulo: Thomson, 2006. 532 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. BOLDRINI, J. L.; COSTA, S. I. R. (Colab.). Álgebra linear . 3. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1980. 411 p.		
2. CARACA, B. J. Conceitos fundamentais da matemática . 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2003. 324 p.		
3. CONTADOR, P. R. M. Matemática: uma breve história . 3. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2008.		
4. DIENES, Z. P. Seis etapas do processo de aprendizagem em matemática . São Paulo: EPU, 1986. 72 p.		
5. SPIVAK, M. Cálculo em variedades . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2003. 168 p.		

Bloco: 1	Disciplina: Biologia Celular e Molecular	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Compreensão da origem, evolução e estrutura das células procariontes e eucariontes, bem como de sua composição química e da função dos componentes celulares - membranas, citoesqueleto, núcleo -, além dos diferentes mecanismos de divisão, diferenciação e morte celular. Abordagem prática dos métodos de estudo da célula e utilização de microscópios. Abordagem das bases moleculares da hereditariedade, do processo de regulação gênica, do mapeamento gênico com enfoque molecular, das tecnologias do DNA recombinante, dos marcadores moleculares, da terapia gênica, do organismo transgênico e, finalmente, das biotecnologias		
Bibliografia Básica:		
1. BRAY, D.; ALBERTS, B.; HOPKIN, K. (Colab.). Fundamentos da biologia celular . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 843 p.		
2. COOPER, G. M.; HAUSMAN, R. E. (Colab.). Célula: uma abordagem molecular . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 718 p.		
3. JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. (Colab.). Biologia celular e molecular . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 332 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. ALBERTS, B. Biologia molecular da célula . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1268p.		
2. LODISH, H. et al. Biologia celular e molecular . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 1054 p.		
3. ROBERTIS, E.; HIB, J. (Colab.). De Robertis: bases da biologia celular e molecular . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 389 p.		
4. TURNER, P. C. et al. Biologia molecular . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 287 p.		
5. VIEIRA, E. C.; GAZZINELLI, G.; MARES-GUIA, M. Bioquímica celular e biologia molecular . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002. 360 p.		

Bloco: 1	Língua Portuguesa na Produção Científica	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Leitura, interação e produção de sentido: concepções de leitura, conhecimentos do leitor necessários na leitura e estratégias de leitura. Leitura e escrita em ambiente virtual. Sequências tipológicas, gêneros textuais e domínios discursivos. A escrita na universidade: leitura e produção de gêneros acadêmicos.		
Bibliografia Básica:		
1. COSTA, Deborah Cristina Lopes; SALCES, Cláudia Dourado. Leitura & produção de textos na universidade. Campinas, SP: Alínea, 2013. 2. DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel Machado; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). Gêneros textuais & ensino. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2010. 3. KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.		
Bibliografia Complementar:		
1. CINTRA, Anna Maria Marques; PASSARELLI, Lília Ghiuro. Leitura e produção de texto. São Paulo: Blucher, 2011. 2. KLEIMANN, Angela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. 15. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013. 3. KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2011. 4. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010. 5. RIBEIRO, Ana Elisa. Novas tecnologias para ler e escrever: algumas ideias sobre ambientes e ferramentas digitais na sala de aula. Belo Horizonte: Editora RHJ, 2012.		

Bloco: 1	Química Geral	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Teorias atômicas. Elementos químicos. Tabela periódica e propriedades periódicas. Ligações químicas. Simbologia e nomenclatura química. Estequiometria. Estados físicos da matéria e suas transformações. Soluções e propriedades coligativas. Ácidos, bases, sais e óxidos: propriedades, classificação e aplicações.		
Bibliografia Básica:		
1. ATKINS, P. A. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente . 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2018. 1094 p. 2. BRADY, J.; SENESE, F.; JESPERSEN, N. D. Química geral: a matéria e suas transformações . 5. ed. Rio de Janeiro, LTC, 2009. 424 p. 3. KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M.; WEAVER, G. C. Química geral e reações químicas . 5 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2005. 672 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. BESSLER, K. E.; NEDER, A. V. F. Química em tubos de ensaio: uma abordagem para principiantes . São Paulo: Edgard Blucher, 2004. 218 p. 2. BROWN, T. L., LeMAY, E.Jr., BURSTEN, B.E. Química a ciência central . 9ªed:Pearson Education do Brasil Ltda. São Paulo, 2005. 972 p. 3. LENZI, E.; FAVERO, L. O. B.; TANAKA, A. S.; VIANA FILHO, E. A.; SILVA, M. B. Química geral experimental . Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2004. 360 p. 4. MAIA, D. J.; BIANCHI, J. C. A. Química geral: fundamentos . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 436p.		

Bloco: 1	ACE I	Carga Horária: 60h
Ementa:		

Desenvolver ações de extensão com a temática de Aquecimento Global e Mudanças Climáticas e os seus Impactos sobre a Biodiversidade
Bibliografia Básica:
1. ASSAD, E; PINTO, H. S. (Eds.). 2008. Aquecimento global e a nova geografia da produção agrícola no Brasil. EMBRAPA & UNICAMP, São Paulo. 83 p.
2. BUCKERIDGE, M. S. (Ed.). 2010. Biologia & Mudanças Climáticas no Brasil. São Carlos, RiMa. 295p.
3. HANNAH, L. 2014. Climate change biology. New York, Academic Press. 470p
Bibliografia Complementar:
1. CASAGRANDE, A., SILVA JUNIOR, P., & MENDONÇA, F. (2011). MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AQUECIMENTO GLOBAL: CONTROVÉRSIAS, INCERTEZAS E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA. Revista Brasileira De Climatologia, 8. https://doi.org/10.5380/abclima.v8i0.25793 .
2. MARUYAMA, S. Aquecimento Global? São Paulo: Oficina de Textos, 2009.
3. STEFFEN, W.; SANDERSON, A.; TYSON, P. D.; et al. 2005. Global change and the Earth system: a planet under pressure. Springer, Berlim.
4. MONZONI, M. (ed.) Diretrizes para a formulação de políticas públicas em mudanças climáticas no Brasil. São Paulo: Observatório do Clima e Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP - FGV, 2009.

Bloco: 1	Estágio Curricular Supervisionado I	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Abordagem do processo de formação e a trajetória da profissionalização docente. Aproximação do aluno ao ambiente escolar.		
Bibliografia Básica:		
1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004.		
2. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
Bibliografia Complementar:		
1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Revendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.		
2. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004.		
3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991.		
4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996.		
5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992		

Bloco: 2	Disciplina: Psicologia da Educação	Carga Horária: 60h
Ementa:		
A ciência psicológica e a Psicologia da Educação. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem: aspectos psicossociais (motivação, auto-conceito e auto-estima). Dificuldades de aprendizagem das subjetividades dos sujeitos do campo.		
Bibliografia Básica:		
1. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. (Colab.). Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 368 p.		
2. BRAGHIROLI, E. M.; BISI, G. P. (Colab.). Psicologia geral . 31. ed. Porto Alegre: Vozes, 2012. 235 p.		
3. SALVADOR, C. C. (Org.). Psicologia da educação . Porto Alegre: ArtMed, 1999. 209 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. BOCK, A. M. B.; GONCALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Colab.). Psicologia socio-historica: uma perspectiva crítica em psicologia . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 224 p.		
2. DAVIDOFF, L. L. Introdução à psicologia . 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006. 798 p.		
3. FONTANA, R. A. C.; CRUZ, M. N. (Colab.). Psicologia e trabalho pedagógico . São Paulo: Atual, 1997. 232 p.		
4. LUSTOSA, A. V. M. F.; CARVALHO, M. V. C. (Org.). Psicologia da educação: saberes e vivências . Teresina: EDUFPI, 2004. 213 p.		

5. MOREIRA, P. R. **Psicologia da educação**: interação e identidade. 2. ed. São Paulo: FTD, 1996. 103 p.

Bloco: 2	Disciplina: Sociologia da Educação	Carga Horária: 60h
Ementa:		
O campo da Sociologia da Educação: surgimento e correntes teóricas. A escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas. O campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos. Os sujeitos e os modos de produção e organização no campo. As formas de organização e resistência camponesa.		
Bibliografia Básica:		
1. DEMO, P. Sociologia : uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. 159 p.		
2. KRUPPA, S. M. P. Sociologia da educação . São Paulo: Cortez, 2002. 155 p.		
3. MANNHEIM, K.; STEWART, W. A. C. (Coord.). Introdução à sociologia da educação . 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1978. 202 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. DURKHEIM, E. Educação e sociologia . 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 90 p.		
2. MARTINS, C. B. Que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 2006. 104 p. (Coleção Primeiros Passos, 57)		
3. NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. (Colab.). Bourdieu & a educação . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 126 p.		
4. NOGUEIRA, M. A. Família e escola : trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 183 p.		
5. TORRES, C. A. Sociologia política da educação . São Paulo: Cortez, 1993. 104 p.		

Bloco: 2	Disciplina: Diversidade dos Seres Vivos I (Vírus, Bactérias a Archaea)	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Morfologia, classificação e replicação de vírus. Morfologia e ultraestrutura bacteriana. Cultivo de bactérias e curva de crescimento. Metabolismo microbiano, enzimas e sua regulação. Exigências nutricionais, influência de fatores físicos e químicos no cultivo bacterianos. Diagnóstico e sintomatologia de enfermidades causadas por vírus e bactéria.		
Bibliografia Básica:		
1. TRABULS, L. Rachid I; ALTERTHUM, Flávio. Microbiologia . 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.		
2. JAWETZ, E.; MELNICK, J. L.; ADELBURG, E. A. Microbiologia Médica . 24. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.		
3. HARVEY, R. A.; FISCHER, B. D.; CHAMPE, P. C. Microbiologia Ilustrada . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.		
Bibliografia Complementar:		
1. FUNKE, B. R.; CASE, C. L.; TORTORA, G. J. Microbiologia . 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.		
2. WARREN, L.; ERNEST, J. Microbiologia Médica e Imunologia . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.		

Bloco: 2	Disciplina: Cálculo	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Limites de Funções, Taxa de variação. Equação da Reta Tangente, Derivadas de função, (conceito, propriedades, operações e aplicações), Análise de Variação da Função. Noções de Integral e Métodos de integração.		
Bibliografia Básica:		
1. STEWART, James. Cálculo , volume I. São Paulo: Cengage Learning, 2014.		
2. FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A: funções, limite, derivação, integração . 6.ed. São Paulo, SP: Pearson Makron Books, 2010. 617p.		
3. ANTON, Howard; DAVIS, Stephen; BIVENS, Irl. Cálculo . 10.ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2014.		

Bibliografia Complementar:
1. ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. Cálculo: um novo horizonte. 8.ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2000.
2. HOFFMANN, L. D.; BRADLEY, G. L. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações. 6. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
3. LEON, S. J. Álgebra Linear com Aplicações. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
4. SIMMONS, George F. Cálculo com geometria analítica. Rio de Janeiro, RJ: McGraw-Hill, 2010.
5. HAZZAN, S. & IEZZI, G. Fundamentos da Matemática elementar. Volumes 1-8. São Paulo: Ed Atual, 2013.

Bloco: 2	Disciplina: Física I	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Unidades, grandezas físicas e vetores; Movimento retilíneo; Leis do movimento; Momento linear; Energia e trabalho; Leis de conservação; Fluidos.		
Bibliografia Básica:		
1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física . 4v. 7a ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2006.		
2. YOUNG, H.D.; FREEDMAN, R.A. Física . 4v. 10. ed. São Paulo: Person Addison Wesley, 2003.		
3. SERWAY, R.A.; JEWETT JR, J. W (colab.). Princípios de física . 4v. 3. ed. São Paulo: Thomson, 2006.		
Bibliografia Complementar:		
1. TIPLER, P. A; MOSCA, G. (colab.). Física: para cientistas e engenheiros . 3v. Rio de Janeiro: LTC, 2006.		
2. OKUNO, E.; CHOW, C. (colab.); CALDAS, I. L. (colab.). Física para ciências biológicas e biomédicas . São Paulo: Harbra, 1986.		
3. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica . 4v. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.		
4. FEYNMAN, R. P.; LEIGHTON, R. B.; SANDS, M. Lições de física de Feynman : edição definitiva. Porto Alegre: Bookman, 2008.		
5. GREF. Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Física . Volume 1. São Paulo: EDUSP, 1991.		

Bloco: 2	Disciplina: Metodologia Científica	Carga Horária: 60h
Ementa:		
O conhecimento científico. Conceitos de ciência. A ciência como construção humana. Metodologia do Trabalho Científico. Pré-requisitos do Trabalho Científico. Visão Geral do Trabalho Científico. Elaboração do Trabalho Científico. O Processo do conhecimento científico.		
Bibliografia Básica:		
1. CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. (Colab.). Metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 159 p.		
2. DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 118 p.		
3. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia . 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 425 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 174 p.		
2. FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 405 p.		
3. GOLDENBERG, M. Arte de pesquisar : como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 107 p.		
4. KOCH, J. C. Fundamentos de metodologia científica : teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p.		
5. LAVILLE, C.; DIONNE, J. (Org.). Construção do saber : manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999. 340 p.		

Bloco: 2	Disciplina: Química Orgânica	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Introdução aos compostos de carbono: alguns aspectos históricos e de teoria estrutural, estrutura eletrônica e ligações químicas. Principais funções orgânicas: hidrocarbonetos, oxigenadas, nitrogenadas, halogenadas e sulfuradas. Estereoquímica. Principais reações orgânicas: adição, eliminação e		

substituição. Características estruturais das macromoléculas orgânicas: carboidratos, lipídeos, proteínas e ácidos nucleicos.
Bibliografia Básica:
1. ALLINGER, N. L. et al. Química orgânica . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1976. 961 p. 2. MCMURRY, J. Química orgânica . 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 614 p. 3. SOLOMONS, G. T.W.; FRYHLE, C. B. (Colab.). Química orgânica . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
Bibliografia Complementar:
1. BRUCE, P. Y. Química orgânica . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 641 p. 2. FERREIRA, M.; MORAES, L. (Colab.). Química orgânica . Porto Alegre: Artmed, 2007. 150 p. 3. MORRISON, R. T.; BOYD, R. N. Química orgânica . 13. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 1510 p. 4. PAVANELLI, L. C. Química orgânica: funções e isomeria . São Paulo: Saraiva. 2014. 128 p. 5. VOLLHARDT, K. P. C.; SCHORE, N. E. (Colab.). Química orgânica: estrutura e função . 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2004. 1112 p.

Bloco: 2	Disciplina: ACE II	Carga Horária: 45h
Ementa:		
.Desenvolver ações de extensão com a temática de TDICs para o Ensino de Ciências da Natureza		
Bibliografia Básica:		
1. BEZERRA, Francisco Ivanildo Alves; SOUZA JUNIOR, Anastacio; LIMA, Renata Pereira de. Integração de tecnologias digitais no ensino de ciências da natureza: uma revisão bibliográfica sobre os desafios e oportunidades na formação de professores . Revista Ensino em Debate, Fortaleza, v. 5, p. e2025011, 2025. DOI: 10.21439/2965-6753.v5.e2025011. Disponível em: https://revistarede.ifce.edu.br/ojs/index.php/rede/article/view/87 . Acesso em: 14 ago. 2025. 2. ARAÚJO, F.; SANTOS, L. Tecnologia digital no ensino de ciências: Uma abordagem prática.Revista de Educação e Tecnologia, v. 15, n. 2, p. 43-55, 2020. 3. COSTA, A. S., & LIMA, M. F. Tecnologias Digitais e Engajamento no Ensino de Ciências: Um Estudo de Caso.Educação e Tecnologia, 31(1), 90-105. 2018		
Bibliografia Complementar:		
1. FERREIRA, L. A., & RODRIGUES, T. S. Desenvolvimento de Habilidades Digitais no Ensino de Ciências: Uma Análise Crítica.Revista de Ensino de Ciências e Matemática, 20(3), 115-130. 2022. 2. FERREIRA, A.; SILVA, T. Desafios na adoção de tecnologias digitais por professores.Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 3, p. 76-84, 2019. 3. FERREIRA, R. T., & COSTA, J. S. Capacitação de Professores e o Uso de Tecnologias Digitais: Estudo de Caso.Revista de Formação de Professores, 18(1), 85-95. 2020. 4. SANTOS, A.; OLIVEIRA, B. Currículo e tecnologias digitais: Perspectivas e desafios.Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 1, p. 28-40, 2021		

Bloco: 2	Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado II	Carga Horária: 45h
Ementa:		
Abordagem do processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas, imersão na escola, para analisar seu projeto político pedagógico.		
Bibliografia Básica:		
1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004. 2. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. 3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
Bibliografia Complementar:		

1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Revendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
2. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004.
3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991.
4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996.
5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992

Bloco: 3	Disciplina: Didática Geral	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Fundamentos epistemológicos da Didática. A Didática e a formação do professor. O objeto de estudo da didática: objetivos, conteúdos, metodologia, relação entre professor e aluno, recursos de ensino e avaliação. O planejamento didático e a organização do trabalho docente.		
Bibliografia Básica:		
1. ANDRÉ, M. E. D. A. (Org.). Alternativas do ensino da didática . Campinas: Papirus, 1997. 143 p.		
2. GHIRALDELLI JR, P. Didática e teorias educacionais . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 100 p.		
3. LOPES, A. O.; CAPORALINI, M. B. S. C.; VEIGA, I. P. A. (Colab.). Repensando a didática . 29. ed. Campinas: Papirus, 2011. 159 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. CANDAU, V. M. Didática em questão . 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 127 p.		
2. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa . 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.		
3. HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. (Org.). Organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio . 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. 199 p.		
4. LIBANEO, J.C. Didática . São Paulo: Cortez, 1998. 261 p.		
5. ZABALA, A. Prática educativa: como ensinar . Porto Alegre, ArtMed, 1998 224 p.		

Bloco: 3	Disciplina: Legislação e Organização da Educação Básica	Carga Horária: 60h
Ementa:		
A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96). Diretrizes operacionais para a Educação do Campo.		
Bibliografia Básica:		
1. BRZEZINSKI, I. (Org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 308 p.		
2. DEMO, P. Nova LDB: ranços e avanços . 23. ed. Campinas: Papirus, 2012. 109 p.		
3. SAVIANI, D. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 162 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. CURY, C. R. J. Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais . 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 201 p.		
2. RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: a organização escolar . 13. ed. Campinas: Autores Associados, 1993. 207 p.		
3. SHIROMA, E. O. Política educacional . 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 126 p.		
4. SILVA, E. B. (Org.). Educação Básica pós-LDB . São Paulo: Thomson, 2003. 223 p.		
5. SOUZA, P. N. P.; SILVA, E. B. (Colab.). Como entender e aplicar a nova LDB: lei 9.394/96 . São Paulo: Pioneira, 1997. 140 p.		

Bloco: 3	Disciplina: Bioestatística	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Introdução a bioestatística: importância e aplicações. Amostragem. Planejamento, coleta de dados, organização, avaliação e tomada de decisão. Classificação das variáveis. Medidas de posição. Medidas de dispersão. Distribuição de frequências. Somatório. Utilização da calculadora científica. Noções de		

Probabilidade e Variáveis aleatórias. Correlação. Regressão. Testes de hipóteses. Aplicações no programa estatístico R.
Bibliografia Básica:
1. FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, ANDRADE, Gilberto (Coord.). Curso de estatística . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 320p.
2. BUSSAB, Wilton de O (Colab.); MORETTIN, Pedro A. Estatística básica . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 526p.
3. TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro (Colab.). Estatística básica . São Paulo: Atlas, 2014.
Bibliografia Complementar:
1. FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, ANDRADE, Gilberto (Coord.). Curso de estatística . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 320p.
2. BUSSAB, Wilton de O (Colab.); MORETTIN, Pedro A. Estatística básica . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 526p.
3. TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro (Colab.). Estatística básica . São Paulo: Atlas, 2014.

Bloco: 3	Disciplina: Diversidade dos Seres Vivos II (Protista e Animalia I)	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Importância da Zoologia. Características da Zoologia. Protozoários (morfologia e fisiologia). Características gerais, classificação e fisiologia dos filos: Porifera, Cnidaria, Platyhelminthes, Nematoda, Mollusca, Annelida, Arthropoda e Chinodermata. Hipóteses de relacionamento entre os grupos "basais" de invertebrados. Relacionamento entre os principais de grupos de artrópodes (Hipótese Ecdysozoa vs. Articulata).		
Bibliografia Básica:		
1. BARNES, R. S. K. et al. (Colab.). Invertebrados: uma síntese . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 495 p.		
2. BRUSCA, R. C.; BRUSCA, G. J. Invertebrados . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 1092 p.		
3. RUPPERT, E. E.; FOX, R. S.; BARNES, R. D. (Colab.). Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva . 7. ed. São Paulo: Roca, 2005. 1145 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. AZEVEDO, A. C. P.; HENNIG, G. J. Zoologia . 6. ed. Porto Alegre: Sagra, 1983. 318 p.		
2. D'ARCE, R. D.; FLECHTMANN, C. H. W. Introdução à anatomia e fisiologia animal . 2. ed. São Paulo: Nobel, 1985. 186 p.		
3. RIBEIRO-COSTA, C. S.; ROCHA, R. M. (Colab.). Invertebrados: manual de aulas práticas . 2. ed. Ribeirão Preto: Holos, 2006. 271 p.		
4. RODRIGUES, S. A. Zoologia . 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1982. 299 p.		
5. STORER, T. I.; USINGER, R. L.; STEBBINS, R. C.; NYBAKKEN, J. W. Zoologia geral . 6. ed. São Paulo: Nacional, 2000. 816 p.		

Bloco: 3	Disciplina: Bioquímica	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Características físico-químicas e funcionais das principais biomoléculas (carboidratos, lipídios, aminoácidos, proteínas e vitaminas). Determinação qualitativa das biomoléculas. Metabolismo de carboidratos, lipídios e compostos nitrogenados. Integração metabólica.		
Bibliografia Básica:		
1. DOSE, K. Bioquímica . São Paulo: Entrelinhas, 1982. 296 p.		
2. MARZZOCO, A.; TORRES, B. B. (Colab.). Bioquímica básica . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 386 p.		
3. NELSON, D. L., COX, M. M., LEHNINGER, A. L. (Colab.). Lehninger: princípios de bioquímica . 5. ed. São Paulo: Artmed, 2011. 1273 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. CAMPBELL, M. K. Bioquímica . 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000. 752 p.		
2. PRATT, C. W.; CORNELLY, K. (Colab.). Bioquímica essencial . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 716 p.		

3. REMIÃO, J. O. R.; SIQUEIRA, A. J. S.; AZEVEDO, A. M. P. Bioquímica : guia de aulas práticas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 214 p.
4. TAKEMURA, M.; SAWA, O. Guia mangá de bioquímica . São Paulo: NOVATEC, 2012. 272 p.
5. VOET, D.; VOET, J. G.; PRATT, C. W. (Colab.). Fundamentos de bioquímica : a vida em nível molecular. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2008. 1241 p.

Bloco: 4	Disciplina: Avaliação da Aprendizagem	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Concepções de avaliação. Tipos, funções e características da avaliação. Avaliação na legislação educacional brasileira e documentos oficiais. Critérios e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Práticas avaliativas na Educação Básica.		
Bibliografia Básica:		
1. HOFFMANN, J. M. L. Avaliação : mito e desafio uma perspectiva construtiva. 37. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. 104 p.		
2. LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar . 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 180 p.		
3. LUDKE, M.; MEDIANO, Z. (Colab.). Avaliação na escola de primeiro grau : uma análise sociológica. 7. ed. Campinas: Papirus, 1992. 162 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. HAYDT, R. C. C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem . 3. ed. São Paulo: Ática, 1992. 159 p. (Educação)		
2. HOFFMANN, J. Avaliar para promover : as setas do caminho. 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. 160 p.		
3. PERRENOUD, P. Avaliação : da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999. 183 p.		
4. PERRENOUD, P.; THURLER, M. G. (Colab.). Competências para ensinar no século XXI : a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002. 176 p.		
5. SAUL, A. M. Avaliação emancipatória : desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 151 p.		

Bloco: 03	Disciplina: ACE III	Carga Horária: 45h
Ementa:		
Desenvolver ações de extensão com a temática de Ética na Inteligência Artificial para o Ensino de Ciências da Natureza		
Bibliografia Básica:		
1. HAYKIN, Simon S. Redes neurais: princípios e prática. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 900 p. ISBN 9788573077186.		
2. REZENDE, Solange Oliveira. Sistemas inteligentes: fundamentos e aplicações. São Paulo: Manole, c2005. 525 p. ISBN 8520416837 (broch.).		
3. RUSSELL, Stuart J; NORVIG, Peter. Inteligência artificial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 988 p. ISBN 9788535237016 (broch.).		
Bibliografia Complementar:		
1. FAVA, Rui. Trabalho Educação e Inteligência Artificial: a era do indivíduo versátil. Porto Alegre: Editora Penso, 2018.		
2. VALENTE, J. Inovação nos processos de ensino e de aprendizagem: o papel das tecnologias digitais. In: Valente, J. A.; Freire, F.-M. -P.; Arantes, F. L., (org.). Tecnologia e educação: passado, presente e o que está por vir. Campinas: NIED/Unicamp, 2018. p. 17-41		
3. Pinheiro, W. S., & Valente, E. A. T. (2024). INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: ENTRE A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DESAFIO ÉTICO. Revista Políticas Públicas & Cidades, 13(2), e1257. https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-255-2024 .		
4. ALMEIDA CORREA BARBOSA, Carlos Roberto de. Transformações no ensino-aprendizagem com o uso da inteligência artificial: revisão sistemática da literatura. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar, [S. l.], v. 4, n. 5, p. e453103, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i5.3103.		

Bloco: 03	Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado III	Carga Horária: 45h

Ementa:
Vivências dos diferentes espaços na escola (Diretoria, Secretaria, refeitório, sala de aula, dentre outros). Observação participante das ações da escola. Elaboração do Plano de atividade de intervenção.
Bibliografia Básica:
1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004. 2. FREITAS, L. C. Neotecnismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. 3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
Bibliografia Complementar:
1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Revendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001. 2. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004. 3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991. 4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996. 5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992

Bloco: 04	Disciplina: Avaliação da Aprendizagem	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Concepções de avaliação. Tipos, funções e características da avaliação. Avaliação na legislação educacional brasileira e documentos oficiais. Critérios e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Práticas avaliativas na Educação Básica		
Bibliografia Básica:		
1. HOFFMANN, J. M. L. Avaliação: mito e desafio uma perspectiva construtiva . 37. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. 104 p. 2. LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar . 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 180 p. 3. LUDKE, M.; MEDIANO, Z. (Colab.). Avaliação na escola de primeiro grau: uma análise sociológica . 7. ed. Campinas: Papirus, 1992. 162 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. HAYDT, R. C. C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992. 159 p. (Educação) 2. HOFFMANN, J. Avaliar para promover: as setas do caminho. 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. 160 p. 3. PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999. 183 p. 4. PERRENOUD, P; THURLER, M. G. (Colab.). Competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002. 176 p. 5. SAUL, A. M. Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 151 p.		

Bloco: 04	Disciplina: Educação para as Relações Étnico-raciais, Gênero Diversidade e Inclusão	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Relações raciais e construção da identidade. Diversidade étnico-racial, LDB, teorias de currículo e educação escolar. Pesquisa educacional e relações étnico-raciais. A questão étnico-racial no projeto pedagógico e nos planos de ensino. Diversidade no contexto da educação no campo.		
Bibliografia Básica:		
1. CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro brasileira e africana . Brasília: CNE, 2004. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf > 2. FERNANDES, F. Integração do negro na sociedade de classes . 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. 3. THEODORO, M.; GERREIRO, L. J. R.; SOARES, O. S. (Org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição . Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf >		

Bibliografia Complementar:
1. FICHTNER, B.; FOERSTE, E.; LIMA, M. (Org.). Cultura, dialética e hegemonia: pesquisas em educação . Vitória: EDUFES, 2013. 322 p.
2. FREYRE, G. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal . 51. ed. São Paulo: Global, 2006. 727 p.
3. HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil . 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 220 p.
4. MCLAREN, P. Multiculturalismo crítico . São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1997. 239 p.

Bloco: 4	Disciplina: Genética e Evolução	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Bases da hereditariedade. Segregações. Noções de Citogenética. Aberrações cromossômicas. Ligações gênicas. Mapa genético. Herança extranuclear. Herança ligada ao sexo. Mutações. Herança quantitativa. Bases moleculares da genética. Teoria sintética da evolução e seu desenvolvimento. Diversidade genética, organização da variabilidade genética nas populações e Equilíbrio de Hardy-Weinberg. Mecanismos de Isolamento reprodutivo, diferenciação das populações e origem das espécies. Seleção natural e artificial. Modos de especiação. Adaptação. As grandes linhas de evolução. Tendências evolutivas. Evolução molecular. Evolução humana.		
Bibliografia Básica:		
1. BROWN, T.A. Genética: um enfoque molecular. 3. ed. Guanabara Koogan, 1999.		
2. GRIFFITHS, A.J.F.; GELBART, W.M.; MILER, J.H.; LEWONTIN, R.C. Introdução à genética. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.		
3. FUTUYMA, D.J. Biologia Evolutiva. 3. ed. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 2002.		
Bibliografia Complementar:		
1. FUTUYMA, D.J. Evolução, Ciências e Sociedade. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 2002.		
2. RIDLEY, M. Evolução. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.		
3. SNUSTAD, D.P.; SIMMONS, M.J. Fundamentos de genética. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2001.		
4. AMORIM, D.S. Elementos Básicos de Sistemática Filogenética. 2.ed. Ribeirão Preto, SP: Holos, Editora e Sociedade Brasileira de Entomologia, 1997.		
5. BROOKES, M. Fique por dentro da genética. 2.ed. São Paulo: Geográfica e Editora Ltda., 2001.		
6. VALENTE, S.E.S. Biologia molecular. Teresina: EDUFPI, 2012.		

Bloco: 4	Disciplina: Diversidade dos Seres Vivos III (Animalia II)	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Introdução ao estudo dos vertebrados, sua biologia, classificação e evolução. História evolutiva, sistemática, morfologia, morfogênese, fisiologia, ecologia, comportamento, biogeografia e conservação dos vertebrados anamniotas (peixes e anfíbios). Os ancestrais dos Vertebrata e seus parentes: Hemichordata, Urochordata, Cephalochordata e os Chordata primitivos. Os peixes sem mandíbula (agnatos), peixes cartilaginosos e peixes ósseos; as principais adaptações dos vertebrados anamniotas para vida em ambiente aquático; a conquista do ambiente terrestre pelos primeiros tetrápodes e suas principais adaptações; e os anfíbios viventes. Origem e evolução dos Tetrapoda Amniota e alterações da vida na terra; Organização Biológica e evolutiva de: Reptília, Aves e Mammalia; Nutrição, metabolismo energético, crescimento e desenvolvimento, princípios gerais de circulação, regulação da temperatura e excreção, movimento, respiração, sistema nervoso, sistema urogenital nos Reptília, Aves e Mammalia.		
Bibliografia Básica:		
1. AMORIM, D.S., 2002. Fundamentos de Sistemática Filogenética. Holos, Ribeirão Preto, 153p.		
2. HICKMAN JR., C. P., ROBERTS, L. S., KEEN, S., EISENHOUR, D. J., LARSON, A., & ANSON, H., 2016. Princípios Integrados de Zoologia. 16a ed. Guanabara Koogan; 954p.		
3. HILDEBRAND, M. Análise e estrutura dos vertebrados. Atheneu Editora São Paulo, 1995. 700 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. AURICHIO, P.; SALOMÃO, M. G. Técnicas de coleta e preparação de vertebrados para fins científicos e didáticos. Parma, São Paulo, Instituto Pau Brasil de História Natural, 2002. 348p.		
2. BRUSCA, R. C., MOORE, W. and SHUSTER S. M., 2018. Invertebrados. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1032 p.		

3. DOHRMANN, M.; WÖRHEIDE, G., 2017. Dating early animal evolution using phylogenomic data. DOI: 10.1038/s41598-017-03791-w
4. DUNN et al., 2014. Animal Phylogeny and Its Evolutionary Implications. Annu. Rev. Ecol. Evol. Syst. 45:371–95. DOI: 10.1146/annurev-ecolsys-120213-091627
5. HICKMAN Jr., C. P.; ROBERTS, L. S.; LARSON, A. 2004. Princípios Integrados de zoologia. Ed. GUANABARA KOOGAN. Rio de Janeiro/RJ. 846p.

Bloco: 4	Disciplina: Geografia Física	Carga Horária: 60h
Ementa:		
A Geografia Física: conceito, objeto e objetivo. Sistemas ambientais. O ambiente físico e o homem. O geossistema: a dinâmica do espaço geográfico. Mecanismos de desenvolvimento da natureza: naturais e antropogênicos. A Geografia Física e o planejamento territorial: o diagnóstico e o prognóstico. Trabalho de campo.		
Bibliografia Básica:		
1. CHRISTOPHERSON, Robert W. Geossistemas: uma introdução à Geografia Física. Trad. de Francisco Elineu Aquino [et.al]. 7.ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 2. GREGORY, K.J. A natureza da Geografia Física. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992. 3. PRESS, F.; GROTZINGER, J.; SIEVER, R.; JORDAN, T. H. Para Entender a Terra. Tradução: MENEGAT, R. (coord.). 4a . edição. Porto Alegre: Bookman, 2006.		
Bibliografia Complementar:		
1. ROSS, J.L.S. (org) – Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996. 2. STRAHLER, A N. – Geografia Física. Trad. Ana Maria Guillo e José Francisco Albert. 8ª ed. Barcelona: Ediciones Omega, S. A. , 1986. 3. SUERTEGARAY, D.M.A. – O que ensinar em Geografia (Física)? In: REGO, N.; SUERTEGARAY, D.M. e HEINDRICH, A. (orgs) – Geografia e educação: geração de Ambiências. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 2000. 4. GREGORY, K. J. A natureza da geografia física. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992. 5. AB'SABER, Azis Nacib. Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2003.		

Bloco: 4	Disciplina: Física II	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Oscilações simples e ondas mecânicas. Difração e interferência. Temperatura e calor. Gás ideal. Leis da Termodinâmica.		
Bibliografia Básica:		
1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física. 4v. 7a ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2006. 2. YOUNG, H.D.; FREEDMAN, R.A. Física. 4v. 10. ed. São Paulo: Person Addison Wesley, 2003. 3. SERWAY, R.A.; JEWETT JR, J. W (colab.). Princípios de física. 4v. 3. ed. São Paulo: Thomson, 2006.		
Bibliografia Complementar:		
1. TIPLER, P. A; MOSCA, G. (colab.). Física: para cientistas e engenheiros. 3v. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 2. OKUNO, E.; CHOW, C. (colab.); CALDAS, I. L. (colab.). Física para ciências biológicas e biomédicas. São Paulo: Harbra, 1986. 3. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica. 4v. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002. 4. FEYNMAN, R. P.; LEIGHTON, R. B.; SANDS, M. Lições de física de Feynman: edição definitiva. Porto Alegre: Bookman, 2008. 5. GREF. Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Física. Volume 2. São Paulo: EDUSP, 1991.		

Bloco: 4	Disciplina: Química Inorgânica	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Estudo das propriedades, estruturas e reatividades dos elementos da tabela periódica e seus principais compostos, abrangendo os elementos representativos e os metais de transição. Análise de compostos de coordenação quanto à estrutura, propriedades e aplicações. Introdução à química de materiais inorgânicos		

com ênfase em aplicações ambientais, biológicas e tecnológicas, incluindo exemplos relacionados a processos industriais, sistemas naturais e bioinorgânica.
Bibliografia Básica:
1. MIESSLER, G. L.; FISCHER, P. J.; TARR, D. A. Química Inorgânica . 5ed. São Paulo: Pearson 2014.
2. LEE, J. D. Química inorgânica não tão concisa . São Paulo: Blucher, 1999.
3. SHRIVER, D. F.; ATKINS, P. W. Química inorgânica . 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.
Bibliografia Complementar:
1. ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente . 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2018.
2. CONLEY, J. B. Química de Coordenação . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
3. FLACH, S. E. Introdução a química inorgânica experimental . 2ª edição revista, Editora UFSC, 1990.
4. HOUSECROFT, C. E.; SHARPE, A. G. Química Inorgânica . 4ed. volume 1. LTC 2013.
5. KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M.; TOWNSEND, J. R. Química e Reações Químicas . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

Bloco: 4	Disciplina: ACE IV	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Desenvolver ações de extensão com a temática de Estratégias Inclusivas para o Ensino de Ciências da Natureza		
Bibliografia Básica:		
1. SOUZA, Daniella Bezerra Feitoza Barbosa de; SILVA, José Affonso Tavares. O ensino de Ciências na perspectiva inclusiva: relato de experiência em turma dos anos finais do Ensino Fundamental. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 24, nº 36, 1º de outubro de 2024.		
2. ROPOLI, E. A. A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: MEC/Secretaria Municipal de Educação Especial de Fortaleza/UFC, 2010.		
3. ALVES, D de O.; BARBOSA, K. A. M. Experiências educacionais inclusivas: refletindo sobre o cotidiano escolar. In: ROTH, B. W. Experiências educacionais inclusivas: programa Educação Inclusiva - direito à diversidade. Brasília: MEC/Seesp, 2006.		
Bibliografia Complementar:		
1. DIAS, V. B.; SILVA, L. M. Educação Inclusiva e Formação de Professores: o que revelam os currículos dos cursos de licenciatura? Práxis Educacional, [S. l.], v. 16, n. 43, p. 406-429, 2020.		
2. JACINTO, S. G.; LUCENA, E. M. P.; ALVES, D. R.; MORAIS, S. M. O ensino de Ciências Naturais na educação básica por meio de atividades lúdicas: Uma revisão da literatura. Research, Society and Development, v. 10, n.6, e16110614643, 2021.		
3. SILVA, T. S.; SOUZA, M. F. L. Tecnologias assistivas no ensino de ciências a discentes com deficiência visual: a perspectiva de suas professoras. Investigações em Ensino de Ciências, 2021		
4. VAZ, J. M. C. ; PAULINO, A. L.S.; BAZON, F. V. M.; KIILL, K. B.; ORLANDO T. C; REIS M. X.; MELLO, C. Material Didático para Ensino de Biologia: Possibilidades de Inclusão. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v. 12, n.3, 2012		

Bloco: 4	Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado IV	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Acompanhamento do planejamento escolar junto com o professor orientador na escola. Desenvolvimento de atividades de Monitoria (levantamento das dificuldades no ensino e na aprendizagem junto aos estudantes das escolas.		
Bibliografia Básica:		
1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.		
2. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
Bibliografia Complementar:		

1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Revendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
2. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004.
3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991.
4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996.
5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992

Bloco: 5	Disciplina: Metodologia do Ensino de Ciências da Natureza	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Laboratório e oficinas de planejamento da ação docente; construção de materiais didáticos; utilização das Novas Tecnologias em Educação (Internet/TV Escola). Estratégias do ensino de ciências da natureza. Avaliação da aprendizagem em ciências da natureza..		
Bibliografia Básica:		
1. CARVALHO, A. M. P. Prática de ensino: os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p.		
2. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. (Coord.). Metodologia do ensino de ciências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 207 p.		
3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A; PERNAMBUCO, M. M. (Colab.). Ensino de ciências: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. BORDENAVE, J. E. D.; PEREIRA, A. M. (Coord.). Estratégias de ensino-aprendizagem. 19. ed. Petropolis: Vozes, 1998. 312 p.		
2. CACHAPUZ, A. et al. Necessária renovação do ensino das ciências. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 264 p.		
3. CARVALHO, A. M. P.; GIL-PEREZ, D. (Colab.). Formação de professores de ciências. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 120 p.		
4. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p.		
5. MENDES SOBRINHO, J. A. C. (Org.). Ensino de ciências naturais: saberes e práticas docentes. Teresina: EDUFPI, 2013. 190 p.		
6. POZO, J. I. Aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 296 p.		

Bloco: 5	Disciplina: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Especial	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Educação Especial: aspectos históricos e legais. LDB e Educação Especial. Políticas Públicas para a Educação Especial. Atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais. Educação especial: integração e inclusão. Educação Especial na escola do campo.		
Bibliografia Básica:		
1. JANNUZZI, G. S. M. Educação do deficiente no Brasil: dos promórdios ao início do século XXI. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. 243 p. (Coleção Educação Contemporânea)		
2. MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 208 p.		
3. NERI, M.; COSTILLA, H.; PINTO, A.; SOARES, W. (Colab.). Retratos da deficiência no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 200 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. BRASIL. Ministério da Educação. Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física. Brasília: MEC, 2007.		
2. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCACAO ESPECIAL. Terceiro congresso ibero-americano de educacao especial: anais do congresso. Curitiba, 1998.		
3. EDLER, R. C. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro: WWA, 1997. 136 p.		

4. MANTOAN, M. T. E.. **Compreendendo a deficiência mental:** novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1989. 167 p.
5. MOTA, L. A.; SANTOS, G. C. S. Inclusão Social das Pessoas com Deficiência: aspectos históricos e filosóficos. **ID on line. Revista de Psicologia**, v. 1, p. 61-71, 2010. Disponível em: <<http://www.idonline.no.comunidades.net/index.php?pagina=1368019070>>.

Bloco: 5	Disciplina: Sistemática e Filogenética	Carga Horária: 45h
Ementa:		
Conceitos e objetivos da sistemática. Escolas de classificação. Código internacional de nomenclatura Botânica e Zoológica. Escolas classificações biológicas, gradística e cladística. Conceitos e princípios de Sistemática filogenética Sistemática e métodos da Taxonomia Animal. Forma e agrupamentos taxonômicos. Semelhanças compartilhadas. Construção de cladogramas.		
Bibliografia Básica:		
1. AMORIM, D.S. Fundamentos de Sistemática Filogenética. Ribeirão Preto, SP: Holos, 2002. 2. PAPAVERO, N. Fundamentos Práticos de Taxonomia Zoológica. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1994. 3. JUDD, W.S.; CAMPBELL, C.S.; KELLOGG, E.A.; STEVENS, P.F.; DONOGHUE, M.J. Sistemática Vegetal: um enfoque filogenético. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.		
Bibliografia Complementar:		
1. HICKAM, Jr., C.P., ROBERTS, L.S.; LARSON, A. Princípios Integrados de Zoologia. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 2. MARGULIS, I.; SCHWARTZ, K. Cinco reinos. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2001. 3. SCHNEIDER, H. Métodos de Análise Filogenética. 3.ed. Ribeirão Preto, SP: Holos, 2007.		

Bloco: 5	Disciplina: Diversidade dos Seres Vivos IV (Fungos e Plantae I)	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Classificação, morfologia, distribuição e importância ecológica, reprodução (ciclos de vida), origem e evolução do Reino Fungi. Fungos Chytridiomycota, Blastocladiomycota, Neocalimastigomycota, Microsporidia, Zygomycota, Glomeromycota, Ascomycota, Basidiomycota liquenizados (Reino Fungi). Técnicas científicas de coleta, manejo, conservação e coleção de Fungos. Apresentação e caracterização dos Criotógamos e principais grupos de organismos pertencentes às linhagens de algas, briófitas e pteridófitas. Sistemática, análise morfológica, distribuição e importância ecológica, reprodução (ciclos de vida), origem, evolução e relações filogenéticas em Primoplantae sem sementes. Biologia de: Glaucophyta, Rhodophyta e Chlorophyta; Embryophyta: Bryophyta, Hepathophyta e Anthocerotophyta. Rhyniophyta, Psilotophyta, Lycopphyta, Sphenophyta. Técnicas científicas de coleta, manejo, conservação e coleção de Criotógamos. Planejamento de ações de ensino e vivências na natureza		
Bibliografia Básica:		
1. ALEXOPOULOS, C.J., MIMS, C.W. & BLACKWELL, M. 1996. Introductory mycology. 4 ed. New York: John Wiley, Sons, Inc. 2. JUDD, W. S.; CAMPBELL, C. S.; KELLOGG, E. A.; STEVENS, P. F.; DONOGHUE, M. Sistemática vegetal. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 3. NULTSCH, W. Botânica Geral. 10.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.		
Bibliografia Complementar:		
1. RAVEN, P. H., EVERT, R. F., CURTIS, H. Biologia Vegetal. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2001. 2. LACAZ, C. da S.; MINAMI, P. S.; PURCHIO, A. O grande mundo dos fungos. São Paulo: Ed. USP, 1970. 3. MARGULIS, L.; SCHWARTZ, K.V. Cinco reinos: um guia ilustrado dos Filos da Vida na Terra. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2001. 4. ZUQUIM, G.; COSTA, F. R. C.; PRADO, J.; TUOMISTO, H. Guia de Samambaias e Licófitas da REBIO Uatumã: Amazônia Central. Manaus: Áttema, 2008. 5. SILVEIRA, V. D. Lições de micologia: 4 ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1981. 310p.		

6. SMITH, G. M. Botânica de criptógamos. V. I e II. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1979.

Bloco: 4	Disciplina: LIBRAS	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: Conceituação. História da educação dos surdos. Abordagens educacionais, legislação, identidades e cultura da comunidade surda. Aspectos Linguísticos da Libras e o uso da língua. Pedagogia surda.		
Bibliografia Básica:		
1. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Enciclopédia da língua de sinais brasileira : o mundo dos surdos em libras. São Paulo: Vitae; Fapesp; Capes; Editora da Universidade de São Paulo, 2005.		
2. GESSER, A. Libras : que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Párrabola Editorial, 2009. 88 p.		
3. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira : estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. FALCÃO, L. A. Surdez, cognição visual e libras : estabelecendo novos diálogos. Recife: Editora do Autor, 2010.		
2. FERNANDES, E. et al. (Org.). Surdez e bilinguismo . Porto Alegre: Mediação, 2005. 103 p.		
3. LIMA, M. S. C. Surdez, bilinguismo e inclusão : entre o dito, o pretendido e o feito. Campinas: IEL/UNICAMP, 2004. 261 p. (Tese de Doutorado)		
4. MOURA, M. C. O surdo : caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000. 152 p.		
5. SACKS, O. Vendo vozes : uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 200 p.		

Bloco: 5	Disciplina: Fundamentos de Geodiversidade e Geoconservação	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Geodiversidade, Patrimônio Geológico e Geoconservação. Geoturismo, Geoparques e Sustentabilidade. Aspectos geológicos e geomorfológicos do Piauí. Bacia Sedimentar do Parnaíba. Geologia e Paleontologia do Piauí.		
Bibliografia Básica:		
1. BRILHA J. B. R. Patrimônio geológico e geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica. Braga: Palimage, 2005.		
2. SANTOS, M. E. C. M.; CARVALHO, M. S. S. Paleontologia das Bacias do Parnaíba, Grajaú e São Luís. Rio de Janeiro: CPRM, 2004.		
3. NASCIMENTO, M. A. L.; AZEVEDO, U. R.; NETO, V. M. Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico. São Paulo: SBGeo, 2008.		
Bibliografia Complementar:		
1. BANDEIRA, I. C. N. Geodiversidade do estado do Maranhão. Teresina: CPRM, 2013.		
2. GRAY, M. Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature. England: John Wiley & Sons, 2004.		
3. PFALTZGRAFF, P. A. S.; TORRES, F. S. M.; BRANDÃO, R. L. Geodiversidade do estado do Piauí. Recife: CPRM, 2010.		
4. MOREIRA, J.C. Geoturismo e Interpretação Ambiental. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.		
5. SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C. R. Geoparques do Brasil: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012.		

Bloco: 5	Disciplina: Química Analítica	Carga Horária: 45h
Ementa:		
Normas de segurança em laboratório. Introdução aos métodos e técnicas de análise química qualitativa e quantitativa, com ênfase em análises gravimétricas, volumétricas e instrumentais. Desenvolvimento de habilidades experimentais em laboratório, incluindo preparação e diluição de soluções, técnicas de titulação, manuseio de equipamentos e interpretação de resultados.		
Bibliografia Básica:		
1. BACCON, N; ANDRADE, Joao Carlos de (Colab.). Química analítica quantitativa complementar . 3. ed. São Paulo: Blucher, 2001.		

2. MENDHAM, J.; DENNEY, R. C (Colab.) Vogel: Análise química quantitativa . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
3. SKOOG, D.A., WEST, D.M., HOLLER, F.J., CROUCH, S.R. Fundamentos de Química Analítica . 9ª ed. Thomson Learning, São Paulo, 2014.
Bibliografia Complementar:
1. BESSLER, KARK E. Química em Tubos de Ensaio: uma abordagem para principiantes . 1 ed.Ed. Edgar Blucher, São Paulo, 2004.
2. HARRIS, D. C. Análise química quantitativa . 9 a ed. Rio Janeiro: LTC, 2017.
3. HOLLER, F. James; CROUCH, Stanley R.; SKOOG, Douglas A. Princípios de análise instrumental . 6ª ed. Porto Alegre, RS: Artmed/Bookman, 2009.

Bloco: 5	Disciplina: ACE V	Carga Horária: 45h
Ementa:		
Desenvolver ações de extensão com a temática de Educação Financeira e Empreendedorismo		
Bibliografia Básica:		
1. Sauer Camozzato, E., Lizote, S. A., Teston, S. de F., & Zawadzki, P. (2023). Empreendedorismo e Sua Relação Com a Educação Financeira dos Universitários. <i>Administração: Ensino E Pesquisa</i> , 24(3).		
2. COUTO, R.F.; MARACAJÁ, K.F.B.; MACHADO, P.A. Educação financeira e sustentabilidade: um fra-mework conceitual. <i>Administração: Ensino e Pesquisa</i> , v. 23, n. 3, p. 510-534, 2022.		
3. MENACHO, Eliane; HUNGRIA, Felício Julio de Azevedo; SILVA, Alex Miller Peres da; VICTOR, Renata. A Educação Empreendedora no século XXI: desafios e perspectivas no processo pedagógico criativo. <i>Revista Educação Pública</i> , Rio de Janeiro, v. 25, nº 5, 5 de fevereiro de 2025		
Bibliografia Complementar:		
1. LOPES, R. M. A. Educação Empreendedora: conceitos, modelos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.		
2. ALMEIDA, A. R.; BECKER, T. M.; SANTOS, B. H. Educação Empreendedora e suas abordagens na Educação Básica. In: FOSSATTI, P.; JUNG, H. S. (org.). Governança educacional na Educação Básica e Superior ibero-americana. Canoas: Ed. Unilasalle, 2019.		
3. GOMES, J. H. et al. O Ensino Superior e o empreendedorismo. In: PARREIRA, P.; ALVES, L.; MÓNICO, L.; SAMPAIO, J. H.; PAIVA, T. (org.). Competências empreendedoras no Ensino Superior Politécnico: motivos, influências, serviços de apoio e educação. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda, 2018.		

Bloco: 5	Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado V	Carga Horária: 45h
Ementa:		
Participação em aula; elaboração de sequências didáticas, realização de aulas assistidas, acompanhamento das atividades da escola, planejamento, avaliação, reunião de pais e mestres, dentre outras.		
Bibliografia Básica:		
1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004.		
2. FREITAS, L. C. Neotecnismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
Bibliografia Complementar:		
1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Revendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.		
2. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004.		
3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991.		
4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996.		
5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992		

Bloco: 6	Disciplina: Biologia do Corpo Humano I (Anatomia e Fisiologia Humana)	Carga Horária: 60h

Ementa:
Anatomia e Fisiologia dos sistemas orgânicos: esquelético, articular, muscular, nervoso, circulatório, respiratório, digestório, urinário, genital masculino e genital feminino.
Bibliografia Básica:
1. CASTRO, S. V. Anatomia fundamental . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2005. 586 p. 2. THIBODEAU, G. A.; PATTON, K. T. (Colab.). Estrutura e funções do corpo humano . 11. ed. Barueri: Manole, 2002. 525 p. 3. TORTORA, G. J.; GRABOWSKI, S. R. Corpo humano: fundamentos da anatomia e fisiologia . 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 684 p.
Bibliografia Complementar:
1. DANIELO, J. G.; FATTINI, C. A. (Colab.). Anatomia humana básica . 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 757 p. 2. DIDIO, L. J. A. Tratado de anatomia sistêmica aplicada: princípios básicos e sistêmicos - esquelético, articular e muscular . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002. 337 p. 3. SOBBOTA, J.; PUTZ, R.; PABST, R. (Ed.). Sobotta: atlas de anatomia humana . 22. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 416 p. 4. SPENCE, A. P. Anatomia humana básica . 2. ed. Barueri: Manole, 1991. 713 p. 5. VAN DE GRAAFF, K. M. Anatomia humana . 6. ed. Barueri: Manole, 2003. 840 p.

Bloco: 6	Disciplina: Fundamentos Teórico e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	Carga Horária: 60h
Ementa:		
A educação de jovens e adultos como direito. Concepções teórico-metodológicas de educação de jovens e adultos. A diversidade da educação de jovens e adultos. Os fundamentos legais da educação de jovens e adultos como modalidade de educação. A história da Educação de Jovens e Adultos. As diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. As políticas e programas de educação de jovens e adultos no Brasil e Piauí no campo.		
Bibliografia Básica:		
1. BARRETO, V. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos . Brasília, MEC/SEF/COEJA, 2000. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf > Consulta em: 15-abr-2016. 2. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 184 p. 3. PAIVA, V. P. Educação popular e educação de adultos . São Paulo: Edições Loyola, 1987. 368 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos . 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 149 p. 2. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 158 p. 3. GADOTTI, M.; ROMÃO, E. J. (Org.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta . 2. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2000. 4. PINTO, A. V. Sete lições sobre educação de adultos . 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 118 p. 5. SANTO ANDRÉ. Secretaria Municipal de Educação e Formação Profissional. Educação de Jovens e Adultos . São Paulo: SEFP, 2000.		

Bloco: 6	Disciplina: Física III	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Força, campo e potencial elétricos. Corrente elétrica e resistência. Força e campo magnéticos. Indução eletromagnética. Ondas eletromagnéticas.		
Bibliografia Básica:		
1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física . 4v. 7a ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2006. 2. YOUNG, H.D.; FREEDMAN, R.A. Física . 4v. 10. ed. São Paulo: Person Addison Wesley, 2003. 3. SERWAY, R.A.; JEWETT JR, J. W (colab.). Princípios de física . 4v. 3. ed. São Paulo: Thomson, 2006.		
Bibliografia Complementar:		
1. TIPLER, P. A; MOSCA, G. (colab.). Física: para cientistas e engenheiros . 3v. Rio de Janeiro: LTC, 2006.		

2. OKUNO, E.; CHOW, C. (colab.); CALDAS, I. L. (colab.). Física para ciências biológicas e biomédicas . São Paulo: Harbra, 1986.
3. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica . 4v. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.
4. FEYNMAN, R. P.; LEIGHTON, R. B.; SANDS, M. Lições de física de Feynman : edição definitiva. Porto Alegre: Bookman, 2008.
5. GREF. Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Física . Volume 3. São Paulo: EDUSP, 1991.

Bloco: 6	Disciplina: Sustentabilidade dos Recursos Naturais Hídricos, Minerais e Energéticos	Carga Horária: 60h
Ementa:		
conceituar e exemplificar os materiais naturais como recursos para o desenvolvimento da sociedade, nas suas diversas formas (recursos minerais, hídricos e energéticos), fornecendo ao licenciando elementos para discussão e reflexão sobre o papel da Natureza na formação dos recursos e o significado da utilização dos recursos no desenvolvimento da sociedade e no ciclo natural global, bem como a importância da conservação e recuperação dos recursos e áreas exploradas. Os créditos-trabalho desta disciplina correspondem a planejamento, execução e avaliação de pesquisa, trabalho de campo, leituras programadas e trabalhos especiais de acordo com a natureza da disciplina.		
Bibliografia Básica:		
1. Teixeira, W.; Fairchild, T.R.; Toledo, M.C.M. de; Taioli, F. (organizadores). 2009. Decifrando a Terra. São Paulo, Companhia Editora Nacional, IBEP, 623p.		
2. Reis, Lineu Belico dos; Fadigas, Eliane A Amaral; Carvalho, Claudio Elias. Energia, Recursos Naturais e a prática do desenvolvimento sustentável. SP: Ed Manole, 2005.		
3. Sanchez, Luis Henrique. Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos. SP: Ed Oficina de Texto, 2006		
Bibliografia Complementar:		
1. CARDOSO, A. da S. M.; GUERINI, S. C.; LIMA, M. C. A. Uma unidade de ensino com a temática mineração em uma abordagem CTS. Temas & Matizes, [S. l.], v. 17, n. 31, p. 189–210, 2023.		
2. CARDOSO, V. A., R.; RODRIGUES, A. C. A temática da mineração na pesquisa em educação ambiental. REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental, v. 39, n. 3, p. 310–331, 2022.		

Bloco: 6	Disciplina: Físico-química	Carga Horária: 45h
Ementa:		
Introdução à termodinâmica: leis, funções de estado e transformações físicas e químicas. Equilíbrios químicos e iônico: constante de equilíbrio, princípio de Le Châtelier, constante de ionização de ácidos (Ka) e bases (Kb), produto iônico da água (Kw), pH e pOH, força de ácidos e bases, soluções tampão, equilíbrios de solubilidade. Cinética química: velocidade das reações, fatores que a influenciam e mecanismos. Eletroquímica: processos redox, pilhas, eletrólise e aplicações ambientais e tecnológicas.		
Bibliografia Básica:		
1. ATKINS, P.W.; DE PAULA, J. Físico-Química . vol. 1 e 2. 10ª ed.; Rio de Janeiro: LTC, 2018.		
2. BALL, David W. Físico-Química . São Paulo: Cengage Learning, 2005.		
3. LEVINE, I. N. Físico-Química . 6ª ed.; Rio de Janeiro: LTC, 2012.		
Bibliografia Complementar:		
1. ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente . 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2018.		
CASTELLAN, G. W. Fundamentos de Físico-Química . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.		
CHANG, Raymond. Físico-química: para as ciências químicas e biológicas . 3. ed.; São Paulo: McGraw-Hill, 2008.		
KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M.; TOWNSEND, J. R. Química e Reações Químicas . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.		
RANGEL, R. N. Práticas de Físico-Química . 3. ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2006.		

Bloco: 6	Disciplina: ACE VI	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Desenvolver ações de extensão com a temática de Ensino de Ciências da Natureza nos Espaços não-formais I (Ciência, Arte e Cultura)		
Bibliografia Básica:		

1. ilva, M. de C., & Silva, P. S. (2021). Panorama da integração entre Arte e ensino de Ciências: análises quantitativa e qualitativa. Caderno Brasileiro De Ensino De Física, 38(1), 346–375. 2. ARAPAKI, X.; KOLIOPOULOS, D. Popularization and teaching of the relationship between visual arts and natural sciences: historical, philosophical and didactical dimensions of the problem. Science & Education, Switzerland, v. 20, n. 1, p. 797-803, jul. 2011. 3. ARAÚJO, J. L.; MORAIS, C.; PAIVA, J. C. Poetry and alkali metals: building bridges to the study of atomic radius and ionization energy. Chemistry Research Education and Practice in Europe, Londres, v. 04, n. 16, p. 893-900, ago. 2015.
Bibliografia Complementar:
1. BARROS, M. D. M.; DINIZ, P. G. Z.; ARAÚJO-JORGE, T. C. A música “O mundo é um moinho” como estratégia pedagógica para o ensino do tema transversal orientação sexual na escola... proposta e algumas considerações. Revista Práxis, Volta Redonda, v.8, n. 15, p. 37-41, jun. 2016. 2. BARROS, M. D. M.; GIRASOLE, M.; ZANELLA, P. G. O uso do cinema como estratégia pedagógica para o ensino de ciências e de biologia: o que pensam alguns professores da região metropolitana de Belo Horizonte. Revista Práxis, Volta Redonda, v. 5, n. 10, p. 99-111, dez. 2013. 3. CARVALHO, T. A.; REIS, J. C. Diálogos entre Ciência e Arte: uma leitura a partir da obra de Remedios Varo para um Ensino sobre as Ciências. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, Florianópolis, v. 37, n. 1, p. 173-196, abr. 2020. 4. CHAI, D.; GARCIA, A. L. Physics for Animation Artists. The Physics Teacher, Maryland, v. 49, n. 8, p. 478-480, out. 2011.

Bloco: 6	Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado VI	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Abordagem do Projeto de Estágio, ficando a regência no Ensino Fundamental (anos finais).		
Bibliografia Básica:		
1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004. 2. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. 3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
Bibliografia Complementar:		
1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Revendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001. 2. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004. 3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991. 4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996. 5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992		

Bloco: 7	Disciplina: Física Moderna	Carga Horária: 45h
Ementa:		
Relatividade; Fótons e ondas de matéria; Átomos e núcleos; quarks e léptons.		
Bibliografia Básica:		
1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física . 4v. 7a ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2006. 2. YOUNG, H.D.; FREEDMAN, R.A. Física . 4v. 10. ed. São Paulo: Person Addison Wesley, 2003. 3. SERWAY, R.A.; JEWETT JR, J. W (colab.). Princípios de física . 4v. 3. ed. São Paulo: Thomson, 2006.		
Bibliografia Complementar:		
1. TIPLER, P. A; MOSCA, G. (colab.). Física : para cientistas e engenheiros. 3v. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 2. OKUNO, E.; CHOW, C. (colab.); CALDAS, I. L. (colab.). Física para ciências biológicas e biomédicas . São Paulo: Harbra, 1986. 3. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica . 4v. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002. 4. FEYNMAN, R. P.; LEIGHTON, R. B.; SANDS, M. Lições de física de Feynman : edição definitiva. Porto Alegre: Bookman, 2008. 5. EISBERG, R.; RESNICK, R. Física Quântica : átomos, moléculas, sólidos, núcleos e partículas. 9. Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.		

Bloco: 7	Disciplina: Origem e Dinâmica do Universo e do Sistema Solar	Carga Horária: 45h
Ementa:		
Gravitação universal; Leis de Kepler; A esfera celeste, o sol e a lua e seus movimentos; conceitos de cosmologia; sistema solar: estrutura, origem e evolução.		
Bibliografia Básica:		
1. BOCZKO, R. Conceitos de Astronomia . 3. Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1995.		
2. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física . 4v. 7a ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2006.		
3. YOUNG, H.D.; FREEDMAN, R.A. Física . 4v. 10. ed. São Paulo: Person Addison Wesley, 2003.		
Bibliografia Complementar:		
1. MACIEL, W. J. Astronomia e astrofísica . São Paulo: IAG/USP, 1991.		
2. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica . 4v. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.		
3. FEYNMAN, R. P.; LEIGHTON, R. B.; SANDS, M. Lições de física de Feynman : edição definitiva. Porto Alegre: Bookman, 2008.		
4. GREF. Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Física . Volume 1. São Paulo: EDUSP, 1991.		
5. Revista Latino Americana de educação em astronomia - http://www.relea.ufscar.br/ .		

Bloco: 7	Disciplina: Educação Ambiental e Sustentabilidade	Carga Horária: 60h
Ementa:		
A questão socioambiental emergente, possibilidades e limites da educação, do meio ambiente e da sustentabilidade. Educação ambiental crítica, participação e intervenção socioambiental na contemporaneidade. Pensamento complexo. Consumo responsável, logística reversa, microplástico, água, biodiversidade, energia renovável e suas implicações para a saúde e sobrevivência do homem e das outras formas de vida.		
Bibliografia Básica:		
1. BURSZTYN, M.; ORG: BURSZTYN, M. Ciência, ética e sustentabilidade : desafios ao novo século. 3. ed. Brasília: Editora cortez, 2002.		
GUIMARAES, M. Caminhos da educação ambiental : da forma à ação. 4.ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.		
2. HANNIGAN, John. Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade . Curitiba: Appris, 2019.		
3. LAYRARGUES, P. P.; LOUREIRO, C. F. B.; CASTRO, R. S. Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate . 7.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.		
4. PHILIPPI JR, A.; ED. PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental e sustentabilidade . Barueri-SP: Editora USP.		
Bibliografia Complementar:		
1. CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental : a formação do sujeito ecológico. 3.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008.		
2. DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas . 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004. ISBN 978-85-85351-09-0.		
3. LEFF, E. Saber ambiental : sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.		
4. LOUREIRO, C. Sociedade e meio ambiente : 4.ed. 2006.		
5. LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. ISBN 978-85-249-1874-2.		
6. MORAN, E. F. Meio ambiente e ciências sociais : interações homem-ambiente e sustentabilidade. São Paulo: Editora Senac, 2011.		
7. REIGOTA, M. Meio ambiente e representação social . 8.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.		
8. SILVA, J. N. Educação ambiental comunitária : alternativa para as zonas rurais - um estudo de caso: o município de Bonito nesta história. Recife: Ed. do Autor, 2006.		

Bloco: 7	Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I	Carga Horária: 60h
Ementa:		
A pesquisa em ensino de ciências. Pesquisas bibliográficas. Projetos de pesquisa: elaboração e desenvolvimento. Elaboração de instrumentos de pesquisa. Elaboração e aprovação do projeto de ensino de ciências relativo ao Trabalho de Conclusão de Curso.		

Bibliografia Básica:
1. ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 174 p.
2. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.
3. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico . 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 225 p.
Bibliografia Complementar:
1. BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa : propostas metodológicas. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 127 p.
2. KOCH, J. C. Fundamentos de metodologia científica : teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p.
3. MARCANTONIO, A. T.; LEHFELD, N. A. S.; SANTOS, M. M. (Colab.). Elaboração e divulgação do trabalho científico . São Paulo: Atlas, 1993. 92 p.
4. MARTINS, G. A.; LINTZ, A. (Colab.). Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 118 p.
5. OLIVEIRA, S. L. Tratado de metodologia científica : projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2001. 320 p.

Bloco: 7	Disciplina: ACE VII	Carga Horária: 30h
Ementa:		
Desenvolver ações de extensão com a temática de Ensino de Ciências da Natureza nos Espaços não-formais II (Ciência e Saberes Tradicionais)		
Bibliografia Básica:		
1. Galvão, M. P., & Marques, C. V. V. C. O. (2021). SABERES TRADICIONAIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS PRATICADOS EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA CIDADE DE CODÓ – MARANHÃO. Terra De Pretos: Revista Multidisciplinar, 1(2), 88–106.		
2. BAPTISTA, Geilsa C. S. Importância da demarcação de saberes no ensino de ciências para as sociedades tradicionais. Ciência & Educação, v.16, n. 3, p. 679-694, 2010.		
3. BASTOS, Sandra N. D. Etnociências na sala de aula: uma possibilidade para aprendizagem significativa. In: XI Congresso nacional de educação. Educere. Curitiba: PUC. 2013. Anais.		
Bibliografia Complementar:		
1. BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.		
2. KOVALSKI, Mara L.; OBARA, Ana T. O Estudo da Etnobotânica das Plantas Medicinais na Escola. Ciênc. Educ., Bauru, v. 19, n. 4, p. 911-927, 2013.		
2. LOPES, Alice R. C. Reflexões sobre currículo: as relações entre senso comum, saber popular e saber escolar. Em Aberto, Brasília, n. 58, p. 14-23, abr./jun. 1993.		

Bloco: 7	Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado VII	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Abordagem do programa de estágio focando a regência para o Ensino Médio.		
Bibliografia Básica:		
1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004.		
2. FREITAS, L. C. Neotecnismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
Bibliografia Complementar:		
1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Revendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.		
2. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004.		
3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991.		
4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996.		
5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992		

Bloco: 8	Disciplina: Saúde Pública e Saúde Única	Carga Horária: 45h
Ementa:		
Aspectos centrais do desenvolvimento da Saúde Pública do Brasil, impasses, dificuldades e possibilidades. Partindo de perspectiva histórico social, os conteúdos são contextualizados e discutidos desde as noções de: Políticas Sociais e de Saúde; Participação; Financiamento; Modelos de Atenção, Governança e Regionalização em Saúde na vertente das doenças infecciosas e parasitárias, cujos patógenos são transmitidos por insetos vetores. Também serão apresentados e discutidos temas voltados para o desenvolvimento e aplicação da Saúde Única, caracterizada pela união indissociável entre a saúde animal, humana e ambiental. O processo saúde-doença na perspectiva da Saúde Única. O equilíbrio na relação entre humanos, animais e ambiente. Responsabilidade Ambiental, conservação, biodiversidade, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.		
Bibliografia Básica:		
1. Paim JS e Almeida Filho N. (org) Saúde Coletiva teoria e prática. MedBook 2014. 2. ROCHA, Juan Stuardo Yazlle (org). Manual de Saúde Pública e coletiva no Brasil. Atheneu, 2014 3. LOBO, P.M. et al. Saúde única: uma visão sistêmica [livro eletrônico]. Editora Alta Performance, 2021.		
Bibliografia Complementar:		
1. Giovanella, Ligia, Mendoza-Ruiz, Adriana, Pilar, Aline de Carvalho Amand, Rosa, Matheus Cantanhêde da, Martins, Gabrieli Branco, Santos, Isabela Soares, Silva, Danielle Barata, Vieira, Jean Mendes de Lucena, Castro, Valeria Cristina Gomes de, Silva, Priscilla Oliveira da, & Machado, Cristiani Vieira. (2018). Sistema universal de saúde e cobertura universal: desvendando pressupostos e estratégias. Ciência & Saúde Coletiva, 23(6), 1763-1776. https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.05562018 2. MARKLE, William H. Compreendendo a saúde global. 2. Porto Alegre AMGH 2015 1 recurso online ISBN 9788580554670. 3. BARSANO, Paulo Roberto. Poluição ambiental e saúde pública. São Paulo Erica 2014 Recurso online ISBN 9788536521695. 4. BESSA, E.; ARNT, A. M. Comportamento animal: teoria e prática pedagógica. Porto Alegre: Mediação, 2011. 5. DEL-CLARO, K. Introdução à ecologia comportamental: um manual para o estudo do comportamento animal. 1 ed. Rio de Janeiro: Technical Books, 2010.		

Bloco: 8	Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Coleta de dados de pesquisa. Tratamento e análise de dados para a pesquisa no ensino de ciências. Desenvolvimento do projeto do Trabalho de Conclusão de Curso. Elaboração e apresentação de monografia relativa ao Trabalho de Conclusão de Curso.		
Bibliografia Básica:		
1. ALVEZ, M. Como escrever teses e monografias: um roteiro passo-a-passo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 114 p. 2. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 225 p. 3. MARTINS, G. A. Manual para elaboração de monografias. São Paulo: Atlas, 1992. 90 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. KOCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p. 2. MARCANTONIO, A. T.; LEHFELD, N. A. S.; SANTOS, M. M. (Colab.). Elaboração e divulgação do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1993. 92 p. 3. MARTINS, G. A.; LINTZ, A. (Colab.). Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 118 p. 4. OLIVEIRA, S. L. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2001. 320 p. 5. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 425 p.		

Bloco: 8	Disciplina: ACE VIII	Carga Horária: 45h
Ementa:		

Desenvolver ações de extensão com a temática de Experimentação para o Ensino de Ciências da Natureza
Bibliografia Básica:
1. SANTANA, R.S. et al. O ensino de ciências por investigação nos anos iniciais: possibilidades na implementação de atividades investigativas. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, v. 17, n. 3, p. 686-710, 2018.
2. GIORDAN, Marcelo. O papel da experimentação no ensino de ciências. Química Nova na Escola, v. 10, nº 10, p. 43-49, 1999.
3. OLIVEIRA, Edilson de. Práticas de ensino e pesquisa nas Ciências da Natureza e suas tecnologias. Revista Educação Pública, v. 20, nº 39, 13 de outubro de 2020.
Bibliografia Complementar:
1. MOISÉS, L. J. A.; et al.; Experimentação no ensino de ciências: possibilidades e desafios. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 1, n. 22, p. 1 – 17, e12562, Abr. 2022
2. GUIMARÃES, Cleidson Carneiro. Experimentação no ensino de Química: caminhos e descaminhos rumo à aprendizagem significativa. Química Nova na Escola, v. 31, n. 3, p. 198-202, 2009.
3. FARIA, Filipe Pereira; CARNEIRO, Marcelo Carbone. O papel da experimentação na história do ensino de Física no Brasil. Debates em Educação, [S. l.], v. 12, n. 26, p. 36–51, 2020.

Bloco: 8	Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado VII	Carga Horária: 45h
Ementa:		
Elaboração de relatório final de Estágio Supervisionado a partir dos estudos de referenciais teóricos e práticas didático-pedagógicas vivenciadas nas etapas anteriores.		
Bibliografia Básica:		
1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004.		
2. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.		
Bibliografia Complementar:		
1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Revendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.		
2. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004.		
3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991.		
4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996.		
5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992		

10.6. Ementa das Disciplinas Optativas

Bloco: 8	Disciplina:	Carga Horária: 60h
Ementa: História e Cultura africana e afro-brasileira		
As reflexões sobre a definição de parâmetros para o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira. Identidades, etnicidades e segregações: a construção social da África e dos(as) africanos(as) no contexto brasileiro. As diversidades culturais africanas/afro-brasileiras: aspectos linguísticos, simbólicos, artísticos, literários. As religiosidades africanas: perdas, continuidades, (re)criações e interpenetrações. Outros saberes e ofícios: projetos, programas, movimentos sociais e comunidades negras no Brasil. A cultura afro-brasileira e o cotidiano do ensino de História na escola básica		
Bibliografia Básica:		
1. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.		
2. PEREIRA, Amílcar Araujo & MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.) Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.		
3. ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar Araujo. Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.		
Bibliografia Complementar:		

1. LOVEJOY, Paul e BOWSER, Benjamin (eds.). The transatlantic slave trade and slavery: new directions in teaching and learning. Trenton, NJ: Africa World Press, 2013.
2. GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
3. SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das Raças. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
4. MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Bloco: 8	Disciplina:	Carga Horária: 60h
Ementa: EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS		
Direitos humanos: conceitos e histórico. educação em direitos humanos. políticas públicas sobre direitos humanos. Direitos humanos e a formação de professores.		
Bibliografia Básica:		
1. SCHILLING, Flávia. Educação e direitos humanos: percepções sobre a escola justa. São Paulo: Cortez Editora, 2014.		
2. BITTAR, Carla Bianca. Educação e direitos humanos no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2014.		
3. CASTILHO, Ricardo. Educação e direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2016.		
Bibliografia Complementar:		
1. BELTRAMELLI NETO, Silvio. Curso de direitos humanos. São Paulo: Atlas, 2021.		
2. SCARANO, Renan Costa Valle; DORETO, Daniella Tech. Direitos humanos e diversidade. São Paulo: SAGAH, 2018.		
3. BRANDÃO, Cláudio. Direitos humanos e fundamentais em perspectiva. São Paulo: Atlas, 2014.		
4. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 15. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.		

Bloco: 8	Disciplina:	Carga Horária: 60h
Ementa: ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM LÍNGUA INGLESA		
Técnicas e estratégias de leitura de textos em língua inglesa e compreensão de estruturas linguísticas básicas com vistas ao desenvolvimento de habilidades interculturais.		
Bibliografia Básica:		
1. NASH, G. M.; FERREIRA, W. R. Real English. Vocabulário, gramática e funções a partir de textos em inglês. Barueri, SP: Disal, 2010.		
2. PASSWORD – English Dictionary for Speakers of Portuguese. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2013.		
3. SOUZA, A. G. F. et al. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental. 2ª edição atualizada. Barueri, SP: DISAL, 2010.		
Bibliografia Complementar:		
1. CIRANDA CULTURAL. Dicionário Escolar Português-Inglês/ Inglês-Português. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.		
2. LOPES, M. C. (coord.) Dicionário da Língua Inglesa. Inglês-Português, Português-Inglês. São Paulo: Rideel/Bicho Esperto, 2015.		
3. MORAES, R. De C. B. T. de. Ler para compreender textos em inglês: algumas estratégias. São Carlos, SP: UAB-UFSCar, 2014.		
4. THOMPSON, M. A. Inglês instrumental: estratégias de leitura para informática e internet. São Paulo: Érica, 2016.		
5. TORRES, N. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.		

Bloco: 8	Disciplina:	Carga Horária: 60h
Ementa: TEORIAS DA APRENDIZAGEM		
Fundamentos teóricos, características e análise crítica das teorias da aprendizagem. A relação entre aprendizagem e desenvolvimento. O desenvolvimento das funções psíquicas superiores. A perspectiva sócio-histórica e suas implicações na compreensão dos processos de aprendizagem. O contexto escolar como espaço de aprendizagem e desenvolvimento humano.		

Bibliografia Básica:
1. BOCK, A. M. B. Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007. 2. HILGARD, E.R. Teorias de aprendizagem. São Paulo: Ed. Herder., 1969. 3. MALUF, M.I. Aprendizagem: tramas do conhecimento do saber e da subjetividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
Bibliografia Complementar:
1. MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Ed. Cortez, 2000. 2. PERRENOUD, P. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. 3. DIDONET, V. FUNDEB: Dilemas e Perspectivas. Brasília: edição independente, 2001. 4. DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (org.). Políticas Públicas e Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001. 5. GENTILI, P.; MCCOWAN, T. (orgs.). Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil. Petrópolis: Vozes, 2003.

Bloco: 8	Disciplina: Física para o Ensino Médio	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Teoria e Prática do Ensino de Física no Ensino Médio. A Física como Ciência Experimental. Evolução e Importância da Química. Física Elementar. Cinemática. Força e Movimento. Energia e Potência. Introdução e Aplicações da Física Moderna. Termometria e Termodinâmica. Óptica. Eletricidade e Eletrostática. Teoria da Relatividade. Teoria Quântica. Particular Elementares.		
Bibliografia Básica:		
1. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 3. 2. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 4. 3. TIPLER, P. A.; MOSCA, G. (Colab.) Física. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. Vol. 1.		
Bibliografia Complementar:		
1. BORJORNO, J. R.; BORJORNO, R. F. S. A. (Coord.). Física. São Paulo: FTD, s.d. 2. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica. São Paulo: Edgard Blücher, 1981. Vol. 1. 3. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 1. 4. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 2. 5. SCHAUUM, D. Física geral. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1979. 430p.		

Bloco: 8	Disciplina: Educação e Cultura Popular	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Educação Escolar e Não Escolar: os espaços de Educação. Educação de qualidade e a qualidade da educação das classes populares. Relação entre a ausência de Educação e crescimento das desigualdades sociais. Educação e Cultura Popular e Movimentos Sociais. A luta pela Educação no Brasil. A luta pelo direito da educação no campo.		
Bibliografia Complementar		
1. BRANDÃO, C.R. O que é Educação Popular. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos). 2. OLIVEIRA, A.C. Educação Popular: Prática Plural. São Paulo: Nova, 2000. 3. PALUDO, C. Educação Popular: em busca de alternativas. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.		
Bibliografia Complementar		
1. ALMEIDA, A.W.B. A segurança e o Revigoramento do Poder Regional. Reforma Agrária, Campinas, vol.11, n. 02, março/abril, 1981, p. 4-41. 2. ARROYO, M.G. (Org.). Da Escola Carente à Escola Possível. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997. 3. AYALA, M.I.N.; AYALA, M. A cultura popular no Brasil. 2.ed. São Paulo: Ática, 1995. 4. FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 5. MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.		

Bloco: 8	Disciplina: Sociologia Rural	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Objeto da sociologia rural, contexto histórico e principais abordagens. As relações entre o rural e o urbano. Capitalismo e agricultura. Relações de trabalho no campo. Histórico da questão agrária, agrícola e social		

no Brasil. Estrutura fundiária e estrutura de classes. Os movimentos sociais no campo. Agricultura familiar. Novas ruralidades e a reconstrução dos espaços rurais.
Bibliografia Básica:
1. FREYRE, G. Sobrados e mucambos : decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 891 p.
2. FROELICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.). Desenvolvimento rural : tendências e debates contemporâneos. Ijuí: UNIJUÍ, 2006. 192 p.
3. MARTINS, J. S. (Org.). Introdução crítica à sociologia rural . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 224 p.
Bibliografia Complementar:
1. ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Hucitec/ANPOCS/ UNICAMP, 1992. 275 p.
2. CAVALCANTI, C. (Org.). Desenvolvimento e natureza : estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 429 p.
3. DEMO, P. Introdução a sociologia : complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2010. 382 p.
4. DUARTE, R. Emprego rural e migração na América Latina . Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1986. 204 p.
5. VEIGA, J. E. Cidades imaginárias : o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados. 2002. 304 p.

Bloco: 8	Disciplina: Educação, Estado e Direitos Humanos	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Teorias Políticas do Estado. As circunstâncias da Modernidade. Os direitos fundamentais do homem. Os direitos humanos no plano das relações internacionais. Educação, Estado e Direitos humanos no Brasil. Educação no Campo enquanto direito humano fundamental.		
Bibliografia Básica:		
1. ADORNO, T. W. Educação e emancipação . 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 190 p.		
2. GOERGEN, P. Pós-modernidade, ética e educação . 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 95 p.		
3. SAVIANI, D. Escola e democracia . 29. ed. Campinas: Autores Associados, 1995. 104 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (Colab.). Juventude, juventudes : o que une e o que separa. Brasília: UNESCO, 2006. 744 p.		
2. BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade : para uma teoria geral da política. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 173 p.		
3. CRANSTON, M. Que são os direitos humanos? São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979. 173 p.		
4. DEMO, P. Política social, educação e cidadania . 2. ed. Campinas: Papirus, 1996. 124 p.		
5. MARX, K.; ENGELS, F. (Colab.). Manifesto do partido comunista . São Paulo: Global, 2006. 123 p.		

Bloco: 8	Disciplina: Informática na Educação	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Importância da informática na educação. Utilização da Informática na Escola. A utilização de aplicativos e base de dados para pesquisa e ensino em Educação e Ciências. Ambientes de Aprendizagem Informatizados.		
Bibliografia Básica:		
1. BARRETO, R. G. (Coord.). Educação e tecnologia (1996-2002) . Brasília: MEC, 2006. (Série Estado do Conhecimento, 9)		
2. NORTON, P. Introdução à informática . São Paulo: Pearson Makron Books, 1996. 619 p.		
3. SANMYA, F. T. Informática na educação : novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade. São Paulo: Érica, 2002. 143 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. COSTA, R. M. E. M. A nova demanda das licenciaturas: informática 10 na educação. In: WORKSHOP DE INFORMÁTICA NA ESCOLA, 1999, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: SBC, 1999. p 645-654.		
2. LUCENA, C.; FUKS, H. A educação na era da internet . Rio de Janeiro: Clube do Futuro, 2000. 160 p.		
3. PAPERT, S. LOGO: computadores e educação . São Paulo: Brasiliense, 1988.		

4. SANCHO. J. (Org.). **Para uma tecnologia educacional**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
5. TAJRA, S. F. **Projeto em sala de aula: Windows 98, Word 97 e Excel 97**, São Paulo, Editora Érica, 2001.

8. REQUISITOS LEGAIS

8.1 Prática como componente curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC) no curso de Ciências da Natureza e Sociais e suas Tecnologias é um eixo fundamental na formação docente, integrando teoria e prática desde o primeiro até o último período. Conforme a Resolução CNE/CP nº 4/2024, a PCC deve totalizar pelo menos 400 horas, distribuídas de forma progressiva e articulada com os demais componentes do currículo. Desde o início, os licenciandos vivenciam atividades como observação em escolas, participação em projetos de extensão e análises de contextos educacionais, desenvolvendo habilidades reflexivas e pedagógicas, articuladas às diferentes áreas de conhecimento e integrando-se aos componentes curriculares teóricos e metodológicos.

Ao longo do curso, essas práticas se ampliam, incorporando metodologias ativas, tecnologias educacionais e abordagens inclusivas, sempre em diálogo com as demandas regionais e socioculturais. Nos períodos finais, a PCC atinge seu ápice com a residência docente e os estágios supervisionados, onde os futuros professores consolidam sua autonomia e repertório didático. Essa estrutura garante uma formação interdisciplinar e coerente, preparando os licenciandos para os desafios da educação básica, com capacidade de articular conhecimentos científicos, pedagógicos e sociais em sua prática profissional.

Essa abordagem fortalece o compromisso institucional com a formação de professores capazes de responder aos desafios contemporâneos da educação básica, articulando saberes científicos, pedagógicos e socioculturais em sua atuação profissional. Dessa forma, a PCC não apenas cumpre exigências legais, mas também fortalece o compromisso do curso com uma docência crítica, inovadora e contextualizada.

8.2 O estágio supervisionado obrigatório

O estágio curricular supervisionado, definido por Lei, deve ser realizado na escola de Educação Básica, mais propriamente, nas que desenvolvam atividades de

Ensino Fundamental e Ensino Médio, respeitando-se o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, tal qual expresso no Art. 211 da Constituição Federal.

Consoante o Art.13, § 5º, inciso I, da Resolução CNE/CP 4, de 29 de maio de 2024, I - ter suas horas distribuídas ao longo do programa de formação, iniciando desde o primeiro semestre do curso.

A prática como estágio supervisionado é componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais das mais variadas unidades escolares dos sistemas de ensino, supondo uma relação pedagógica entre um profissional já reconhecido em um ambiente institucional e um aluno estagiário.

Sobre isso, é importante ressaltar que o estágio curricular supervisionado é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino-aprendizagem que tornar-se-á concreto e autônomo quando da formação deste estagiário.

A operacionalização do Estágio Curricular Supervisionado, toma, ainda, como base a Resolução CNE/CP 4, de 29 de maio de 2024, que aponta para a necessidade de que a carga horária dedicada a essa atividade não seja inferior a 400 (quatrocentas) horas. Em nossa proposta, atentando para a indispensabilidade de adequação ao sistema de computo de horas-atividades da Universidade, subdividimos a carga horária total em quatro etapas, totalizando 405 (quatrocentas e cinco horas).

Considerando as diretrizes curriculares nacionais o estágio supervisionado deverá ocorrer desde o início do curso, considerando uma progressão cuidadosa das atividades desenvolvidas, iniciando com atividades de observação acompanhadas de protocolos claros e, progressivamente, incorporando atividades nas quais o licenciando assuma ações docentes conforme preconiza a Resolução nº 04 de 29 de maio de 2024).

Nessa perspectiva a organização dos estágios no âmbito do curso corresponde a três ciclos bem definidos em (oito) componentes curriculares. Ao passarem pelas diferentes etapas, espera-se que os/as estudantes desenvolvam diferentes habilidades/experiências, como a seguir estão descritas:

I - Ciclo básico (compreende os componentes curriculares Estágio Supervisionado I (15h), II (30h) e III (60h) totalizando – 105 horas): consistem em atividades que possibilitem a introdução de estudo de referenciais teóricos importantes

para a compreensão da cultura e das geografias escolares e do fazer docente, aproximação com o ambiente escolar da educação básica, estudo de seu Projeto Político Pedagógico e do regimento interno, refletindo sobre os processos de elaboração desses documentos; discussão sobre o funcionamento de órgãos e instâncias organizacionais da escola, a exemplo de colegiados, conselhos de classe, atividades complementares de planejamento; observação participante de atividades desenvolvidas no ambiente escolar (aulas, projetos, planejamentos, eventos e natureza diversa, dentre outros).

II - Ciclo intermediário (integra os componentes curriculares dos Estágio Supervisionado IV, V, VI e VII, cada um com 60h, totalizando 240 horas): compreende atividades de vivência na lócus profissional que fomentem o protagonismo dos licenciandos, incentivando sua participação ativa em interações com a instituição de Educação Básica; requer a elaboração de projeto de intervenção pedagógica, a ser desenvolvido nas escolas, elaboração de planos de aula e/ou atividades didático-pedagógicas, produção de materiais didáticos para o trabalho em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, considerando as disposições da Base Nacional Comum Curricular, as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada modalidade da educação e a organização dos itinerários formativos das escolas, e regência pedagógica, privilegiando a atuação em diferentes etapas (Anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) e a pluralidade de modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola e Educação a Distância).

III - Ciclo final (componente curricular Estágio Supervisionado VIII realizado no ultimo período do curso com carga horária de 60 horas): compreende atividades de sistematização e compartilhamento das experiências vivenciadas nas etapas anteriores, de modo a reconstruir os percursos vividos e a refletir sobre os impactos do vivido na formação e no fazer docente. Trata-se de uma atividade de escritura e se constituir fundamentalmente pela produção de relatório das experiências de estágio contando com a mediação e orientação docente.

3 Trabalho de conclusão de curso

Para a obtenção do título de Licenciado(a) em Ciências da Natureza e suas Tecnologias será exigida a realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Este se constituirá no desenvolvimento de artigo que será avaliado em sessão pública por uma comissão examinadora composta por três docentes, sendo o orientador o presidente. Será considerado aprovado o candidato com média igual ou superior a 7,0 (sete), computadas as notas dos membros da comissão examinadora.

O aluno deverá eleger uma linha de pesquisa dentre as propostas pelos professores e escrever seu projeto durante o 7º período do curso, devendo matricular-se na disciplina TCC I. No 8º período, o aluno deverá entregar as versões solicitadas de seu artigo e participar da defesa oral pública de seu trabalho – atividades da disciplina TCC II.

Importa mencionar que o regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso está regulamento (ANEXO II) e será aprovado posteriormente pelo Colegiado de Curso e pela CAMEN.

8.4 Atividade Curricular Complementar

As atividades complementares fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, e, entre a pesquisa básica e a aplicada. Estas atividades incluem um conjunto de vivências acadêmicas previstas pela IES para a integralização do curso. Como atividades acadêmicas consideram-se aquelas relevantes para que o estudante adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação e que contemplem processos avaliativos.

As atividades complementares de aprofundamento em áreas específicas de interesse do PRILEI devem perfazer 200 horas e são de natureza acadêmico-científico-culturais. A UFPI, visando organizar a realização e o registro dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº 9.394/1996, incluiu na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI, Seção VI, disposições sobre as atividades complementares em seus cursos de graduação.

São consideradas atividades integrantes da formação do aluno de Licenciatura em Ciências da Natureza e suas Tecnologias - PRILEI, além das disciplinas e do estágio supervisionado, participação em: eventos, discussões temáticas, projetos de pesquisa e extensão, além de outras atividades acadêmicas a juízo do Colegiado do

Curso e previstas na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e no Anexo III deste PPC. Estas poderão ocorrer em qualquer etapa do curso desde que seus objetivos sejam claramente explicitados. Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – realizadas a partir do ingresso do aluno no Curso;

II – compatíveis com o PPC do PRILEI;

III – variadas em pelo menos duas categorias entre os critérios estabelecidos no Anexo III deste PPC.

No calendário acadêmico é estipulado o período para solicitação de registro de atividades complementares de graduação junto à Coordenação do Curso. Cabe ao Coordenador avaliar o desempenho do aluno nas atividades complementares de graduação, de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico, emitindo a decisão do deferimento ou não.

Os casos de alunos ingressos no curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de atividades complementares de graduação, serão avaliados pela coordenação do curso, que poderá computar o total ou apenas parte da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem. Os alunos ingressos como portadores de curso superior deverão desenvolver normalmente as atividades complementares requeridas pelo PRILEI. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à PREG para serem homologados pela CAMEN e CEPEX.

Para a integralização do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, o discente deverá apresentar certificados de 200h de Atividades Complementares, desenvolvidas durante o período do Curso, nas diversas modalidades disponibilizadas, até o último semestre, e constando no histórico escolar. Serão consideradas como atividades acadêmico-científico-culturais, em suas devidas categorias e pontuações o que se expõe nas dez tabelas de Atividades Complementares (AC) seguintes, delineadas por categoria, conforme a Resolução CEPEX-UFPI n.177/12.

A UFPI, visando organizar a realização e o compute dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, aprovou, por meio do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão,

a Resolução 177/12, que dispõe, dentre outras coisas, sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais (Atividades complementares) em seus cursos de Graduação.

Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Serem realizadas a partir do primeiro semestre;
- II – Serem compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza;
- III – Serem compatíveis com o período cursado pelo aluno ou o nível de conhecimento requerido para a aprendizagem;
- IV – Serem realizadas durante a realização do Curso e/ ou no período letivo, em horário diferenciado das aulas, bem como no período de matrícula institucional;
- V – Serem integralizadas até o período anterior ao período de conclusão do curso.

O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de integralização de Atividades Complementares de Graduação junto à coordenação do curso, até 60 (sessenta) dias antes do prazo para a colação de grau do aluno. O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de registro de Atividades Complementares de Graduação junto às Coordenações de Curso, a cada período letivo.

A Coordenação do Curso avaliará o desempenho do aluno nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório estipulando a carga horária a ser aproveitada conforme Tabela 2, e fará registro no sistema acadêmico de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico ou encaminhará à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para as providências cabíveis quando o sistema estiver indisponível.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação para serem homologados pela Câmara de Ensino de Graduação e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX.

Tabela 2 - Quadro de atividades Complementares

ATIVIDADE DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA E A PESQUISA: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA CADA ATIVIDADE		
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO

		(C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Ensino	Participação em projetos institucionais, PIBID, PET.	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
2 Iniciação a pesquisa	Participação em projetos de pesquisa, projetos institucionais PIBIT, PIBIC	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
3 Grupo de pesquisa	Participação em grupo de pesquisa liderado por docentes da UFPI.	30(trinta) horas	60(sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

ATIVIDADE DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60 (sessenta) horas
2 Organização de eventos técnico-científicos.	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60(sessenta) horas
3 Participação em eventos técnico-científicos.	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, defesa de TCC, de dissertação de mestrado e tese de doutorado, fórum, semanas acadêmicas.	01(um) hora	60(sessenta) horas
TOTAL			60

Certificação: Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Docente	Experiência profissional como docente por um período mínimo de um semestre;	30(trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			120

Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Projeto de extensão com bolsa.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 12 a 20h.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Projeto de extensão voluntário.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 06 a 20 h.	30 (trinta) horas	30 (sessenta) horas
TOTAL			90

Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

TRABALHOS PUBLICADOS E APROVAÇÃO EM CONCURSOS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Publicações em anais de eventos nacionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Publicações em anais de eventos locais e/ ou regionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
3 Publicações em periódicos nacionais.	Publicações em periódicos especializados comprovados com apresentação de documento pertinente (declaração, cópia dos periódicos).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			90

Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

VIVÊNCIAS DE GESTÃO: ATÉ 40 (QUARENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Representação estudantil.	- Participação anual como membro de entidade de representação político – estudantil. - Participação anual como membro de diretoria de entidade de representação político – estudantil	10 (dez) horas	40 (quarenta) horas
TOTAL			40

Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Atividades Artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas	Participação em grupos de artes, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos	Premiação recebida em evento artístico culturais, acadêmicos ou por órgãos afins e aprovação de concursos públicos na área de Ciências Humanas e Sociais	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			90

Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

DISCIPLINA ELETIVA INTEGRALIZADA EM OUTRO CURSO DESTA INSTITUIÇÃO OU EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ATÉ 60 (SESENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima

1 Disciplina Eletiva	Ofertada por outro curso desta IES ou por outras Instituições de Educação Superior.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Histórico Escolar.			
ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, DIFERENCIADO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Estágios não obrigatório	Programas de integração empresa-escola ou de trabalhos voluntários, com dedicação semanal de 5 a 20 horas para o aluno.	30 (trinta) horas	90 (noventa) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
VISITAS TÉCNICAS: ATÉ 10 (DEZ) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Visitas técnicas	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovada por um prof. responsável, consultado previamente.	01 (uma) hora	10 (dez) horas
TOTAL			10
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Essas atividades, quando desenvolvidas pelo aluno, serão integralizadas ao currículo a cada bloco de 15 horas, que corresponde a um (01) crédito acadêmico, até o limite mínimo de 08 (oito) créditos para os cursos de graduação, bacharelado, e o limite mínimo de 200 horas para os cursos de graduação, licenciatura; atendendo ao que dispõe a Resolução N° 177/12 (CEPEX/UFPI) que também versa sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais.

8.5 Atividades Curriculares de Extensão

O Capítulo VI do Regimento Geral da UFPI, em seu Artigo 123, define que a “extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável [que] viabiliza a integração da Universidade com setores da comunidade local ou regional” (UFPI, 1999).

A Atividade de Extensão compreende um conjunto de ações interdisciplinares educativas, culturais, científicas e de intervenção social envolvendo os discentes na universidade e em diversos setores da sociedade. Está previsto no Programa Nacional

de Educação (PNE) 2014-2024, bem como na Resolução nº 07 do CNE/CES, 2018, o mínimo de 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares dos cursos de graduação em atividades de extensão, por meio de programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; e prestação de serviços em áreas sociais pertinentes.

No Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) serão realizadas conforme as normatizações do Conselho Nacional de Educação e da UFPI, que compreende:

Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Art. 3º Resolução 07 - CNE/CES, 2018).

Ainda, segundo a referida Resolução, são consideradas atividades de extensão as Intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos da citada Resolução, e conforme normas institucionais próprias (Art. 7, Resolução CNE/CES, 2018).

Ressalte-se que as Atividades Curriculares de Extensão enquanto componentes curriculares obrigatórios são relevantes no processo de formação acadêmica por promoverem qualidade na formação integral dos estudantes universitários e possibilitar a formação de sujeitos críticos e responsáveis na sociedade.

Diante disso, a Universidade Federal do Piauí – UFPI aprovou a Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição. De acordo com a mencionada Resolução, as Atividades Curriculares de Extensão – ACE objetivam:

- Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;
- Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para cidadania e o seu papel social;

- Proporcionar a busca de novos objetos de investigação e inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedades;
- Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

O Projeto Pedagógico do Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI/UFPI, com o intuito de atender o que é imposto na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e na Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI, destina a carga horária de 000 horas para a realização das Atividades Curriculares de Extensão – ACE. Tal carga horária compreende 10% da carga horária total do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais - PRILEI, conforme Matriz Curricular exposta neste PCC.

Vale ressaltar que as atividades de extensão para serem integralizadas como componentes curriculares obrigatórios (ACEs) deverão ter os estudantes como executores das ações a serem realizadas presencialmente, diferindo assim das atividades de extensão a serem integralizadas como "atividade complementar" que pode ter o aluno como público e ser realizada na modalidade à distância.

A regulamentação das ACEs para o Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais - PRILEI será melhor descrita no Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão, em anexo IV.

Neste PPC, as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) são definidas como componentes curriculares, ofertados em forma de disciplina na matriz curricular dada a especificidade do PRILEI, abrangendo atividades desenvolvidas por discentes, relacionadas a cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, incluindo os previstos em programas institucionais e de natureza governamental que atendam às políticas municipais, estaduais ou federais, destinadas à comunidade externa à UFPI.

Desse modo, o quadro a seguir, demonstra os eixos temáticos das ACE semestrais, constitui-se como referência para o curso Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais e - PRILEI. Para sua formulação, baseamo-nos nos temas contemporâneos transversais, buscando trazer discussões que sejam de interesse dos estudantes e relevantes para sua formação.

9 OUTRAS OPÇÕES DE APOIO À APRENDIZAGEM

O apoio pedagógico aos discentes é realizado pela Coordenação do Curso, auxiliada pelos professores do Curso, notadamente por meio de ações que possam favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos matriculados no curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias e contribuirá para sua permanência no curso.

9.1 Acessibilidade e Atendimento às pessoas com Necessidades Especiais

No âmbito da UFPI, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), que através de sua Coordenadoria de Assistência Comunitária – CACOM, gerencia as ações de política de Assistência Social à Comunidade Universitária, oferecendo, inclusive ao apoio psicopedagógico. Esta Pró-reitoria dispõe de um Serviço Psicossocial, formado por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, que prestam atendimento individual ou grupal aos alunos da UFPI que buscam soluções para os mais diversos problemas, orientando e encaminhando, quando necessário para os recursos disponíveis na comunidade interna e/ou externa.,

A PRAEC ainda supervisiona a concessão de benefícios de permanência (bolsas e auxílios) exclusivamente oferecidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tais como: a Bolsa de Apoio Estudantil (BAE), a Isenção da Taxa de Alimentação (ITA), o Auxílio Creche (AC), a Residência Universitária (REU) e o Auxílio Residência (AR) para alunos dos Campi do interior.

Além disso, a UFPI tem seu trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais pautado pela Resolução nº76/2019 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente aos alunos deficientes. Há ainda ao incentivo a participação em programas que oferecem bolsas como o Programa de Monitoria, do PIBID e PIBIC.

Há de mencionar também que a UFPI desenvolve um trabalho com alunos do público da Educação Especial pautado pela Resolução nº76/2019 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente a eles, tendo, inclusive, um Núcleo de

Acessibilidade (NAU), instituído desde 2014. A UFPI promove a divulgação de trabalhos e produção dos alunos a partir de eventos como Seminários, Simpósios e Congressos. Todo o trabalho acadêmico desenvolvido na instituição é feito a partir do SIGAA, o qual permite o acesso de professores, alunos e técnicos administrativos. Na página inicial são divulgadas para a sociedade informações relevantes acerca de ações, programas, projetos e eventos abertos ao público externo.

.

9.2 Tecnologias de Informação e Comunicação

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) representam, no cenário educacional contemporâneo, um componente estratégico para a inovação pedagógica e a ampliação das oportunidades de aprendizagem. Mais do que recursos técnicos, as TIC configuram-se como ferramentas culturais e cognitivas que, quando mediadas de forma intencional, favorecem a construção do conhecimento, a interação social e o desenvolvimento de competências para o século XXI (Kenski, 2012).

No contexto da formação inicial de professores, a *Resolução CNE/CP nº 4/2024* enfatiza a necessidade de integrar as TIC de forma transversal, garantindo que o licenciando vivencie situações em que essas tecnologias estejam articuladas ao planejamento, à execução e à avaliação de práticas pedagógicas. Essa integração não se restringe ao uso instrumental de ferramentas, mas envolve a apropriação crítica e criativa dos recursos digitais para responder às demandas complexas da educação básica (Brasil, 2024).

De acordo com Moran (2015), as TIC oferecem múltiplas linguagens — textual, visual, sonora e interativa —, possibilitando a diversificação das estratégias de ensino e favorecendo aprendizagens mais significativas. Plataformas virtuais, aplicativos colaborativos e ambientes de gamificação, quando utilizados de forma planejada, ampliam o engajamento dos estudantes e estimulam a produção coletiva de conhecimento.

Em virtude disso, os docentes irão fazer o uso das TIC como forma de potencializar os processos de produção do conhecimento, utilizando-se de práticas de aprendizagem ativa e colaborativa, que possam ampliar as experiências formativas vivenciadas nas atividades presenciais. Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), fóruns de discussão, videoconferências e entre outras atividades digitais permitem a

construção de comunidades de aprendizagem que transcendem os limites físicos da sala de aula, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico e da resolução de problemas (Valente, 2018).

Outro aspecto relevante é o papel das TIC na promoção da inclusão educacional. Recursos como leitores de tela, legendas automáticas e aplicativos de tradução contribuem para que estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas tenham maior autonomia, alinhando-se à perspectiva de uma educação para todos defendida pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) e pelas diretrizes da educação inclusiva (Brasil, 2008).

As TIC poderão ser utilizadas também como um suporte valioso para práticas de avaliação formativa. Sistemas de gerenciamento de aprendizagem e ferramentas de feedback em tempo real permitem ao professor monitorar o progresso dos estudantes e intervir de forma mais personalizada, reforçando o vínculo entre ensino e aprendizagem (Bacich; Moran, 2018).

No entanto, o uso das TIC deve estar pautado por uma ética digital que contemple questões como privacidade de dados, direitos autorais e combate a discursos discriminatórios. Cabe ao professor assumir um papel formativo também nesse campo, preparando os estudantes para o uso responsável e crítico das tecnologias.

Assim, a inserção das TIC como apoio à aprendizagem reforça o compromisso do curso com a formação de docentes inovadores, críticos e inclusivos. Ao articular tecnologias, metodologias e objetivos pedagógicos, o licenciando estará preparado para atuar de forma integrada à cultura digital, contribuindo para a qualidade social da educação básica e para a formação de cidadãos plenos na sociedade em rede.

Nesta perspectiva, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) serão utilizadas durante o curso como aliadas dos docentes, potencializando as atividades presenciais e promovendo uma imersão mais crítica na realidade escolar. Ao integrar ferramentas digitais de forma estratégica, os professores podem transformar suas aulas presenciais em espaços mais dinâmicos e significativos, utilizando recursos multimídia como vídeos, infográficos e simulações que tornam conceitos abstratos mais tangíveis. Metodologias como a sala de aula invertida e a gamificação permitem otimizar o tempo em classe, focando em debates profundos e atividades colaborativas que estimulam o pensamento crítico.

Além disso, as TIC facilitam uma imersão no contexto escolar, oferecendo aos docentes ferramentas para analisar dados educacionais, compreender o perfil da comunidade e identificar desafios específicos. Plataformas colaborativas criam redes de compartilhamento de experiências pedagógicas, enquanto tecnologias imersivas como realidade virtual possibilitam trazer para a sala de aula contextos históricos e sociais de forma vivencial. No entanto, esse uso deve ser sempre mediado por uma reflexão crítica, considerando questões éticas e o contexto real da escola, para que as tecnologias não se tornem meros recursos técnicos, mas sim ferramentas de transformação pedagógica e social.

Dessa forma, as TIC serão integradas às atividades do Curso com propósito pedagógico claro, possibilitando tanto o enriquecimento do ensino presencial, quando uma aproximação dos futuros docentes à complexidade do ambiente escolar, permitindo uma atuação mais consciente, contextualizada e transformadora, essencial para a formação de cidadãos críticos na sociedade contemporânea.

9.3 Ingresso e Permanência

O ingresso no curso ocorrerá em consonância com as normativas vigentes do Ministério da Educação (MEC), com o Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e com o sistema de reserva de vagas, estabelecido pela Lei nº 12.711/2012 e suas alterações. O sistema de ações afirmativas contempla subgrupos definidos por critérios de renda, etnia (pretos, pardos, indígenas e quilombolas), pessoa com deficiência e origem escolar, seja integralmente em escola pública ou em escola comunitária, assegurando a democratização do acesso ao ensino superior.

No âmbito deste projeto, serão contemplados dois perfis principais de público-alvo, alinhando-se ao princípio da Resolução CNE/CP nº 4/2024 que garante que a formação inicial de professores atenda tanto à demanda por novos docentes quanto à qualificação de profissionais já em exercício. No caso deste projeto, a seleção dos estudantes seguirá dois perfis de público-alvo:

- Docentes das Redes de Ensino para Segunda Licenciatura - Participação mediante edital específico, observando as normas internas da UFPI.

- Análise documental e comprovação de atuação/perfil conforme especificações do edital.
- Comunidade em Geral - estudantes que concluíram o Ensino Médio - Participação mediante edital específico, observando as normas internas da UFPI.
- Seleção pela nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme prevê a Portaria MEC nº 391/2002.
- Serão consideradas as notas dos três anos que antecedem o processo seletivo (2023, 2024 e 2025).
- O candidato poderá indicar, no momento da inscrição, o ano de sua nota do ENEM que deseja que seja utilizado no processo seletivo.

O primeiro perfil corresponde a docentes das redes de ensino que buscam uma segunda habilitação, com ingresso mediante edital específico, incluindo análise documental e comprovação de atuação profissional conforme as exigências estabelecidas. O segundo perfil destina-se à comunidade em geral, formada por candidatos que tenham concluído o Ensino Médio. Para este grupo, a seleção será realizada via edital próprio, utilizando-se das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme previsto na Portaria MEC nº 391/2002. Serão aceitas as notas obtidas nos três anos que antecedem o processo seletivo (2023, 2024 e 2025), ficando a critério do candidato a escolha do ano a ser considerado.

A permanência dos estudantes é tratada como compromisso estruturante da proposta formativa, em consonância com as diretrizes da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que orientam para a criação de condições que assegurem a integralidade da formação e a equidade de oportunidades. Nesse sentido, a UFPI desenvolve políticas articuladas de apoio acadêmico, pedagógico, psicológico e socioeconômico, oferecendo auxílios financeiros, bolsas de iniciação científica, monitoria, extensão e apoio à participação em eventos acadêmicos, de forma a reduzir desigualdades e prevenir a evasão.

Também são implementadas estratégias de acompanhamento pedagógico contínuo, como atendimento individualizado, atividades de nivelamento e reforço acadêmico, além da integração com o Laboratório de Escrita e Leitura Acadêmica, voltado ao desenvolvimento de competências essenciais à prática docente, como leitura, interpretação e produção textual. Essas ações dialogam diretamente com a

orientação da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que estabelece a articulação entre teoria e prática e a valorização de experiências formativas diversificadas.

Adicionalmente, a política institucional assegura a inclusão e a acessibilidade, em conformidade com a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019, garantindo recursos, adaptações e formações específicas para atender estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Essa abordagem reafirma o compromisso com a formação de professores capazes de atuar em contextos heterogêneos e de promover uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Assim, as políticas de ingresso e permanência do curso não apenas asseguram o acesso democrático e inclusivo, mas também criam condições concretas para a permanência e o sucesso acadêmico, em estreita consonância com os princípios da Resolução CNE/CP nº 4/2024. Com isso, contribuem para a formação de profissionais reflexivos, críticos e comprometidos com o desenvolvimento integral dos estudantes da educação básica.

10 ESPECIFICIDADE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

10.1 Articulação com a Pós-Graduação

A articulação entre a formação inicial e a pós-graduação constitui um eixo estratégico da proposta deste curso, reforçando o compromisso da Universidade Federal do Piauí (UFPI) com a verticalização da educação superior e a construção de uma trajetória acadêmica integrada, com a consolidação de uma cultura acadêmica que favoreça a continuidade dos estudos e a produção de conhecimento.

Essa conexão visa estimular a continuidade dos estudos em níveis mais avançados, promovendo uma cultura de pesquisa e inovação desde a graduação. Por meio de projetos conjuntos, orientações compartilhadas e acesso a grupos de pesquisa, os discentes são incentivados a explorar temas de interesse científico ainda durante a licenciatura, facilitando sua transição para programas de mestrado e doutorado. Essa perspectiva não apenas qualifica a formação inicial, mas também

fortalece a produção de conhecimento na área, alinhando-se às demandas sociais e educacionais do Piauí e do Brasil.

Dessa forma, a UFPI consolida seu papel como instituição promotora de uma educação superior articulada, capaz de formar professores-pesquisadores comprometidos com o avanço das Ciências da Natureza em suas dimensões teóricas e práticas.

Em consonância com a Resolução CEPEX/UFPI nº 189/2007, que regulamenta a oferta dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na instituição, esta articulação busca integrar a graduação aos programas de mestrado e doutorado já existentes, ampliando as possibilidades de inserção dos egressos em percursos formativos avançados.

Essa integração se concretiza por meio da participação dos discentes em grupos e linhas de pesquisa vinculados aos Programas de Pós-graduação em Agronomia e Fitotecnia, Programa de Pós-graduação em Zootecnia, desenvolvido no campus de Bom Jesus, bem como, com os Programas de Pós-Graduação nas áreas de Física, Química e Biologia, implementados no Campus de Teresina. Tais programas oferecem linhas de pesquisa diretamente relacionadas às áreas de atuação do curso, como formação de professores, práticas pedagógicas inovadoras, educação e diversidade, políticas educacionais, linguagens e tecnologias, favorecendo a inserção dos licenciandos em contextos acadêmicos de alta qualificação.

A aproximação é fortalecida por ações conjuntas, como a realização de seminários integrados, ciclos de debates, oficinas metodológicas e participação em projetos de pesquisa e extensão financiados por agências de fomento. Essas experiências promovem o contato com metodologias de investigação avançadas, estimulam a produção científica e ampliam as oportunidades de publicação e apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos de alcance nacional e internacional.

A interação entre docentes da graduação e da pós-graduação garante o alinhamento temático e metodológico entre disciplinas, estágios, práticas de ensino e projetos de pesquisa. Esse diálogo contribui para que os estudantes compreendam as demandas e requisitos da pós-graduação, tornando mais fluída sua transição para programas de mestrado e doutorado.

Assim, a articulação com a pós-graduação amplia as perspectivas acadêmicas e profissionais dos licenciados, fortalece a produção científica voltada às demandas da educação básica e contribui para a consolidação de uma rede acadêmica integrada, comprometida com a qualidade social da educação e com a inovação pedagógica.

11 INFRAESTRUTURA

11.1.1 Recursos humanos

Os aspectos inerentes aos recursos humanos são necessários para a infraestrutura do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, especialmente no contexto de programas como o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei).

11.1.2 Docentes

Os docentes envolvidos nas ações educativas do curso deverão ter formação compatível com os conteúdos a serem ministrados e com a prática pedagógica necessária para a formação do futuro professor. Considerando-se as peculiaridades regionais, os docentes deverão ser capazes de fornecer subsídios pedagógicos para associar os conteúdos programáticos à necessidade e realidade do campo.

Nesse caso, como se trata de um curso ofertando no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei), os professores que ministrarão as disciplinas de cada período serão selecionados professores por meio de edital específico no âmbito do PRILEI, cujos critérios incidirão sobre a formação (titulação), qualificação e experiência acadêmica e profissional dos candidatos, priorizando os servidores efetivos da instituição proponente com atuação na graduação e pós-graduação, em projetos de pesquisa e extensão. Não sendo preenchidas as demandas do período abrem-se vagas para candidatos externos, seguindo os

mesmos critérios de seleção.

11.1.3 Servidores Técnicos Administrativos

Os cursos de Licenciatura pautados pela prática de em regime de alternância apresentam várias particularidades que exigem da instituição um regime de funcionamento diferenciado, se comparado aos cursos regulares ofertados normalmente. Portanto, considerando as especificidades do curso, serão necessários pelo menos dois técnicos para auxiliar a administração do curso, que será providenciado pela UFPI.

11.2 Recursos Materiais e Auxílio Financeiro para as saídas para a prática

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) assegura suporte logístico e financeiro para viabilizar as experiências práticas e intercâmbios de experiências, bem como, nas atividades do estágio supervisionado, da residência docente e atividades práticas externas previstas no curso, garantindo condições equitativas de aprendizagem e a formação integral dos estudantes.

No âmbito institucional, a universidade disponibiliza transporte próprio e estabelece parcerias com órgãos públicos e instituições parceiras para facilitar deslocamentos e apoio local.

Quanto aos recursos materiais, serão disponibilizados equipamentos e insumos necessários para a execução das atividades, tais como kits pedagógicos, material de registro (cadernos de campo, tablets, câmeras fotográficas), recursos audiovisuais e instrumentos específicos para as áreas de conhecimento abordadas nas práticas. Esses recursos visam possibilitar ao estudante a coleta, sistematização e análise de dados de forma qualificada e alinhada às exigências do projeto pedagógico do curso.

O planejamento dessas saídas contempla a utilização de transporte institucional, fornecido conforme a disponibilidade da frota e a programação de atividades acadêmicas, priorizando a segurança e o deslocamento coletivo. Além disso, quando necessário, serão firmadas parcerias com órgãos públicos e instituições parceiras para assegurar deslocamento e suporte local, ampliando a integração do curso com as redes de ensino e outras organizações vinculadas à formação docente.

No que se refere ao auxílio financeiro, a UFPI, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) e da Pró-Reitoria de Administração (PRAD), poderá disponibilizar apoio via editais específicos de auxílio para participação em atividades acadêmicas e de campo. Tais auxílios contemplam, entre outros aspectos, despesas com alimentação, hospedagem e material de consumo, garantindo equidade de participação entre os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica.

Os critérios de concessão do auxílio financeiro serão definidos em editais anuais ou semestrais, observando a disponibilidade orçamentária e priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme comprovação por meio de análise documental. Essa política busca minimizar barreiras econômicas que possam limitar a participação nas atividades de campo, assegurando que todos os discentes tenham acesso às experiências práticas essenciais para a consolidação da formação docente.

Além do apoio institucional, serão estimuladas parcerias com secretarias municipais e estaduais de educação, escolas-campo e demais entidades públicas e privadas, que poderão colaborar com recursos materiais, espaços físicos e apoio logístico para a realização das práticas. Essa articulação reforça a integração entre universidade e comunidade escolar, ampliando as possibilidades de vivência e aprendizagem dos licenciandos.

As saídas de campo e práticas externas serão planejadas com antecedência, garantindo que os recursos necessários estejam disponíveis no momento da execução. O acompanhamento e a avaliação dessas atividades serão incorporados aos relatórios acadêmicos do curso, permitindo a verificação da adequação e suficiência dos recursos e subsidiando melhorias para as próximas edições.

Dessa forma, a universidade reforça seu compromisso com uma formação docente de qualidade, assegurando que as práticas externas, indispensáveis à integração teoria e prática, sejam garantidas aos estudantes com equidade, inclusão e excelência acadêmica.

11.3 Espaço físico: sala de aula, laboratórios e salas especiais

O Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências da Natureza apresenta as seguintes estruturas físicas disponíveis no CPCE - Bom Jesus:

a) Sala de apoio educacional: ambiente para atendimento pedagógico aos alunos e docentes da Licenciatura em Ciências da Natureza. É uma sala climatizada, com armário, computador e mesas, no qual a técnica-administrativa com nível superior em pedagogia realiza suas atividades.

b) Sala de reunião: ambiente amplo, climatizado, com mesa, cadeiras e equipamento para *web conferência*. Seu uso está condicionado à disponibilidade, visto que atende todo o *campus* e para obter acesso ao espaço se faz necessário o agendamento.

c) Sala de professores: o *campus* disponibiliza salas climatizadas para o trabalho docente. Nela encontram-se mesas e cadeiras além de *internet*. Ali os professores preparam suas aulas e atendem os alunos para esclarecimentos de dúvidas e orientação de trabalhos.

d) Auditórios: Os auditórios do campus têm capacidades distintas e são voltados para a realização de eventos, palestras, defesas de monografias e/ou apresentações de seminários, conforme descrito a seguir: 1) O Auditório Central conta com 250 assentos na plateia, 12 no palco e 5 espaços adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, distribuídos em uma área construída de 605,92 m², possui sala multimídia, hall de entrada e banheiros masculino e feminino, ambos adaptados para acessibilidade; 2) · Salão Nobre possui capacidade para 100 lugares na plateia, 06 lugares no palco, além de um espaço reservado para cadeirantes, oferece condições adequadas de acústica e climatização, favorecendo a realização de treinamentos, debates e a disseminação de conhecimentos para a comunidade acadêmica do campus, instituições públicas e privadas, bem como para outros membros da sociedade que necessite utilizá-lo; 3) Auditório I possui capacidade para 85 lugares na plateia, 04 lugares no palco e 02 lugares para pessoas com deficiência física, possui conforto acústico e térmico, saída de emergência e equipamentos técnicos e multimídia, possibilitando a realização de videoconferências voltadas à comunidade acadêmica do CPCE, a instituições públicas e privadas, bem como a outros membros da sociedade que necessitem fazer uso do espaço; · Auditório II possui capacidade para 85 lugares na plateia, 04 lugares no palco e 02 lugares para pessoas com deficiência física, possui a mesma estrutura e atribuições do Auditório I.

e) Salas de aula: O *campus* dispõe de dois blocos de salas de aula, totalizando 41 salas, com capacidade média de 50 lugares cada. As salas de aula apresentam revestimento parcial em cerâmica, o que contribui para a facilidade de limpeza. Contam com iluminação apropriada e acústica satisfatória. Todas estão equipadas

com projetor multimídia, aparelhos de ar-condicionado, quadro acrílico, portas com visor de vidro, mesa de apoio e lixeira. Sua disponibilização é realizada mediante solicitação da Coordenação do Curso ao Setor de Patrimônio visto que o calendário do Curso é diferenciado dos demais que ocorrem no *campus*, necessitando da organização do Setor.

f) IV. Sala de Videoconferência

O Campus dispõe de uma sala climatizada, equipada com recursos específicos para videoconferências, possibilitando a realização de defesas de trabalhos de conclusão de curso com integrantes da banca de outras Instituições. O espaço também é utilizado para reuniões e demais atividades que demandam a presença remota de participantes externos.

g) Laboratório de informática: O CPCE dispõe de três laboratórios de informática, equipados com computadores conectados à internet e acessíveis a discentes e docentes que necessitam de recursos computacionais para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Além disso, oferece rede sem fio com acesso livre e gratuito.

h) Laboratório multidisciplinar: O *campus* dispõe de laboratórios destinados a atividades de ensino e pesquisa, atendendo aos cursos de graduação e pós-graduação, quadro 1. O uso desses espaços segue normas específicas de funcionamento e segurança. Além disso, conta com técnicos responsáveis pelo apoio às atividades, bem como pela manutenção dos equipamentos.

Quadro 1. Relação dos laboratórios que podem ser utilizados para o ensino de ciências no *Campus* Professora Cinobelina Elvas (CPCE).

UNIDADE	DESCRIÇÃO DO AMBIENTE	TIPO	QUANTIDADE
Bloco 102	Laboratórios de Informática I	Laboratório de Ensino e Laboratório Aberto ao Público	2
	Laboratório de Botânica e Anatomia Vegetal	Laboratório de Ensino	1
Bloco 104	Laboratório de Zoologia	Laboratório de Ensino	1

	Laboratório de Propagação de Plantas	Laboratório de Ensino	1
	Laboratório de Química Geral e Analítica	Laboratório de Ensino	1
	Laboratório de Geociências e Recursos Ambientais	Laboratório de Pesquisa	1
	Laboratório de Proteção de Plantas	Laboratório de Pesquisa	1
	Laboratório de Química Orgânica	Laboratório de Ensino	1
	Laboratório de Microbiologia de Alimentos	Laboratório de Ensino	1
	Microbiologia de Solos e Plantas	Laboratório de Ensino	1
	Laboratório de Melhoramento Genético	Laboratório de Pesquisa	1
	Laboratório de Fitotecnia	Laboratório de Ensino	1
	Laboratório de Microscopia	Laboratório de Ensino	1
	Laboratório de Melhoramento Genético	Laboratório de Ensino	1

	Laboratório de Informática II	Laboratório de Ensino e Pesquisa	1
Anexo do Hospital Veterinário Universitário	Laboratório de Anatomia Animal	Laboratórios de Ensino	2

i) Fazenda Experimental: O CPCE também possui Fazenda Experimental Alvorada do Gurgueia (FEAG), localizada no município de Alvorada do Gurgueia-PI. A FEAG está situada às margens da Rodovia Federal BR-135, está aproximadamente a 100 km da sede do Campus. A Fazenda conta com áreas pastagens, mata nativa e cultivos experimentais de espécies frutíferas, agrícolas e florestais. Possui também um setor de transporte, máquinas e implementos, como trator e motosserra, utilizados em aulas práticas, além de alojamentos, restaurante e equipe de apoio para manutenção das atividades e equipamentos.

j) Restaurante universitário: espaço destinado para a alimentação dos estudantes e servidores do CPCE. Serve almoço e jantar previamente planejados por nutricionistas, cujo cardápio é disponibilizado no local e também em redes sociais e na página oficial da Instituição.

11.4 Biblioteca e Acervo

A biblioteca do CPCE dispõe de acervo, composto por livros, periódicos, materiais digitais e bases de dados acadêmicas. Possui espaços de estudo em grupo e individual com acesso à internet, sala de vídeo com aparelho de televisão LCD de 46", banheiros masculino e feminino, espaço do acervo e salas administrativas. Além disso, promove serviços de empréstimo, consulta local e acesso remoto a conteúdos digitais, garantindo acesso à informação para toda a comunidade acadêmica.

11.5 Condições de acessibilidade

As condições de acessibilidade na Universidade Federal do Piauí (UFPI) são sustentadas por uma política institucional sólida, articulada por meio do Núcleo de Acessibilidade (NAU), órgão ligado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC). Criado em 2014 e em atividade plena desde 2016, o NAU cumpre papel estratégico na implementação de uma cultura inclusiva, respondendo a normas como o Plano de Acessibilidade Institucional e regulamentos internos específicos.

No campo físico e arquitetônico, a universidade vem promovendo obras para eliminar barreiras. Os campi incluem rampas de acesso, sanitários adaptados e trajetos sinalizados para pessoas com deficiência visual, buscando garantir mobilidade e autonomia no ambiente universitário.

Em apoio direto ao estudante público-alvo da educação especial, o NAU coordena o Laboratório de Acessibilidade e Inclusão (LACI), instalado na Biblioteca Central. Ali, estão disponíveis tecnologias assistivas como leitores de tela (NVDA, DOSVOX), teclados adaptados, impressoras e acervo em braille, proporcionando condições reais de aprendizagem e permanência acadêmica na UFPI.

Para além dos recursos físicos, o NAU atua por meio de programas de apoio pedagógico e tecnológico. Editais como a Bolsa de Inclusão Social (BINCS) e o Auxílio Inclusão Digital oferecem suporte financeiro e disponibilizam kits com lupas, gravadores de voz e outros instrumentos que favorecem a inclusão do estudante no processo formativo.

Outro avanço institucional significativo é a Cartilha “Se Liga na Inclusão”, elaborada pelo NAU e PRAEC para orientar coordenadores, docentes e técnicos na implementação de práticas inclusivas. O documento fornece recomendações sobre produção de material acessível, audiodescrição, descrição de imagens e estratégias pedagógicas colaborativas, ampliando o entendimento institucional sobre acessibilidade.

Acrescenta-se ainda o caráter formativo e de sensibilização, com cursos como o “Promoção de Acessibilidade e Inclusão” destinados ao corpo docente e administrativo, bem como encontros e eventos como o “Dia D da Pessoa com Deficiência” e o “Encontro com Estudantes público-alvo da educação especial (PAEE)”, promovendo troca de experiências e fortalecimento institucional nessa área.

As normativas internas reforçam esse arcabouço: a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019 regulamenta o atendimento educacional especializado a estudantes com

deficiência na graduação; a Resolução CAD/UFPI nº 62/2022 aprova o estatuto do NAU; e há protocolos para a prestação de apoio através da documentação adequada e modalidades de tecnologia assistiva.

Em síntese, a UFPI constrói uma estrutura inclusiva robusta que passa pela infraestrutura adaptada, pelo apoio técnico e pedagógico, pela formação de servidores, pelo suporte financeiro e por orientações claras e acessíveis. Esse conjunto de ações assegura que ingressantes e concluintes possam exercer sua trajetória acadêmica com autonomia, respeito e igualdade real de oportunidades.

12 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

A implantação dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI, será realizada em etapas articuladas, garantindo aderência às diretrizes do Edital nº 3/2025 e observando os prazos, procedimentos e metas institucionais.

O processo será conduzido em consonância com o Quadro de Acompanhamento – Implantação PRILEI, que detalha as fases, períodos, ações e responsáveis.

A primeira etapa, de julho a agosto de 2025, corresponde à organização e submissão da proposta, envolvendo a constituição do Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente, a definição dos cursos e da justificativa baseada em diagnósticos territoriais e dados do Censo Escolar/INEP, a elaboração do PPC inicial alinhado à BNCC, às Diretrizes Curriculares Nacionais e à Política de Educação Integral, bem como o registro e submissão da proposta no SIMEC.

A segunda etapa, prevista para setembro a dezembro de 2025, refere-se aos ajustes pós-seleção e planejamento pedagógico. Nela será firmado o Termo de Execução Descentralizada (TED) com o MEC, concluída a elaboração final dos PPCs com incorporação de metodologias ativas, interdisciplinaridade e inserção de estágios desde o início do curso. Essa fase também incluirá a articulação formal com as redes municipais e estadual para definição dos polos de estágio e da Residência Docente, a ser implementada no último ano.

A terceira etapa, de outubro de 2025 a fevereiro de 2026, destina-se à preparação da infraestrutura e recursos humanos. Será realizada a adequação de

salas de aula e laboratórios, aquisição de equipamentos e materiais pedagógicos, garantia de acessibilidade física, pedagógica e digital, publicação de editais para seleção de professores (com prioridade para docentes efetivos da UFPI) e capacitação das equipes envolvidas.

A quarta etapa, que ocorrerá entre janeiro e fevereiro de 2026, corresponde à mobilização e seleção de estudantes, com ampla campanha de divulgação, visitas às escolas, divulgação em redes sociais e meios de comunicação, inscrição e seleção de candidatos via SISU/ENEM ou edital específico, observando a legislação de cotas e garantindo a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

A quinta etapa marca o início das atividades acadêmicas em março de 2026, com a realização de aula inaugural, início das disciplinas e implementação das metodologias ativas e dos estágios supervisionados desde o primeiro semestre.

A sexta etapa, de março de 2026 a fevereiro de 2030, envolve o monitoramento e avaliação contínua, com acompanhamento semestral de indicadores como taxa de matrícula, evasão, conclusão, desempenho acadêmico, inserção profissional e impacto comunitário. Relatórios técnicos serão produzidos anualmente e apresentados ao MEC, bem como em eventos como o Congresso Nacional da Rede PRILEI.

Por fim, a sétima etapa, no ano de 2030, compreende o encerramento e avaliação final, com sistematização dos resultados alcançados, análise do impacto territorial e social, elaboração do relatório final e registro das boas práticas para subsidiar novas políticas de formação docente.

Este cronograma, descrito no Quadro de Acompanhamento, assegura a execução planejada das atividades, permitindo controle rigoroso das responsabilidades institucionais e garantindo que os objetivos do PRILEI sejam plenamente atingidos, com formação de professores qualificados, fortalecimento da educação integral e impacto positivo no desenvolvimento educacional do Piauí.

Quadro de Acompanhamento – Implantação PRILEI

Etapa	Período	Ações	Responsáveis
Organização e Submissão da Proposta	Jul/2025 – Ago/2025	Constituir comitê, definir cursos, elaborar justificativas e PPC inicial, alinhar com BNCC, DCNs e Educação Integral, inserir proposta no SIMEC.	PREG, CGRAD, CDAC, Direções de Centro/Campus, PROPLAN, STI

Etapa	Período	Ações	Responsáveis
Ajustes Pós-Seleção e Planejamento Pedagógico	Set/2025 – Dez/2025	Assinar TED com MEC, finalizar PPCs, alinhar conteúdos e metodologias ativas, articular com redes públicas e definir polos de estágio e residência.	PREG, Coordenação PRILEI, Colegiados de Curso, CEPEX
Preparação de Infraestrutura e Recursos Humanos	Out/2025 – Fev/2026	Adequar salas e laboratórios, adquirir equipamentos e materiais, garantir acessibilidade, publicar editais para seleção de professores e capacitar equipes.	Direções de Centro/Campus, PREG, PROAD, STI
Mobilização e Seleção de Estudantes	Jan/2026 – Fev/2026	Executar campanha de divulgação, realizar inscrições via SISU/ENEM ou edital, aplicar política de cotas e garantir inclusão.	PREG, CSPE, Assessorias de Comunicação
Início das Atividades Acadêmicas	Mar/2026	Realizar aula inaugural, iniciar disciplinas e projetos, implementar metodologias ativas e estágios supervisionados.	Coordenações de Curso, Colegiados, PREG
Monitoramento e Avaliação	Mar/2026 – Fev/2030	Monitorar matrícula, evasão, conclusão, desempenho, inserção profissional e impacto comunitário; produzir relatórios técnicos anuais.	Coordenação Institucional PRILEI, Coordenações de Curso, PREG, CEPEX
Encerramento e Avaliação Final	Ano de 2030	Sistematizar resultados, avaliar impacto territorial, produzir relatório final e apresentar boas práticas ao MEC.	PREG, Coordenação PRILEI, MEC

13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DO CURSO

A avaliação do projeto também acontecerá de forma contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta, uma vez que ele servirá de tomada de decisão para continuidade das ações eficientes e mudanças de outras, cujo resultado tenha sido considerado negativo. Assim, ao término de cada disciplina será feita a avaliação do Curso pelo aluno, através de um formulário e também pelo professor. Os coordenadores do Curso serão responsáveis por tratar os dados colhidos destes formulários, complementá-los com conversas estabelecidas com os professores do curso e alunos, julgá-los e tomar a atitude devida. A ideia é tomar os indicadores desta avaliação para melhorar, sempre, a qualidade do ensino.

É relevante destacar que as ações ou atividades desenvolvidas serão continuamente retomadas a partir de núcleos temáticos de estudo, organizados em Bom Jesus, juntos às comunidades parceiras. Nesta perspectiva, a avaliação do

Curso exige a avaliação do processo de formação: natureza e objetivos do curso e a avaliação da ação docente do profissional (professor/aluno) envolvido no curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais.

14 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO MONITORAMENTO DE PERMANÊNCIA

O acompanhamento sistemático da permanência estudantil no âmbito dos cursos do PRILEI/UFPI será desenvolvido como estratégia institucional de promoção da equidade, inclusão e qualidade da formação inicial, em conformidade com as diretrizes do Edital nº 3/2025 e com as metas estabelecidas no projeto institucional.

O monitoramento da permanência estudantil na Universidade Federal do Piauí (UFPI) será realizado de forma sistemática, integrando ações pedagógicas, administrativas e de assistência, em conformidade com as normativas institucionais e as diretrizes do Ministério da Educação. O processo utilizará indicadores quantitativos (como desempenho acadêmico, frequência e tempo de integralização curricular) e qualitativos (como perfil socioeconômico e acompanhamento individualizado), permitindo a identificação precoce de riscos de evasão e a implementação de estratégias direcionadas.

A análise dos dados será feita por meio de sistemas institucionais, como o SIGAA, que possibilita o acompanhamento da trajetória dos estudantes, cruzando informações acadêmicas e socioeconômicas para embasar políticas de apoio. Além disso, reuniões periódicas do colegiado servirão para avaliar casos específicos e propor intervenções. Para maior eficácia, sugere-se a inclusão de mecanismos de escuta ativa dos discentes, a definição de metas mensuráveis (como redução de evasão) e a divulgação transparente dos resultados, reforçando o compromisso com a permanência e o sucesso acadêmico.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), em articulação com o Núcleo de Acessibilidade (NAU), o Laboratório de Escrita e Leitura Acadêmica e as coordenações de curso, terá papel estratégico nesse monitoramento, garantindo que estudantes público-alvo da educação especial ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham acesso às políticas de permanência já implementadas, como auxílios financeiros, bolsas, apoio pedagógico especializado e tecnologias assistivas. A PRAEC disponibiliza ainda suporte psicológico e orientação pedagógica, conforme as necessidades dos estudantes.

Os resultados parciais e finais de cada semestre letivo serão apresentados em relatórios de acompanhamento, discutidos em reuniões de colegiado e encaminhados à direção de centro e à Pró-Reitoria de Graduação (PREG), de modo a subsidiar ajustes no planejamento pedagógico e nas ações de apoio. A adoção de metas semestrais de redução da evasão e de elevação da taxa de integralização servirá como parâmetro para medir a efetividade das estratégias adotadas.

Além dos indicadores internos, a permanência será avaliada considerando dados do Censo da Educação Superior e do Sistema e-MEC, possibilitando o alinhamento do desempenho do curso aos parâmetros nacionais de qualidade. Essa análise externa permitirá também identificar tendências e desafios comuns a cursos de perfil semelhante, servindo de referência para o aprimoramento contínuo da gestão acadêmica.

A participação discente será incentivada por meio de espaços de escuta ativa, como questionários de satisfação, assembleias acadêmicas e reuniões abertas, criando um canal permanente para que estudantes possam apontar dificuldades e propor melhorias. Essas contribuições serão incorporadas às estratégias de permanência, fortalecendo o caráter participativo do processo.

A avaliação da permanência será ainda vinculada às ações de acessibilidade, inclusão e equidade, assegurando que as metas de atendimento às ações afirmativas (Lei nº 12.711/2012) e às políticas internas de inclusão sejam acompanhadas de forma integrada. Isso inclui a verificação do cumprimento das condições de acessibilidade física, pedagógica e comunicacional, conforme regulamentações como a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019.

As ações serão implementadas a partir do Bloco 1, gerenciadas pela coordenação do curso e pela coordenação pedagógica, garantindo acompanhamento individualizado e contínuo até a conclusão da graduação. Esse modelo visa promover um vínculo pedagógico e uma maior proximidade entre os estudantes, fortalecendo a prevenção da evasão e oferecendo suporte integral à trajetória acadêmica. Além disso, a coordenação do curso realizará avaliações periódicas e monitoramento da permanência dos alunos, assegurando que as necessidades de cada grupo sejam atendidas e que estratégias de apoio sejam adaptadas conforme necessário.

O acompanhamento terá como objetivos principais:

- Mapear necessidades e desafios: identificar, de forma contínua, dificuldades acadêmicas, socioeconômicas, emocionais e de

acessibilidade que possam impactar o desempenho e a permanência dos estudantes, considerando o contexto territorial e social de cada campus.

- Fortalecer a comunicação institucional: criar e manter redes de comunicação eficientes entre discentes, coordenação de curso e a instituição, utilizando ferramentas digitais, encontros presenciais e canais oficiais para agilizar a circulação de informações.
- Garantir acesso a oportunidades e políticas de apoio: orientar e divulgar informações sobre bolsas de pesquisa, permanência, desenvolvimento acadêmico, residência docente e outras iniciativas previstas na política de assistência estudantil da UFPI, assegurando que todos os estudantes elegíveis tenham acesso a esses benefícios.
- Integrar diagnósticos e ações entre campi: consolidar, a cada semestre, o mapeamento das dificuldades e demandas identificadas, socializando-as entre todos os campi envolvidos no PRILEI, de forma a subsidiar a Coordenação Institucional e os Colegiados de Curso na definição de estratégias conjuntas.
- Acompanhar e apoiar o processo de ensino-aprendizagem: atuar de maneira articulada com os docentes responsáveis pelas disciplinas, buscando soluções pedagógicas que favoreçam a aprendizagem, a participação ativa e o desenvolvimento das competências previstas no PPC.
- Promover a inclusão e o atendimento especializado: planejar e executar ações de apoio a estudantes com necessidades educacionais especiais, garantindo acessibilidade física, pedagógica e tecnológica, conforme normativas institucionais e legais.
- Monitorar o desempenho acadêmico: coletar e analisar, de forma sistemática, indicadores de rendimento, frequência, participação em atividades de estágio e residência docente, e conclusão de componentes curriculares, alimentando relatórios de gestão e tomada de decisão.
- Desenvolver estratégias para o sucesso acadêmico: propor ações preventivas e interventivas para reduzir a evasão e aumentar a taxa de conclusão, em alinhamento com a meta institucional de garantir taxa mínima de conclusão de 95% dos ingressantes.

Essa metodologia de acompanhamento, fundamentada na gestão compartilhada e na integração entre teoria e prática, articula-se diretamente às metas do PRILEI e ao compromisso institucional da UFPI com a formação de professores qualificados para a Educação Básica, em regime de tempo integral, com foco na inclusão e na redução das desigualdades educacionais.

Em síntese, o monitoramento da permanência estudantil será um processo contínuo, integrado e baseado em evidências, cujo foco é garantir que todos os estudantes ingressem, permaneçam e concluam o curso em condições de equidade e qualidade, fortalecendo o compromisso institucional da UFPI com a formação docente e com a democratização do acesso e da permanência na educação superior.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula: prática e princípios teóricos**. São Paulo : Cortez, 1990.

ALMEIDA, Maria Isabel de. (Orgs.). **Pedagogia Universitária: caminho para a formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2011

ANDRÉ, Marli. Formar o professor pesquisador para um novo desenvolvimento profissional. In: ANDRÉ, Marli (Org.). **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas: Papirus, 2016. p. 17-34. (Série Prática Pedagógica).

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Plátano, 2003.

BEGNAMI, J. B. **Formação pedagógica de monitores das Escolas Famílias Agrícolas e Alternâncias**: um estudo intensivo dos processos formativos de cinco monitores. Belo Horizonte. 2003. 263 p. Dissertação (Mestrado Internacional em Ciências da Educação) - Universidade Nova de Lisboa e Universidade François Rabelais de Tours. 2003.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. 2. ed. Bauru: Cá entre nós, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação . **Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025** Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2021**: Resumo Técnico. Brasília, 2021.

BRASIL. Presidência da república, **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Parecer Nº 09**, de 08 de maio de 2001. Conselho Nacional de Educação. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 08 mai 2001.

BRASIL. **Parecer Nº 28**, de 02 de outubro de 2001. Conselho Nacional de Educação. Assunto: Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 02 out 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**, Nº. 9394/96.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**. MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>

BRASIL.MEC. **Parecer CNE/CEB/ 1º/2/2006**. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância. Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República LEI nº 14.640, de 31 de julho de 2023. **Institui o Programa Escola em Tempo Integral**; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

CORDEIRO, G.N.K.; REIS, N.da S.; HAGE, S. M. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. *In: Revista Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A **prática como componente curricular na formação de professores**. Educação, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 203-218, maio/ago. 2011.

FERREIRA, F. S.; REBELO, A. S.; KASSAR, M. C. M. **Professores, tecnologias digitais e inclusão escolar**: desafios da política de educação especial em um município brasileiro. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 16, n. esp.2, p. 1307-1324, maio, 2021

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GATTI, Bernardete Angelina et al. **Professores do Brasil**: novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019. GIMONET, J.C. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Editora Vozes; Paris: AIMFR, 2007.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2008.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional? **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280081, 2023.

MANZINI, E. J. **Tecnologia assistiva para educação**: recursos pedagógicos adaptados. In: Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, 2005.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C.A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar. 2014.

MENDES, Enicéia Gonçalves; SANTOS, Vivian; SEBIN, Bruna Raffaini. **Política de educação especial no Brasil**: análise da produção de textos de 2004 a 2019. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

MICHELS, Maria. Helena.(Org.). **A formação de professores de Educação Especial no Brasil**: propostas em questão. Florianópolis: UFSC, CED/NUP, 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, C. R. **Avaliação educacional**: um olhar reflexivo sobre sua prática. São Paulo: Avercamp, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UFPI. **Regimento Interno Institucional**. Teresina, 2008.

UFPI.. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Teresina, 2024 (PDI 2024-2024_.

ROSSATO, Maristela. **O estágio supervisionado como espaço de produção de significados sobre a profissão docente**. Boletim de Conjuntura (BOCA) ano V, vol. 15n. 44, Boa Vista, 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Alternativas pedagógicas para a formação do professor da educação superior. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Maria Quevedo Quixadá (Org.). **Docentes para a educação superior**: processos formativos. Campinas: Papirus, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993.

ANEXO I

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI, na modalidade presencial é regido em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394/1996, de 20/12/1996, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura voltados à formação de professores da Educação Básica, Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, Resolução CEPEX/UFPI nº 220 de 28 de setembro de 2016, na Resolução 177/12 CEPEX/ UFPI de 05/11/2012 e na Lei nº 11.788 de 25.09.2008.

PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI observará os seguintes princípios:

- I - solidez teórico-científica das disciplinas que ensejam atividades práticas para a consolidação dos conhecimentos por elas abordados;
- II - desenho lógico e sequencial das atividades propostas, que possibilitem registro sistemático e, consequente formação de portfólio;
- III - foco na prática: a partir do que é delineado pelas respectivas teorias de cada disciplina, a vivência do estágio deverá mobilizar o conhecimento adquirido por meio de atividades estruturadas que permitam ao(à) estagiário(a) exercitar a docência de maneira supervisionada. Dessa forma, o(a) estagiário(a) irá construir um repertório inicial de práticas docentes que lhe confirmem confiança para o exercício profissional autônomo do magistério, com foco no aprendizado dos alunos;
- IV - pluralidade pedagógica: o estágio deve oferecer oportunidade a pluralidade pedagógica tanto por meio da participação em ambientes de aprendizagem diversificados, quanto sob a supervisão de profissionais com perfis variados, que lhe proporcionem reflexibilidade, segurança, resiliência e flexibilidade na atuação profissional;

V - processo ativo de aprendizagem: o processo de aprendizagem da docência durante o estágio requer a combinação de solidez teórico-científica das disciplinas e interação de seus conteúdos com as atividades práticas aliadas ao engajamento dos(as) estagiários(as) na vivência, desde o planejamento, durante a execução e no processo contínuo de avaliação das atividades pedagógicas; e

VI - prática reflexiva: o processo de aprendizagem da docência durante o estágio requer o desenvolvimento da capacidade de avaliação do(a) estagiário(a) sobre os objetivos, os componentes, o contexto, a execução e o resultado de cada atividade. Também requer uma autoavaliação contínua, refletindo tanto sobre as consequências da sua atuação, quanto das implicações dessas reflexões sobre sua futura atuação profissional.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI observará os seguintes objetivos:

I - **formar** docentes com mais flexibilidade, segurança, resiliência e flexibilidade para sua atuação profissional, desde o início de sua carreira;

II - **valorizar** os docentes e fortalecer os vínculos com a carreira docente;

III - **engajar** docentes com mais experiência na formação de novas gerações de docentes;

IV - **integrar** a formação e a pesquisa acadêmica com a prática educativa do ambiente escolar;

V - **integrar** professores(as) supervisores(as), estagiários(as) e demais profissionais da Educação Básica, para formar uma comunidade dinâmica e competente para seu autodesenvolvimento e para o aprendizado dos(as) estudantes da Educação Básica;

VI - **garantir** parâmetros mínimos de formação docente necessários para o planejamento, a execução e a avaliação de práticas pedagógicas, alinhadas com as demandas da educação contemporânea e com a efetiva aprendizagem dos(das) estudantes; e

VII - **promover** a indução profissional inicial mediante uma transição lógica e efetiva entre o aprendizado teórico-científico e a materialização de conhecimentos, práticas, valores e atitudes necessários ao exercício competente da docência.

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI visa oferecer ao estudante a oportunidade de:

I - atividades que abranjam o “conhecimento curricular”, ou seja, o conhecimento sobre os programas e os materiais disponíveis para o ensino, bem como sobre a sequência lógica de conteúdos em um currículo;

II - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico geral”, ou seja, estratégias gerais de ensino e aprendizagem, independentemente da área de conteúdo, tais como gestão de sala de aula, teorias de aprendizagem e práticas educacionais;

III - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico do conteúdo - CPC”, ou seja, a capacidade de transformar o conteúdo em formas que sejam compreensíveis e acessíveis aos(às) estudantes. Incluem o uso de analogias, exemplos e estratégias de ensino específicas para cada disciplina;

IV - atividades que envolvam o “conhecimento sobre os(as) alunos(as)”, ou seja, a compreensão sobre como os(as) estudantes aprendem, suas características cognitivas, sociais e emocionais, além das diferenças individuais entre eles(elas); e

V - atividades que envolvam o “conhecimento do contexto escolar”, ou seja, o conhecimento sobre o ambiente onde o ensino ocorre, incluindo as políticas educacionais, as legislações, as características da comunidade escolar e os fatores culturais e socioeconômicos.

CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG, em unidades que tenham condições de:

I - proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;

II - dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário;

III - existência de convênio entre a UFPI e as instituições co-formadoras.

Parágrafo único: O termo de compromisso de estágio (TCE) constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a UFPI e a parte concedente.

ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 6º. A gestão do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI envolve:

- . Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG;
- . Coordenação de Estágio Supervisionado;
- . Professor Orientador de Estágio;
- . Supervisor de campo;
- . Estudante Estagiário.

I - COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO (CGE)/PREG;

Art. 7º- A Coordenação Geral de Estágio (CGE) da PREG tem como funções básicas:

- A. Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado na UFPI;
- B. Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios;
- C. Assessorar as coordenações de estágios nos cursos, na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio supervisionado, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- D. Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- E. Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

II - COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 8º- São atribuições da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI:

- . Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;
- A. Informar à CGE/PREG os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;

- B. Elaborar a cada semestre, junto com o Professor Orientador, as programações de Estágio Curricular Supervisionado que serão enviadas a CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;
- C. Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- D. Encaminhar, juntamente com o Professor Orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos) de estágio;
- E. Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- F. Realizar seminário de integração dos estágios, juntamente com os professores orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas;
- G. Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso;
- H. Realizar estudos, seminários, encontros de formação e/ou demais atividades que fortaleçam os princípios do Estágio Curricular Supervisionado, em articulação com os professores orientadores.

III - PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Art. 9º- O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado é, preferencialmente, do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- . Orientar e supervisionar o máximo de 15 (quinze) estagiários simultaneamente, por turma;
- A. Elaborar, junto ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado do curso, a programação semestral de estágios;
- B. Elaborar Plano de Estágio para os discentes;
- C. Orientar os alunos, na elaboração dos seus planos de estágio e nos relatórios de estágio;
- D. Orientar a execução das atividades dos estagiários;
- E. Avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
- F. Enviar ao coordenador de estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos alunos sob a sua responsabilidade;

G. Manter diálogo regular com os professores supervisores para integrar a formação acadêmica com a prática profissional.

H. Participar de momentos formativos e encontros de troca de experiências promovidos pela UFPI e instituições parceiras.

Art. 10º- O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado deve assegurar que o Plano de Estágio seja estruturado de forma a garantir que o(a) estagiário(a) tenha a oportunidade de vivenciar:

I - atividades que abranjam o “conhecimento curricular”, ou seja, o conhecimento sobre os programas e os materiais disponíveis para o ensino, bem como sobre a sequência lógica de conteúdos em um currículo;

II - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico geral”, ou seja, estratégias gerais de ensino e aprendizagem, independentemente da área de conteúdo, tais como gestão de sala de aula, teorias de aprendizagem e práticas educacionais;

III - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico do conteúdo - CPC”, ou seja, a capacidade de transformar o conteúdo em formas que sejam compreensíveis e acessíveis aos(às) estudantes. Incluem o uso de analogias, exemplos e estratégias de ensino específicas para cada disciplina;

IV - atividades que envolvam o “conhecimento sobre os(as) alunos(as)”, ou seja, a compreensão sobre como os(as) estudantes aprendem, suas características cognitivas, sociais e emocionais, além das diferenças individuais entre eles(elas); e

V - atividades que envolvam o “conhecimento do contexto escolar”, ou seja, o conhecimento sobre o ambiente onde o ensino ocorre, incluindo as políticas educacionais, as legislações, as características da comunidade escolar e os fatores culturais e socioeconômicos.

Art. 11º Para a realização das atividades descritas nos incisos do artigo anterior, o Plano de Estágio deve prever o uso pelo(a) estagiário(a) de diferentes instrumentos e meios de aprendizagem, tais como:

I - **Observação:** tem como objetivo desenvolver no(a) estagiário(a) um olhar crítico-reflexivo, por meio de protocolos pré-estruturados, que permita a compreensão do ambiente educacional, das práticas pedagógicas e das interações no contexto escolar. Entre os objetos de observação, podem ser incluídos:

a) Observação das formas de interação entre os(as) estudantes;

- b) Observação da organização do tempo e do espaço escolar/sala de aula;
- c) Observação das estratégias de gestão da sala de aula realizadas pelo(a) professor(a);
- d) Observação das estratégias de ensino realizadas pelo(a) professor(a);
- e) Observação das formas como o(a) professor(a) se comunica com os(as) estudantes;
- f) Observação da resolução de problemas e conflitos inesperados no ambiente de ensino, incluindo horários fora de sala de aula, tais como visitas de campo, recreio, uso de sala de leitura ou de recursos, entre outros.

II - **Entrevista:** deve oportunizar ao(à) estagiário(a) ouvir, de maneira estruturada e planejada, com perguntas relevantes e baseadas no arcabouço teórico-científico da disciplina a que se refere, os diferentes atores do processo educativo, com o objetivo de aprofundar seu entendimento dos elementos observáveis no contexto das instituições de ensino. Poderão ser realizadas, entre outras:

- a) Entrevista com estudantes para compreender suas perspectivas em relação ao processo de aprendizagem, a dinâmica com pares e docentes, a interação com o ambiente de ensino e o seu repertório cultural/social;
- b) Entrevista com professores(as) sobre seu planejamento, sua atuação didática, suas decisões de gestão de sala de aula e seu plano de ensino;
- c) Entrevista com professores(as) após a observação de práticas disciplinares específicas, com o objetivo de compreender decisões pedagógicas;
- d) Entrevista com gestores escolares para compreender como a organização da unidade escolar é pensada para favorecer as aprendizagens.

III - **Análise documental:** a análise de documentos e materiais deve ser descritiva e crítica, referenciada nas leituras e estudos orientados ao tema. Poderão ser realizadas, entre outras:

- a) Análise dos planos de ensino do(a) professor(a);
- b) Análise dos materiais didáticos utilizados em sala;
- c) Análise de documentos curriculares;
- d) Análise do projeto político-pedagógico da escola;
- e) Análise dos instrumentos de avaliação formais e informais.
- f) Análise das produções dos alunos frente a uma comanda didática.

IV - Planejamento do ensino e aprendizagem: deve oportunizar ao(à) estagiário(a) refletir e/ou definir sobre os objetivos de aprendizagem a serem trabalhados (de acordo com o arcabouço teórico-científico da disciplina a que se vincula), os instrumentos e critérios avaliativos a serem utilizados, a forma como as aulas serão conduzidas, a seleção de materiais de ensino, entre outros aspectos relevantes na condução de atividades didáticas. Poderão ser realizados, entre outros: 6

- a) Planejamento de um momento de regência específico dentro de uma unidade de ensino do(a) professor(a);
- b) Planejamento de atividades avaliativas;
- c) Planejamento de aulas;
- d) Planejamento de gestão das aprendizagens.

V - Regência: deve possibilitar ao(à) estagiário(a) estar à frente da condução do processo de ensino e precisa ser precedida pelas atividades listadas acima. Deve ser exercida de forma compartilhada, na qual o(a) professor(a) e o(a) estagiário(a) conduzem conjuntamente atividades de ensino, possibilitando, de forma progressiva, a interação com a classe e um papel mais proeminente do(a) estagiário(a) na regência. Poderá ser realizada, entre outras:

- a) Regência de atividade específica;
- b) Regência de aula;
- c) Regência de unidade de ensino.

VI - Avaliação das aprendizagens: deve permitir ao(à) estagiário(a) refletir sobre as avaliações educacionais, incluindo a escolha de estratégias pedagógicas e a definição de instrumentos que possibilitem a entrega de devolutivas aos(as) estudantes.

Art. 12º Para que o estágio curricular supervisionado seja devidamente avaliado, o Plano de Estágio deve prever a entrega de relatórios, realizados pelo(a) estagiário(a), que registrem as percepções de maneira organizada, que relacionem as atividades desenvolvidas com a teoria estudada e que apresentem reflexões críticas, destacando os aspectos positivos, as dificuldades percebidas, o que poderia ser aprimorado ou replicado, dentre outras evidências das aprendizagens do(a) estagiário(a).

Parágrafo único: o conjunto dos relatórios produzidos pelo(a) estagiário(a), registrando a sua vivência prática ao longo de suas atividades do estágio curricular supervisionado, é chamado de “portfólio”.

Art. 13º Na elaboração do seu Plano de Estágio a IES deve levar em consideração os seguintes aspectos:

I - as atividades de estágio ao serem definidas devem seguir uma progressão de complexidade, de acordo com a etapa letiva em que serão exercidas, e em consonância com o desenvolvimento pessoal e a maturidade profissional do(a) estagiário(a);

II - as atividades de estágio devem ser estruturadas de acordo com os períodos letivos, definindo qual é o foco de cada período, como por exemplo, Educação Infantil, Alfabetização, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, etc. e apresentando os objetivos de aprendizagem a serem desenvolvidos pelos(as) estagiários(as) em cada um desses períodos; e

III - a fim de não conflitar com a proposta pedagógica e curricular da rede de ensino, as atividades de estágio serão definidas em comum acordo entre o(a) professor(a) orientador(a) e o(a) professor(a) supervisor(a).

IV - SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 14º O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades, tem como atribuições:

- . **Acolher** o estagiário na escola e na sala de aula, apresentando rotinas e horários;
- A. **Orientar e supervisionar** os estagiários;
- B. **Avaliar**, periodicamente, o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI
- C. **Promover** ambientes de aprendizagem que coloquem o estagiário como protagonista, incentivando reflexões sobre a prática docente.

- D. **Oferecer** oportunidades para que o estagiário pratique a docência, com suporte e orientação formativa.
- E. **Manter** comunicação contínua com o professor orientador para garantir a integração entre teoria e prática.

V - ESTUDANTE ESTAGIÁRIO

Art. 15º São atribuições do estudante estagiário:

- . **Cumprir** a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado;
- A. **Respeitar** as normas regimentais e disciplinares da Instituição na qual o estágio for realizado;
- B. **Planejar** com o professor orientador e supervisor as atividades do estágio;
- C. **Apresentar** a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;
- D. **Comparecer** aos encontros com o professor orientador;
- E. **Apresentar** um relatório ao final de cada estágio de acordo com as normas institucionais, bem como, socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o estágio, registrando suas percepções, reflexões críticas, e o desenvolvimento de suas práticas docentes.
- F. **Constituir** um portfólio que documente a experiência de estágio, destacando aprendizados, dificuldades e propostas de melhorias no percurso formativo do estágio desde o início do curso.

PLANO DE ESTÁGIO DO DISCENTE

Art. 16º O plano de estágio é um documento elaborado pelo discente, com orientação do professor orientador, que deve contemplar as atividades a serem desenvolvidas durante o estágio supervisionado, alinhando-se às diretrizes do curso e às necessidades de formação do futuro docente.

Art. 17º O plano de estágio deve incluir:

I. Objetivos Gerais e Específicos: Definição clara dos objetivos do estágio, tanto gerais quanto específicos, em termos de desenvolvimento de competências docentes e integração teoria-prática.

II. Atividades Planejadas:

- Descrição das atividades de observação, entrevistas e análises documentais a serem realizadas.
- Planejamento de momentos de regência, incluindo a condução de aulas e atividades avaliativas.

III. Cronograma: Estabelecimento de um cronograma que distribua as atividades de estágio ao longo do semestre, garantindo tempo suficiente para preparação, execução e reflexão.

IV. Metodologia: Estratégias e métodos que serão utilizados para alcançar os objetivos do estágio, incluindo recursos didáticos e tecnológicos.

V. Critérios de Avaliação: Definição dos critérios que serão utilizados para avaliar o desempenho do discente durante o estágio, incluindo autoavaliação e feedback do professor supervisor.

VI. Reflexão e Autoavaliação: Espaços dedicados à reflexão crítica sobre as práticas realizadas e ao registro de aprendizados, desafios enfrentados, e estratégias de superação.

Art. 18º O plano de estágio deverá ser aprovado pelo professor orientador antes do início das atividades práticas e poderá ser ajustado conforme necessário, em resposta às experiências vivenciadas durante o estágio.

Parágrafo único: O plano de estágio faz parte do portfólio do discente e será utilizado como um dos instrumentos de avaliação de seu desenvolvimento ao longo do estágio supervisionado.

CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 19º O estágio curricular supervisionado deverá ocorrer ao longo do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI, iniciando no primeiro e terminando no último semestre do curso, com carga horária mínima de 405h, em instituições conveniadas da educação básica das redes de ensino público e/ou privado da educação básica, filantrópicas e outros, em conformidade com as diretrizes para formação de professores.

Parágrafo único: A carga horária do estágio curricular supervisionado será distribuída em 8 (oito) estágios a ser realizado de forma presencial, distribuído ao longo do curso,

e abranger as áreas de atuação do futuro professor, onde serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- A. Observação destinada a propiciar ao aluno, o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno;
- B. Participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula; Docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio;
- C. Elaboração e execução de projetos de intervenção que visem à melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

AVALIAÇÃO

Art. 20º A Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

Art. 21º A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

Art. 22º Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

- A. A avaliação realizada pelo supervisor de campo do estágio, com base no formulário específico encaminhado ao professor orientador, obedecendo ao cronograma da Coordenação de Estágio de cada curso;
- B. A avaliação do professor orientador com base no cumprimento do plano de trabalho e relatório final;
- C. Além dos instrumentos supracitados poderão ser empregados outros, conforme previsto no PPC de cada curso.

§1º O PPC do curso deverá estabelecer critérios de aprovação para o Estágio Curricular Supervisionado, conforme Resolução CEPEX nº 177/2012.

§2º As atividades de estágio são presenciais e não podem ser realizadas através de atividades domiciliares ou à distância.

Art. 23º Os estagiários que exercem atividade de docência regulares e comprovadas na educação básica poderão ter redução de carga horária em até 100 (cem) horas do estágio curricular supervisionado na forma da legislação federal em vigor e apresentar documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação, mediante requerimento de redução de carga horária.

§1º Compete à Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado, juntamente com o professor orientador, a análise do pedido e a emissão de parecer que deverá ser encaminhado à CGE e à Câmara de Ensino - CAMEN.

ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO DA INTEGRAÇÃO DO ENSINO NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA - PRILEI/UFPI COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 24º Um dos aspectos mais relevantes da formação de professores é a estreita relação entre a escola da educação básica e a Instituição formadora. Assim, o curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI deve estabelecer coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, enfatizando:

- a) A compreensão da diversidade de situações concretas em que a escola está inserida, implicando ações efetivas;
- b) A interação entre professores universitários (formadores) e da educação básica, afim de propiciar atualização curricular permanente da escola de educação básica e da instituição formadora;
- c) O conhecimento dos instrumentos normativos da Educação Básica;
- d) A promoção de experiências formativas inovadoras no cotidiano da educação escolar;

- e) A integração da formação pedagógica e dos conteúdos da área de conhecimento;
- f) O estímulo aos processos formativos envolvendo as práticas de gestão e o processo de ensino aprendizagem, por meio de encontros, discussões, seminários com professores da Educação Básica e docentes e licenciandos da UFPI como forma de manter um diálogo aberto entre a Universidade e a Escola;
- g) A divulgação e o debate dos processos desenvolvidos e os resultados alcançados por meio de publicações, participação em eventos científicos e recursos eletrônicos;
- h) Participação dos professores orientadores de estágio em atividades no campo de estágio (ou seja, na escola de educação básica) envolvendo representações em conselhos, participação no planejamento de atividades educativas, etc.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO II

REGULAMENTO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-TCC

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI é uma produção acadêmica que deve expressar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos adquiridos durante o curso de graduação. De acordo com a Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e Portaria Nº 330/2017 PREG/CAMEN de Diretrizes Gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso (2016) elaborado pelo Fórum das Licenciaturas da UFPI (FORLIC), o TCC corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação. Com base nesta Portaria, ficou estabelecido o presente regulamento que norteia o processo de elaboração e avaliação do TCC do Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI.

Art. 2º. O TCC tem carga horária de 60 horas e será distribuído em 02 períodos, podendo ser realizado nas formas de monografia, memorial, artigo científico para publicação, relato de caso ou outra forma definida pelo colegiado do curso.

OBJETIVOS

Art. 3º O TCC possui como objetivos:

- A. **Articular** os conteúdos curriculares do curso para ampliação do campo de conhecimento;
- B. **Promover** o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante;
- C. **Ampliar** a capacidade do estudante quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;

- D. **Consolidar** a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico, na organização, na sistematização e no aprofundamento do tema abordado, respeitando o nível de graduação.

ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO

Art. 4º As atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- A. Elaboração do projeto de TCC;
- B. Desenvolvimento do projeto de TCC, culminando em uma das modalidades: monografia, memorial, artigo científico ou outras categorias a ser definida pelo colegiado de curso;
- C. Apresentação pública do TCC.

Parágrafo único: Apresentação do TCC deve seguir as formalidades que regem um trabalho acadêmico científico no âmbito desta IES, as exceções devem ser apreciadas pelo colegiado do curso e restritas a comissão avaliadora.

ORGANIZAÇÃO

Art. 5º O curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI terá uma **coordenação** própria para os TCCs, com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do TCC.

Parágrafo único: A Coordenação dos TCCs será exercida por um professor do curso, indicado pelo Colegiado do curso, por um período de 2 (dois) anos nomeado pelo diretor do campus\centro.

ORIENTAÇÃO

Art. 6º A orientação do TCC é de responsabilidade dos docentes da UFPI.

Art. 7º É preservado o direito ao estudante e ao professor de solicitarem à Coordenação do TCC ou coordenação do curso mudança de orientação, mediante justificativa formalizada, devendo outro docente assumir formalmente a orientação, junto à coordenação.

COMPETÊNCIAS

Art. 8º Compete ao Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

- . **Tomar** decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
 - A. **Elaborar** um relatório ao final de cada período letivo contendo informações referentes as atividades desenvolvidas e levantamento de alunos com TCC concluído e/ou com pendências que deverá ser entregue na coordenação do curso;
 - B. **Convocar**, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCC;
 - C. **Divulgar** amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisas;
 - D. **Auxiliar** os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação;
 - E. **Coordenar** agendas de apresentação dos TCCs, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos bem como para a comunidade em geral;
- A Coordenação do TCC deverá disponibilizar para os alunos manual atualizado de apoio à elaboração dos TCC.

Art. 9º Compete ao professor orientador:

- A. **Orientar** o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;
- B. **Indicar** as Comissões Examinadoras/Avaliadoras dos seus orientandos;
- C. **Participar**, na condição de presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC;
- D. **Contactar** com o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho.
- E. **Disponibilizar** repositório na página do Curso para socialização das produções dos alunos

Art. 10º Compete ao orientando:

- . **Escolher** a linha de pesquisa, conforme disponibilidade do professor;

- A. **Elaborar** e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação de um professor;
- B. **Cumprir** as normas e prazos;
- C. **Entregar** 1 (cópia) impressa para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com 15 dias de antecedência da apresentação;
- D. **Participar** de reuniões e outras atividades relativas ao TCC, para as quais for convocado;
- E. **Cumprir** o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo professor orientador;
- F. **Cumprir** outras atribuições referentes ao TCC.

AVALIAÇÃO

Art. 11 A avaliação do TCC compreende dois momentos:

- Avaliação contínua do processo de realização do TCC pelo professor orientador;
- Avaliação pela Banca Examinadora.

Art. 12 Após aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso pela banca examinadora/avaliadora o aluno encaminhará cópia digital do TCC ao orientador do TCC, que o encaminhará à coordenação do TCC.

Art. 13 O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser defendido no penúltimo período do curso. No último período deverá ser realizada a revisão final e a entrega da versão final.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14 Os TCC deverão ser encaminhados ao repositório institucional, a fim de dar visibilidade e acesso às produções dos alunos da graduação.

Art. 15 As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO III

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES – ACC

As Atividades Curriculares Complementares do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI da Universidade Federal do Piauí, CONSIDERANDO a Resolução N° 177/12-CEPEX e suas alterações, resolve:

Art. 1º. As Atividades Complementares de Graduação fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, constituindo um conjunto de estratégias didático pedagógicas vivenciadas durante o percurso acadêmico, previstas pela Instituição de Ensino Superior (IES), para a integralização curricular, considerando-se aqueles relevantes para que o/a estudante adquira, o saber e as habilidades necessárias à sua formação.

Parágrafo Único. As Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI se caracterizam como atividade acadêmica individual no âmbito da UFPI, se configuram como atividades acadêmicas específicas que o/a aluno/a desempenha por livre iniciativa, sem ou com a participação ou orientação de um professor da UFPI e que, no entendimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), contribuem para sua formação e devem ser registradas no histórico escolar.

Art. 2º. São consideradas Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI a participação dos/as discentes nas seguintes atividades:

- a) Ensino;
- b) Iniciação à pesquisa;
- c) Grupos de estudos;
- d) Grupo de pesquisa;

- e) Programa de Intercâmbio Interinstitucional;
- f) Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos;
- g) Organização de eventos técnico-científicos;
- h) Participação em minicursos;
- i) Participação em eventos técnico-científicos;
- j) Docência;
- k) Assessoria em comunidades rurais e cooperativas;
- l) Facilitação de curso, minicurso ou oficina;
- m) Extensão;
- n) Publicações em anais de eventos internacionais, nacionais, regionais e locais;
- o) Publicações em periódicos nacionais;
- p) Publicação de livros ou e-book (como organizador, autor ou coautor)
- q) Publicação de capítulo de livro;
- r) Representação estudantil;
- s) Representação de sindicatos e movimentos sociais;
- t) Atividades Artístico-culturais;
- u) Produções técnico-científicas;
- v) Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos;
- x) Participação em disciplina eletiva;
- y) Realização de estágios não obrigatório;
- z) Visitas técnicas.

Parágrafo único. O estágio curricular não-obrigatório é aquele previsto no PPC, no âmbito das atividades complementares e, na UFPI está sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) e da Coordenadoria Geral de Estágio (CGE).

Art. 3º. As atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI são agrupadas nas seguintes categorias:

- a) Iniciação à docência e à pesquisa;
- b) Atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais;
- c) Experiências profissionais e/ou complementares;
- d) Atividades de extensão;

- e) Trabalhos publicados;
- f) Vivências de gestão;
- g) Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas;
- h) Disciplina eletiva;
- i) Estágio não obrigatório;
- j) Visitas técnicas.

Parágrafo Único. Cada atividade possui uma carga horária mínima e máxima, que podem ser integralizadas no histórico escolar a partir da apresentação dos documentos comprobatórios exigidos pela Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI.

Art. 4º. Para a participação do/a discente nas Atividades Complementares de Graduação, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Realiza-las a partir do seu ingresso no curso;
- II – Ser compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso;
- III – Serem realizadas em pelo menos duas das categorias citadas no artigo 3º;

Art. 5º. O período para registro das atividades complementares no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) pelo/a discente é estabelecido no Calendário Acadêmico de cada período letivo ou por procedimento especial aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN).

Art. 6º. Cabe à Coordenação de Curso avaliar o desempenho do/a discente nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo a decisão deferido/indeferido e estipulando a carga horária a ser aproveitada de acordo com as normas do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI, de modo a ser homologada no SIGAA para que seja incluída no histórico dele/a.

Art. 7º. O período de avaliação das Atividades Complementares de Graduação pela Coordenação de Curso também está previsto no Calendário Acadêmico de cada período letivo, cujo prazo final é de até 60 dias antes do prazo para a colação de grau do/a discente.

Art. 8º. Os casos de discente ingresso do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI por meio de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiver participado de Atividades Complementares de Graduação, serão avaliados pela Coordenação de Curso, que poderá computar total ou parte da carga horária atribuída pela IES ou curso de origem, em conformidade com as disposições da Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e de suas normatizações internas.

Art. 9º. A carga horária de atividades complementares do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI, condição necessária para conclusão do curso, é de 200 horas, não ultrapassando os 10% da carga horária total do curso.

Parágrafo único. Não pode haver substituição da carga horária de Atividades Complementares de Graduação por outros componentes curriculares obrigatórios ou optativos.

Art. 10º. A Coordenação do Curso é a responsável pelo acompanhamento e avaliação das Atividades Complementares de Graduação.

Parágrafo Único. É responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE) propor as cargas horárias atinentes às Atividades Complementares de Graduação a serem inseridas no PPC do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI e a aprovação das normatizações para a operacionalização delas, com deliberação pelo Colegiado do Curso e, após análise da Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC) e da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) será homologado pela Câmara de Ensino (CAMEN), em casos de inclusão de novas ACC's.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E À PESQUISA (CARGA HORÁRIA MÁXIMA = 60 horas)			
Atividade	Descrição	Carga horária	
		Mínima	Máxima
Iniciação ao Ensino	Participação em programas e projetos institucionais de ensino (Monitoria, PIBID, PET e Programa de Apoio Acadêmico). Certificação: Declaração do órgão/unidade competente.	30	60
Iniciação à Pesquisa	Participação em programa e projetos de pesquisa (PIBIT, PIBIC, ICV). Certificação: Declaração do órgão/unidade competente	30	60
Grupos de Pesquisa	Participação em grupos de pesquisa sob a supervisão de professores e/ou alunos de mestrado ou doutorado da UFPI. Certificação: Declaração do professor responsável.	30	60
PARTICIPAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E/OU APRESENTAÇÃO EM EVENTOS GERAIS (CARGA HORÁRIA MÁXIMA = 60 horas)			
Participação em Eventos Técnico-científicos	Participação como ouvinte em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns e semanas acadêmicas. Certificação: Certificado de participação.	15	60
Organização de Eventos Técnico-científicos	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas. Certificação: Certificado de participação	15	60
Apresentação de Trabalhos em Eventos Técnico-científicos	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns e semanas acadêmicas. Certificação: Certificado de apresentação ou cópia do anais de eventos.	30	60
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES (CARGA HORÁRIA MÁXIMA = 120 horas)			
Docência	Experiência profissional como docente no Ensino Básico, por um período mínimo de um semestre, na área do curso. Certificação: Declaração do órgão/unidade competente constando o semestre no qual a docência foi realizada.	30	120
Estágio não obrigatório	Realização de estágio não obrigatório na área do curso ou afins. Certificação: Declaração do órgão/unidade competente.	30	120
Projetos Sociais	Participação em Projetos Sociais governamentais e não-governamentais. Certificação: Declaração do órgão/unidade competente.	30	120
VISITAS TÉCNICAS (CARGA HORÁRIA MÁXIMA = 10 horas)			
Visita técnica	Visitas técnicas na área do curso ou afins. Certificação: Declaração do professor responsável.	2	10
TRABALHOS PUBLICADOS, APROVAÇÃO EM CONCURSOS OU PREMIAÇÕES (CARGA HORÁRIA MÁXIMA = 120 horas)			
Publicações	Publicações em revistas indexadas. Certificação: Cópia do	30	90

	artigo publicado ou carta de aceite.		
Aprovação em concursos	Aprovação em concursos. Certificação: Diário Oficial ou documento comprobatório.	30	90
Premiações	Premiações em concursos. Certificação: Certificado ou declaração comprobatória.	30	90
VIVÊNCIAS DE GESTÃO (CARGA HORÁRIA MÁXIMA = 40 horas)			
Participação em órgão colegiado	Participação em órgão colegiado da UFPI (Conselho universitário, Conselho de Centro, Assembleia departamental, Colegiado de Curso). Certificação: Portaria ou declaração comprobatória.	20	40
Participação em Comitês ou Comissões	Participação em Comitês ou Comissões não relacionadas a Eventos. Certificação: Portaria ou declaração comprobatória.	20	40
Representação estudantil	Participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria (DCE e CAs). Certificação: Portaria ou declaração comprobatória.	20	40
ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS E ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS (CARGA HORÁRIA MÁXIMA = 90 horas)			
Atividades artístico-culturais e esportivas	Participação em grupos de artes (teatro, dança, coral, poesia, música e produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos) ou atividades esportivas. Certificação: Certificado ou declaração comprobatória.	15	90
Produção e participação em atividades técnico-científicas	Participar ou ministrar cursos, minicursos, oficinas e outras atividades não contempladas em outras categorias. Certificação: Certificado ou declaração comprobatória.	15	90
DISCIPLINA ELETIVA (CARGA HORÁRIA MÁXIMA = 60 horas)			
Disciplina eletiva	Conclusão de disciplina, fora do currículo do curso, ofertada por outro curso da UFPI ou de outra Instituição de Ensino Superior. Certificação: Histórico escolar contendo os dados da disciplina.	30	60

ANEXO IV

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE

As Atividades Curriculares de Extensão do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI da Universidade Federal do Piauí, obedecerão criteriosamente o que está exposto na Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e a Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI que regulamenta a curricularização das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição.

Considerando as Resoluções citadas, as Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI seguirão as seguintes normativas:

Art. 1º As ACEs deverão promover a interação dialógica da comunidade acadêmica com os diferentes segmentos sociais, troca de conhecimentos, vivências interprofissionais e interdisciplinar e conhecimento e comprometimento com as demandas sociais e da educação básica, através de ações interventivas;

Art. 2º Os alunos do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI deverão integralizar, até o 8º semestre, **360 horas** de Atividades Curriculares de Extensão – ACEs, como condição de conclusão do curso e obtenção do título de Licenciado(a) em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI;

Art. 3º O Curso terá um Coordenador de Extensão que fará o acompanhamento na oferta, execução e integralização das ACEs, buscando alternativas para os problemas surgidos no processo, conforme as atribuições definidas na Resolução 053/2019 – CEPEX/UFPI (§ 3, art. 2);

Art. 4º As horas curriculares de extensão podem ser contabilizadas de três formas, conforme determinação no projeto pedagógico do curso, a saber:

- I - disciplinas dedicadas integralmente ou parcialmente às atividades extensionistas;
- II - cumprimento do componente curricular denominado “Atividade Curricular de Extensão (ACE)”, assegurado a oferta de, no mínimo, uma ACE a cada semestre letivo do curso ;
- III - cumprimento das atividades de extensão previstas no art. 8º da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Art. 5º As atividades de extensão para serem integralizadas como ACEs deverão:

- I - Serem cadastradas na PREXC nas seguintes modalidades: programa de extensão, projetos de extensão, cursos de extensão, eventos de extensão ou prestação de serviços à comunidade externa e/ou atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina, mas com ACE.
- II - Serem desenvolvidas presencialmente;
- III - Terem os alunos como executores, sob a coordenação de docentes;

Art. 6º A Coordenação do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI oferecerá obrigatoriamente, a cada semestre (com exceção do primeiro) no mínimo, uma ACE, conforme resolução vigente;

Art. 7º As ACEs a serem ofertadas pela Coordenação do Curso contemplarão o perfil do profissional que o curso objetiva formar, garantindo a interdisciplinaridade e interprofissionalidade do curso, tendo suas ações voltadas para os seguintes Eixos Temáticos:

- Aquecimento Global e Mudanças Climáticas e os seus Impactos sobre a Biodiversidade;
- TDIC para o Ensino de Ciências da Natureza;
- Ética na Inteligência Artificial para o Ensino de Ciências da Natureza;
- Estratégias Inclusivas para o Ensino de Ciências da Natureza;
- Educação Financeira e Empreendedorismo;

- Ensino de Ciências da Natureza nos Espaços não-formais I (Ciência, Arte e Cultura);
- Ensino de Ciências da Natureza nos Espaços não-formais II (Ciência e Saberes Tradicionais);
- Experimentação para o Ensino de Ciências da Natureza;
- Ética e Cidadania;
- Inovação tecnológica;
- Inclusão socioeducacional;
- Empreendedorismo;
- Políticas educacionais;
- Práticas educativas;
- Diversidade e educação.

Art. 8º Os alunos não serão obrigados a participarem das ACEs ofertadas pela Coordenação, podendo participar de outras atividades de extensão propostas por outros cursos ou órgãos da UFPI, desde que elas sejam presenciais, estejam cadastradas na PREXC e abordem os eixos temáticos definidos neste PPC;

Art. 9º As atividades de extensão realizada pelos alunos em outras Instituições de Ensino Superior poderão ser aproveitadas como ACEs desde que:

- I - As atividades desenvolvidas contemplem um dos eixos temáticos definidos no item 6 deste Regulamento;
- II - As atividades tenham sido desenvolvidas presencialmente e o discente tenha sido um dos seus executores;
- III - O discente solicite o aproveitamento, junto ao Coordenador do Curso de Extensão, via processo até um ano antes da previsão para a conclusão do curso;
- III - O processo esteja instruído com o relatório da atividade de extensão desenvolvida, devendo ser assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração de atividade executada.

Art. 10º Nos casos de transferência interna ou mudança de curso dentro da UFPI, o discente poderá solicitar, junto ao Coordenador do Curso de Extensão, os aproveitamentos das ACEs já integralizadas, ou não, no currículo do curso de origem, o qual será concedido conforme o Art. 17 da Resolução;

Art. 11º A integralização das ACEs no Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI iniciará no segundo semestre do curso, considerando as etapas previstas no artigo 9º da Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza - PRILEI/UFPI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO V

CARTA DE INTENÇÃO E APOIO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURRAIS-PIAUI À UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ NOS TERMOS DO EDITAL 03/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS-PI
Secretaria Municipal de Educação

CARTA DE INTENÇÃO E APOIO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURRAIS-PIAUI À UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ NOS TERMOS DO EDITAL 03/2025

A Secretaria Municipal de Educação de Currais, estado do Piauí, representada aqui por ANALICIA ALVES DE SOUSA, CPF 952.141.273-91, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, vem, por meio desta, declarar apoio à Universidade Federal do Piauí (UFPI), nos termos do Edital 03/2025 MEC-SEB - Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (PRILEI).

Declaramos apoiar os professores da rede municipal, sem qualificação adequada, em especial aqueles que não possuem formação nos cursos de Matemática, Artes, Ciências Humana e Sociais e Ciências da Natureza, a participarem dos cursos ofertados pela UFPI no âmbito da rede UFPI-UESPI-UNICAP, priorizando os que não possuem curso superior e que estejam matriculados nos cursos ofertados.

Concederemos apoio ao desenvolvimento de atuação prática (estágio e disciplinas práticas) dos licenciandos no âmbito do Edital 03/2025.

Currais-Piauí, 13 de agosto de 2025.


Analicia Alves de Sousa
Secretária Municipal de Educação
Portaria 118/2025
Currais-PI

Rua Padre Manoel Paredes, S/N – Centro
CEP: 64.905-000 – Currais-PI
CNPJ Nº 01.612.752/0001-76



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete da Reitoria

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 878, DE 15 DE AGOSTO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais, a ser ofertado pelo *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella, da Universidade Federal do Piauí, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso da atribuição *ad referendum* que lhe confere o art. 15, *caput*, inciso XX, do Regimento Geral da UFPI, e de acordo com o que consta do processo nº 23111.041615/2025-91 da UFPI;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais, a ser ofertado pelo *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – CMPP/UFPI, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral - PRILEI, conforme Projeto Pedagógico do Curso anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 15 de agosto de 2025

NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA

Reitora



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FOMENTO E INDUÇÃO DA INOVAÇÃO
DA FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA DE PROFESSORES COM
ENFASE NA EDUCAÇÃO INTEGRAL- PRILEI**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE
LICENCIATURA EM
CIÊNCIAS HUMANAS
E SOCIAIS**



NADIR DO
NASCIMENTO
NOGUEIRA:1825713
5372

Assinado de forma digital
por NADIR DO NASCIMENTO
NOGUEIRA:18257135372
Dados: 2025.08.15 15:08:34
-03'00'

TERESINA- PI – 2025



Documento assinado digitalmente
DJANIRA DO ESPIRITO SANTO LOPES CUNHA
Data: 15/08/2025 11:45:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FOMENTO E INDUÇÃO DA INOVAÇÃO DA FORMAÇÃO
INICIAL CONTINUADA DE PROFESSORES COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO INTEGRAL-
PRILEI**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Projeto Pedagógico do Curso de *Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais*, Universidade Federal do Piauí *Campus Ministro Petrônio Portela*, no município de *Teresina* – Piauí, a ser implementado em 2026.1.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

GOVERNO FEDERAL
Luís Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Camilo Sobreira de Santana

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

REITORA
Profa. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

VICE-REITOR
Prof. Dr. Edmilson Miranda de Moura

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Prof. Dr. Marcos Antonio Tavares Lira

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO
Tec. Ma. Larissa Naiana Mendes de Sousa

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
Profa. Dra. Gardênia de Sousa Pinheiro

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO
Prof. Dr. Rodrigo de Melo souza Veras

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA
Profa. Dra. Waleska Ferreira de Albuquerque

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS
Prof. Dr. Emídio Marque de Matos Neto

COORDENADORA GERAL DE GRADUAÇÃO - CGRAD
Profa. Dra. Marli Clementino Gonçalves

COORDENADORA GERAL DE ESTÁGIO - CGE

Profa. Dra. Suely Carvalho Santiago Barreto

COORDENADORA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO - CGE

Tec. Esp. Rita de Cássia Alves da Silva

**COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO CURRICULAR -
CDAC**

Tec. Dra. Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA - DAA

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA COMPLEMENTAR - CAAC

Prof. Dr. Edivan Carvalho Vieira

COORDENADOR DE SELEÇÃO E PROGRAMAS ESPECIAIS - CSPE

Prof. Dr. Willian Mikio Kurita Matsumura

ASSESSORIA TÉCNICA E PEDAGÓGICA – CDAC/PREG

Coordenadora de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular - CDAC

Tec. Dra. Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

Adelaide Maria de Sousa Costa

Técnica em Assuntos Educacionais

Francisca Beatriz da Silva Sousa

Técnica em Assuntos Educacionais

Maira Danuse Santos de Oliveira

Técnica em Assuntos Educacionais

Vando Milhomem Santos

Assistente em Administração

**COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO –
PRILEI/PREG/UFPI**

Prof. Dra. Keylla Rejane Almeida Melo

**COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO -
PRILEI/PREG/UFPI**

Dr. Elmo de Souza Lima

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS - PRILEI/PREG/UFPI**

Prof. Dr. Agostinho Junior Holanda Coe

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – PRILEI/PREG/UFPI**

Profa. Dra. Antônia Dalva França Carvalho
(PRESIDENTE)

Prof. Dr. Agostinho Junior Holanda Coe
(VICE-PRESIDENTE)

Prof. Dr. Francisco Waldílio da Silva Sousa
(DOCENTE - MEMBRO)

Profa. Dra. Marli Clementino Gonçalves
(DOCENTE - MEMBRO)

Profa. Dra. Keylla Rejane Almeida Melo
(DOCENTE - MEMBRO)

Prof. Dr. Elmo de Souza Lima
(DOCENTE - MEMBRO)

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DO
PRILEI**

Antônia Dalva França Carvalho
Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha
Francisco das Chagas Amorim de Carvalho
Francisco Waldílio da Silva Sousa
Gardênia de Sousa Pinheiro
Keylla Rejane Almeida Melo
Liane Mendes Feitosa Soares
Manoel Vieira de Matos Neto
Marli Clementino Gonçalves
Ray Victor Guimarães Serra
Sandoel de Brito Vieira
Willian Mikio Kurita Matsumura

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n, CEP: 64049-550 (ou de *Campi* Fora de Sede)

CIDADE: Bom Jesus

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

SUMÁRIO

1 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO	9
2 INTRODUÇÃO	11
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E SUAS TECNOLOGIAS FACE ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, NACIONAIS E/OU REGIONAIS E ÀS DEMANDAS	14
3.1 Comprovação da demanda: justificativa da necessidade social e institucional do curso	17
3.2 Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio	19
4. PERFIL DO EGRESSO	21
5. OBJETIVOS	22
5.1 Objetivo geral	22
5.2 Objetivos Específicos	22
6. CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROCESSO FORMATIVO: METODOLOGIA E AVALIAÇÃO.	23
6.1 Aspectos teóricos conceituais: Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana	23
6.2 Princípios	24
6.3 Base legal	26
6.4 Aspectos teóricos metodológicos	28
6.4.1 Pedagogia da Alternância	29
6.5 Sistemática de avaliação	31
6.5.1 Da avaliação do processo de ensino e aprendizagem	31
7 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS PERCURSOS FORMATIVOS	32
7.1 Dimensões do processo formativo	32
7.2 Alinhamento do curso à BNCC	33
7.3 Alinhamento do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica	35
7.4 Alinhamento do curso às normativas da Educação Integral	38
7.5 Inclusão do uso pedagógico das tecnologias e "inovação", de forma explícita, bem como de metodologias ativas e empreendedorismo	39
7.6 Articulação entre teoria e prática, por meio da residência docente, de estágios, de disciplinas e de práticas, desde o início da formação	42
7.7 Organização Curricular	44
7.7.1 Matriz Curricular	49
7.7.2 Fluxograma do curso	54
7.7.3 Ementas e bibliografias básica e complementar	55
8. REQUISITOS LEGAIS	91
8.1 Prática como componente curricular	91
8.2 O estágio supervisionado obrigatório	92
8.3 Trabalho de Conclusão de Curso	94
8.4 Atividade Curricular Complementar	94
8.5 Atividades Curriculares de Extensão	100
9 OUTRAS OPÇÕES DE APOIO À APRENDIZAGEM	102
9.1 Acessibilidade e Atendimento às pessoas com Necessidades Especiais	102
9.2 Tecnologias de Informação e Comunicação	103
9.3 Ingresso e Permanência	105
10. ESPECIFICIDADES DA FORMAÇÃO ACADÊMICA	108

10.1 Articulação com a Pós-Graduação	108
11. INFRAESTRUTURA	109
11.1 Recursos humanos	109
11.1.2 Docentes	109
11.1.3 Servidores Técnicos Administrativos	110
11.2 Recursos Materiais e Auxílio Financeiro para as saídas para a prática	110
11.3 Espaço físico: sala de aula, laboratórios e salas especiais	112
11.4 Biblioteca e acervo bibliográfico	112
11.5 Condições de acessibilidade	113
12 PLANO DE IMPLANTAÇÃO	114
13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DO CURSO	116
14 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO MONITORAMENTO DE PERMANÊNCIA	117
REFERÊNCIAS	120
ANEXOS	123
Anexo I – Regulamento do Estágio Supervisionado Obrigatório	124
Anexo II – Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso	138
Anexo III – Regulamento das Atividades Curriculares Complementares	142
Anexo IV – Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão	146

1 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

- **DENOMINAÇÃO DO CURSO:** Licenciatura Ciências Humanas e Sociais
- **MODALIDADE:** Presencial com base na Pedagogia da Alternância. Ou seja, está organizado em tempos e espaços diferentes e complementares: parte do curso é desenvolvida presencialmente em períodos intensivos de formação presencial na Universidade (Tempo Universidade – TU) e parte presencialmente em períodos intensivos de formação presencial no território onde vive o aluno (Tempo Comunidade – TC). Ambos os tempos interagem por meio de projetos de intervenções na realidade social e educacional do discente, a partir das atividades desenvolvidas na Universidade e com o acompanhamento dos docentes do curso, em forma de pesquisa-ação.
- **OBJETIVO:** Formar docentes para o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, oferecendo uma formação geral humanística, científica, ética e artística, utilizando estratégia metodológica de base interdisciplinar.
- **PROFISSIONAL FORMADO:** Licenciado(a) em Ciências Humanas e Sociais
- **PÚBLICO-ALVO:** alunos com bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sob o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa, e para os professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, sem qualificação adequada, priorizando os que não possuem curso superior;
- **FORMA DE INGRESSO:** ENEM e seleção em Edital específico do PRILEI/PREG/UFPI.
- **FORMA DE SELEÇÃO DOS PROFESSORES.** para ministrar as disciplinas de cada período serão selecionados professores por meio de edital específico no âmbito do PRILEI, cujos critérios incidirão sobre a formação (titulação), qualificação e experiência acadêmica e profissional dos candidatos, priorizando os servidores efetivos da instituição proponente com atuação na graduação e pós-graduação, em projetos de pesquisa e extensão. Não sendo preenchidas as demandas do período abrem-se vagas para candidatos externos, seguindo os mesmos critérios de seleção.
- **REGIME ACADÊMICO:** Crédito.
- **CARGA HORÁRIA:** 3.335 horas aula e horas relógio uma vez que na UFPI a hora aula é de 60 minutos, conforme Resolução CEPEX/UFPI 177/12.
- **DURAÇÃO DO CURSO:** 8 semestres (04 anos), conforme o Edital nº 03/2025-SEB/MEC do PRILEI.
- **TURNOS DO CURSO:** O Curso é integral pois está organizado de acordo com a modalidade da Pedagogia da Alternância.
- **VAGAS:** 40 vagas.

- **SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR**

COMPONENTES CURRICULARES	Carga horária (h)
Disciplinas Obrigatórias	2.160
Disciplinas Optativas	120
Trabalho de Conclusão de Curso	105
Atividades Complementares	200
Estágio Supervisionado Obrigatório	405
Atividades Curriculares de Extensão	345
TOTAL	3.335

2 INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), por intermédio da Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação (DIFOR/CGFORP), publica no DOU nº134, Seção 03 em 18 de julho de 2025º o Edital nº 03 MEC/SEB com a chamada para apresentação de propostas de cursos de Licenciaturas, na modalidade presencial, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei). Dentre seus propósitos o Programa intenciona promover a adequação da Pedagogia e das Licenciaturas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aos currículos e às matrizes estabelecidas pelas redes de ensino, às propostas pedagógicas curriculares das escolas de Educação Básica e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). E nesse sentido, ao oportunizar aos professores em serviço na rede pública oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, contribui para o alcance da Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE), e para elevar a qualidade da educação básica no País.

A Universidade Federal do Piauí que já desenvolve o Programa com oferta de cursos distintos em nível de graduação e pós-graduação, assim como desenvolve cursos de natureza interdisciplinar, no âmbito da educação do campo, comprometida com a formação humana e integral de professores com excelência para atuarem na educação básica ao longo quase seis décadas, atendendo a este chamado desafiador apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais. O curso destina-se à formação inicial de 40 (quarenta) docentes, ofertada para alunos com bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sob o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa, e para os professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, sem qualificação adequada, priorizando os que não possuem curso superior.

O curso tem como escopo formar docentes para o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, oferecendo uma formação geral humanística, científica, ética e artística, utilizando estratégia metodológica de base interdisciplinar. Trata-se, portanto, de uma licenciatura inovadora que integra

saberes de distintas áreas epistemológicas articuladas com suas tecnologias, considerando à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Nesse sentido, colabora para a formação interdisciplinar de professores capazes de atuarem em escola de educação básica, promovendo simultaneamente a educação integral de seus alunos.

O curso tem natureza regular, presencial e tem como fundamento a metodologia da Pedagogia da Alternância apoiando-se em duas dimensões de alternância formativa integradas: o Tempo-Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC). As atividades de Tempo-Universidade serão realizadas durante semestre letivo, com base nas metodologias ativas de ensino, durante encontros sistemáticos no intervalo de cada tempo-universidade, parte constituinte das disciplinas e do Seminário Integrador. As atividades que configuram a dimensão Tempo-Comunidade serão realizadas no espaço socioprofissional do aluno, para que ele possa refletir sobre os problemas, discutir com a comunidade e colegas e levantar hipóteses acerca das soluções possíveis realizar intervenções de natureza socioeducacional, acompanhado por um docente do curso. Esta dimensão se concretizará em sala de aula, a cada retorno para as atividades de Tempo-Universidade, mediante discussões e socializações.

A carga horária total do curso é de 3.335 horas aula e horas relógio uma vez que na UFPI a hora aula é de 60 minutos, conforme Resolução CEPEX/UFPI 177/12, e será integralização em 8 semestres. Importante ressaltar que além de se organizar com base na Pedagogia da Alternância, faz uso pedagógico das tecnologias, das metodologias ativas, como forma de viabilizar a formação superior em serviço para professores da Educação Básica.

Os conteúdos estão distribuídos na matriz curricular caracterizada pelo regime de créditos de disciplinas. Nesse sentido, as disciplinas específicas, os temas transversais e os conteúdos de formação de professores que constituem a matriz do curso foram articulados para que os graduandos compreendam os conhecimentos produzidos pelas ciências humanas e sociais e suas tecnologias, assim como a transformação didática destes saberes, articulando a teoria à prática, segundo prescrevem as diretrizes curriculares da educação nacional.

A sistemática de avaliação da aprendizagem priorizará as atividades realizadas durante todo o processo de ensino-aprendizagem, atendendo à Resolução nº 177/2012 CEPEX/UFPI, por disciplina e semestralmente. A avaliação das ações do projeto será contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta de formação de professores.

É nesse cenário que a Universidade Federal do Piauí no esforço de realizar sua missão de elaborar, sistematizar e disseminar os saberes das diversas áreas epistemológicas, colaborando com o desenvolvimento regional e nacional, propõe-se a realizar o Curso de Graduação, Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais com o objetivo de promover a formação de professores multidisciplinares, com base na Pedagogia da Alternância, para a docência nos ciclos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O curso será ofertado no Campus sede Ministro Petrônio Portella, na cidade de Teresina-PI que dispõe de uma infraestrutura, com espaços e laboratórios de excelência e de uma equipe técnica da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para implementação do curso. Ressalte-se que como a metodologia adotada será Pedagogia da Alternância, estes espaços físicos estarão mais disponíveis nas etapas de Tempo-Universidade, o que favorece a permanência e a frequência dos professores cursistas.

O Curso aqui proposto foi estruturado a partir das Diretrizes estabelecidas pelo PRILEI e pela Resolução CNE/CP Nº 4/2024 e baseado na perspectiva sócio histórica, cujo objetivo de maior relevância é promover um ensino voltado para a educação inclusiva e contextualizada, a partir de uma visão ampla de ciências respeitando a diversidade e as especificidades das ciências humanas e sociais e visando à formação inicial de professores da educação básica nestes campos de saber e o emprego de novas tecnologias na prática docente. A arquitetura curricular visa ao cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade que concebe o aluno como protagonista do processo formativo. com o objetivo de atender, eficientemente, às demandas de qualificação profissional de um mercado de trabalho progressivamente exigente. Com base nesse princípio norteador, o Curso reduzirá a carência de profissionais habilitados e capacitados para o ensino de Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias, e com isso incentivar a melhoria da qualidade da educação básica com ênfase nas escolas da rede pública, de modo que esse profissional procure assegurar princípios éticos de equidade e solidariedade no mundo contemporâneo.

Note-se que se trata de um curso de caráter inovador de caráter interdisciplinar que forma professores na modalidade presencial, pautada no uso de tecnologias digitais e de metodologias ativas e no desenvolvimento de competências empreendedoras e inovadoras. Sua implantação e desenvolvimento provocarão reflexões sobre a oferta de todas as licenciaturas da UFPI, de modo geral. Nesse sentido, contribuirá para o aprimoramento de todas as licenciaturas que obrigatoriamente se adequarão as diretrizes curriculares atuais (Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024) tanto no que tange ao *modus operandi* como sua adequação à BNCC.

Assim, apresentamos o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) mostrando o contexto, as justificativas e as diretrizes curriculares organizativas para seu desenvolvimento, em atendimento às demandas das políticas públicas para a Educação Integral e das metas do Plano Nacional de Educação.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS FACE ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, NACIONAIS E/OU REGIONAIS E ÀS DEMANDAS

O Projeto Pedagógico do Curso é produto de um trabalho coletivo envolvendo uma equipe de professores de diversas áreas epistemológicas convocados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, cuja pró-reitora integra a equipe de elaboração. A elaboração conceitual deste curso representa mais uma ação inovadora rumo à consolidação da presença da UFPI nas mais diversas áreas do conhecimento que carecem de professores com qualificação e que atendam às necessidades e à organização da atual política curricular da Educação Básica e da formação de professores para atuar nesta etapa de ensino.

Nesse sentido, o curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais, considerando BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza.

Para Ensino Médio, a BNCC propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade. Para tanto, define habilidades relativas ao domínio de conceitos e metodologias próprios dessa área.

Isso significa que o curso assume um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira e da sociedade piauiense em especial, na medida em que concebe o processo educativo como tarefa civilizatória baseada na autonomia e emancipação dos sujeitos para atender as exigências do mundo contemporâneo, articulando a formação as necessidades da escola, e da educação integral.

De fato, o contexto atual exige que os professores tenham o domínio de conhecimentos e habilidades que dialoguem com as necessidades dos dias de hoje. Além disso, é necessário que eles tenham competências específicas com vistas a atender a essas demandas, de acordo com o que prevê o Edital do PRILEI (Brasil, 2025, p. 1-2), em alguns dos seus objetivos, a saber:

- a) incentivar a melhoria da qualidade da docência na Educação Básica, com ênfase nas escolas da rede pública;
- b) fomentar a atratividade, a permanência e a conclusão em cursos de licenciatura junto às IES;
- c) ampliar o ingresso de licenciados na carreira docente;
- d) diminuir a carência de professores da Educação Básica nas regiões e nas áreas de conhecimento de maior carência;
- e) reduzir as desigualdades regionais nas redes de ensino da Educação Básica;
- f) assegurar a equidade de oportunidades de desenvolvimento na formação docente e a valorização profissional dos professores;
- g) contribuir para a valorização social da profissão docente, de modo a reconhecer a importância dos professores para o desenvolvimento do País;
- h) induzir a oferta de cursos de licenciaturas inovadoras, que atendam às necessidades e à organização da atual política curricular da Educação Básica e da formação de professores para atuar nessa etapa de ensino;
- i) promover a adequação da Pedagogia e das Licenciaturas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aos currículos e às matrizes

estabelecidas pelas redes de ensino, às propostas pedagógicas curriculares das escolas de Educação Básica e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura);

- j) contribuir para o alcance da Meta 15 do PNE, oferecendo, aos professores em serviço na rede pública, oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;
- k) incentivar o desenvolvimento de propostas formativas inovadoras, que considerem as especificidades da formação em serviço para professores da Educação Básica, por meio do uso pedagógico das tecnologias, das metodologias ativas, de ensinos híbridos e de empreendedorismo;
- l) estimular a articulação das Instituições de Ensino Superior (pós-graduação, pedagogia e licenciaturas) com as Redes de Ensino, visando ao desenvolvimento da atuação prática de pedagogos e licenciandos, por meio do estágio e disciplinas práticas;
- m) estimular o desenvolvimento e a oferta de novos formatos de curso de formação de professores, visando promover licenciaturas interdisciplinares, em rede e com ênfase na vivência prática na escola básica, buscando preencher as lacunas acadêmicas no que concerne à formação interdisciplinar dos professores da Educação Básica.

Notadamente o Piauí tem expressivos indicadores educacionais que o caracterizam como uma região com elevados níveis de desigualdade social marcados pela precariedade da formação profissional e pela oferta restrita de empregos. Ora, a educação é um dos caminhos para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, há a necessidade de se implantarem novos cursos, de Graduação e de Pós-Graduação, que contribuam efetivamente para o desenvolvimento regional, e contribuir com a fixação de excelentes profissionais na região. Em face desta realidade justifica-se plenamente a iniciativa da UFPI de implantar mais uma Licenciatura Interdisciplinar com foco nas ciências

humanas e sociais e suas tecnologias, assumindo sua função de formadora de competências que possibilitem aos indivíduos o exercício efetivo da cidadania. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso buscou atender às inovações conceituais tanto da BNCC como das diretrizes curriculares nacionais.

3.1 Comprovação da demanda: justificativa da necessidade social e institucional do curso

Apresentamos nesse projeto, como já explicitado anteriormente, a intenção de um curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais, de caráter regular, baseado nas práticas próprias da Pedagogia da Alternância que, de acordo com o Parecer CNE/CEB Nº. 01/2006, se coloca como uma alternativa eficiente para a Educação, pois visa estabelecer a relação entre família, comunidade e escola. Neste caso, o aluno alterna períodos de aprendizagem na família, em seu lócus socioprofissional e em sala de aula, estabelecendo uma sinergia entre escola e trabalho, otimizada pelas práticas pedagógicas.

Com efeito, neste projeto, considera-se as experiências concretas dos educandos pretende-se que o aluno, no decorrer de suas atividades acadêmicas, desenvolva planos de estudo a serem executados em seu meio socioprofissional, durante o tempo-comunidade, exigindo-lhe atitude de pesquisa, reflexão e discussão com seus familiares, colegas e profissionais para entender e propor soluções acerca de temáticas pertinentes ao curso e à sua realidade. Por isso, além das disciplinas escolares básicas, a educação nesse contexto engloba temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico (Gimonet, 1999; Estevam, 2003; Silva, 2005; Begnami, 2006)

Quando o aluno retorna para vivenciar a rotina da sala de aula tradicional, há um momento de socialização destas experiências vividas, o que lhe permitirá (re)elaborar constantemente a leitura de sua realidade, em todos os seus aspectos, por meio de novos saberes que lhe permita explicar, compreender e agir, tomando o conhecimento científico como base para sua ação pedagógica.

Estas duas dimensões, o tempo-universidade e o tempo-comunidade, devem estar estritamente articuladas, possibilitando que as experiências trazidas pelo aluno

do meio sociocultural sejam expandidas para o tempo-universidade, constituindo fontes de reflexão e aprendizagem. Isso significa que a formação ocorrerá em ação, na conexão entre teoria e prática, o que gerará aprendizagens significativas e reais.

Sob este enfoque, o curso contempla a diversidade dos aspectos raciais, étnicos, culturais, políticos, econômicos e de gênero, respeitando os artigos 23, 26 e 28 da LDBEN Nº. 9394/96. Também contempla as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores, incorporando conteúdos de basilar importância para a formação de educadores para a Educação Básica.

Como se trata de uma licenciatura interdisciplinar no campo das ciências humanas e sociais – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia e suas tecnologias está alinhada à BNCC. E nessa perspectiva preconiza o protagonismo do aluno, investindo para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas (BNCC, 2018). Isso quer dizer que o curso se guia por metodologias ativas, nas quais os alunos aprendem fazendo, para ser capaz de ensinar nas escolas de educação básica. Isso quer dizer ainda que a concepção de aprendizagem do curso se assenta na aprendizagem significativa (Ausubel, 1968, p. 37-38) que implica na organização e integração do material na estrutura cognitiva, entendida como “[...] conteúdo total de ideias de certo indivíduo e sua organização; ou conteúdo e organização de suas ideias em uma área particular de conhecimento”. Para que a aprendizagem significativa possa ocorrer o professor deve considerar o contexto social, cultural e econômico em que o sujeito está inserido, dando condições de o indivíduo participar ativamente do processo de aprendizagem e colaborar de forma consciente para as necessidades sociais que passam a perceber (Moreira; Masini, 2001).

Além disso, formar professores para atuar nestas áreas como a UFPI está propondo, significa elevar o índice de escolarização de nossa região, a Nordeste, além de contribuir para o desenvolvimento social economicamente justo e ecologicamente sustentável da região firmado em concepções sociais modernas e valores humanistas, centra-se no propósito de oferecer, opções de conhecimento que lhe possibilitem a inserção no mercado de trabalho, considerando os diferentes contextos interculturais e sem perder de vista seu compromisso ético e sua responsabilidade socioeducacional.

Efetivamente as necessidades de um Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais está posta pela demanda crescente de carência de professores nesta área.

3.2 Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio

De acordo com o resumo técnico do censo escolar de 2021 (INEP, 2021) em 2021, foram registrados 2.190.943 docentes na educação básica brasileira. Nos anos iniciais do ensino fundamental, atuam 741.161 docentes. Desses, 86,4% têm nível superior completo (83,4% em grau acadêmico de licenciatura e 3,0%, bacharelado) e 9,2% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 4,4% com nível médio ou inferior (Gráfico 35). Nos anos finais, o percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador de adequação da formação docente) se reduz consideravelmente quando comparado aos anos iniciais. As regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste apresentam um menor percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada.

No que tange ao Ensino Médio, um total de 516.484 professores atuou em 2021. Destes, 97,4% têm nível superior completo (91,6% em grau acadêmico de licenciatura e 5,8%, bacharelado) e 2,6% possuem formação de nível médio ou inferior. De acordo com o indicador de adequação da formação docente para o ensino médio, o pior resultado é observado para a disciplina de Sociologia, em que apenas 40,7% das turmas são atendidas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador).

No Piauí, segundo o INEP (2021) especificamente no ensino fundamental, atuam 27.105 professores, dos quais 15.085 atuam nos anos iniciais e 16.699 atuam nos anos finais. Do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 82,6% têm nível superior completo (78,8% em grau acadêmico de licenciatura e 3,8%, de bacharelado) e 11,2% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 6,1% com nível médio ou inferior. No ensino médio atuaram 10.695 professores em 2021. Desse total, 93,0% têm nível superior completo (84,5% em grau acadêmico de licenciatura e 8,5%, de bacharelado). Em se tratando da adequação da formação docente para a etapa de ensino em questão, o pior resultado é observado para a disciplina de sociologia, em que 8,5% das turmas são atendidas por docentes com

formação adequada. O melhor resultado do indicador de adequação da formação docente é observado para a disciplina de língua portuguesa, com percentual de 83,0%.

Pode-se depreender destes dados que cerca de 5 mil dos professores da Educação Básica no Piauí não possuem curso superior no Ensino Fundamental. Esta realidade aponta para a necessidade urgente de formação em nível superior para estes docentes, atendendo à prerrogativa legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394, de 1996, em seu Art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Brasil, 1996).

Quando a análise foca a questão da adequação entre formação e exercício, os dados apontam a precariedade de formação de docentes na área de Sociologia no Ensino Médio. Considerando que o Piauí foi o estado que teve o maior crescimento de matrículas de tempo integral entre 2022 e 2024 das redes estaduais, com um aumento de mais de 160%, alcançando o segundo lugar em percentual de matrículas de tempo integral na rede pública, com 31,4% se e a universalização do tempo integral nas escolas de ensino médio da rede estadual em 2025 (SEDUC, 2025), torna urgente a qualificação de professores sobremodo para a área de Sociologia.

Por esta razão torna-se imprescindível que a Universidade Federal do Piauí continue atuando na superação deste quadro, sobremodo no atendimento às escolas que ofertam educação em tempo integral, carentes de políticas próprias de formação, que pensem o professor sendo formado a partir e para o espaço no qual atua, possibilitando-lhe não somente o acesso, mas a permanência na academia. Esse objetivo será alcançado pela implementação deste Projeto Político Pedagógico e pelas possibilidades de Ensino, Pesquisa e Extensão abertas aos docentes e discentes do curso.

4 PERFIL DO EGRESSO

O Curso preparará professores em uma Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia para atuarem nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio; capazes de lidar, de forma crítica, com as questões humanas e sociais, em diversos contextos da Educação Básica além de fazerem a gestão de processos educativos e desenvolverem estratégias pedagógicas impulsionadoras da formação de sujeitos autônomos e criativos. Portanto, espera-se que o licenciado possa orientar seus alunos a adquirirem um conhecimento integrado, uma vez que em seu processo formativo pretende-se adotar a sistemática de conteúdos multidisciplinares.

De acordo com o Parecer CNE/CES 492/2001, o profissional habilitado em Ciências Humanas e Sociais deve ter domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência de articulação entre teoria, pesquisa e prática social, bem como compromisso social. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre as questões humanas e sociais, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos de humanidades.

A preocupação também incide em oferecer ao acadêmico, além dos conteúdos curriculares presentes nas disciplinas específicas, bases sólidas para entender a dinamicidade educação integral, seus aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais. Este conhecimento, acredita-se, possibilitará o desenvolvimento do trabalho pedagógico comprometido com a oferta de educação de qualidade, ou seja, uma educação que de fato lhes possibilitará condições de vida digna.

Além disso, acreditamos ser necessário remontar à Resolução N° 177/12-CEPEX/UFPI (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPI) que corrobora a definição do perfil do egresso, apontando para a importância de que um profissional da Educação Básica seja capaz de:

I - Atuar na Educação Básica formal e em outros espaços educativos, com o domínio do processo educacional e do conhecimento das condições históricas, sociais, políticas e culturais no contexto de sua atuação;

II - Demonstrar capacidade crítica e de criação no exercício profissional;

III - Articular teoria e prática, saberes da formação e saberes escolares no processo de transposição didática;

IV - Conscientizar-se da necessidade de buscar formas de atualização e aperfeiçoamento de sua formação;

V - Atuar, coletivamente, compartilhando experiências profissionais;

VI - Estabelecer o diálogo entre a área Ciências Humanas e Sociais e as demais áreas do conhecimento, articulando o saber científico à realidade;

VII - Desenvolver com autonomia, processos investigativos sobre fenômenos educacionais e práticas educativas;

VIII - Planejar, executar e avaliar o processo ensino – aprendizagem; e,

IX - Assumir postura crítica e transformadora, fundamentada em uma visão sócio-histórica da educação e da sociedade.

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 Objetivo geral

A Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais têm como objetivo geral formar docentes com habilidades, competências e autonomia para o ensino e a aprendizagem interprofissional, no campo das Ciências Humanas, Sociais e suas tecnologias, de maneira abrangente e multidimensional para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

5.2 Objetivos específicos

- Oferecer formação geral humanística, científica e artística no campo das Humanidades, por meio de estratégias metodológicas de base interdisciplinar;
- Possibilitar que os estudantes adquiram competências e habilidades gerais e específicas para o aprendizado de fundamentos conceituais e metodológicos, que possam, posteriormente, ser utilizados em uma segunda formação profissional e/ou no ingresso em curso de pós-graduação;
- Formar profissionais para atuar, prioritariamente, nas áreas de Geografia, História, Filosofia e Sociologia em escolas de Anos Finais Ensino Fundamental

e Médio e disciplinas interdisciplinares em humanidades ofertadas nas escolas de acordo com a BNCC;

- Fomentar e propor experiências de ensino, pesquisa e extensão em ambientes de educação formal e não formal.
- Promover uma sólida formação que propicie o conhecimento dos fundamentos epistemológicos, técnicos e ético-políticos das ciências da educação e da aprendizagem e que permita ao futuro profissional do magistério o desenvolvimento das capacidades de análise e reflexão sobre as práticas educativas e sobre a progressão e os processos de aprendizagem e o aprimoramento constante de suas competências de trabalho;
- Desenvolver o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o desenvolvimento da comunicação efetiva, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;
- Desenvolver o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC, possibilitando o desenvolvimento de competências digitais docente, para o aprimoramento da prática pedagógica, e a ampliação da formação cultural dos professores e licenciandos;

6 CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROCESSO FORMATIVO: METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

O currículo de um curso é o conjunto de atividades, de experiências, de situações de Ensino-Aprendizagem, vivenciadas pelo aluno durante sua formação. É o currículo que assegura a formação para uma competente atuação profissional, assim as atividades desenvolvidas devem articular harmoniosamente as dimensões: humana, técnica, político-social e ética. Nesta perspectiva, no decorrer do curso Ciências Humanas e Sociais e suas tecnologias ofertado no âmbito –PRILEI/PREG/UFPI, devem ser considerados a seguinte concepção e princípios:

6.1 Aspectos teóricos conceituais: concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana

A UFPI tem o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual dos alunos. Assim espera-se que o professor formado em Ciências Humanas

e Sociais e suas tecnologias por meio do questionamento crítico e atualização permanente contribua para o atendimento das necessidades sociais e educacionais.

6.2 Princípios

I Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente

Considerando a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade os conhecimentos das Ciências Humanas e Sociais e suas tecnologias atuam contribuindo com ética e respeito para a compreensão do meio ambiente e do ser humano de forma a responder as diversas questões envolvendo as diversidades e competências e sua relação com a sociedade.

II Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

Este princípio assegura que o ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação e da responsabilidade social como processo de formação para que se possam compreender fenômenos, relações, identificar demandas de diferentes realidades e intervir buscando melhorias e transformações nas realidades.

III Interdisciplinaridade

Este princípio aponta que a integração disciplinar possibilita análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re)criação do conhecimento. O ensino na área Ciências Humanas e Sociais e suas tecnologias possui caráter interdisciplinar em suas diversas subáreas o que permite dialogar com diversos aspectos das ciências, das artes e das tecnologias, superando as barreiras do isolamento e da fragmentação do saber.

IV Uso de tecnologias de comunicação e informação (TICs)

Para o currículo do Curso foram incluídas algumas das disciplinas que trabalham diretamente com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) de modo que o

aluno possa desenvolver seus conhecimentos ligados às tecnologias atuais como forma de recursos didáticos (mídias, ambientes virtuais, fóruns eletrônicos etc.) ou instrumento de ensino (TV digital, computadores, e-books, smartphones etc.)

V Avaliação

Esse princípio prezará pelo acompanhamento contínuo do processo ensino e aprendizagem de modo que sirva como norteador dos aspectos formativos dos alunos, considerando processos quantitativos e qualitativos, com base nos pressupostos teóricos da aprendizagem processual, diagnóstica e reflexiva. Assim, os professores formadores poderão exercer suas atividades de avaliação de forma autônoma e em conformidade com a regulamentação da UFPI, mas respeitando as especificidades dos sujeitos envolvidos no processo de ensino- aprendizagem e as condições e possibilidades da realidade, de modo que a avaliação seja contínua, sistematiza e se constitua como elemento de qualificação/aprimoramento constante do processo de ensino e aprendizagem.

VI Articulação entre teoria e prática

Todo conteúdo curricular do Curso fundamentar-se na articulação teórico-prática, que representa a etapa essencial do processo Ensino/Aprendizagem. Adotando este princípio, a prática estará presente em todas as disciplinas do curso, permitindo o desenvolvimento de habilidades para lidar com o conhecimento de maneira crítica e criativa. Em muitas disciplinas, as práticas se voltarão para a análise dos conhecimentos no contexto Ciências Humanas e Sociais e suas tecnologias, constituindo-se como Prática Componente Curricular. A relação teoria e prática também se volta para a articulação da universidade com os diferentes segmentos sociais, configurando-se nas Atividades de Extensão como componente curricular obrigatório, conforme determina as Resoluções de No 07/2018 - CNE/MEC e de No 053/2019 CEPEX-UFPI.

VII Flexibilização curricular

A organização curricular permite aos alunos disponibilidade de tempo livre e dessa forma permite outras formas de aprendizagem no decorrer do curso, como a participação do elenco de disciplinas optativas, a diversidade de atividades complementares,

atividades de extensão e a pluralidade temática dos trabalhos de conclusão de curso, monitorias e de iniciação científica o que proporcionam grande flexibilidade no currículo.

6.3 Base legal

Os documentos normativos consultados para subsidiar o PPC da Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais (LCHS) foram:

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP n. 03, de 10 mar. 2004. Parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos

- Jurídicos. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
 - BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
 - BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica
 - BRASIL. Ministério da Educação Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. (EF).
 - BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES Nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024.
 - BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025.
 - BRASIL. Presidência da República LEI nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.
 - Resolução CNE/CP Nº 04, de 29 de maio de 2024. que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso
 - UFPI. Resolução CEPEX 177/12. Institui as normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
 - UFPI. Resolução UFPI/CEPEX -053/2019 e Resolução CEPEX/UFPI nº 297, de 20.06.22. Regulamenta o registro e a inclusão das atividades curriculares de

extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

6.4 Aspectos teóricos metodológicos

Quando lemos os textos oficiais acerca do processo educativo, compreendemos a necessidade de adotarmos práticas mais sociointeracionistas, pois, tal qual afirmado por Vygotsky (1993), é por meio das práticas sociais que o ser humano experimenta uma série de vivências, elaborando seus próprios conceitos, seus valores e suas ideias acerca do mundo em que vive, construindo conhecimentos a partir das práticas de linguagem.

Nesse sentido, o ser humano se constitui e se desenvolve como sujeito ao passo que contribui para a constituição dos outros, age no mundo, transformando e sendo transformado, mediando ações sobre fatores sociais, culturais e históricos.

Pensar as práticas educativas por esse viés implica considerarmos a importância de todos os atores envolvidos nesses processos e viabilizar a construção e a reconstrução de conhecimentos, tão caros ao processo formativo entre pares mais experientes e pares menos experientes.

Quando pensamos o contexto educacional, devemos refletir acerca de dois papéis basilares para sua desenvoltura: o do aluno e o do professor.

Ao considerarmos o papel desempenhado pelo professor para além do ministrar aulas e do repassar conhecimentos, abandonamos uma visão burocrática e damos espaço para a reflexão acerca da importância de estimular a descoberta, o interesse dos alunos por seu processo de ensino-aprendizagem.

Cabe, ao professor, ser um profissional aberto ao conhecimento e à aprendizagem em seu cotidiano, imerso em constantes atualizações e contínua inovação, buscando promover um movimento significativo de aquisição e adequação de conhecimentos. (Vygotsky, 1993).

Vale destacar que o processo educativo não pode se distanciar da realidade. Compete, ao docente, refletir criticamente a respeito das informações e conhecimentos que compartilha, considerando as possibilidades de contribuição quanto à diminuição das desigualdades sociais e quanto à melhora da qualidade de vida dos indivíduos. (Sacristan e Gómez, 1998)

O profissional comprometido com a educação deve sempre preocupar-se em formar seu aluno a partir de uma visão crítica da sociedade, dando-lhe a oportunidade de expressar suas ideias, tornando-o um cidadão ativo e participante na vida social, cultural e política do seu povo. Agindo assim, o professor colocará em prática sua função política, exercendo sua mais importante atividade profissional – a mediação entre o aluno e a sociedade, seus conteúdos e especificidades.

Dessa maneira, o papel do aluno ganhará contornos diferenciados: deixar-se-á de lado a ideia de um ser subestimado e considerado uma simples ‘tábula rasa’ para que se dê vazão a um aluno questionador e participativo.

Tornar estes sujeitos ativos na construção de seu saber possibilita reconstruções sociais, já que superam-se noções anteriormente estabelecidas. A sala de aula passa a ser o local de questionamento e reflexão; um espaço para a socialização do conhecimento (Demo, 1996) e não mais o espaço para certezas e verdades pré-concebidas (Moita Lopes, 1996). Espaço em que equilibram-se as oportunidades de contribuição e discussão oferecidas aos alunos e a produtiva utilização dessas contribuições, a fim de se alcançarem os objetivos educacionais, viabilizando um processo de ensino-aprendizagem realmente significativo.

Ainda sobre a relação professor/aluno, é importante salientar que um olhar crítico e reflexivo sobre a própria prática aponta para possíveis ressignificações e reestruturações das propostas; o aluno compreendido como um indivíduo ativo, reflexivo e crítico contribui para a existência de um ambiente cooperativo, em que se possa aperfeiçoar as práticas educacionais.

6.4.1 Pedagogia da Alternância

Ainda pensando a Metodologia do Processo de Ensino-Aprendizagem, acreditamos ser relevante explicitar nossa assunção da Pedagogia da Alternância como norte para nossas ações, já que se trata de uma proposta educacional idealizada para o campo, como possibilidade de uma formação para jovens do meio rural centrada na partilha e na interação entre todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Essa modalidade pedagógica surge em uma relação com o movimento da Educação do Campo, sustentada pela luta por legitimidade dos sujeitos que estão no campo e querem pensar suas próprias práticas políticas e pedagógicas.

No Brasil, sua introdução remonta ao final da década de 1960, quando brasileiros conhecem o Programa de Alternância sob o modelo italiano e, assim, fundam as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), por meio da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab) e das Casas Familiares Rurais (CFRs), duas experiências educativas em alternância que marcam o Movimento Maisons Familiales Rurales no Brasil (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Segundo Cordeiro, Reis e Hage (2011), a Pedagogia da Alternância vem sendo usada na formação de jovens e adultos do campo, visto ser esta uma proposta pedagógica e metodológica capaz de atender às necessidades da articulação entre escolarização e trabalho, propiciando a esses indivíduos o acesso à escola sem que tenham que deixar de trabalhar.

Ademais, a Pedagogia da Alternância assume o trabalho como princípio educativo, permitindo aos estudantes oriundos do campo a possibilidade de continuar os estudos e de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outrem, mas como conhecimentos conquistados e construídos a partir da problematização de sua realidade, que passa pela pesquisa, pelo olhar distanciado do pesquisador sobre o seu cotidiano (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Gimonet (2007) defende que esse modelo pedagógico só pode ser posto em prática por meio da construção de um vasto número de relações sociais, muito mais amplas do que aquelas de aluno-professor, já que se trata de uma “pedagogia da partilha” na qual educandos, monitores, pais, mestres, membros de associações e comunidades formam parcerias que tornam viáveis não somente o funcionamento educacional, como também a aplicação dos princípios pedagógicos dessa metodologia.

Esse ideal educativo conta com muitos ferramentas e instrumentos que lhe garantem a sua funcionalidade, a articulação dos tempos e espaços de formação e o estabelecimento das relações entre os vários atores sociais envolvidos nesse processo. Gimonet (2007) reforça sua preocupação com um ensino que associe experiência à prática e que se baseie em uma ação cooperativa. Se a ideia é levar formação aos homens do campo, o Curso deverá propiciar o contato direto entre os agentes formadores, os educandos e sua comunidade.

Nessa perspectiva, assumimos em nossa proposta de Curso o planejamento e a interação de elementos que propiciam uma visão geral da formação que se quer oferecer a esse aluno, definindo-se as atividades de tempo- universidade, tempo- comunidade e dos seminários integradores, para que docentes e discentes do Curso movimentem-se em consonância com os parâmetros dessa Pedagogia, chamando sempre a comunidade para participar desse processo, já que é a partir da realidade local que ele deve ser formulado, tendo como enfoque a formação profissional e a articulação dos conteúdos.

6.5 Sistemática de avaliação

6.5.1 Da Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

Para entender as dimensões avaliativas na Pedagogia da Alternância, adotada neste projeto, se faz necessário compreender a avaliação como importante instrumento de apreciação da qualidade e da eficiência do processo de ensino-aprendizagem como um todo, a fim de constatar progressos, dificuldades, limitações, de modo à replanejar o trabalho promovendo as adequações necessárias visando à transformação da realidade avaliada.

É preciso tomar a avaliação não como um fato isolado, mas um processo; uma reflexão complexa sobre o nível de qualidade do trabalho escolar dos atores (educandos e educadores) envolvidos no processo educativo, cumprindo a função pedagógica de “promover a melhoria da realidade educacional e não descrevê-la ou classificá-la” (Hoffmann, 2008, p. 30).

Além disso, Santos (2005, p.21) alerta para o ponto de que a avaliação deve ser encarada como “o julgamento das atividades escolares que acontecem no processo de ensino-aprendizagem”, tendo objetivos, metas e, como finalidade principal, a promoção da transformação da realidade avaliada, pois, consoante Abreu e Masetto (1990), o processo avaliativo deve ser pensando de forma coerente e contínua, acompanhando o desenvolvimento e permitindo seu constante reiniciar, até que sejam alcançados os objetivos desejados.

Nesse sentido, tomamos a avaliação como uma prática educativa, não tendo apenas como foco o aluno, mas também o sistema de ensino e os demais atores

envolvidos. Assim, buscamos desenvolver uma prática avaliativa que fuja do atual modelo classificatório e se caracterize como diagnóstico.

Versando mais propriamente sobre a avaliação naquilo que tange aos alunos, utilizaremos as atividades do processo de ensino-aprendizagem como forma de subsidiá-la. Assim, ela terá caráter diagnóstico, formativo e também somatório. Neste caso, será fundamentada pela Resolução nº 177/12 do CEPEX/UFPI e será feita por disciplina e semestralmente. No início do curso será fornecida ao aluno esta resolução.

A avaliação do processo formativo na dimensão tempo-universidade será feita no decorrer das aulas presenciais. Sendo que, no final do tempo-universidade será realizada também a avaliação somativa. A avaliação do tempo-comunidade de cada disciplina será feita em encontros com os professores, por meio de sua socialização. Vale lembrar que caso o aluno não atinja a média 7,0 (sete), estipulada pela Resolução acima, lhe será dada a chance de realizar um exame final, determinado pelo professor.

A prática docente será constantemente avaliada por meio de encontros pedagógicos realizados entre o grupo de professores, para que percepções sejam socializadas e possíveis adequações possam ser feitas durante o semestre letivo. Ademais, ao término de cada disciplina, os alunos terão a oportunidade de formalizarem suas opiniões acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do Curso, contribuindo significativamente para a detecção de eventuais necessidades de mudança e adequação.

7 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS PERCURSOS FORMATIVOS

7.1 Dimensões do processo formativo

O processo formativo do curso articula-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, assegurando que o desenvolvimento profissional docente se dê de maneira integrada, contextualizada e socialmente referenciada. Nessa perspectiva, a formação inicial é compreendida como processo contínuo, que envolve a construção de saberes científicos, pedagógicos, éticos e culturais, tendo como eixo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O curso privilegia a articulação entre a sólida base teórico-conceitual, o domínio de conteúdos específicos e a prática pedagógica, de modo a possibilitar a compreensão crítica e a intervenção qualificada nas realidades educacionais. Esse alinhamento está em consonância com o princípio da unidade teoria-prática, orientando que o licenciando vivencie, desde o início de sua trajetória acadêmica, experiências formativas em diferentes contextos da educação básica.

A dimensão pedagógica está ancorada no compromisso com a aprendizagem dos estudantes da educação básica, no domínio de metodologias ativas, recursos tecnológicos e estratégias inovadoras que favoreçam a inclusão, a equidade e a qualidade social da educação. A formação contempla, ainda, o desenvolvimento de competências voltadas para o trabalho colaborativo, a gestão de processos educativos e a análise crítica das políticas públicas, reconhecendo as múltiplas diversidades e realidades socioeducacionais do país.

Inspirada nos princípios da formação integral, a proposta promove a valorização da cultura, da pesquisa e da extensão como meios de produzir e socializar conhecimentos, estimular a reflexão crítica e fortalecer a identidade docente. Busca-se ainda formar profissionais capazes de articular os conhecimentos pedagógicos, científicos e culturais, promovendo aprendizagens significativas e contribuindo para a transformação das realidades em que atuam.

Ao incorporar os referenciais da Resolução CNE/CP nº 4/2024, o curso reafirma seu compromisso com uma formação docente que reconhece a complexidade do ato de ensinar, integra múltiplos saberes e se orienta pela ética, pelo compromisso social e pela busca da qualidade na educação básica brasileira.

7. 2 Alinhamento do curso à BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) introduz inovações significativas para a educação brasileira, com ênfase em aspectos essenciais para a formação integral dos alunos. Entre as principais inovações, destacam-se o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a preparação para o mundo do trabalho, a valorização da diversidade e a integração de tecnologias digitais. Além disso, a BNCC propõe uma abordagem da aprendizagem como um processo contínuo e integral, promovendo a autonomia e a participação ativa dos alunos, bem como o desenvolvimento de competências que vão além do conhecimento técnico.

Entende-se que neste processo, o licenciado reconheça a importância de continuamente seguir aprendendo e, para tanto, utilize-se de estratégias e dinâmicas de acesso ao conhecimento aprendidas ao longo de sua formação. Espera-se ainda que seja hábil tecnicamente, sem prescindir dos requisitos humanísticos, éticos e solidários para o trabalho e a vida em sociedade. Ao compreender e aplicar, durante sua formação universitária, conhecimentos sobre as questões socioculturais, o estudante terá uma prática social mais rica e efetiva.

Competências que serão desenvolvidas pelo egresso da LICHS envolvem:

- a) Atuação na docência nos componentes curriculares da área de Ciências Humanas e Sociais nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
- b) Elaboração, análise e produção de material didático;
- c) Produção de pesquisa em educação, tendo como princípio a integração entre as áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias;
- d) Desenvolvimento de habilidade crítica e reflexiva no âmbito profissional das áreas das Ciências Humanas e Sociais;
- e) Comunicação clara na língua de ensino, oralmente e por escrito, nos diversos contextos ligados à profissão docente;
- f) Promoção de situações de aprendizagem centradas nos alunos e no desenvolvimento de suas competências;
- g) Desenho e aplicação de processos avaliativos que visem acompanhar o desenvolvimento de competências e habilidades dos/as estudantes a partir da interação destes com diferentes objetos de conhecimento;
- h) Integração de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para a preparação e condução de atividades de ensino-aprendizagem e desenvolvimento profissional bem como para promoção dessas tecnologias enquanto recursos úteis à prática da cidadania na contemporaneidade;
- i) Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social e compromisso social;
- j) Capacidade de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento; de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política;
- k) Percepção da integração necessária entre Ciências Humanas e Sociais e a produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político;
- l) Capacidade de relacionar o exercício da crítica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos;
- m) Domínio das diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;

- n) Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a mediação do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;
- o) reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;
- p) a compreensão crítica de questões socioambientais, éticas, estéticas, políticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural e o reconhecimento dos princípios de equidade como organizador do tratamento dessas questões nos contextos de exercício profissional;

7.3 Alinhamento do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica

A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 trata das diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de profissionais do magistério da educação escolar básica no Brasil, apresenta princípios e objetivos da formação, incluem a promoção de uma educação que articule teoria e prática, assegurando que os futuros educadores estejam preparados para enfrentar as realidades e desafios da prática docente na Educação Básica.

O referido documento, expressa que os cursos de licenciatura são estruturados para garantir uma base comum nacional e suas orientações curriculares, com um mínimo de 3.200 horas, distribuídas ao longo de pelo menos quatro anos. Esses cursos incluem atividades de formação geral, aprofundamento de conhecimentos específicos, atividades acadêmicas de extensão e estágio curricular supervisionado.

A estrutura curricular é organizada em quatro núcleos de formação. O Núcleo I, Estudos de Formação Geral (EFG), foca em conhecimentos científicos e pedagógicos gerais com mínimo de 880 horas. O Núcleo II, Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (ACCE), envolve conteúdos específicos das áreas de atuação, com mínimo de 1.600 horas. O Núcleo III, Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE), compreende práticas vinculadas aos componentes curriculares, realizadas em instituições de Educação Básica, com mínimo de 320 horas. Por fim, o Núcleo IV, Estágio Curricular Supervisionado (ECS), oferece atividades práticas em instituições de Educação Básica para conectar teoria e prática, com mínimo de 400 horas.

Desse modo, em consonância Resolução CNE/CP nº 4/2024, a presente

proposta apresenta o eixo da formação teórico Metodológico composto por três componentes curriculares que visam o debate teórico metodológico dentro das Ciências Humanas e Sociais e suas tecnologias visando uma apropriação e aproximação epistemológica interdisciplinar na área.

No Quadro 1 e Quadro 2 estão expostos os Componentes Curriculares de Formação Geral: compostos pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas, articulando teoria e prática.

Quadro 1: Eixo de Componentes Curriculares de Formação Geral:

Componentes curriculares da Formação Geral	Carga Horária	Créditos
Metodologia Científica	60	4
Estratégias de leitura em Língua Inglesa	45	3
Ética em educação	45	4
Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	60	4
Políticas Públicas Educacionais e Gestão Escolar	60	4
Libras	60	4
Educação Inclusiva	45	3
Educação e Direitos Humanos	45	3
TOTAL CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS	420	

Quadro 2: Eixo dos Componentes Curriculares do Eixo de Formação Pedagógica

Componentes curriculares do Eixo de Formação Pedagógica	Carga Horária	Créditos
Bases Epistemológicas da Educação	60	4
Introdução ao curso	15	1
Filosofia da Educação	60	4
Psicologia da Educação	60	4
Sociologia da educação	60	4
Metodologia de Ensino de Ciências Humanas e Sociais	60	4
Pedagogias Ativas	60	4
Avaliação da Aprendizagem	60	4
História da Educação	60	4
Didática	60	4
Legislação e Organização da Educação	60	4
TOTAL CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS	615	

Estão presentes nesse eixo componentes curriculares voltados à abordagem de temas transversais. O eixo de Formação Pedagógica totaliza 615 horas de componentes específicos que somados às 420 horas da Formação Geral, totalizando 1.035 horas aula

No Quadro 3 encontram-se os Componentes Curriculares Específicos correspondem à Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE: composto pelos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos, totalizando em 1.620h.

Quadro 3: Eixos dos Componentes Curriculares Específicos

Componentes Curriculares do Eixo Teórico Metodológico de formação específica	Carga Horária	Créditos
Introdução aos Estudos Históricos	60	4
Introdução à Sociologia	60	4
Introdução à Ciência Política	60	4
Iniciação à Antropologia	60	4
Introdução à Filosofia	60	4
Introdução aos Estudos Geográficos	60	4
Organização Espacial do Brasil I	60	4
Sociologia Brasileira	60	4

Estado, Cidadania e Democracia	60	4
Organização Espacial do Nordeste	60	4
Prática de Pesquisa e Extensão no Ensino Fundamental (AF)	60	4
Prática de Pesquisa e Extensão no Ensino Médio	60	4
Práticas intertransdisciplinares de pesquisa em ciências humanas e sociais	60	4
Pensamento Social e Político no Brasil	60	4
Ciências humanas e Sociais e Tecnologias Digitais	60	4
Seminários integrador (de 01 a 08) cada uma com 15h	120	6
Arte e Território	60	4
Territórios, Políticas Públicas e Participação	60	4
Filosofia e Linguagem	60	4
TCC I e II	105	7
Memória, discurso e sociedade	60	4
Meio Ambiente e Relações Sociais	60	4
Patrimônio Histórico e Cultural	60	4
Sistema de produção e sistema de reprodução econômica, cultural e social	45	3
Educação e Trabalho	30	2
TOTAL CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS	1620	35

7.4 Alinhamento do curso às normativas da Educação Integral

A proposta formativa do Curso de Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias está alinhada às normativas nacionais que orientam a implementação da Educação Integral no Brasil, entendida como processo que visa ao desenvolvimento pleno do estudante em suas dimensões intelectual, física, social, emocional e cultural. O curso integra conhecimentos interdisciplinares, articulando Filosofia, Sociologia, História e Geografia com enfoque em competências cognitivas, socioemocionais e éticas, conforme previsto na BNCC. Além disso, adota metodologias ativas – como projetos interdisciplinares e aprendizagem baseada em problemas – para conectar teoria e prática, incentivando o protagonismo estudantil e a aplicação do conhecimento em contextos reais.

O projeto adota uma perspectiva de avaliação formativa e contínua, utilizando instrumentos diversificados (portfólios, seminários, participação em projetos) para acompanhar o desenvolvimento integral dos estudantes. O curso também promove a

integração com a comunidade e o território, por meio de ações extensionistas e temas como direitos humanos, sustentabilidade e democracia, reforçando o compromisso social. Dessa forma, a proposta assegura uma formação ampla e participativa, em conformidade com as políticas públicas educacionais e as demandas contemporâneas por uma educação que vá além da dimensão cognitiva, abrangendo também a formação humana e cidadã.

O curso incorpora as diretrizes estabelecidas na Resolução CNE/CP nº 4/2024, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, reforçando a necessidade de preparar docentes aptos a planejar, executar e avaliar práticas educativas integradoras, articulando conhecimentos, linguagens, tecnologias e experiências socioculturais para promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

Além disso, a proposta se ancora nos princípios da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), que orienta para uma formação integral comprometida com o protagonismo dos estudantes, a contextualização dos conhecimentos e a valorização da diversidade, articulando competências cognitivas, socioemocionais e éticas.

No âmbito institucional, a Universidade Federal do Piauí reafirma, com este curso, seu compromisso com políticas públicas voltadas à educação integral, fortalecendo sua atuação nas redes públicas estaduais e municipais. O desenho curricular assegura experiências formativas integradas entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo que os licenciandos tenham vivências em contextos escolares que adotam a educação em tempo integral e que sejam capazes de responder às especificidades dessa modalidade com rigor acadêmico e compromisso social.

Ao adotar esse alinhamento normativo, o curso não apenas atende às legislações vigentes, mas também assume papel ativo na consolidação da educação integral como política de Estado, formando professores preparados para lidar com os desafios e potencialidades dessa abordagem no contexto da educação básica brasileira.

7.5 Inclusão do uso pedagógico das tecnologias e "inovação", de forma explícita, bem como de metodologias ativas e empreendedorismo

Na graduação, é fundamental que haja um princípio educativo que contemple o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa e do contato com a realidade. Nesse contexto, a inclusão do uso pedagógico das tecnologias

e da inovação se torna essencial para a formação dos estudantes. A integração de ferramentas tecnológicas no processo de ensino-aprendizagem não só enriquece as experiências acadêmicas, mas também prepara os futuros educadores para o uso desses recursos em suas práticas pedagógicas, ampliando suas capacidades e competências.

O Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais propõe um processo de formação centrado no tripé ensino-pesquisa-extensão. Este modelo possibilita que estudantes e orientadores compartilhem o complexo exercício da prática reflexiva, permeado por múltiplas buscas e inquietações, contribuindo para a formação de novas gerações de professores-pesquisadores. A utilização de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, o aprendizado cooperativo e a sala de aula invertida, permite que os alunos sejam protagonistas de seu aprendizado, estimulando a autonomia e a capacidade de resolução de problemas.

Vale destacar, em termos de pesquisa, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma atividade de integração curricular obrigatória que consiste no trabalho final do curso sob orientação de um professor responsável. O TCC tem como objetivo estimular a produção científica, proporcionando experiências de pesquisa que relacionem teoria e prática, aprimorando a reflexão sobre questões voltadas à área de conhecimento do curso e seu viés educacional. Nesse sentido, é crucial que os alunos tenham a oportunidade de testar hipóteses e experimentar metodologias e materiais didáticos, o que contribui significativamente para sua formação como licenciados.

O ensino proposto deve ocorrer em sintonia com a questão científica ao longo do curso, de maneira interdisciplinar, sempre baseado na Pedagogia da Alternância. Essa abordagem cria condições de ensino em função de relações dinâmicas entre diferentes disciplinas, aliando-se às questões sociais contemporâneas. Além dos conteúdos específicos, busca-se ampliar os conhecimentos oferecidos aos graduandos, especialmente aqueles voltados para a prática educacional e as habilidades necessárias para a atuação nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e suas tecnologias.

A extensão se apresenta, nesse contexto, com o propósito de buscar o equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Considerando esse propósito, serão elaborados programas, projetos e cursos de extensão diversificados que articulem ensino e pesquisa, promovendo uma educação continuada e prática. Tais iniciativas buscam não apenas a formação teórica,

mas também a aplicação do conhecimento em contextos reais, estimulando o desenvolvimento de habilidades empreendedoras nos alunos.

A inserção de práticas empreendedoras no currículo é essencial para preparar os graduandos para os desafios do mercado de trabalho e para a promoção de inovações sociais. Atividades que estimulem o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de desenvolver projetos são fundamentais para formar profissionais que possam contribuir de maneira significativa para a sociedade. Além disso, por meio de parcerias com instituições e empresas locais, os estudantes terão a oportunidade de vivenciar experiências práticas que reforçarão suas competências e habilidades de liderança.

O uso de tecnologias digitais e ferramentas de colaboração online nas metodologias de ensino também facilita a inclusão e a diversidade, permitindo que todos os alunos tenham acesso a diferentes formas de aprendizado e interação. A adoção de plataformas digitais para discussões, apresentações e avaliações pode fomentar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e acessível, promovendo a participação ativa dos estudantes.

Além disso, a instituição deve reforçar a importância de compreender a educação além dos limites da sala de aula. A participação efetiva da instituição na comunidade em que está inserida é um aspecto crucial para o desenvolvimento de um ensino que realmente faça a diferença. Projetos sociais e ações comunitárias não apenas enriquecem a formação dos alunos, mas também fortalecem os laços entre a academia e a sociedade, criando um ciclo virtuoso de aprendizado e transformação social.

Por fim, a ênfase na formação de professores-pesquisadores deve ser acompanhada de um compromisso com a inovação e a adaptação às novas demandas educacionais, garantindo que o curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais esteja sempre alinhado com as necessidades do século XXI. Essa abordagem holística não só prepara os graduandos para serem educadores competentes, mas também cidadãos engajados e inovadores, prontos para enfrentar os desafios contemporâneos com criatividade e responsabilidade.

7.6 Articulação entre teoria e prática, por meio da residência docente, de estágios, de disciplinas e de práticas, desde o início da formação

A articulação entre teoria e prática constitui eixo estruturante do Curso de Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias, configurando-se como princípio pedagógico e metodológico que orienta todas as etapas do processo formativo. Em consonância com a Resolução CNE/CP nº 4/2024, essa integração visa a assegurar que a construção do conhecimento profissional docente se dê de forma contínua, contextualizada e situada, desde o ingresso do licenciando no curso.

Desde os primeiros períodos, os estudantes participam de experiências formativas em contextos reais da educação básica, por meio de atividades supervisionadas, observação e regência, projetos de extensão e práticas pedagógicas integradoras. Essa imersão inicial possibilita que o licenciando compreenda as dinâmicas escolares, desenvolva sensibilidade para as demandas do contexto e estabeleça vínculos com a realidade educacional em que atuará.

A residência docente, ofertada nos períodos finais, aprofunda essa experiência, promovendo a inserção prolongada e orientada do licenciando nas escolas-campo, favorecendo a compreensão dos processos pedagógicos em sua totalidade e a consolidação de competências profissionais. Esse espaço formativo é pensado como momento privilegiado de síntese, no qual os conhecimentos teóricos, construídos ao longo do curso, encontram aplicação e ressignificação nas práticas educativas.

Os estágios supervisionados, distribuídos progressivamente ao longo da formação, cumprem dupla função: aproximar o futuro docente das realidades escolares e oportunizar a análise crítica das práticas pedagógicas, com base em referenciais teóricos sólidos. Articulados com disciplinas e demais componentes curriculares, os estágios possibilitam ao licenciando desenvolver a capacidade de planejar, executar, avaliar e refletir sobre o trabalho docente em diferentes níveis e modalidades da educação básica.

A organização curricular do Curso de Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias foi estruturada de forma a garantir a articulação contínua entre teoria e prática, desde o início da formação até a conclusão do curso. Essa integração é viabilizada por meio de práticas como componente curricular, estágios supervisionados, residência docente, atividades de extensão e projetos integradores, assegurando que o licenciando desenvolva competências profissionais de forma progressiva e

contextualizada. O quadro a seguir apresenta, de maneira sistematizada, a distribuição das experiências formativas ao longo dos períodos, evidenciando as atividades desenvolvidas e os objetivos formativos em cada etapa do percurso acadêmico.

Quadro 4 - Integração Teoria e Prática no Curso

Período	Atividades de Integração Teoria-Prática	Objetivos Formativos
1º ao 2º	Práticas como Componente Curricular (PCCs) introdutórias; Observação de aulas; Projetos de extensão iniciais; Atividades de sensibilização para a realidade escolar.	Introduzir o estudante na cultura escolar; Desenvolver percepção crítica inicial; Articular teoria e contexto real desde o início da formação.
3º ao 4º	PCCs articuladas a componentes curriculares específicos; Observação participante; Início de atividades de regência em turmas de apoio; Projetos de extensão vinculados à comunidade escolar.	Aprofundar a compreensão das dinâmicas escolares; Desenvolver habilidades de observação e análise; Ensaiai práticas de ensino com acompanhamento.
5º ao 6º	Estágio Supervisionado em anos finais do Ensino Fundamental; Regência compartilhada; Residência docente preparatória; Atividades integradoras interdisciplinares.	Consolidar competências pedagógicas básicas; planejar e executar práticas de ensino; Integrar metodologias e recursos pedagógicos.
7º ao 8º	Estágio Supervisionado no Ensino Médio; Residência docente plena; Regência autônoma sob supervisão; Projetos integradores de conclusão; Socialização de práticas inovadoras.	Assumir responsabilidades docentes plenas; sistematizar e avaliar experiências; Produzir e socializar conhecimentos sobre a prática docente.

A sistematização apresentada no quadro evidencia que a articulação entre teoria e prática no curso não se restringe a momentos pontuais, mas constitui um eixo formativo contínuo e integrado. A progressão das atividades, do contato inicial com a

realidade escolar à atuação autônoma em contextos de residência docente e estágio supervisionado, assegura que o licenciando construa saberes de forma reflexiva e contextualizada, fortalecendo sua identidade profissional. Essa estrutura curricular contribui para que o egresso esteja apto a enfrentar os desafios da educação básica, fundamentando sua prática em princípios éticos, pedagógicos e científicos, e comprometendo-se com a promoção de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

As práticas como componente curricular (PCC), presentes desde o início do curso, operam como pontos de conexão entre a base teórica e o exercício pedagógico, garantindo que cada área de conhecimento contribua para a formação integral do futuro professor. Dessa forma, teoria e prática deixam de ser dimensões isoladas e passam a se alimentar mutuamente, fortalecendo a identidade profissional e o compromisso social do docente.

Essa articulação assegura que o egresso seja capaz de compreender, analisar e intervir de forma qualificada na realidade educacional, fundamentando suas ações em princípios éticos, pedagógicos e científicos. Ao integrar residência docente, estágios, disciplinas e práticas desde o início da formação, o curso reafirma seu compromisso com a formação inicial de professores aptos a enfrentar os desafios contemporâneos da educação básica com competência, sensibilidade e visão crítica.

A seguir apresentamos a organização curricular incluindo a matriz curricular por período, considerando as disciplinas, os créditos e a carga horária total.

7.7 Organização curricular

O curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais caracteriza-se por ter uma formação específica para professores que atuam/atuarão em escolas de Educação Básica nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Assim, há disciplinas estão voltadas para esta realidade, para que se evidencie a vida nas escolas e a educação integral destacando-se, prioritariamente, suas organizações sociais; além de um eixo de disciplinas de formação básica em sociologia, história, filosofia, geografia e educação.

Nesse sentido, as disciplinas específicas, os temas transversais e os conteúdos de formação de professores que constituem a matriz do curso foram articulados para

que os graduandos compreendam o processo as bases epistemológicas das Ciências Humanas e Sociais articuladas com as respectivas tecnologias, como os textos e contextos e discursos e dos sujeitos, sempre articulando a teoria à prática.

Atendendo à proposta do PRILEI, do qual o referido curso faz parte, algumas disciplinas se voltam para uma formação interdisciplinar e empreendedora, a fim de que a formação dos profissionais seja adequada àquilo que o Curso prevê e em consonância com a concepção de educação integral e os conteúdos da BNCC no que tange as ciências humanas e sociais aplicadas.

A carga horária total do Curso compreende 3.335 horas, das quais, 2.280 horas (152 créditos) distribuídas entre disciplinas obrigatórias e optativas. O estágio supervisionado obrigatório terá duração de 405 horas (27 créditos). As atividades complementares deverão perfazer 200 horas. O Trabalho de Conclusão de Curso terá como carga horária 105 horas. E a carga horária referente à curricularização da extensão é de 345 horas, conforme quadro abaixo:

COMPONENTES CURRICULARES	Carga horária (h)
Disciplinas Obrigatórias	2.160
Disciplinas Optativas	120
Trabalho de Conclusão de Curso	105
Atividades Complementares	200
Estágio Supervisionado Obrigatório	405
Atividades Curriculares de Extensão	345
TOTAL	3.335

Serão oferecidas 40 vagas com entrada prevista para o primeiro semestre de 2026. O curso será oferecido em período diurno e utilizará o período noturno para a realização de atividades pedagógicas e extracurriculares, já que se trata-se de um curso em regime de alternância, ou seja, vale-se de uma metodologia que diferencia os espaços pedagógicos.

Sendo assim, será realizada uma divisão entre os espaços educativos, tendo como base O Tempo-Comunidade (TC) e o Tempo-Universidade (TU), além de uma interligação entre estes dois momentos. No TU, o estudante estará na Universidade para cursar as diferentes disciplinas oferecidas pela UFPI. Enquanto, no TC, haverá a realização de atividades no espaço de vivência do estudante.

Assim, semestralmente, após cursar as disciplinas, o estudante sairá da universidade e permanecerá no território que atua, desenvolvendo atividades que

interliguem estes dois tempos. Caberá aos professores do curso acompanhar e vivenciar juntamente com os estudantes o TC, em que serão realizadas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, nas múltiplas áreas de atuação dos estudantes.

Caracterização do Tempo-Universidade:

1. **Disciplinas.** Serão montadas aulas expositivas e dialogadas, além da realização de visitas e diálogos com sujeitos sociohistóricos locais.
2. **Estudos Individuais.** Estes estudos serão orientados pelos professores e serão base para as práticas de pesquisa e extensão em escolas do campo e junto aos movimentos sociais e sindicais. Sobre cada estudo individual orientado, o educando deverá produzir um roteiro de apresentação das questões, que será discutido, avaliado e aplicado considerando-se as áreas de vivências dos estudantes.
3. **Oficinas.** As oficinas priorizarão a atenção aos processos de socialização e de produção coletiva do conhecimento, enfatizando a criação de materiais pedagógicos que congreguem as tecnologias educacionais disponíveis. A produção de materiais pedagógicos terá como base a observação da realidade educacional do campo durante o tempo-comunidade, respeitando-se, assim, a realidade dos territórios nos quais se localizam os assentamentos.
4. **Linhas de Pesquisa.** Cada aluno apresentará, já na segunda etapa do curso, uma carta de intenções acerca de um projeto de pesquisa. A partir dos interesses apresentados pelos educandos, serão construídas as Linhas de Pesquisa do curso. Os projetos de pesquisas serão acompanhados por uma orientação coletiva de profissionais a serem indicados pelo Colegiado de Curso a cada etapa de estudos. No final do Curso, o educando apresentará um trabalho de conclusão baseado nas pesquisas desenvolvidas nas etapas anteriores. Este trabalho terá um cunho participativo e emancipador quanto às comunidades envolvidas.
5. **Práticas de planejamento de pesquisa e/ou extensão.** No final de cada etapa do Tempo-Universidade, os educandos realizarão um trabalho integrado a partir de uma questão-problema própria ao seu projeto de extensão/pesquisa, oportunizando a integração e relação dos eixos temáticos desenvolvidos ao longo da etapa do Tempo-Universidade.

6. **Seminários Integradores (120h).** Os seminários de Integração terão como base a socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Nestes seminários, serão apresentados os resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade.

7. **Trabalho de Conclusão de Curso (105).** Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso a partir dos resultados obtidos nos projetos de extensão/pesquisa e práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo das etapas do curso.

8. **Excursões duplamente emancipatórias.** Realização de visitas escolas dos territórios envolvidas no projeto, bem como a apresentação das diferentes dependências da universidade como eixo integrador do desenvolvimento das atividades pedagógicas.

9. **Estágio curricular supervisionado (405h).** A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais da Educação no Campo, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Ressalte-se que em conformidade com as

Caracterização do tempo-comunidade:

1. **Estudos da Realidade/Pesquisa e Práticas Pedagógicas no território onde vive os alunos.** Nos estudos desenvolvidos em ambiente real, o educando acentuará sua formação como educador-pesquisador, realizando, portanto, pesquisas e práticas pedagógicas. Neste sentido, a reconstrução histórica de seu lócus, bem como de seu município é a base da metodologia de pesquisa, reconstruindo a totalidade das relações sociais historicamente produzidas, abrangendo a Memória Social, o Patrimônio Imaterial e Físico, a dinâmica das Escolas, recuperando histórias, objetos e territórios que vão se perdendo, além de reconstruir dados socioeconômicos e análises políticas. No retorno de cada tempo-comunidade, os educandos apresentarão oralmente suas percepções e entregarão um registro escrito acerca de suas observações e aprendizados. Estes estudos serão utilizados na construção do trabalho final a ser apresentado para uma banca examinadora e para a comunidade envolvida.

2. **Construção de dados para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso.** Neste tempo os estudantes realizarão pesquisas e atividades que darão suporte à construção do Trabalho de Conclusão de Curso, que deverá obrigatoriamente estar calcado em seu projeto de extensão/pesquisa. As comunidades serão envolvidas de acordo com as necessidades e demandas apresentadas pelos grupos sociais envolvidos na formação. Assim, relatos, fotografias, depoimentos, observação e acompanhamento do cotidiano dos sujeitos sociais serão utilizados na elaboração da pesquisa que obrigatoriamente será apresentada na universidade e no assentamento ou escola envolvida.

3. **Excursões didático-pedagógicas.** Serão realizadas visitas para o acompanhamento de atividades desenvolvidas por assentados da reforma agrária ou sujeitos vinculados aos diversos movimentos sociais. Além das visitas aos assentados, também serão alvo dessas ações áreas quilombolas, grupos de assalariados rurais no estado do Piauí e em outros estados vizinhos.

4. **Estágio curricular supervisionado.** A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais da Educação nas escolas de educação básica, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Importante destacar que no âmbito do PRILEI articulação entre teoria e prática, ocorre também por meio da residência docente, pois os alunos com bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que integram o curso, assumem o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa. Trata-se de uma ação valiosa que supera o estágio pois consiste na imersão do aluno na escola que promove o aperfeiçoamento da formação de professores nos cursos de licenciatura.

7.7.1 Matriz Curricular

1º. Semestre – Bloco I

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	Total
Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	-	-	-	15
Metodologia Científica	3.1.0	45	15	-	-	60
ACE1 - Ética em educação	0.0.0.3	-	-	-	45	45
Bases Epistemológicas da Educação	3.1.0	45	15	-	-	60
Introdução aos Estudos Históricos	3.1.0	45	15	-	-	60
Introdução à Sociologia	3.1.0	45	15	-	-	60
Introdução à Filosofia	3.1.0	45	15	-	-	60
Estágio Curricular Supervisionado I				15	-	15
Seminário Integrador I	0.0.1	-	-	15	-	15
Total	16.5.1.3	240	75	30	45	390

2º. Semestre – Bloco II

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	Total
Sociologia da Educação	3.1.0	45	15	-		60
Filosofia da Educação	3.1.0	45	15	-		60
ACE 2 - Educação e Direitos Humanos	0.0.0.3				45	45
História da Educação	3.1.0	45	15	-		60
Iniciação à Ciência Política	3.1.0	45	15	-		60
Introdução aos Estudos Geográficos	3.1.0	45	15	-		60
Estágio Curricular Supervisionado II	0.0.1	-	-	30		30
Seminário Integrador II	0.0.1	-	-	15		15
Total	15.5.1.3	225	75	45	45	390

3º. Semestre – Bloco III

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	Total
Iniciação à Antropologia	3.1.0	45	15	-		60
Legislação e Organização da Educação	3.1.0	45	15	-		60
ACE 3 - Educação Inclusiva	0.0.0.3			-	45	45
Organização Espacial do Brasil I	3.1.0	45	15	-		60
Estratégias de leitura em Língua Inglesa	2.1.0	45	15	-		45
Educação e Tecnologias Digitais	3.1.0	45	15	-		60
Estágio Curricular Supervisionado III	0.0.2	-	-	60		60
Seminário Integrador III	0.0.1	-	-	15		15
Total	14.5.1.3	225	75	75	45	420

4º. Semestre – Bloco IV

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	Total
Didática	3.1.0	45	15	-		60
Psicologia da Educação	3.1.0	45	15	-		60
Sociologia Brasileira	3.1.0	45	15	-		60
Estado, Cidadania e Democracia	2.1.0	30	15	-		45
ACE 4 - Práticas intertransdisciplinares de pesquisa em ciências humanas e sociais	0.0.0.3				45	45
Organização Espacial do Nordeste	3.1.0	45	15	-		60
Estágio Curricular Supervisionado V				60		60
Seminário Integrador IV	0.0.1	-	-	15		15
Total	14.5.1.3	210	75	75	45	405

5º. Semestre – Bloco V

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	Total
Avaliação da Aprendizagem	3.1.0	45	15	-		60
Metodologia de Ensino de Ciências Humanas e Sociais	3.3.0	45	45	-		90
ACE 5 - Meio Ambiente e Relações Sociais	0.0.0.3			-	45	45
Pensamento Social e Político no Brasil	3.1.0	45	15	-		60
Filosofia e Linguagem	2.1.0	30	15	-		45
Estágio Curricular Supervisionado V	0.0.5	-	-	60		60
Seminário Integrador V	0.0.1	-	-	15		15
Total	11.6.6.3	165	90	75	45	375

6º. Semestre – Bloco VI

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	Total
Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	2.1.0	30	15	-		45
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	2.2.0	30	30			60
Libras	3.1.0	45	15	-		60
ACE 6 - Prática de Pesquisa e Extensão no Ensino Fundamental (Anos Finais)	0.0.0.4			-	60	60
Pedagogias Ativas	2.1.0	30	15	-		60

Tecnologias aplicadas ao ensino de Ciências Humanas e Sociais	2.1.0	30	15	-		45
Estágio Curricular Supervisionado VI	0.0.2	-	-	60		60
Seminário Integrador VI	0.0.1	-	-	15		15
Total	11.6.3.4	165	90	75	60	390

7º. Semestre – Bloco VII

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	Total
ACE 7 - Prática de Pesquisa e Extensão no Ensino Médio	0.0.0.4			-	60	60
Educação e Trabalho	1.1.0	30	15	-		30
Arte e Território	2.1.0	30	15	-		60
Trabalho de Conclusão de Curso I	1.3.0	15	45	-		45
Optativa I	3.1.0	45	15	-		60
Optativa II	3.1.0	45	15	-		60
Estágio Curricular Supervisionado VII	0.0.4	-	-	60		60
Seminário Integrador VII	0.0.1	-	-	15		15
Total	10.7.5.4	165	105	75	60	405

8º. Semestre – Bloco VIII

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	Total
Memória, discurso e sociedade	2.1.0	30	15	-		45
Territórios, Políticas Públicas e Participação	2.1.0	30	15			45
Patrimônio Histórico e Cultural	3.1.0	45	15			60
Sistema de produção e Sistema de reprodução econômica, cultural e social	2.1.0	30	15			45
História e Cultura africana/afro-Brasileira	4.0.0	60				60
Trabalho de Conclusão de Curso II	1.3.0	15	45	-		60
Estágio Curricular Supervisionado VIII	0.0.4	-	-	60		60
Seminário Integrador VIII	0.0.1	-	-	15		15
Total	14.7.5	150	105	75		390
CARGA HORARIA TOTAL DOS COMPONENTES CURRICULARES		3.135 horas				

Importante destacar que no curso há o componente curricular que favorece, além da formação geral, o desenvolvimento da autonomia do aluno - as atividades Acadêmico-Científico-Culturais, ou seja, as Atividades Complementares.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	
Componente curricular	Carga Horária
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200h

Ressalte-se que em atendimento à Resolução CNE. Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação PNE 2014+-2024 e dá outras providências e as Resolução UFPI/CEPEX -053/2019 e Resolução CEPEX/UFPI nº 297, de 20.06.22 que regulamenta o registro e a inclusão das atividades curriculares de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFPI, as disciplinas que, obrigatoriamente terão natureza extensionista estão listadas no quadro a seguir, totalizando 345 horas aula. Isso não implica que outras disciplinas possam realizar atividades de extensão. Paradoxalmente. Como o curso guia-se pelo princípio de articulação entre teoria e prática desde o início do curso, os professores têm autonomia para definir suas atividades pedagógicas.

COMPONENTES CURRICULARES REFERENTES A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	Carga horária (h)
ACE 1 - Ética em educação	45
ACE 2 - Educação e Direitos Humanos	45
ACE 3 - Educação Inclusiva	45
ACE 4 - Práticas intertransdisciplinares de pesquisa em ciências humanas e sociais	45
ACE 5 - Meio Ambiente e Relações Sociais	45
ACE 6 - Prática de Pesquisa e Extensão no Ensino Fundamental	60
ACE 7 - Prática de Pesquisa e Extensão no Ensino Médio	60
TOTAL	345 horas

Disciplinas Optativas

OPTATIVAS						
Período de implantação	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-prático	Total
7º	Organização Espacial do Brasil II	3.1.0	45	15	-	60
7º	Geografia Agrária II	3.1.0	45	15	-	60

7º	Gestão e Organização do Trabalho Escolar	3.1.0	45	15	-	60
7º	Educação do Campo e Movimentos Sociais	3.1.0	45	15	-	60
7º	Tecnologias da Informação e Comunicação	3.1.0	45	15	-	60
7º		3.1.0	45	15	-	60
7º	Teorias da Aprendizagem	3.1.0	45	15	-	60
7º	Educação à Distância	3.1.0	45	15	-	60
7º	Temas e Práticas Transversais	3.1.0	45	15	-	60
7º	Antropologia, cultura e sociedade	3.1.1	45	15	-	60
7º	Religiões e Perspectivas em Humanidades	3.1.0	45	15	-	60
7º	Oficina de Textos Acadêmicos	3.1.0	45	15	-	60
7º	Teoria crítica da sociedade/cultura	3.1.0	45	15	-	60

7.7.2 Fluxograma do Curso

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	NÚCLEOS
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	DIDÁTICA GERAL	AValiação DA APRENDIZAGEM	PEDAGOGIAS ATIVAS	EDUCAÇÃO E TRABALHO	MEMÓRIA, DISCURSO E SOCIEDADE	
1 0 0 0 15	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	2 1 0 0 45	1 1 0 0 30	2 1 0 0 45	
BASES EPISTEMOLÓGICAS DA EDUCAÇÃO	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	INICIAÇÃO À ANTROPOLOGIA	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	METODOLOGIA DE ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	LIBRAS	ARTE E TERRITÓRIO	TERRITÓRIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO	NÚCLEO I - FORMAÇÃO GERAL
3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	3 3 0 0 90	3 1 0 0 60	2 1 0 0 45	2 1 0 0 45	
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO BRASIL I	SOCIOLOGIA BRASILEIRA	PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO NO BRASIL	POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO ESCOLAR	TCC 1	TCC 2	NÚCLEO I - FORMAÇÃO PEDAGÓGICA
3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	1 3 0 0 60	0 3 0 0 45	
INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	INICIAÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DIGITAIS	ESTADO, CIDADANIA E DEMOCRACIA	FILOSOFIA E LINGUAGEM	RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO E DIVERSIDADE	OPTATIVA I	PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	NÚCLEO II - COMPONENTES ESPECÍFICOS
3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	2 1 0 0 45	2 1 0 0 45	2 1 0 0 45	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	
INTRODUÇÃO A SOCIOLOGIA	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS	ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM LÍNGUA INGLESA	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO NORDESTE		FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	OPTATIVA II	SISTEMA DE PRODUÇÃO E SISTEMA DE REPRODUÇÃO ECONÔMICA, CULTURAL E SOCIAL	
3 1 0 0 60	2 2 0 0 60	2 1 0 0 45	3 1 0 0 60		2 2 0 0 60	3 1 0 0 60	2 1 0 0 45	
METODOLOGIA CIENTÍFICA							HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA / AFRO-BRASILEIRA	
3 1 0 0 60							4 0 0 0 60	
ACE 1 ÉTICA EM EDUCAÇÃO	ACE 2 EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	ACE 3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	ACE 4 PRÁTICAS INTERTRANSDISCIPLINARES DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	ACE 5 MEIO AMBIENTE E RELAÇÕES SOCIAIS	ACE 6 PRÁTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	ACE 7 PRÁTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO NO ENSINO MÉDIO		NÚCLEO III - EXTENSÃO
0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 4 60	0 0 0 4 60		
SEMINÁRIO INTEGRADOR 1	SEMINÁRIO INTEGRADOR 2	SEMINÁRIO INTEGRADOR 3	SEMINÁRIO INTEGRADOR 4	SEMINÁRIO INTEGRADOR 5	SEMINÁRIO INTEGRADOR 6	SEMINÁRIO INTEGRADOR 7	SEMINÁRIO INTEGRADOR 8	NÚCLEO II - SEMINÁRIO INTEGRADOR
1 0 0 0 15	1 0 0 0 15	1 0 0 0 15	1 0 0 0 15	1 0 0 0 15	1 0 0 0 15	1 0 0 0 15	1 0 0 0 15	
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VII	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VIII	NÚCLEO IV - ESTÁGIOS
0 0 1 0 15	0 0 2 0 30	0 0 4 0 60	0 0 4 0 60	0 0 4 0 60	0 0 4 0 60	0 0 4 0 60	0 0 4 0 60	
17 5 1 3 390	15 6 2 3 390	15 5 4 3 405	15 5 4 3 405	12 6 4 3 375	13 6 4 4 405	11 7 4 4 390	14 7 4 0 375	
1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	

NÚCLEOS DE FORMAÇÃO	Nº	CARGA HORÁRIA
NÚCLEO I - FORMAÇÃO GERAL	6	330
NÚCLEO I - FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	11	630
NÚCLEO II - COMPONENTES ESPECÍFICOS	20	1185
NÚCLEO II - SEMINÁRIO INTEGRADOR	8	120
ATIVIDADE COMPLEMENTAR		200
OPTATIVAS	2	120
NÚCLEO III - EXTENSÃO	7	345
NÚCLEO IV - ESTÁGIOS	8	405
TOTAL		3335

CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES CURRICULARES	
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	2.160
DISCIPLINAS OPTATIVAS	120
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	405
ATIVIDADES COMPLEMENTARES - AC	200
ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE	345
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	105
TOTAL	3.335

7.7.3 Ementas e bibliografias básica e complementar

1º SEMESTRE

DISCIPLINA: Seminário de Introdução ao Curso

EMENTA:

Abordagem do Currículo do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias /Ciências Humanas e Sociais. Apresentação das instâncias da unidade gestora, da UFPI e de suas competências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. UFPI. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias / Ciências Humanas e Sociais.
2. UFPI. Resolução CONSUN/UFPI nº21/00. Regimento Interno da UFPI, 2000.
3. UFPI. Resolução CEPEX nº177/12. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí, de 05 de novembro de 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. UFPI. CEPEX. Resolução nº017/2011. **Guia acadêmico do Aluno 2011**. UFPI. Resolução CONSUN/UFPI nº032/05. **Estatuto da Universidade Federal do Piauí**, de 10/10/2005.
2. UFPI. Relatório de Autoavaliação da UFPI, 2012.
3. UFPI. Resolução Conjunta nº002/2010 – **Conselho Diretor/ Conselho Universitário**, de 26 de maio de 2010. Projeto de Desenvolvimento Institucional 2010/2014.
4. UFPI. Resolução conjunta nº 002\2010 – **Conselho Diretor\Conselho Universitário**, 26 de maio de 2010. Projeto de Desenvolvimento Institucional 2010\2014. Disponível

<http://www.ufpi.br/arquivos/PDI>

5. BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

DISCIPLINA: **Metodologia Científica**

EMENTA:

Metodologia de estudo e do trabalho acadêmico. Elaboração de projeto e trabalho científico. Problemas e formas de conhecimento. Origem e evolução da ciência e do método científico. Tipos de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
3. MATTAR NETO, J. A. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 3.ed. São Paulo:Saraiva, 2013.
4. BERVIAN, P. A.; CERVO, A. L.; SILVA, R. da. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo. Prentice Hall Brasil, 2006.
5. FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação no campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação no campo e pesquisa. Questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

DISCIPLINA: **Ética na Educação**

EMENTA:

Concepções de Ética. Ética moral e direito. Ética e cidadania. Ética e Relações Étnico-Raciais. Ética ambiental. Ética profissional. A ética na formação do professor. Reflexões sobre a ética na prática pedagógica. Relação entre indivíduo, Natureza, Sociedade, Educação e Ética

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BEHRENS, M. A.B. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2005.
2. MAZZOTTI, T. B.; OLIVEIRA, R. J. de. **Ciência(s) da educação**. Rio de Janeiro: DPA, 2000.
3. PEGORARO, O. **Ética através dos maiores mestres da história**. Petrópolis: Vozes, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARBOSA, R. L. L. B. (org.). **Trajetória e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: UNESP, 2004.
2. HERMANN, N. **Pluralidade e ética em educação**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.
3. CRIPA, Marcos. **Entrevista e Ética**. São Paulo: Educ, 1998.
4. LOPARIC, Z. **Ética e finitude**. São Paulo: Educ, 1995.

5. WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, Pioneira, 1998.

DISCIPLINA: Bases epistemológicas em Educação

EMENTA:

Definições de Epistemologia e de Educação. Produção do conhecimento e os paradigmas da ciência moderna. Principais abordagens teóricas dos processos educativos, destacando princípios e conceitos constitutivos do pensamento educacional contemporâneo. Esboço geral das configurações histórico-epistemológicas da educação escolar e não escolar na contemporaneidade. Educação Integral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Epistemologia e educação**: Bases conceituais e racionalidades científicas e históricas. Editora Vozes. 2016.
2. MOREIRA, Marco Antonio; MASSONI, Neusa Teresinha. **Epistemologias do século XX: Popper, Kuhn, Lakatos, Laudan, Bachelard, Toulmin, Feyerabend, Maturana, Bohm, Bunge, Prigogine, Mayr**. São Paulo: EPU, 2011.
3. VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. 11. ed. Campinas: Papirus, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: Livraria da Física, 2010.
2. CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
3. FAZENDA, Ivani (org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001 (Coleção Práxis).
4. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.
5. GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. 8. ed. (rev. ampl.). São Paulo: Ática, 2004. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/2794>
7. MORIN, Edgar (org.). **A religião dos saberes**: o desafio do século XXI. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

DISCIPLINA: Introdução aos Estudos Históricos

EMENTA:

Conhecimento científico e prática historiográfica. A História como ciência. Principais correntes historiográficas contemporâneas. Principais correntes historiográficas brasileiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. JOLY, F. D. **História e retórica**. Ensaio sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007.
2. MOMIGLIANO, A. **As origens clássicas da historiografia moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.
3. REIS, J. C. **As identidades do Brasil I**. São Paulo, Rio de Janeiro, FGV, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARR, E. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
2. DOSSE, F. **A história**. Bauru: EDUSC, 2003.
3. ARENDT, H. **Entre o Passado e Futuro**. São Paulo: Ed Perspectiva, 1992.
4. BLOCH, M. **O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro, Editor. Jorge ZAHAR, 2001.
5. HOBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DISCIPLINA: Introdução à Sociologia**EMENTA:**

Sociologia e Ciência. Análise científica da realidade social. A Sociedade de classes: estrutura, reprodução e transformações. Sociologia e História. Sociologia e sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARTINS, C. B. **O que é sociologia**. Rio de Janeiro Brasiliense, 2001.
2. OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2004.
3. VIANA, N. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Autêntica, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. VILA NOVA, S. **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Atlas, 2004.
2. BAUMMAN, Z.; MAY, T. **Aprendendo a Pensar com a Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
3. COULSON, M. A.; RIDDEL, D. S. A. **Introdução crítica à sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
4. DEMO, P. **Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social**. São Paulo: Atlas, 2002.
5. ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

DISCIPLINA: Introdução à Filosofia**EMENTA:**

Origens do pensamento filosófico: do mito à razão. As relações homem–mundo como tema fundamental do conhecimento. O senso comum, a ciência e a Filosofia como saber reflexivo e crítico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LUCKESI, C.; PASSOS, E. S. **Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar**. São Paulo: Cortez, 2002.
2. MARITAIN, J. **Elementos de Filosofia I: introdução geral à filosofia**. 18. ed. São Paulo: Agir, 2001.
3. MORRA, G. **Filosofia para todos**. São Paulo: Paulus, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHAUI, M. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
2. ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2003.
3. ABRANTES, P. **Imagens da natureza, imagens de ciência**. São Paulo: Papyrus, 1998.
4. CHAUI, M. **Convite à filosofia**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995.
5. CHAUI, M. et. al. **Primeira filosofia**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado I**EMENTA:**

Abordagem do processo de formação e a trajetória da profissionalização docente. Aproximação do aluno ao ambiente escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004.
2. FREITAS, L. C. **Neotecnicismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) **Formação de Professores: pensar e fazer**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
3. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
2. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
3. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
4. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
5. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINA: Seminário Integrador I**EMENTA:**

Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
3. HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
4. MILL, J.S. **A lógica das ciências sociais**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
5. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo, 2004.

2º SEMESTRE**DISCIPLINA: Sociologia da Educação****EMENTA:**

Estudo do surgimento e das correntes teóricas da sociologia da educação, assim como da função da escola e dos sistemas de ensino na sociedade contemporânea, analisando sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. RODRIGUES, A. T. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.
2. PILETTI, N.; PRAXEDES, W. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Ática, 2010.
3. HAECHT, A. V. **Sociologia da Educação**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARRERE, A. ; SEMBEL, N. **Sociologia da Escola**. São Paulo: Editora Loyola, 2006.
2. KRUPPA, S. M. P. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
3. SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo, Cortez, 1992.
4. PINSKY, J. **Cidadania e educação**. São Paulo: Contexto, 1999.
5. BERGER, P.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DISCIPLINA: Filosofia da Educação

EMENTA:

Estudo da Filosofia e Filosofia da Educação, suas concepções e especificidades. Abordagem das concepções específicas ao âmbito educacional, bem como da compreensão do papel da educação e de sua relação entre pedagogia e ensino. Teorias e práticas educacionais, dimensões ético-políticas e estéticas, além da abordagem argumentativa da práxis educativa e da formação do professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ARANHA, M. L. de A. ; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia**. 3. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2003.
2. ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da Educação**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
3. GHIRALDELLI JR, P. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Editora Ática, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2006.
2. LUCKESI, C.C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2011.
3. ARANTES, P. et al. **A Filosofia e seu ensino**. São Paulo: Educ, 1996.
4. CHAUI, M. de S. **Ideologia e educação**. Educação e sociologia. São Paulo: Cortez, 1980.
5. SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1987.

DISCIPLINA: ACE 2 - Educação e Direitos Humanos

EMENTA:

Direitos humanos: conceitos e histórico. educação em direitos humanos. políticas públicas sobre direitos humanos. Direitos humanos e a formação de professores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

6. SCHILLING, Flávia. **Educação e direitos humanos: percepções sobre a escola justa**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
7. BITTAR, Carla Bianca. **Educação e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2014.
8. CASTILHO, Ricardo. **Educação e direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BELTRAMELLI NETO, Silvio. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Atlas, 2021.
2. SCARANO, Renan Costa Valle; DORETO, Daniella Tech. **Direitos humanos e diversidade**. São Paulo: SAGAH, 2018.

3. BRANDÃO, Cláudio. **Direitos humanos e fundamentais em perspectiva**. São Paulo: Atlas, 2014.
4. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 15. Ed. São Paulo: Saraivar, 2016.

DISCIPLINA: História da Educação

EMENTA:

Compreensão da história da educação, seus fundamentos teórico-metodológicos e sua importância para a formação do educador. Estudo das principais teorias práticas educacionais desenvolvidas ao longo da história da humanidade, além de uma visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ARANHA, M.L.A. **História da educação**. 3.ed.São Paulo: Moderna, 2006.
2. BRITO, I.S. **História da educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.
3. RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 17. ed. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. 25.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
2. LOPES, E. M. T.; FARIAS FILHO, L. M. & VEIGA, C. G. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
3. HILSDORF, M. L. S. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.
4. SOUZA, N. M. M. de. **História da Educação**. Campinas: AVERCAMP, 2006.
5. GUEDES, E. M. **Curso de Metodologia Científica**. Curitiba: HD Livros, 2000.

DISCIPLINA: Iniciação à Ciência Política

EMENTA:

A interpretação dos fenômenos políticos. Teorias políticas. A emergência da forma de estado e suas variações. As motivações políticas e a estrutura econômica e social em transformação. Política e Trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. [COUTINHO, C. N.](#) **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
2. [BOBBIO, N.](#) **Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
3. [CARNOY, M.](#) **Estado e Teoria Política**. 16.ed. Campinas: Editora Papirus, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. [FERES JUNIOR, J.](#); [POGREBINSCHI, T.](#) **Teoria Política Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2010.
2. MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2002.
3. [MASCARO, A. L.](#) **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
4. PRADO JUNIOR, C. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
5. REMOND, R. **Por uma História Política**. São Paulo: Editora FGV, 2003.

DISCIPLINA: Introdução aos Estudos Geográficos

EMENTA:

Análise do desenvolvimento do pensamento geográfico, inclusive no Brasil. Discussão das perspectivas atuais da Geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MAGNOLI, D. **Projeto de Ensino de Geografia** - Naturezas, Tecnologias, Sociedades - Geografia Geral. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2004.
2. SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
3. TEIXEIRA, TOLEDO, FAIRCHILD e TAIOLI. **Decifrando a Terra** - São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MOREIRA, R. **O círculo e a espiral**: para a crítica da Geografia que se ensina. 2.ed. Niterói: AGB-Niterói, 2004.
2. ROSS, J. **Geografia do Brasil**. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2001.
3. ANDRADE, M. C. de. **Uma Geografia para o século XXI**. Recife: CEPE, 1993.
4. ANDRADE, M. C. de. **A Geografia e a questão social**. Maceió: Edufal/UFPE, 1997.
5. SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado II**EMENTA:**

Abordagem do processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas, imersão na escola, para analisar seu projeto político pedagógico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
2. FREITAS, L. C. **Neotecnismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
3. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
2. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
3. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
4. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINA: Seminário Integrador II**EMENTA:**

Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.

2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
3. HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
4. MILL, J.S. **A lógica das ciências sociais**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
5. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo, 2004.

3º SEMESTRE

DISCIPLINA: Iniciação à Antropologia

EMENTA:

Antecedentes da Antropologia. O objeto da Antropologia como ciência. A identidade da ciência antropológica através de conceitos como cultura, raça, alteridade, diferença, desigualdade, etnocentrismo, relativismo cultural etc. Campos e divisões acadêmicas da antropologia: antropologia social, cultural, física, etnografia, etnologia, arqueologia etc. Introdução às teorias da cultura. Métodos e técnicas. Principais temáticas (parentesco, mito, religião, arte, economia, política, organização social, representações coletivas, gênero, saúde).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
2. MARCONI, M. de A., PRESOTTO, Z. M. N. **Antropologia: uma introdução**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
3. PINTO, V. N. **Comunicação e cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
2. MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
3. CANEVACCI, M. **A cidade polifônica: ensaios sobre antropologia e comunidade urbana**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
4. GEERTZ, C. **Saber local: novos ensaios em Antropologia Interpretativa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 7.ed., 2004.
5. GELLNER, E. **Antropologia e política: revoluções**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

DISCIPLINA: Legislação e Organização da Educação Básica

EMENTA:

Legislação da Educação Básica e política de formação de professores. O plano Nacional e educação. A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. A BNCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRASIL. **Diretrizes Complementares da Educação Básica**. Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica no. 2/ 2008.
2. MACHADO, L. Diferenciais inovadores na Formação de Professores para a Educação Profissional. In: Portal do MEC/**Educação profissional e tecnológica**. Outubro de 2008.
3. BRASIL. Ministério da Educação . Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025 **Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025.**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ABREU, M. **Organização da Educação Nacional na Constituição e a LDB**. Ijuí-SC:UNIJUI. 1999.
2. CASTRO, M. H. G. de. **As Desigualdades Regionais no Sistema Educacional Brasileiro**. Brasília, INEP/ MEC, 1999.
3. CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez,

4.	EDUFF/ FLASCO, 2000. BRASIL. Presidência da república, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2024.

DISCIPLINA: Educação Inclusiva
EMENTA: Educação inclusiva no Brasil: conceito e história. Concepção e categorização das deficiências e altas habilidades. Discriminação e preconceito: classe, gênero, etnia e cultura. Legislação e políticas públicas de inclusão. O processo de inclusão: estudantes com deficiência no ensino regular. A estrutura escolar: adaptações físicas e curriculares necessárias para o atendimento educacional. O perfil pedagógico do professor da educação especial.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BAPTISTA, C. R, CAIADO, K. R. M., JESUS, D. M. de. Educação Especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2010. BEYER, H. O. Inclusão e Avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais. Porto Alegre: Mediação, 2010. CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2009. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SASSAK, R. K. WVA. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8 ^a . 1997 BECKER, F. Educação e Construção do Conhecimento. Artmed 2 ^a 2012. BAPTISTA, C. R. Inclusão e Escolarização: Múltiplas Perspectivas (Org.) Mediação 3 ^a 2019 PACHECO, J., EGGERTSDÓTTIR, R., GRETAR, L. M. Caminhos para Inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Artmed 1 ^a , 2007. GUEDES, Edson Brito; SILVA, Severino Bezerra da; SOUZA, Leber Brito de (org.). As diversidades no contexto escolar: produções de especialização PROEJA-PB. João Pessoa: Ufpb, 2013.

DISCIPLINA: Organização Espacial do Brasil I
EMENTA: O espaço brasileiro. Bases lito-estruturais. Gênese e evolução das formas de relevo brasileiro. Quadro climático, vegetacional e hidrográfico. Relação clima x solo x vegetação: os grandes domínios morfoclimáticos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2003. 2. BECKER, B. R. (Org.) Geografia e Meio Ambiente no Brasil. SP: Hucitec, 1995.

- ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo, Editora Edusp, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- VESENTINI, J. W. **Sociedade e Espaço**: Geografia Geral e do Brasil. 41.ed. SP: Ed. Ática, 1999.
- VESENTINI, J. W. **Novas geopolíticas**: as representações do Século XXI. SP: Ed. Contexto, 2000.
- BEZERRA, M. do C.de L.(org). **Agenda 21 Brasileira** - Resultados da Consulta Nacional. Brasília: MMA/PNUD, 2002.
- FURTADO, Celso. **O Longo Amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- ANDRADE, M. C. de A. **Globalização e Geografia**. Recife: Ed. UFPE, 1996.

DISCIPLINA: Estratégias de leitura em Língua Inglesa

EMENTA:

Técnicas e estratégias de leitura de textos em língua inglesa e compreensão de estruturas linguísticas básicas com vistas ao desenvolvimento de habilidades interculturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- NASH, G. M.; FERREIRA, W. R. **Real English**. Vocabulário, gramática e funções a partir de textos em inglês. Barueri, SP: Disal, 2010.
- PASSWORD – **English Dictionary for Speakers of Portuguese**. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- SOUZA, A. G. F. et al. **Leitura em Língua Inglesa**: uma abordagem instrumental. 2ª edição atualizada. Barueri, SP: DISAL, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CIRANDA CULTURAL. **Dicionário Escolar Português-Inglês/ Inglês-Português**. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.
- LOPES, M. C. (coord.) **Dicionário da Língua Inglesa. Inglês-Português, Português-Inglês**. São Paulo: Rideel/Bicho Esperto, 2015.
- MORAES, R. De C. B. T. de. **Ler para compreender textos em inglês: algumas estratégias**. São Carlos, SP: UAB-UFSCar, 2014.
- THOMPSON, M. A. **Inglês instrumental**: estratégias de leitura para informática e internet. São Paulo: Érica. 2016.
- TORRES, N. **Gramática prática da língua inglesa**: o inglês descomplicado. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DISCIPLINA: Educação e Tecnologias Digitais

EMENTA:

Processos, tendências e paradigmas comunicacionais. Linguagens e apropriações pedagógicas das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Mediação digital e informacional. Interfaces, estudos, pesquisas e experiências de incorporação das TDIC em cenários formativos da educação básica. Planejamento e experimentação das implicações de TDIC em ações educativas na sala de aula. Educação Aberta e Práticas Educacionais Abertas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BONILLA, Maria Helena; PRETTO, Nelson De Luca. **Inclusão Digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em:

<https://books.scielo.org/id/qfgmr> | Número de chamada: 303.4833 I37 2011 (BPF) (BSC) (BJA).

2. SANTOS, Edméa. Mídias e tecnologias na educação presencial e à distância. Rio de Janeiro LTC 2016 1 recurso online ISBN 9788521630890.
3. SANTAELLA, Lucia. Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013. 376 p. (Comunicação). ISBN 9788534936378. | Número de chamada: 303.4833 S231c 2013 (BJA) (BSC) (BPF)., 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. OLIVEIRA, Édison Trombeta de. Como escolher tecnologias para educação a distância, remota e presencial. São Paulo Blucher 2022 1 recurso online ISBN 9786555061192.
2. TAJRA, Sanmya Feitosa. Desenvolvimento de projetos educacionais mídias e tecnologias. São Paulo Erica 2014 1 recurso online ISBN 9788536522203.
3. REES, Martin. Sobre o futuro perspectivas para a humanidade: questões críticas sobre ciência e tecnologia que definirão a sua vida. Rio de Janeiro Alta Books 2021 1 recurso online ISBN 9786555200065.
4. ALMEIDA, Nanci Aparecida de. Tecnologia na escola abordagem pedagógica e abordagem técnica. São Paulo Cengage Learning 2014 1 recurso online ISBN 9788522116454.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado III

EMENTA:

Vivências dos diferentes espaços na escola (Diretoria, Secretaria, refeitório, sala de aula, dentre outros). Observação participante das ações da escola. Elaboração do Plano de atividade de intervenção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

4. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
5. FREITAS, L. C. **Neotecnicismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
6. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

5. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
6. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
7. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
8. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
9. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINA: Seminário Integrador III

EMENTA:

Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

2.	MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa . São Paulo: Atlas, 2008.
3.	SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . São Paulo : Cortez, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1.	CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais . São Paulo: Cortez. 2006.
2.	MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2007.
3.	HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na sociologia . Petrópolis: Vozes, 1990.
4.	MILL, J.S. A lógica das ciências sociais . São Paulo: Iluminuras, 2001.
5.	SANTOS, M. Pensando o espaço do homem . 5.ed. São Paulo, 2004.

4º SEMESTRE

DISCIPLINA: Didática

EMENTA:

Compreensão dos fundamentos epistemológicos da didática, de seu papel na formação do professor, da sua importância para o planejamento didático e a organização do trabalho docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LIBANEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2007.
2. GHIRALDELLI JR, P. **Didática e teorias educacionais**. Rio de Janeiro: DPA, 2002.
3. GHIRALDELLI JR, Paulo. **Que é pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da Didática**. Campinas: Papirus, 1995.
2. FREITAS, L. C (org.) **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.
3. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
4. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
5. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992.

DISCIPLINA: Psicologia da Educação

EMENTA:

Abordagem da ciência psicológica quanto à constituição da subjetividade, do desenvolvimento, da aprendizagem, da transformação e das dificuldades de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DAVIDOFF, L. L. **Introdução à Psicologia**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2006.
2. TELES, M. L.S. **Que é psicologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
3. NYE, Robert D. **Três psicologias: ideias de Freud, Skinner e Rogers**. 6. ed. São Paulo: Thompson, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARÍES, P. **Psicologia Sócio Histórica**. São Paulo: Cortez, 2001.
2. MOLON, S. I. **Psicologia Social: Subjetividade e construção do sujeito em Vygotsky**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
3. CARVAJAL, G. **Tornar-se Adolescente: A aventura de uma metamorfose. Uma Visão psicanalítica da adolescência**. São Paulo: Cortez, 1998.
4. FLAVELL, J. H. **A Psicologia do Desenvolvimento de Jean Piaget**. São Paulo: Pioneira, 1996.
5. MACEDO, L. de (Org). **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa de Psicólogo, 1996.

DISCIPLINA: Sociologia Brasileira
EMENTA: Fundamentos das Ciências Sociais. Análise da sociedade. Grupos sociais. Estrutura de classes e processos de mudanças. Cultura. Ideologia. Participação e poder nas organizações. Organização e relação interativa com o meio ambiente. Formação do pensamento social no Brasil. Relação entre o Estado e a sociedade no Brasil. Tendências atuais da sociologia Brasileira.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. ANDERSON, P. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 2. BAUMAN, Z. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 3. FREITAS, L. C. de. Uma pós-modernidade de libertação. Campinas: Autores Associados, 2005. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. CARDOSO, F. H. O modelo político brasileiro: contos ensaios. 5ed. RJ: Bertrand Brasil, 1993. 2. IANNI, O. A ideia de Brasil moderno. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 3. BERGER, P. e LUCKMAN, T. A construção social da realidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. 4. BÓGUS, L. et alii. Desigualdade e a questão social. São Paulo: Educ, 1997. 5. BOUDON, R. ; BOURRICAUD, F. Dicionário crítico de sociologia. São Paulo: Ática, 1993.

DISCIPLINA: Estado, Cidadania e Democracia
EMENTA: O Estado: elementos essenciais – soberania, território, povo. Formas do Estado: unitário e federativo. Governo: conceito. Formas e sistemas de governo. Democracia: formas e características. Representação política. Organizações políticas e sociais contemporâneas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. BENEVIDES, M. V. Cidadania ativa: Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular. São Paulo: Ed. Ática, 2003. 2. BOBBIO, N. O futuro da democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 3. CARVALHO, J. M. História da Cidadania no Brasil: o longo caminho. 11.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. CARNOY, M. Estado e Teoria política. São Paulo: Papirus, 2004. 2. PONT, R. Democracia, participação, cidadania: uma visão de esquerda. Porto alegre: Palmarinca, 2000. 3. CHAUI, M. Cultura e Democracia. São Paulo: Cortez, 2011. 4. KONDER, L. et al. História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2003. 5. MORAES, A. de; KIM, R. P. Cidadania. São Paulo: Atlas, 2013.

DISCIPLINA: ACE 4 - Práticas intertransdisciplinares de pesquisa em ciências humanas e sociais
EMENTA: Introdução aos problemas e questões que compõem as práticas interdisciplinares e transdisciplinares para a construção de conhecimento nas ciências humanas e sociais. Transdisciplinaridade, complexidade e humanidades. Pensamento complexo e pesquisa. Estratégias metodológicas nas práticas transdisciplinares. Panorama de problemas de

pesquisa contemporâneos em humanidades e suas abordagens. Diálogos entre o local e o global na pesquisa em ciências humanas e sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MORIN, Edgar (org.). **A religação dos saberes**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
2. PHILIPPI, Arlindo; FERNANDES, Valdir (Eds.) **Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa**. Barueri: Manole, 2015
3. CARNEIRO, ANA et. al, **Estado e Sociedade sob olhares interdisciplinares: experiências participativas, disputas narrativas, território e democracia**. Salvador: Edufba, 2020. **Brasil: o longo caminho**. 11.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALVARENGA, Augusta Thereza de et al. **Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade nas tramas da complexidade e desafios aos processos investigativos**. Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa. Tradução . Barueri: Manole, 2015.
2. MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2011.
3. CARNOY, M. **Estado e Teoria política**. São Paulo: Papirus, 2004.
4. SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2010. PHILIPPI, Arlindo; SILVA NETO, Antônio. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri: Manole, 2011
5. JAPIASSU, H. O sonho transdisciplinar. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

DISCIPLINA: Organização Espacial do Nordeste

EMENTA:

Estrutura ambiental do Nordeste. Políticas de intervenção governamental no espaço nordestino. Organização do espaço nordestino ao longo de sua história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALBUQUERQUE, Jr. D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN. Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
2. ALBUQUERQUE, R. C. de. **Nordeste: sugestões para uma estratégia de desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002.
3. CORRÊA, R. L. (Org). **Brasil: questões atuais da organização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DOWBOR, L.; PORCHMAN, M. **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Expressão popular, 2010.
2. SAQUET, M. A. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão popular, 2009.
3. ROSS, J. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edicon/Edusp, 2000.
4. FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1986.
5. IBGE. **Atlas do Brasil**. Rio de Janeiro, 2002.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado IV

EMENTA:

Acompanhamento do planejamento escolar junto com o professor orientador na escola. Desenvolvimento de atividades de Monitoria (levantamento das dificuldades no ensino e na aprendizagem junto aos estudantes das escolas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

7. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004.
8. FREITAS, L. C. **Neotecnicismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) *Formação de Professores: pensar e fazer*. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
9. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

10. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
11. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
12. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
13. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
14. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINA: Seminário Integrador IV**EMENTA:**

Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

4. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
5. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
6. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

6. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
7. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
8. HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
9. MILL, J.S. **A lógica das ciências sociais**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
10. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo, 2004.

5º SEMESTRE**DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem****EMENTA:**

Abordagem do processo de Avaliação na Educação Básica, em nível teórico e prático, bem como da prática avaliativa e dos mecanismos de exclusão: reprovação, repetência e evasão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HAIDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 1994.
2. HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.
3. HOFFMANN, J. **Contos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARELARO, L. R. G. ; KRUPPA, S. M. P. **Educação de Jovens e adultos**. In: OLIVEIRA, R. P. ; ADRIÃO, T. (orgs.). **Organização do Ensino No Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002.
2. BREZENZISKI, I. (org.). **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.
3. HOFFMAN, J. **Avaliação Mito & Desafio – uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991.
4. SOUSA, C. P. de (org.). **Avaliação do Rendimento Escolar**. Campinas: Papirus, 1991.
5. DEPRESTITERIS, L. **O Desafio da Avaliação da Aprendizagem: Dos fundamentos a uma proposta inovadora**. São Paulo: EPU, 1989.

DISCIPLINA: Metodologia do Ensino de Ciências Humanas e Sociais**EMENTA:**

Conhecimento e metodologia de ensino. O espaço escolar: conhecimento e socialização. Ensino e aprendizagem: continuidades e rupturas. Sociologia e Filosofia: institucionalização das disciplinas e propostas oficiais. Ciências Humanas: história, geografia e temas transversais no ensino fundamental e o campo de atuação do licenciado. Cultura e sociedade: as ciências sociais no ensino médio. Recursos didáticos: o uso da literatura e do cinema como recursos didáticos no ensino das Ciências Humanas. O uso do livro didático: limites e possibilidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DEMO, P. **Pesquisa como princípio educativo**. São Paulo: Cortez, 2000.
2. RIOS, T. A. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. São Paulo: Cortez, 2003.
3. MEKSENAS, P. **Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas**. São Paulo: Loyola, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2000.
2. CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
3. SOUZA, T. N. de; [SILVA, S. C.](#); [BATISTA, E. L.](#) **Desafios e Perspectivas das Ciências Humanas na Atuação e na Formação Docente**. São Paulo: Paco Editorial, 2013.
4. VEIGA, I. P. A. **Técnicas de Ensino: Para que são?** São Paulo: Ed. Papirus, 1997.
5. MALUF, S. D. (Org). **A Prática Pedagógica em Questão**. Maceió: Ed. Cantavento, 2000.

DISCIPLINA: ACE 5 - Meio Ambiente e Relações Sociais**EMENTA:**

Relações entre ambiente e sociedade no mundo contemporâneo. Críticas ecológicas à lógica consumista e de maximização produtiva das sociedades modernas. Ética e desenvolvimento sustentável. Relações entre o ambiente e atores sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HANNIGAN, J. A. **Sociologia Ambiental**. Rio Janeiro: Editora Vozes, 2009.
2. [MORAN, E. F.](#) **Meio Ambiente e Ciências Sociais**. São Paulo: SENAC, 2011.
3. [SILVA, E.](#) **Saúde Ambiental: o meio ambiente e o homem**. São Paulo: All Print, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. [CASTRO, R. S.](#) de; [LAYRARGUES, P.P.](#); [LOUREIRO, C.F. B.](#) **Sociedade e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, 2012.
2. REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
3. CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
4. DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e praticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.
5. GUIMARAES, M. (org.). **Caminhos da educação ambiental: da forma a ação**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

DISCIPLINA: Pensamento social e político no Brasil**EMENTA:**

História das Ciências Sociais no Brasil sob três aspectos: 1) o desenvolvimento institucional a partir da década de 30; 2) a produção do conhecimento científico sobre a realidade brasileira, com as contribuições relevantes que marcaram gerações; 3) o estudo de trabalhos que exemplificam a produção das gerações mais recentes. Pensamento político no Brasil. Utopias fundadoras das matrizes liberais, positivistas, marxistas, populistas e autoritárias. O debate político institucional ao longo da história brasileira. Visões da teoria política brasileira na atualidade: cientistas políticos e meio universitário e acadêmico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SOUZA, J. **A Modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
2. ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
3. WEFFORT, F. **Formação do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SANTOS, W. G. **Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1998.
2. SOARES, G. A. D. **A Democracia Interrompida**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.
3. OUTHWAITE, W. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
4. PAIVA, V. P. **Pensamento Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2005.
5. SILVA, L. F. da. **Pensamento Social Brasileiro**. São Paulo: Sundermann, 2003.

DISCIPLINA: Filosofia e Linguagem**EMENTA:**

Discussão da linguagem como o universo dos signos e o lugar da constituição da ideologia, a partir de orientações do pensamento filosófico a respeito do estudo da linguagem. Ao tomar a linguagem como uma questão filosófica, busca-se recolocar as discussões sobre sujeito, sociedade e língua, e refletir sobre as teorias das interações verbais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.
2. AUROUX, S. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Campinas, SP: Editora RG, 2008.
3. AUROUX, S. **Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Parábola, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AUSTIN, J. **Quando dizer é Fazer**. Porto Alegre: Editora vozes/ Artes Médicas, 1993.
2. FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.

3. COSTA, C. F. **Filosofia da Linguagem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
4. GRANGER, G. G. **Filosofia, Linguagem e Ciência**. São Paulo: Ideias e Letras, 2013.
5. GRACIOSO, L. de S.; SALDANHA, G. S. **Ciência da Informação e Filosofia da Linguagem**. Araraquara-SP: Junqueira e Marin, 2012.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado V

EMENTA:

Participação em aula; elaboração de sequências didáticas, realização de aulas assistidas, acompanhamento das atividades da escola, planejamento, avaliação, reunião de pais e mestres, dentre outras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
2. FREITAS, L. C. **Neotecnismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) **Formação de Professores: pensar e fazer**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
3. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade Teoria e Prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2.ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
2. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
3. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
4. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
5. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINA: Seminário Integrador V

EMENTA:

Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

7. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
8. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
9. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

11. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
12. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
13. HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
14. MILL, J.S. **A lógica das ciências sociais**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
15. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo, 2004.

6º SEMESTRE

DISCIPLINA: Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade**EMENTA:**

Educação e Diversidade Cultural. O racismo, o preconceito e a discriminação racial e suas manifestações no currículo da escola. As diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais. Diferenças de gênero e Diversidade na sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ABRAMOVAY, M.; GARCIA, M. C. (coord.). **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília-DF: UNESCO; INEP; Observatório de Violências nas Escolas, 2006.
2. ROCHA, R. M. de C.; TRINDADE, A. L. da (orgs.). **Ensino Fundamental. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.
3. PERRENOUD, P. **A Pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. e (org.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
2. MEYER, D. E. **Alguns são mais iguais que os outros: etnia, raça e nação em ação no currículo escolar**. In: A escola cidadã no contexto da globalização. 4.ed. São Paulo: Vozes, 2000.
3. FRANCO, S. C. **Cultura, Inclusão e Diversidade**. São Paulo: Moderna Editora, 2013.
4. CUNHA, E. **Práticas Pedagógicas para inclusão e diversidade**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
5. COELHO, M. C. **Trajetórias da Diversidade na Educação**. São Paulo: Física Editora, 2012.

DISCIPLINA: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos**EMENTA:**

A educação de jovens e adultos como direito. Concepções teórico-metodológicas de educação de jovens e adultos. A diversidade da educação de jovens e adultos. Os fundamentos legais da educação de jovens e adultos como modalidade de educação. A história da Educação de Jovens e Adultos. As diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. As políticas e programas de educação de jovens e adultos no Brasil e Piauí.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MASAGÃO, V. M. R. **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Ação Educativa, 2001.
2. PAIVA, V. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2003.
3. KLEIN, L. R. **Alfabetização de jovens e adultos: questões e proposta para a prática pedagógica na perspectiva histórica**. 4. ed. Brasília: Universa, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FREIRE, P. **Professora sim, tia não-Cartas a quem ousa ensinar**. SP: Cortez, 1995.
2. FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
3. LOPES, A.; MACEDO, E. **Currículo e Conhecimento: a contribuição das teorias críticas**. São Paulo: Cortez, 2002.
4. ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
5. MOREIRA, A. F. B. (Org.). **Currículo: Políticas e Práticas**. Campinas: Papirus, 1999.

DISCIPLINA: Libras**EMENTA:**

Aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe. Tradução em Libras/Português. Desenvolvimento da expressão visual-espacial. Noções básicas da Língua Brasileira de Sinais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GOES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 1996.
2. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira, estudos linguísticos**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2004.
3. SKLIAR, C. (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**. MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>
2. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Editora EDUSP, 2006.
3. FALCAO, L. A. **Surdez, Cognição Visual e Libras**. São Paulo: Luiz Alberico, 2012.
4. CARMOZINE, M. M.; NORONHA, S. C. C. **Surdez e Libras**. São Paulo: Hub Editorial, 2012.
5. PEREIRA, M. C. da C. **Libras – conhecimentos além dos sinais**. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.

DISCIPLINA: ACE 6 - Prática de Pesquisa e Extensão no Ensino Fundamental (Anos Finais)**EMENTA:**

Estudo de questões ligadas à educação e à escola de educação básica. Investigação e análise das pesquisas e ações de extensão junto à comunidade escolar. Estudo sobre educação integral e escola em tempo integral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARVALHO, Iracilda Pimentel; ABREU, Fabrício Santos Dias de (Org.). **Diversidade no contexto escolar**: problematizações a partir dos marcadores de gênero, sexualidade e raça. Curitiba: Appris, 2016
2. ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.
3. BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 10. ed. Campinas: Autores associados, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. REVISTA DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA. **Formação Integral**. Brasília: Ed. CEFFAs. 2007.
2. CALIARI, R. O. **Pedagogia da Alternância e desenvolvimento local**. Lavras, MG: Ed. UFLA, 2002.
3. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 23. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2016.
4. MORIN, Edgar (dir.). **A religação dos saberes**: o desafio do século XXI. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

DISCIPLINA: Pedagogias Ativas**EMENTA:**

Estudo das concepções de pedagogia e de pedagogia ativa: história e produção do conhecimento. Modelos e modalidades de pedagogia ativa: Pedagogia de Projetos; Arco de Menguez; Estudo de Caso; Estudo do Meio; Trabalho de Campo X Aula de Campo; Visita Técnica etc. Análise de propostas de intervenção e produção de intervenções: projetos, planos e ações, a partir da realidade local. Práticas de ensino com base na pedagogia ativa para a educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARON, Dan. **Alfabetização Cultural**, a luta íntima por uma nova humanidade. Santo André, Alfarrábio, 2004.

PACHECO, José. **Para os filhos dos filhos dos nossos filhos**. Campinas, Papirus, 2006.

ROBINSON, Ken. **O Elemento Chave**. São Paulo, Ediouro, 2003. Vol.1, São Paulo, Editora 34, 1995.

1. RATHS, Louis E. Arnold M. ROTHSTEIN, Artur Jonas. Ensinar a pensar – teoria e aplicação. São Paulo, EPU, 1977. OLINTO, B. A.; MOTA, M. M.; OLIVEIRA, O. (org.). **História Agrária: propriedade e conflito**. Paraná: UNICENTRO, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MAESTRI, M.; AMARO, L. C. **Afro-brasileiros: história e realidade**. Porto Alegre: EST, 2005.
2. SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2008.
3. ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec/Ipespe, 1995.
4. ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no nordeste**. 5.ed., São Paulo: Atlas, 1995.
5. GRAZIANO DA SILVA, J. **Estrutura agrária e produção de subsistência na**

agricultura brasileira. São Paulo: Hucitec, 1980.

DISCIPLINA: Tecnologias aplicadas ao Ensino de Ciências Humanas e Sociais

EMENTA:

Fundamentos teórico-práticos que servem de base ao uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC). Estudo da utilização das NTIC nas variadas práticas educacionais. Apresentação de softwares, seus usos e estudo prático de exemplos de atividades voltadas à prática educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRITO, G. da S. & PURIFICAÇÃO, I. da. **Educação e Novas tecnologias: um repensar.** Curitiba: IBPEX, 2008.
2. OLIVEIRA, M. A. M. & COSTA, J. W. da. **Novas Linguagens e Novas Tecnologias – Educação e Sociabilidade.** Petrópolis: Vozes, 2004.
3. SILVA, M. L., KOPP, R. & LEIVAS, M. **Novas Tecnologias – Educação e Sociedade na Era da Informação.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARAÚJO JUNIOR, C. F. & SILVEIRA, I. F. **Tecnologia da Informação e Educação: pesquisas e aplicações.** São Paulo: ANDROSS EDITORA, 2006.
2. ALMEIDA, F.J. **Educação e Informática: os computadores na escola.** São Paulo: Cortez Editores, 2005.
3. LOPES, A.; MACEDO, E. **Currículo e Conhecimento: a contribuição das teorias críticas.** São Paulo: Cortez, 2002.
4. SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
5. MOREIRA, A. F. B. (Org.). **Currículo: Políticas e Práticas.** Campinas: Papyrus, 1999.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado VI

EMENTA:

Abordagem do Projeto de Estágio, ficando a regência no Ensino Fundamental (anos finais).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática.** 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
2. FREITAS, L. C. **Neotecnicismo e formação do educador.** In: ALVES, Nilda (org.) **Formação de Professores: pensar e fazer.** 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
3. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores.** 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
2. ZOBOLI, G. **Prática de ensino.** São Paulo: Editora Ática, 2004.
3. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar.** São Paulo: Cortez, 1991.
4. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula.** São Paulo: Summus, 1996.
5. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica.** São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINA: Seminário Integrador VI

EMENTA:

Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

10. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
11. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
12. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

16. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
17. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
18. HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
19. MILL, J.S. **A lógica das ciências sociais**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
20. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo, 2004.

7º SEMESTRE**DISCIPLINA: ACE 7 - Prática de Pesquisa e Extensão em Escolas da Educação Básica (Ensino Médio)****EMENTA:**

Estudo de questões referentes à educação e à escola de educação básica de ensino médio. Investigação e análise das pesquisas e ações de extensão junto à comunidade escolar. Estudo sobre educação integral e escola em tempo integral. Compreensão das especificidades da Educação integral, integrada e profissional e tecnológica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARVALHO, Iracilda Pimentel; ABREU, Fabrício Santos Dias de (Org.). **Diversidade no contexto escolar: problematizações a partir dos marcadores de gênero, sexualidade e raça**. Curitiba: Appris, 2016
2. ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
3. BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (Ensino Médio)**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_Ensino_Medio_embaixa_site_110518.pdf

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 23. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. REVISTA DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA. **Formação Integral**. Brasília: Ed. CEFFAs. 2007.
2. CALIARI, R. O. **Pedagogia da Alternância e desenvolvimento local**. Lavras, MG: Ed. UFLA, 2002.
3. DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 10. ed. Campinas: Autores associados, 2015.
4. LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente**. 13. São Paulo Cortez 2015

5. MORIN, Edgar (dir.). **A religação dos saberes: o desafio do século XXI**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

DISCIPLINA: Educação e Trabalho

EMENTA:

O Trabalho como uma construção histórico-cultural. O trabalho como elemento de transformação na vida do homem. A relação trabalho-educação. A revolução científica e tecnológica: o mundo globalizado em foco. A relação entre trabalho e cultura

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. KUPSTAS, Márcia. (org.) Educação em debate. São Paulo: Moderna, 1998. . Trabalho em debate. São Paulo: Moderna, 1997. . Ciência e Tecnologia em debate. São Paulo: Moderna, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LEITE, Márcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
2. MARQUES, Ademar (org). **História Contemporânea através de textos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1991.
3. [DOWBOR, L.](#) **A Formação do Capitalismo no Brasil**. 2.ed.São Paulo: Brasiliense, 2009.
4. BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. 2.ed. São Paulo, Hucitec, 1999.
5. COUTO, J. **A Construção do Brasil**. Portugal: Cosmos, 1997.

DISCIPLINA: Arte e Território

EMENTA:

Discussões em torno dos conceitos de arte, território e paisagem. Modos de atuação das artes na paisagem contemporânea, tendo como enfoque as relações territoriais tratadas pela geografia humana. Presença das artes na investigação acadêmica, na educação, nos saberes e práticas dos povos tradicionais e dos povos marginais ao campo urbano e em pesquisas das humanidades de modo geral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CAUQUELIN, A. **A invenção da paisagem**. Trad. M. Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
 2. SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- GOMBRICH, E. H. **A história da arte**. Trad. A. Cabral. 16ª ed. São Paulo: LTC, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AUGÉ, M. Não-lugares: **introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad. M. L. Pereira. 9ª ed. Campinas: Papirus, 2012.
2. NAVARRO, L.; FRANCA, P. (org.). **Concepções contemporâneas da Arte**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

3. PEIXOTO, N. B. **Intervenções urbanas: arte/cidade**. 2ª ed. São Paulo: SENAC, 2012.
4. LAGROU, E. **Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação**. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso I

EMENTA:

Método e Técnica de pesquisa. Pesquisa bibliográfica. Elaboração de projeto de pesquisa. Normas da ABNT. Elaboração de TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6.ed São Paulo: ATLAS, 2007.
3. SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica: a Construção do Conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
2. DUSILEX, D. **A Arte de investigação criadora: introdução à Metodologia da Pesquisa**. Rio de Janeiro: JERP, 2000.
3. CASTRO, N.; OLIVEIRA, M. Como fazer um projeto de Pesquisa. Juiz de Fora/MG.EDUFJF. 1994.
4. INÁCIO, G. **A Monografia na Universidade**. Campinas-SP: Papyrus, 1995.
5. GUEDES, E. M. **Curso de Metodologia Científica**. Curitiba: HD Livros, 2000.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado VII

EMENTA:

Abordagem do programa de estágio focando a regência para o Ensino Medio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

10. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
11. FREITAS, L. C. **Neotecnismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
12. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

15. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
16. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
17. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
18. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
19. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINA: Seminário Integrador VII

EMENTA:

Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
3. HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
4. MILL, J.S. **A lógica das ciências sociais**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
5. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo, 2004.

8º SEMESTRE**DISCIPLINA: Memória, Discurso e Sociedade****EMENTA:**

Linguagem, memória, discurso e identidade. Práticas discursivas institucionais e não institucionais. Embates sócio-históricos nas construções discursivas. Os discursos como locus de lutas dos sujeitos/instituições e projetos sócio-culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PÊCHEUX, M. **O Discurso. Estrutura ou acontecimento**. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.
2. ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 2007.
3. ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira (org.). **Sentido e Memória**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1998.
2. ORLANDI, E. P. (org.) **Discurso Fundador: a Formação do País e a Construção da Identidade Nacional**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
3. FOUCAULT, M. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2005.
4. BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.
5. AUROUX, S. **Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Parábola, 2009.

DISCIPLINA: Territórios, Políticas Públicas e Participação**EMENTA:**

Declinações do conceito de território e abordagem territorial. Elementos de definição das políticas públicas: racionalidades, sujeitos e poderes; visão estadocêntrica ou sociocêntrica. Emergência das instâncias participativas no planejamento, políticas públicas, gestão do território. Princípios, conceitos, paradoxos e desafios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
2. MENDES, Gilmar. **Políticas públicas no Brasil uma abordagem institucional**. São Paulo Saraiva 2017. (disponível no sistema Pergamum online)

3. MORAES, Alexandre de; KIM, Richard Pae (Coord.). **Cidadania: o novo conceito jurídico e a sua relação com os direitos fundamentais individuais e coletivos**. São Paulo: Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FARHAT, Eleide Margarethe Pereira; DITTRICH, Maria Glória (Org.). **Educação e saúde: políticas públicas e vivências dialógicas**. Itajaí: Edu, 2012.
2. SANTOS, Boa ventura; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.
3. TENÓRIO, G.G. **Descentralização Política Administrativa, Gestão Social e Participação Cidadã**. In DALLABRIDA, V. R. (org.) **Governança territorial e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2011.

DISCIPLINA: Patrimônio Histórico e Cultural

EMENTA:

Instituição de Memória e a Formação da Identidade e Nacional. Patrimônio Material e Imaterial no Brasil e no mundo. Processos de patrimonialização e musealização. Políticas de preservação do patrimônio no Brasil. Reparação Histórica. Museus Comunitários

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
2. ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009.
3. CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Liberdade & Unesp, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARLOS, A. F. A. CRUZ, R. C. A. Da. **Turismo e espaço, paisagem e cultura**. São Paulo, Hucitec, 1999.
2. GASPAR, Madu. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
3. FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro, UFRJ/IPHAN, 1997.
4. TAMAZO, Isabela. **A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios**. In: Série Antropologia, Brasília: UnB, 2002.

DISCIPLINA: Sistema de produção e Sistema de reprodução econômica, cultural e social

EMENTA:

Sistema de produção e Sistema de reprodução (econômico, cultural, social). Sistema de ensino e reprodução. Espaço social e campos sociais: campo cultural, campo científico, campo intelectual, campo religioso. Os Capitais: capital econômico, capital social, capital cultural, capital simbólico, capital científico. Poder simbólico, violência simbólica e dominação simbólica. A dominação masculina. Condição de classe e Posição de classe. *Habitus* de classe e Distinção social. A Economia das trocas simbólicas. *Habitus* linguístico e a economia das trocas linguísticas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sérgio (org.). **A economia das trocas simbólicas**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
2. BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2017.
3. BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
2. BOURDIEU, Pierre; NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
3. BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
4. BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DISCIPLINA: História e Cultura Africana/afro-brasileira**EMENTA:**

As reflexões sobre a definição de parâmetros para o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira. Identidades, etnicidades e segregações: a construção social da África e dos(as) africanos(as) no contexto brasileiro. As diversidades culturais africanas/afro-brasileiras: aspectos linguísticos, simbólicos, artísticos, literários. As religiosidades africanas: perdas, continuidades, (re)criações e interpenetrações. Outros saberes e ofícios: projetos, programas, movimentos sociais e comunidades negras no Brasil. A cultura afro-brasileira e o cotidiano do ensino de História na escola básica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

PEREIRA, Amílcar Araujo & MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.) **Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar Araujo. **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOVEJOY, Paul e BOWSER, Benjamin (eds.). **The transatlantic slave trade and slavery**: new directions in teaching and learning. Trenton, NJ: Africa World Press, 2013.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das Raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II

EMENTA:

Desenvolvimento do projeto. Prática de coleta de dados, experimentação e análise. Elaboração e Apresentação de Monografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6..ed São Paulo: ATLAS, 2007.
3. SANTOS, A. R.dos. **Metodologia Científica: a Construção do Conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
2. DUSILEX, D. **A Arte de investigação criadora: introdução à metodologia da pesquisa**. Rio de Janeiro: JERP, 2000.
3. CASTRO, N.; OLIVEIRA, M. **Como fazer um projeto de Pesquisa**. Juiz de Fora/MG.EDUFJF. 1994.
4. INÁCIO, G. **A Monografia na Universidade**. Campinas-SP: Papyrus, 1995.
5. GUEDES, E. M. **Curso de Metodologia Científica**. Curitiba: HD Livros, 2000.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado VIII

EMENTA:

Elaboração de relatório final de Estágio Supervisionado a partir dos estudos de referenciais teóricos e práticas didático-pedagógicas vivenciadas nas etapas anteriores. .

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

13. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
14. FREITAS, L. C. **Neotecnismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) **Formação de Professores: pensar e fazer**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
15. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

20. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
21. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
22. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
23. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
24. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINA: Seminário Integrador VIII

EMENTA:

Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
3. HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
4. MILL, J.S. **A lógica das ciências sociais**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
5. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo, 2004.

DISCIPLINAS OPTATIVAS**DISCIPLINA: Organização Espacial do Brasil II****EMENTA:**

A produção do espaço no Brasil e a sua inserção no capitalismo mundial. Industrialização e meio ambiente. Os recursos minerais e energéticos: aproveitamento e meio ambiente. A dinâmica populacional brasileira e urbanização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANDRADE, M. C. de A. **Uma Geografia para o Século XXI**. Campinas: Papyrus, 1994.
2. ANDRADE, M. C. de A. **Globalização e Geografia**. Recife: Ed. UFPE, 1996.
3. BECKER, B. K. (org). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BEZERRA, M. do C. de L. (org). **Agenda 21 Brasileira - Resultados da Consulta Nacional**. Brasília: MMA/PNUD, 2002.
2. FURTADO, Celso. **O Longo Amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
3. AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.
4. ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo, Editora Edusp, 1995.
5. VESENTINI, J. W. **Sociedade e Espaço: Geografia Geral e do Brasil**. 41.ed. SP: Ed. Ática, 1999.

DISCIPLINA: Geografia Agrária II**EMENTA:**

Objeto e método. Os elementos internos e externos do sistema agrário. Relações jurídicas e sociais no meio rural. A população rural e o uso do solo. Teorias da renda da terra. A política agrária

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BERGAMASCO, S.M.; NORDOR, L.C. **O que são Assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
2. BORGES, M. S. L. **Terra – Ponto de Partida, Ponto de chegada**. São Paulo: Anita LTDA., 1997.
3. FERREIRA, D. A. de **O. Mundo Rural e Geografia: Geografia Agrária no Brasil – 1930-1960**. São Paulo: EUNESP, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
2. FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
3. ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec/Ipespe, 1995.
4. ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no nordeste**. 5.ed., São Paulo:Atlas, 1995.
5. GRAZIANO DA SILVA, J. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.

DISCIPLINA: Gestão e Organização do Trabalho Escolar**EMENTA:**

E escola no capitalismo: organização, gestão dos professores educativos, o trabalho docente. A gestão escolar democrática nas políticas públicas educacionais: concepções de gestão e organização do espaço escolar. A escola como cultura organizacional: O projeto político-pedagógico e a atividade docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CISESKI, Ângela; ROMÃO, José E. **Conselhos de Escola**: coletivo institucionais da escola cidadã. In: autonomia da escola: princípios e proposições. São Paulo: Cortez, 1997.

APPLE, Michael; BEANE, James. 2ª ed. **Escolas Democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.
DEMO, Pedro. Educação e Qualidade. 4ª ed. Campinas: Papius, 1997.

FERREIRA, Naura S.C. **Gestão Democrática da Educação**: atuais tendências, novos desafios. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LUCK, Heloísa. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP e A, 1998. LIBÂNIO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

AZEVEDO, Janete; GRACINDO, Regina Vinhaes. **Educação, sociedade e mudança**. Brasília: CNTE, 2005.

HENGEMÜHLE, Adelar. **Gestão do Ensino e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2004.

LIBÂNIO, José C .OLIVEIRA; João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo, Cortez, 2013.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e prática. Goiânia: Ed. do Autor, 2011.

DISCIPLINA: Educação do Campo e Movimentos Sociais**EMENTA:**

Protagonismo da sociedade civil. Movimentos sociais no campo. Mobilização social. Políticas educacionais no campo e o papel das organizações sociais. Conquistas históricas dos movimentos sociais urbanos e do campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BEZERRA NETO, Luiz. **Sem Terra aprende e ensina: Um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – 1979-1998**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1998.
2. ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs). **Por uma Educação do Campo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
3. FERNANDES, Bernardo Mançano. Prefácio. *In*: SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.
2. SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.
3. ALVES, G. L.(org). **Educação no Campo: recorte no tempo e no espaço**. Campinas: Autores Associados, 2009.
4. ANTUNES, M. I.; MARTINS, A. A. **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. São Paulo: Autentica ebook, 2009.
5. [PALADIM JUNIOR, H. A.](#) **Educação do Campo: a territorialização e espacialização do MST**. São Paulo: Annablume Editora, 2010.

DISCIPLINA: Tecnologias da Informação e Comunicação**EMENTA:**

As novas tecnologias da comunicação e informação e suas aplicações na educação, buscando identificar a relação comunicação e educação na sociedade contemporânea. Relações entre mídia, cultura e subjetividade; A influência da TV nos processos escolares; a utilização da mídia como instrumento didático-pedagógico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O Paradigma emergente e a prática pedagógica**. Campinas: Papirus, 2010.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009

FERNANDES, Natal Lania Roque. **Professores e computadores : navegar e preciso**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRACINDO, Regina Vinhaes (org.) [et al] **Educação como exercício da Diversidade**: estudos em Campos de desigualdades sócio-educacionais. Brasília: Liber Livro Ed., 2007. Vol 1

LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LEVY, Pierre. **As Tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro : Coleção Trans, 2005

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar a Televisão na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008.

OROFINO, Maria Isabel. **Midias e mediação escolar**: pedagogia dos meios, participação e visibilidade. São Paulo: Cortez, 2005.

DISCIPLINA: Teorias da Aprendizagem

EMENTA:

Fundamentos teóricos, características e análise crítica das teorias da aprendizagem. A relação entre aprendizagem e desenvolvimento. O desenvolvimento das funções psíquicas superiores. A perspectiva sócio-histórica e suas implicações na compreensão dos processos de aprendizagem. O contexto escolar como espaço de aprendizagem e desenvolvimento humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BOCK, A. M. B. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
2. HILGARD, E.R. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: Ed. Herder., 1969.
3. MALUF, M.I. **Aprendizagem: tramas do conhecimento do saber e da subjetividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.
2. PERRENOUD, P. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.
3. DIDONET, V. FUNDEB: **Dilemas e Perspectivas**. Brasília: edição independente, 2001.
4. DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (org.). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
5. GENTILI, P.; MCCOWAN, T. (orgs.). **Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DISCIPLINA: Educação à Distância

EMENTA:

Abordagem do histórico e das perspectivas do ensino à distância, bem como das formas e características da EaD, além de seus potenciais, limites e restrições. Compreensão das relações entre comunicação, tecnologia e educação, assim como, os requisitos educacionais e tecnológicos para a EaD, os conceitos básicos, os aspectos legais, as experiências brasileiras, o cenário atual e os estudo de casos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LANDIM, C.M.F. **Educação à distância: algumas considerações**. Petrópolis: Vozes, 1997.
2. MEHEDFF, N.A. **Educação à distância, alternativa para elevação da escolaridade e das competências básicas do trabalhador**. In: The Fifth Anglo-Brazilian Seminar On Distance Education In Brazil. Institute Of Education, Londres, Nov.1997.
3. NISKIER, A. **Educação à distância: a tecnologia da esperança; políticas e estratégias; a implantação de um sistema nacional de educação aberta e à distância**. São Paulo: Loyola, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LUCENA, M. **Um modelo de escola aberta na Internet: kidlink no Brasil**. Rio de Janeiro: Brasport, 1997.
2. PRETI, O. (org.). **Educação à distância: inícios de um percurso**. Cuiabá: UFMT, 1996.
3. DIDONET, V. FUNDEB: **Dilemas e Perspectivas**. Brasília: edição independente, 2001.
4. DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (org.). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
5. GENTILI, P.; MCCOWAN, T. (orgs.). **Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DISCIPLINA: Temas e Práticas Transversais**EMENTA:**

Importância do significado e implicações que os Temas Transversais têm para a Educação. Abordagem dos conceitos de transversalidade e interdisciplinaridade. Estudo teórico-prático das contribuições que essa proposta traz para a construção de uma realidade educacional transformadora, voltada para aspectos políticos, sociais e culturais de interesse da sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALVARES, M. N. et al. **Valores e temas transversais no currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
2. BUSQUETS, M. D. et al. **Temas Transversais em Educação: bases para uma formação integral**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1999.
3. YUS, R. **Temas Transversais: em busca de uma nova escola**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução dos temas transversais e ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997, Meio ambiente e saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997, Pluralidade cultural e Orientação sexual. Brasília: 1vIEC/SEF, 1997.
2. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
3. DIDONET, V. FUNDEB: **Dilemas e Perspectivas**. Brasília: edição independente, 2001.
4. DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (org.). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
5. GENTILI, P.; MCCOWAN, T. (orgs.). **Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DISCIPLINA: Antropologia, cultura e sociedade**EMENTA:**

Aspectos do desenvolvimento histórico da Antropologia. Antropologia como filosofia da cultura. Antropologia social. Os múltiplos sentidos e noções da cultura e seus rituais, crenças e imaginários. Cultura, lazer e turismo. Teoria antropológica: as principais escolas; do evolucionismo à nova etnografia à, às antropologias marxistas e do Imaginário. O método comparativo e o relativismo cultural. Antropologias e suas metodologias: observação participante, história de vida, estudo de caso, etnografia. O pensar antropológico sobre o Brasil. Relações étnico-raciais no Brasil. Cultura, diversidade e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Temas contemporâneos de antropologia cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHICARINO, Tathiana. **Antropologia Social e Cultural**. São Paulo: Pearson, 2011.

DAMATTA, Roberto. **O Que Faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

RIBEIRO, Alessandra Stremel Pesce. **Teoria e prática em antropologia**. Curitiba: Intersaberes, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOSI, Alfredo (org.). **Cultura Brasileira: temas e situações** - 4ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DISCIPLINA: Religiões e Perspectivas em Humanidades**EMENTA:**

As grandes religiões mundiais. Religião, emergência da modernidade e diversidade religiosa contemporânea. Novas configurações do cristianismo, orientalismo, religiões étnicas e novas experimentações religiosas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

2. ASSIS, Angelo Adriano Faria de; PEREIRA, Mabel Salgado (Org.). *Religiões e religiosidades: entre a tradição e a modernidade*. São Paulo: Paulinas, 2010.

3. JUNG, C. G. *Espiritualidade e transcendência*. Petrópolis: Vozes, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LUCKMANN, Thomas. *A religião invisível*. Rio de Janeiro, Edições Loyola, 2014.

2. BERGER, Peter. *O dossel sagrado*. Editora Paulus, 2008.

3. WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneiras

Sociais, 1983.

4. TEIXEIRA, Faustino (org.). Sociologia da religião: enfoques teóricos. Petrópolis, Vozes, 2003.
5. VELHO, Otavio (org.) Circuitos infinitos: movimentos religiosos no mundo contemporâneo. São Paulo: Attar Editorial, 2008.

DISCIPLINA: Oficina de Textos Acadêmicos

EMENTA:

Integridade na pesquisa e na escrita científica. Estudos sobre construção frasal, paragrafação, coesão e coerência textuais com base na leitura e produção de gêneros acadêmicos: fichamento, resumo e resenha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO, A. R. (coord.); LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S.

1. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
2. MACHADO, A. R. (coord.); LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S.
3. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.
3. MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.
4. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
5. RESENDE, V. de M.; VIEIRA, V. Leitura e produção de texto na universidade: roteiros de aula. Brasília: EdUNB, 2014.
6. WEG, R. M. Fichamento. São Paulo: Paulistana Editora, 2006..

8 REQUISITOS LEGAIS

8.1 Prática como componente curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC) no curso de Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias é um eixo fundamental na formação docente, integrando teoria e prática desde o primeiro até o último período. Conforme a Resolução CNE/CP nº 4/2024, a PCC deve totalizar pelo menos 400 horas, distribuídas de forma progressiva e articulada com os demais componentes do currículo. Desde o início, os licenciandos vivenciam atividades como observação em escolas, participação em projetos de extensão e análises de contextos educacionais, desenvolvendo habilidades reflexivas e pedagógicas,

articuladas às diferentes áreas de conhecimento e integrando-se aos componentes curriculares teóricos e metodológicos.

Ao longo do curso, essas práticas se ampliam, incorporando metodologias ativas, tecnologias educacionais e abordagens inclusivas, sempre em diálogo com as demandas regionais e socioculturais. Nos períodos finais, a PCC atinge seu ápice com a residência docente e os estágios supervisionados, onde os futuros professores consolidam sua autonomia e repertório didático. Essa estrutura garante uma formação interdisciplinar e coerente, preparando os licenciandos para os desafios da educação básica, com capacidade de articular conhecimentos científicos, pedagógicos e sociais em sua prática profissional.

Essa abordagem fortalece o compromisso institucional com a formação de professores capazes de responder aos desafios contemporâneos da educação básica, articulando saberes científicos, pedagógicos e socioculturais em sua atuação profissional. Dessa forma, a PCC não apenas cumpre exigências legais, mas também fortalece o compromisso do curso com uma docência crítica, inovadora e contextualizada.

8.2 O estágio supervisionado obrigatório

O estágio curricular supervisionado, definido por Lei, deve ser realizado na escola de Educação Básica, mais propriamente, nas que desenvolvam atividades de Ensino Fundamental e Ensino Médio, respeitando-se o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, tal qual expresso no Art. 211 da Constituição Federal.

Consoante o Art.13, § 5º, inciso I, da Resolução CNE/CP 4, de 29 de maio de 2024, I - ter suas horas distribuídas ao longo do programa de formação, iniciando desde o primeiro semestre do curso.

A prática como estágio supervisionado é componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais das mais variadas unidades escolares dos sistemas de ensino, supondo uma relação pedagógica entre um profissional já reconhecido em um ambiente institucional e um aluno estagiário.

Sobre isso, é importante ressaltar que o estágio curricular supervisionado é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de

ensino-aprendizagem que tornar-se-á concreto e autônomo quando da formação deste estagiário.

A operacionalização do Estágio Curricular Supervisionado, toma, ainda, como base a Resolução CNE/CP 4, de 29 de maio de 2024, que aponta para a necessidade de que a carga horária dedicada a essa atividade não seja inferior a 400 (quatrocentas) horas. Em nossa proposta, atentando para a indispensabilidade de adequação ao sistema de computo de horas-atividades da Universidade, subdividimos a carga horária total em quatro etapas, totalizando 405 (quatrocentas e cinco horas).

Considerando as diretrizes curriculares nacionais o estágio supervisionado deverá ocorrer desde o início do curso, considerando uma progressão cuidadosa das atividades desenvolvidas, iniciando com atividades de observação acompanhadas de protocolos claros e, progressivamente, incorporando atividades nas quais o licenciando assuma ações docentes conforme preconiza a Resolução nº 04 de 29 de maio de 2024).

Nessa perspectiva a organização dos estágios no âmbito do curso corresponde a três ciclos bem definidos em (oito) componentes curriculares. Ao passarem pelas diferentes etapas, espera-se que os/as estudantes desenvolvam diferentes habilidades/experiências, como a seguir estão descritas:

I - Ciclo básico (compreende os componentes curriculares Estágio Supervisionado I (15h), II (30h) e III (60h) totalizando – 105 horas): consistem em atividades que possibilitem a introdução de estudo de referenciais teóricos importantes para a compreensão da cultura e das geografias escolares e do fazer docente, aproximação com o ambiente escolar da educação básica, estudo de seu Projeto Político Pedagógico e do regimento interno, refletindo sobre os processos de elaboração desses documentos; discussão sobre o funcionamento de órgãos e instâncias organizacionais da escola, a exemplo de colegiados, conselhos de classe, atividades complementares de planejamento; observação participante de atividades desenvolvidas no ambiente escolar (aulas, projetos, planejamentos, eventos e natureza diversa, dentre outros).

II - Ciclo intermediário (integra os componentes curriculares dos Estágio Supervisionado IV, V, VI e VII, cada um com 60h, totalizando 240 horas): compreende atividades de vivência na lócus profissional que fomentem o protagonismo dos licenciandos, incentivando sua participação ativa em interações com a instituição de Educação Básica; requer a elaboração de projeto de intervenção pedagógica, a ser desenvolvido nas escolas, elaboração de planos de aula e/ou atividades didático-pedagógicas, produção de materiais didáticos para o trabalho em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, considerando as disposições da Base Nacional Comum Curricular, as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada modalidade da educação e a organização

dos itinerários formativos das escolas, e regência pedagógica, privilegiando a atuação em diferentes etapas (Anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) e a pluralidade de modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola e Educação a Distância).

III - Ciclo final (componente curricular Estágio Supervisionado VIII realizado no último período do curso com carga horária de 60 horas): compreende atividades de sistematização e compartilhamento das experiências vivenciadas nas etapas anteriores, de modo a reconstruir os percursos vividos e a refletir sobre os impactos do vivido na formação e no fazer docente. Trata-se de uma atividade de escritura e se constituir fundamentalmente pela produção de relatório das experiências de estágio contando com a mediação e orientação docente.

8.3 Trabalho de conclusão de curso

Para a obtenção do título de Licenciado(a) em Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias será exigida a realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Este se constituirá no desenvolvimento de artigo que será avaliado em sessão pública por uma comissão examinadora composta por três docentes, sendo o orientador o presidente. Será considerado aprovado o candidato com média igual ou superior a 7,0 (sete), computadas as notas dos membros da comissão examinadora.

O aluno deverá eleger uma linha de pesquisa dentre as propostas pelos professores e escrever seu projeto durante o 7º período do curso, devendo matricular-se na disciplina TCC I. No 8º período, o aluno deverá entregar as versões solicitadas de seu artigo e participar da defesa oral pública de seu trabalho – atividades da disciplina TCC II.

Importa mencionar que o regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso está regulamento (ANEXO II) e será aprovado posteriormente pelo Colegiado de Curso e pela CAMEN.

8.4 Atividade Curricular Complementar

As atividades complementares fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, e, entre a pesquisa básica e a aplicada. Estas atividades incluem um

conjunto de vivências acadêmicas previstas pela IES para a integralização do curso. Como atividades acadêmicas consideram-se aqueles relevantes para que o estudante adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação e que contemplem processos avaliativos.

As atividades complementares de aprofundamento em áreas específicas de interesse do PRILEI devem perfazer 200 horas e são de natureza acadêmico-científico-culturais. A UFPI, visando organizar a realização e o registro dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº 9.394/1996, incluiu na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI, Seção VI, disposições sobre as atividades complementares em seus cursos de graduação.

São consideradas atividades integrantes da formação do aluno de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias - PRILEI, além das disciplinas e do estágio supervisionado, participação em: eventos, discussões temáticas, projetos de pesquisa e extensão, além de outras atividades acadêmicas a juízo do Colegiado do Curso e previstas na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e no Anexo III deste PPC. Estas poderão ocorrer em qualquer etapa do curso desde que seus objetivos sejam claramente explicitados. Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – realizadas a partir do ingresso do aluno no Curso;
- II – compatíveis com o PPC do PRILEI;
- III – variadas em pelo menos duas categorias entre os critérios estabelecidos no Anexo III deste PPC.

No calendário acadêmico é estipulado o período para solicitação de registro de atividades complementares de graduação junto à Coordenação do Curso. Cabe ao Coordenador avaliar o desempenho do aluno nas atividades complementares de graduação, de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico, emitindo a decisão do deferimento ou não.

Os casos de alunos ingressos no curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de atividades complementares de graduação, serão avaliados pela coordenação do curso, que poderá computar o total ou apenas parte da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem. Os alunos ingressos como portadores de curso superior deverão desenvolver normalmente as atividades

complementares requeridas pelo PRILEI. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à PREG para serem homologados pela CAMEN e CEPEX.

Para a integralização do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais e - PRILEI, o discente deverá apresentar certificados de 200h de Atividades Complementares, desenvolvidas durante o período do Curso, nas diversas modalidades disponibilizadas, até o último semestre, e constando no histórico escolar. Serão consideradas como atividades acadêmico-científico-culturais, em suas devidas categorias e pontuações o que se expõe nas dez tabelas de Atividades Complementares (AC) seguintes, delineadas por categoria, conforme a Resolução CEPEX-UFPI n.177/12.

A UFPI, visando organizar a realização e o compute dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, aprovou, por meio do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Resolução 177/12, que dispõe, dentre outras coisas, sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais (Atividades complementares) em seus cursos de Graduação.

Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Serem realizadas a partir do primeiro semestre;
- II – Serem compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais;
- III – Serem compatíveis com o período cursado pelo aluno ou o nível de conhecimento requerido para a aprendizagem;
- IV – Serem realizadas durante a realização do Curso e/ ou no período letivo, em horário diferenciado das aulas, bem como no período de matrícula institucional;
- V – Serem integralizadas até o período anterior ao período de conclusão do curso.

O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de integralização de Atividades Complementares de Graduação junto à coordenação do curso, até 60 (sessenta) dias antes do prazo para a colação de grau do aluno. O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de registro de Atividades Complementares de Graduação junto às Coordenações de Curso, a cada período letivo.

A Coordenação do Curso avaliará o desempenho do aluno nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório estipulando

a carga horária a ser aproveitada conforme Tabela 2, e fará registro no sistema acadêmico de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico ou encaminhará à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para as providências cabíveis quando o sistema estiver indisponível.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação para serem homologados pela Câmara de Ensino de Graduação e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX.

Tabela 2 - Quadro de atividades Complementares

ATIVIDADE DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA E A PESQUISA: ATÉ 60 (SESENTA) HORAS PARA CADA ATIVIDADE			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Ensino	Participação em projetos institucionais, PIBID, PET.	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
2 Iniciação a pesquisa	Participação em projetos de pesquisa, projetos institucionais PIBIT, PIBIC	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
3 Grupo de pesquisa	Participação em grupo de pesquisa liderado por docentes da UFPI.	30(trinta) horas	60(sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
ATIVIDADE DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS: ATÉ 60 (SESENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60 (sessenta) horas
2 Organização de eventos técnico-científicos.	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60(sessenta) horas
3 Participação em eventos técnico-científicos.	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, defesa de TCC, de dissertação de mestrado e tese de doutorado, fórum, semanas acadêmicas.	01(uma) hora	60(sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.			
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	

		Mínima	Máxima
Docente	Experiência profissional como docente por um período mínimo de um semestre;	30(trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			120
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
ATIVIDADES DE EXTENSÃO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Projeto de extensão com bolsa.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 12 a 20h.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Projeto de extensão voluntário.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 06 a 20 h.	30 (trinta) horas	30 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
TRABALHOS PUBLICADOS E APROVAÇÃO EM CONCURSOS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Publicações em anais de eventos nacionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Publicações em anais de eventos locais e/ ou regionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
3 Publicações em periódicos nacionais.	Publicações em periódicos especializados comprovados com apresentação de documento pertinente (declaração, cópia dos periódicos).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
VIVÊNCIAS DE GESTÃO: ATÉ 40 (QUARENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Representação estudantil.	- Participação anual como membro de entidade de representação político – estudantil. - Participação anual como membro de diretoria de entidade de representação político – estudantil	10 (dez) horas	40 (quarenta) horas
TOTAL			40
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	

1 Atividades Artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas	Participação em grupos de artes, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos.	Mínima	Máxima
		30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos	Premiação recebida em evento artístico culturais, acadêmicos ou por órgãos afins e aprovação de concursos públicos na área de Ciências Humanas e Sociais	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
DISCIPLINA ELETIVA INTEGRALIZADA EM OUTRO CURSO DESTA INSTITUIÇÃO OU EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ATÉ 60 (SESENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Disciplina Eletiva	Ofertada por outro curso desta IES ou por outras Instituições de Educação Superior.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Histórico Escolar.			
ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, DIFERENCIADO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Estágios não obrigatório	Programas de integração empresa-escola ou de trabalhos voluntários, com dedicação semanal de 5 a 20 horas para o aluno.	30 (trinta) horas	90 (noventa) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
VISITAS TÉCNICAS: ATÉ 10 (DEZ) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Visitas técnicas	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovada por um prof. responsável, consultado previamente.	01 (uma) hora	10 (dez) horas
TOTAL			10
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Essas atividades, quando desenvolvidas pelo aluno, serão integralizadas ao currículo a cada bloco de 15 horas, que corresponde a um (01) crédito acadêmico, até o limite mínimo de 08 (oito) créditos para os cursos de graduação, bacharelado, e o limite mínimo de 200 horas para os cursos de graduação, licenciatura; atendendo ao que dispõe

a Resolução Nº 177/12 (CEPEX/UFPI) que também versa sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais.

8.5 Atividades Curriculares de Extensão

O Capítulo VI do Regimento Geral da UFPI, em seu Artigo 123, define que a “extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável [que] viabiliza a integração da Universidade com setores da comunidade local ou regional” (UFPI, 1999).

A Atividade de Extensão compreende um conjunto de ações interdisciplinares educativas, culturais, científicas e de intervenção social envolvendo os discentes na universidade e em diversos setores da sociedade. Está previsto no Programa Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, bem como na Resolução nº 07 do CNE/CES, 2018, o mínimo de 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares dos cursos de graduação em atividades de extensão, por meio de programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; e prestação de serviços em áreas sociais pertinentes.

No Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais - PRILEI as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) serão realizadas conforme as normatizações do Conselho Nacional de Educação e da UFPI, que compreende:

Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Art. 3º Resolução 07 - CNE/CES, 2018).

Ainda, segundo a referida Resolução, são consideradas atividades de extensão as Intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos da citada Resolução, e conforme normas institucionais próprias (Art. 7, Resolução CNE/CES, 2018).

Ressalte-se que as Atividades Curriculares de Extensão enquanto componentes curriculares obrigatórios são relevantes no processo de formação acadêmica por

promoverem qualidade na formação integral dos estudantes universitários e possibilitar a formação de sujeitos críticos e responsáveis na sociedade.

Diante disso, a Universidade Federal do Piauí – UFPI aprovou a Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição. De acordo com a mencionada Resolução, as Atividades Curriculares de Extensão – ACE objetivam:

- Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;
- Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para cidadania e o seu papel social;
- Proporcionar a busca de novos objetos de investigação e inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedades;
- Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

O Projeto Pedagógico do Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI/UFPI, com o intuito de atender o que é imposto na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e na Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI, destina a carga horária de 000 horas para a realização das Atividades Curriculares de Extensão – ACE. Tal carga horária compreende 10% da carga horária total do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais - PRILEI, conforme Matriz Curricular exposta neste PCC.

Vale ressaltar que as atividades de extensão para serem integralizadas como componentes curriculares obrigatórios (ACEs) deverão ter os estudantes como executores das ações a serem realizadas presencialmente, diferindo assim das atividades de extensão a serem integralizadas como "atividade complementar" que pode ter o aluno como público e ser realizada na modalidade à distância.

A regulamentação das ACEs para o Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais - PRILEI será melhor descrita no Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão, em anexo IV.

Neste PPC, as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) são definidas como componentes curriculares, ofertados em forma de disciplina na matriz curricular dada a especificidade do PRILEI, abrangendo atividades desenvolvidas por discentes, relacionadas a cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, incluindo os previstos em programas institucionais e de natureza governamental que atendam às políticas municipais, estaduais ou federais, destinadas à comunidade externa à UFPI.

Desse modo, o quadro a seguir, demonstra os eixos temáticos das ACE semestrais, constitui-se como referência para o curso Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais e - PRILEI. Para sua formulação, baseamo-nos nos temas contemporâneos transversais, buscando trazer discussões que sejam de interesse dos estudantes e relevantes para sua formação.

9 OUTRAS OPÇÕES DE APOIO À APRENDIZAGEM

O apoio pedagógico aos discentes é realizado pela Coordenação do Curso, auxiliada pelos professores do Curso, notadamente por meio de ações que possam favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos matriculados no curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias e contribuirá para sua permanência no curso.

9.1 Acessibilidade e Atendimento às pessoas com Necessidades Especiais

No âmbito da UFPI, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), que através de sua Coordenadoria de Assistência Comunitária – CACOM, gerencia as ações de política de Assistência Social à Comunidade Universitária, oferecendo, inclusive ao apoio psicopedagógico. Esta Pró-reitoria dispõe de um Serviço Psicossocial, formado por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, que prestam atendimento individual ou grupal aos alunos da UFPI que buscam soluções para os mais diversos problemas, orientando e encaminhando, quando necessário para os recursos disponíveis na comunidade interna e/ou externa.,

A PRAEC ainda supervisiona a concessão de benefícios de permanência (bolsas e auxílios) exclusivamente oferecidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tais como: a Bolsa de Apoio Estudantil (BAE), a Isenção da Taxa de Alimentação (ITA), o Auxílio Creche (AC), a Residência Universitária (REU) e o Auxílio Residência (AR) para alunos dos Campi do interior.

Além disso, a UFPI tem seu trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais pautado pela Resolução nº76/2019 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente aos alunos deficientes. Há ainda ao incentivo a participação em programas que oferecem bolsas como o Programa de Monitoria, do PIBID e PIBIC.

Há de mencionar também que a UFPI desenvolve um trabalho com alunos do público da Educação Especial pautado pela Resolução nº76/2019 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente a eles, tendo, inclusive, um Núcleo de Acessibilidade (NAU), instituído desde 2014. A UFPI promove a divulgação de trabalhos e produção dos alunos a partir de eventos como Seminários, Simpósios e Congressos. Todo o trabalho acadêmico desenvolvido na instituição é feito a partir do SIGAA, o qual permite o acesso de professores, alunos e técnicos administrativos. Na página inicial são divulgadas para a sociedade informações relevantes acerca de ações, programas, projetos e eventos abertos ao público externo.

9.2 Tecnologias de Informação e Comunicação

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) representam, no cenário educacional contemporâneo, um componente estratégico para a inovação pedagógica e a ampliação das oportunidades de aprendizagem. Mais do que recursos técnicos, as TIC configuram-se como ferramentas culturais e cognitivas que, quando mediadas de forma intencional, favorecem a construção do conhecimento, a interação social e o desenvolvimento de competências para o século XXI (Kenski, 2012).

No contexto da formação inicial de professores, a *Resolução CNE/CP nº 4/2024* enfatiza a necessidade de integrar as TIC de forma transversal, garantindo que o licenciando vivencie situações em que essas tecnologias estejam articuladas ao planejamento, à execução e à avaliação de práticas pedagógicas. Essa integração não se

restringe ao uso instrumental de ferramentas, mas envolve a apropriação crítica e criativa dos recursos digitais para responder às demandas complexas da educação básica (Brasil, 2024).

De acordo com Moran (2015), as TIC oferecem múltiplas linguagens — textual, visual, sonora e interativa —, possibilitando a diversificação das estratégias de ensino e favorecendo aprendizagens mais significativas. Plataformas virtuais, aplicativos colaborativos e ambientes de gamificação, quando utilizados de forma planejada, ampliam o engajamento dos estudantes e estimulam a produção coletiva de conhecimento.

Em virtude disso, os docentes irão fazer o uso das TIC como forma de potencializar os processos de produção do conhecimento, utilizando-se de práticas de aprendizagem ativa e colaborativa, que possam ampliar as experiências formativas vivenciadas nas atividades presenciais. Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), fóruns de discussão, videoconferências e entre outras atividades digitais permitem a construção de comunidades de aprendizagem que transcendem os limites físicos da sala de aula, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico e da resolução de problemas (Valente, 2018).

Outro aspecto relevante é o papel das TIC na promoção da inclusão educacional. Recursos como leitores de tela, legendas automáticas e aplicativos de tradução contribuem para que estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas tenham maior autonomia, alinhando-se à perspectiva de uma educação para todos defendida pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) e pelas diretrizes da educação inclusiva (Brasil, 2008).

As TIC poderão ser utilizadas também como um suporte valioso para práticas de avaliação formativa. Sistemas de gerenciamento de aprendizagem e ferramentas de feedback em tempo real permitem ao professor monitorar o progresso dos estudantes e intervir de forma mais personalizada, reforçando o vínculo entre ensino e aprendizagem (Bacich; Moran, 2018).

No entanto, o uso das TIC deve estar pautado por uma ética digital que contemple questões como privacidade de dados, direitos autorais e combate a discursos discriminatórios. Cabe ao professor assumir um papel formativo também nesse campo, preparando os estudantes para o uso responsável e crítico das tecnologias.

Assim, a inserção das TIC como apoio à aprendizagem reforça o compromisso do curso com a formação de docentes inovadores, críticos e inclusivos. Ao articular

tecnologias, metodologias e objetivos pedagógicos, o licenciando estará preparado para atuar de forma integrada à cultura digital, contribuindo para a qualidade social da educação básica e para a formação de cidadãos plenos na sociedade em rede.

Nesta perspectiva, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) serão utilizadas durante o curso como aliadas dos docentes, potencializando as atividades presenciais e promovendo uma imersão mais crítica na realidade escolar. Ao integrar ferramentas digitais de forma estratégica, os professores podem transformar suas aulas presenciais em espaços mais dinâmicos e significativos, utilizando recursos multimídia como vídeos, infográficos e simulações que tornam conceitos abstratos mais tangíveis. Metodologias como a sala de aula invertida e a gamificação permitem otimizar o tempo em classe, focando em debates profundos e atividades colaborativas que estimulam o pensamento crítico.

Além disso, as TIC facilitam uma imersão no contexto escolar, oferecendo aos docentes ferramentas para analisar dados educacionais, compreender o perfil da comunidade e identificar desafios específicos. Plataformas colaborativas criam redes de compartilhamento de experiências pedagógicas, enquanto tecnologias imersivas como realidade virtual possibilitam trazer para a sala de aula contextos históricos e sociais de forma vivencial. No entanto, esse uso deve ser sempre mediado por uma reflexão crítica, considerando questões éticas e o contexto real da escola, para que as tecnologias não se tornem meros recursos técnicos, mas sim ferramentas de transformação pedagógica e social.

Dessa forma, as TIC serão integradas às atividades do Curso com propósito pedagógico claro, possibilitando tanto o enriquecimento do ensino presencial, quando uma aproximação dos futuros docentes à complexidade do ambiente escolar, permitindo uma atuação mais consciente, contextualizada e transformadora, essencial para a formação de cidadãos críticos na sociedade contemporânea.

9.3 Ingresso e Permanência

O ingresso no curso ocorrerá em consonância com as normativas vigentes do Ministério da Educação (MEC), com o Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e com o sistema de reserva de vagas, estabelecido pela Lei nº 12.711/2012 e suas

alterações. O sistema de ações afirmativas contempla subgrupos definidos por critérios de renda, etnia (pretos, pardos, indígenas e quilombolas), pessoa com deficiência e origem escolar, seja integralmente em escola pública ou em escola comunitária no âmbito da Educação do Campo, assegurando a democratização do acesso ao ensino superior.

No âmbito deste projeto, serão contemplados dois perfis principais de público-alvo, alinhando-se ao princípio da Resolução CNE/CP nº 4/2024 que garante que a formação inicial de professores atenda tanto à demanda por novos docentes quanto à qualificação de profissionais já em exercício. No caso deste projeto, a seleção dos estudantes seguirá dois perfis de público-alvo:

- Docentes das Redes de Ensino para Segunda Licenciatura - Participação mediante edital específico, observando as normas internas da UFPI.
- Análise documental e comprovação de atuação/perfil conforme especificações do edital.
- Comunidade em Geral - estudantes que concluíram o Ensino Médio - Participação mediante edital específico, observando as normas internas da UFPI.
- Seleção pela nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme prevê a Portaria MEC nº 391/2002.
- Serão consideradas as notas dos três anos que antecedem o processo seletivo (2023, 2024 e 2025).
- O candidato poderá indicar, no momento da inscrição, o ano de sua nota do ENEM que deseja que seja utilizado no processo seletivo.

O primeiro perfil corresponde a docentes das redes de ensino que buscam uma segunda habilitação, com ingresso mediante edital específico, incluindo análise documental e comprovação de atuação profissional conforme as exigências estabelecidas. O segundo perfil destina-se à comunidade em geral, formada por candidatos que tenham concluído o Ensino Médio. Para este grupo, a seleção será realizada via edital próprio, utilizando-se das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme previsto na Portaria MEC nº 391/2002. Serão aceitas as notas obtidas nos três anos que antecedem o processo

seletivo (2023, 2024 e 2025), ficando a critério do candidato a escolha do ano a ser considerado.

A permanência dos estudantes é tratada como compromisso estruturante da proposta formativa, em consonância com as diretrizes da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que orientam para a criação de condições que assegurem a integralidade da formação e a equidade de oportunidades. Nesse sentido, a UFPI desenvolve políticas articuladas de apoio acadêmico, pedagógico, psicológico e socioeconômico, oferecendo auxílios financeiros, bolsas de iniciação científica, monitoria, extensão e apoio à participação em eventos acadêmicos, de forma a reduzir desigualdades e prevenir a evasão.

Também são implementadas estratégias de acompanhamento pedagógico contínuo, como atendimento individualizado, atividades de nivelamento e reforço acadêmico, além da integração com o Laboratório de Escrita e Leitura Acadêmica, voltado ao desenvolvimento de competências essenciais à prática docente, como leitura, interpretação e produção textual. Essas ações dialogam diretamente com a orientação da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que estabelece a articulação entre teoria e prática e a valorização de experiências formativas diversificadas.

Adicionalmente, a política institucional assegura a inclusão e a acessibilidade, em conformidade com a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019, garantindo recursos, adaptações e formações específicas para atender estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Essa abordagem reafirma o compromisso com a formação de professores capazes de atuar em contextos heterogêneos e de promover uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Assim, as políticas de ingresso e permanência do curso não apenas asseguram o acesso democrático e inclusivo, mas também criam condições concretas para a permanência e o sucesso acadêmico, em estreita consonância com os princípios da Resolução CNE/CP nº 4/2024. Com isso, contribuem para a formação de profissionais reflexivos, críticos e comprometidos com o desenvolvimento integral dos estudantes da educação básica.

10 ESPECIFICIDADE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

10.1 Articulação com a Pós-Graduação

A articulação entre a formação inicial e a pós-graduação constitui um eixo estratégico da proposta deste curso, reforçando o compromisso da Universidade Federal do Piauí (UFPI) com a verticalização da educação superior e a construção de uma trajetória acadêmica integrada, com a consolidação de uma cultura acadêmica que favoreça a continuidade dos estudos e a produção de conhecimento.

Essa conexão visa estimular a continuidade dos estudos em níveis mais avançados, promovendo uma cultura de pesquisa e inovação desde a graduação. Por meio de projetos conjuntos, orientações compartilhadas e acesso a grupos de pesquisa, os discentes são incentivados a explorar temas de interesse científico ainda durante a licenciatura, facilitando sua transição para programas de mestrado e doutorado. Essa perspectiva não apenas qualifica a formação inicial, mas também fortalece a produção de conhecimento na área, alinhando-se às demandas sociais e educacionais do Piauí e do Brasil.

Dessa forma, a UFPI consolida seu papel como instituição promotora de uma educação superior articulada, capaz de formar professores-pesquisadores comprometidos com o avanço das Ciências Humanas e Sociais em suas dimensões teóricas e práticas.

Em consonância com a Resolução CEPEX/UFPI nº 189/2007, que regulamenta a oferta dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na instituição, esta articulação busca integrar a graduação aos programas de mestrado e doutorado já existentes, ampliando as possibilidades de inserção dos egressos em percursos formativos avançados.

Essa integração se concretiza por meio da participação dos discentes em grupos e linhas de pesquisa vinculados a programas como: o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), o Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB), o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt), entre outros. Tais programas oferecem linhas de pesquisa diretamente relacionadas às áreas de atuação do curso, como formação de professores, práticas pedagógicas inovadoras, educação e diversidade, políticas educacionais, linguagens e tecnologias, favorecendo a inserção dos licenciandos em contextos acadêmicos de alta qualificação.

A aproximação é fortalecida por ações conjuntas, como a realização de seminários integrados, ciclos de debates, oficinas metodológicas e participação em projetos de pesquisa e extensão financiados por agências de fomento. Essas experiências promovem o contato com metodologias de investigação avançadas, estimulam a produção científica e ampliam as oportunidades de publicação e apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos de alcance nacional e internacional.

A interação entre docentes da graduação e da pós-graduação garante o alinhamento temático e metodológico entre disciplinas, estágios, práticas de ensino e projetos de pesquisa. Esse diálogo contribui para que os estudantes compreendam as demandas e requisitos da pós-graduação, tornando mais fluída sua transição para programas de mestrado e doutorado.

Assim, a articulação com a pós-graduação amplia as perspectivas acadêmicas e profissionais dos licenciados, fortalece a produção científica voltada às demandas da educação básica e contribui para a consolidação de uma rede acadêmica integrada, comprometida com a qualidade social da educação e com a inovação pedagógica.

11 INFRAESTRUTURA

11.1.1 Recursos humanos

Os aspectos inerentes aos recursos humanos são necessários para a infraestrutura do curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais, especialmente no contexto de programas como o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei).

11.1.2 Docentes

Os docentes envolvidos nas ações educativas do curso deverão ter formação compatível com os conteúdos a serem ministrados e com a prática pedagógica necessária para a formação do futuro professor. Considerando-se as peculiaridades regionais, os docentes deverão ser capazes de fornecer subsídios pedagógicos para associar os

conteúdos programáticos à necessidade e realidade do campo.

Nesse caso, como se trata de um curso ofertando no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei), os professores que ministrarão as disciplinas de cada período serão selecionados professores por meio de edital específico no âmbito do PRILEI, cujos critérios incidirão sobre a formação (titulação), qualificação e experiência acadêmica e profissional dos candidatos, priorizando os servidores efetivos da instituição proponente com atuação na graduação e pós-graduação, em projetos de pesquisa e extensão. Não sendo preenchidas as demandas do período abrem-se vagas para candidatos externos, seguindo os mesmos critérios de seleção.

11.1.3 Servidores Técnicos Administrativos

Os cursos de Licenciatura pautados pela prática de em regime de alternância apresentam várias particularidades que exigem da instituição um regime de funcionamento diferenciado, se comparado aos cursos regulares ofertados normalmente. Portanto, considerando as especificidades do curso, serão necessários pelo menos dois técnicos para auxiliar a administração do curso, que será providenciado pela UFPI.

11.2 Recursos Materiais e Auxílio Financeiro para as saídas para a prática

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) assegura suporte logístico e financeiro para viabilizar as experiências práticas e intercâmbios de experiências, bem como, nas atividades do estágio supervisionado, da residência docente e atividades práticas externas previstas no curso, garantindo condições equitativas de aprendizagem e a formação integral dos estudantes.

No âmbito institucional, a universidade disponibiliza transporte próprio e estabelece parcerias com órgãos públicos e instituições parceiras para facilitar deslocamentos e apoio local.

Quanto aos recursos materiais, serão disponibilizados equipamentos e insumos necessários para a execução das atividades, tais como kits pedagógicos, material de registro (cadernos de campo, tablets, câmeras fotográficas), recursos audiovisuais e

instrumentos específicos para as áreas de conhecimento abordadas nas práticas. Esses recursos visam possibilitar ao estudante a coleta, sistematização e análise de dados de forma qualificada e alinhada às exigências do projeto pedagógico do curso.

O planejamento dessas saídas contempla a utilização de transporte institucional, fornecido conforme a disponibilidade da frota e a programação de atividades acadêmicas, priorizando a segurança e o deslocamento coletivo. Além disso, quando necessário, serão firmadas parcerias com órgãos públicos e instituições parceiras para assegurar deslocamento e suporte local, ampliando a integração do curso com as redes de ensino e outras organizações vinculadas à formação docente.

No que se refere ao auxílio financeiro, a UFPI, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) e da Pró-Reitoria de Administração (PRAD), poderá disponibilizar apoio via editais específicos de auxílio para participação em atividades acadêmicas e de campo. Tais auxílios contemplam, entre outros aspectos, despesas com alimentação, hospedagem e material de consumo, garantindo equidade de participação entre os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica.

Os critérios de concessão do auxílio financeiro serão definidos em editais anuais ou semestrais, observando a disponibilidade orçamentária e priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme comprovação por meio de análise documental. Essa política busca minimizar barreiras econômicas que possam limitar a participação nas atividades de campo, assegurando que todos os discentes tenham acesso às experiências práticas essenciais para a consolidação da formação docente.

Além do apoio institucional, serão estimuladas parcerias com secretarias municipais e estaduais de educação, escolas-campo e demais entidades públicas e privadas, que poderão colaborar com recursos materiais, espaços físicos e apoio logístico para a realização das práticas. Essa articulação reforça a integração entre universidade e comunidade escolar, ampliando as possibilidades de vivência e aprendizagem dos licenciandos.

As saídas de campo e práticas externas serão planejadas com antecedência, garantindo que os recursos necessários estejam disponíveis no momento da execução. O acompanhamento e a avaliação dessas atividades serão incorporados aos relatórios acadêmicos do curso, permitindo a verificação da adequação e suficiência dos recursos e subsidiando melhorias para as próximas edições.

Dessa forma, a universidade reforça seu compromisso com uma formação docente de qualidade, assegurando que as práticas externas, indispensáveis à integração teoria e prática, sejam garantidas aos estudantes com equidade, inclusão e excelência acadêmica.

11.3 Espaço físico: sala de aula, laboratórios e salas especiais

Para sua plena execução, o curso demandará salas de aula e laboratórios de ensino para atividades pedagógicas. Por se tratar de um curso em regime de alternância, acreditamos que a implantação do curso resultará na otimização dos espaços físicos do *Campus* Ministro Petrônio Portella, uma vez que as atividades do tempo-universidade ocorrerão nos finais de semana durante período letivo de todos os anos, período em que, normalmente, não são dias letivos para os alunos de cursos de oferta regular.

O *Campus* possui 5 centros de ensino, cada uma com mais de 30 salas de aula climatizadas com capacidade para cinquenta discentes, uma biblioteca central climatizada e informatizada, laboratórios de Informática nos distintos centros com, no mínimo, 30 microcomputadores para atender aos estudantes e outros laboratórios para as mais diferentes áreas. Existem quatro auditórios com capacidades de 240, 120 e 130 e 100 lugares, respectivamente. Estes espaços podem acolher ações conjuntas podem ser realizadas simultaneamente. Ressaltamos que o *Campus* possui também um Restaurante Universitário, com funcionamento para o horário de almoço e jantar, servindo refeições balanceadas, e que os alunos do PRILEI terão auxílio alimentação.

Todas as dependências do *Campus*, inclusive a Biblioteca, Laboratórios de Informática e o Restaurante Universitário, terão funcionamento normal durante os períodos de tempo-universidade, viabilizando o acesso à alimentação e ao estudo extraclasse, que contribuirão positivamente para o processo de ensino-aprendizagem a ser desenvolvido.

11.4 Biblioteca e acervo bibliográfico

O acervo bibliográfico é vasto e a biblioteca central e conta com muitos livros físicos e nas áreas do curso, além de oferecer também de livros digitais, por meio da plataforma “Minha biblioteca”.

11.5 Condições de acessibilidade

As condições de acessibilidade na Universidade Federal do Piauí (UFPI) são sustentadas por uma política institucional sólida, articulada por meio do Núcleo de Acessibilidade (NAU), órgão ligado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC). Criado em 2014 e em atividade plena desde 2016, o NAU cumpre papel estratégico na implementação de uma cultura inclusiva, respondendo a normas como o Plano de Acessibilidade institucional e regulamentos internos específicos.

No campo físico e arquitetônico, a universidade vem promovendo obras para eliminar barreiras. Os campi incluem rampas de acesso, sanitários adaptados e trajetos sinalizados para pessoas com deficiência visual, buscando garantir mobilidade e autonomia no ambiente universitário.

Em apoio direto ao estudante público-alvo da educação especial, o NAU coordena o Laboratório de Acessibilidade e Inclusão (LACI), instalado na Biblioteca Central. Ali, estão disponíveis tecnologias assistivas como leitores de tela (NVDA, DOSVOX), teclados adaptados, impressoras e acervo em braille, proporcionando condições reais de aprendizagem e permanência acadêmica na UFPI.

Para além dos recursos físicos, o NAU atua por meio de programas de apoio pedagógico e tecnológico. Editais como a Bolsa de Inclusão Social (BINCS) e o Auxílio Inclusão Digital oferecem suporte financeiro e disponibilizam kits com lupas, gravadores de voz e outros instrumentos que favorecem a inclusão do estudante no processo formativo.

Outro avanço institucional significativo é a Cartilha “Se Liga na Inclusão”, elaborada pelo NAU e PRAEC para orientar coordenadores, docentes e técnicos na implementação de práticas inclusivas. O documento fornece recomendações sobre produção de material acessível, audiodescrição, descrição de imagens e estratégias pedagógicas colaborativas, ampliando o entendimento institucional sobre acessibilidade.

Acrescenta-se ainda o caráter formativo e de sensibilização, com cursos como o “Promoção de Acessibilidade e Inclusão” destinados ao corpo docente e administrativo, bem como encontros e eventos como o “Dia D da Pessoa com Deficiência” e o “Encontro com Estudantes público-alvo da educação especial (PAEE)”, promovendo troca de experiências e fortalecimento institucional nessa área.

As normativas internas reforçam esse arcabouço: a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019 regulamenta o atendimento educacional especializado a estudantes com deficiência na graduação; a Resolução CAD/UFPI nº 62/2022 aprova o estatuto do NAU; e há protocolos para a prestação de apoio através da documentação adequada e modalidades de tecnologia assistiva.

Em síntese, a UFPI constrói uma estrutura inclusiva robusta que passa pela infraestrutura adaptada, pelo apoio técnico e pedagógico, pela formação de servidores, pelo suporte financeiro e por orientações claras e acessíveis. Esse conjunto de ações assegura que ingressantes e concluintes possam exercer sua trajetória acadêmica com autonomia, respeito e igualdade real de oportunidades.

12 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

A implantação dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI, será realizada em etapas articuladas, garantindo aderência às diretrizes do Edital nº 3/2025 e observando os prazos, procedimentos e metas institucionais.

O processo será conduzido em consonância com o Quadro de Acompanhamento – Implantação PRILEI, que detalha as fases, períodos, ações e responsáveis.

A primeira etapa, de julho a agosto de 2025, corresponde à organização e submissão da proposta, envolvendo a constituição do Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente, a definição dos cursos e da justificativa baseada em diagnósticos territoriais e dados do Censo Escolar/INEP, a elaboração do PPC inicial alinhado à BNCC, às Diretrizes Curriculares Nacionais e à Política de Educação Integral, bem como o registro e submissão da proposta no SIMEC.

A segunda etapa, prevista para setembro a dezembro de 2025, refere-se aos ajustes pós-seleção e planejamento pedagógico. Nela será firmado o Termo de Execução Descentralizada (TED) com o MEC, concluída a elaboração final dos PPCs com incorporação de metodologias ativas, interdisciplinaridade e inserção de estágios desde o início do curso. Essa fase também incluirá a articulação formal com as redes municipais e

estadual para definição dos polos de estágio e da Residência Docente, a ser implementada no último ano.

A terceira etapa, de outubro de 2025 a fevereiro de 2026, destina-se à preparação da infraestrutura e recursos humanos. Será realizada a adequação de salas de aula e laboratórios, aquisição de equipamentos e materiais pedagógicos, garantia de acessibilidade física, pedagógica e digital, publicação de editais para seleção de professores (com prioridade para docentes efetivos da UFPI) e capacitação das equipes envolvidas.

A quarta etapa, que ocorrerá entre janeiro e fevereiro de 2026, corresponde à mobilização e seleção de estudantes, com ampla campanha de divulgação, visitas às escolas, divulgação em redes sociais e meios de comunicação, inscrição e seleção de candidatos via SISU/ENEM ou edital específico, observando a legislação de cotas e garantindo a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

A quinta etapa marca o início das atividades acadêmicas em março de 2026, com a realização de aula inaugural, início das disciplinas e implementação das metodologias ativas e dos estágios supervisionados desde o primeiro semestre.

A sexta etapa, de março de 2026 a fevereiro de 2030, envolve o monitoramento e avaliação contínua, com acompanhamento semestral de indicadores como taxa de matrícula, evasão, conclusão, desempenho acadêmico, inserção profissional e impacto comunitário. Relatórios técnicos serão produzidos anualmente e apresentados ao MEC, bem como em eventos como o Congresso Nacional da Rede PRILEI.

Por fim, a sétima etapa, no ano de 2030, compreende o encerramento e avaliação final, com sistematização dos resultados alcançados, análise do impacto territorial e social, elaboração do relatório final e registro das boas práticas para subsidiar novas políticas de formação docente.

Este cronograma, descrito no Quadro de Acompanhamento, assegura a execução planejada das atividades, permitindo controle rigoroso das responsabilidades institucionais e garantindo que os objetivos do PRILEI sejam plenamente atingidos, com formação de professores qualificados, fortalecimento da educação integral e impacto positivo no desenvolvimento educacional do Piauí.

Quadro de Acompanhamento – Implantação PRILEI

Etapas	Período	Ações	Responsáveis
Organização e Submissão da Proposta	Jul/2025 – Ago/2025	Constituir comitê, definir cursos, elaborar justificativas e PPC inicial, alinhar com BNCC, DCNs e Educação Integral, inserir proposta no SIMEC.	PREG, CGRAD, CDAC, Direções de Centro/Campus, PROPLAN, STI
Ajustes Pós-Seleção e Planejamento Pedagógico	Set/2025 – Dez/2025	Assinar TED com MEC, finalizar PPCs, alinhar conteúdos e metodologias ativas, articular com redes públicas e definir polos de estágio e residência.	PREG, Coordenação PRILEI, Colegiados de Curso, CEPEX
Preparação de Infraestrutura e Recursos Humanos	Out/2025 – Fev/2026	Adequar salas e laboratórios, adquirir equipamentos e materiais, garantir acessibilidade, publicar editais para seleção de professores e capacitar equipes.	Direções de Centro/Campus, PREG, PROAD, STI
Mobilização e Seleção de Estudantes	Jan/2026 – Fev/2026	Executar campanha de divulgação, realizar inscrições via SISU/ENEM ou edital, aplicar política de cotas e garantir inclusão.	PREG, CSPE, Assessorias de Comunicação
Início das Atividades Acadêmicas	Mar/2026	Realizar aula inaugural, iniciar disciplinas e projetos, implementar metodologias ativas e estágios supervisionados.	Coordenações de Curso, Colegiados, PREG
Monitoramento e Avaliação	Mar/2026 – Fev/2030	Monitorar matrícula, evasão, conclusão, desempenho, inserção profissional e impacto comunitário; produzir relatórios técnicos anuais.	Coordenação Institucional PRILEI, Coordenações de Curso, PREG, CEPEX
Encerramento e Avaliação Final	Ano de 2030	Sistematizar resultados, avaliar impacto territorial, produzir relatório final e apresentar boas práticas ao MEC.	PREG, Coordenação PRILEI, MEC

13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DO CURSO

A avaliação do projeto também acontecerá de forma contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta, uma vez que ele servirá de tomada de decisão para continuidade das ações eficientes e mudanças de outras, cujo resultado tenha sido considerado negativo. Assim, ao término de cada disciplina será feita a avaliação do Curso pelo aluno, através de um formulário e também pelo professor. Os coordenadores do Curso serão responsáveis por tratar os dados colhidos destes formulários, complementá-los com conversas estabelecidas com os professores do curso e alunos, julgá-los e tomar a atitude

devida. A ideia é tomar os indicadores desta avaliação para melhorar, sempre, a qualidade do ensino.

É relevante destacar que as ações ou atividades desenvolvidas serão continuamente retomadas a partir de núcleos temáticos de estudo, organizados em Bom Jesus, juntos às comunidades parceiras. Nesta perspectiva, a avaliação do Curso exige a avaliação do processo de formação: natureza e objetivos do curso e a avaliação da ação docente do profissional (professor/aluno) envolvido no curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais.

14 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO MONITORAMENTO DE PERMANÊNCIA

O acompanhamento sistemático da permanência estudantil no âmbito dos cursos do PRILEI/UFPI será desenvolvido como estratégia institucional de promoção da equidade, inclusão e qualidade da formação inicial, em conformidade com as diretrizes do Edital nº 3/2025 e com as metas estabelecidas no projeto institucional.

O monitoramento da permanência estudantil na Universidade Federal do Piauí (UFPI) será realizado de forma sistemática, integrando ações pedagógicas, administrativas e de assistência, em conformidade com as normativas institucionais e as diretrizes do Ministério da Educação. O processo utilizará indicadores quantitativos (como desempenho acadêmico, frequência e tempo de integralização curricular) e qualitativos (como perfil socioeconômico e acompanhamento individualizado), permitindo a identificação precoce de riscos de evasão e a implementação de estratégias direcionadas.

A análise dos dados será feita por meio de sistemas institucionais, como o SIGAA, que possibilita o acompanhamento da trajetória dos estudantes, cruzando informações acadêmicas e socioeconômicas para embasar políticas de apoio. Além disso, reuniões periódicas do colegiado servirão para avaliar casos específicos e propor intervenções. Para maior eficácia, sugere-se a inclusão de mecanismos de escuta ativa dos discentes, a definição de metas mensuráveis (como redução de evasão) e a divulgação transparente dos resultados, reforçando o compromisso com a permanência e o sucesso acadêmico.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), em articulação com o Núcleo de Acessibilidade (NAU), o Laboratório de Escrita e Leitura Acadêmica e as coordenações de curso, terá papel estratégico nesse monitoramento, garantindo que estudantes público-alvo da educação especial ou em situação de vulnerabilidade

socioeconômica tenham acesso às políticas de permanência já implementadas, como auxílios financeiros, bolsas, apoio pedagógico especializado e tecnologias assistivas. A PRAEC disponibiliza ainda suporte psicológico e orientação pedagógica, conforme as necessidades dos estudantes.

Os resultados parciais e finais de cada semestre letivo serão apresentados em relatórios de acompanhamento, discutidos em reuniões de colegiado e encaminhados à direção de centro e à Pró-Reitoria de Graduação (PREG), de modo a subsidiar ajustes no planejamento pedagógico e nas ações de apoio. A adoção de metas semestrais de redução da evasão e de elevação da taxa de integralização servirá como parâmetro para medir a efetividade das estratégias adotadas.

Além dos indicadores internos, a permanência será avaliada considerando dados do Censo da Educação Superior e do Sistema e-MEC, possibilitando o alinhamento do desempenho do curso aos parâmetros nacionais de qualidade. Essa análise externa permitirá também identificar tendências e desafios comuns a cursos de perfil semelhante, servindo de referência para o aprimoramento contínuo da gestão acadêmica.

A participação discente será incentivada por meio de espaços de escuta ativa, como questionários de satisfação, assembleias acadêmicas e reuniões abertas, criando um canal permanente para que estudantes possam apontar dificuldades e propor melhorias. Essas contribuições serão incorporadas às estratégias de permanência, fortalecendo o caráter participativo do processo.

A avaliação da permanência será ainda vinculada às ações de acessibilidade, inclusão e equidade, assegurando que as metas de atendimento às ações afirmativas (Lei nº 12.711/2012) e às políticas internas de inclusão sejam acompanhadas de forma integrada. Isso inclui a verificação do cumprimento das condições de acessibilidade física, pedagógica e comunicacional, conforme regulamentações como a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019.

As ações serão implementadas a partir do Bloco 1, gerenciadas pela coordenação do curso e pela coordenação pedagógica, garantindo acompanhamento individualizado e contínuo até a conclusão da graduação. Esse modelo visa promover um vínculo pedagógico e uma maior proximidade entre os estudantes, fortalecendo a prevenção da evasão e oferecendo suporte integral à trajetória acadêmica. Além disso, a coordenação do curso realizará avaliações periódicas e monitoramento da permanência dos alunos,

assegurando que as necessidades de cada grupo sejam atendidas e que estratégias de apoio sejam adaptadas conforme necessário.

O acompanhamento terá como objetivos principais:

- Mapear necessidades e desafios: identificar, de forma contínua, dificuldades acadêmicas, socioeconômicas, emocionais e de acessibilidade que possam impactar o desempenho e a permanência dos estudantes, considerando o contexto territorial e social de cada campus.
- Fortalecer a comunicação institucional: criar e manter redes de comunicação eficientes entre discentes, coordenação de curso e a instituição, utilizando ferramentas digitais, encontros presenciais e canais oficiais para agilizar a circulação de informações.
- Garantir acesso a oportunidades e políticas de apoio: orientar e divulgar informações sobre bolsas de pesquisa, permanência, desenvolvimento acadêmico, residência docente e outras iniciativas previstas na política de assistência estudantil da UFPI, assegurando que todos os estudantes elegíveis tenham acesso a esses benefícios.
- Integrar diagnósticos e ações entre campi: consolidar, a cada semestre, o mapeamento das dificuldades e demandas identificadas, socializando-as entre todos os campi envolvidos no PRILEI, de forma a subsidiar a Coordenação Institucional e os Colegiados de Curso na definição de estratégias conjuntas.
- Acompanhar e apoiar o processo de ensino-aprendizagem: atuar de maneira articulada com os docentes responsáveis pelas disciplinas, buscando soluções pedagógicas que favoreçam a aprendizagem, a participação ativa e o desenvolvimento das competências previstas no PPC.
- Promover a inclusão e o atendimento especializado: planejar e executar ações de apoio a estudantes com necessidades educacionais especiais, garantindo acessibilidade física, pedagógica e tecnológica, conforme normativas institucionais e legais.
- Monitorar o desempenho acadêmico: coletar e analisar, de forma sistemática, indicadores de rendimento, frequência, participação em atividades de estágio e residência docente, e conclusão de componentes curriculares, alimentando relatórios de gestão e tomada de decisão.

- Desenvolver estratégias para o sucesso acadêmico: propor ações preventivas e interventivas para reduzir a evasão e aumentar a taxa de conclusão, em alinhamento com a meta institucional de garantir taxa mínima de conclusão de 95% dos ingressantes.

Essa metodologia de acompanhamento, fundamentada na gestão compartilhada e na integração entre teoria e prática, articula-se diretamente às metas do PRILEI e ao compromisso institucional da UFPI com a formação de professores qualificados para a Educação Básica, em regime de tempo integral, com foco na inclusão e na redução das desigualdades educacionais.

Em síntese, o monitoramento da permanência estudantil será um processo contínuo, integrado e baseado em evidências, cujo foco é garantir que todos os estudantes ingressem, permaneçam e concluam o curso em condições de equidade e qualidade, fortalecendo o compromisso institucional da UFPI com a formação docente e com a democratização do acesso e da permanência na educação superior.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula: prática e princípios teóricos**. São Paulo : Cortez, 1990.

ALMEIDA, Maria Isabel de. (Orgs.). **Pedagogia Universitária: caminho para a formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2011

ANDRÉ, Marli. Formar o professor pesquisador para um novo desenvolvimento profissional. In: ANDRÉ, Marli (Org.). **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas: Papirus, 2016. p. 17-34. (Série Prática Pedagógica).

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos**: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas**: desenvolvendo competências em informação e comunicação. 2. ed. Bauru: Cá entre nós, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação . **Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025** Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2021**: Resumo Técnico. Brasília, 2021.

BRASIL. Presidência da república, **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 22.mar.2022

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A **prática como componente curricular na formação de professores**. Educação, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 203-218, maio/ago. 2011.

FERREIRA, F. S.; REBELO, A. S.; KASSAR, M. C. M. **Professores, tecnologias digitais e inclusão escolar**: desafios da política de educação especial em um município brasileiro. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 16, n. esp.2, p. 1307-1324, maio, 2021

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**, Nº. 9394/96.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**. MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>
BRASIL.MEC. **Parecer CNE/CEB/ 1º/2/2006**. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância. Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República LEI nº 14.640, de 31 de julho de 2023. **Institui o Programa Escola em Tempo Integral**; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

CORDEIRO, G.N.K.; REIS, N.da S.; HAGE, S. M. **Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo**. In: **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GATTI, **Bernardete Angelina et al. Professores do Brasil**: novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019
GIMONET, J.C **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Editora Vozes; Paris: AIMFR, 2007.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2008.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Profissionais de apoio à inclusão**

escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional? Revista Brasileira de Educação, v. 28, e280081, 2023.

MANZINI, E. J. **Tecnologia assistiva para educação**: recursos pedagógicos adaptados. In: Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, 2005.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C.A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar. 2014. MENDES, Enicéia Gonçalves; SANTOS, Vivian; SEBIN, Bruna Raffaini. Política de educação especial no Brasil: análise da produção de textos de 2004 a 2019. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

MICHELS, Maria. Helena.(Org.). A formação de professores de Educação Especial no Brasil: propostas em questão. Florianópolis: UFSC, CED/NUP, 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, C. R. **Avaliação educacional**: um olhar reflexivo sobre sua prática. São Paulo: Avercamp, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UFPI. **Regimento Interno Institucional**. Teresina, 2008.
UFPI.. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Teresina, 2024 (PDI 2024-2024_.

ROSSATO, Maristela. **O estágio supervisionado como espaço de produção de significados sobre a profissão docente**. Boletim de Conjuntura (BOCA) ano V, vol. 15n. 44, Boa Vista, 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Alternativas pedagógicas para a formação do professor da educação superior. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Maria Quevedo Quixadá (Org.). Docentes para a educação superior: processos formativos. Campinas: Papirus, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993.

ANEXOS

ANEXO I

REGULAMENTO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Licenciatura Ciências Humanas e Sociais da UFPI, na modalidade presencial é regido em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394/1996, de 20/12/1996, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura voltados à formação de professores da Educação Básica, Resoluções CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, Resolução CEPEX/UFPI nº 220 de 28 de setembro de 2016, na Resolução 177/12 CEPEX/ UFPI de 05/11/2012 e na Lei nº 11.788 de 25.09.2008.

PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais da UFPI observará os seguintes princípios:

- I - solidez teórico-científica das disciplinas que ensejam atividades práticas para a consolidação dos conhecimentos por elas abordados;
- II - desenho lógico e sequencial das atividades propostas, que possibilitem registro sistemático e, consequente formação de portfólio;
- III - foco na prática: a partir do que é delineado pelas respectivas teorias de cada disciplina, a vivência do estágio deverá mobilizar o conhecimento adquirido por meio de atividades estruturadas que permitam ao(à) estagiário(a) exercitar a docência de maneira supervisionada. Dessa forma, o(a) estagiário(a) irá construir um repertório inicial de práticas docentes que lhe confirmem confiança para o exercício profissional autônomo do magistério, com foco no aprendizado dos alunos;
- IV - pluralidade pedagógica: o estágio deve oferecer oportunidade a pluralidade pedagógica tanto por meio da participação em ambientes de aprendizagem diversificados, quanto sob

a supervisão de profissionais com perfis variados, que lhe proporcionem reflexibilidade, segurança, resiliência e flexibilidade na atuação profissional;

V - processo ativo de aprendizagem: o processo de aprendizagem da docência durante o estágio requer a combinação de solidez teórico-científica das disciplinas e interação de seus conteúdos com as atividades práticas aliadas ao engajamento dos(as) estagiários(as) na vivência, desde o planejamento, durante a execução e no processo contínuo de avaliação das atividades pedagógicas; e

VI - prática reflexiva: o processo de aprendizagem da docência durante o estágio requer o desenvolvimento da capacidade de avaliação do(a) estagiário(a) sobre os objetivos, os componentes, o contexto, a execução e o resultado de cada atividade. Também requer uma autoavaliação contínua, refletindo tanto sobre as consequências da sua atuação, quanto das implicações dessas reflexões sobre sua futura atuação profissional.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais da UFPI observará os seguintes objetivos:

I - formar docentes com mais reflexibilidade, segurança, resiliência e flexibilidade para sua atuação profissional, desde o início de sua carreira;

II - valorizar os docentes e fortalecer os vínculos com a carreira docente;

III - engajar docentes com mais experiência na formação de novas gerações de docentes;

IV - integrar a formação e a pesquisa acadêmica com a prática educativa do ambiente escolar;

V - integrar professores(as) supervisores(as), estagiários(as) e demais profissionais da IEB, para formar uma comunidade dinâmica e competente para seu autodesenvolvimento e para o aprendizado dos(as) estudantes da IEB;

VI - garantir parâmetros mínimos de formação docente necessários para o planejamento, a execução e a avaliação de práticas pedagógicas, alinhadas com as demandas da educação contemporânea e com a efetiva aprendizagem dos(das) estudantes; e

VII - promover a indução profissional inicial mediante uma transição lógica e efetiva entre o aprendizado teórico-científico e a materialização de conhecimentos, práticas, valores e atitudes necessários ao exercício competente da docência.

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais da UFPI visa oferecer ao estudante a oportunidade de:

- I - atividades que abranjam o “conhecimento curricular”, ou seja, o conhecimento sobre os programas e os materiais disponíveis para o ensino, bem como sobre a sequência lógica de conteúdos em um currículo;
- II - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico geral”, ou seja, estratégias gerais de ensino e aprendizagem, independentemente da área de conteúdo, tais como gestão de sala de aula, teorias de aprendizagem e práticas educacionais;
- III - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico do conteúdo - CPC”, ou seja, a capacidade de transformar o conteúdo em formas que sejam compreensíveis e acessíveis aos(às) estudantes. Incluem o uso de analogias, exemplos e estratégias de ensino específicas para cada disciplina;
- IV - atividades que envolvam o “conhecimento sobre os(as) alunos(as)”, ou seja, a compreensão sobre como os(as) estudantes aprendem, suas características cognitivas, sociais e emocionais, além das diferenças individuais entre eles(elas); e
- V - atividades que envolvam o “conhecimento do contexto escolar”, ou seja, o conhecimento sobre o ambiente onde o ensino ocorre, incluindo as políticas educacionais, as legislações, as características da comunidade escolar e os fatores culturais e socioeconômicos.

CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG, em unidades que tenham condições de:

- I - proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;
- II - dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário;
- III - existência de convênio entre a UFPI e as instituições co-formadoras.

Parágrafo único: O termo de compromisso de estágio (TCE) constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a UFPI e a parte concedente.

ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 6º. A gestão do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais envolve:

- . Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG;
- . Coordenação de Estágio Supervisionado;
- . Professor Orientador de Estágio;
- . Supervisor de campo;
- . Estudante Estagiário.

I - COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO (CGE)/PREG;

Art. 7º- A Coordenação Geral de Estágio (CGE) da PREG tem como funções básicas:

- . Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado na UFPI;
- . Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios;
- . Assessorar as coordenações de estágios nos cursos, na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio supervisionado, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- . Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- . Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

II - COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 8º- São atribuições da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais:

- . Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;
- . Informar à CGE/PREG os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;
- . Elaborar a cada semestre, junto com o Professor Orientador, as programações de Estágio Curricular Supervisionado que serão enviadas a CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;
- . Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- . Encaminhar, juntamente com o Professor Orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos) de estágio;
- . Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- . Realizar seminário de integração dos estágios, juntamente com os professores orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas;
- . Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso;
- . Realizar estudos, seminários, encontros de formação e/ou demais atividades que fortaleçam os princípios do Estágio Curricular Supervisionado, em articulação com os professores orientadores.

III - PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Art. 9º- O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado é, preferencialmente, efetivo do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- . Orientar e supervisionar o máximo 15 (quinze) estagiários simultaneamente, por turma;
- . Elaborar, junto ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado do curso, a programação semestral de estágios;
- . Elaborar Plano de Estágio para os discentes;

- . Orientar os alunos, na elaboração dos seus planos de estágio e nos relatórios de estágio;
- . Orientar a execução das atividades dos estagiários;
- . Avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
- . Enviar ao coordenador de estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos alunos sob a sua responsabilidade;
- . Manter diálogo regular com os professores supervisores para integrar a formação acadêmica com a prática profissional.
- . Participar de momentos formativos e encontros de troca de experiências promovidos pela UFPI e instituições parceiras.

Art. 10º- O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado deve assegurar que o Plano de Estágio seja estruturado de forma a garantir que o(a) estagiário(a) tenha a oportunidade de vivenciar:

I - atividades que abranjam o “conhecimento curricular”, ou seja, o conhecimento sobre os programas e os materiais disponíveis para o ensino, bem como sobre a sequência lógica de conteúdos em um currículo;

II - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico geral”, ou seja, estratégias gerais de ensino e aprendizagem, independentemente da área de conteúdo, tais como gestão de sala de aula, teorias de aprendizagem e práticas educacionais;

III - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico do conteúdo - CPC”, ou seja, a capacidade de transformar o conteúdo em formas que sejam compreensíveis e acessíveis aos(às) estudantes. Incluem o uso de analogias, exemplos e estratégias de ensino específicas para cada disciplina;

IV - atividades que envolvam o “conhecimento sobre os(as) alunos(as)”, ou seja, a compreensão sobre como os(as) estudantes aprendem, suas características cognitivas, sociais e emocionais, além das diferenças individuais entre eles(elas); e

V - atividades que envolvam o “conhecimento do contexto escolar”, ou seja, o conhecimento sobre o ambiente onde o ensino ocorre, incluindo as políticas educacionais, as legislações, as características da comunidade escolar e os fatores culturais e socioeconômicos.

Art. 11º Para a realização das atividades descritas nos incisos do artigo anterior, o Plano de Estágio deve prever o uso pelo(a) estagiário(a) de diferentes instrumentos e meios de aprendizagem, tais como:

I - *Observação*: tem como objetivo desenvolver no(a) estagiário(a) um olhar crítico-reflexivo, por meio de protocolos pré-estruturados, que permita a compreensão do ambiente educacional, das práticas pedagógicas e das interações no contexto escolar. Entre os objetos de observação, podem ser incluídos:

- a) Observação das formas de interação entre os(as) estudantes;
- b) Observação da organização do tempo e do espaço escolar/sala de aula;
- c) Observação das estratégias de gestão da sala de aula realizadas pelo(a) professor(a);
- d) Observação das estratégias de ensino realizadas pelo(a) professor(a);
- e) Observação das formas como o(a) professor(a) se comunica com os(as) estudantes;
- f) Observação da resolução de problemas e conflitos inesperados no ambiente de ensino, incluindo horários fora de sala de aula, tais como visitas de campo, recreio, uso de sala de leitura ou de recursos, entre outros.

II - *Entrevista*: deve oportunizar ao(à) estagiário(a) ouvir, de maneira estruturada e planejada, com perguntas relevantes e baseadas no arcabouço teórico-científico da disciplina a que se refere, os diferentes atores do processo educativo, com o objetivo de aprofundar seu entendimento dos elementos observáveis no contexto das instituições de ensino. Poderão ser realizadas, entre outras:

- a) Entrevista com estudantes para compreender suas perspectivas em relação ao processo de aprendizagem, a dinâmica com pares e docentes, a interação com o ambiente de ensino e o seu repertório cultural/social;
- b) Entrevista com professores(as) sobre seu planejamento, sua atuação didática, suas decisões de gestão de sala de aula e seu plano de ensino;
- c) Entrevista com professores(as) após a observação de práticas disciplinares específicas, com o objetivo de compreender decisões pedagógicas;
- d) Entrevista com gestores escolares para compreender como a organização da unidade escolar é pensada para favorecer as aprendizagens.

III - *Análise documental*: a análise de documentos e materiais deve ser descritiva e crítica, referenciada nas leituras e estudos orientados ao tema. Poderão ser realizadas, entre outras:

- a) Análise dos planos de ensino do(a) professor(a);
- b) Análise dos materiais didáticos utilizados em sala;
- c) Análise de documentos curriculares;
- d) Análise do projeto político-pedagógico da escola;
- e) Análise dos instrumentos de avaliação formais e informais.
- f) Análise das produções dos alunos frente a uma comanda didática.

IV - *Planejamento do ensino e aprendizagem*: deve oportunizar ao(à) estagiário(a) refletir e/ou definir sobre os objetivos de aprendizagem a serem trabalhados (de acordo com o arcabouço teórico-científico da disciplina a que se vincula), os instrumentos e critérios avaliativos a serem utilizados, a forma como as aulas serão conduzidas, a seleção de materiais de ensino, entre outros aspectos relevantes na condução de atividades didáticas. Poderão ser realizados, entre outros: 6

- a) Planejamento de um momento de regência específico dentro de uma unidade de ensino do(a) professor(a);
- b) Planejamento de atividades avaliativas;
- c) Planejamento de aulas;
- d) Planejamento de gestão das aprendizagens.

V - *Regência*: deve possibilitar ao(à) estagiário(a) estar à frente da condução do processo de ensino e precisa ser precedida pelas atividades listadas acima. Deve ser exercida de forma compartilhada, na qual o(a) professor(a) e o(a) estagiário(a) conduzem conjuntamente atividades de ensino, possibilitando, de forma progressiva, a interação com a classe e um papel mais proeminente do(a) estagiário(a) na regência. Poderá ser realizada, entre outras:

- a) Regência de atividade específica;
- b) Regência de aula;
- c) Regência de unidade de ensino.

VI - *Avaliação das aprendizagens*: deve permitir ao(à) estagiário(a) refletir sobre as avaliações educacionais, incluindo a escolha de estratégias pedagógicas e a definição de instrumentos que possibilitem a entrega de devolutivas aos(as) estudantes.

Art. 12o Para que o estágio curricular supervisionado seja devidamente avaliado, o Plano de Estágio deve prever a entrega de relatórios, realizados pelo(a) estagiário(a), que

registrem as percepções de maneira organizada, que relacionem as atividades desenvolvidas com a teoria estudada e que apresentem reflexões críticas, destacando os aspectos positivos, as dificuldades percebidas, o que poderia ser aprimorado ou replicado, dentre outras evidências das aprendizagens do(a) estagiário(a).

Parágrafo único: o conjunto dos relatórios produzidos pelo(a) estagiário(a), registrando a sua vivência prática ao longo de suas atividades do estágio curricular supervisionado, é chamado de “portfólio”.

Art. 13o Na elaboração do seu Plano de Estágio a IES deve levar em consideração os seguintes aspectos:

- I - as atividades de estágio ao serem definidas devem seguir uma progressão de complexidade, de acordo com a etapa letiva em que serão exercidas, e em consonância com o desenvolvimento pessoal e a maturidade profissional do(a) estagiário(a);
- II - as atividades de estágio devem ser estruturadas de acordo com os períodos letivos, definindo qual é o foco de cada período, como por exemplo, Educação Infantil, Alfabetização, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos etc. e apresentando os objetivos de aprendizagem a serem desenvolvidos pelos(as) estagiários(as) em cada um desses períodos; e
- III - a fim de não conflitar com a proposta pedagógica e curricular da rede de ensino ou IEB, as atividades de estágio serão definidas em comum acordo entre o(a) professor(a) orientador(a) e o(a) professor(a) supervisor(a).

IV - SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 14º O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades, tem como atribuições:

- . Acolher o estagiário na escola e na sala de aula, apresentando rotinas e horários;
- . Orientar e supervisionar os estagiários;

- . Avaliar, periodicamente, o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI
- . Promover ambientes de aprendizagem que coloquem o estagiário como protagonista, incentivando reflexões sobre a prática docente.
- . Oferecer oportunidades para que o estagiário pratique a docência, com suporte e orientação formativa.
- . Manter comunicação contínua com o professor orientador para garantir a integração entre teoria e prática.

V - ESTUDANTE ESTAGIÁRIO

Art. 15º São atribuições do estudante estagiário:

- . Cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado;
- . Respeitar as normas regimentais e disciplinares da Instituição na qual o estágio for realizado;
- . Planejar com o professor orientador e supervisor as atividades do estágio;
- . apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;
- . Comparecer aos encontros com o professor orientador;
- . Apresentar um relatório ao final de cada estágio de acordo com as normas institucionais, bem como, socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o estágio, registrando suas percepções, reflexões críticas, e o desenvolvimento de suas práticas docentes.
- . constituir um portfólio que documente a experiência de estágio, destacando aprendizados, dificuldades e propostas de melhorias no percurso formativo do estágio desde o início do curso.

PLANO DE ESTÁGIO DO DISCENTE

Art. 16º O plano de estágio é um documento elaborado pelo discente, com orientação do professor orientador, que deve contemplar as atividades a serem desenvolvidas durante o

estágio supervisionado, alinhando-se às diretrizes do curso e às necessidades de formação do futuro docente.

Art. 17º O plano de estágio deve incluir:

I. Objetivos Gerais e Específicos: Definição clara dos objetivos do estágio, tanto gerais quanto específicos, em termos de desenvolvimento de competências docentes e integração teoria-prática.

II. Atividades Planejadas:

- Descrição das atividades de observação, entrevistas e análises documentais a serem realizadas.
- Planejamento de momentos de regência, incluindo a condução de aulas e atividades avaliativas.

III. Cronograma: Estabelecimento de um cronograma que distribua as atividades de estágio ao longo do semestre, garantindo tempo suficiente para preparação, execução e reflexão.

IV. Metodologia: Estratégias e métodos que serão utilizados para alcançar os objetivos do estágio, incluindo recursos didáticos e tecnológicos.

V. Critérios de Avaliação: Definição dos critérios que serão utilizados para avaliar o desempenho do discente durante o estágio, incluindo autoavaliação e feedback do professor supervisor.

VI. Reflexão e Autoavaliação: Espaços dedicados à reflexão crítica sobre as práticas realizadas e ao registro de aprendizados, desafios enfrentados, e estratégias de superação.

Art. 18º O plano de estágio deverá ser aprovado pelo professor orientador antes do início das atividades práticas e poderá ser ajustado conforme necessário, em resposta às experiências vivenciadas durante o estágio.

Parágrafo único: O plano de estágio faz parte do portfólio do discente e será utilizado como um dos instrumentos de avaliação de seu desenvolvimento ao longo do estágio supervisionado.

CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 19º O estágio curricular supervisionado deverá ocorrer nos períodos finais do curso, com carga horária mínima de 405h, em instituições conveniadas da educação básica das

redes de ensino público e/ou privado da educação básica, filantrópicas e outros, em conformidade com as diretrizes para formação de professores.

Parágrafo único: A carga horária do estágio curricular supervisionado será distribuída em 8 (oito) estágios a ser realizado de forma presencial, distribuído ao longo do curso, e abranger as áreas de atuação do futuro professor, onde serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- . Observação destinada a propiciar ao aluno, o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno;
- . Participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula; Docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio;
- . Elaboração e execução de projetos de intervenção que visem à melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

AVALIAÇÃO

Art. 20º A Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

Art. 21º A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

Art. 22º Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

- . A avaliação realizada pelo supervisor de campo do estágio, com base no formulário específico encaminhado ao professor orientador, obedecendo ao cronograma da Coordenação de Estágio de cada curso;
- . A avaliação do professor orientador com base no cumprimento do plano de trabalho e relatório final;
- . Além dos instrumentos supracitados poderão ser empregados outros, conforme previsto no PPC de cada curso.

§1º O PPC do curso deverá estabelecer critérios de aprovação para o Estágio Curricular Supervisionado, conforme Resolução CEPEX nº 177/2012.

§2º As atividades de estágio não podem ser realizadas através de atividades domiciliares.

Art. 23º Os estagiários que exercem atividade de docência regulares e comprovadas na educação básica poderão ter redução de carga horária em até 100 (cem) horas do estágio curricular supervisionado na forma da legislação federal em vigor e apresentar documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação, mediante requerimento de redução de carga horária.

§1º Compete à Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado, juntamente com o professor orientador, a análise do pedido e a emissão de parecer que deverá ser encaminhado à CGE e à Câmara de Ensino - CAMEN.

ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO DA INTEGRAÇÃO DO ENSINO NO CURSO DE LICENCIATURA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 24º Um dos aspectos mais relevantes da formação de professores é a estreita relação entre a escola da educação básica e a Instituição formadora. Assim, o curso de Licenciatura

Ciências Humanas e Sociais deve estabelecer coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, enfatizando:

- a) A compreensão da diversidade de situações concretas em que a escola está inserida, implicando ações efetivas;
- b) A interação entre professores universitários (formadores) e da educação básica, afim de propiciar atualização curricular permanente da escola de educação básica e da instituição formadora;
- c) O conhecimento dos instrumentos normativos da Educação Básica;
- d) A promoção de experiências formativas inovadoras no cotidiano da educação escolar;
- e) A integração da formação pedagógica e dos conteúdos da área de conhecimento;
- f) O estímulo aos processos formativos envolvendo as práticas de gestão e o processo de ensino aprendizagem, por meio de encontros, discussões, seminários com professores da Educação Básica e docentes e licenciandos da UFPI como forma de manter um diálogo aberto entre a Universidade e a Escola;
- g) A divulgação e o debate dos processos desenvolvidos e os resultados alcançados por meio de publicações, participação em eventos científicos e recursos eletrônicos;
- h) Participação dos professores orientadores de estágio em atividades no campo de estágio (ou seja, na escola de educação básica) envolvendo representações em conselhos, participação no planejamento de atividades educativas, etc.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO II

REGULAMENTO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-TCC

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso- TCC do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociais é uma produção acadêmica que deve expressar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação.

Art. 2º. O TCC tem carga horária de 105 e será distribuída em 02 períodos, podendo ser realizado nas formas de monografia, memorial, artigo científico para publicação, relato de caso ou outra forma definida pelo colegiado do curso.

OBJETIVOS

Art. 3º O TCC possui como objetivos:

- . Articular os conteúdos curriculares do curso para ampliação do campo de conhecimento;
- . Promover o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante;
- . Ampliar a capacidade do estudante quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- . Consolidar a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico, na organização, na sistematização e no aprofundamento do tema abordado, respeitando o nível de graduação.

ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO

Art. 4º As atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- . Elaboração do projeto de TCC;
- . Desenvolvimento do projeto de TCC, culminando em uma das modalidades: monografia, memorial, artigo científico ou outras categorias a ser definida pelo colegiado de curso;
- . Apresentação pública do TCC.

§ único: Apresentação do TCC deve seguir as formalidades que regem um trabalho acadêmico científico no âmbito desta IES, as exceções devem ser apreciadas pelo colegiado do curso e restritas a comissão avaliadora.

ORGANIZAÇÃO

Art. 5º O curso de Licenciatura em Ciências Humanas terá uma **coordenação** própria para os TCCs, com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do TCC.

Parágrafo único: A Coordenação dos TCCs será exercida por um professor do curso, indicado pela assembleia departamental, por um período de 2 (dois) anos nomeado pelo diretor do campus\centro.

ORIENTAÇÃO

Art. 6º A orientação do TCC é de responsabilidade dos docentes da UFPI.

Art. 7º É preservado o direito ao estudante e ao professor de solicitarem à Coordenação do TCC ou coordenação do curso mudança de orientação, mediante justificativa formalizada, devendo outro docente assumir formalmente a orientação, junto à coordenação.

COMPETÊNCIAS

Art. 8º Compete ao Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

- . Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
- . Elaborar um relatório ao final de cada período letivo contendo informações referentes as atividades desenvolvidas e levantamento de alunos com TCC concluído e/ou com pendências que deverá ser entregue na coordenação do curso;
- . Convocar, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCC;
- . Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisas;
- . Auxiliar os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação;
- . Coordenar agendas de apresentação dos TCCs, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos bem como para a comunidade em geral;
- . A Coordenação do TCC deverá disponibilizará para os alunos manual atualizado de apoio à elaboração dos TCC.

I.

Art. 9º Compete ao professor orientador:

- . Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;
- . Indicar as Comissões Examinadoras/Avaliadoras dos seus orientandos;
- . Participar, na condição de presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC;
- . Contactar com o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho.
- . Disponibilizar repositório na página do Curso para socialização das produções dos alunos

Art. 10º Compete ao orientando:

- . Escolher a linha de pesquisa, conforme disponibilidade do professor;
- . Elaborar e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação de um professor;

- . Cumprir as normas e prazos;
- . Entregar 1 (cópia) impressa para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com 15 dias de antecedência da apresentação;
- . Participar de reuniões e outras atividades relativas ao TCC, para as quais for convocado;
- . Cumprir o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo professor orientador;
- . Acatar outras atribuições referentes ao TCC.

AVALIAÇÃO

Art. 11 A avaliação do TCC compreende dois momentos:

- . Avaliação contínua do processo de realização do TCC pelo professor orientador;
- . Avaliação pela Banca Examinadora.

Art. 12 Após aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso pela banca examinadora/avaliadora o aluno encaminhará cópia digital do TCC ao orientador do TCC, que o encaminhará à coordenação do TCC.

Art. 13 O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser defendido no penúltimo período do curso. No último período deverá ser realizada a revisão final e a entrega da versão final.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14 Art. 15 Os TCC deverão ser encaminhados ao repositório institucional, a fim de dar visibilidade e acessibilidade as produções dos alunos da graduação.

Art. 15 As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em Ciências Humanas e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO III

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES – ACC

As Atividades Curriculares Complementares do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI da Universidade Federal do Piauí CONSIDERANDO a Resolução N° 177/12-CEPEX e suas alterações, resolve:

Art. 1º. As Atividades Complementares de Graduação fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, constituindo um conjunto de estratégias didático pedagógicas vivenciadas durante o percurso acadêmico, previstas pela Instituição de Ensino Superior (IES), para a integralização curricular, considerando-se aqueles relevantes para que o/a estudante adquira, o saber e as habilidades necessárias à sua formação.

Parágrafo Único. As Atividades Complementares do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI se caracterizam como atividade acadêmica individual no âmbito da UFPI, se configuram como atividades acadêmicas específicas que o/a aluno/a desempenha por livre iniciativa, sem ou com a participação ou orientação de um professor da UFPI e que, no entendimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), contribuem para sua formação e devem ser registradas no histórico escolar.

Art. 2º. São consideradas Atividades Complementares do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI a participação dos/as discentes nas seguintes atividades:

- a) Ensino;
- b) Iniciação à pesquisa;
- c) Grupos de estudos;
- d) Grupo de pesquisa;
- e) Programa de Intercâmbio Interinstitucional;
- f) Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos;

- g) Organização de eventos técnico-científicos;
- h) Participação em minicursos;
- i) Participação em eventos técnico-científicos;
- j) Docência;
- k) Assessoria em comunidades rurais e cooperativas;
- l) Facilitação de curso, minicurso ou oficina;
- m) Extensão;
- n) Publicações em anais de eventos internacionais, nacionais, regionais e locais;
- o) Publicações em periódicos nacionais;
- p) Publicação de livros ou e-book (como organizador, autor ou coautor)
- q) Publicação de capítulo de livro;
- r) Representação estudantil;
- s) Representação de sindicatos e movimentos sociais;
- t) Atividades Artístico-culturais;
- u) Produções técnico-científicas;
- v) Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos;
- x) Participação em disciplina eletiva;
- y) Realização de estágios não obrigatório;
- z) Visitas técnicas.

Parágrafo único. O estágio curricular não obrigatório é aquele previsto no PPC, no âmbito das atividades complementares e, na UFPI está sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) e da Coordenadoria Geral de Estágio (CGE).

Art. 3º. As atividades Complementares do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI são agrupadas nas seguintes categorias:

- a) Iniciação à docência e à pesquisa;
- b) Atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais;
- c) Experiências profissionais e/ou complementares;
- d) Atividades de extensão;
- e) Trabalhos publicados;

- f) Vivências de gestão;
- g) Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas;
- h) Disciplina eletiva;
- i) Estágio não obrigatório;
- j) Visitas técnicas.

Parágrafo Único. Cada atividade está descrita no item 00 do presente PPC e possui uma carga horária mínima e máxima, que podem ser integralizadas no histórico escolar a partir da apresentação dos documentos comprobatórios exigidos pela Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI.

Art. 4º. Para a participação do/a discente nas Atividades Complementares de Graduação, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Realiza-las a partir do seu ingresso no curso;
- II – Ser compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso;
- III – Serem realizadas em pelo menos duas das categorias citadas no artigo 3º;

Art. 5º. O período para registro das atividades complementares no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) pelo/a discente é estabelecido no Calendário Acadêmico de cada período letivo ou por procedimento especial aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN).

Art. 6º. Cabe à Coordenação de Curso avaliar o desempenho do/a discente nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo a decisão deferido/indeferido e estipulando a carga horária a ser aproveitada de acordo com as normas do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI, de modo a ser homologada no SIGAA para que seja incluída no histórico dele/a.

Art. 7º. O período de avaliação das Atividades Complementares de Graduação pela Coordenação de Curso também está previsto no Calendário Acadêmico de cada período letivo, cujo prazo final é de até 60 dias antes do prazo para a colação de grau do/a discente.

Art. 8º. Os casos de discente ingresso do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI por meio de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiver participado de Atividades Complementares de Graduação, serão avaliados pela Coordenação de Curso, que poderá computar total ou parte da carga horária atribuída pela IES ou curso de origem, em conformidade com as disposições da Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e de suas normatizações internas.

Art. 9º. A carga horária de atividades complementares do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI, condição necessária para conclusão do curso, é de 200 horas, não ultrapassando os 10% da carga horária total do curso.

Parágrafo único. Não pode haver substituição da carga horária de Atividades Complementares de Graduação por outros componentes curriculares obrigatórios ou optativos.

Art. 10º. A Coordenação do Curso é a responsável pelo acompanhamento e avaliação das Atividades Complementares de Graduação.

Parágrafo Único. É responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE) propor as cargas horárias atinentes às Atividades Complementares de Graduação a serem inseridas no PPC do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI e a aprovação das normatizações para a operacionalização delas, com deliberação pelo Colegiado do Curso e, após análise da Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular e da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) será homologado pela Câmara de Ensino (CAMEN), em casos de inclusão de novas ACC's.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO IV

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE

As Atividades Curriculares de Extensão do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI da Universidade Federal do Piauí, obedecerão criteriosamente o que está exposto na Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e a Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição.

Considerando as Resoluções citadas, As Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI seguirão as seguintes normativas:

Art. 1º As ACEs deverão promover a interação dialógica da comunidade acadêmica com os diferentes segmentos sociais, troca de conhecimentos, vivências interprofissionais e interdisciplinar e conhecimento e comprometimento com as demandas sociais e da educação básica, através de ações interventivas;

Art. 2º Os alunos do Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI deverão integralizar, até o 8º semestre, **000 horas** de Atividades Curriculares de Extensão – ACEs, como condição de conclusão do curso e obtenção do título de Licenciado(a) em Licenciatura Ciências Humanas e Sociais;

Art. 3º O Curso terá um Coordenador de Extensão que fará o acompanhamento na oferta, execução e integralização das ACEs, buscando alternativas para os problemas surgidos no processo, conforme as atribuições definidas na Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI (§ 3, art. 2);

Art. 4º As horas curriculares de extensão podem ser contabilizadas de três formas, conforme determinação no projeto pedagógico do curso, a saber:

- I - disciplinas dedicadas integralmente ou parcialmente às atividades extensionistas;
- II - cumprimento do componente curricular denominado “Atividade Curricular de Extensão (ACE)”, assegurado a oferta de, no mínimo, uma ACE a cada semestre letivo do curso ;
- III - cumprimento das atividades de extensão previstas no art. 8º da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Art. 5º As atividades de extensão para serem integralizadas como ACEs deverão:

- I - Serem cadastradas na PREXC nas seguintes modalidades: programa de extensão, projetos de extensão, cursos de extensão, eventos de extensão ou prestação de serviços à comunidade externa e/ou atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina, mas com ACE.
- II - Serem desenvolvidas presencialmente;
- III - Terem os alunos como executores, sob a coordenação de docentes;

Art. 6º A Coordenação do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI oferecerá obrigatoriamente, a cada semestre (com exceção do primeiro) no mínimo, uma ACE, conforme resolução vigente;

Art. 7º As ACEs a serem ofertadas pela Coordenação do Curso contemplarão o perfil do profissional que o curso objetiva formar, garantindo a interdisciplinaridade e interprofissionalidade do curso, tendo suas ações voltadas para os seguintes Eixos Temáticos:

- . Ética e Cidadania;
- . Inovação tecnológica;
- . Inclusão socioeducacional;

- . Empreendedorismo;
- . Políticas educacionais;
- . Práticas educativas;
- . Diversidade e educação.

Art. 8º Os alunos não serão obrigados a participarem das ACEs ofertadas pela Coordenação, podendo participar de outras atividades de extensão propostas por outros cursos ou órgãos da UFPI, desde que elas sejam presenciais, estejam cadastradas na PREXC e abordem os eixos temáticos definidos neste PPC;

Art. 9º As atividades de extensão realizada pelos alunos em outras Instituições de Ensino Superior poderão ser aproveitadas como ACEs desde que:

- I - As atividades desenvolvidas contemplem um dos eixos temáticos definidos no item 6 deste Regulamento;
- II - As atividades tenham sido desenvolvidas presencialmente e o discente tenha sido um dos seus executores;
- III - O discente solicite o aproveitamento, junto ao Coordenador do Curso de Extensão, via processo até um ano antes da previsão para a conclusão do curso;
- III - O processo esteja instruído com o relatório da atividade de extensão desenvolvida, devendo ser assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração de atividade executada.

Art. 10º Nos casos de transferência interna ou mudança de curso dentro da UFPI, o discente poderá solicitar, junto ao Coordenador do Curso de Extensão, os aproveitamentos das ACEs já integralizadas, ou não, no currículo do curso de origem, o qual será concedido conforme o Art. 17 da Resolução;

Art. 11º A integralização das ACEs no Curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI iniciará no segundo semestre do curso, considerando as etapas previstas no artigo 9º da Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura Ciências Humanas e Sociais PRILEI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete da Reitoria

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 879, DE 15 DE AGOSTO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural, a ser ofertado pelo *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella, da Universidade Federal do Piauí, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso da atribuição *ad referendum* que lhe confere o art. 15, *caput*, inciso XX, do Regimento Geral da UFPI, e de acordo com o que consta do processo nº 23111.041606/2025-43 da UFPI;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural, a ser ofertado pelo *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – CMPP/UFPI, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI, conforme Projeto Pedagógico do Curso anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 15 de agosto de 2025


NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA
Reitora



TERESINA- PI – 2025
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FOMENTO E INDUÇÃO DA INOVAÇÃO
DA FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA DE PROFESSORES COM
ENFASE NA EDUCAÇÃO INTEGRAL- PRILEI



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA EM ARTES E
MEDIAÇÃO CULTURAL

NADIR DO
NASCIMENTO
NOGUEIRA:1825713
5372

Assinado de forma digital
por NADIR DO NASCIMENTO
NOGUEIRA:18257135372
Dados: 2025.08.15 15:09:50
-03'00'

TERESINA- PI – 2025



Documento assinado digitalmente

DJANIRA DO ESPIRITO SANTO LOPES CUNHA
Data: 15/08/2025 11:40:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES E MEDIAÇÃO CULTURAL

Projeto Pedagógico do Curso de *Licenciatura em Artes e Mediação Cultural*, Universidade Federal do Piauí *Campus Ministro Petrônio Portela*, no município de *Teresina* – Piauí, a ser implementado em 2026.1.

GOVENO FEDERAL

Luís Inácio Lula da Silva

MINISTÉRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

REITORA

Profa. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

VICE-REITOR

Prof. Dr. Edmilson Miranda de Moura

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Marcos Antonio Tavares Lira

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Tec. Ma. Larissa Naiana Mendes de Sousa

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Gardênia de Sousa Pinheiro

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Rodrigo de Melo souza Veras

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Profa. Dra. Waleska Ferreira de Albuquerque

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof. Dr. Emídio Marque de Matos Neto

COORDENADORA GERAL DE GRADUAÇÃO - CGRAD

Profa. Dra. Marli Clementino Gonçalves

COORDENADORA GERAL DE ESTÁGIO - CGE

Profa. Dra. Suely Carvalho Santiago Barreto

COORDENADORA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO - CGE

Tec. Esp. Rita de Cássia Alves da Silva

**COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO CURRICULAR -
CDAC**

Tec. Dra. Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA - DAA

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA COMPLEMENTAR - CAAC

Prof. Dr. Edivan Carvalho Vieira

COORDENADOR DE SELEÇÃO E PROGRAMAS ESPECIAIS - CSPE

Prof. Dr. Willian Mikio Kurita Matsumura

ASSESSORIA TÉCNICA E PEDAGÓGICA – CDAC/PREG

Coordenadora de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular - CDAC

Tec. Dra. Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

Adelaide Maria de Sousa Costa

Técnica em Assuntos Educacionais

Francisca Beatriz da Silva Sousa

Técnica em Assuntos Educacionais

Maira Danuse Santos de Oliveira

Técnica em Assuntos Educacionais

Vando Milhomem Santos

Assistente em Administração

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO NO ÂMBITO DO
PRILEI**

Antônia Dalva França Carvalho
Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha
Francisco das Chagas Amorim de Carvalho
Francisco Waldílio da Silva Sousa
Gardênia de Sousa Pinheiro
Keylla Rejane Almeida Melo
Liane Mendes Feitosa Soares
Manoel Vieira de Matos Neto
Marli Clementino Gonçalves
Ray Victor Guimarães Serra
Sandoel de Brito Vieira
Willian Mikio Kurita Matsumura

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n, CEP: 64049-550 (ou de *Campi* Fora de Sede)

CIDADE: Bom Jesus

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

SUMÁRIO

1 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO	8
2 INTRODUÇÃO	10
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO FACE ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, NACIONAIS E/OU REGIONAIS E ÀS DEMANDAS	16
3.1 Comprovação da demanda: justificativa da necessidade social e institucional do curso	21
3.2 Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio	24
4. PERFIL DO EGRESSO	33
5. OBJETIVOS	35
5.1 Objetivo geral	35
5.2 Objetivos Específicos	35
6. CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROCESSO FORMATIVO: METODOLOGIA E AVALIAÇÃO.	36
6.1 Aspectos teóricos conceituais: Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana	36
6.2 Princípios	36
6.3 Base legal	38
6.4 Aspectos teóricos metodológicos	40
6.4.1 Pedagogia da Alternância	42
6.5 Sistemática de avaliação	43
6.5.1 Da avaliação do processo de ensino e aprendizagem	43
7 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS PERCURSOS FORMATIVOS	47
7.1 Dimensões do processo formativo	47
7.2 Alinhamento do curso à BNCC	48
7.3 Alinhamento do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica	50
7.4 Alinhamento do curso às normativas da Educação Integral	53
7.5 Inclusão do uso pedagógico das tecnologias e "inovação", de forma explícita, bem como de metodologias ativas e empreendedorismo	55
7.6 Articulação entre teoria e prática, por meio da residência docente, de estágios, de disciplinas e de práticas, desde o início da formação	57
7.7 Organização Curricular	59
7.7.1 Matriz Curricular	63
7.7.2 Fluxograma do curso	69
7.7.3 Ementas e bibliografias básica e complementar	70
8. REQUISITOS LEGAIS	109
8.1 Prática como componente curricular	109
8.2 O estágio supervisionado obrigatório	110
8.3 Trabalho de Conclusão de Curso	112
8.4 Atividade Curricular Complementar	112
8.5 Atividades Curriculares de Extensão	117
9 OUTRAS OPÇÕES DE APOIO À APRENDIZAGEM	120
9.1 Acessibilidade e Atendimento às pessoas com Necessidades Especiais	120
9.2 Tecnologias de Informação e Comunicação	121
9.3 Ingresso e Permanência	123
10. ESPECIFICIDADES DA FORMAÇÃO ACADÊMICA	125

10.1 Articulação com a Pós-Graduação	125
11. INFRAESTRUTURA	127
11.1 Recursos humanos	127
11.1.2 Docentes	127
11.1.3 Servidores Técnicos Administrativos	127
11.2 Recursos Materiais e Auxílio Financeiro para as saídas para a prática	128
11.3 Espaço físico: sala de aula, laboratórios e salas especiais	129
11.4 Biblioteca e acervo bibliográfico	130
11.5 Condições de acessibilidade	130
12 PLANO DE IMPLANTAÇÃO	131
13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DO CURSO	134
14 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO MONITORAMENTO DE PERMANÊNCIA	134
REFERÊNCIAS	138
ANEXOS	141
Anexo I – Regulamento do Estágio Supervisionado Obrigatório	142
Anexo II – Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso	156
Anexo III – Regulamento das Atividades Curriculares Complementares	160
Anexo IV – Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão	164

1 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

- **DENOMINAÇÃO DO CURSO:** Licenciatura em Artes e Mediação Cultural - LIAMC
- **MODALIDADE:** Presencial com base na Pedagogia da Alternância. Ou seja, está organizado em tempos e espaços diferentes e complementares: parte do curso é desenvolvida presencialmente em períodos intensivos de formação presencial na Universidade (Tempo Universidade – TU) e parte presencialmente em períodos intensivos de formação presencial no território onde vive o aluno (Tempo Comunidade – TC). Ambos os tempos interagem por meio de projetos de intervenções na realidade social e educacional do discente, a partir das atividades desenvolvidas na Universidade e com o acompanhamento dos docentes do curso, em forma de pesquisa-ação.
- **OBJETIVO:** Formar docentes para atuar nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio na área de Artes e Mediação Cultural, oferecendo uma formação geral humanística, científica, ética e artística, utilizando estratégia metodológica de base interdisciplinar.
- **PROFISSIONAL FORMADO:** Licenciado(a) em Artes e Mediação Cultural
- **PÚBLICO-ALVO:** alunos com bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sob o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa, e para os professores do Ensino Fundamental (séries finais, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, sem qualificação adequada, priorizando os que não possuem curso superior;
- **FORMA DE INGRESSO:** ENEM e seleção em Edital específico do PRILEI/PREG/UFPI.
- **FORMA DE SELEÇÃO DOS PROFESSORES.** para ministrar as disciplinas de cada período serão selecionados professores por meio de edital específico no âmbito do PRILEI, cujos critérios incidirão sobre a formação (titulação), qualificação e experiência acadêmica e profissional dos candidatos, priorizando os servidores efetivos da instituição proponente com atuação na graduação e pós-graduação, em projetos de pesquisa e extensão. Não sendo preenchidas as demandas do período abrem-se vagas para candidatos externos, seguindo os mesmos critérios de seleção.
- **REGIME ACADÊMICO:** Crédito.
- **CARGA HORÁRIA:** 3.335 horas aula e horas relógio uma vez que na UFPI a hora aula é de 60 minutos, conforme Resolução CEPEX/UFPI 177/12.
- **DURAÇÃO DO CURSO:** 8 semestres (04 anos), conforme o Edital nº 03/2025-SEB/MEC do PRILEI.
- **TURNOS DO CURSO:** O Curso é integral pois está organizado de acordo com a modalidade da Pedagogia da Alternância.
- **VAGAS:** 40 vagas.

- **SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR**

COMPONENTES CURRICULARES	Carga horária (h)
Disciplinas Obrigatórias	2.160
Disciplinas Optativas	120
Trabalho de Conclusão de Curso	105
Atividades Complementares	200
Estágio Supervisionado Obrigatório	405
Atividades Curriculares de Extensão	345
TOTAL	3.335

2 INTRODUÇÃO

Em consonância com o Edital MEC/SEB nº 03, de 18 de julho de 2025, que se caracterizou pela Chamada Pública para seleção de propostas de Instituições de Ensino Superior (IES), voltadas à formação inicial de professores, visando à oferta de até 2.880 (duas mil, oitocentas e oitenta) vagas em cursos de Licenciaturas, na modalidade presencial, no âmbito do **Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei)**, a Universidade Federal do Piauí (UFPI), mais especificamente, o Campus Ministro Petrônio Portela apresenta o Projeto Pedagógico para o Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural, que se destina à formação inicial e valorização social de professores com ênfase na Educação Integral observando os contextos socioculturais diversificados.

Neste projeto, expõe-se o contexto, as justificativas e as diretrizes curriculares organizativas para o desenvolvimento do Curso, em atendimento às demandas das políticas públicas para a valorização social da profissão docente, assegurando a equidade de oportunidades, reduzindo as desigualdades regionais e diminuindo a carência de professores da Educação Básica, por meio do regime de colaboração entre a UFPI, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), as secretarias estaduais e municipais de educação.

Assim, a Universidade Federal do Piauí, buscando realizar sua missão de promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional, vem colaborar com a formação de professores de Ciências da Natureza, com base na Pedagogia da Alternância, para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

A viabilização de formação superior específica para professores em exercício na rede pública estadual e/ou municipal e de alunos que concluíram o Ensino Médio e tiveram bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), tem como pretensão promover a expansão da oferta da Educação Básica na Região entre Rios do Piauí, local em que há carência de professores qualificados para o ensino da Arte com ênfase na Educação Integral; além do auxílio à superação das desvantagens educacionais, observando os princípios de igualdade, equidade e gratuidade quanto às condições de acesso..

A disciplina Educação Artística foi instaurada como disciplina obrigatória nos currículos de 1º e 2º graus através da lei 5692/71. Desde então, foram criados cursos de Licenciatura em Educação Artística com habilitações em Artes Cênicas, Artes Plásticas, Desenho e Música, dentre os quais o curso de Educação Artística da UFPI, criado em 1977, através da Resolução nº. 01/77 CCE/UFPI, CONSUN. Todavia, considerando o papel do professor de Arte na sociedade, ao longo dos anos, exigiram mudanças e reformas na estrutura dos currículos destes cursos.

Na maioria dos Estados Brasileiros, a Licenciatura em Arte Visuais, Música, Teatro e Dança tem já décadas de implantação. Além das escolas, a qualificação neste campo tem importância para toda a indústria da cultura local e regional. A LDB 9394/96 institui o ensino de Arte e a inclui na “estrutura curricular como área, com conteúdos próprios ligados à cultura artística e não apenas como atividade” (PCNs, vol. 6, p. 30). A Lei 13.278/2016, inclui as Artes Visuais, a Dança, a Música e o Teatro nos currículos dos diversos níveis da Educação Básica. A nova lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei 9.394/1996) estabelecendo prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino promovam a formação de professores para implantar esses componentes curriculares no Ensino Infantil, Fundamental e Médio.

Este documento apresenta o Projeto Político Pedagógico para implantação da Licenciatura em Artes e Mediação Cultural. A área Arte, conforme explicitado anteriormente, abrange 4 linguagens: a Dança, o Teatro, as Artes Visuais e a Música, a mesma BNCC acrescenta o eixo temático Artes integradas, mas também é necessário considerar a Performance, o Circo e o Cinema; é importante considerar as orientações das novas Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação (Lei 13.278 de maio de 2016), sobre a formação específica quando se trata das licenciaturas regulares, dada a complexidade de cada área.

Por ocasião do Edital PRILEI/2025, aqui apresenta-se proposta de Licenciatura Interdisciplinar observando o documento Referenciais Orientadores para as Licenciaturas Interdisciplinares (R.O.LIs.), elaborado por um Grupo de Trabalho constituído pela SESu/MEC e publicado em agosto de 2014, as LIs são assim descritas:

[...] cursos de graduação que habilitam professores para atuar na Educação Básica e que se organizam curricularmente de modo a favorecer a construção de percursos de formação docente nas áreas do

conhecimento, caracterizados por um permanente diálogo entre essas áreas. Segundo o documento, a organização curricular por disciplinas teria surgido não da pesquisa, mas da didática, ao operar “modos de apropriação da realidade, cada vez mais profunda e complexa.

O contexto histórico, social, político, econômico, nos diferentes setores da organização das sociedades contemporâneas, os temas e problemas a serem enfrentados, considerando a complexidade, exigem uma abordagem sistêmica, uma religação dos saberes (MORIN, 2021) ao tempo que é necessária, uma ecologia epistêmica ou ecologia dos saberes (SANTOS, 2008). Buscou-se, então, formas de expandir e criar conexões na construção do conhecimento escolar, o que exige a formação de professores também mais ampliada, articulando áreas do conhecimento que traduzir a interdisciplinaridade, também a necessidade de atender aos temas urgentes que mobilizam a educação, as ciências e toda a sociedade, a exemplo dos temas da transversalidade: a ética, a ecologia [urgências climáticas], a diversidade cultural, a equidade, portanto o tema da multiculturalidade, também a necessidade de esforços conjuntos para cumprir as metas das Agendas Globais, explicitados nos ODS, entre outros programas: Cidades Educadoras e Cidades Criativas. Desse modo, a formação docente precisa estar pautada no diálogo pluri-epistêmico e integrador entre campos convergentes do saber, objetivando-se em propostas de Cursos interdisciplinares.

Esta proposta vem apresentar uma oportunidade de formação inovadora para a Educação Básica, e uma alternativa para superar a ausência de profissionais habilitados para o ensinar e aprender de forma interdisciplinar a Arte na escola. O licenciado em Artes Visuais e o licenciado em Música estão habilitados para atuarem desde o Ensino Fundamental (séries finais) até o Ensino Médio.

Neste sentido, da organização de um currículo inovador, é importante recordar que consta entre os princípios da Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024: “XII - a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”.

Além desta inadequação do professor-artista, atualmente com a ampliação dos espaços de cultura, com as novas concepções dos museus, e mesmo, as novas concepções do acontecimento artístico, com as relações entre escolas e os espaços de cultura, sugeridos pelo Novo Ensino Médio, também nas políticas destes espaços de fazerem a arte e a cultura acessível a públicos de diferentes idades, é necessária a

formação de artistas ou de professores-artistas, arte-educadores, com saberes pedagógicas de maneira que estejam habilitados a fazer as mediações culturais com alunos/as crianças e adolescentes bem como com alunos/as jovens e adultos, seus familiares e comunidade escolar em geral.

Então, a Licenciatura em Artes e Mediação Cultural vem para superar a ausência de profissionais para atuarem com segurança e competência com as artes desde o Ensino Fundamental, oferecendo as condições para que os profissionais das Artes, da Pedagogia e de áreas convergentes, complementem a formação primeira. O arte-educador com formação inicial em Artes Visuais ou em Música - os cursos existentes na UFPI - poderão ampliar seu repertório com saberes das outras linguagens artísticas, e por outro lado, o pedagogo poderá ampliar seu conhecimento das pedagogias das 4 linguagens artísticas, o que o tornará melhor capacitado para conduzir processos de ensino e aprendizagem com as linguagens artísticas e a mediação cultural no ambiente escolar e em espaços culturais.

Outro objetivo desta proposta é suprir as escolas e espaços culturais com profissionais cuja formação os habilite a articular e mobilizar os conhecimentos artísticos e pedagógicos, cujo perfil será constituído com as habilidades e competências de um educador, mas também mediador cultural, para atuar na escola, também em espaços de educação não-formal: espaços de cultura, museus, galerias de arte etc.

Sabe-se da importância das artes na formação humana, e está demonstrado que na educação escolar, são imprescindíveis para o desenvolvimento pleno de todas as dimensões e potenciais na constituição da criança. É inconcebível uma educação de qualidade sem a presença das artes, contribuindo com seus aspectos lúdicos, com seus jogos e brincadeiras. Nos documentos oficiais para este público, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, consta que é dever do Estado garantir o direito da criança a ter acesso às artes, às culturas e ao lazer.

Além das justificativas anteriores, a proposta de criação deste curso também vem colaborar para sanar uma ausência ainda comum nas escolas do Piauí, pois, ainda não são ofertadas Licenciaturas para o Teatro e a Dança, em nível superior de ensino.

A Licenciatura em Artes e Mediação Cultural, além das pedagogias em Artes Visuais e Música, cursos existentes na UFPI e com consolidada eficiência para a formação de professores na área Arte, este curso que ora propomos, também ofertará como componentes curriculares a pedagogia do teatro e a pedagogia da dança. Pedagogias que sistematizadas e articuladas com fundamentos teóricos e as

experiências práticas, em forma de laboratórios, ateliês, oficinas, seminários, residências artístico-pedagógicas, constituirão o itinerário formativo do estudante, de maneira que o licenciado tenha conhecimento das pedagogias das 4 linguagens artísticas da Arte.

A LI em Artes e Mediação Cultural é um passo para a implantação das licenciaturas faltantes (Teatro e Dança) para suprirem suas ausências nos anos finais do ensino fundamental e no Ensino Médio, que, sugere-se, possam ser implantadas em ocasião oportuna, e os estudantes conhecerem com maior profundidade a grandeza destas áreas. Almeja-se que as mesmas possam contribuir para a plena formação humana, realizando as seis dimensões no ensino de Arte [Criação, Crítica, Estesia, Expressão, Fruição e Reflexão] conforme propõe a BNCC, o que somente é possível concretizar se estiver presente no transcorrer dos anos da Educação Básica, e alcançar a qualidade de uma Educação Integral.

O currículo do curso tem como referência a legislação anteriormente citada, considera a Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Bem como a LDB 9394/96, visando à Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, curso de licenciatura, de graduação plena; está subsidiado pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) instituído pela Lei nº 13.005/2014, pela Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012, que estabelece as normas gerais de funcionamento da UFPI, pela Resolução CEPEX/UFPI nº 220/2016, que define as diretrizes curriculares para formação em nível superior de profissionais para Educação Básica, pela Lei nº 11.788, de 25/09/2008, que dispõe sobre o Estágio Supervisionado 1; Resolução CEPEX/UFPI nº 22/09, que dispõe sobre o Estágio Obrigatório no âmbito da UFPI; pela Lei nº 13.415/2017, que altera as Leis nº 9.394 e nº 11.494/2007; também em consonância com o PDI 2020-2024; e Resolução CEPEX/UFPI nº 26/09, que regulamenta o Estágio não Obrigatório na UFPI.

A Licenciatura em Artes e Mediação Cultural que se apresenta também atende à Resolução CNE/CES nº 3/07, que dispõe sobre o conceito hora-aula; à Resolução CNE/CES nº 1/2009, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais e dá outras providências; e à Deliberação CEE 111/2012 alterada pela Deliberação 154/2017, por

meio do Parecer CEE no 590/2017 e Portaria CEE-GP no 681/17, apresentando o Curso com carga horária total de 3.315 horas.

Assim, considerando o artigo 53, item II, da LDB, que atribui às universidades, no exercício de sua autonomia, “fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes”; e as premissas estabelecidas pela Secretaria de Ensino Superior (SESu), que orienta para a construção de currículos que atendam especificidades regionais, vocações específicas de cursos e mercados de trabalho diversificados, apresentamos o Projeto de criação e implantação da **Licenciatura em Artes e Mediação Cultural**.

A relação universidade, cultura e sociedade está pautada na nossa missão institucional quando se busca compreender a realidade a partir do perfil discente e seu entorno, oferecendo mecanismos mais eficientes para a formação de um profissional com mais consciência, maior autonomia e comprometido com uma educação transformadora. Citamos a missão institucional, exposta no PDI, como referência de um sistema que inspira e conduz este Projeto:

Propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional (PDI-220/2024).

A Universidade em sua missão mantém o compromisso com a formação de qualidade, e com a imprescindível responsabilidade social. As constantes modificações propostas pelo SINAES, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, também contribui para as proposições que ora nos ocuparemos, principalmente no que compete a busca de estreitamento entre o espaço de responsabilidade social da IES, da comunicação com a sociedade, o planejamento de avaliação, as políticas de atendimento ao estudante e, como norteador e regulador de cada passo, a relação Missão e PDI quando da aplicação das políticas que viabilizem o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão em nossa realidade acadêmica.

A adequação de todas essas dimensões supracitadas não é tarefa pequena e tampouco, simples, mas, são tarefas que urgem e fazem sentido em uma realidade

onde os saberes e fazeres artísticos e culturais são catalisadores e fomentam a produção de novas perspectivas e realidades.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO FACE ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, NACIONAIS E/OU REGIONAIS E ÀS DEMANDAS

O Projeto Pedagógico do Curso é produto de um trabalho coletivo envolvendo uma equipe de professores de diversas áreas epistemológicas convocados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, cuja pró-reitora integra a equipe de elaboração. A elaboração conceitual deste curso representa mais uma ação inovadora rumo à consolidação da presença da UFPI nas mais diversas áreas do conhecimento que carecem de professores com qualificação e que atendam às necessidades e à organização da atual política curricular da Educação Básica e da formação de professores para atuar nesta etapa de ensino.

De fato, o contexto atual exige que os professores tenham o domínio de conhecimentos e habilidades que dialoguem com as necessidades dos dias de hoje. Além disso, é necessário que eles tenham competências específicas com vistas a atender a essas demandas, de acordo com o que prevê o Edital do PRILEI (Brasil, 2025, p. 1-2), em alguns dos seus objetivos, a saber:

- a) incentivar a melhoria da qualidade da docência na Educação Básica, com ênfase nas escolas da rede pública;
- b) fomentar a atratividade, a permanência e a conclusão em cursos de licenciatura junto às IES;
- c) ampliar o ingresso de licenciados na carreira docente;
- d) diminuir a carência de professores da Educação Básica nas regiões e nas áreas de conhecimento de maior carência;
- e) reduzir as desigualdades regionais nas redes de ensino da Educação Básica;
- f) assegurar a equidade de oportunidades de desenvolvimento na formação docente e a valorização profissional dos professores;
- g) contribuir para a valorização social da profissão docente, de modo a reconhecer a importância dos professores para o desenvolvimento do País;
- h) induzir a oferta de cursos de licenciaturas inovadoras, que atendam às necessidades e à organização da atual política curricular da Educação Básica e da formação de professores para atuar nessa etapa de

ensino;

- i) promover a adequação da Pedagogia e das Licenciaturas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aos currículos e às matrizes estabelecidas pelas redes de ensino, às propostas pedagógicas curriculares das escolas de Educação Básica e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura);
- j) contribuir para o alcance da Meta 15 do PNE, oferecendo, aos professores em serviço na rede pública, oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;
- k) incentivar o desenvolvimento de propostas formativas inovadoras, que considerem as especificidades da formação em serviço para professores da Educação Básica, por meio do uso pedagógico das tecnologias, das metodologias ativas, de ensinamentos híbridos e de empreendedorismo;
- l) estimular a articulação das Instituições de Ensino Superior (pós-graduação, pedagogia e licenciaturas) com as Redes de Ensino, visando ao desenvolvimento da atuação prática de pedagogos e licenciandos, por meio do estágio e disciplinas práticas;
- m) estimular o desenvolvimento e a oferta de novos formatos de curso de formação de professores, visando promover licenciaturas interdisciplinares, em rede e com ênfase na vivência prática na escola básica, buscando preencher as lacunas acadêmicas no que concerne à formação interdisciplinar dos professores da Educação Básica.

Notadamente o Piauí tem expressivos indicadores educacionais que o caracterizam como uma região com elevados níveis de desigualdade social marcados pela precariedade da formação profissional e pela oferta restrita de empregos. Ora, a educação é um dos caminhos para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, há a necessidade de se implantarem novos cursos, de Graduação e de Pós-Graduação, que contribuam efetivamente

para o desenvolvimento regional, e contribuir com a fixação de excelentes profissionais na região. Em face desta realidade justifica-se plenamente a iniciativa da UFPI de implantar mais Licenciatura Interdisciplinar com foco nas artes e mediação cultural, assumindo sua função de formadora de competências que possibilitem aos indivíduos o exercício efetivo da cidadania e dos direitos culturais. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso buscou atender às inovações conceituais tanto da BNCC como das diretrizes curriculares nacionais.

O Centro de Ciências da Educação da UFPI teve como base de sua fundação o Departamento de Educação, este instituído pela Resolução nº 18/1971, e tinha como objetivo ministrar as disciplinas pedagógicas para os cursos de Licenciatura ofertados pela instituição na época. Com a criação de cursos próprios, Pedagogia e Artes Práticas, em que se ampliaram e se diversificaram as atividades desse departamento, incluindo-se também cursos conveniados com a Secretaria Estadual de Educação do Piauí, tornou aquela estrutura insuficiente para atender tais demandas. Nesse contexto, através de estudos realizados por uma comissão criada com atribuição específica, resultou em um relatório elaborado pela referida comissão no qual se evidenciou a necessidade da transformação do Departamento de Educação em uma unidade administrativa que pudesse comportar os cursos recém-criados e continuar a oferecer as disciplinas pedagógicas de origem. Assim, pela Resolução nº 10/75 de 19 de março de 1975, foi criado o Centro de Ciências da Educação, constituído pelos Departamentos de Fundamentos da Educação, Métodos e Técnicas de Ensino e de Artes Práticas. Na ocasião, o CCE funcionava no SG 04, uma estrutura restrita e, apenas no ano de 1989, foi transferido para as atuais instalações, com o curso de Pedagogia e Artes. O curso de Comunicação, recém-criado, continuou funcionando no prédio anterior, para anos depois vir a ter espaço no CCE.

O Curso de Artes Visuais, que atualmente existe na UFPI, antes constituído como Curso de Licenciatura em Artes Plásticas, foi atualizado para Artes Visuais, com a colaboração de um conjunto de professores comprometidos em acompanhar as transformações e orientações da LDB e dos PCNS, que já separava as linguagens artísticas em modalidades: Artes Visuais, Música, Dança e Teatro. Cabe ressaltar que esta atualização teve a colaboração do professor Francisco das Chagas Amorim de

Carvalho, que na ocasião, era portador do primeiro título de Mestre em Artes Visuais do Piauí, com formação na Universidade Estadual Paulista [UNESP].

Para dar suporte e condições de formação continuada em Artes para professores da rede pública, o professor Francisco Amorim de Carvalho firmou convênio com o Instituto Arte na Escola, instituição privada de São Paulo, criando na UFPI o Pólo Rede Arte, em sintonia com os pólos já implantados em outras universidades.

Para seguir as orientações da BNCC, seria fundamental a implantação das Licenciaturas em Teatro e Dança. Considerando os desafios de alocar recursos para estes novos cursos, mas objetivando atender a demanda de formação nestas linguagens, foi necessário criar as condições para oferecer cursos de atualização para professores da rede pública de ensino nestas linguagens artísticas, então o professor Francisco Amorim de Carvalho cadastra os projetos de Extensão: Laboratório de Artes Cênicas e o Laboratório de Dança e Artes do Corpo, onde tem realizado ações de formação. Esta breve digressão consiste em evidenciar a vocação e formação interdisciplinar que caracteriza a atuação do corpo docente dos cursos de artes da UFPI.

O Teatro Universitário (TEU), Grupo que, desde 1989, tem seus trabalhos vinculados à Universidade Federal do Piauí, acumula no seu repertório espetáculos construídos a partir de processos criativos autorais, e a encenação de textos já conhecidos na História do Teatro brasileiro e internacional.

Em agosto de 2004 o grupo passa a ter uma nova direção, inicialmente com nome Cabrobó, antiga fazenda de Pernambuco que deu origem ao Piauí, o grupo foi reconfigurado e passou a se identificar como Berro – Laboratório de Artes Cênicas. Tem como uma das suas principais referências estéticas o teatro dialético de forma épica, organizado por Bertholt Brecht (Eugen Bertholt Friedrich Brecht, Augsburg, 1898 – Berlim Leste, 1956) médico, poeta, dramaturgo e encenador alemão; com suas pesquisas experimenta novas possibilidades estéticas para que os seus trabalhos atendam aos desafios e provocações do contexto social. Concilia em suas montagens o prazer estético ao prazer reflexivo, entende o espaço cênico como arena de discussão pública, em seus espetáculos incentiva a arte do espectador – um espectador que cria o espetáculo junto com os artistas durante o fenômeno teatral – um espectador teórico. Realiza pesquisas teóricas e práticas dos diferentes gêneros e formas teatrais, além das performances e demais artes do corpo.

A Direção e Coordenação do Berro, realizada pelo professor, ator e diretor de Teatro, Francisco das Chagas Amorim de Carvalho, traz as referências de sua formação e atuação em São Paulo, no Instituto de Artes da UNESP, na Companhia Ocamorana de Teatro, nas oficinas com grupos como a Companhia do Latão, Galpão do Folias entre outros. Com a experiência de atuação sob direção de Alexandre Mate e Carmina Mendes André, com a formação teórica a partir dos estudos na USP com Iná Camargo Costa, curso de Direção e Dramaturgia com Chico de Assis, e Luis Alberto de Abreu, entre outras referências no Teatro e na Dança. Suas experiências e pesquisas com os jogos teatrais resultaram em publicação através do Ministério da Educação, com o título: 'Jogos teatrais e estética para atores e arte-educadores', distribuído para as escolas públicas.

O Laboratório de Artes Cênicas tem quatro linhas de pesquisa: Teatro e Educação, Teatro e História Social, Teatro e Ciências e o Núcleo de Dramaturgia. O Berro se organiza em núcleos: de Formação, Artístico e de Produção, tem ainda um Conselho Artístico, Este Conselho, constituído de artistas e convidados das comunidades e teóricos da filosofia, sociologia, história, áreas diversas, tem a função de ser interlocutor crítico em relação aos trabalhos do Berro, para que este alcance seus objetivos; entre estes objetivos o ensino de Teatro nas escolas e nas comunidades que convivem com pouco ou limitado acesso às artes e à pluralidade de práticas culturais.

O Núcleo de Dramaturgia desenvolve a análise de textos de autores brasileiros e estrangeiros, em especial de autores piauienses, buscando, assim, estudar o teatro do Piauí. Além das análises de textos, trabalha-se com adaptação e construção de textos para rádio, cinema, televisão, teatro, circo, e espaços abertos. Além da produção de textos e pesquisa sobre técnicas de dramaturgia, faz leituras dramáticas de textos significativos para o contexto sociocultural piauiense ou ainda de textos que tenham relevância na história do teatro.

Os estudos do grupo, a elaboração de oficinas e cursos, como forma de socializar os conhecimentos desenvolvidos pelo Berro, ficam sob a coordenação do Núcleo de Formação. A concepção estética das encenações é coordenada pelo Núcleo Artístico, envolvendo a criação de figurinos, cenários, sonoplastia, iluminação, direção e interpretação. O Núcleo de Produção viabiliza as condições para a realização dos espetáculos, coordena também a elaboração de projetos, comunicação e articulação com instituições públicas e particulares com interesse na produção cultural do Berro.

O Berro - Laboratório de Artes Cênicas organiza cursos e oficinas abertas, em Extensão, para a comunidade de forma contínua nos espaços da Universidade Federal do Piauí; desenvolve projetos voltados para a educação artística e estética, nas associações de moradores, assentamentos da reforma agrária, e demais comunidades. As oficinas estão presentes em eventos promovidos pela universidade, em eventos promovidos por Secretarias de Educação e Cultura de cidades do Piauí, através de parcerias e convênios; e colabora em ações culturais nas comunidade,s nos diferentes territórios do Piauí; suas ações estão presentes em projetos como o Prato Cheio de Arte e Cultura, que, além de acontecer na UFPI, realizou ações em espaços e comunidades da capital, e nos diferentes territórios do Piauí, a exemplo do projeto Cultura Viva, realizado no território dos Cocais entre outros.

O Laboratório de Artes Cênicas, em parceria com o Laboratório de Dança e Artes do Corpo, além do compromisso com a pesquisa estética, processos poéticos e criativos, oferece ao público os resultados das suas ações, colabora para a formação continuada de profissionais da educação formal e não formal, nas escolas e em espaços culturais, nas áreas de ensino de teatro e da dança; também tem colaborado para a formação e aprimoramento de artistas das artes cênicas, profissionais atuam nos centros de formação em artes do Piauí. Espera-se que os gestores públicos considerem a necessidade de maior investimento nas artes e na cultura e a urgência na implantação de uma Licenciatura que habilita profissionais para atuarem nas escolas e nos espaços culturais com as artes e sua integralidade e em sua diversidade de expressões.

3.1 Comprovação da demanda: justificativa da necessidade social e institucional do curso

Apresentamos nesse projeto, como já explicitado anteriormente, a intenção de um curso de caráter regular, baseado nas práticas próprias da Pedagogia da Alternância que, de acordo com o Parecer CNE/CEB Nº. 01/2006, se coloca como uma alternativa eficiente para a Educação, pois visa estabelecer a relação entre família, comunidade e escola. Neste caso, o aluno alterna períodos de aprendizagem na família, em seu lócus socioprofissional e em sala de aula, estabelecendo uma sinergia entre escola e trabalho, otimizada pelas práticas pedagógicas.

Com efeito, neste projeto, considera-se as experiências concretas dos educandos pretende-se que o aluno, no decorrer de suas atividades acadêmicas, desenvolva planos de estudo a serem executados em seu meio socioprofissional, durante o tempo-comunidade, exigindo-lhe atitude de pesquisa, reflexão e discussão com seus familiares, colegas e profissionais para entender e propor soluções acerca de temáticas pertinentes ao curso e à sua realidade. Por isso, além das disciplinas escolares básicas, a educação nesse contexto engloba temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico (Gimonet, 1999; Estevam, 2003; Silva, 2005; Begnami, 2006)

Quando o aluno retorna para vivenciar a rotina da sala de aula tradicional, há um momento de socialização destas experiências vividas, o que lhe permitirá (re)elaborar constantemente a leitura de sua realidade, em todos os seus aspectos, por meio de novos saberes que lhe permita explicar, compreender e agir, tomando o conhecimento científico como base para sua ação pedagógica.

Estas duas dimensões, o tempo-universidade e o tempo-comunidade, devem estar estritamente articuladas, possibilitando que as experiências trazidas pelo aluno do meio sociocultural sejam expandidas para o tempo-universidade, constituindo fontes de reflexão e aprendizagem. Isso significa que a formação ocorrerá em ação, na conexão entre teoria e prática, o que gerará aprendizagens significativas e reais.

Sob este enfoque, o curso contempla a diversidade dos aspectos raciais, étnicos, culturais, políticos, econômicos e de gênero, respeitando os artigos 23, 26 e 28 da LDBEN Nº. 9394/96. Também contempla as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores, incorporando conteúdos de basilar importância para a formação de educadores para a Educação Básica.

Nessa perspectiva preconiza o protagonismo do aluno, investindo para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas (BNCC, 2018). Isso quer dizer que o curso se guia por metodologias ativas, nas quais os alunos aprendem fazendo, para ser capaz de ensinar nas escolas de educação básica. Isso quer dizer ainda que a concepção de aprendizagem do curso se assenta na aprendizagem significativa (Ausubel, 1968, p.

37-38) que implica na organização e integração do material na estrutura cognitiva, entendida como “[...] conteúdo total de ideias de certo indivíduo e sua organização; ou conteúdo e organização de suas ideias em uma área particular de conhecimento”. Para que a aprendizagem significativa possa ocorrer o professor deve considerar o contexto social, cultural e econômico em que o sujeito está inserido, dando condições de o indivíduo participar ativamente do processo de aprendizagem e colaborar de forma consciente para as necessidades sociais que passam a perceber (Moreira; Masini, 2001).

Além disso, formar professores para atuar nestas áreas como a UFPI está propondo, significa elevar o índice de escolarização de nossa região, a Nordeste, além de contribuir para o desenvolvimento social economicamente justo e ecologicamente sustentável da região firmado em concepções sociais modernas e valores humanistas, centra-se no propósito de oferecer, opções de conhecimento que lhe possibilitem a inserção no mercado de trabalho, considerando os diferentes contextos interculturais e sem perder de vista seu compromisso ético e sua responsabilidade socioeducacional.

Efetivamente as necessidades de um Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural está posta pela demanda crescente de carência de professores nesta área.

Considerando o exposto, é urgente atender o que determina a LDB sobre a formação de professores para atuarem na Educação Básica nas linguagens artísticas. Existe na UFPI licenciaturas em Artes Visuais e Música, inclusive conta a favor do Curso Licenciatura em Artes e Mediação Cultural, o fato de poder receber a colaboração de professores que têm experiência nestes cursos.

A Licenciatura em Artes e Mediação Cultural tem o potencial de promover a integração dos cursos existentes: Música e Artes Visuais, constituindo as condições para articulação dos diálogos e resultados destes cursos, fortalecendo, inclusive, a permanência dos estudantes nesses cursos. Poderá viabilizar parcerias com centros e espaços de cultura, como previsto na BNCC e Novo Ensino Médio, que orientam os processos pedagógicos articulem universidades, escolas, espaços de cultura e comunidades, colaborando para tornar acessível o direito à cultura, à arte e ao lazer.

A formação de professores com habilidades para realizarem ações articulando o ensino, a pesquisa e a mediação cultural, resultará no aprimoramento de saberes e fazeres no campo da educação, das artes e da cultura, com inovação na abordagem. Miriam Celeste Martins, educadora, referência na pesquisa sobre o ensino de artes e

sobre as relações entre as Artes e a Mediação, colabora para explicitar a pertinência deste educador como mediador:

3.2 Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio

De acordo com o resumo técnico do censo escolar de 2021 (INEP, 2021) em 2021, foram registrados 2.190.943 docentes na educação básica brasileira. Nos anos iniciais do ensino fundamental, atuam 741.161 docentes. Desses, 86,4% têm nível superior completo (83,4% em grau acadêmico de licenciatura e 3,0%, bacharelado) e 9,2% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 4,4% com nível médio ou inferior (Gráfico 35). Nos anos finais, o percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador de adequação da formação docente) se reduz consideravelmente quando comparado aos anos iniciais. As regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste apresentam um menor percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada.

No que tange ao Ensino Médio, um total de 516.484 professores atuou em 2021. Destes, 97,4% têm nível superior completo (91,6% em grau acadêmico de licenciatura e 5,8%, bacharelado) e 2,6% possuem formação de nível médio ou inferior. De acordo com o indicador de adequação da formação docente para o ensino médio, o pior resultado é observado para a disciplina de Sociologia, em que apenas 40,7% das turmas são atendidas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador).

No Piauí, segundo o INEP (2021) especificamente no ensino fundamental, atuam 27.105 professores, dos quais 15.085 atuam nos anos iniciais e 16.699 atuam nos anos finais. Do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 82,6% têm nível superior completo (78,8% em grau acadêmico de licenciatura e 3,8%, de bacharelado) e 11,2% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 6,1% com nível médio ou inferior. No ensino médio atuaram 10.695 professores em 2021. Desse total, 93,0% têm nível superior completo (84,5% em grau acadêmico de licenciatura e 8,5%, de bacharelado). Em se tratando da adequação da formação docente para a etapa de ensino em questão, o pior resultado é observado para a disciplina de sociologia, em que 8,5% das turmas são atendidas por docentes com formação adequada. O melhor resultado do indicador de adequação da formação docente é observado para a disciplina de língua portuguesa, com percentual de 83,0%.

Pode-se depreender destes dados que cerca de 5 mil dos professores da Educação Básica no Piauí não possuem curso superior no Ensino Fundamental. Esta realidade aponta para a necessidade urgente de formação em nível superior para estes docentes, atendendo à prerrogativa legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394, de 1996, em seu Art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Brasil, 1996).

Quando a análise foca a questão da adequação entre formação e exercício, os dados apontam a precariedade de formação de docentes na área de Sociologia no Ensino Médio. Considerando que o Piauí foi o estado que teve o maior crescimento de matrículas de tempo integral entre 2022 e 2024 das redes estaduais, com um aumento de mais de 160%, alcançando o segundo lugar em percentual de matrículas de tempo integral na rede pública, com 31,4% se e a universalização do tempo integral nas escolas de ensino médio da rede estadual em 2025 (SEDUC, 2025).

Por esta razão torna-se imprescindível que a Universidade Federal do Piauí continue atuando na superação deste quadro, sobretudo no atendimento às escolas que ofertam educação em tempo integral, carentes de políticas próprias de formação, que pensem o professor sendo formado a partir e para o espaço no qual atua, possibilitando-lhe não somente o acesso, mas a permanência na academia. Esse objetivo será alcançado pela implementação deste Projeto Político Pedagógico e pelas possibilidades de Ensino, Pesquisa e Extensão abertas aos docentes e discentes do curso.

O direito à educação através da Arte está na Constituição. Existe enorme demanda para atender nas escolas, considerando existir no Piauí campo para atuação de professores formados em uma Licenciatura em Artes e Mediação Cultural. Além de atuação nas escolas, existe o campo de atuação nos espaços de cultura, a riqueza de expressões culturais piauienses através das linguagens artísticas mostra-se em festivais regionais e internacionais, em feiras de arte e cultura, no calendário e agenda cultural do Estado, entre outros. As implicações da arte para o desenvolvimento pleno do ser humano, em todas as suas dimensões, tem sido demonstrado por pesquisas nos

diversos campos científicos, da psicologia à neurociência, da saúde à criatividade, à solidariedade e a outras habilidades e competências necessárias à vida plena e ao bem viver. A LDB, desde a Lei de 9394/96, atualizada em edição de 2023, no capítulo II, elenca os princípios e fins da educação nacional, determina:

Art. 3o O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

§ 2o O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica.

§ 6o As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2o deste artigo.

A mediação ganha hoje um caráter rizomático, isto é, num sistema de relações fecundas e complexas que se irradiam entre o objeto de conhecimento, o aprendiz, o professor/monitor/mediador, a cultura, a história, o artista, os modos de divulgação, as especificidades dos códigos, materialidades e suportes de cada linguagem artística... (MARTINS, 2003, p. 56).

E considera Miriam Celeste que são vários os mediadores possíveis, mas ressalta que o educador é o principal deles: “cabendo-lhe mediações pedagógicas profissionais competentes frente à cultura” (1999, p. 112); portanto, a escola mais que tornar acessível a cultura deve colaborar para pensar de forma crítica a cultura nas escolas. Também o mediador cultural realiza a função de educador nos espaços culturais.

O licenciado, estará habilitado a atuar com arte nas escolas da Educação Básica, poderá desenvolver habilidades para atuar como mediador cultural em espaços de educação não formal, museus, espaços culturais diversos, participando de forma ativa através da Indústria da Cultura e da Economia Criativa, mobilizando recursos para sua melhor qualidade de vida e de sua comunidade. Também o profissional egresso deste curso poderá ser agente consciente dos valores simbólicos, do patrimônio da cultura material e imaterial do seu território e dos cuidados necessários do patrimônio natural dos ecossistemas, tornando-se um educador comprometido com o cuidado do meio ambiente, consciente das relações interdependentes entre as culturas e os territórios.

Na BNCC, a Mediação Cultural encontra-se na competência geral: Repertório cultural, que consiste em valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e

culturais, das locais às mundiais, e também participar de diversas expressões da produção artístico-cultural. Essa competência estabelece como fundamental que os alunos conheçam, compreendam e reconheçam a importância das mais diversas manifestações artísticas e culturais. Esta competência insta os estudantes à participação, sendo capazes de se expressar e atuar por meio das artes, através desta competência os alunos precisam desenvolver

1. **Fruição:** vivenciar sua identidade, comunidade e cultura e demonstrar sentimento de pertencimento, por meio de experiências artísticas e explorando relações entre culturas, sociedades e as artes.
2. **Expressão:** expressar sentimentos, ideias, histórias e experiências por meio das artes. Documentar, compartilhar e analisar obras criativas.
3. **Investigação e identidade cultural:** reconhecer e discutir o significado de eventos e manifestações culturais e da influência da cultura na formação de grupos e identidades.
4. **Consciência multicultural:** desenvolver senso de identidade individual e cultural e demonstrar curiosidade, compreensão e respeito com diferentes culturas e visões de mundo.
5. **Respeito à diversidade cultural:** experimentar diferentes vivências culturais e compreender a importância de valorizar identidades, tradições, manifestações, trocas e colaborações culturais diversas.
6. **Mediação da diversidade cultural:** reconhecer os desafios e benefícios de se viver e trabalhar em sociedades culturalmente diversas e explorar novas formas de reconciliar valores e perspectivas culturais diferentes ao abordar desafios em comum.

O espaço escolar é também um espaço de mediação cultural. A sala de aula está constituída de diversidade cultural, histórias de vida, identidades, contextos. Além do espaço escolar, existem os espaços não formais de educação, como museus, galerias de arte, teatros, casas e centros culturais e outros. Esses lugares permitem o encontro com obras de arte e objetos de diferentes culturas, possibilitando assim, a ampliação de repertório artístico-cultural do sujeito visitante. Muitos desses espaços, ao receberem as escolas, oferecem mediações culturais e promovem ações educativas aos visitantes. Considerando os sujeitos como singulares que vão se construindo por meio de “bagagens” culturais e históricas, o mediador(a) cultural busca mediar e contextualizar as informações entre a obra e o sujeito, a provocar a reflexão e os diálogos entre a arte e os acontecimentos sociais, políticos, históricos, culturais. Assim, considerando o ser humano como um ser histórico e social inserido em sua cultura, a mediação é compreendida como interação e diálogo que valoriza e dá voz ao outro, ampliando horizontes que levam em conta a singularidade dos sujeitos em processos

educativos na escola ou fora dela. Podemos denominá-la como “mediação cultural”. (MARTINS, 2018, p. 85).

Concordamos com Miriam Celeste Martins e partimos da premissa que a mediação cultural e as ações educativas devem considerar as singularidades de cada sujeito, e se propõe ampliar horizontes, promover diálogos e interações, construir pontes. Portanto a mediação cultural tem potência para melhor habilitar os educadores nas mediações culturais na escola, bem como tornar uma visita e vivência em uma experiência estética, pois somente passar informações históricas e descritivas sobre o acervo visitado não é suficiente “há de ser um convite à *aisthesis*, desarmando a anestesia que leva a indiferença” (MARTINS, 2018, p.85). A mediação cultural e o mediador (a) que transcende a função de apenas apresentar Informações, sem abertura para diálogos e trocas de experiências, permite ao visitante reflexão, conexão e ampliação de saberes. Assim a escola torna-se espaço que mobiliza, potencializa, de forma sistemática e pedagógica, as culturas do contexto e território em que existe. Portanto, com este curso fortalecemos as políticas para a permanência e a conclusão dos estudos na Educação Básica, sabe-se que um dos motivos da desistência ou evasão das escolas, além dos fatores socioeconômicos, deve-se aos paradigmas de abordagem e construção do conhecimento, as metodologias de ensino precisam considerar também as metodologias de aprendizagem, que traduzem a diversidade cultural presente na escola e em cada sala de aula, as condições dos estudantes, o capital cultural, exige abordagens inovadoras em recursos, procedimentos e articulações com a comunidade e o contexto.

Segundo Martins e Picosque (2012, p. 29) “o processo de mediação há de ser provocativo, instigante ao pensar e ao sentir, à percepção e imaginação. Um ato capaz de abrir diálogos, também internos, ampliados pela socialização dos saberes e das perspectivas pessoais de cada fruidor”. O educador como mediador contribui para a formação cultural do aluno-espectador na escola e nos espaços e equipamentos artístico-culturais como espaços de educação. Professores/as licenciados em Artes e Mediação Cultural, além de educar através da arte, mobilizando as dimensões elencadas pela BNCC, também através desta área pode, articulado com professores de outras áreas e conteúdos, realizar projetos de modo a criar campos de experiências e dar vivacidade ao conhecimento, também colaborar na interação da escola com a comunidade, e caminhar para além dos muros das escolas. Cria-se as

condições para valorizar a escola e a figura do professor na comunidade, para reduzir os índices de evasão das escolas, ao possibilitar uma educação significativa, o estudante consegue ver com mais sentido(s) e contextualizados os conteúdos que aprende, articulados pelo professor com a realidade e histórias de vida. Com esta valorização da função da escola e dos professores no contexto educacional, social e cultural, também pode reduzir os índices de desistência dos cursos de licenciatura, apresentando alternativas na rotina e atuação do professor. A Resolução CNE/CP n.4, de maio de 2024 orienta que na construção dos PPCs para formação de professores, deve-se incorporar a base comum curricular e garantir:

IV - processos formativos que visem contribuir para o exercício e o desenvolvimento dos profissionais para o magistério, a partir de uma visão ampla e sistêmica do ensino, da aprendizagem e da avaliação que possibilitem, nos licenciandos, o desenvolvimento de condições para: a) o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o desenvolvimento da comunicação efetiva, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia; e b) o reconhecimento dos diferentes ritmos, tempos e espaços do futuro estudante da educação escolar básica, considerando as dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica.

Desta maneira, a Licenciatura que ora se propõe, está construída a partir de uma “visão ampla e sistêmica do ensino”; e abrange na organização dos seus conteúdos e metodologias o reconhecimento das “dimensões relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica”. Sobre a pertinência de considerar esses conteúdos, nos processos de ensinar e aprender, em outros espaços para além da sala de aula e dos muros da escola, articulados com a comunidade, e com espaços onde o conhecimento possa ser ampliado e contextualizado, na Resolução supracitada, consta:

Art. 7º As IES responsáveis pela oferta de cursos e programas de formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da educação escolar básica devem assegurar a integração da base comum nacional ao seu PPC, articulado com PPI e com o PDI, de modo a garantir:

XI - o uso de diferentes espaços de aprendizagem, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços digitais, espaços recreativos e desportivos, ateliês, museus, secretarias entre outros, necessários ao pleno desenvolvimento das atividades escolares;

XII - o planejamento e execução de atividades integradas e coerentes nos espaços formativos, instituições de Educação Básica e de Educação Superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento, desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do licenciando em formação;

Diante do exposto, a Licenciatura em Artes e Mediação Cultural cria as condições para a formação de professores/as para atuarem na Educação Básica nos espaços da escola, mas também habilitado a realizar as ações pedagógicas “agregando outros espaços culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais” considerando a complexidade das sociedades atuais, a necessidade de investigar e de enfrentar os problemas de forma sistêmica a partir de uma ecologia dos saberes..A necessidade desta ecologia dos saberes mostra-se evidente quando se verifica no censo do INEP/2021 que no Piauí, apenas 10,2% dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental têm Licenciatura completa na área de Arte.

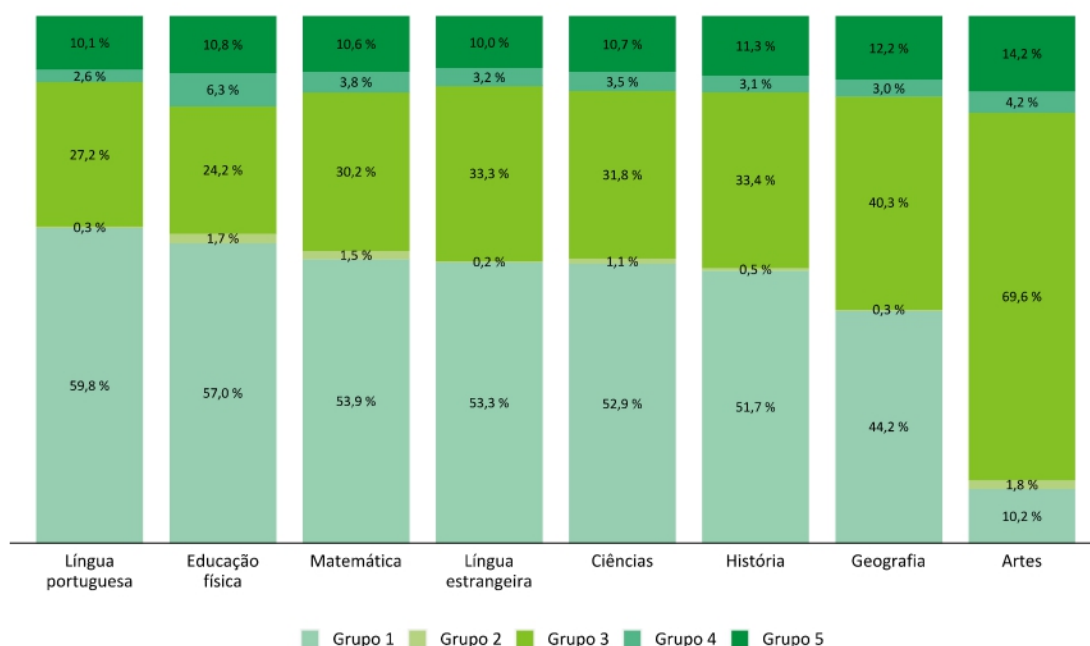


GRÁFICO 40
INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – PIAUÍ – 2021

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

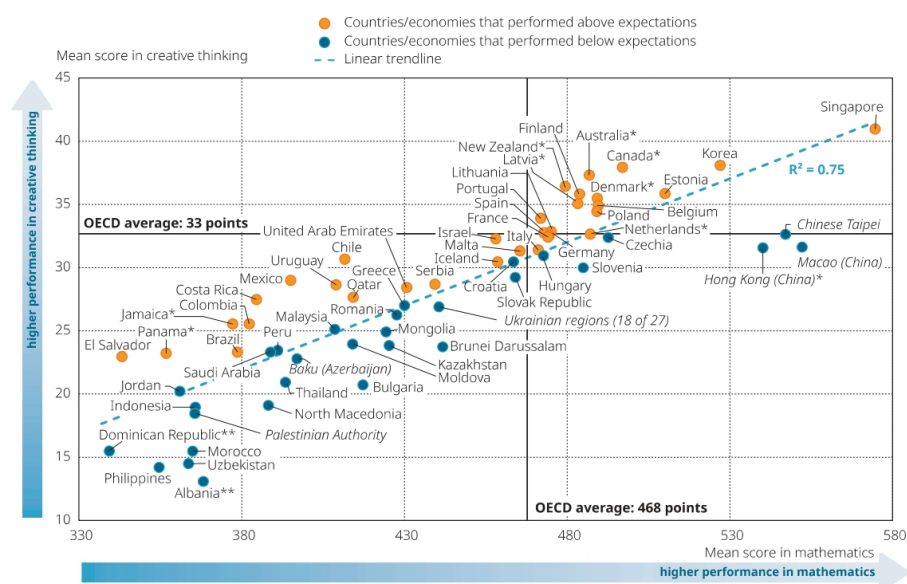
Esta realidade gera prejuízos para a plena formação humana, nas dimensões apresentadas nas Diretrizes Curriculares [CNE/CP n.4 DE 2024] e na BNCC [2016], e resulta em consequências negativas para o desenvolvimento e acesso aos direitos à

Educação Integral e de qualidade, como também fator para manter a situação de pobreza da população. A “falta de cultura”, ou a situação de vulnerabilidade, de acesso negado à cultura, é consequência da pobreza e também causa de sua permanência.

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), no seu Relatório Mapeamento da Indústria Criativa [2025], constata que a partir de 2021, o PIB Criativo ultrapassou 3% (2021: 3,20%; 2022: 3,21%; 2023: 3,59%). Também identifica cerca de 1,262 milhão de profissionais criativos formalmente empregados em 2023. Esse valor representa um aumento de 6,1% em relação ao observado em 2022, crescimento superior ao Total do Mercado de Trabalho (+3,6%). É dizer, enquanto estes relatórios deixam evidente que as formas de trabalho estão se transformando, que o campo dos serviços, como os setores da cultura e do lazer, crescem vertiginosamente, as escolas continuam educando para o mundo do trabalho que vem sendo superado desde a década de 60, a mão-de-obra para as fábricas, estão sendo automatizadas, robotizadas, executadas por tecnologias avançadas; é preciso educar para lidar com outras inteligências, com competências para ações que não podem ser realizadas por máquinas ou artefatos, a inteligências para as relações, para a invenção, a criatividade etc.

Contraditoriamente, o Brasil ficou entre os 15 piores na avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) **sobre criatividade** divulgada em 2024 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Brasil ocupou a 44ª posição entre 56 países, com uma média de 23 pontos em uma escala de 0 a 60, bem abaixo da média da OCDE, 33 pontos. Apenas 10,3% dos estudantes brasileiros alcançaram níveis elevados de desempenho criativo, enquanto 54,3% não atingiram nem o mínimo esperado. Os países que lideram o *ranking* de criatividade são Singapura, com 41 pontos, sobressaindo-se em soluções para problemas sociais; Coreia do Sul, que obteve 38 pontos, destacando-se em soluções para desafios científicos; e o Canadá, também com 38 pontos. O Brasil com 23 pontos, dez abaixo da média da OCDE, ficou no mesmo patamar de países como Peru, Panamá e El Salvador.

Figure 1. Mean creative thinking and mathematics performance



Notes: Only the 64 countries and economies that implemented the creative thinking cognitive test are shown.
A student's relative performance in creative thinking is defined as the residual obtained upon a cubic polynomial regression of the student's performance in creative thinking over his or her performance in mathematics or reading. The regression is performed at an international level, pooling data from all countries and economies that participated in the creative thinking assessment.
Source: OECD, PISA 2022 Database, Tables III.B1.2.1. and III.B1.2.4.

Ao comparar o aproveitamento considerando indicadores socioeconômicos e educacionais e culturais, a OCDE faz algumas observações, entre elas: em todos os países participantes, **os alunos com maior status socioeconômico tiveram melhor desempenho em pensamento criativo** do que os menos favorecidos, **conforme os instrumentos utilizados na pesquisa**. Em média, a diferença foi de 9,5 pontos. Alunos que participam de atividades de artes, teatro, escrita criativa e programação ao menos uma vez por semana costumam ter desempenho geral melhor do que os demais.

O incentivo dos professores e a valorização da criatividade pelas escolas também aparecem como elementos importantes para os alunos, segundo o questionário aplicado pelo Pisa. Entretanto, no Brasil e no Piauí o ensino de artes nas escolas públicas continua com espaço reduzido, e sem professores com formação adequada e suficiente para a docência em artes, área esta que tem a criatividade e a imaginação como campos de experiência. Com esta Licenciatura em Artes e Mediação Cultural pretende-se colaborar para reduzir as desigualdades e as injustiças sociais causadas pelo acesso limitado à Educação Integral.

4 PERFIL DO EGRESSO

No documento Subsídios para a Elaboração de Propostas de Diretrizes Curriculares Gerais para as Licenciaturas (CNE. Resolução CNE/CES 4/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de março de 2004, Seção 1, p. 24), as competências profissionais são consideradas essenciais à atuação profissional do professor e devem, portanto, orientar as ações de formação, que devem ser pautadas por valores éticos e democráticos, mantendo a dignidade humana, a justiça, o respeito mútuo, a participação, a responsabilidade compartilhada, o diálogo e a solidariedade, atuando na formação do profissional e do cidadão. Cita ainda que o licenciado deverá criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos estudantes, utilizando o conhecimento da área a ser ensinada, das temáticas sociais transversais ao currículo escolar, bem como respectivas didáticas:

Art. 2º A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC - Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral.

Assim, na Resolução supracitada em seu Artigo 3º expõe que o curso de graduação deve ensejar, como perfil desejado do graduando a formação para a apropriação do pensamento reflexivo e da sensibilidade artística e estética, compreendendo consistente formação técnica, artística, ética e cultural, com aptidão para construir novas formas de expressão e de linguagem corporal e de propostas estéticas, inclusive como elemento de valorização humana e da auto-estima, visando integrar a pessoa de forma colaborativa na sociedade e tornando-o participativo de suas múltiplas expressões culturais.

A preocupação também incide em oferecer ao acadêmico, além dos conteúdos curriculares presentes nas disciplinas específicas, bases sólidas para entender a dinamicidade educação integral, seus aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais. Este conhecimento, acredita-se, possibilitará o desenvolvimento do trabalho pedagógico comprometido com a oferta de educação de qualidade, ou seja, uma educação que de fato lhes possibilitará condições de vida digna.

Além disso, acreditamos ser necessário remontar à Resolução N° 177/12-CEPEX/UFPI (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPI) que corrobora a definição do perfil do egresso, apontando para a importância de que um profissional da Educação Básica seja capaz de:

I - Atuar na Educação Básica formal e em outros espaços educativos, com o domínio do processo educacional e do conhecimento das condições históricas, sociais, políticas e culturais no contexto de sua atuação;

II - Demonstrar capacidade crítica e de criação no exercício profissional;

III - Articular teoria e prática, saberes da formação e saberes escolares no processo de transposição didática;

IV - Conscientizar-se da necessidade de buscar formas de atualização e aperfeiçoamento de sua formação;

V - Atuar, coletivamente, partilhando experiências profissionais;

VI - Estabelecer o diálogo entre a área das Artes e Mediação Cultural e as demais áreas do conhecimento, articulando o saber científico à realidade;

VII - Desenvolver com autonomia, processos investigativos sobre fenômenos educacionais e práticas educativas;

VIII - Planejar, executar e avaliar o processo ensino – aprendizagem; e,

IX - Assumir postura crítica e transformadora, fundamentada em uma visão sócio-histórica da educação e da sociedade.

5 OBJETIVOS DO CURSO

OBJETIVO GERAL:

A Educação Básica é constituída dos anos de formação do Ensino Fundamental (séries finais) ao Ensino Médio. O objetivo geral da Licenciatura em Artes e Mediação Cultural, é habilitar professores para atuarem nas escolas da Educação Básica, oferecendo oportunidade de desenvolverem habilidades de atuação com as linguagens artísticas nas escolas, articuladas com espaços de cultura, centros comunitários ou instituições que promovem a arte, a cultura e o lazer.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

I- Viabilizar o ensino e a pesquisa científica em Artes, Educação e Mediação Cultural para a criação, compreensão e difusão da cultura e das artes e seu desenvolvimento; conforme os princípios evocados na Resolução CNE/CP N.4 de 2024, entre os quais destacamos: a compreensão crítica de questões socioambientais, éticas, estéticas, políticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural e o reconhecimento dos princípios de equidade como organizador do tratamento dessas questões nos contextos de exercício profissional;

II - Habilitar profissionais com conhecimentos artísticos, científicos e críticos, para utilizarem de maneira compreensiva, sensível e autônoma os conteúdos, as metodologias, as técnicas, e as habilidades específicas nas pedagogias das 4 linguagens artísticas na Educação Básica e seus desdobramentos, com experiências artísticas e estéticas na escola e mediante intervenções artísticas e culturais críticas e participativas na própria realidade;

III - Instrumentalizar (prática e teoria) para interação com/na comunidade local, escolas e territórios, para a transformação da qualidade de vida, na perspectiva dos princípios da Universidade, ou seja, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;

IV - Possibilitar de atualização curricular e itinerários interculturais, para o aumento do número de atividades multi e transdisciplinares que ampliem integração entre os diversos conteúdos curriculares e temas transversais tratados durante o semestre letivo;

V - Promover a criação do conhecimento em Artes, Educação e Cultura, através de processos criativos, expressões poéticas e culturais, residências artístico-pedagógicas, numa perspectiva sinérgica entre as matérias/conteúdos.

VI - Promover a integração e potencializar as ações dos Cursos existentes na área da Arte: a Música, as Artes Visuais, somando as artes ainda por instituir: o Teatro e a Dança, visando envolver a Universidade nas escolas através de um complexo de produção artística e cultural com formação de professores/as e agentes culturais em diálogo com a sociedade.

6 CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROCESSO FORMATIVO: METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

O currículo de um curso é o conjunto de atividades, de experiências, de situações de Ensino-Aprendizagem, vivenciadas pelo aluno durante sua formação. É o currículo

que assegura a formação para uma competente atuação profissional, assim as atividades desenvolvidas devem articular harmoniosamente as dimensões: humana, técnica, político-social e ética. Nesta perspectiva, no decorrer do curso Licenciatura em Artes e Mediação Cultural ofertado no âmbito –PRILEI/PREG/UFPI, devem ser considerados a seguinte concepção e princípios:

6.1 Aspectos teóricos conceituais: concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana

A UFPI tem o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual dos alunos. Assim espera-se que o professor formado em Artes e Mediação Cultural por meio do questionamento crítico e atualização permanente contribua para o atendimento das necessidades sociais e educacionais.

6.2 Princípios

I Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente

Considerando a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade os conhecimentos das Artes e Mediação Cultural atuam contribuindo com ética e respeito para a compreensão do meio ambiente e do ser humano de forma a responder as diversas questões envolvendo as diversidades e competências e sua relação com a sociedade.

II Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

Este princípio assegura que o ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação e da responsabilidade social como processo de formação para que se possam compreender fenômenos, relações, identificar demandas de diferentes realidades e intervir buscando melhorias e transformações nas realidades.

III Interdisciplinaridade

Este princípio aponta que a integração disciplinar possibilita análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re)criação do conhecimento. O ensino na área Artes e Mediação Cultural possui caráter interdisciplinar em suas diversas subáreas o que permite dialogar com diversos aspectos das ciências, das artes e das tecnologias, superando as barreiras do isolamento e da fragmentação do saber.

IV Uso de tecnologias de comunicação e informação (TICs)

Para o currículo do Curso foram incluídas algumas das disciplinas que trabalham diretamente com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) de modo que o aluno possa desenvolver seus conhecimentos ligados às tecnologias atuais como forma de recursos didáticos (mídias, ambientes virtuais, fóruns eletrônicos etc.) ou instrumento de ensino (TV digital, computadores, e-books, smartphones etc.)

V Avaliação

Esse princípio prezará pelo acompanhamento contínuo do processo ensino e aprendizagem de modo que sirva como norteador dos aspectos formativos dos alunos, considerando processos quantitativos e qualitativos, com base nos pressupostos teóricos da aprendizagem processual, diagnóstica e reflexiva. Assim, os professores formadores poderão exercer suas atividades de avaliação de forma autônoma e em conformidade com a regulamentação da UFPI, mas respeitando as especificidades dos sujeitos envolvidos no processo de ensino- aprendizagem e as condições e possibilidades da realidade, de modo que a avaliação seja contínua, sistematiza e se constitua como elemento de qualificação/aprimoramento constante do processo de ensino e aprendizagem.

VI Articulação entre teoria e prática

Todo conteúdo curricular do Curso fundamentar-se na articulação teórico-prática, que representa a etapa essencial do processo Ensino/Aprendizagem. Adotando este princípio, a prática estará presente em todas as disciplinas do curso, permitindo o desenvolvimento de habilidades para lidar com o conhecimento de maneira crítica e criativa. Em muitas disciplinas, as práticas se voltarão para a análise dos conhecimentos

no contexto das Artes e Mediação Cultural, constituindo-se como Prática Componente Curricular. A relação teoria e prática também se volta para a articulação da universidade com os diferentes segmentos sociais, configurando-se nas Atividades de Extensão como componente curricular obrigatório, conforme determina as Resoluções de No 07/2018 - CNE/MEC e de No 053/2019 CEPEX-UFPI.

VII Flexibilização curricular

A organização curricular permite aos alunos disponibilidade de tempo livre e dessa forma permite outras formas de aprendizagem no decorrer do curso, como a participação do elenco de disciplinas optativas, a diversidade de atividades complementares, atividades de extensão e a pluralidade temática dos trabalhos de conclusão de curso, monitorias e de iniciação científica o que proporcionam grande flexibilidade no currículo.

6.3 Base legal

Os documentos normativos consultados para subsidiar o PPC da Licenciatura em Artes e Mediação Cultural foram:

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP n. 03, de 10 mar. 2004. Parecer sobre as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica
- BRASIL. Ministério da Educação Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. (EF).
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES Nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto

de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025.

- BRASIL. Presidência da República LEI nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.
- Resolução CNE/CP N° 04, de 29 de maio de 2024. que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso
- UFPI. Resolução CEPEX 177/12. Institui as normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
- UFPI. Resolução UFPI/CEPEX -053/2019 e Resolução CEPEX/UFPI nº 297, de 20.06.22. Regulamenta o registro e a inclusão das atividades curriculares de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

6.4 Aspectos teóricos metodológicos

Quando lemos os textos oficiais acerca do processo educativo, compreendemos a necessidade de adotarmos práticas mais sociointeracionistas, pois, tal qual afirmado por Vygotsky (1993), é por meio das práticas sociais que o ser humano experimenta uma série de vivências, elaborando seus próprios conceitos, seus valores e suas ideias acerca do mundo em que vive, construindo conhecimentos a partir das práticas de linguagem.

Nesse sentido, o ser humano se constitui e se desenvolve como sujeito ao passo que contribui para a constituição dos outros, age no mundo, transformando e sendo transformado, mediando ações sobre fatores sociais, culturais e históricos.

Pensar as práticas educativas por esse viés implica considerarmos a importância de todos os atores envolvidos nesses processos e viabilizar a construção e a reconstrução de conhecimentos, tão caros ao processo formativo entre pares mais experientes e pares menos experientes.

Quando pensamos o contexto educacional, devemos refletir acerca de dois papéis basilares para sua desenvoltura: o do aluno e o do professor.

Ao considerarmos o papel desempenhado pelo professor para além do ministrar aulas e do repassar conhecimentos, abandonamos uma visão burocrática e damos

espaço para a reflexão acerca da importância de estimular a descoberta, o interesse dos alunos por seu processo de ensino-aprendizagem.

Cabe, ao professor, ser um profissional aberto ao conhecimento e à aprendizagem em seu cotidiano, imerso em constantes atualizações e contínua inovação, buscando promover um movimento significativo de aquisição e adequação de conhecimentos. (Vygotsky, 1993).

Vale destacar que o processo educativo não pode se distanciar da realidade. Compete, ao docente, refletir criticamente a respeito das informações e conhecimentos que compartilha, considerando as possibilidades de contribuição quanto à diminuição das desigualdades sociais e quanto à melhora da qualidade de vida dos indivíduos. (Sacristan e Gómez, 1998)

O profissional comprometido com a educação deve sempre preocupar-se em formar seu aluno a partir de uma visão crítica da sociedade, dando-lhe a oportunidade de expressar suas ideias, tornando-o um cidadão ativo e participante na vida social, cultural e política do seu povo. Agindo assim, o professor colocará em prática sua função política, exercendo sua mais importante atividade profissional – a mediação entre o aluno e a sociedade, seus conteúdos e especificidades.

Dessa maneira, o papel do aluno ganhará contornos diferenciados: deixar-se-á de lado a ideia de um ser subestimado e considerado uma simples ‘tábula rasa’ para que se dê vazão a um aluno questionador e participativo.

Tornar estes sujeitos ativos na construção de seu saber possibilita reconstruções sociais, já que superam-se noções anteriormente estabelecidas. A sala de aula passa a ser o local de questionamento e reflexão; um espaço para a socialização do conhecimento (Demo, 1996) e não mais o espaço para certezas e verdades pré-concebidas (Moita Lopes, 1996). Espaço em que equilibram-se as oportunidades de contribuição e discussão oferecidas aos alunos e a produtiva utilização dessas contribuições, a fim de se alcançarem os objetivos educacionais, viabilizando um processo de ensino-aprendizagem realmente significativo.

Ainda sobre a relação professor/aluno, é importante salientar que um olhar crítico e reflexivo sobre a própria prática aponta para possíveis ressignificações e reestruturações das propostas; o aluno compreendido como um indivíduo ativo, reflexivo e crítico contribui para a existência de um ambiente cooperativo, em que se possa aperfeiçoar as práticas educacionais.

6.4.1 Pedagogia da Alternância

Ainda pensando a Metodologia do Processo de Ensino-Aprendizagem, acreditamos ser relevante explicitar nossa assunção da Pedagogia da Alternância como norte para nossas ações, já que se trata de uma proposta educacional idealizada para o campo, como possibilidade de uma formação para jovens do meio rural centrada na partilha e na interação entre todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Essa modalidade pedagógica surge em uma relação com o movimento da Educação do Campo, sustentada pela luta por legitimidade dos sujeitos que estão no campo e querem pensar suas próprias práticas políticas e pedagógicas.

No Brasil, sua introdução remonta ao final da década de 1960, quando brasileiros conhecem o Programa de Alternância sob o modelo italiano e, assim, fundam as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), por meio da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab) e das Casas Familiares Rurais (CFRs), duas experiências educativas em alternância que marcam o Movimento Maisons Familiales Rurales no Brasil (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Segundo Cordeiro, Reis e Hage (2011), a Pedagogia da Alternância vem sendo usada na formação de jovens e adultos do campo, visto ser esta uma proposta pedagógica e metodológica capaz de atender às necessidades da articulação entre escolarização e trabalho, propiciando a esses indivíduos o acesso à escola sem que tenham que deixar de trabalhar.

Ademais, a Pedagogia da Alternância assume o trabalho como princípio educativo, permitindo aos estudantes oriundos do campo a possibilidade de continuar os estudos e de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outrem, mas como conhecimentos conquistados e construídos a partir da problematização de sua realidade, que passa pela pesquisa, pelo olhar distanciado do pesquisador sobre o seu cotidiano (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Gimonet (2007) defende que esse modelo pedagógico só pode ser posto em prática por meio da construção de um vasto número de relações sociais, muito mais amplas do que aquelas de aluno-professor, já que se trata de uma “pedagogia da partilha” na qual educandos, monitores, pais, mestres, membros de associações e

comunidades formam parcerias que tornam viáveis não somente o funcionamento educacional, como também a aplicação dos princípios pedagógicos dessa metodologia.

Esse ideal educativo conta com muitas ferramentas e instrumentos que lhe garantem a sua funcionalidade, a articulação dos tempos e espaços de formação e o estabelecimento das relações entre os vários atores sociais envolvidos nesse processo. Gimonet (2007) reforça sua preocupação com um ensino que associe experiência à prática e que se baseie em uma ação cooperativa. Se a ideia é levar formação aos homens do campo, o Curso deverá propiciar o contato direto entre os agentes formadores, os educandos e sua comunidade.

Nessa perspectiva, assumimos em nossa proposta de Curso o planejamento e a interação de elementos que propiciam uma visão geral da formação que se quer oferecer a esse aluno, definindo-se as atividades de tempo- universidade, tempo- comunidade e dos seminários integradores, para que docentes e discentes do Curso movimentem-se em consonância com os parâmetros dessa Pedagogia, chamando sempre a comunidade para participar desse processo, já que é a partir da realidade local que ele deve ser formulado, tendo como enfoque a formação profissional e a articulação dos conteúdos.

6.5 Sistemática de avaliação

6.5.1 Da Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

Para entender as dimensões avaliativas na Pedagogia da Alternância, adotada neste projeto, se faz necessário compreender a avaliação como importante instrumento de apreciação da qualidade e da eficiência do processo de ensino-aprendizagem como um todo, a fim de constatar progressos, dificuldades, limitações, de modo à replanejar o trabalho promovendo as adequações necessárias visando à transformação da realidade avaliada.

É preciso tomar a avaliação não como um fato isolado, mas um processo; uma reflexão complexa sobre o nível de qualidade do trabalho escolar dos atores (educandos e educadores) envolvidos no processo educativo, cumprindo a função pedagógica de “promover a melhoria da realidade educacional e não descrevê-la ou classificá-la” (Hoffmann, 2008, p. 30).

Além disso, Santos (2005, p.21) alerta para o ponto de que a avaliação deve ser encarada como “o julgamento das atividades escolares que acontecem no processo de ensino-aprendizagem”, tendo objetivos, metas e, como finalidade principal, a promoção da transformação da realidade avaliada, pois, consoante Abreu e Masetto (1990), o processo avaliativo deve ser pensando de forma coerente e contínua, acompanhando o desenvolvimento e permitindo seu constante reiniciar, até que sejam alcançados os objetivos desejados.

Nesse sentido, tomamos a avaliação como uma prática educativa, não tendo apenas como foco o aluno, mas também o sistema de ensino e os demais atores envolvidos. Assim, buscamos desenvolver uma prática avaliativa que fuja do atual modelo classificatório e se caracterize como diagnóstico.

Versando mais propriamente sobre a avaliação naquilo que tange aos alunos, utilizaremos as atividades do processo de ensino-aprendizagem como forma de subsidiá-la. Assim, ela terá caráter diagnóstico, formativo e também somatório. Neste caso, será fundamentada pela Resolução nº 177/12 do CEPEX/UFPI e será feita por disciplina e semestralmente. No início do curso será fornecida ao aluno esta resolução.

A avaliação do processo formativo na dimensão tempo-universidade será feita no decorrer das aulas presenciais. Sendo que, no final do tempo-universidade será realizada também a avaliação somativa. A avaliação do tempo-comunidade de cada disciplina será feita em encontros com os professores, por meio de sua socialização. Vale lembrar que caso o aluno não atinja a média 7,0 (sete), estipulada pela Resolução acima, lhe será dada a chance de realizar um exame final, determinado pelo professor.

A prática docente será constantemente avaliada por meio de encontros pedagógicos realizados entre o grupo de professores, para que percepções sejam socializadas e possíveis adequações possam ser feitas durante o semestre letivo. Ademais, ao término de cada disciplina, os alunos terão a oportunidade de formalizarem suas opiniões acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do Curso, contribuindo significativamente para a detecção de eventuais necessidades de mudança e adequação.

Neste projeto a avaliação é parte indissociável do processo educativo e se compõe de dois eixos que devem dialogar ininterruptamente, a avaliação da aprendizagem e a avaliação do currículo. A avaliação como processo de reflexão da prática, dialógico e emancipatório; de modo que o estudante tenha participação ativa na gestão do percurso formativo e resulte em ampliação do repertório cultural e

também em maior consciência. A experiência resulta em conhecimento quando existe um salto de consciência, do contrário é mera reprodução.

A avaliação da aprendizagem é entendida como um meio para verificação dos níveis de assimilação da aprendizagem, da formação de atitudes e do desenvolvimento de habilidades que se expressam através da aquisição de competências. Nesse sentido assume um caráter diagnosticador, formativo e somativo. Essas três formas de avaliação estão vinculadas para garantir a eficiência do sistema de avaliação e a eficácia do processo de ensino e aprendizagem, eliminando o caráter excludente do processo avaliativo. É importante colocar que as mudanças na prática avaliativa devem ser decorrentes de uma nova abordagem do processo educacional, em suas diferentes dimensões.

Nessa nova prática avaliativa, a mediação do professor dá-se a partir da sua intervenção durante o processo com base em questões do tipo: como o aluno aprende? Por que não aprende? O que não aprende? O que aprende? As respostas resultam em alternativas metodológicas, procedimentos e recursos didáticos apropriados aos educandos. Assim, os professores tornam-se responsáveis por uma busca constante que objetiva dar conta da complexidade do processo; existem métodos de ensino, existem os modos de aprender, o contexto escolar apresenta diversidade e pluralidade cultural que precisam ser consideradas nas abordagens de construção do conhecimento.

Os diferentes métodos e instrumentos de avaliação devem garantir a reflexão e o redimensionamento do processo de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento e a flexibilização do currículo, o aproveitamento de saberes, experiências e estudos anteriores, a formação consistente do licenciado em Pedagogia das Artes, observando os princípios de inovação, coerência com os princípios da UFPI e a natureza do Projeto Político-Pedagógico, de modo a contribuir para a formação de profissionais críticos, éticos e motivados com a escolha em tornarem-se professores com saberes e habilidades para atuarem, principalmente, nas escolas da Educação Básica.

Procedimentos metodológicos: A relação teoria-prática e o princípio da ação-reflexão-ação estão presentes nesta proposta, através do estímulo e o uso de métodos de ensino-aprendizagem, tanto nas dimensões cognitivas quanto nas atividades inerentes ao exercício da prática docente.

Da atitude do docente: As disciplinas que constituem a matriz curricular da licenciatura estão divididas em: a) disciplinas teóricas, que enfatizam o conteúdo; b)

disciplinas práticas, que enfatizam o fazer, comprovar e testar teorias; c) estágios e disciplinas em que serão discutidas as abordagens teóricas e práticas, frente ao conteúdo e ao universo de sua aplicação; e, d) e Atividades complementares, que podem colaborar para ampliar o repertório cultural na formação do estudante.

Pretende-se que cada professor, ao ministrar a sua disciplina, esteja ciente dos objetivos e dos fins que norteiam a licenciatura, e assim, possa escolher uma metodologia ativa para dirigir a sua classe, oportunizando o diálogo, a participação efetiva na própria formação, possibilitando momentos de prática e crítica de atitude docente. A sua assistência sempre atenta para ajudar a superar os obstáculos pedagógicos, promovendo as situações e experiências necessárias à formação de futuros docentes comprometidos com a qualidade, a crítica, a sensibilidade e o bem viver.

Perseguindo estes princípios, o professor de cada disciplina deverá seguir a sua bibliografia básica recomendada no projeto pedagógico. Suas atividades devem cobrar sempre a preparação do professor, enfocando o conteúdo numa visão crítica e contextualizada, considerando os sujeitos, a cultura e o território de sua atuação.

Da atitude do discente: Vale ressaltar que o objetivo da licenciatura é formar professores. Sabe-se, todavia, que a aprendizagem é um ato individual – alguém pode ensinar algo a alguém, porém ninguém aprende pelo outro. Assim, cabe ao aluno adotar uma atitude de pesquisador, autor de sua própria formação docente. Deve tomar sempre a direção do processo, ser solidário, manter disposição de colaboração, aprende-se a aprender, a escola e a universidade como lugares de encontro, onde além de aprender saberes e fazeres, também se aprende a ser e a ser em convivência com outros, especialmente, ser e estar em harmonia com todas as formas de vida, que sua formação resulte em uma cosmovisão.

As dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão devem mobilizar a educação superior, tais dimensões colaboram e não rivalizam, então estudantes e professores devem ser incentivados a se engajarem em projetos de extensão, de pesquisa, estabelecendo um vínculo entre a sociedade, a formação do docente e a contribuição social da universidade.

7 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS PERCURSOS FORMATIVOS

7.1 Dimensões do processo formativo

O processo formativo do curso articula-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, assegurando que o desenvolvimento profissional docente se dê de maneira integrada, contextualizada e socialmente referenciada. Nessa perspectiva, a formação inicial é compreendida como processo contínuo, que envolve a construção de saberes científicos, pedagógicos, éticos e culturais, tendo como eixo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O curso privilegia a articulação entre a sólida base teórico-conceitual, o domínio de conteúdos específicos e a prática pedagógica, de modo a possibilitar a compreensão crítica e a intervenção qualificada nas realidades educacionais. Esse alinhamento está em consonância com o princípio da unidade teoria-prática, orientando que o licenciando vivencie, desde o início de sua trajetória acadêmica, experiências formativas em diferentes contextos da educação básica.

A dimensão pedagógica está ancorada no compromisso com a aprendizagem dos estudantes da educação básica, no domínio de metodologias ativas, recursos tecnológicos e estratégias inovadoras que favoreçam a inclusão, a equidade e a qualidade social da educação. A formação contempla, ainda, o desenvolvimento de competências voltadas para o trabalho colaborativo, a gestão de processos educativos e a análise crítica das políticas públicas, reconhecendo as múltiplas diversidades e realidades socioeducacionais do país.

Inspirada nos princípios da formação integral, a proposta promove a valorização da cultura, da pesquisa e da extensão como meios de produzir e socializar conhecimentos, estimular a reflexão crítica e fortalecer a identidade docente. Busca-se ainda formar profissionais capazes de articular os conhecimentos pedagógicos, científicos e culturais, promovendo aprendizagens significativas e contribuindo para a transformação das realidades em que atuam.

Ao incorporar os referenciais da Resolução CNE/CP nº 4/2024, o curso reafirma seu compromisso com uma formação docente que reconhece a complexidade do ato de ensinar, integra múltiplos saberes e se orienta pela ética, pelo compromisso social e pela busca da qualidade na educação básica brasileira.

7.2 Alinhamento do curso à BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) introduz inovações significativas para a educação brasileira, com ênfase em aspectos essenciais para a formação integral dos alunos. Entre as principais inovações, destacam-se o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a preparação para o mundo do trabalho, a valorização da diversidade e a integração de tecnologias digitais. Além disso, a BNCC propõe uma abordagem da aprendizagem como um processo contínuo e integral, promovendo a autonomia e a participação ativa dos alunos, bem como o desenvolvimento de competências que vão além do conhecimento técnico.

Entende-se que neste processo, o licenciado reconheça a importância de continuamente seguir aprendendo e, para tanto, utilize-se de estratégias e dinâmicas de acesso ao conhecimento aprendidas ao longo de sua formação. Espera-se ainda que seja hábil tecnicamente, sem prescindir dos requisitos humanísticos, éticos e solidários para o trabalho e a vida em sociedade. Ao compreender e aplicar, durante sua formação universitária, conhecimentos sobre as questões socioculturais, o estudante terá uma prática social mais rica e efetiva.

Competências que serão desenvolvidas pelo egresso da LIAMC envolvem:

- a) Conhecimento das linguagens artísticas: das artes visuais, da música, do teatro, da dança, seus códigos e tecnologias, especificidades e seus desdobramentos para a escola e espaços culturais, inclusive conceitos e métodos fundamentais à reflexão crítica e sensível;
- b) Conhecimento da história das artes: artes visuais, música, teatro e dança;
- c) Domínio de códigos e convenções próprios das linguagens artísticas aplicadas à escolas e espaços culturais;
- d) Domínio técnico e expressivo do corpo visando a interpretação/expressão;
- e) Domínio técnico construtivo na composição dos elementos visuais;
- f) Conhecimento dos fundamentos antropológicos, sociológicos e filosóficos da arte e da cultura;
- g) Conhecimento de princípios gerais de educação e dos processos pedagógicos; referentes à aprendizagem e ao desenvolvimento do ser humano como subsídio para o trabalho educacional direcionado para as artes e a cultura em suas diversas expressões;
- h) Habilidade de coordenar o processo educacional de conhecimentos teóricos e práticos sobre as linguagens artísticas, o uso de recursos das artes integradas, melhorar com as tecnologias digitais [TDIC] os

processos de ensino e aprendizagem nas escolas e das mediações em espaços culturais;

- i) Habilidade de contínuo aprendizado, cultivando atitude de professor/pesquisador/artista, experienciando procedimentos de investigação, análise e crítica dos diversos elementos e processos éticos, poéticos e estéticos das artes e da cultura.
- j) Atuação na docência nos componentes curriculares da área de Artes e Mediação Cultural nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
- k) Elaboração, análise e produção de material didático;
- l) Produção de pesquisa em educação, tendo como princípio a integração entre as áreas de conhecimento das Artes e Mediação Cultural;
- m) Desenvolvimento de habilidade crítica e reflexiva no âmbito profissional das áreas das Artes e Mediação Cultural;
- n) Comunicação clara na língua de ensino, oralmente e por escrito, nos diversos contextos ligados à profissão docente;
- o) Promoção de situações de aprendizagem centradas nos alunos e no desenvolvimento de suas competências;
- p) Desenho e aplicação de processos avaliativos que visem acompanhar o desenvolvimento de competências e habilidades dos/as estudantes a partir da interação destes com diferentes objetos de conhecimento;
- q) Integração de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para a preparação e condução de atividades de ensino-aprendizagem e desenvolvimento profissional bem como para promoção dessas tecnologias enquanto recursos úteis à prática da cidadania na contemporaneidade;
- r) Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social e compromisso social;
- s) Capacidade de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento; de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política;
- t) Percepção da integração necessária entre Artes e Mediação Cultural e a produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político;
- u) Capacidade de relacionar o exercício da crítica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos;
- v) Domínio das diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas e questões artísticas e culturais;
- w) Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a mediação do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;
- x) reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo

pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;

- y) a compreensão crítica de questões socioambientais, éticas, estéticas, políticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural e o reconhecimento dos princípios de equidade como organizador do tratamento dessas questões nos contextos de exercício profissional;

7.3 Alinhamento do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica

A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 trata das diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de profissionais do magistério da educação escolar básica no Brasil, apresenta princípios e objetivos da formação, incluem a promoção de uma educação que articule teoria e prática, assegurando que os futuros educadores estejam preparados para enfrentar as realidades e desafios da prática docente na Educação Básica.

O referido documento, expressa que os cursos de licenciatura são estruturados para garantir uma base comum nacional e suas orientações curriculares, com um mínimo de 3.200 horas, distribuídas ao longo de pelo menos quatro anos. Esses cursos incluem atividades de formação geral, aprofundamento de conhecimentos específicos, atividades acadêmicas de extensão e estágio curricular supervisionado.

A estrutura curricular é organizada em quatro núcleos de formação. O Núcleo I, Estudos de Formação Geral (EFG), foca em conhecimentos científicos e pedagógicos gerais com mínimo de 880 horas. O Núcleo II, Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (ACCE), envolve conteúdos específicos das áreas de atuação, com mínimo de 1.600 horas. O Núcleo III, Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE), compreende práticas vinculadas aos componentes curriculares, realizadas em instituições de Educação Básica, com mínimo de 320 horas. Por fim, o Núcleo IV, Estágio Curricular Supervisionado (ECS), oferece atividades práticas em instituições de Educação Básica para conectar teoria e prática, com mínimo de 400 horas.

Desse modo, em consonância Resolução CNE/CP nº 4/2024, a presente proposta apresenta o eixo da formação teórico Metodológico composto por três componentes curriculares que visam o debate teórico metodológico dentro das Artes e

Mediação Cultural visando uma apropriação e aproximação epistemológica interdisciplinar na área.

No Quadro 1 e Quadro 2 estão expostos os Componentes Curriculares de Formação Geral: compostos pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas, articulando teoria e prática.

Quadro 1: Eixo de Componentes Curriculares de Formação Geral:

Componentes curriculares da Formação Geral	Carga Horária	Créditos
Metodologia Científica	60	4
Libras	60	4
Filosofia da Arte, Ética e Estética	60	4
Metodologia Científica	60	4
Educação Inclusiva	60	4
TOTAL CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS	300	20

Quadro 2: Eixo dos Componentes Curriculares do Eixo de Formação Pedagógica

Componentes curriculares do Eixo de Formação Pedagógica	Carga Horária	Créditos
Introdução ao curso	15	1
Filosofia da Educação	60	4
Psicologia da Educação	60	4
Sociologia da educação	60	4
Metodologia de Ensino de Artes	75	5
Avaliação da Aprendizagem	60	4
História da Educação	60	4
Didática	60	4
Legislação e Organização da Educação Básica	60	4
TOTAL CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS	510	

Estão presentes nesse eixo componentes curriculares voltados à abordagem de temas transversais. O eixo de Formação Pedagógica totaliza 510 horas de componentes específicos que somados às 300 horas da Formação Geral, totalizando 810 horas aula

No Quadro 3 encontram-se os Componentes Curriculares Específicos correspondem à Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE: composto pelos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos, totalizando em 1965h.

Quadro 3: Eixos dos Componentes Curriculares Específicos

Componentes Curriculares do Eixo Teórico Metodológico de formação específica	Carga Horária	Créditos
História Da Dança No Brasil E No Piauí	45	3
Percepção Musical E Paisagens Sonoras	60	4
Prática De Ensino: Artes Cênicas E Projetos Educativos	60	4
Mediação Cultural E Artes Integradas: Criação, Composição, Expressão	60	4
Laboratório De Jogos E Brincadeiras I (Teatrais, Musicais, Dançantes, Criativos)	90	6
História E Estética Da Arte III: Contemporâneo, Decolonial, Multicultural	60	4
História Da Arte No Brasil: Do Séc XVI Ao XIX	60	4

História Da Arte No Brasil: Os Séculos XX E XXI	60	4
Direção, Encenação E Cenografia	60	4
Tópicos Especiais: Teatro Dialético, Peças Didáticas E Performance	45	3
Laboratório De Gêneros E Formas Teatrais I	60	4
Laboratório De Jogos E Brincadeiras II	90	6
Pedagogias Das Artes Visuais	60	4
Pedagogias Da Dança	60	4
Pedagogias Da Música	60	4
Processos Criativos (Trajes, Figurinos, Adereços E Máscaras)	45	3
Evento Artístico: Artes Integradas [Artes Visuais, Música, Dança E Teatro]	60	4
História E Estética Da Arte I: Antiguidade, Orientais, Ancestrais	60	4
Ateliê De Artes Visuais (Desenho, Pintura, Gravura, Escultura)	90	6
História E Estética Da Arte II: Ocidentais, Vanguardas	60	4
Linguagem, Corpo E Movimento	60	4
Teatro De Formas Animadas E Contação De Histórias	60	4
Antropologia Cultural (História E Cultura Afro-Brasileira E Indígena)	60	4
TCC I e II	105	7
ACE I - Arte E Educação Ambiental (Ecologia)	60	4
ACE II - Laboratório De Artes Do Corpo: Musicalização, Gesto, Canto E Expressão	60	4
ACE III - Dramaturgia E Escrita Colaborativa	60	4
ACE IV - Cirandas [Danças Circulares], Parlendas E Cantigas De Roda	45	3
ACE V - Musicalidades (Música Corporal, Barbatuques, Gestos E Cantos Coletivos)	45	3
ACE VI - Tópicos Especiais Em Teatro I: Técnicas Do Teatro Do Oprimido E Outras Poéticas Cênicas	45	3
ACE VII - Humor Gráfico [Charge, Cartum, Caricatura]	60	4
TOTAL CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS	1905	127

7.4 Alinhamento do curso às normativas da Educação Integral

A proposta formativa do Curso de Artes e Mediação Cultural está alinhada às normativas nacionais que orientam a implementação da Educação Integral no Brasil, entendida como processo que visa ao desenvolvimento pleno do estudante em suas

dimensões intelectual, física, social, emocional e cultural. O curso integra conhecimentos interdisciplinares, articulando Artes Visuais, Música, Dança, Teatro e outras linguagens artísticas com enfoque em competências cognitivas, socioemocionais e éticas, conforme previsto na BNCC. Além disso, adota metodologias ativas – como projetos interdisciplinares e aprendizagem baseada em problemas – para conectar teoria e prática, incentivando o protagonismo estudantil e a aplicação do conhecimento em contextos reais.

O projeto adota uma perspectiva de avaliação formativa e contínua, utilizando instrumentos diversificados (portfólios, seminários, participação em projetos) para acompanhar o desenvolvimento integral dos estudantes. O curso também promove a integração com a comunidade e o território, por meio de ações extensionistas e temas como direitos humanos, educação e inclusão, relações étnico-raciais e democracia, reforçando o compromisso social. Dessa forma, a proposta assegura uma formação ampla e participativa, em conformidade com as políticas públicas educacionais e as demandas contemporâneas por uma educação que vá além da dimensão cognitiva, abrangendo também a formação humana e cidadã.

O curso incorpora as diretrizes estabelecidas na Resolução CNE/CP nº 4/2024, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, reforçando a necessidade de preparar docentes aptos a planejar, executar e avaliar práticas educativas integradoras, articulando conhecimentos, linguagens, tecnologias e experiências socioculturais para promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

Além disso, a proposta se ancora nos princípios da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), que orienta para uma formação integral comprometida com o protagonismo dos estudantes, a contextualização dos conhecimentos e a valorização da diversidade, articulando competências cognitivas, socioemocionais e éticas.

No âmbito institucional, a Universidade Federal do Piauí reafirma, com este curso, seu compromisso com políticas públicas voltadas à educação integral, fortalecendo sua atuação nas redes públicas estaduais e municipais. O desenho curricular assegura experiências formativas integradas entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo que os licenciandos tenham vivências em contextos escolares que adotam a educação em tempo integral e que sejam capazes de responder às especificidades dessa modalidade com rigor acadêmico e compromisso social.

Ao adotar esse alinhamento normativo, o curso não apenas atende às legislações vigentes, mas também assume papel ativo na consolidação da educação integral como política de Estado, formando professores preparados para lidar com os desafios e potencialidades dessa abordagem no contexto da educação básica brasileira.

7.5 Inclusão do uso pedagógico das tecnologias e "inovação", de forma explícita, bem como de metodologias ativas e empreendedorismo

Na graduação, é fundamental que haja um princípio educativo que contemple o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa e do contato com a realidade. Nesse contexto, a inclusão do uso pedagógico das tecnologias e da inovação se torna essencial para a formação dos estudantes. A integração de ferramentas tecnológicas no processo de ensino-aprendizagem não só enriquece as experiências acadêmicas, mas também prepara os futuros educadores para o uso desses recursos em suas práticas pedagógicas, ampliando suas capacidades e competências.

O Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural propõe um processo de formação centrado no tripé ensino-pesquisa-extensão. Este modelo possibilita que estudantes e orientadores compartilhem o complexo exercício da prática reflexiva, permeado por múltiplas buscas e inquietações, contribuindo para a formação de novas gerações de professores-pesquisadores. A utilização de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, o aprendizado cooperativo e a sala de aula invertida, permite que os alunos sejam protagonistas de seu aprendizado, estimulando a autonomia e a capacidade de resolução de problemas.

Vale destacar, em termos de pesquisa, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma atividade de integração curricular obrigatória que consiste no trabalho final do curso sob orientação de um professor responsável. O TCC tem como objetivo estimular a produção científica, proporcionando experiências de pesquisa que relacionem teoria e prática, aprimorando a reflexão sobre questões voltadas à área de conhecimento do curso e seu viés educacional. Nesse sentido, é crucial que os alunos tenham a oportunidade de testar hipóteses e experimentar metodologias e materiais didáticos, o que contribui significativamente para sua formação como licenciados.

O ensino proposto deve ocorrer em sintonia com a questão científica ao longo do curso, de maneira interdisciplinar, sempre baseado na Pedagogia da Alternância.

Essa abordagem cria condições de ensino em função de relações dinâmicas entre diferentes disciplinas, aliando-se às questões sociais contemporâneas. Além dos conteúdos específicos, busca-se ampliar os conhecimentos oferecidos aos graduandos, especialmente aqueles voltados para a prática educacional e as habilidades necessárias para a atuação nas áreas de Artes e Mediação Cultural.

A extensão se apresenta, nesse contexto, com o propósito de buscar o equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Considerando esse propósito, serão elaborados programas, projetos e cursos de extensão diversificados que articulem ensino e pesquisa, promovendo uma educação continuada e prática. Tais iniciativas buscam não apenas a formação teórica, mas também a aplicação do conhecimento em contextos reais, estimulando o desenvolvimento de habilidades empreendedoras nos alunos.

A inserção de práticas empreendedoras no currículo é essencial para preparar os graduandos para os desafios do mercado de trabalho e para a promoção de inovações sociais. Atividades que estimulem o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de desenvolver projetos são fundamentais para formar profissionais que possam contribuir de maneira significativa para a sociedade. Além disso, por meio de parcerias com instituições e empresas locais, os estudantes terão a oportunidade de vivenciar experiências práticas que reforçarão suas competências e habilidades de liderança.

O uso de tecnologias digitais e ferramentas de colaboração online nas metodologias de ensino também facilita a inclusão e a diversidade, permitindo que todos os alunos tenham acesso a diferentes formas de aprendizado e interação. A adoção de plataformas digitais para discussões, apresentações e avaliações pode fomentar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e acessível, promovendo a participação ativa dos estudantes.

Além disso, a instituição deve reforçar a importância de compreender a educação além dos limites da sala de aula. A participação efetiva da instituição na comunidade em que está inserida é um aspecto crucial para o desenvolvimento de um ensino que realmente faça a diferença. Projetos sociais e ações comunitárias não apenas enriquecem a formação dos alunos, mas também fortalecem os laços entre a academia e a sociedade, criando um ciclo virtuoso de aprendizado e transformação social.

Por fim, a ênfase na formação de professores-pesquisadores deve ser acompanhada de um compromisso com a inovação e a adaptação às novas demandas educacionais, garantindo que o curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural esteja sempre alinhado com as necessidades do século XXI. Essa abordagem holística não só prepara os graduandos para serem educadores competentes, mas também cidadãos engajados e inovadores, prontos para enfrentar os desafios contemporâneos com criatividade e responsabilidade.

7.6 Articulação entre teoria e prática, por meio da residência docente, de estágios, de disciplinas e de práticas, desde o início da formação

A articulação entre teoria e prática constitui eixo estruturante do Curso de Artes e Mediação Cultural, configurando-se como princípio pedagógico e metodológico que orienta todas as etapas do processo formativo. Em consonância com a Resolução CNE/CP nº 4/2024, essa integração visa a assegurar que a construção do conhecimento profissional docente se dê de forma contínua, contextualizada e situada, desde o ingresso do licenciando no curso.

Desde os primeiros períodos, os estudantes participam de experiências formativas em contextos reais da educação básica, por meio de atividades supervisionadas, observação e regência, projetos de extensão e práticas pedagógicas integradoras. Essa imersão inicial possibilita que o licenciando compreenda as dinâmicas escolares, desenvolva sensibilidade para as demandas do contexto e estabeleça vínculos com a realidade educacional em que atuará.

A residência docente, ofertada nos períodos finais, aprofunda essa experiência, promovendo a inserção prolongada e orientada do licenciando nas escolas-campo, favorecendo a compreensão dos processos pedagógicos em sua totalidade e a consolidação de competências profissionais. Esse espaço formativo é pensado como momento privilegiado de síntese, no qual os conhecimentos teóricos, construídos ao longo do curso, encontram aplicação e ressignificação nas práticas educativas.

Os estágios supervisionados, distribuídos progressivamente ao longo da formação, cumprem dupla função: aproximar o futuro docente das realidades escolares e oportunizar a análise crítica das práticas pedagógicas, com base em referenciais teóricos sólidos. Articulados com disciplinas e demais componentes curriculares, os estágios possibilitam ao licenciando desenvolver a capacidade de planejar, executar,

avaliar e refletir sobre o trabalho docente em diferentes níveis e modalidades da educação básica.

A organização curricular do Curso de Artes e Mediação Cultural foi estruturada de forma a garantir a articulação contínua entre teoria e prática, desde o início da formação até a conclusão do curso. Essa integração é viabilizada por meio de práticas como componente curricular, estágios supervisionados, residência docente, atividades de extensão e projetos integradores, assegurando que o licenciando desenvolva competências profissionais de forma progressiva e contextualizada. O quadro a seguir apresenta, de maneira sistematizada, a distribuição das experiências formativas ao longo dos períodos, evidenciando as atividades desenvolvidas e os objetivos formativos em cada etapa do percurso acadêmico.

Quadro 04 - Integração Teoria e Prática no Curso

Período	Atividades de Integração Teoria-Prática	Objetivos Formativos
1º ao 2º	Práticas como Componente Curricular (PCCs) introdutórias; Observação de aulas; Projetos de extensão iniciais; Atividades de sensibilização para a realidade escolar.	Introduzir o estudante na cultura escolar; Desenvolver percepção crítica inicial; Articular teoria e contexto real desde o início da formação.
3º ao 4º	PCCs articuladas a componentes curriculares específicos; Observação participante; Início de atividades de regência em turmas de apoio; Projetos de extensão vinculados à comunidade escolar.	Aprofundar a compreensão das dinâmicas escolares; Desenvolver habilidades de observação e análise; Ensaiar práticas de ensino com acompanhamento.
5º ao 6º	Estágio Supervisionado em anos finais do Ensino Fundamental; Regência compartilhada; Residência docente preparatória; Atividades integradoras interdisciplinares.	Consolidar competências pedagógicas básicas; planejar e executar práticas de ensino; Integrar metodologias e recursos pedagógicos.
7º ao 8º	Estágio Supervisionado no Ensino Médio; Residência docente	Assumir responsabilidades docentes plenas;

	plena; Regência autônoma sob supervisão; Projetos integradores de conclusão; Socialização de práticas inovadoras.	sistematizar e avaliar experiências; Produzir e socializar conhecimentos sobre a prática docente.

A sistematização apresentada no quadro evidencia que a articulação entre teoria e prática no curso não se restringe a momentos pontuais, mas constitui um eixo formativo contínuo e integrado. A progressão das atividades, do contato inicial com a realidade escolar à atuação autônoma em contextos de residência docente e estágio supervisionado, assegura que o licenciando construa saberes de forma reflexiva e contextualizada, fortalecendo sua identidade profissional. Essa estrutura curricular contribui para que o egresso esteja apto a enfrentar os desafios da educação básica, fundamentando sua prática em princípios éticos, pedagógicos e científicos, e comprometendo-se com a promoção de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

As práticas como componente curricular (PCC), presentes desde o início do curso, operam como pontos de conexão entre a base teórica e o exercício pedagógico, garantindo que cada área de conhecimento contribua para a formação integral do futuro professor. Dessa forma, teoria e prática deixam de ser dimensões isoladas e passam a se alimentar mutuamente, fortalecendo a identidade profissional e o compromisso social do docente.

Essa articulação assegura que o egresso seja capaz de compreender, analisar e intervir de forma qualificada na realidade educacional, fundamentando suas ações em princípios éticos, pedagógicos e científicos. Ao integrar residência docente, estágios, disciplinas e práticas desde o início da formação, o curso reafirma seu compromisso com a formação inicial de professores aptos a enfrentar os desafios contemporâneos da educação básica com competência, sensibilidade e visão crítica.

A seguir apresentamos a organização curricular incluindo a matriz curricular por período, considerando as disciplinas, os créditos e a carga horária total.

7.7 Organização curricular

O curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural caracteriza-se por ter uma formação específica para professores que atuam/atuarão em escolas de Educação

Básica nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Assim, há disciplinas estão voltadas para esta realidade, para que se evidencie a vida nas escolas e a educação integral destacando-se, prioritariamente, suas organizações sociais; além de um eixo de disciplinas de formação básica em Artes Visuais, Música, Teatro, Dança e outras linguagens artísticas.

Nesse sentido, as disciplinas específicas, os temas transversais e os conteúdos de formação de professores que constituem a matriz do curso foram articulados para que os graduandos compreendam o processo as bases epistemológicas das Artes articuladas com as respectivas tecnologias, como os textos e contextos e discursos e dos sujeitos, sempre articulando a teoria à prática.

Atendendo à proposta do PRILEI, do qual o referido curso faz parte, algumas disciplinas se voltam para uma formação interdisciplinar e empreendedora, a fim de que a formação dos profissionais seja adequada àquilo que o Curso prevê e em consonância com a concepção de educação integral e os conteúdos da BNCC no que tange às Artes e Mediação Cultural

A carga horária total do Curso compreende 3.335 horas, das quais, 2.280 horas (152 créditos) distribuídas entre disciplinas obrigatórias e optativas. O estágio supervisionado obrigatório terá duração de 405 horas (27 créditos). As atividades complementares deverão perfazer 200 horas. O Trabalho de Conclusão de Curso terá como carga horária 105 horas. E a carga horária referente à curricularização da extensão é de 345 horas, conforme quadro abaixo:

COMPONENTES CURRICULARES	Carga horária (h)
Disciplinas Obrigatórias	2.160
Disciplinas Optativas	120
Trabalho de Conclusão de Curso	105
Atividades Complementares	200
Estágio Supervisionado Obrigatório	405
Atividades Curriculares de Extensão	345
TOTAL	3.335

Serão oferecidas 40 vagas com entrada prevista para o primeiro semestre de 2026. O curso será oferecido em período diurno e utilizará o período noturno para a realização de atividades pedagógicas e extracurriculares, já que se trata-se de um curso em regime de alternância, ou seja, vale-se de uma metodologia que diferencia os espaços pedagógicos.

Sendo assim, será realizada uma divisão entre os espaços educativos, tendo como base O Tempo-Comunidade (TC) e o Tempo-Universidade (TU), além de uma interligação entre estes dois momentos. No TU, o estudante estará na Universidade para cursar as diferentes disciplinas oferecidas pela UFPI. Enquanto, no TC, haverá a realização de atividades no espaço de vivência do estudante.

Assim, semestralmente, após cursar as disciplinas, o estudante sairá da universidade e permanecerá no território que atua, desenvolvendo atividades que interliguem estes dois tempos. Caberá aos professores do curso acompanhar e vivenciar juntamente com os estudantes o TC, em que serão realizadas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, nas múltiplas áreas de atuação dos estudantes.

Caracterização do Tempo-Universidade:

1. **Disciplinas.** Serão montadas aulas expositivas e dialogadas, além da realização de visitas e diálogos com sujeitos sociohistóricos locais.
2. **Estudos Individuais.** Estes estudos serão orientados pelos professores e serão base para as práticas de pesquisa e extensão em escolas do campo e junto aos movimentos sociais e sindicais. Sobre cada estudo individual orientado, o educando deverá produzir um roteiro de apresentação das questões, que será discutido, avaliado e aplicado considerando-se as áreas de vivências dos estudantes.
3. **Oficinas.** As oficinas priorizarão a atenção aos processos de socialização e de produção coletiva do conhecimento, enfatizando a criação de materiais pedagógicos que congreguem as tecnologias educacionais disponíveis. A produção de materiais pedagógicos terá como base a observação da realidade educacional do campo durante o tempo-comunidade, respeitando-se, assim, a realidade dos territórios nos quais se localizam os assentamentos.
4. **Linhas de Pesquisa.** Cada aluno apresentará, já na segunda etapa do curso, uma carta de intenções acerca de um projeto de pesquisa. A partir dos interesses apresentados pelos educandos, serão construídas as Linhas de Pesquisa do curso. Os projetos de pesquisas serão acompanhados por uma orientação coletiva de profissionais a serem indicados pelo Colegiado de Curso a cada etapa de estudos. No final do Curso, o educando apresentará um trabalho de conclusão baseado nas pesquisas desenvolvidas nas etapas

anteriores. Este trabalho terá um cunho participativo e emancipador quanto às comunidades envolvidas.

5. **Práticas de planejamento de pesquisa e/ou extensão.** No final de cada etapa do Tempo-Universidade, os educandos realizarão um trabalho integrado a partir de uma questão-problema própria ao seu projeto de extensão/pesquisa, oportunizando a integração e relação dos eixos temáticos desenvolvidos ao longo da etapa do Tempo-Universidade.

8. **Trabalho de Conclusão de Curso (105).** Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso a partir dos resultados obtidos nos projetos de extensão/pesquisa e práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo das etapas do curso.

9. **Excursões duplamente emancipatórias.** Realização de visitas escolas, equipamentos culturais e outros espaços que propicie o ensino-aprendizado nos territórios envolvidas no projeto, bem como a apresentação das diferentes dependências da universidade como eixo integrador do desenvolvimento das atividades pedagógicas.

10. **Estágio curricular supervisionado (405h).** A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais da Educação no Campo, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Caracterização do tempo-comunidade:

1. **Estudos da Realidade/Pesquisa e Práticas Pedagógicas no território onde vive os alunos.** Nos estudos desenvolvidos em ambiente real, o educando acentuará sua formação como educador-pesquisador, realizando, portanto, pesquisas e práticas pedagógicas. No retorno de cada tempo-comunidade, os educandos apresentarão oralmente suas percepções e entregarão um registro escrito acerca de suas observações e aprendizados. Estes estudos serão utilizados na construção do trabalho final a ser apresentado para uma banca examinadora e para a comunidade envolvida.

2. **Construção de dados para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso.** Neste tempo os estudantes realizarão pesquisas e atividades que darão suporte à construção do Trabalho de Conclusão de Curso,

que deverá obrigatoriamente estar calcado em seu projeto de extensão/pesquisa. As comunidades serão envolvidas de acordo com as necessidades e demandas apresentadas pelos grupos sociais envolvidos na formação. Assim, relatos, fotografias, depoimentos, observação e acompanhamento do cotidiano dos sujeitos sociais serão utilizados na elaboração da pesquisa que obrigatoriamente será apresentada na universidade e no assentamento ou escola envolvida.

3. **Excursões didático-pedagógicas.** Serão realizadas visitas para o acompanhamento de atividades desenvolvidas por assentados da reforma agrária ou sujeitos vinculados aos diversos movimentos sociais. Além das visitas aos assentados, também serão alvo dessas ações áreas quilombolas, grupos de assalariados rurais, coletivos culturais e artísticos, mestres e mestras da cultura no estado do Piauí e em outros estados vizinhos.

4. **Estágio curricular supervisionado.** A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais da Educação nas escolas de educação básica, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Importante destacar que no âmbito do PRILEI articulação entre teoria e prática, ocorre também por meio da residência docente, pois os alunos com bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que integram o curso, assumem o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa. Trata-se de uma ação valiosa que supera o estágio pois consiste na imersão do aluno na escola que promove o aperfeiçoamento da formação de professores nos cursos de licenciatura.

7.7.1 Matriz Curricular

1º. Semestre – Bloco I

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	Total
Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	-	-	-	15
História Da Educação	3.1.0	45	15	-	-	45
Laboratório De Jogos E Brincadeiras	2.4.0	30	60	-	-	90

(Teatrais, Musicais, Dançantes, Criativos)						
Metodologia Científica	3.1.0	45	15	-	-	60
História E Estética Da Arte I: Antiguidade, Orientais, Ancestrais	3.1.0	45	15	-	-	60
Ateliê De Artes Visuais (Desenho, Pintura, Gravura, Escultura)	2.4.0	30	60	-	-	90
Estágio Curricular Supervisionado I	-	-	-	15	-	15
Total	19.6.1	285	75	15		390

2º. Semestre – Bloco II

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				Total
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	
Legislação E Organização Da Educação Básica	3.1.0	45	15	-	-	60
Sociologia da Educação	3.1.0	45	15	-	-	60
Laboratório De Jogos E Brincadeiras II	3.1.0	45	15	-	-	60
História E Estética Da Arte II: Ocidentais, Vanguardas	3.1.0	45	15	-	-	60
Linguagem, Corpo E Movimento	3.1.0	45	15	-	-	60
Estágio Curricular Supervisionado II	0.0.1	-	-	30	-	30
Ace I - Arte E Educação Ambiental (Ecologia)	0.0.0.1	-	-	-	15	15
Total	18.6.1	270	75	30	15	405

3º. Semestre – Bloco III

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				Total
		Teórico	Prático	Teórico-Prático		
Psicologia Da Educação	3.1.0	45	15	-	-	60
História E Estética Da Arte III: Contemporâneo, Decolonial, Multicultural	2.1.0	15	15	-	-	45
Pedagogias Das Artes Visuais	3.1.0	45	15	-	-	60
Laboratório De Gêneros E Formas Teatrais					-	
Libras e Educação inclusiva	3.1.0	60	15	-	-	75
Estágio Curricular Supervisionado III	0.0.2	-	-	60	-	60
Ace II - Laboratório De Artes Do Corpo: Musicalização, Gesto, Canto E Expressão	0.0.0.1	-	-	-	15	15
Total	18.6.1	270	60	60	15	405

4º. Semestre – Bloco IV

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				Total
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	

				Prático		
Didática	3.1.0	45	15	-	-	60
Avaliação Da Aprendizagem	3.1.0	45	15	-	-	60
Filosofia Da Educação	3.1.0	45	15	-	-	60
Metodologia Do Ensino De Arte	4.1.0	60	15	-	-	75
Pedagogia do Teatro	3.1.0	45	15	-	-	60
Ace III - Dramaturgia E Escrita Colaborativa	0.0.0.3	-	-	-	45	45
Estágio Curricular Supervisionado V	0.0.1	-	-	15	-	15
Total	17.6.1	225	75	15	45	405

5º. Semestre – Bloco V

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	Total
História Da Dança No Brasil E No Piauí	3.1.0	45	15	-	-	60
História Da Arte No Brasil: Do Séc XVI AO XIX	3.3.0	45	45	-	-	90
Pedagogias Da Dança	2.1.0	30	15	-	-	45
Teatro De Formas Animadas E Contação De Histórias	3.1.0	45	15	-	-	60
Filosofia Da Arte, Ética E Estética	2.1.0	30	15	-	-	45
ACE IV Cirandas [Danças Circulares], Parlendas E Cantigas De Roda	0.0.0.4	-	-	-	60	60
Estágio Curricular Supervisionado V	0.0.1	-	-	15	-	15
Total	13.7.6	195	105	15	60	375

6º. Semestre – Bloco VI

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	Total
Percepção Musical E Paisagens Sonoras	2.1.0	30	15	-	-	45
História Da Arte No Brasil: Os Séculos XX E XXI	3.1.0	45	15	-	-	60
Pedagogias Da Música	2.2.0	30	30	-	-	60
Antropologia Cultural (História E Cultura Afro-Brasileira E Indígena)	2.1.0	30	15	-	-	60
Optativa 1	2.1.0	30	15	-	-	45
ACE V - Musicalidades (Música Corporal, Barbatuques, Gestos E Cantos Coletivos)	0.0.0.4	-	-	-	60	60
Estágio Curricular Supervisionado VI	0.0.1	-	-	15	-	15

Total	13.6.7	165	90	105	60	405

7º. Semestre – Bloco VII

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	Total
Prática De Ensino: Artes Cênicas E Projetos Educativos	3.1.0	45	15	-	-	60
Direção, Encenação E Cenografia	1.1.0	30	15	-	-	30
Processos Criativos (Trajes, Figurinos, Adereços E Máscaras)	2.1.0	30	15	-	-	60
TCC 1	1.3.0	15	45	-	-	45
Optativa 2	3.1.0	45	15	-	-	60
ACE VI - Tópicos Especiais Em Teatro I: Técnicas Do Teatro Do Oprimido E Outras Poéticas Cênicas	0.0.0.4	-	-	-	60	60
Estágio Curricular Supervisionado VII	0.0.4	-	-	60	-	60
Total	12.7.19	135	105	60	60	390

8º. Semestre – Bloco VIII

Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral				
		Teórico	Prático	Teórico-Prático	Extensão	Total
Tópicos Especiais: Teatro Dialético, Peças Didáticas E Performance	2.1.0	30	15	-	-	45
Evento Artístico: Artes Integradas [Artes Visuais, Música, Dança E Teatro]	2.1.0	30	15	-	-	60
TCC 2	3.1.0	45	15	-	-	60
Optativa 3	3.1.0	45	15	-	-	60
Mediação Cultural e Artes Integradas: Criação, Composição, Expressão	2.1.0	30	15	-	-	60
ACE VII - Humor Gráfico [Charge, Cartum, Caricatura]	1.3.0	15	45	-	60	60
Estágio Curricular Supervisionado VIII	0.0.4	-	-	60	-	60
Total	6.5.9	75	120	60	60	360
CARGA HORARIA TOTAL DOS COMPONENTES CURRICULARES		3.135 horas				

Importante destacar que no curso há o componente curricular que favorece, além da formação geral, o desenvolvimento da autonomia do aluno - as atividades Acadêmico-Científico-Culturais, ou seja, as Atividades Complementares.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	
Componente curricular	Carga Horária
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200h

Ressalte-se que em atendimento à Resolução CNE. Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação PNE 2014+-2024 e dá outras providências e as Resolução UFPI/CEPEX -053/2019 e Resolução CEPEX/UFPI nº 297, de 20.06.22 que regulamenta o registro e a inclusão das atividades curriculares de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFPI, as disciplinas que, obrigatoriamente terão natureza extensionista estão listadas no quadro a seguir, totalizando 345 horas aula. Isso não implica que outras disciplinas possam realizar atividades de extensão. Paradoxalmente. Como o curso guia-se pelo princípio de articulação entre teoria e prática desde o início do curso, os professores têm autonomia para definir suas atividades pedagógicas.

COMPONENTES CURRICULARES REFERENTES A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	Carga horária (h)
ACE I - Arte E Educação Ambiental (Ecologia)	60
ACE II - Laboratório De Artes Do Corpo: Musicalização, Gesto, Canto E Expressão	60
ACE III - Dramaturgia E Escrita Colaborativa	60
ACE IV Cirandas [Danças Circulares], Parlendas E Cantigas De Roda	45
ACE V - Musicalidades (Música Corporal, Barbatuques, Gestos E Cantos Coletivos)	45
ACE VI - Tópicos Especiais Em Teatro I: Técnicas Do Teatro Do Oprimido E Outras Poéticas Cênicas	45
ACE VII - Humor Gráfico [Charge, Cartum, Caricatura]	60
TOTAL	345 horas

Disciplinas Optativas

OPTATIVAS						
Período de implantação	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-prático	Total
Do 6º ao 8º	Técnica Vocal I	3.1.0	45	15	-	60

Do 6º ao 8º	A Rítmica de Dalcroze	3.1.0	45	15	-	60
Do 6º ao 8º	Bases epistemológicas em Educação	3.1.0	45	15	-	60
Do 6º ao 8º	Educação e Direitos Humanos	3.1.0	45	15	-	60
Do 6º ao 8º	Estratégias de leitura em Língua Inglesa	3.1.0	45	15	-	60
Do 6º ao 8º	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	3.1.0	45	15	-	60
Do 6º ao 8º	Arte e Território	3.1.0	45	15	-	60
Do 6º ao 8º	Oficina de Textos Acadêmicos	3.1.0	45	15	-	60

7.7.2 Fluxograma do Curso

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	NÚCLEOS
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	DIDÁTICA	HISTÓRIA DA DANÇA NO BRASIL E NO PIAUÍ	PERCEPÇÃO MUSICAL E PAISAGENS SONORAS	PRÁTICA DE ENSINO: ARTES CÊNICAS E PROJETOS EDUCATIVOS	MEDIAÇÃO CULTURAL E ARTES INTEGRADAS: CRIAÇÃO, COMPOSIÇÃO, EXPRESSÃO	NÚCLEO I - FORMAÇÃO GERAL
3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	2 2 0 0 60	1 3 0 0 60	2 2 0 0 60	1 3 0 0 60	
LABORATÓRIO DE JOGOS E BRINCADEIRAS I (TEATRAIS, MUSICAIS, DANÇANTES, CRIATIVOS)	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	HISTÓRIA E ESTÉTICA DA ARTE III: CONTEMPORÂNEO, DECOLONIAL, MULTICULTURAL	AValiação DA APRENDIZAGEM	HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL: DO Séc XVI AO XIX	HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL: OS SÉCULOS XX E XXI	DIREÇÃO, ENCENAÇÃO E CENOGRAFIA	TÓPICOS ESPECIAIS: TEATRO DIALÉTICO, PEÇAS DIDÁTICAS E PERFORMANCE	NÚCLEO II - COMPONENTES ESPECÍFICOS
2 4 0 0 90	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	1 3 0 0 60	2 2 0 0 60	3 1 0 0 60	2 2 0 0 60	0 3 0 0 45	
METODOLOGIA CIENTÍFICA	LABORATÓRIO DE JOGOS E BRINCADEIRAS II	PEDAGOGIAS DAS ARTES VISUAIS	PEDAGOGIAS DO TEATRO	PEDAGOGIAS DA DANÇA	PEDAGOGIAS DA MÚSICA	PROCESSOS CRIATIVOS (TRAJES, FIGURINOS, ADEREÇOS E MÁSCARAS)	EVENTO ARTÍSTICO: ARTES INTEGRADAS [ARTES VISUAIS, MÚSICA, DANÇA E TEATRO]	
3 1 0 0 60	2 4 0 0 90	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	1 2 0 0 45	2 2 0 0 60	
HISTÓRIA E ESTÉTICA DA ARTE I: ANTIGUIDADE, ORIENTAIS, ANCESTRAIS	HISTÓRIA E ESTÉTICA DA ARTE II: OCIDENTAIS, VANGUARDAS	LABORATÓRIO DE GÊNEROS E FORMAS TEATRAIS I	METODOLOGIA DO ENSINO DE ARTE	TEATRO DE FORMAS ANIMADAS E CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS	ANTROPOLOGIA CULTURAL (HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA)	TCC 1	TCC 2	NÚCLEO II - COMPONENTES ESPECÍFICOS (TCC e Optativas)
3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 1 0 0 45	3 1 0 0 60	
ATELIÊ DE ARTES VISUAIS (DESENHO, PINTURA, GRAVURA, ESCULTURA)	LINGUAGEM, CORPO E MOVIMENTO	LIBRAS	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	FILOSOFIA DA ARTE, ÉTICA E ESTÉTICA	OPTATIVA 1	OPTATIVA 2	OPTATIVA 3	
2 4 0 0 90	2 2 0 0 60	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	3 1 0 0 60	2 1 0 0 45	2 1 0 0 45	2 1 0 0 45	
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO	ACE I ARTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL (ECOLOGIA)	ACE II LABORATÓRIO DE ARTES DO CORPO: MUSICALIZAÇÃO, GESTO, CANTO E EXPRESSÃO	ACE III DRAMATURGIA E ESCRITA COLABORATIVA	ACE IV CIRANDAS [DANÇAS CIRCULARES], PARLENDAS E CANTIGAS DE RODA	ACE V MUSICALIDADES (MÚSICA CORPORAL, BARBATUQUES, GESTOS E CANTOS COLETIVOS)	ACE VI TÓPICOS ESPECIAIS EM TEATRO I: TÉCNICAS DO TEATRO DO OPRIMIDO E OUTRAS POÉTICAS CÊNICAS	ACE VII HUMOR GRÁFICO [CHARGE, CARTUM, CARICATURA]	NÚCLEO III - EXTENSÃO
1 0 0 0 15	0 0 0 4 60	0 0 0 4 60	0 0 0 4 60	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 4 60	
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VII	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VIII	NÚCLEO IV - ESTÁGIOS
0 0 3 0 45	0 0 3 0 45	0 0 3 0 45	0 0 3 0 45	0 0 4 0 60	0 0 4 0 60	0 0 4 0 60	0 0 3 0 45	
14 11 3 0 420	13 9 3 4 435	13 7 3 4 405	11 9 3 4 405	11 9 4 3 405	10 9 4 3 390	9 8 4 3 360	8 10 3 4 375	
1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	

DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS	Nº	CARGA HORÁRIA
NÚCLEO I - FORMAÇÃO GERAL	9	600
NÚCLEO II - COMPONENTES ESPECÍFICOS	26	1575
NÚCLEO II - OPTATIVAS	3	135
NÚCLEO II - TCC	2	105
NÚCLEO II - AC	2	210
NÚCLEO III - EXTENSÃO	7	375
NÚCLEO IV - ESTÁGIOS	8	405
TOTAL		3405

CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES CURRICULARES	
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	2.175
DISCIPLINAS OPTATIVAS	135
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	405
ATIVIDADES COMPLEMENTARES - AC	210
ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE	375
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	105
TOTAL	3.405

7.7.3 Ementas e bibliografias básica e complementar

1º SEMESTRE

DISCIPLINA: História da Educação
EMENTA: Compreensão da história da educação, seus fundamentos teórico-metodológicos e sua importância para a formação do educador. Estudo das principais teorias práticas educacionais desenvolvidas ao longo da história da humanidade, além de uma visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. ARANHA, M.L.A. História da educação. 3.ed.São Paulo: Moderna, 2006. 2. BRITO, I.S. História da educação no Piauí. Teresina: EDUFPI, 1996. 3. RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: a organização escolar. 17. ed. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 2001. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. ROMANELLI, O. de O. História da Educação no Brasil. 25.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 2. LOPES, E. M. T.; FARIAS FILHO, L. M. & VEIGA, C. G. 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 3. HILSDORF, M. L. S. História da Educação Brasileira: Leituras. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002. 4. SOUZA, N. M. M. de. História da Educação. Campinas: AVERCAMP, 2006. GUEDES, E. M. Curso de Metodologia Científica. Curitiba: HD Livros, 2000.

DISCIPLINA: Metodologia Científica
EMENTA: Metodologia de estudo e do trabalho acadêmico. Elaboração de projeto e trabalho científico. Problemas e formas de conhecimento. Origem e evolução da ciência e do método científico. Tipos de pesquisa.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2006. 1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa . São Paulo: Atlas, 2008. 2. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . São Paulo : Cortez, 2002. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 3. CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais . São Paulo: Cortez. 2006. 4. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2007. 5. MATTAR NETO, J. A. Metodologia Científica na Era da Informática . 3.ed. São Paulo:Saraiva, 2013. 6. BERVIAN, P. A.; CERVO, A. L.; SILVA, R. da. Metodologia Científica . 6.ed. São Paulo. Prentice Hall Brasil, 2006. 7. FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação no campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Educação no campo e pesquisa. Questões para reflexão . Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

DISCIPLINA: SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO
EMENTA: Exposição do PPP – Projeto Político Pedagógico. Exposição sobre a Legislação da UFPI, Programas, Bolsas, Projetos, Núcleos de Pesquisa relacionados aos cursos e seus conteúdos.
Bibliografia Básica 1. PIAUÍ, UFPI. Estatuto da UFPI . Teresina: Edufpi, 1999. 2. PIAUÍ, UFPI. Regimento Geral da UFPI . Teresina: Edufpi, 1999. 3. PIAUÍ, UFPI. Projeto Político Pedagógico do Curso Licenciatura em Artes e Mediação Cultural. Campus Ministro Petrônio Portela. Teresina: 2023. 4. BRASIL. Ministério da Educação Resolução CNE/CP Nº2, de 22 dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. (EF) 5. BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES Nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. 6. UFPI. Resolução CEPEX 177/12. Institui as normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). 7. UFPI. Resolução UFPI/CEPEX -053/2019 e Resolução CEPEX/UFPI nº 297, de 20.06.22 Regulamenta o registro e a inclusão das atividades curriculares de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE JOGOS E BRINCADEIRAS I [musicais, teatrais, dançantes, criativas]
EMENTA: Apresentar ao estudante o jogo como exercício e como arte; o jogo como prática e estratégia pedagógica e, também, como possibilidade e proposta de arte contemporânea. Para tanto, oferece repertório de jogos (cênicos, musicais, visuais, midiáticos) em suas abordagens educacionais e artísticas. São modalidades apresentadas: jogos dramáticos, jogos de linguagem, brincadeiras de rua, teatro do

oprimido e intervenções poéticas.

Bibliografia básica:

- BROUGÈRE, G. Brinquedo e Cultura. São Paulo: Cortez, 1997.
- CARVALHO, F. das C. A. Estética e Jogos teatrais para atores e arte-educadores. Teresina: EDUFPI/SEE/MEC, 2007.
- CHIAPPINI, L. Outras linguagens na escola: publicidade, cinema e TV, rádio, jogos, informática. São Paulo: Cortez, 2000.
- ELKONIN, D. B. Psicología del juego. Madrid: Visor Libros, 1980.
- HUIZINGA, J. Homo Ludens. São Paulo: Perspectivas Estudos, 1980.
- KISHIMOTO, T. M. O Jogo e a Educação Infantil. São Paulo: Pioneira, 1998.
- KOUDLA, I. D. Jogos Teatrais. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Brasília: Ministério da Educação, 2000.
- PIMENTA, S. G. Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. São Paulo: Cortez, 2005.
- SPOLIN, V. Improvisação para o Teatro. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- SPOLIN, V. Jogos Teatrais: o fichário de Viola Spolin. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- SPOLIN, V. O Jogo Teatral no Livro do Diretor. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994

DISCIPLINA: HISTÓRIA E ESTÉTICA DO TEATRO I: ANTIGUIDADE, ORIENTAIS E ANCESTRAIS

EMENTA: Refletir sobre os principais acontecimentos históricos e estéticos da arte na antiguidade do Oriente e Continente Africano.

Bibliografia básica:

- AMARAL, J. Das Danças Rituais ao Ballet Clássico. Revista Ensaio Geral, Belém, v.1, n.1, jan-jun. 2009.
- Arte Africana. Edições Sesc São Paulo e Imprensa Oficial, 2017.
- BERTHOLD, M. História Mundial do Teatro. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- FARO, A. J. Pequena História da Dança. 4. ed. Rio de Janeiro, 1998.
- ROGER RIVIÈRE, J. Arte Oriental (China, Japão, Índia). Salvat, 1980.
- WISNIK, J. M. O som e o sentido: uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

DISCIPLINA: ATELÊ DE ARTES VISUAIS (DESENHO, PINTURA, GRAVURA, ESCULTURA)

EMENTA: História das artes visuais; estética e criatividade; artes visuais e educação; prática pedagógica e artística em artes visuais; Interpretação/leitura de imagens; Arte, imagem e cultura visual. Fundamentos da linguagem visual, elementos da composição visual, exercícios e experiências com técnicas de desenho, pintura, gravura e escultura. Uso de materiais alternativos, criação de recursos didáticos para aulas de arte na escola.

Bibliografia básica:

- ARNHEIM, R. Arte e percepção visual. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1980.
- BAZIN, G. História da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- CANCLINI, N. G. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 2003.
- CORREA, A.; NUNES, A. L. R. O ensino das artes visuais. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.
- MARTINS, M.; PICOSQUI, G.; GUERRA, M. Didática do ensino da arte: a língua do mundo – poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.
- OLIVEIRA, M.; HERNANDEZ, F. (Orgs.). Formação do Professor em Artes Visuais. Santa Maria: Editora UFSM, 2005.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I (FUNDAMENTO DO ENSINO DA ARTE, MEDIAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS)**EMENTA:**

Reflexão e discussão acerca dos processos de criação em arte, seus caminhos e abordagem por meio do ensino; visando um entendimento do mundo e das regras que regem as ações no ato de criação. Os procedimentos das artes e sua prática na Educação Básica. Compreensão e fundamentação conceitual sobre o processo de estágio e suas normas; observações e acompanhamento em escolas e instituições culturais das práticas artísticas, estéticas e culturais. Orientação e discussão sobre as atividades teóricas e práticas pretendidas. Orientação e discussão sobre aspectos da docência. Elaboração de planos de aula, de oficinas e projetos de intervenção nos espaços de partilha dos saberes e fazeres em artes. Leitura e discussão sobre aspectos da educação através da Arte; relatórios do estágio; crítica e planejamento de atividades; atividades educativas em situação experimental, seminários, microaulas.

Bibliografia:

- BOAL, A. Jogos para atores e não-atores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CABRAL, B. Drama como método de ensino. São Paulo: Hucitec, 2006.
- CAMARGO, R. G. Palco & Platéia. Sorocaba: TCM – comunicação, 2003.
- _____. Som e Cena. Sorocaba: TCM – comunicação, 2003.
- DESGRANGES, F. A pedagogia do espectador. São Paulo: Hucitec, 2003.
- FERNANDES, C. O corpo em movimento. O sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas. São Paulo: Annablume, 2002.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)
- JAPIASSU, R. Metodologia do ensino de teatro. São Paulo: Papirus, 2001.
- KOUDELA, I. Texto e Jogo. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- MARQUES, I. A. Ensino da dança hoje: textos e contextos. São Paulo: Cortez, 1999.
- OSSONA, T. A. A educação pela dança. São Paulo: Summus, 1988.
- OSTROWER, F. Criatividade e Processos de Criação. Petrópolis: Vozes, 1989.
- PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.
- REVERBEL, O. Um caminho do teatro na escola. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2007.
- ROUBINE, J.-J. Linguagem da encenação teatral. – 1880/1980. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SOUZA, S. J. Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2001.
- SPOLIN, V. Jogos teatrais para sala de aula: um manual para o professor. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- ARAUJO, G. S. de. A peça didática e o ensino do teatro. In: TAVARES, R. (org.). Entre coxias e recreios: recortes da produção carioca sobre o ensaio do teatro. São Paulo: Yendis, 2006.
- PUPO, M. L. “Sinais de teatro-escola”. Humanidades, Edição Especial Teatro Pós-Dramático, Editora UNB, n. 52, nov. 2006, p. 109-115.

2º SEMESTRE

DISCIPLINA: Sociologia da Educação

EMENTA:

Estudo do surgimento e das correntes teóricas da sociologia da educação, assim como da função da escola e dos sistemas de ensino na sociedade contemporânea, analisando sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. RODRIGUES, A. T. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.
2. PILETTI, N.; PRAXEDES, W. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Ática, 2010.
3. HAECHT, A. V. **Sociologia da Educação**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARRERE, A. ; SEMBEL, N. **Sociologia da Escola**. São Paulo: Editora Loyola, 2006.
2. KRUPPA, S. M. P. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
3. SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo, Cortez, 1992.
4. PINSKY, J. **Cidadania e educação**. São Paulo: Contexto, 1999.
5. BERGER, P.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DISCIPLINA: Legislação e Organização da Educação Básica

EMENTA:

Legislação da Educação Básica e política de formação de professores. O plano Nacional e educação. A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. A BNCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRASIL. **Diretrizes Complementares da Educação Básica**. Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica no. 2/ 2008.
2. MACHADO, L. Diferenciais inovadores na Formação de Professores para a Educação Profissional. *In*: Portal do MEC/**Educação profissional e tecnológica**. Outubro de 2008.
3. BRASIL. Ministério da Educação . Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025 **Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025.**

4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ABREU, M. **Organização da Educação Nacional na Constituição e a LDB**. Ijuí-SC:UNIJUI. 1999.
2. CASTRO, M. H. G. de. **As Desigualdades Regionais no Sistema Educacional Brasileiro**. Brasília, INEP/ MEC, 1999.
3. CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, EDUFF/ FLASCO, 2000.
4. BRASIL. Presidência da república, **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2024.

DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE JOGOS E BRINCADEIRAS II [musicais, teatrais, dançantes, criativos]

EMENTA: Conceitos de Jogos, brinquedos, brincadeiras da cultura popular. Possibilidades de intervenção pedagógica no desenvolvimento infantil, do jogo, do brinquedo, da brincadeira e do esporte. Resgate e preservação da cultura lúdica infantil. Construção de brinquedos tradicionais e contemporâneos. Processo de ensino-aprendizagem do jogo, manifestação cultural e brincadeira infantil. Prática pedagógica de atividades lúdicas, sob a orientação e supervisão docente, compreendendo atividades de observação dirigida ou experiências de ensino. Resgate da vivência de

jogos e brincadeiras para a população afrodescendente e indígena no âmbito da educação física. Construção de brinquedos que retratam, valorizam e resgatam a cultura indígena e afrodescendente.

Bibliografia básica:

FRIEDMANN, Adriana. A arte de brincar: brincadeiras e jogos tradicionais. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a Educação Infantil. São Paulo: Cengage Learning, 2011. LOMBARDI, Glaucia. Folclore e brinquedos. São Paulo: Paulus, 2006. MARCELLINO, Nelson Carvalho; MONTELLA, Maura. Campinas/SP: Papirus, 2012. CARVALHO, Francisco das Chagas Amorim. Estética e Jogos teatrais para atores e arte-educadores. Teresina: EDUFPI/SEE/MEC, 2007. CHACRA, Sandra. **Natureza e sentido da improvisação teatral**. São Paulo: Perspectiva, 1983. CHACRA, Sandra. **Natureza e Sentido da Improvisação Teatral**. São Paulo: Perspectiva, 1983. CHEKHOV, Miguel. **Para o Ator**. São Paulo: Martins Fontes, 1986. COURTNEY, Richard. **Jogo, teatro e pensamento**: as bases intelectuais do teatro na educação. São Paulo: Perspectiva, 1980. HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1999. KISHIMOTO, Tizuko M.(org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo, Cortez, 1998. KOUDELA, Ingrid Dormien. **Jogos teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 2002. KOUDELA, Ingrid Dormien. **Texto e Jogo**. São Paulo: Perspectiva, 1996. MORENO, J. L. **O teatro da espontaneidade**. São Paulo: Edusp, 1984. OIDA, Yoshi. **Um Ator errante**. Beca: São Paulo, 1992. SANTOS, Vera Lúcia Bertoni dos. **Brincadeira e conhecimento**: do faz-de-conta à representação teatral. Porto Alegre: Medicação, 2002.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E ESTÉTICA DA ARTE II: OCIDENTE E VANGUARDAS

EMENTA: Refletir sobre os principais acontecimentos históricos e estéticos do Ocidente e suas vanguardas históricas.

Bibliografia básica:

- ANDERSON, Perry. “Modernidade e revolução”. Em: ANDERSON, Perry. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BIÃO, Armindo et al. (Orgs.). *Temas em contemporaneidade, Imaginário e Teatralidade*. São Paulo: Annablume, 2000.
- BORNHEIM, Gerd. *Páginas de filosofia da arte*. Rio de Janeiro: Uapê, 1998.
- DE MICHELI, Mario. *As vanguardas artísticas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ECO, Umberto. *Obra aberta. Forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FABBRINI, Ricardo. *A Arte depois das Vanguardas*. Campinas: Ed Unicamp, 2002.
- HAUSER, A. *História Social da Literatura e da Arte*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- LEÃO, Lúcia (org.). *Interlab: Labirintos do Pensamento Contemporâneo*. São Paulo: FAPESP/Iluminuras, 2002.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- RYNGAERT, Jean-Pierre. *Ler o teatro contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DISCIPLINA: LINGUAGEM, CORPO E MOVIMENTO

EMENTA: O processo de desenvolvimento humano: corpo, gestos e movimentos. A relação entre cultura, corpo e movimento. Cultura corporal: jogos, danças, lutas e esportes. Atividades corporais na escola. Abordagem estética do corpo, o corpo como produtor de sentidos, os gestos; os afetos, o movimentos e as formas de experienciar, pensar, sentir, expressar a vida e o mundo.

Bibliografia Básica

- ALBUQUERQUE, M. do S. C. Estudo e pesquisa da cultura corporal. Rio Branco: Edufac, 2011. 158 p.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1989.
- GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2005. 585 p.
- GODALL, T.; HOSPITAL, A. Cento e cinquenta propostas de atividades motoras para a educação infantil de 3 a 6 anos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 388 p.
- HAYWOOD, K. M.; GETCHELL, N. Desenvolvimento motor ao longo da vida. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 344 p.
- LABAN, R. Domínio do movimento. São Paulo: Summus, 1978.
- MACHADO, N. V. Educação física e recreação para o pré-escolar: criança de 0 a 6. Brasília: [s.n.], 1985. 245 p.
- MATTOS, M. G. de; NEIRA, M. G. Educação física infantil: construindo o movimento na escola. São Paulo: Phorte, 2008. 130 p.
- MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MOREIRA, E. C.; NISTA-PICCOLO, V. L. (Org.). O quê e como ensinar educação física na escola. Jundiaí: Fontoura, 2009. 206 p.
- SOARES, C. L. et al. Metodologia do ensino de educação física. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 200 p.
- VARGAS, Â. L. de S. O corpo e o movimento: a educação física em reflexão. Rio de Janeiro: Faculdades Moacyr S. Bastos, 1993. 97 p.

DISCIPLINA: ARTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL [ECOLOGIA]

EMENTA: Educação ambiental: origem, princípios, fundamentos, marco conceitual e teorias pedagógicas. Metodologia da educação ambiental. As dimensões conceituais, institucionais e pedagógicas da educação ambiental na perspectiva do desenvolvimento sustentável. A relação dialética entre teoria e prática e educação ambiental: estratégias para a construção da sustentabilidade na perspectiva do ensino das ciências da natureza. A importância da conservação ambiental (queimadas; desmatamento; lixo; poluição ambiental; problemas de impacto ambiental no Piauí. As dimensões do desenvolvimento sustentável). A educação ambiental e o processo histórico de apropriação dos recursos naturais. As dimensões do desenvolvimento sustentável. A agenda 21 e a consolidação do desenvolvimento sustentável. Os desafios da educação ambiental formal e não formal. As intervenções possíveis através da arte e da educação para maior consciência em relação ao tema.

Bibliografia Básica

- BERNA, V. Como fazer educação ambiental. São Paulo: Paulus, 2001.
- DASHEFSKY, H. S. Dicionário de Ciência Ambiental: guia de A a Z. São Paulo: Gaia, 1995.
- MEDINA, N. M.; SANTOS, E. da C. Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MULLER, J. Educação Ambiental: diretrizes para a prática pedagógica. Porto Alegre: FAMURS, 1998.
- NEAD. O ensino de ciências e educação ambiental. Cuiabá: NEAD, IE, UFMT, 2001. CD-ROM.
- SAIA, E. B. I. (org.). Reflexões e práticas para desenvolver a educação ambiental na escola. Santa

Maria: IBAMA, 2000.

- SATO, M. (Coord.) et al. Ensino de ciências e as questões ambientais. Cuiabá: NEAD, UFMT, 1999.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado II

EMENTA:

Abordagem do processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas, imersão na escola, para analisar seu projeto político pedagógico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004.
2. FREITAS, L. C. **Neotecnicismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
3. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
2. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
3. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
- ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

3º SEMESTRE

DISCIPLINA: Psicologia da Educação

EMENTA:

Abordagem da ciência psicológica quanto à constituição da subjetividade, do desenvolvimento, da aprendizagem, da transformação e das dificuldades de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DAVIDOFF, L. L. **Introdução à Psicologia**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2006.
2. TELES, M. L.S. **Que é psicologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
3. NYE, Robert D. **Três psicologias: ideias de Freud, Skinner e Rogers**. 6. ed. São Paulo: Thompson, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARÍES, P. **Psicologia Sócio Histórica**. São Paulo: Cortez, 2001.
2. MOLON, S. I. **Psicologia Social: Subjetividade e construção do sujeito em Vygotsky**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
3. CARVAJAL, G. **Tornar-se Adolescente: A aventura de uma metamorfose. Uma Visão psicanalítica da adolescência**. São Paulo: Cortez, 1998.
4. FLAVELL, J. H. **A Psicologia do Desenvolvimento de Jean Piaget**. São Paulo: Pioneira, 1996.
5. MACEDO, L. de (Org). **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa de Psicólogo, 1996.

DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE ARTES DO CORPO: MUSICALIZAÇÃO, GESTO, CANTO E EXPRESSÃO

EMENTA: Técnica vocal e voz ressonante. A voz e a fala na cena contemporânea. Voz do ator e voz cênica. Ação vocal e partitura vocal. Recursos vocais - pontuação, pausas e entonação, palavras vivas, andamento e ritmos, dicção e articulação, intensidades, alturas e ressonâncias – em consonância aos textos dramáticos. Introdução à prática do canto coletivo. Prática Coral a duas ou mais vozes. Noções de técnica vocal, formação de sonoridade e técnica vocal para crianças. Noções de prosódia e coreografia aplicada à canção. Noções de regência. Vivências musicais que subsidiem a atuação pedagógica, a preparação de materiais e repertório didático-musical vocal para crianças. Seleção e montagem de repertório para espetáculos de conjuntos vocais infantis. Construir vozes: a técnica e a expressão vocais a favor da voz do personagem. A prática do solfejo e do vocalise como suportes da qualidade vocal. A respiração e a voz cênica. A consolidação do roteiro de aquecimento vocal/corporal. A relação corpo e voz na cena. Como e porque constituir um ritual pré-cênico corporal/vocal. Jogos dramáticos vocais. A partitura da voz falada (palavras de valor, ênfases, pausas) e outros recursos, como subsídios para a construção da fala cênica. A música e o canto no jogo vocal teatral.

Bibliografia básica:

- BEAUTTENMÜLLER, M. da G. O despertar da comunicação vocal. Rio de Janeiro: Enelivro, 1995.
- BEAUTTENMÜLLER, M. da G.; LAPORT, N. Expressão vocal e expressão corporal. Rio de Janeiro: Forense, 1974.
- BOONE, D. R. Sua voz está traindo você? Como encontrar e usar sua voz natural. Porto Alegre: Artmed, 1996.
- CHENG, S. C. O Tao da voz. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- COSTA, H. O. Voz cantada. São Paulo: Lovise, 1998.
- DINVILLE, C. A técnica da voz cantada. Rio de Janeiro: Enelivros, 1993.
- FELDENKRAIS, M. Consciência pelo movimento. São Paulo: Summus, [s.d.].
- FERNANDES, C. O corpo em movimento: o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas. São Paulo: Annablume, 2002.
- FERREIRA, L. P. (org.). Voz profissional: o profissional da voz. Carapicuíba: Pró-Fono, 1995.
- FERREIRA, L. P. Trabalhando a voz: vários enfoques em fonoaudiologia. São Paulo: Summus, 1987.
- FORTUNA, M. A performance da oralidade teatral. São Paulo: Annablume, 2000.
- GAYOTTO, L. H. Voz partitura da ação. São Paulo: Summus, 1997.
- HUCHE, F. Le; ALLALI, A. A voz. Porto Alegre: Artmed, 2005. v. 1.
- KUSNET, E. Ator e método. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1987.
- MELLO, E. B. de S. A educação da voz falada. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1992.
- NUNES, L. Manual de voz e dicção. Brasília: MEC - Serviço Nacional de Teatro, 1976.
- OLIVEIRA, D. M. G. de. A expressividade do corpo na performance vocal. 2016. Tese (Doutorado em Música) - Universidade de Aveiro, Aveiro, 2016.
- QUINTEIRO, E. A. Estética da voz: uma voz para o ator. São Paulo: Summus, 1989.
- VISHNIVETZ, B. Eutonia – Educação do corpo para o ser. São Paulo: Summus.

DISCIPLINA: HISTÓRIA E ESTÉTICA DA ARTE III: CONTEMPORÂNEOS, DECOLONIAIS, MULTICULTURAL

EMENTA: Refletir sobre os principais acontecimentos históricos, estéticos e dramáticos, com ênfase aos aspectos teóricos conceituais, do expressionismo alemão, passando pelo o teatro de forma épica fundamentado em Bertolt Brecht; desenvolvimento do teatro da absurdidade. De Isadora Duncan, Mary Wigman a Pina Bausch.

Bibliografia básica:

Livros

- ASLAN, Odette. O ator no século XX. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas III. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARLSON, Marvin. Teoria do teatro: estudo histórico-crítico dos gregos à atualidade. São Paulo: FUNDUNESP, 1998.
- CHIARINI, Paolo. Bertolt Brecht. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- CHIPP, H. B. Teorias da arte moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- COSTA, Iná Camargo. Sinta o drama. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CRUCIANI, Fabrizio; FALLETTI, Clélia. Teatro de rua. São Paulo: Hucitec, 1999.
- DEGAINE, André. Histoire du théâtre dessiné. Paris: A.-G. Nizet, 1999.
- ECKARDT, Wolf von; GILMAN, Sander L. A Berlim de Bertolt Brecht: um álbum dos anos 20. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.
- ESSLIN, Martin. O teatro do absurdo. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FABRINI, Ricardo. A Arte depois das Vanguardas. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- GARCIA, S. As trombetas de Jericó: teatro das vanguardas históricas. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MIGNOLO, W. Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- QUILICI, Cassiano. O ator-performer e as poéticas da transformação de si. Campinas: Annablume, 2015.
- SCHECHNER, Richard. Performance studies: an introduction. Nova York: Routledge, 2013.
- WALSH, C. Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

Artigos

- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016. Disponível em: (ligação indisponível). Acesso em 16 abr. 2025.
- CAVALCANTI, Claudia. O cabaré do novo homem. Revista Cult, São Paulo, n. 39, out. 2000.
- MIGNOLO, W. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifesto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2008. p. 25-46.
- MIRANDA, C. Presentación. In: WALSH, C. (Org). Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Abya-Yala, 2013.
- NÖLLE, E. O teatro expressionista. In: Uma exposição dos Institutos Goethe no Brasil. München: Goethe-Institut, 1982.
- OLIVEIRA, L. F. O que é uma educação decolonial. Nueva América (Buenos Aires), n. 149, p. 35-39, 2016.
- SCHECHNER, R.; ICLE, G.; PEREIRA, M. A. O que pode a performance na educação? Uma entrevista com Richard Schechner. Educação & Realidade, v. 35, n. 2, 2010. Disponível em: (ligação indisponível). Acesso em: [data de acesso].

DISCIPLINA: PEDAGOGIA DAS ARTES VISUAIS**EMENTA:**

Histórico do ensino de Artes Visuais no Brasil. Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Estudo do processo de aquisição de conhecimentos da criança e planejamento de propostas artísticas que tenham ressonância com suas particularidades. Estudo das principais linhas pedagógicas e conceitos de metodologia de ensino aplicada ao ensino de Artes Visuais. Questões e possibilidades de criação de propostas de intercâmbio em arte entre escolas e espaços museológicos, culturais e organizações não-governamentais. Escolha de temáticas possíveis para a realização de projetos. Elaboração de planejamento anual de ensino e planos de aula na área de Artes Visuais.

Bibliografia:

- ARNHEIM, Rudolf *Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora*. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- DONDIS, Donis A. *Sintaxe da linguagem visual* ; tradução Jefferson Luiz Camargo. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GOMBRICH E. H. *Arte e ilusão: um estudo da representação pictórica* ; tradução de Raul Barbosa. – São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- GOMES FILHO, João. *Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma* . 8 ed.. – São Paulo: Escritura Editora, 2008.
- OSTROWER, Fayga A *Sensibilidade do intelecto*. 5 ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- OSTROWER, Fayga *Universos da arte*. 24 ed. – Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- PRETTE, Maria Carla *Para entender a arte: história, linguagem, época e estilo*; tradução Maria Margarita de Luca. – São Paulo: Editora Globo, 2008.
- BARBOSA, Ana Mae. *Arte e Educação conflitos e acertos*. São Paulo: Max Limonad, 1994.
 - _____. *A Imagem no Ensino da Arte*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
 - _____. *John Dewey e o ensino de arte no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002
 - _____. *Teoria e prática da Educação Artística*. São Paulo: Cultrix, 1985.
 - _____. (Org.). *Inquietações e mudanças no Ensino da Arte*. São Paulo: Cortez, 2003.
 - BAUDELAIRE, Charles. *O pintor da vida moderna*. Trad. Tereza Cruz. Lisboa: Vigo, 1993.
 - BUORO, Anamélia B. *O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola*. São Paulo: Cortez, 1996.
 - BUORO, Anamélia Bueno. *Olhos que pintam-a leitura da imagem e o ensino da arte*. São Paulo: Educ./Fapesp/Cortez, 2002.
 - FUSARI, Maria F. de R.; FERRAZ, Maria H. C. de T. *Arte na educação escolar*. São Paulo: Cortez, 1992.
 - _____. *Metodologia do Ensino da Arte*. São Paulo: Cortez, 1993.
- FERREIRA, Sueli (org.) *O ensino das artes – construindo caminhos*, Campinas-SP: Papirus, 2001
- IABELBERG, Rosa. *Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- PILLAR, Analice Dutra; VIEIRA, Denise. *O vídeo e a metodologia triangular no ensino da arte*. Porto Alegre: UFRGS/IOCHPE, 1992.
 - PILLAR, Analice Dutra. *A educação do olhar no ensino das Artes*. Porto Alegre: Mediação, 1999.
 - PILLAR. *Desenho e construção de Conhecimento na Criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
 - PIMENTEL, Lucia (Coord.). *Som, gesto, forma e cor – dimensões da Arte e seu Ensino*. Belo Horizonte: C/ARTE, 1995.
- IABELBERG, Rosa. *Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- MARTINS, Mirian et alii. *Didática do ensino da arte – a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer a arte*. São Paulo: FTD, 1998.
- RICHTER, Ivone Mendes. *Interculturalidade e Estética do Cotidiano no Ensino das Artes Visuais*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
- Site: www.artenaescola.org.br

DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE GÊNEROS E FORMAS TEATRAIS

EMENTA: Estudos das diferentes formas de manifestação do teatro, considerando os horizontes: histórico, estético e técnico onde tais concepções teatrais se inscrevem. Desde os gêneros fundamentais: tragédia, comédia, farsa; drama, mimica, pantomima; teatro de formas animadas; teatro épico e novos gêneros. Estudo dos gêneros e formas teatrais. O teatro de formas animadas por se utilizar de máscaras, bonecos, objetos, imagens e formas diversas, possibilita o desenvolvimento de diferentes noções e maneiras de pensar e encenar um espetáculo sem a presença aparente do ator. Neste conteúdo será apresentado ao estudante de artes as possibilidades teatrais e de atuação não exclusivas do papel e

tradição do ator, ele é o agente que move as criaturas, as máscaras, bonecos, objetos e imagens, aos quais são atribuídos papéis e/ou funções narrativas.

Bibliografia básica

- AMARAL, A. M. Teatro de Formas Animadas: Máscaras, Bonecos, Objetos. São Paulo: EDUSP, 2017.
- AMARAL, A. M. Teatro de formas animadas: Máscaras, Bonecos, Objetos. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1996.
- ARISTÓTELES. Poética. Porto Alegre: Editora Globo, 1966.
- BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Ed WMF Martins Fontes, 2018.
- CARLSON, M. Teorias do teatro: estudo histórico-crítico dos gregos à atualidade. São Paulo: Editora da Unesp, 2019.
- CARLSON, M. Teorias do Teatro. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- COSTA, L. M. da. A poética de Aristóteles – mímese e verossimilhança. São Paulo: Ática, 2001.
- GASSNER, J. Mestres do teatro I. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- HELIODORA, B. Falando de Shakespeare. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- KOCH, I. G. V. Desvendando os segredos do texto. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2019.
- MELLO, R. (org). Gêneros: reflexões em Análise do Discurso. Belo Horizonte: NAD/ FALE/ UFMG, 2004.
- PALLOTTINI, R. Dramaturgia: a construção do personagem. São Paulo: Ática, 1989.
- PEACKOCK, R. Formas da literatura dramática. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- PRADO, D. de A. A personagem no teatro. In: CANDIDO, A. A personagem de ficção. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ROSENFELD, A. Literatura e personagem. In: CANDIDO, A. A personagem de ficção. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 9- 49.
- ROSENFELD, A. O teatro épico. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.
- ROSENFELD, A. Prismas do teatro. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- ROUBINE, J.-J. Introdução às grandes teorias do teatro. Tra. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- RYNGAERT, J.-P. Introdução à análise do teatro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- SOARES, A. Gêneros literários. São Paulo: Ática, 1993.
- UBERSFELD, A. Para ler o teatro. Trad. José Simões. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- ZOLA, É. O romance experimental e o naturalismo no teatro. São Paulo: Perspectiva, 1982.

DISCIPLINA: LIBRAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

EMENTA: Perspectiva cultural e linguística dos surdos. Língua de sinais enquanto língua dos surdos. Aspectos da organização educacional e cultural dos surdos. Aspectos gramaticais da língua de sinais. Atividades de base para a aprendizagem da língua de sinais para uso no cotidiano ou relacionado ao trabalho docente. Diferentes etapas utilizadas pelo contador de histórias para crianças surdas. Exploração visual espacial das diferentes narrativas bem como da criação literária surda. Histórico da Educação Especial. Legislação e Políticas Públicas em Educação Especial. Aprendizagem e Desenvolvimento na Educação Especial. Necessidades educacionais especiais e a intervenção pedagógica. As Artes em suas aplicações na Educação Especial.

Bibliografia:

Livros

- ALMEIDA, A. C. Surdez, paixão e dança. São Paulo: Olho d'água, 2000.
- ALVES, Edneia de Oliveira. Língua Brasileira de Sinais LIBRAS: noções básicas sobre a sua estrutura e a sua relação com a comunidade surda. Teresina, PI: EDUFPI, 2011.
- ARTEN, A.; ZANCK, S.; LOURO, V. Arte e inclusão educacional. São Paulo: Ed. Didática Brasil, 2007.
- ATTACK, S. M. Atividades artísticas para deficientes. São Paulo: Papyrus, 1995.
- BARBOSA, Estelio Silva. Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Teresina, PI: EDUFPI, 2012.
- BOAL, A. O arco-íris do desejo: o método boal de teatro e terapia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BOSI, E. O tempo vivo da memória: ensaio de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BUORO, A.B. O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. Olhos que pintam: a leitura da imagem e o ensino da arte. São Paulo: Edu/Fapesp/Cortez, 2002.
- CERVELLINI, N.H. A musicalidade do surdo: representação e estigma. São Paulo: Plexus editora, 2003.
- FALCÃO, Luiz Alberico Barbosa. Surdez, cognição visual e libras: estabelecendo novos diálogos. 5. ed. Recife, PE: Do Autor, 2017.
- LOPES, Maura Corcini. Cultura surda e LIBRAS. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2012.
- SKLIAR, Carlos. Surdez: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2012.
- BARBOSA, A. M. Arte e inclusão. In: ANDRÉ, A. (Org.) Caderno de textos 3: Educação, Artes, Inclusão. vol.1, nº 1. Rio de Janeiro: Funarte, 2002, p. 39-58.
- OLIVEIRA, Ivone M. Imaginação, processo criativo e educação especial. In: BAPTISTA, C. R. (org.) Educação especial, diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Meditação, 2008a.
- OLIVEIRA, Ivanilde A. História, arte, educação: a importância da arte na educação inclusiva. In: BAPTISTA, C. R. (org.) Educação especial, diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Meditação, 2008b.
- ARAGÃO, M.C.F.F. Contextualizando a arte na escola para todos. Revista Integração. Brasília, n. 24, p.37- 43, 2002.
- BRASIL LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Básico. Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica. Brasília, 2001.
- PIAUÍ. GOVERNO DO ESTADO. Dicionário bilíngue: língua brasileira de sinais - libras e língua portuguesa. 2.ed. Teresina, PI: COMEPI, 2003.
- SA, Keyla Coelho de. Políticas educacionais inclusivas: a especificidade da legislação sobre a pessoa surda. Teresina, PI: 2013.
- SIMEAO, Natalia de Almeida. Conhecimento da LIBRAS e o processo de ensino e de aprendizagem do surdo na perspectiva do professor e do aluno do ensino regular. S.l: 2008.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado III**EMENTA:**

Vivências dos diferentes espaços na escola (Diretoria, Secretaria, refeitório, sala de aula, dentre outros). Observação participante das ações da escola. Elaboração do Plano de atividade de intervenção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

4. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
5. FREITAS, L. C. **Neotecnicismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) *Formação de Professores: pensar e fazer*. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
6. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

4. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
5. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
6. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
7. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
- ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

4º SEMESTRE**DISCIPLINA: Filosofia da Educação****EMENTA:**

Estudo da Filosofia e Filosofia da Educação, suas concepções e especificidades. Abordagem das concepções específicas ao âmbito educacional, bem como da compreensão do papel da educação e de sua relação entre pedagogia e ensino. Teorias e práticas educacionais, dimensões ético-políticas e estéticas, além da abordagem argumentativa da práxis educativa e da formação do professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ARANHA, M. L. de A. ; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. 3. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2003.
2. ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da Educação**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
3. GHIRALDELLI JR, P. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Editora Ática, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2006.
2. LUCKESI, C.C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2011.
3. ARANTES, P. et al. **A Filosofia e seu ensino**. São Paulo: Educ, 1996.
4. CHAUÍ, M. de S. **Ideologia e educação**. Educação e sociologia. São Paulo: Cortez, 1980.
5. SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1987.

DISCIPLINA: Didática**EMENTA:**

Compreensão dos fundamentos epistemológicos da didática, de seu papel na formação do professor, da sua importância para o planejamento didático e a organização do trabalho docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LIBANEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2007.
2. GHIRALDELLI JR, P. **Didática e teorias educacionais**. Rio de Janeiro: DPA, 2002.
3. GHIRALDELLI JR, Paulo. **Que é pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da Didática**. Campinas: Papyrus, 1995.
2. FREITAS, L. C (org.) **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis:

Insular, 2002.

3. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
4. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
5. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992.

DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem

EMENTA:

Abordagem do processo de Avaliação na Educação Básica, em nível teórico e prático, bem como da prática avaliativa e dos mecanismos de exclusão: reprovação, repetência e evasão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HAIDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 1994.
2. HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.
3. HOFFMANN, J. **Contos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARELARO, L. R. G. ; KRUPPA, S. M. P. **Educação de Jovens e adultos**. In: OLIVEIRA, R. P. ; ADRIÃO, T. (orgs.). **Organização do Ensino No Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002.
2. BREZENZISKI, I. (org.). **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.
3. HOFFMAN, J. **Avaliação Mito & Desafio – uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991.
4. SOUSA, C. P. de (org.). **Avaliação do Rendimento Escolar**. Campinas: Papirus, 1991.
5. DEPRESTITERIS, L. **O Desafio da Avaliação da Aprendizagem: Dos fundamentos a uma proposta inovadora**. São Paulo: EPU, 1989.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DA ARTE

EMENTA: Histórico do ensino de Arte. O ensino de Arte no contexto contemporâneo e multicultural. Fundamentos teórico-metodológicos do ensino das Artes. Educação artística e educação estética. Desenvolvimento estético e expressivo da criança: Artes Visuais, Música. A criança como produtora e leitora de manifestações artístico-culturais. Jogos teatrais e jogos de improvisação em teatro e dança na escola. O pedagogo e o arte-educador como mediador do contato da criança com manifestações artístico-culturais. Exercício da docência no cotidiano da Educação Básica. PCNS, BNCC; Abordagem triangular e outras abordagens no ensino de artes.

Bibliografia:

- ARSLAN, Luciana Mourão; IAVELBERG, Rosa. **Ensino de Arte**. São Paulo: Thompson, 2006.
- BARBOSA, Ana Mae (org). **Arte/Educação Contemporânea**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- IAVELBERG, Rosa. **O Desenho Cultivado da Criança: práticas e formação de educadores**. Porto Alegre: Zouk, 2006.
- _____. **Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- _____. **Desenho na educação infantil**. São Paulo: Melhoramentos, 2013.
- LOWENFELD, Viktor; BRITTAIN, W. Lambert. **Desenvolvimento da Capacidade Criadora**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na Criança**. São Paulo: LCT, 2010.
- PILLAR, Analice Dutra. **A educação do olhar**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

- REZENDE, Maria F. de; FUSARI, Maria F. de; FERRAZ, Maria Heloísa C. de Toledo. Arte na Educação Escolar. São Paulo: Cortez, 1992.
- ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- IAVELBERG, Rosa. O desenho da criança na pesquisa moderna e contemporânea. In: ARANHA, Carmen; CANTON, Kátia (org.). Desenhos da pesquisa, novas metodologias em arte. São Paulo: MAC/USP, PGEH, 2012. p. 79-92.
- _____. A formação de professores de arte: alcances e ilusões. In: CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Formação de professores múltiplos enfoques. São Paulo: FEUSP, 2013.
- PIAGET, Jean; FRAISE, Paul. O desenho infantil. In: Tratado de Psicologia Experimental. Rio de Janeiro: Forense, 1969. V. 8, p. 188-224.
- WILSON, Brent; WILSON, M. "Uma visão iconoclasta das fontes de imagens nos desenhos de crianças". Arte: estudos de arte educação. São Paulo, 1982, (1) e (2): 14-6.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria do Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte para o Ensino Fundamental (1o e 2o ciclos). Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte para o Ensino Fundamental (3o e 4o ciclos). Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1996.
- _____. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DISCIPLINA: PEDAGOGIAS DO TEATRO

EMENTA: Reflexão e discussão acerca dos processos de criação em arte, seus caminhos e abordagem por meio do ensino, priorizando as artes cênicas. A linguagem teatral como possibilidade de autoconhecimento, relacionamento, entendimento do mundo e das regras que regem as ações. Os procedimentos dessa modalidade artística e sua prática na no Ensino Fundamental, cujo enfoque priorize, sobretudo, os dois últimos anos do Ensino Fundamental. Apresentar as relações (de poder e de saber) entre professor e aluno na metodologia para o ensino formal por Peter Slade e no ensino informal por Joana Lopes e Augusto Boal. Aproxima a teoria da “educação pela arte” com a arte-educação e a arte de vanguarda da década de 1960. Estuda as políticas públicas educacionais criadas durante a ditadura militar e após. Aproxima teatro às recentes teorias da linguagem. Estuda as relações (de poder e de saber) na metodologia de Viola Spolin e outras proposições contemporâneas. Estuda os aportes teóricos que sustentam a idéia da arte como área de conhecimento. Conceitua ação cultural e aproxima processos arte-educativos das artes de rua na contemporaneidade. Por meio do curso propõe-se a reflexão conceitual sobre a pedagogia referente a processos criativos para a construção do conhecimento cênico. Estuda a pedagogia nos processos criativos do teatro de encenadores. A pedagogia de Constantin Stanislavski. Aproxima pedagogia e espectador moderno; pedagogia e espect-ator. Estuda a pedagogia do ator e do espectador no teatro épico de Bertolt Brecht. Estuda a pedagogia para o teatro de rua. Estuda a ética do espectador nos teatros pós-dramáticos.

Bibliografia:

Livros

- BOAL, A. Jogos para atores e não-atores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CABRAL, B. Drama como método de ensino. São Paulo: Hucitec, 2006.
- CAMARGO, R. G. Palco & Platéia. Sorocaba: TCM – comunicação, 2003.
- _____. Som e Cena. Sorocaba: TCM – comunicação, 2003.
- DESGRANGES, F. A pedagogia do espectador. São Paulo: Hucitec, 2003.
- FERNANDES, C. O corpo em movimento. O sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas. São Paulo: Annablume, 2002.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)
- JAPIASSU, R. Metodologia do ensino de teatro. São Paulo: Papirus, 2001.
- KOUDELA, I. Texto e Jogo. São Paulo: Perspectiva, 1996.

- MARQUES, I. A. Ensino da dança hoje: textos e contextos. São Paulo: Cortez, 1999.
- MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000.
- OSSONA, T. A. A educação pela dança. São Paulo: Summus, 1988.
- OSTROWER, F. Criatividade e Processos de Criação. Petrópolis: Vozes, 1989.
- PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.
- REVERBEL, O. Um caminho do teatro na escola. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2007.
- ROUBINE, J.-J. Linguagem da encenação teatral. – 1880/1980. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SOUZA, S. J. Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. 6. ed. São Paulo: Papyrus, 2001.
- SPOLIN, V. Jogos teatrais para sala de aula: um manual para o professor. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- _____. Imaginação e criatividade na infância. São Paulo: Ática, 2009.
- ARAUJO, G. S. de. A peça didática e o ensino do teatro. In: TAVARES, R. (org.). Entre coxias e recreios: recortes da produção carioca sobre o ensaio do teatro. São Paulo: Yendis, 2006.
- PUPO, M. L. “Sinais de teatro-escola”. Humanidades, Edição Especial Teatro Pós-Dramático, Editora UNB, n. 52, nov. 2006, p. 109-115.

DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE DRAMATURGIA E ESCRITA COLABORATIVA

EMENTA: Este Laboratório teórico-prático visa a elaboração de textos teatrais a partir de procedimentos que integrem escrita e experimentação objetivando instrumentalizar o ator dramaturgo para construção ficcional e cênica. As principais formas teatrais: seus elementos constituintes e modos de funcionamento. Técnicas dramáticas dos principais autores ou formas teatrais. A dramaturgia não-aristotélica. Principais expressões dramáticas do século XX. A dramaturgia brasileira. O conceito contemporâneo de dramaturgia. Processos coletivos de criação de texto. Transcrição e outras formas de construção dramática. As formas literárias e seus traços estilísticos. Os elementos fundamentais de dramaturgia. Principais formas teatrais, suas técnicas, seus elementos constituintes e seus modos de funcionamento. As formas teatrais mistas: interseção entre o dramático, o épico e o lírico no texto teatral. Os processos coletivos de criação de texto e outros processos dramáticos contemporâneos. Os espetáculos contemporâneos sob o ponto de vista da dramaturgia. A criação de textos teatrais a partir dos elementos estruturais de formas teatrais e/ou dos modos de articulação de expressões dramáticas particulares.

Bibliografia básica:

- PALLOTTINI, Renata. Introdução à dramaturgia. São Paulo: Brasiliense, 1984.
 PAREYSON, Luigi. Os problemas da estética. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
 PEACKOCK, R. Formas da literatura dramática. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
 BENTLEY, Eric. O dramaturgo como pensador; Um estudo da dramaturgia nos tempos modernos. Trad. Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
 BOLESZAVSKI, Richard. A arte do ator. São Paulo: Perspectiva, 1987.
 BONFITTO, M. O Ator Compositor – As Ações Físicas como Eixo: de Stanislavski a Barba. São Paulo: Perspectiva, 2002.
 BONFITTO, Matteo. O Ator Compositor. São Paulo: Perspectiva, 2002.
 ROCHA FILHO, Rubem. A personagem dramática. Rio de Janeiro: INACEN, 1986.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado IV

EMENTA:

Acompanhamento do planejamento escolar junto com o professor orientador na escola. Desenvolvimento de atividades de Monitoria (levantamento das dificuldades no ensino e na aprendizagem junto aos estudantes das escolas).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004.
FREITAS, L. C. **Neotecnicismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) *Formação de Professores: pensar e fazer*. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

5º SEMESTRE

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL: DO SÉCULO XVI AO XIX

EMENTA: Critérios para uma historiografia da arte brasileira, expressões artísticas brasileiras anteriores à colonização, arte sob influência jesuítica do século XVI; os séculos XVII e XVIII. A arte brasileira desenvolvida no século XIX: autores, obras e principais acontecimentos da história, política e cultura.

Bibliografia:

- AMARAL, A. *Artes Plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BRAGA, C. *Em Busca da Brasilidade: Teatro Brasileiro na Primeira República*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CACCIAGLIA, M. *Pequena História do Teatro no Brasil (Quatro séculos de teatro no Brasil)*. São Paulo: EdUSP, 1986.
- DUQUE ESTRADA, L. G. *Arte Brasileira – pintura e escultura*. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1988.
- FABRIS, A. T. *O futurismo paulista*. São Paulo: Perspectiva; EDUSP, 1994.
- RABETTI, M. L. Ariano Suassuna: apontamentos para o dossiê. *O Percevejo Revista de Teatro Crítica e Estética*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 8, p. 98-99, 2000.
- _____. *As comédias ligeiras e a tradição da comédia de costumes no Brasil*. O Teatro Transcende, Blumenau: FURB, v. 11, p. 78-85, 2004.
- ZANINI, W. *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983.

DISCIPLINA: PEDAGOGIAS DA DANÇA

EMENTA: Como apresentar, implantar e avaliar um projeto artístico cujo enfoque seja a dança educativa. Os procedimentos dessa modalidade artística e sua prática no Ensino Básico, cujo enfoque priorize as inter-relações da dança e do teatro no processo escolar. A dança educativa proporciona a integração entre as pessoas, desenvolvimento da motricidade, expressão corporal, apreciação estética por meio da ludicidade, jogos de improvisação e criação em dança. Levar o aluno a compreender e a trabalhar com os conceitos básicos que envolvem a relação entre o desenvolvimento da criança, do jovem e o universo da dança, através de exercícios práticos. Obter um olhar crítico em relação às manifestações dançantes na escola e fora dela. Elaborar um projeto de ação artístico-pedagógica que utilize a linguagem da dança para o contexto escolar e para outros espaços socioeducativos.

Bibliografia:

- BACHELARD, G. A poética do espaço. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção Tópicos)
- BANES, S. Terpsichore in sneakers: post-modern dance. Connecticut: Wesleyan, 1987.
- _____. Greenwich Village 1963: avant-garde, performance e o corpo efervescente. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- BONDÍA, J. L. Pedagogia profana: dança, piruetas e mascaradas. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- CARERI, F. Walkscapes: el andar como practica estética. Walking as an aesthetic practice. Editorial Gustavo Gili, 2002.
- GIL, J. Movimento total: o corpo e a dança. São Paulo: Iluminuras, 2004.
- NANNI, D. Dança Educação: Princípios, métodos, e técnicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
- RIED, B. Fundamentos de dança de salão. Londrina: Midiograf, 2003.
- SESI-SP. Sesi-SP Metodologia Dança. Coleção Atleta do Futuro. São Paulo: SP Ed, 2013.
- TEIXEIRA, L. Conscientização do movimento: uma prática corporal. São Paulo: Caioá Editora, 1998.
- VISHNIVETZ, B. Eutonia: educação do corpo para o ser. São Paulo: Summus, 1995.
- COSTAS, A. M. R. As abordagens nos projetos de iniciação e formação artística em dança contemporânea. In: ARAÚJO, E.; CARVALHO, L.; VILLARDI, F.; SCHWINDEN, (Org.). Título do livro. (Não especificado)
- FORTIN, S. Transformação de Práticas de Dança. In: PEREIRA, R.; SOTER, S. (Org.). Lições de dança 4. Rio de Janeiro: UniverCidade Ed, 2003.
- SUQUET, A. Cenas. O corpo dançante: um laboratório da percepção. In: COURTINE, J.-J. (Dir.). História do Corpo vol. 3: As mutações do olhar. O século XX. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 509-539.
- BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002.
- BARRETO, D. Dança...: ensino, sentidos e possibilidades na escola. Campinas: Autores Associados, 2004.
- FREITAS, R. Componente curricular dança: uma proposta para o ensino fundamental. Teresina: Edição do autor, 2020.
- MARQUES, I. Interações – Criança, Dança e Escola. São Paulo: Edgard Blucher, 2012.
- MATOS, L. Dança e Diferença. Salvador: EDUFBA, 2012

DISCIPLINA: TEATRO DE FORMAS ANIMADAS E CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

EMENTA: História, técnica e estética do teatro de animação (bonecos, sombras, máscaras, objetos e formas abstratas). Realizar articulações com outras linguagens e gêneros teatrais. Processos criativos. Abordagens pedagógicas com teatro de animação. Exercícios para o corpo do brincante; criação de personagens e interpretação de papéis, máscaras e tipos fixos, a construção de bonecos: diferentes técnicas de construção e manipulação, a manipulação colaborativa. O espaço cênico para teatro de formas animadas; variações de voz e temas importantes às técnicas. Direção de cenas. O teatro de formas animadas como recurso didático na escola; a contação de história, a arte do contador/narrador de histórias e a educação.

Bibliografia Básica

- AMARAL, A. M. Teatro de formas animadas: máscaras, bonecos, objetos. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 1996.
- _____. O ator e seus duplos: máscaras, bonecos, objetos. 2. ed. São Paulo: EDUSP; Ed. SENAC, 2004.
- _____. Teatro de Bonecos no Brasil. São Paulo: Com-Arte, 1994.
- _____. Teatro de Animação. São Paulo: Ateliê Editorial/Fapesp, 1997.
- AMORÓS, P.; PARICIO, P. Títeres y Titiriteros: El lenguaje de los títeres. 2. ed. Jaca: Pirineum Editorial, 2005.
- BALARDIM, P. Relações de Vida e Morte no Teatro de Animação. Porto Alegre: Fumproarte, 2004.
- BELTRAME, V. (org.). Teatro de bonecos: distintos olhares sobre a teoria e prática. Florianópolis:

UDESC, 2008.

- COELHO, B. Contar Histórias. 10. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1999.
- CONVERSO, C. Entrenamiento del titiritero. México DF: Escenologia AC, 2000.
- ELGER, D. Dadaísmo. Trad. João Bernardo Boleo. São Paulo: Taschen do Brasil, 2011.
- ESCUDEIRO, Â. O bonequeiro de escada. Fortaleza: Ed. IMEPH, 2007.
- FILHO, H. B. Fisionomia e Espírito do Mamulengo. Rio de Janeiro: MinC/Inacen, 1987.
- FOURNEL, P. Les marionnettes. Paris: Bords Spetacles, 1982.
- GIROUX, S. M.; SUZUKI, T. Bunraku: Um Teatro de Bonecos. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- GURGEL, D. João Redondo – Teatro de Bonecos no Nordeste. Petrópolis: Vozes/UFRN, 1986.
- _____. O reinado de Baltazar - Teatro de João Redondo. Natal: Fundação Capitania das Artes, 2008.
- JURKOWSKI, H. Consideraciones sobre el teatro de títeres. Bilbao: Concha de la Casa, 1990.
- KUSANO, D. Os teatros bunraku e kabuki: uma visada barroca. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- LEGRAND, G. As pequenas coisas em Nova York. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- MESCHKE, M. ¡Una estética para el teatro de títeres! Bizkaia: Gráficas Arratia, 1988.
- PIMENTEL, A. de A. O Mundo Mágico de João Redondo. Rio de Janeiro: MinC/Fundacen, 1988.
- SANTOS, F. A. G. dos. Mamulengo – Um povo em forma de bonecos. Rio de Janeiro: MEC/Funarte, 1979.
- SITCHIN, H. A possibilidade do novo no teatro de animação. São Paulo: Ed. do autor, 2009.
- WOOD, L.; VIEIRA, S. Vida de Boneco. Curitiba: Ed Imagensul, 2006.
- Mamulengo. Revista da Associação Brasileira de Teatro de Bonecos, Belo Horizonte: ABTB, v. 1, n. 8, 1979.

DISCIPLINA: FILOSOFIA DA ARTE, ÉTICA E ESTÉTICA

EMENTA: Conceito de Ética, Ética e Moral, Concepções Éticas, a Ética educacional, a Ética na formação do educador, Ética Ambiental: desenvolvimento sustentável. Ética e gênero racial. Ética e diversidade sexual. A matéria desenvolve panorama sobre história do pensamento ocidental, com destaques para projetos centrais de cada período. Deve ainda abordar temas fundantes de diferentes áreas da Filosofia como epistemologia, ética e estética. Em Estética, destaca-se também um panorama sobre origem do termo e da área e contribuições de Kant, Hegel, Georg Lucáks, Ernst Bloch, Nicolai Hartmann, Gadamer, Escola de Frankfurt.

Bibliografia Básica

- AHLERT, A. Eticidade da educação. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.
- AMOÊDO, S. Ética do trabalho na era pós-qualidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
- BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARBOSA, A. M. (org.). Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2002.
- BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CATÃO, F. A pedagogia ética. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DINIZ, D.; GUILHEM, D. O que é bioética. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- GALLO, S. Ética e cidadania: caminhos da Filosofia. Campinas: Papirus, 1999.
- GOERGEN, P. Pós-modernidade, ética e educação. Campinas: Autores Associados, 2001.
- GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. Campinas: Papirus, 2001.
- JIMENEZ, M. O que é estética? São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.
- KOFF, E. D. A questão ambiental e o ensino de ciências. Goiânia: Editora da UFG, 1995.
- MORIN, E. O paradigma perdido: a natureza humana. Portugal: Europa-América, 1973.
- MURARO, R. M. História do meio ambiente. Rio de Janeiro: ZIT Editora, 2007.
- NALINI, J. R. Ética geral e profissional. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- NOVAES, A. (Org.). Ética. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- RIOS, T. A. Ética e competência. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- RIBEIRO, L. T. et al. Ética em três dimensões. Fortaleza: Brasil Tropical, 2000.
- SÁ, A. L. de. Ética profissional. São Paulo: Atlas, 1998.
- TRIGUEIRO, A. Meio ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Autores Associados, 2005.

- VASQUEZ, A. S. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

DISCIPLINA: CIRANDAS, PARLENDAS E CANTIGAS DE RODA

EMENTA: Estudo de inventários da cultura material e imaterial brasileira, as expressões da cultura popular, as tradições orais, as práticas interativas coreográfico-dramático musicais (festas, danças, rituais e folguedos populares), as formas tradicionais de contação de histórias, jogos, brincadeiras e expressões como o teatro de mamulengo. Além do conhecimento descritivo das diversas modalidades culturais populares e da vivência de algumas danças-músicas, busca-se a compreensão antropológica da produção da diversidade cultural e das funções e sentidos dessas práticas nas comunidades de origem e as possibilidades de aproximação e interação no trabalho educacional e artístico-cênico (teatro e dança). Desenvolver a capacidade de re-elaborar em termos de linguagem corporal expressiva os elementos das danças populares brasileiras, fornecendo elementos para uma reflexão sobre as relações históricas entre as expressões artísticas: dança, teatro, música, performance; assim como, reconhecer as principais características de algumas das danças populares praticadas na região nordeste.

Bibliografia:

- ANDRADE, Mário de. Danças dramáticas do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia/INL, 1982. 3 v.
- AYALA, M.; AYALA, M. I. N. Cultura Popular no Brasil: uma análise. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- BAKHTIN, M. A cultura popular na Idade Média e Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BIÃO, A. Estética, performativa e cotidiano. In: Performance, performativos e sociedade. Brasília: UNB, 1996. p. 20-21.
- BORBA FILHO, H. Espetáculos populares do Nordeste. São Paulo: Buriti, 1966.
- CANCLINI, N. G. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2000.
- COELHO, J. L. L. Teatro a partir da comunidade. Rio de Janeiro: Papel Virtual S.A., 2003.
- _____. Teatro e comunidade: uma experiência. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1983.
- DA MATTA, R. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- DAOHO, J. Da Cultura do corpo. Campinas: Papirus, 1995.
- DEL PRIORE, M. Festas e utopias no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GIRANDELLI, E. da C. Ternos de congos. Rio de Janeiro: MEC/SEC/FUNARTE, 1981.
- GONÇALVES, M. A. S. Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação. Campinas: Papirus, 1994.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- KOUDELA, I. D. O texto e o jogo: uma didática brechtiana. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1999.
- PEIXE, G. Maracatus do Recife. São Paulo: Ricordi, [s.d.].
- PEREIRA, N. de S. Cavalhadas do Brasil. São Paulo: Escola de Folclore, 1989.
- RAMOS, R. C. Danças circulares sagradas: uma proposta de educação e cura. São Paulo: Triom, 2002.
- TAVARES DE LIMA, R. Folguedos Populares do Brasil. São Paulo: Ricordi, [s.d.].
- VENEZIANO, N. O teatro de revista no Brasil: dramaturgia e convenções. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1991.
- _____. Revistando o baú revisteiro. O Percevejo, Rio de Janeiro: UNIRIO, ano 12, n. 13, 2004.
- WOSEIN, B. Dança: um caminho para a totalidade. São Paulo: Triom, 2000.
- WOSEIN, M. G. Danças sagradas. Rio de Janeiro: Del Prado, 1997.
- ZUMTHOR, P. A letra e a voz: a "literatura" medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado V**EMENTA:**

Participação em aula; elaboração de sequências didáticas, realização de aulas assistidas, acompanhamento das atividades da escola, planejamento, avaliação, reunião de pais e mestres, dentre outras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
2. FREITAS, L. C. **Neotecnismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) **Formação de Professores: pensar e fazer**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
3. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade Teoria e Prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Revendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2.ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
2. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
3. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
4. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
- ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

6º SEMESTRE**DISCIPLINA: PERCEPÇÃO MUSICAL E PAISAGENS SONORAS**

EMENTA: Desenvolvimento da percepção musical com ênfase nos parâmetros sonoros (altura, duração, intensidade e timbre) por meio de audição e práticas diversas. Percepção e reconhecimento de paisagens sonoras e a relação entre som, ambiente e sociedade.

Bibliografia Básica

HERMES, D.; PINTO, T. Notas introdutórias - exercícios de teoria musical. Vol. 1. São Paulo: Theofilo A.Pinto, 2007.

PRINCE, Adamo. A arte de ouvir: Percepção Rítmica. Vol. 1. Rio de Janeiro: Vitale, 2001.

_____. A Afinação do Mundo. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SCHAFER, R. Murray. O ouvido pensante. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

Bibliografia Complementar

BENWARD, Bruce; KOLOSICK, Timothy. Percepção musical 1: prática auditiva para músicos. Tradução de Adriana Lopes da Cunha Moreira. São Paulo: Edusp; 2013.

KANG, J. Sound, space and urban transformations: a study of sound and soundscapes in the old city of Hyderabad. *Cultural Geographies*, 23(2), 207-228, 2016.

MED, Bohumil. Teoria da Música. Vademecum da Teoria Musical. Brasília: MusiMed, 2017.

POZZOLI, Ettore. Guia Teórico e Prático Para o Ensino do Ditado Musical - Volume 1 e 2. São Paulo: Ricordi, 1983.

TAYLOR, Eric. Music Theory in Practice. Volume 1 a 5. Ashford: ABRSM, 2008.

WISNIK, J. M. O som e o sentido: uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL: OS SÉCULOS XX E XXI

EMENTA: A Arte brasileira, com ênfase na arte piauiense, desenvolvida no século XX e XXI. Apontamentos sobre a diversidade cultural e expressões artísticas dos diferentes territórios do Piauí; coletivos de produção artística e cultural; as leis de incentivo; os modos de produção dos quais decorrem as matrizes estéticas das artes no Piauí.

Bibliografia:

- AGUILAR, N. A. (org.). Bienal Brasil século XX. São Paulo: Fundação Bienal, 1994. (Catálogo de exposição)
- ALMEIDA, P. M. De Anita ao Museu. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- AMARAL, A. Tarsila: sua obra e seu tempo. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1975. (reeditado)
- _____. Artes plásticas na Semana de 22. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- ANDRADE, M. Aspectos da literatura brasileira. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1974.
- _____. O baile das quatro artes. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1975.
- BASBAUM, R. (org.). Arte contemporânea brasileira. Texturas, dicções, ficções, estratégias. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.
- CHIARELLI, T. Arte Internacional brasileira. São Paulo: Lemos editorial, 1999.
- COCCHIARALE, F.; GEIGER, A. B. Abstracionismo geométrico e informal - a vanguarda brasileira nos anos cinquenta. Rio de Janeiro: Funarte, 1987.
- FABRIS, A. Modernidade e modernismo no Brasil. Campinas: Mercado de Letras, 1994.
- FAVARETTO, C. A invenção de Hélio Oiticica. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1992.
- GULLAR, F. Etapas da arte contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- PEDROSA, M. Mundo, homem, arte em crise. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- _____. Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- _____. Política das artes. São Paulo: Edusp, 1995.
- _____. Forma e percepção estética. São Paulo: Edusp, 1995.
- _____. Acadêmicos e modernos. São Paulo: Edusp, 1998.
- RIBENBOIM, R. (apres.). Por que Duchamp? Leituras duchampianas por artistas e críticos brasileiros. São Paulo: Itaú Cultural e Paço das Artes, 1999. (Catálogo de exposição)
- ZANINI, W. História Geral da arte no Brasil. São Paulo: Instituto Moreira Salles, Fundação Djalma Guimarães, 1983. 2 vol.
- _____. A arte no Brasil nas décadas de 1930-40: o grupo Santa Helena. São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.
- ZILIO, C. et alii. O nacional e o popular na cultura brasileira. Artes plásticas e Literatura. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- KLABIN, V. M. "A questão das idéias construtivas no Brasil: o momento concretista". Gávea. Revista de História da Arte e Arquitetura, Rio de Janeiro, nº 1, março de 1985, pp. 45-54.
- PECCININI, D. Figurações. Brasil anos 60. São Paulo: Itaú Cultural e Edusp, 1999. (Catálogo de exposição)

DISCIPLINA: PEDAGOGIAS DA MÚSICA

EMENTA: Educadores musicais do século XX e suas metodologias. Educação musical no século XXI. Contextualização das metodologias do ensino da música para a realidade brasileira. Educação musical para Ensino Fundamental e Médio. Propostas de educação musical **inclusiva**.

Bibliografia Básica

- MATEIRO, T.; ILARI, B. (Org.). Pedagogias em educação musical. Curitiba: Ibpx, 2011. 352p. (Série Educação Musical).
- MATEIRO, T.; ILARI, B. (Org.). Pedagogias brasileiras em educação musical. Curitiba: InterSaberes, 2016. 254p. (Série Educação Musical).
- PAZ, E. A. Pedagogia Musical Brasileira no século XX: metodologias e tendências. Brasília, DF: Editora MusiMed, 2013. 447p.

Bibliografia Complementar

- ALVARES, T. S.; AMARANTE, P. (Orgs). Educação Musical na diversidade: construindo

um olhar de reconhecimento humano e equidade social em Educação. Curitiba, PR: EDITORA CRV, 2016.

- BRITO, T. A. Música na educação infantil – propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Peirópolis, 2003.

- BRITO, T. A. Koellreutter educador: o humano como objetivo da educação musical. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2011.

- CRUVINEL, F. M. Efeitos do Ensino Coletivo na Iniciação Instrumental de Cordas: A Educação Musical como meio de transformação social. Goiânia: Dissertação de Mestrado - Escola de Música e Artes Cênicas, Universidade Federal de Goiás, 2003, 217p.

- FONTEERRADA, M. T. de O. De tramas e fios – um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Unesp, 2008.

- ORFF, C. The Schulwerk: Its Origin and Objectives. São Paulo: Ricordi, 1978.

- JAKES-DALCROZE, É. Rhythm, Music and Education. Londres: Dalcroze Society, 1921.

- KODÁLY, Z. The Selected Writings of Zoltán Kodály. Londres: Boosey & Hawkes, 1974.

- SUZUKI, S. Nurtured by Love: A New Approach to Education. Nova York: Exposition Press, 1969.

- WILLEMS, E. As Bases Psicológicas da Educação Musical. São Paulo: Ricordi, 1970.

DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA CULTURAL (História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena)

EMENTA: Estuda a antropologia: a teoria vivida; o olhar etnográfico; o relativismo cultural como pressuposto antropológico. Propõe discussões acerca dos conceitos valorativos entre diferentes formas e conteúdos culturais. As dimensões éticas e políticas das relações entre culturas. Culturas Afro-brasileiras e indígenas. A perspectiva cultural das imagens e o lugar da imagem na antropologia, através da fotografia, do cinema e do vídeo. Desafios da pesquisa antropológica na contemporaneidade. Etnias, povos e comunidades afro-brasileiras e indígenas no Piauí.

Bibliografia:

Livros

- BARBOSA, A.; CUNHA, E. T. da. Antropologia e imagem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

- BOAS, F. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

- CANEVACCI, M. Antropologia da comunicação visual. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- _____. Ação Cultural para a Liberdade e outros Escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- MALINOWSKI, B. Argonautas do pacífico. São Paulo: Ed. Abril, 1978.

- OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo. São Paulo: UNESP, 2006.

- PEIRANO, M. A teoria vivida: e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

- SAMAIN, E. (org.). O fotográfico. São Paulo: Senac, 2005.

- SODRÉ, M. Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2008.

- TEIXEIRA COELHO, J. O Que é Ação Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- _____. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo: Iluminuras, 1999.

- CHAMBI, M.; CHAMBI, J.; CHAMBI, T. A.; CHAMBI, F. A. Quatro gerações Chambi. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2007. (catálogo)

- FREIRE, P. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa. In: BRANDÃO, C. R. (org.). Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Outros

- CID, E. F. Artes Indígenas. In: Associação Brasil 500 anos Artes Visuais. Fundação Bienal de São Paulo, 2000.

- COSTA, H. Um olhar que aprisiona o outro: o retrato do índio e o papel do fotojornalismo na revista O Cruzeiro. (Sem data de publicação especificada)

DISCIPLINA: (ACE) MUSICALIDADES (MÚSICA CORPORAL, BARBATUQUES, GESTOS E CANTOS COLETIVOS)

EMENTA: A musicalização na ação pedagógica; Fernando Barba e Rítmica Corporal; Stênio Mendes e a Música Espontânea; A transformação da ação pedagógica do Barbatuques; a música corporal e a educação artística; O corpo do som e os sons do corpo; Exploração e mapeamento dos sons corporais: timbres e possibilidades sonoras; Som dos pés; Percussão com as mãos; Percussão bucal e efeitos vocais; Pés, mãos e voz; Jogos musicais: criatividade e improvisação; Flecha; Chuva; Eco; Refrão e improviso; Regência; Construção de ritmos para percussão corporal; Ritmos com sons de peito, estalo e palma; Arranjos em naipes. Conhecimentos musicais e sociais desenvolvidos a partir da interação entre os sujeitos por meio da prática da percussão corporal; Os sons do mundo, o ruído e o silêncio. Nossos sons e ritmos.

Bibliografia:

- ALDERSON, P. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia da pesquisa. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 419- 442, 2005.
- AMORIM, R. R. S. de. *Batucadeiros: Educação musical por meio da percussão corporal*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- ANTÔNIO, R. O. *Escutando crianças em processos de aprendizagem musical*. 2019. Dissertação (Mestrado em Música) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- ARROYO, M. e SILVA, M. R. (org.) *Corpo-infância – Exercícios tensos de ser criança por outras pedagogias dos corpos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018a.
- ARROYO, M. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, J. et al. *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012.
- BARBA, F.; TORRES, R. F. *A vida começava lá – uma história de repercussão corporal*. São Paulo: Stacchini Editorial. 2019.
- BECKER, H. A epistemologia da pesquisa qualitativa. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v.1, n.2, p. 184 – 199, 2014.
- BRITO, T. A. de. *Um jogo chamado música. Escuta, experiência, criação e educação*. São Paulo: Peirópolis, 2019.
- _____. *O humano como objetivo da educação musical*. São Paulo: Peirópolis, 2001.
- CIAVATTA, L. *O Passo: música e educação*. Rio de Janeiro, 2012. Edição do autor.
- D’ALESSIO, V.; JUNIOR, A. S. *Os cinco órfãos*. São Paulo: Ed. Diaeto, 2005.
- DI LUCA, T. *Desenvolvimento de competências musicais a partir de práticas corporais criativas no fazer musical em grupo*. Dissertação (Mestrado em Música)–Programa de pós-graduação em Música: Ensino e Expressão, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2011.
- FORTE, R. do A. *A música corporal na educação musical brasileira: contribuições e facilitações na visão de educadores musicais contemporâneos*. 2018. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, São Paulo, 2018.
- GOES, A. A. *Corpo sonoro e som em movimento: um estudo sobre a prática da música corporal*. 2015. Dissertação (Mestrado em Música) - Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2015.
- GRAMANI, D.; CUNHA, G. P. José Eduardo Gramani: rítmica do Gramani – a consciência musical do ritmo. In: MATEIRO, T. e ILARI, B. (org.) *Pedagogias brasileiras em educação musical*. Curitiba: Intersaberes, 2016.
- GRAMANI, J. E. *Rítmica viva – a consciência musical do ritmo*. 2. ed. Campinas: Perspectiva. 2013.
- GRANJA, C. E. de S. C. *Musicalizando a escola: música, conhecimento e educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.
- LINO, D. L. *Barulhar: a escuta sensível da música nas culturas da infância*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MAAS, M. de O. *Música corporal e jogos musicais corporais. Um estudo das práticas do grupo Barbatuques na educação musical do artista teatral*. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- MAZIERO, M. G. *Percussão corporal e crianças pequenas: possibilidades musicais na educação infantil*.

Olhares & trilhas. Uberlândia, v. 22, n.1, p. 61-76, jan/abr. 2020a.

RÜGER, A. C. L. A percussão corporal como proposta de sensibilização musical para atores e estudantes de teatro. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, São Paulo, 2007.

SIMÃO, J. P. Música corporal e o corpo do som: um estudo dos processos de ensino da percussão corporal do Barbatuques. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.(

BARDI, Patrícia. **Physical Voice in the Moving Body**. Amsterdã: SNDDO, 1995.

BEUTTENMULLER, Maria da Gloria e LAPORT, Nelly. **Expressão vocal e expressão corporal**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1974.

BEUTTENMÜLLER, Maria da Gloria. **O Despertar da Comunicação Vocal**. Rio de Janeiro: Enelivros, 1995.

CAMPO, G.; MOLIK, Z. Trabalho de Voz e Corpo de Zygmunt Molik. São Paulo: É Realizações, 2009.

CAESAR, Rodolfo. Pedacos de silêncio. **Arte e palavra**. Rio de Janeiro, v. 3, 1987, p. 51-2.

DELSARTE, F. Delsarte System of Oratory. Nova York: Edgar S. Werner, 1893.

DELSARTE, F. The Delsarte System of Expression. Nova York: Edgar S. Werner, 1887.

DIAS, Ana Cristina Martins. **A musicalidade do ator em ação: a experiência do temporitmo**. 2000. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Teatro). Centro de Letras e Artes/PPGT, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

FERREIRA, Leslie Piccolotto (org.). **Voz profissional: O profissional da voz**. Carapicuíba: Pró-Fono Departamento Editorial, 1995.

FONTEERRADA, Marisa. Música, conhecimento e história: um exercício de contraponto. **I Anais ABEM**. Rio de Janeiro : 1992, p. 47-57.

FORTUNA, Marlene. **A performance da Oralidade Teatral**. São Paulo: Annablume, 2000.

HARNONCOURT, Nikolaus. **O discurso dos sons**. Rio de Janeiro : Zahar, 1992.

JAQUES-DALCROZE, É. Rhythm, Music and Education. Londres: Dalcroze Society, 1921.

JAQUES-DALCROZE, É. La Rythmique. Lausanne: Foetisch Frères, 1920.

JEANDOT, Nicole. **Explorando o universo da música**. São Paulo: Scipione, 1990. (Pensamento e ação no magistério, 16).

KIEFER, Bruno. **Elementos da linguagem musical**. Porto Alegre : Movimento, 1987.

LABAN, Rudolf. **Domínio do movimento**. Org. Lisa Ulmann. São Paulo: Summus, 1971.

MAGNANI, Sergio. **Expressão e comunicação na linguagem da música**. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

MENUHIN, Yehudi e DAVIS, Curtis W. **A música do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

MIRANDA, Regina. **O movimento expressivo**. Rio de Janeiro: Funarte, 1979.

NATTIEZ, Jean-Jacques. Rítmica/Métrica. In: Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, v. 3.

RUBIM, M. Voz. Corpo. Equilíbrio. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2019.

SANTOS, Regina Márcia Simão. “A natureza da aprendizagem musical e suas implicações curriculares - análise de quatro métodos”. **Fundamentos da educação musical**, v. 2, ABEM, 1994, p.7-112.

SCHAFER, Murray. **O ouvido pensante**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

SEINCMAN, Eduardo e GUINSBURG, J. Mikhail Tchekhov e a questão musical. In: **J. Guinsburg: diálogos sobre teatro**. Org. Armando Sérgio da Silva. São Paulo: Edusp, 1992.

TOMÁS, Lia. **Ouvir o lógos: música e filosofia**. São Paulo: UNESP, 2002.

WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido: uma outra história das músicas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI

EMENTA: Pesquisa e observação do contexto escolar. Como elaborar, apresentar, implantar e avaliar um projeto educativo em Artes na escola e em ambiente não escolar, como em instituições culturais, nas comunidades etc; aprimoramento da experiência didática e metodológica com públicos em faixas etárias

diferenciadas. Estágio de regência em Artes no Ensino Fundamental.

Bibliografia básica:

ABERASTURY, Arminda. **A criança e seus jogos**. Porto Alegre: Artes médicas, 1992.

ALMEIDA, Marcus Vinicius Machado. **Corpo e arte em terapia ocupacional**. Rio de Janeiro: Enelivros, 2004.

BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

BARBOSA, Ana Mae. **John Dewey e o ensino da arte no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHACRA, Sandra. **Natureza e sentido da improvisação teatral**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida e LUCENA, Regina Ferreira de. **Jogos e Brincadeiras na educação infantil**. Campinas: Papirus, 2005.

DUARTE JÚNIOR, João-Francisco. **Por que arte educação?** São Paulo: Papirus, 1991.

FERRAZ, M. H. C. de T. e FUSARI, M. F. de R. **Metodologia do ensino de arte**. São Paulo: Cortez, 2001.

GONÇALVES, Maria Augusta Salim. **Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação**. Campinas: Papirus, 1994.

JAPIASSU, Ricardo. **Metodologia do ensino do teatro**. Campinas: Papirus, 2000.

KISHIMOTO, T. M. (org.) **jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1998.

KOUDELA, Ingrid. **O texto e o jogo: uma didática brechtiana**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

KRAMER, Sônia et al. (orgs). **Infância e produção cultural**. São Paulo: Papirus, 2003.

MARCO, Ademir de. **Pensando a educação motora**. Campinas: Papirus, 2004.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sóciohistórico**. São Paulo: Editora Scipione, 1995.

OSTROVER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PARÂMETROS curriculares nacionais: **arte**. Secretaria de Educação Fundamental. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REVERBEL, Olga. **Um caminho do teatro na escola**. São Paulo: Scipione, 1989.

RIZZI, Leonor e HAYDI, Regina C. **Atividades lúdicas na educação da criança**. São Paulo: Ática, 1997.

ROSA, Sanny S. **Construtivismo e Mudança**. São Paulo: Cortez, 2000.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

7º SEMESTRE

DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE PRÁTICAS: ARTES CÊNICAS E PROJETOS EDUCATIVOS

EMENTA: Articulação entre as linguagens artísticas, organizadas em um projeto educativo envolvendo a escola e a comunidade. Ações artísticas e culturais. Mediações. Pedagogia de projetos e Artes.

Bibliografia:

- CUNHA, S. R. V. da. Transformações nos saberes sobre arte e seu ensino. Revista Imaginar, Lisboa, v. 38, p. 4-10, 2002.

- FERNANDES, C. M. G. Prática da envolvimento: possíveis contribuições para a elaboração de uma pedagogia em arte na EJA. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

- HENRIQUES, W. S. C. A Educação Musical em Cursos de Pedagogia Do Estado de São Paulo. 2011. Dissertação (Mestrado em Música) - Instituto de Arte da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2011.

- MEIRA, M.; PILOTTO, S. Arte, Afeto e Educação: a sensibilidade na ação pedagógica. Porto Alegre:

Mediação, 1. ed.

- MOREIRA, A. A. A. O espaço do desenho: a formação do educador. São Paulo: Loyola, 1984.

- OSTETTO, L. E.; LEITE, M. I. Arte, infância e formação de professores: autoria e transgressão. Campinas: Papirus, 2008.

- _____. Museu, educação e cultura: encontros de crianças e professores com a arte. Campinas: Papirus, 2008.

- VENTURA, P. C. S. Por uma Pedagogia de Projetos: uma síntese introdutória. Educ. Tecnol., Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 36-41, jan./jun. 2002.

DISCIPLINA: DIREÇÃO, ENCENAÇÃO E CENOGRAFIA

EMENTA: Rastrear principais linhas de concepção do espetáculo e da cena, desenvolvidas a partir do surgimento da encenação moderna, ocorrida em fins do século XIX. Exercícios de montagem de cenas, com discussão e apreensão crítica das mesmas. Estudo da encenação nas escolas e outros espaços, nos distintos períodos históricos e culturais. Estudo dos recursos materiais da cena.

Bibliografia básica:

APPIA, A. **A obra de arte viva**. Lisboa: Arcádia, S.D.

ARTAUD, Antonin . **O teatro e seu duplo**. São Paulo: Max Limonad, 1981.

ASLAN, O. **L'acteur au XXème.Siècle**. Paris: Seghers, 79.

BARATA, José Oliveira. **Estética teatral**: antologia de textos. Lisboa: Moraes Editores, 1981.

BARBA, Eugenio e N. Savarese (Orgs.). **A arte secreta do ator**. Dicionário de Antropologia Teatral. São Paulo. Hucitec/ UNICAMP, 1996.

BARBOSA, Pedro. **Teoria do teatro moderno**: axiomas e teoremas. Porto: Edições Afrontamento, 1982.

BENTLEY, Eric. **A experiência viva do teatro**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BIÃO, Armindo e Greiner, Christine (Orgs.). **Etnocenologia**: textos selecionados. São Paulo: Annablume, 1998.

BIÃO, Armindo et al. (Orgs.). **Temas em contemporaneidade**, Imaginário e Teatralidade. São Paulo: Annablume, 2000.

BOLES LAVSKI, Richard. **A arte do ator**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BROOK, Peter. **A porta aberta**: reflexões sobre a interpretação e o teatro. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2002.

CORRÊA, José Celso Martinez. **Primeiro ato**, São Paulo, Ed. 34, 1998.

DEAN, A. e Carra L **Fundamentals of play directing**. Ny: H., R. And Winston, 1980.

DELGADO, Maria e HERITAGE, Paul. **Diálogos no palco**. 26 diretores falam de Teatro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.

DORT, B. **O teatro e sua realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

ESSLIN, Martin. **Uma anatomia do drama**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FERGUSON, F. **Evolução e sentido do teatro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

FERNANDES, Ciane. **Pina Baush e o wuppertal dança-teatro**: Repetição e Transformação. Hucitec, 2000.

GREINER, Christine. **Butoh**. São Paulo: Annablume, 2000.

GROTOWSKI, J. **Em busca de um teatro pobre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

GUINSBURG, J. et. Alii. **Semiologia do teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GUINSBURG, J. **Stanislavski e o teatro de Moscou**. São Paulo: Perspectiva, 1965.

GUINSBURG, J. **Stanislávski, Meyerhold & cia**. São Paulo:; Perspectiva, 2001.

KERSHAW, Baz. **The radical in performance**: Between Brecht and Baudrillard. New York: Routledge, 1999.

KUSNET; E. **Ator e método** Rio de Janeiro: Mec-Snt, 1975.

LINS, Daniel. **Antonin Artaud**: o artesão do corpo sem órgãos. Rio de Janeiro, Relume-Dumara, 2000.

MEICHES, Fernandes Mauro. **Sobre o trabalho do ator**. Sao Paulo, Perspectiva, 1988.

MEYERHOLD, V.(Org. Aldemar Conrado). **O teatro de Meyerhold**. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 1969.
 PALLOTTINI, Renata. **Introdução à dramaturgia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
 RIZZO, Eraldo Pêra. **Ator e estranhamento**: Brecht e Stanislávski, segundo Kusnet. São Paulo: SENAC, 2001.
 ROUBINE, J.J. **A linguagem da encenação teatral** - 1880-1980. Rj, Zalar, 1982.
 SCHECHNER, Richard. **By means of performance**: Intercultural Studies of Theatre and Ritual. Cambridge Univ. Press, 1990.
 SILVA, Armando Sérgio da. **Oficina do teatro ao te-ato**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
 STANISLAVSKI C. **A preparação do ator**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
 WEKWERTH, M. **Diálogo sobre a encenação**. São Paulo: Hucitec, 1984.

DISCIPLINA: PROCESSOS CRIATIVOS: TRAJES, FIGURINOS, ADEREÇOS E MÁSCARAS

EMENTA: O processo de evolução histórica e cultural da Moda; estudar as características estilísticas presentes em diferentes contextos históricos. Aspectos culturais, enfocando a indumentária e a moda e sua evolução de formas [desenho e estilos] ao longo dos séculos. Apreender através de textos literários, ensaios, romances, e peças teatrais, as figurações, do estilo e do comportamento na segunda metade do século XIX e começo do XX;; Artistas que fizeram da moda e do estilo objetos de reflexão e, também, de uso. exercícios de construção de adereços, figurinos e máscaras.

Bibliografia:

- BRAGA, J. História da Moda; uma narrativa. Anhembi Morumbi, São Paulo, 2005.
- CRANE, D. A Moda e o seu papel social: Classe, gênero e identidade das roupas. Trad. Cristina Coimbra. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.
- KOHLER, C. História do Vestuário. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- LAVIER, J. A roupa e a moda: uma história concisa. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- LEABHART, T. A máscara como instrumento xamânico no treinamento teatral de Jacques Copeau. Trad. Marcelo Fagundes. São Paulo: Bretanha, 1994.
- LECOQ, J. O corpo poético: uma pedagogia da criação teatral. Trad. Marcelo Gomes. São Paulo: Senac São Paulo: SESC SP, 2010.
- LINHARES, F. J. J. A Máscara como segunda natureza do Ator: o treinamento do ator como uma "Técnica em Ação". Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas-Artes. Belo Horizonte, MG, 2011.
- LOPES, E. P. A máscara e a formação do ator. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Unicamp. Campinas, SP, 1990.
- MACHADO, V. T. A máscara como instrumento pedagógico. In: A máscara no teatro moderno: do avesso da tradição à contemporaneidade. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- O'HARA, G. Enciclopédia da Moda. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SANTIAGO, S. "Caetano Veloso Enquanto Superastro". In. Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SOUZA, G. de M. O espírito das roupas: a moda no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- WILDE, O. Salome; poema dramático em 1 ato. Trad. João do Rio (Paulo Barreto). Rio de Janeiro: Livraria Império, 1958

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO I – TCC I

EMENTA: Execução da pesquisa a ser apresentada sob a forma de um trabalho monográfico em Artes, considerando o percurso interdisciplinar. O objeto de pesquisa será de escolha do educando sob a orientação do professor e em concordância com as linhas de pesquisa do Curso.

Bibliografia:

- CONTRANDIOPOULOS, A.-P. et al. Saber preparar uma pesquisa: definição, estrutura e financiamento. Rio de Janeiro: Hucitec, 1994.
- ECO, U. Como se faz uma tese. 3. ed. Trad. de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva S.A., 1996.
- GIL, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2001.
- MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 5. ed. São Paulo: Editora ATLAS S.A., 2003.
- MULLER, M. S.; CORNELSEN, J. M. Normas e padrões para tese, dissertações e monografias. 5. ed. Londrina: Edue, 2003.
- NEGRA, C. A. Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, Mestrado e Doutorado. São Paulo: Ed. ATLAS S.A., 2003.
- REY, L. Planejar e redigir trabalho científico. 2. ed. São Paulo: Ed. Edgard Blucher LTDA, 1993.
- RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, I. E. dos. Textos selecionados de métodos e técnicas de pesquisa científica, tcc, monografias e, dissertação e tese. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Impetus, 2003.

DISCIPLINA: (ACE) TÓPICOS ESPECIAIS I: Teatro do Oprimido e outras poéticas cênicas latino-americanas

EMENTA: Conhecer e refletir sobre as técnicas de Teatro do Oprimido e o contexto histórico de seu surgimento no Brasil. O teatro em comunidade e suas implicações educacionais. Compreender o papel do professor nos processos de teatro e educação comunitária. Estudo das metodologias de teatro em comunidades: as técnicas do teatro do oprimido. Os métodos dialógicos e a experiência teatral como prática educativa. Os contextos do teatro comunitário no Brasil, na América Latina e no mundo na atualidade. Teatro do Oprimido; Paulo Freire e Augusto Boal; Técnicas: Teatro Legislativo, Teatro Fórum, Teatro Jornal, Teatro Imagem, Teatro Invisível. Contextos: Teatro do Oprimido no Brasil, na América Latina e no mundo. Principais características das práticas teatrais comunitárias, objetivos dos grupos de teatro comunitário e suas implicações educacionais, artísticas e sociais na atualidade. Os dramas, o sociodrama e o psicodrama no trabalho coletivo.

Bibliografia básica:

- BOAL, A. Jogos para atores e não-atores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. O arco-íris do desejo – método Boal de teatro e terapia. Rio de Janeiro: Civilização, 1996.
- _____. Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização, 1991.
- _____. 200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização, 1993.
- DESGRANGES, Flávio. A pedagogia do teatro: provocações e dialogismo. São Paulo: Hucitec. 2006.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. Pedagogia do oprimido. 40 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho D'Água, 1993.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO VII

EMENTA: Pesquisa e observação do contexto escolar. Como apresentar, implantar e avaliar um projeto educativo em artes cênicas na escola e em ambiente não escolar, como em instituições culturais, nas comunidades etc; aprimoramento da experiência didática e metodológica com públicos em faixas etárias diferenciadas; conhecimento dos procedimentos das Artes e suas práticas no Ensino Médio. Leitura e discussão sobre aspectos da educação através das artes, relatórios do estágio, crítica, ajuste e finalização das atividades. Estágio de regência em Artes no Ensino Médio. Elaboração de Relatório de Estágio de Regência e experiências educacionais.

Bibliografia:

ABERASTURY, Arminda. **A criança e seus jogos**. Porto Alegre: Artes médicas, 1992.

ALMEIDA, Marcus Vinicius Machado. **Corpo e arte em terapia ocupacional**. Rio de Janeiro: Enelivros, 2004.

BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

BARBOSA, Ana Mae. **John Dewey e o ensino da arte no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2002.

BONFITTO, Matteo. **O ator/compositor**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CHACRA, Sandra. **Natureza e sentido da improvisação teatral**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

CÓRIA-SABINI, Maria aparecida e LUCENA, Regina Ferreira de. **Jogos e Brincadeiras na educação infantil**. Campinas: Papirus, 2005.

DUARTE JÚNIOR, João-Francisco. **Por que arte educação?** São Paulo: Papirus, 1991.

FERRAZ, M. H. C. de T. e FUSARI, M. F. de R. **Metodologia do ensino de arte**. São Paulo: Cortez, 2001.

GONÇALVES, Maria Augusta Salim. **Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação**. Campinas: Papirus, 1994.

JAPIASSU, Ricardo. **Metodologia do ensino do teatro**. Campinas: Papirus, 2000.

KRAMER, Sônia et al. (orgs). **Infância e produção cultural**. São Paulo: Papirus, 2003.

MARCO, Ademir de. **Pensando a educação motora**. Campinas: Papirus, 2004.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sóciohistórico**. São Paulo: Editora Scipione, 1995.

OSTROVER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PARÂMETROS curriculares nacionais: **arte**. Secretaria de Educação Fundamental. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REVERBEL, Olga. **Um caminho do teatro na escola**. São Paulo: Scipione, 1989.

RIZZI, Leonor e HAYDI, Regina C. **Atividades lúdicas na educação da criança**. São Paulo: Ática, 1997.

ROSA, Sanny S. **Construtivismo e Mudança**. São Paulo: Cortez, 2000.

SLADER, Peter. **O jogo dramático infantil**. São Paulo: Summus, 1971.

SPOLIN, Viola. **Improvisação para o Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

SPOLIN, Viola. **O fichário de Viola Spolin**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

8º SEMESTRE

DISCIPLINA: MEDIAÇÃO CULTURAL E ARTES INTEGRADAS

EMENTA: Conhecer e investigar os processos de criação, composição, expressão em Artes seus dispositivos e as Novas tecnologias, o vídeo, os suportes e recursos digitais. Os recursos das artes integradas e suas relações com a arte e a educação. Exercícios com as artes integradas na escola e as TDIC. Conhecer e experimentar ações de curadoria, expografia, e a construção artística e poéticas híbridas.

Bibliografia:

BONFITTO, Matteo. **O ator compositor: as ações físicas como eixo - de Stanislavski a Barba**. São Paulo: Perspectiva, 2002

COHEN, Renato. **Performance**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MARTINS, Mirian Celeste. Arte: seu encantamento e seu trabalho na educação de educadores – a celebração de metamorfoses da cigarra e da formiga. Tese (Doutorado) -- Faculdade de Educação/USP, São Paulo, 1999.

_____. Conceitos e terminologia. Aquecendo uma transformação: atitudes e valores no ensino de arte. In: BARBOSA, Ana Mae (org.). Inquietações e mudanças no ensino de arte. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Mediação: tecendo encontros sensíveis com a arte. Revista ARTEunesp, São Paulo, v. 13, p. 221-234, 1997.

_____. (org.). Mediação: provocações estéticas. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, Pós-graduação, v.1, n.1, out. 2005.

MARTINS, Celeste Martins; PICOSQUE, Gisa (Org.). Mediação cultural para educadores andarilhos na cultura. Rio de Janeiro: Instituto Sangari, 2008.

SESC. Reflexões em trânsito (recurso eletrônico): Mediação Cultural em Arte Educação / Organizado por Josiane Jesus da Silva e João Victor da Silva Pereira; São Luís: Sesc, 2022.

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC II)

EMENTA: Atividade orientada de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Conclusão e apresentação pública do TCC. O resultado da pesquisa pode ser apresentado em forma de artigo. Também nos cursos de Artes, o artigo pode ser acompanhado de catálogos, cadernos de artista, memorial descritivo, material videográfico. A apresentação de processos criativos não exclui a apresentação de trabalho teórico acadêmico. O TCC II será acompanhado por docente orientador e pode ser realizado em parceria com os docentes de outros conteúdos curriculares, por exemplo: Direção teatral, Montagem de espetáculo, Produção Cultural e Projetos educativos.

Bibliografia Básica

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. NBR 10522: abreviação na descrição bibliográfica. Rio de Janeiro: ABNT, out. 2002.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2016. 184 p.
- GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 107 p.
- KOCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 182 p.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MARTINS, G. de A.; LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 2010. 118 p

DISCIPLINA: HUMOR GRÁFICO – HQ/HG [Charge, Cartum, Caricatura]

EMENTA: A evolução das Histórias em Quadrinhos e Humor Gráfico Piauí, Brasil e no mundo, HQ /HG e Comunicação, o código linguístico e imaginário, codificação e decodificação da narrativa. Análise, crítica e produção do HQ e HG, o arte-educador e a as histórias em quadrinhos e o Humor Gráfico, aplicabilidade.

Bibliografia:

CARDOSO, Marcelo Z. História em Quadrinhos e sociedade: uma estreita relação, IN: LOGOS, Rio de Janeiro, ed. UERG, 1995. CIRNE, Moacy. A explosão criativa dos quadrinhos. Petrópolis, Vozes, 1974. _____ . História e Crítica dos Quadrinhos Brasileiros. Rio de Janeiro, Ed. Europa, Funarte, 1990. _____ . Uma Introdução Política aos Quadrinhos. Rio de Janeiro, Achiamé, 1982.

ECO, Umberto. Apocalípticos e Integrados, São Paulo, Perspectiva, 1993, 5º ed. GOTTLIEB, L. Mafalda vai a escola, São Paulo: USP, 1996. História em Quadrinhos e Comunicação de Massa. São Paulo, Delta, MASP, 1970.

IANNONE, Leila e IANNONE, Roberto. O mundo das Histórias em Quadrinhos. São Paulo, Moderna, 1994, McLuhan, Marshall. Os meios de comunicação como extensão do homem. São Paulo, Cultrix, 1979.

SENNA, Nádia. Deusas de papel: a trajetória feminina na HQ do ocidente, dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas, 1999.

Bibliografia complementar

ABREU, Carlos, 2000; Dibujo satírico, dibujo humorístico, chiste gráfico y caricatura, en Revista Latina de Comunicación Social, número 36, de diciembre de 2000, La Laguna (Tenerife): <http://www.ull.es/publicaciones/latina/aa2000/latina/aa2000kj/u36di/.htm> 2073 III Encontro Nacional de Estudos da Imagem 03 a 06 de maio de 2011 - Londrina - PR

ARBACH, Jorge Mtanios Iskandar. O fato gráfico: o humor gráfico como gênero jornalístico. São Paulo: USP/SP. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, 2007.

FERRARO, Juliana Ricarte. O João Minhoca conta o Rio de Janeiro. Campinas: Unicamp/SP. Dissertação de Mestrado, 2002.

GALLOTTA, Brás Ciro. São Paulo aprende a rir: a imprensa humorística entre 1829-1876. São Paulo: PUC/SP. Tese de Doutorado em História Social, 2006.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. In: Revista Domínios da Imagem, número 02, maio de 2008, Universidade Estadual de Londrina, 2008. MIANI, Rozinaldo Antônio. As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Assis: UNESP/SP. Tese de Doutorado em História, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Jango e o golpe de 1964 na caricatura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006. il. (Nova Biblioteca de Ciências Sociais).

NERY, Laura Moutinho. A caricatura: microcosmo da questão da arte na Modernidade. Rio de Janeiro: PUC/RJ. Tese de Doutorado em História, 2006.

RIANI, Camilo. Tá rindo de quê? (Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba). Piracicaba: UNIMEP, 2002. 2074 III Encontro Nacional de Estudos da Imagem 03 a 06 de maio de 2011 - Londrina - PR SILVA, Ivam Cabral da. Humor gráfico: o sorriso pensante e a formação do leitor. Natal: UFRN/RN. Dissertação de Mestrado, 2008.

COLLARO, Antonio Celso. Projeto Gráfico: Teoria e Prática da Diagramação. São Paulo: Summus, 1987.

COLLARO, Antonio Celso. Produção Visual e Gráfica. São Paulo: Summus, 2005.

ERBOLATO, M. Técnicas de Codificação em Jornalismo. 5ª ed., São Paulo: Ática, 1991.

LAGE, Nilson. Linguagem jornalística. Ática, 1985. Série Princípios.

LAGE, Nilson. Estrutura da notícia. 5ª ed. Ática, 1999. Série Princípios.

NOBLAT, Ricardo. A arte de fazer jornal diário. São Paulo: Contexto, 2002.

VELOSO, Maria Socorro F. Público alvo e visibilidade nos jornais laboratório: a experiência do 'Entrelinhas'. Disponível em <http://www.intercom.com.br/artigos/fd130320021.htm>. Acesso em

23.08.2004.

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS: TEATRO DIALÉTICO, PEÇAS DIDÁTICAS E PERFORMANCE

EMENTA: O conteúdo Tópicos Especiais apresenta, desde logo, o tema gerador, sem delimitar as abordagens dentro do amplo campo da temática, porque os tópicos especiais precisam estar abertos para acontecer em forma de colóquios, debates públicos, ciclos de estudos, palestras, contando com a colaboração de profissionais convidados. Estudo das teorias e métodos de atuação cênica. Estudo dos aspectos estéticos e poéticos fundamentais da arte de representar a partir de diferentes referências: Stanislavsky, Appia, Craig, Meyerhold, R. Laban, A. Artaud, E. Decroux, Piscator, B. Brecht, M. Tchekov, Grotowski, E. Barba, Peter Brook, Tadeusz Kantor entre outros. Conhecimento das companhias brasileiras e dramaturgias que pesquisam e encenam a partir do teatro dialético brechtiano. A perspectiva teórica do teatro dialético; as peças didáticas de Bertold Brecht, experimentos cênicos, atualizações do trabalho do ator na contemporaneidade. Estudos dos conceitos de dialética e do Teatro dialético de Bertoldo Brecht. Diferenças entre o teatro dramático e o teatro épico segundo a concepção brechtiana. Estudo das convenções teatrais propostas por Brecht, o efeito de distanciamento (ou estranhamento); interpretação e representação; os significados políticos e intenções estético-ideológicas das peças didáticas e seus usos; relações entre as peças didáticas e jogo enquanto perspectiva pedagógica.

Bibliografia Básica:

- ALMEIDA, Doloris Ruth Simões de. Uma leitura da teoria do teatro épico de B. Brecht. *Projekt - APPA*. São Paulo, v. 1, p. 9-24, nov. 1986.
- ASLAN, Odette. O ator no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- AZEVEDO, Sônia Machado de. O papel do corpo no corpo do ator. São Paulo: Perspectiva, 2002. (Loc. 792.8 / A994p – CTAN)
- BARBA, Eugenio; Savarese, Nicola. A arte secreta do ator: dicionário de antropologia teatral. Campinas: Unicamp, 1995.
- BENJAMIN, Walter. Que é o teatro épico - um estudo sobre Brecht. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985 (Obras escolhidas, 1)
- BENTLEY, Eric. *O dramaturgo como pensador*. Trad. Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. [[da p. 299 em diante trata de Bertolt Brecht e o teatro épico.
- BONFITTO, Matteo. O ator compositor: as ações físicas como eixo: de Stanislavski a Barba. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BOLLE, Willi. A linguagem gestual no teatro de Brecht. *Língua e Literatura*. São Paulo, v. 5, p. 393-410, 1976.
- BORNHEIM, Gerd A. *O sentido e a máscara*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1969. (Debates, 8).
- _____. Brecht ainda hoje? *Pandaemonium Germanicum - Revista de estudos germânicos*. São Paulo, v. 4, p. 47-70, 2000.
- BRECHT, B. Teatro dialético: ensaios. Seleção e introdução de Luiz Carlos Maciel. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- _____. Estudos sobre teatro. Tradução de Fíama Pais Brandão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 2006.
- COSTA, Iná Camargo. O teatro épico de Brecht. *Pandaemonium Germanicum - Revista de estudos germânicos*. São Paulo, v. 4, p. 27-46, 2000.
- KOUDELA, Ingrid D. Brecht: um jogo de aprendizagem. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- PEIXOTO, Fernando. Brecht: introdução ao teatro dialético. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. Brecht – vida e obra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

RODRIGUES, Graziela. Bailarino-pesquisador-intérprete: processo de Formação. Rio de Janeiro: Funarte, 1987. p.27.

DISCIPLINA: EVENTO ARTÍSTICO:

EMENTA: Artes integradas [Artes Visuais, Música, Dança, Teatro e Performance] Processos de criação, Matrizes estéticas culturais Patrimônio cultural Arte e tecnologia

Neste componente curricular o graduando experimenta processos de criação e produção artística e cultural, conhece as matrizes estéticas culturais, o patrimônio cultural material e imaterial. Neste percurso de pesquisa, concepção, preparação e elaboração de projeto; de forma colaborativa sob orientação docente; desenvolve processo de criação que resulte em ações a serem apresentadas ao público, envolvendo as escolas; promove a reflexão crítica e sensível sobre a experiência em artes com uso das novas tecnologias; estas poéticas aparecem através de diferentes artes e promove a reflexão sobre a escola como espaço de cultura, a fruição como parte do ensino e aprendizagem. O graduando coloca em prática os estudos e fundamentos anteriores. O evento artístico e cultural culminará com a conclusão do Curso, evidenciando as habilidades para mobilizar de modo interdisciplinar os processos criativos na escola. Este conteúdo curricular está em situação estratégica no programa curricular para articulação com outros conteúdos, daí artes integradas.

Bibliografia:

- DEWEY, J. Arte como Experiência. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DEWEY, J. Experiência e Educação. Tradução de Anísio Teixeira. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- FARIA, A. F. Artes Integradas: características das práticas desenvolvidas em escolas de Goiânia. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Escola de Música e Artes Cênicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.
- FAZENDA, I. C. A. (Org.). Dicionário em construção: interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2001.
- FORQUIN, J. C. Escola e Cultura; as bases epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- MARTINS, C. M.; PICOSQUE, G. (Org.). Mediação cultural para educadores andarilhos na cultura. Rio de Janeiro: Instituto Sangari, 2008.
- MARTINS, M. B. Encenação em jogo. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MORIN, E. et al. Educar na era planetária. São Paulo: Cortez, 2003.
- MORIN, E. A Religação dos Saberes: O Desafio do Século XXI. 6. ed. [s.l.]: Bertrand Brasil, 2001.
- NICOLESCU, B. O manifesto da transdisciplinaridade. Tradução de Lucia Pereira de Souza. São Paulo: TRIOM, 1999.
- PAIXÃO, S. V. da. Um olhar sobre a produção cultural de jovens e o papel da escola. Educação em Revista, Marília, v. 22, p. 145-156, 2021. Disponível em: (ligação indisponível).
- POLI, K. O campo de produção cultural e criativo: uma leitura através da teoria dos campos de Bordieu. Revista Extraprensa, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 81-103, 2021. Disponível em: (ligação indisponível).
- SANTOS, S. R. Pode a periferia falar? Uma releitura crítica das produções culturais das periferias. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES, v. 2, n. 35, 2022. Disponível em: (ligação indisponível).
- SEBRAE. Projetos culturais: como elaborar, executar e prestar contas. Brasília, 2014. Disponível em: (ligação indisponível).
- SMOLE, K. C. S. Múltiplas Inteligências na Prática Escolar. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 1999

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO VIII
EMENTA: Elaboração de relatório final de Estágio Supervisionado a partir dos estudos de referenciais teóricos e práticas didático-pedagógicas vivenciadas nas etapas anteriores. .
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004. FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: TÉCNICA VOCAL I
EMENTA: Estudo PRÁTICO de elementos da consciência corporal em geral e da psicodinâmica vocal, em especial, com suas aplicabilidades na fala e no canto. Introdução teórica às funções do aparelho fonador em especial, e do corpo em geral, na produção sonoro-vocal. Treino prático respiratório e de apoio, para a fala e para o canto. Introdução a vocalizes. Leituras complementares.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAMPO, Giuliano, MOLIK, Zygmunt. O Trabalho de Voz e Corpo de Zygmunt Molik. Rio de Janeiro: (2012). FERREIRA, Lésle Piccolotto & ANDRADE, Marta. Saúde Vocal - Práticas Fonoaudiológicas (2002). RUBIM, Mirna - Voz, Corpo e Equilíbrio. Thieme Revinter (2019). BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BEHLAU, Mara. Voz - O Livro Do Especialista (Volume 1). São Paulo DIMON Jr, Theodore - Anatomy of the Voice: An Illustrated Guide for Singers, Vocal Coaches, and Speech Therapists. California: North Atlantic Book (2018) MILLER, Richard - A Estrutura do Canto. É Realizações (2019)

DISCIPLINA: A RÍTMICA DE DALCROZE
EMENTA: Aulas Práticas de Exercícios Corporais com base na Rítmica de Dalcroze, voltados para a ampliação da percepção rítmico-corporal e das relações corpo-espaco e corpo-dinâmica musical, com foco na performance artística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

JAQUES-DALCROZE, E. A Euritmia de Jaques-Dalcroze. Tradução e Edição: Eliton Pereira. Goiânia: 2022.

FINDLAY, E.. Rhythm and Movement: application of Dalcroze Eurythmics. (Kindle Edition) Alfred Music Ed. Amazon Digital Service LLC, 2016.

SADLER, M. E. (Ed) The Eurythmics of Jaques-Dalcroze. (Kindle Edition) Jennings Press, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALDWELL, T. Expressive Singing: Dalcroze Eurythmics for Voice. (Kindle Edition) Glen Street Press, 2019.

ILARI, B. S & MATEIRO. T.A.N. Pedagogias em educação musical. Curitiba: Editora Intersaberes, 2010.

JAQUES-DALCROZE, E. Rhythm, Music and Education. London: Read Books Ltda, 2013.

LAMBERT, R. Pedagogia musical: Dalcroze e a interação mente-corpo. in: Artigos, Harmonia e Teoria, Pós-Graduação, Teoria e Prática. Texto disponível em: <https://terradamusicablog.com.br/dalcroze/> , 2022.

DISCIPLINA: Bases epistemológicas em Educação**EMENTA:**

Definições de Epistemologia e de Educação. Produção do conhecimento e os paradigmas da ciência moderna. Principais abordagens teóricas dos processos educativos, destacando princípios e conceitos constitutivos do pensamento educacional contemporâneo. Esboço geral das configurações histórico-epistemológicas da educação escolar e não escolar na contemporaneidade. Educação Integral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Epistemologia e educação: Bases conceituais e racionalidades científicas e históricas**. Editora Vozes. 2016.
2. MOREIRA, Marco Antonio; MASSONI, Neusa Teresinha. **Epistemologias do século XX: Popper, Kuhn, Lakatos, Laudan, Bachelard, Toulmin, Feyerabend, Maturana, Bohm, Bunge, Prigogine, Mayr**. São Paulo: EPU, 2011.
3. VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: Livraria da Física, 2010.
2. CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
3. FAZENDA, Ivani (org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2001 (Coleção Práxis).
4. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.
5. GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**.
6. 8. ed. (rev. ampl.). São Paulo: Ática, 2004. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/2794>
7. MORIN, Edgar (org.). **A religação dos saberes: o desafio do século XXI**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

DISCIPLINA: ACE 2 - Educação e Direitos Humanos**EMENTA:**

Direitos humanos: conceitos e histórico. educação em direitos humanos. políticas públicas sobre direitos humanos. Direitos humanos e a formação de professores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SCHILLING, Flávia. **Educação e direitos humanos**: percepções sobre a escola justa. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
2. BITTAR, Carla Bianca. Educação e direitos humanos no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2014.
3. CASTILHO, Ricardo. Educação e direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BELTRAMELLI NETO, Silvio. Curso de direitos humanos. São Paulo: Atlas, 2021.
2. SCARANO, Renan Costa Valle; DORETO, Daniella Tech. **Direitos humanos e diversidade**. São Paulo: SAGAH, 2018.
3. BRANDÃO, Cláudio. **Direitos humanos e fundamentais em perspectiva**. São Paulo: Atlas, 2014.
4. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 15. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DISCIPLINA: Estratégias de leitura em Língua Inglesa**EMENTA:**

Técnicas e estratégias de leitura de textos em língua inglesa e compreensão de estruturas linguísticas básicas com vistas ao desenvolvimento de habilidades interculturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. NASH, G. M.; FERREIRA, W. R. **Real English**. Vocabulário, gramática e funções a partir de textos em inglês. Barueri, SP: Disal, 2010.
2. PASSWORD – **English Dictionary for Speakers of Portuguese**. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
3. SOUZA, A. G. F. et al. **Leitura em Língua Inglesa**: uma abordagem instrumental. 2ª edição atualizada. Barueri, SP: DISAL, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CIRANDA CULTURAL. **Dicionário Escolar Português-Inglês/ Inglês-Português**. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.
2. LOPES, M. C. (coord.) **Dicionário da Língua Inglesa. Inglês-Português, Português-Inglês**. São Paulo: Rideel/Bicho Esperto, 2015.
3. MORAES, R. De C. B. T. de. Ler para compreender textos em inglês: algumas estratégias. São Carlos, SP: UAB-UFSCar, 2014.
4. THOMPSON, M. A. **Inglês instrumental**: estratégias de leitura para informática e internet. São Paulo: Érica. 2016.
5. TORRES, N. **Gramática prática da língua inglesa**: o inglês descomplicado. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DISCIPLINA: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos

EMENTA:

A educação de jovens e adultos como direito. Concepções teórico-metodológicas de educação de jovens e adultos. A diversidade da educação de jovens e adultos. Os fundamentos legais da educação de jovens e adultos como modalidade de educação. A história da Educação de Jovens e Adultos. As diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. As políticas e programas de educação de jovens e adultos no Brasil e Piauí.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MASAGÃO, V. M. R. **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Ação Educativa, 2001.
2. PAIVA, V. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2003.
3. KLEIN, L. R. Alfabetização de jovens e adultos: questões e proposta para a prática pedagógica na perspectiva histórica. 4. ed. Brasília: Universa, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FREIRE, P. **Professora sim, tia não-Cartas a quem ousa ensinar**. SP: Cortez, 1995.
2. FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
3. LOPES, A.; MACEDO, E. Currículo e Conhecimento: a contribuição das teorias críticas. São Paulo: Cortez, 2002.
4. ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
5. MOREIRA, A. F. B. (Org.). **Currículo: Políticas e Práticas**. Campinas: Papirus, 1999.

DISCIPLINA: Arte e Território**EMENTA:**

Discussões em torno dos conceitos de arte, território e paisagem. Modos de atuação das artes na paisagem contemporânea, tendo como enfoque as relações territoriais tratadas pela geografia humana. Presença das artes na investigação acadêmica, na educação, nos saberes e práticas dos povos tradicionais e dos povos marginais ao campo urbano e em pesquisas das humanidades de modo geral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CAUQUELIN, A. **A invenção da paisagem**. Trad. M. Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
2. SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- GOMBRICH, E. H. **A história da arte**. Trad. A. Cabral. 16ª ed. São Paulo: LTC, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AUGÉ, M. Não-lugares: **introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad. M. L. Pereira. 9ª ed. Campinas: Papirus, 2012.
2. NAVARRO, L.; FRANCA, P. (org.). **Concepções contemporâneas da Arte**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
3. PEIXOTO, N. B. **Intervenções urbanas: arte/cidade**. 2ª ed. São Paulo: SENAC, 2012.
4. LAGROU, E. **Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação**. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.

DISCIPLINA: Oficina de Textos Acadêmicos**EMENTA:**

Integridade na pesquisa e na escrita científica. Estudos sobre construção frasal, paragrafação, coesão e coerência textuais com base na leitura e produção de gêneros acadêmicos: fichamento, resumo e resenha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO, A. R. (coord.); LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S.

1. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
2. MACHADO, A. R. (coord.); LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S.
3. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023:
2. informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
3. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.
4. MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.
5. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
6. RESENDE, V. de M.; VIEIRA, V. Leitura e produção de texto na universidade: roteiros de aula. Brasília: EdUNB, 2014.
7. WEG, R. M. Fichamento. São Paulo: Paulistana Editora, 2006..

8 REQUISITOS LEGAIS

8.1 Prática como componente curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC) no curso de Artes e Mediação Cultural é um eixo fundamental na formação docente, integrando teoria e prática desde o primeiro até o último período. Conforme a Resolução CNE/CP nº 4/2024, a PCC está distribuída de forma progressiva e articulada com os demais componentes do currículo. Desde o início, os licenciandos vivenciam atividades como observação em escolas, participação em projetos de extensão e análises de contextos educacionais, desenvolvendo habilidades reflexivas e pedagógicas, articuladas às diferentes áreas de conhecimento e integrando-se aos componentes curriculares teóricos e metodológicos.

Ao longo do curso, essas práticas se ampliam, incorporando metodologias ativas, tecnologias educacionais e abordagens inclusivas, sempre em diálogo com as demandas regionais e socioculturais. Nos períodos finais, a PCC atinge seu ápice com a residência docente e os estágios supervisionados, onde os futuros professores consolidam sua autonomia e repertório didático. Essa estrutura garante uma formação interdisciplinar e coerente, preparando os licenciandos para os desafios da educação básica, com capacidade de articular conhecimentos científicos, pedagógicos e sociais em sua prática profissional.

Essa abordagem fortalece o compromisso institucional com a formação de professores capazes de responder aos desafios contemporâneos da educação básica, articulando saberes científicos, pedagógicos e socioculturais em sua atuação profissional. Dessa forma, a PCC não apenas cumpre exigências legais, mas também fortalece o compromisso do curso com uma docência crítica, inovadora e contextualizada.

8.2 O estágio supervisionado obrigatório

O estágio curricular supervisionado, definido por Lei, deve ser realizado na escola de Educação Básica, mais propriamente, nas que desenvolvam atividades de Ensino Fundamental e Ensino Médio, respeitando-se o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, tal qual expresso no Art. 211 da Constituição Federal.

Consoante o Art.13, § 5º, inciso I, da Resolução CNE/CP 4, de 29 de maio de 2024, I - ter suas horas distribuídas ao longo do programa de formação, iniciando desde o primeiro semestre do curso.

A prática como estágio supervisionado é componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais das mais variadas unidades escolares dos sistemas de ensino, supondo uma relação pedagógica entre um profissional já reconhecido em um ambiente institucional e um aluno estagiário.

Sobre isso, é importante ressaltar que o estágio curricular supervisionado é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino-aprendizagem que tornar-se-á concreto e autônomo quando da formação deste estagiário.

A operacionalização do Estágio Curricular Supervisionado, toma, ainda, como base a Resolução CNE/CP 4, de 29 de maio de 2024, que aponta para a necessidade de que a carga horária dedicada a essa atividade não seja inferior a 400 (quatrocentas) horas. Em nossa proposta, atentando para a indispensabilidade de adequação ao sistema de computo de horas-atividades da Universidade, subdividimos a carga horária total em quatro etapas, totalizando 405 (quatrocentas e cinco horas).

Considerando as diretrizes curriculares nacionais o estágio supervisionado deverá ocorrer desde o início do curso, considerando uma progressão cuidadosa das atividades desenvolvidas, iniciando com atividades de observação acompanhadas de

protocolos claros e, progressivamente, incorporando atividades nas quais o licenciando assuma ações docentes conforme preconiza a Resolução nº 04 de 29 de maio de 2024).

Nessa perspectiva a organização dos estágios no âmbito do curso corresponde a três ciclos bem definidos em (oito) componentes curriculares. Ao passarem pelas diferentes etapas, espera-se que os/as estudantes desenvolvam diferentes habilidades/experiências, como a seguir estão descritas:

I - Ciclo básico (compreende os componentes curriculares Estágio Supervisionado I (15h), II (30h) e III (60h) totalizando – 105 horas): consistem em atividades que possibilitem a introdução de estudo de referenciais teóricos importantes para a compreensão da cultura escolar e do fazer docente, aproximação com o ambiente escolar da educação básica, estudo de seu Projeto Político Pedagógico e do regimento interno, refletindo sobre os processos de elaboração desses documentos; discussão sobre o funcionamento de órgãos e instâncias organizacionais da escola, a exemplo de colegiados, conselhos de classe, atividades complementares de planejamento; observação participante de atividades desenvolvidas no ambiente escolar (aulas, projetos, planejamentos, eventos e natureza diversa, dentre outros).

II - Ciclo intermediário (integra os componentes curriculares dos Estágio Supervisionado IV, V, VI e VII, cada um com 60h, totalizando 240 horas): compreende atividades de vivência na lócus profissional que fomentem o protagonismo dos licenciandos, incentivando sua participação ativa em interações com a instituição de Educação Básica; requer a elaboração de projeto de intervenção pedagógica, a ser desenvolvido nas escolas, elaboração de planos de aula e/ou atividades didático-pedagógicas, produção de materiais didáticos para o trabalho em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, considerando as disposições da Base Nacional Comum Curricular, as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada modalidade da educação e a organização dos itinerários formativos das escolas, e regência pedagógica, privilegiando a atuação em diferentes etapas (Anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) e a pluralidade de modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola e Educação a Distância).

III - Ciclo final (componente curricular Estágio Supervisionado VIII realizado no último período do curso com carga horaria de 60 horas): compreende atividades de sistematização e compartilhamento das experiências vivenciadas nas etapas anteriores, de modo a reconstruir os percursos vividos e a refletir sobre os impactos do vivido na formação e no fazer docente. Trata-se de uma atividade de escritura e se constituir fundamentalmente pela produção de relatório das experiências de estágio contando com a mediação e orientação docente.

8.3 Trabalho de conclusão de curso

Para a obtenção do título de Licenciado(a) em Artes e Mediação Cultural e suas Tecnologias será exigida a realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Este se constituirá no desenvolvimento de artigo que será avaliado em sessão pública por uma comissão examinadora composta por três docentes, sendo o orientador o presidente. Será considerado aprovado o candidato com média igual ou superior a 7,0 (sete), computadas as notas dos membros da comissão examinadora.

O aluno deverá eleger uma linha de pesquisa dentre as propostas pelos professores e escrever seu projeto durante o 7º período do curso, devendo matricular-se na disciplina TCC I. No 8º período, o aluno deverá entregar as versões solicitadas de seu artigo e participar da defesa oral pública de seu trabalho – atividades da disciplina TCC II.

Importa mencionar que o regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso está regulamento (ANEXO II) e será aprovado posteriormente pelo Colegiado de Curso e pela CAMEN.

8.4 Atividade Curricular Complementar

As atividades complementares fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, e, entre a pesquisa básica e a aplicada. Estas atividades incluem um conjunto de vivências acadêmicas previstas pela IES para a integralização do curso. Como atividades acadêmicas consideram-se aqueles relevantes para que o estudante adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação e que contemplem processos avaliativos.

As atividades complementares de aprofundamento em áreas específicas de interesse do PRILEI devem perfazer 200 horas e são de natureza acadêmico-científico-culturais. A UFPI, visando organizar a realização e o registro dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº 9.394/1996, incluiu na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI, Seção VI, disposições sobre as atividades complementares em seus cursos de graduação.

São consideradas atividades integrantes da formação do aluno de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural - PRILEI, além das disciplinas e do estágio supervisionado, participação em: eventos artísticos-culturais e acadêmicos, discussões temáticas, projetos de pesquisa e extensão, além de outras atividades acadêmicas a juízo do Colegiado do Curso e previstas na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e no Anexo III deste PPC. Estas poderão ocorrer em qualquer etapa do curso desde que seus objetivos sejam claramente explicitados. Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – realizadas a partir do ingresso do aluno no Curso;

II – compatíveis com o PPC do PRILEI;

III – variadas em pelo menos duas categorias entre os critérios estabelecidos no Anexo III deste PPC.

No calendário acadêmico é estipulado o período para solicitação de registro de atividades complementares de graduação junto à Coordenação do Curso. Cabe ao Coordenador avaliar o desempenho do aluno nas atividades complementares de graduação, de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico, emitindo a decisão do deferimento ou não.

Os casos de alunos ingressos no curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de atividades complementares de graduação, serão avaliados pela coordenação do curso, que poderá computar o total ou apenas parte da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem. Os alunos ingressos como portadores de curso superior deverão desenvolver normalmente as atividades complementares requeridas pelo PRILEI. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à PREG para serem homologados pela CAMEN e CEPEX.

Para a integralização do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural - PRILEI, o discente deverá apresentar certificados de 200h de Atividades Complementares, desenvolvidas durante o período do Curso, nas diversas modalidades disponibilizadas, até o último semestre, e constando no histórico escolar. Serão consideradas como atividades acadêmico-científico-culturais, em suas devidas categorias e pontuações o que se expõe nas dez tabelas de Atividades Complementares (AC) seguintes, delineadas por categoria, conforme a Resolução CEPEX-UFPI n.177/12.

A UFPI, visando organizar a realização e o computo dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, aprovou, por meio do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Resolução 177/12, que dispõe, dentre outras coisas, sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais (Atividades complementares) em seus cursos de Graduação.

Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Serem realizadas a partir do primeiro semestre;
- II – Serem compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural;
- III – Serem compatíveis com o período cursado pelo aluno ou o nível de conhecimento requerido para a aprendizagem;
- IV – Serem realizadas durante a realização do Curso e/ ou no período letivo, em horário diferenciado das aulas, bem como no período de matrícula institucional;
- V – Serem integralizadas até o período anterior ao período de conclusão do curso.

O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de integralização de Atividades Complementares de Graduação junto à coordenação do curso, até 60 (sessenta) dias antes do prazo para a colação de grau do aluno. O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de registro de Atividades Complementares de Graduação junto às Coordenações de Curso, a cada período letivo.

A Coordenação do Curso avaliará o desempenho do aluno nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório estipulando a carga horária a ser aproveitada conforme Tabela 2, e fará registro no sistema acadêmico de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico ou encaminhará à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para as providências cabíveis quando o sistema estiver indisponível.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação para serem homologados pela Câmara de Ensino de Graduação e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX.

Tabela 2 - Quadro de atividades Complementares

ATIVIDADE DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA E A PESQUISA: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA CADA ATIVIDADE			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Ensino	Participação em projetos institucionais, PIBID, PET.	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
2 Iniciação a pesquisa	Participação em projetos de pesquisa, projetos institucionais PIBIT, PIBIC	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
3 Grupo de pesquisa	Participação em grupo de pesquisa liderado por docentes da UFPI.	30(trinta) horas	60(sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
ATIVIDADE DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60 (sessenta) horas
2 Organização de eventos técnico-científicos.	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60(sessenta) horas
3 Participação em eventos técnico-científicos.	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, defesa de TCC, de dissertação de mestrado e tese de doutorado, fórum, semanas acadêmicas.	01(uma) hora	60(sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.			
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Docente	Experiência profissional como docente por um período mínimo de um semestre;	30(trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			120
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
ATIVIDADES DE EXTENSÃO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Projeto de extensão com bolsa.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 12 a 20h.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Projeto de extensão voluntário.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de	30 (trinta) horas	30 (sessenta) horas

	06 a 20 h.		
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
TRABALHOS PUBLICADOS E APROVAÇÃO EM CONCURSOS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Publicações em anais de eventos nacionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Publicações em anais de eventos locais e/ ou regionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
3 Publicações em periódicos nacionais.	Publicações em periódicos especializados comprovados com apresentação de documento pertinente (declaração, cópia dos periódicos).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
VIVÊNCIAS DE GESTÃO: ATÉ 40 (QUARENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Representação estudantil.	- Participação anual como membro de entidade de representação político – estudantil. - Participação anual como membro de diretoria de entidade de representação político – estudantil	10 (dez) horas	40 (quarenta) horas
TOTAL			40
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Atividades Artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas	Participação em grupos de artes, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos	Premiação recebida em evento artístico culturais, acadêmicos ou por órgãos afins e aprovação de concursos públicos na área de Artes e Mediação Cultural	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
DISCIPLINA ELETIVA INTEGRALIZADA EM OUTRO CURSO DESTA INSTITUIÇÃO OU EM			

OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Disciplina Eletiva	Ofertada por outro curso desta IES ou por outras Instituições de Educação Superior.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Histórico Escolar.			
ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, DIFERENCIADO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Estágios não obrigatório	Programas de integração empresa-escola ou de trabalhos voluntários, com dedicação semanal de 5 a 20 horas para o aluno.	30 (trinta) horas	90 (noventa) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
VISITAS TÉCNICAS: ATÉ 10 (DEZ) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Visitas técnicas	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovada por um prof. responsável, consultado previamente.	01 (uma) hora	10 (dez) horas
TOTAL			10
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Essas atividades, quando des00envolvidas pelo aluno, serão integralizadas ao currículo a cada bloco de 15 horas, que corresponde a um (01) crédito acadêmico, até o limite mínimo de 08 (oito) créditos para os cursos de graduação, bacharelado, e o limite mínimo de 200 horas para os cursos de graduação, licenciatura; atendendo ao que dispõe a Resolução N° 177/12 (CEPEX/UFPI) que também versa sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais.

8.5 Atividades Curriculares de Extensão

O Capítulo VI do Regimento Geral da UFPI, em seu Artigo 123, define que a “extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável [que] viabiliza a integração da Universidade com setores da comunidade local ou regional” (UFPI, 1999).

A Atividade de Extensão compreende um conjunto de ações interdisciplinares educativas, culturais, científicas e de intervenção social envolvendo os discentes na universidade e em diversos setores da sociedade. Está previsto no Programa Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, bem como na Resolução nº 07 do CNE/CES, 2018, o mínimo de 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares dos cursos de graduação em atividades de extensão, por meio de programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; e prestação de serviços em áreas sociais pertinentes.

No Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural - PRILEI as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) serão realizadas conforme as normatizações do Conselho Nacional de Educação e da UFPI, que compreende:

Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Art. 3º Resolução 07 - CNE/CES, 2018).

Ainda, segundo a referida Resolução, são consideradas atividades de extensão as Intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos da citada Resolução, e conforme normas institucionais próprias (Art. 7, Resolução CNE/CES, 2018).

Ressalte-se que as Atividades Curriculares de Extensão enquanto componentes curriculares obrigatórios são relevantes no processo de formação acadêmica por promoverem qualidade na formação integral dos estudantes universitários e possibilitar a formação de sujeitos críticos e responsáveis na sociedade.

Diante disso, a Universidade Federal do Piauí – UFPI aprovou a Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição. De acordo com a mencionada Resolução, as Atividades Curriculares de Extensão – ACE objetivam:

- Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;
- Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

- Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para cidadania e o seu papel social;
- Proporcionar a busca de novos objetos de investigação e inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedades;
- Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

O Projeto Pedagógico do Licenciatura em Artes e Mediação Cultural no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI/UFPI, com o intuito de atender o que é imposto na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e na Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI, destina a carga horária de 000 horas para a realização das Atividades Curriculares de Extensão – ACE. Tal carga horária compreende 10% da carga horária total do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural - PRILEI, conforme Matriz Curricular exposta neste PCC.

Vale ressaltar que as atividades de extensão para serem integralizadas como componentes curriculares obrigatórios (ACEs) deverão ter os estudantes como executores das ações a serem realizadas presencialmente, diferindo assim das atividades de extensão a serem integralizadas como "atividade complementar" que pode ter o aluno como público e ser realizada na modalidade à distância.

A regulamentação das ACEs para o Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural - PRILEI será melhor descrita no Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão, em anexo IV.

Neste PPC, as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) são definidas como componentes curriculares, ofertados em forma de disciplina na matriz curricular dada a especificidade do PRILEI, abrangendo atividades desenvolvidas por discentes, relacionadas a cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, incluindo os previstos em programas institucionais e de natureza governamental que atendam às políticas municipais, estaduais ou federais, destinadas à comunidade externa à UFPI.

Desse modo, o quadro a seguir, demonstra os eixos temáticos das ACE semestrais, constitui-se como referência para o curso Licenciatura em Artes e Mediação Cultural - PRILEI. Para sua formulação, baseamo-nos nos temas contemporâneos transversais,

buscando trazer discussões que sejam de interesse dos estudantes e relevantes para sua formação.

9 OUTRAS OPÇÕES DE APOIO À APRENDIZAGEM

O apoio pedagógico aos discentes é realizado pela Coordenação do Curso, auxiliada pelos professores do Curso, notadamente por meio de ações que possam favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos matriculados no curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural e contribuirá para sua permanência no curso.

9.1 Acessibilidade e Atendimento às pessoas com Necessidades Especiais

No âmbito da UFPI, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), que através de sua Coordenadoria de Assistência Comunitária – CACOM, gerencia as ações de política de Assistência Social à Comunidade Universitária, oferecendo, inclusive ao apoio psicopedagógico. Esta Pró-reitoria dispõe de um Serviço Psicossocial, formado por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, que prestam atendimento individual ou grupal aos alunos da UFPI que buscam soluções para os mais diversos problemas, orientando e encaminhando, quando necessário para os recursos disponíveis na comunidade interna e/ou externa.,

A PRAEC ainda supervisiona a concessão de benefícios de permanência (bolsas e auxílios) exclusivamente oferecidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tais como: a Bolsa de Apoio Estudantil (BAE), a Isenção da Taxa de Alimentação (ITA), o Auxílio Creche (AC), a Residência Universitária (REU) e o Auxílio Residência (AR) para alunos dos Campi do interior.

Além disso, a UFPI tem seu trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais pautado pela Resolução nº76/2019 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente aos alunos deficientes. Há ainda ao incentivo a participação em programas que oferecem bolsas como o Programa de Monitoria, do PIBID e PIBIC.

Há de mencionar também que a UFPI desenvolve um trabalho com alunos do público da Educação Especial pautado pela Resolução nº76/2019 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente a eles, tendo, inclusive, um Núcleo de Acessibilidade

(NAU), instituído desde 2014. A UFPI promove a divulgação de trabalhos e produção dos alunos a partir de eventos como Seminários, Simpósios e Congressos. Todo o trabalho acadêmico desenvolvido na instituição é feito a partir do SIGAA, o qual permite o acesso de professores, alunos e técnicos administrativos. Na página inicial são divulgadas para a sociedade informações relevantes acerca de ações, programas, projetos e eventos abertos ao público externo.

9.2 Tecnologias de Informação e Comunicação

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) representam, no cenário educacional contemporâneo, um componente estratégico para a inovação pedagógica e a ampliação das oportunidades de aprendizagem. Mais do que recursos técnicos, as TIC configuram-se como ferramentas culturais e cognitivas que, quando mediadas de forma intencional, favorecem a construção do conhecimento, a interação social e o desenvolvimento de competências para o século XXI (Kenski, 2012).

No contexto da formação inicial de professores, a Resolução CNE/CP nº 4/2024 enfatiza a necessidade de integrar as TIC de forma transversal, garantindo que o licenciando vivencie situações em que essas tecnologias estejam articuladas ao planejamento, à execução e à avaliação de práticas pedagógicas. Essa integração não se restringe ao uso instrumental de ferramentas, mas envolve a apropriação crítica e criativa dos recursos digitais para responder às demandas complexas da educação básica (Brasil, 2024).

De acordo com Moran (2015), as TIC oferecem múltiplas linguagens — textual, visual, sonora e interativa —, possibilitando a diversificação das estratégias de ensino e favorecendo aprendizagens mais significativas. Plataformas virtuais, aplicativos colaborativos e ambientes de gamificação, quando utilizados de forma planejada, ampliam o engajamento dos estudantes e estimulam a produção coletiva de conhecimento.

Em virtude disso, os docentes irão fazer o uso das TIC como forma de potencializar os processos de produção do conhecimento, utilizando-se de práticas de aprendizagem ativa e colaborativa, que possam ampliar as experiências formativas vivenciadas nas atividades presenciais. Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), fóruns de discussão, videoconferências e entre outras atividades digitais permitem a construção de comunidades

de aprendizagem que transcendem os limites físicos da sala de aula, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico e da resolução de problemas (Valente, 2018).

Outro aspecto relevante é o papel das TIC na promoção da inclusão educacional. Recursos como leitores de tela, legendas automáticas e aplicativos de tradução contribuem para que estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas tenham maior autonomia, alinhando-se à perspectiva de uma educação para todos defendida pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) e pelas diretrizes da educação inclusiva (Brasil, 2008).

As TIC poderão ser utilizadas também como um suporte valioso para práticas de avaliação formativa. Sistemas de gerenciamento de aprendizagem e ferramentas de feedback em tempo real permitem ao professor monitorar o progresso dos estudantes e intervir de forma mais personalizada, reforçando o vínculo entre ensino e aprendizagem (Bacich; Moran, 2018).

No entanto, o uso das TIC deve estar pautado por uma ética digital que contemple questões como privacidade de dados, direitos autorais e combate a discursos discriminatórios. Cabe ao professor assumir um papel formativo também nesse campo, preparando os estudantes para o uso responsável e crítico das tecnologias.

Assim, a inserção das TIC como apoio à aprendizagem reforça o compromisso do curso com a formação de docentes inovadores, críticos e inclusivos. Ao articular tecnologias, metodologias e objetivos pedagógicos, o licenciando estará preparado para atuar de forma integrada à cultura digital, contribuindo para a qualidade social da educação básica e para a formação de cidadãos plenos na sociedade em rede.

Nesta perspectiva, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) serão utilizadas durante o curso como aliadas dos docentes, potencializando as atividades presenciais e promovendo uma imersão mais crítica na realidade escolar. Ao integrar ferramentas digitais de forma estratégica, os professores podem transformar suas aulas presenciais em espaços mais dinâmicos e significativos, utilizando recursos multimídia como vídeos, infográficos e simulações que tornam conceitos abstratos mais tangíveis. Metodologias como a sala de aula invertida e a gamificação permitem otimizar o tempo em classe, focando em debates profundos e atividades colaborativas que estimulam o pensamento crítico.

Além disso, as TIC facilitam uma imersão no contexto escolar, oferecendo aos docentes ferramentas para analisar dados educacionais, compreender o perfil da comunidade e identificar desafios específicos. Plataformas colaborativas criam redes de compartilhamento de experiências pedagógicas, enquanto tecnologias imersivas como realidade virtual possibilitam trazer para a sala de aula contextos históricos e sociais de forma vivencial. No entanto, esse uso deve ser sempre mediado por uma reflexão crítica, considerando questões éticas e o contexto real da escola, para que as tecnologias não se tornem meros recursos técnicos, mas sim ferramentas de transformação pedagógica e social.

Dessa forma, as TIC serão integradas às atividades do Curso com propósito pedagógico claro, possibilitando tanto o enriquecimento do ensino presencial, quando uma aproximação dos futuros docentes à complexidade do ambiente escolar, permitindo uma atuação mais consciente, contextualizada e transformadora, essencial para a formação de cidadãos críticos na sociedade contemporânea.

9.3 Ingresso e Permanência

O ingresso no curso ocorrerá em consonância com as normativas vigentes do Ministério da Educação (MEC), com o Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e com o sistema de reserva de vagas, estabelecido pela Lei nº 12.711/2012 e suas alterações. O sistema de ações afirmativas contempla subgrupos definidos por critérios de renda, etnia (pretos, pardos, indígenas e quilombolas), pessoa com deficiência e origem escolar, seja integralmente em escola pública ou em escola comunitária no âmbito da Educação do Campo, assegurando a democratização do acesso ao ensino superior.

No âmbito deste projeto, serão contemplados dois perfis principais de público-alvo, alinhando-se ao princípio da Resolução CNE/CP nº 4/2024 que garante que a formação inicial de professores atenda tanto à demanda por novos docentes quanto à qualificação de profissionais já em exercício. No caso deste projeto, a seleção dos estudantes seguirá dois perfis de público-alvo:

- Docentes das Redes de Ensino para Segunda Licenciatura - Participação mediante edital específico, observando as normas internas da UFPI.

- Análise documental e comprovação de atuação/perfil conforme especificações do edital.
- Comunidade em Geral - estudantes que concluíram o Ensino Médio - Participação mediante edital específico, observando as normas internas da UFPI.
- Seleção pela nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme prevê a Portaria MEC nº 391/2002.
- Serão consideradas as notas dos três anos que antecedem o processo seletivo (2023, 2024 e 2025).
- O candidato poderá indicar, no momento da inscrição, o ano de sua nota do ENEM que deseja que seja utilizado no processo seletivo.

O primeiro perfil corresponde a docentes das redes de ensino que buscam uma segunda habilitação, com ingresso mediante edital específico, incluindo análise documental e comprovação de atuação profissional conforme as exigências estabelecidas. O segundo perfil destina-se à comunidade em geral, formada por candidatos que tenham concluído o Ensino Médio. Para este grupo, a seleção será realizada via edital próprio, utilizando-se das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme previsto na Portaria MEC nº 391/2002. Serão aceitas as notas obtidas nos três anos que antecedem o processo seletivo (2023, 2024 e 2025), ficando a critério do candidato a escolha do ano a ser considerado.

A permanência dos estudantes é tratada como compromisso estruturante da proposta formativa, em consonância com as diretrizes da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que orientam para a criação de condições que assegurem a integralidade da formação e a equidade de oportunidades. Nesse sentido, a UFPI desenvolve políticas articuladas de apoio acadêmico, pedagógico, psicológico e socioeconômico, oferecendo auxílios financeiros, bolsas de iniciação científica, monitoria, extensão e apoio à participação em eventos acadêmicos, de forma a reduzir desigualdades e prevenir a evasão.

Também são implementadas estratégias de acompanhamento pedagógico contínuo, como atendimento individualizado, atividades de nivelamento e reforço acadêmico, além da integração com o Laboratório de Escrita e Leitura Acadêmica, voltado ao desenvolvimento de competências essenciais à prática docente, como leitura, interpretação e produção

textual. Essas ações dialogam diretamente com a orientação da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que estabelece a articulação entre teoria e prática e a valorização de experiências formativas diversificadas.

Adicionalmente, a política institucional assegura a inclusão e a acessibilidade, em conformidade com a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019, garantindo recursos, adaptações e formações específicas para atender estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Essa abordagem reafirma o compromisso com a formação de professores capazes de atuar em contextos heterogêneos e de promover uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Assim, as políticas de ingresso e permanência do curso não apenas asseguram o acesso democrático e inclusivo, mas também criam condições concretas para a permanência e o sucesso acadêmico, em estreita consonância com os princípios da Resolução CNE/CP nº 4/2024. Com isso, contribuem para a formação de profissionais reflexivos, críticos e comprometidos com o desenvolvimento integral dos estudantes da educação básica.

10 ESPECIFICIDADE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

10.1 Articulação com a Pós-Graduação

A articulação entre a formação inicial e a pós-graduação constitui um eixo estratégico da proposta deste curso, reforçando o compromisso da Universidade Federal do Piauí (UFPI) com a verticalização da educação superior e a construção de uma trajetória acadêmica integrada, com a consolidação de uma cultura acadêmica que favoreça a continuidade dos estudos e a produção de conhecimento.

Essa conexão visa estimular a continuidade dos estudos em níveis mais avançados, promovendo uma cultura de pesquisa e inovação desde a graduação. Por meio de projetos conjuntos, orientações compartilhadas e acesso a grupos de pesquisa, os discentes são incentivados a explorar temas de interesse científico ainda durante a licenciatura, facilitando sua transição para programas de mestrado e doutorado. Essa perspectiva não apenas qualifica a formação inicial, mas também fortalece a produção de conhecimento na área, alinhando-se às demandas sociais e educacionais do Piauí e do Brasil.

Dessa forma, a UFPI consolida seu papel como instituição promotora de uma educação superior articulada, capaz de formar professores-pesquisadores comprometidos com o avanço das Artes e Mediação Cultural em suas dimensões teóricas e práticas.

Em consonância com a Resolução CEPEX/UFPI nº 189/2007, que regulamenta a oferta dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na instituição, esta articulação busca integrar a graduação aos programas de mestrado e doutorado já existentes, ampliando as possibilidades de inserção dos egressos em percursos formativos avançados.

Essa integração se concretiza por meio da participação dos discentes em grupos e linhas de pesquisa vinculados a programas como: o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), o Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB), o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt), entre outros. Tais programas oferecem linhas de pesquisa diretamente relacionadas às áreas de atuação do curso, como formação de professores, práticas pedagógicas inovadoras, educação e diversidade, políticas educacionais, linguagens e tecnologias, favorecendo a inserção dos licenciandos em contextos acadêmicos de alta qualificação.

A aproximação é fortalecida por ações conjuntas, como a realização de seminários integrados, ciclos de debates, oficinas metodológicas e participação em projetos de pesquisa e extensão financiados por agências de fomento. Essas experiências promovem o contato com metodologias de investigação avançadas, estimulam a produção científica e ampliam as oportunidades de publicação e apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos de alcance nacional e internacional.

A interação entre docentes da graduação e da pós-graduação garante o alinhamento temático e metodológico entre disciplinas, estágios, práticas de ensino e projetos de pesquisa. Esse diálogo contribui para que os estudantes compreendam as demandas e requisitos da pós-graduação, tornando mais fluída sua transição para programas de mestrado e doutorado.

Assim, a articulação com a pós-graduação amplia as perspectivas acadêmicas e profissionais dos licenciandos, fortalece a produção científica voltada às demandas da educação básica e contribui para a consolidação de uma rede acadêmica integrada, comprometida com a qualidade social da educação e com a inovação pedagógica.

11 INFRAESTRUTURA

11.1.1 Recursos humanos

Os aspectos inerentes aos recursos humanos são necessários para a infraestrutura do curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural, especialmente no contexto de programas como o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei).

11.1.2 Docentes

Os docentes envolvidos nas ações educativas do curso deverão ter formação compatível com os conteúdos a serem ministrados e com a prática pedagógica necessária para a formação do futuro professor. Considerando-se as peculiaridades regionais, os docentes deverão ser capazes de fornecer subsídios pedagógicos para associar os conteúdos programáticos à necessidade e realidade do campo.

Nesse caso, como se trata de um curso ofertando no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei), os professores que ministrarão as disciplinas de cada período serão selecionados por meio de edital específico no âmbito do PRILEI, cujos critérios incidirão sobre a formação (titulação), qualificação e experiência acadêmica e profissional dos candidatos, priorizando os servidores efetivos da instituição proponente com atuação na graduação e pós-graduação, em projetos de pesquisa e extensão. Não sendo preenchidas as demandas do período abrem-se vagas para candidatos externos, seguindo os mesmos critérios de seleção.

11.1.3 Servidores Técnicos Administrativos

Os cursos de Licenciatura pautados pela prática de em regime de alternância apresentam várias particularidades que exigem da instituição um regime de funcionamento

diferenciado, se comparado aos cursos regulares ofertados normalmente. Portanto, considerando as especificidades do curso, serão necessários pelo menos dois técnicos para auxiliar a administração do curso, que será providenciado pela UFPI.

11.2 Recursos Materiais e Auxílio Financeiro para as saídas para a prática

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) assegura suporte logístico e financeiro para viabilizar as experiências práticas e intercâmbios de experiências, bem como, nas atividades do estágio supervisionado, da residência docente e atividades práticas externas previstas no curso, garantindo condições equitativas de aprendizagem e a formação integral dos estudantes.

No âmbito institucional, a universidade disponibiliza transporte próprio e estabelece parcerias com órgãos públicos e instituições parceiras para facilitar deslocamentos e apoio local.

Quanto aos recursos materiais, serão disponibilizados equipamentos e insumos necessários para a execução das atividades, tais como kits pedagógicos, material de registro (cadernos de campo, tablets, câmeras fotográficas), recursos audiovisuais e instrumentos específicos para as áreas de conhecimento abordadas nas práticas. Esses recursos visam possibilitar ao estudante a coleta, sistematização e análise de dados de forma qualificada e alinhada às exigências do projeto pedagógico do curso.

O planejamento dessas saídas contempla a utilização de transporte institucional, fornecido conforme a disponibilidade da frota e a programação de atividades acadêmicas, priorizando a segurança e o deslocamento coletivo. Além disso, quando necessário, serão firmadas parcerias com órgãos públicos e instituições parceiras para assegurar deslocamento e suporte local, ampliando a integração do curso com as redes de ensino e outras organizações vinculadas à formação docente.

No que se refere ao auxílio financeiro, a UFPI, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) e da Pró-Reitoria de Administração (PRAD), poderá disponibilizar apoio via editais específicos de auxílio para participação em atividades acadêmicas e de campo. Tais auxílios contemplam, entre outros aspectos, despesas com alimentação, hospedagem e material de consumo, garantindo equidade de participação entre os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica.

Os critérios de concessão do auxílio financeiro serão definidos em editais anuais ou semestrais, observando a disponibilidade orçamentária e priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme comprovação por meio de análise documental. Essa política busca minimizar barreiras econômicas que possam limitar a participação nas atividades de campo, assegurando que todos os discentes tenham acesso às experiências práticas essenciais para a consolidação da formação docente.

Além do apoio institucional, serão estimuladas parcerias com secretarias municipais e estaduais de educação, escolas-campo e demais entidades públicas e privadas, que poderão colaborar com recursos materiais, espaços físicos e apoio logístico para a realização das práticas. Essa articulação reforça a integração entre universidade e comunidade escolar, ampliando as possibilidades de vivência e aprendizagem dos licenciandos.

As saídas de campo e práticas externas serão planejadas com antecedência, garantindo que os recursos necessários estejam disponíveis no momento da execução. O acompanhamento e a avaliação dessas atividades serão incorporados aos relatórios acadêmicos do curso, permitindo a verificação da adequação e suficiência dos recursos e subsidiando melhorias para as próximas edições.

Dessa forma, a universidade reforça seu compromisso com uma formação docente de qualidade, assegurando que as práticas externas, indispensáveis à integração teoria e prática, sejam garantidas aos estudantes com equidade, inclusão e excelência acadêmica.

11.3 Espaço físico: sala de aula, laboratórios e salas especiais

Para sua plena execução, o curso demandará salas de aula e laboratórios de ensino para atividades pedagógicas. Por se tratar de um curso em regime de alternância, acreditamos que a implantação do curso resultará na otimização dos espaços físicos do *Campus* Ministro Petrônio Portella, uma vez que as atividades do tempo-universidade ocorrerão nos finais de semana durante período letivo de todos os anos, período em que, normalmente, não são dias letivos para os alunos de cursos de oferta regular.

O *Campus* possui 5 centros de ensino, cada uma com mais de 30 salas de aula climatizadas com capacidade para cinquenta discentes, uma biblioteca central climatizada e informatizada, laboratórios de Informática nos distintos centros com, no mínimo, 30 microcomputadores para atender aos estudantes e outros laboratórios para as mais

diferentes áreas. Existem quatro auditórios com capacidades de 240, 120 e 130 e 100 lugares, respectivamente. Estes espaços podem acolher ações conjuntas podem ser realizadas simultaneamente. Ressaltamos que o *Campus* possui também um Restaurante Universitário, com funcionamento para o horário de almoço e jantar, servindo refeições balanceadas, e que os alunos do PRILEI terão auxílio alimentação.

Todas as dependências do *Campus*, inclusive a Biblioteca, Laboratórios de Informática e o Restaurante Universitário, terão funcionamento normal durante os períodos de tempo-universidade, viabilizando o acesso à alimentação e ao estudo extraclasse, que contribuirão positivamente para o processo de ensino-aprendizagem a ser desenvolvido.

11.4 Biblioteca e acervo bibliográfico

O acervo bibliográfico é vasto e a biblioteca central e conta com muitos livros físicos e nas áreas do curso, além de oferecer também de livros digitais, por meio da plataforma “Minha biblioteca”.

11.5 Condições de acessibilidade

As condições de acessibilidade na Universidade Federal do Piauí (UFPI) são sustentadas por uma política institucional sólida, articulada por meio do Núcleo de Acessibilidade (NAU), órgão ligado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC). Criado em 2014 e em atividade plena desde 2016, o NAU cumpre papel estratégico na implementação de uma cultura inclusiva, respondendo a normas como o Plano de Acessibilidade institucional e regulamentos internos específicos.

No campo físico e arquitetônico, a universidade vem promovendo obras para eliminar barreiras. Os campi incluem rampas de acesso, sanitários adaptados e trajetos sinalizados para pessoas com deficiência visual, buscando garantir mobilidade e autonomia no ambiente universitário.

Em apoio direto ao estudante público-alvo da educação especial, o NAU coordena o Laboratório de Acessibilidade e Inclusão (LACI), instalado na Biblioteca Central. Ali, estão disponíveis tecnologias assistivas como leitores de tela (NVDA, DOSVOX), teclados

adaptados, impressoras e acervo em braille, proporcionando condições reais de aprendizagem e permanência acadêmica na UFPI.

Para além dos recursos físicos, o NAU atua por meio de programas de apoio pedagógico e tecnológico. Editais como a Bolsa de Inclusão Social (BINCS) e o Auxílio Inclusão Digital oferecem suporte financeiro e disponibilizam kits com lupas, gravadores de voz e outros instrumentos que favorecem a inclusão do estudante no processo formativo.

Outro avanço institucional significativo é a Cartilha “Se Liga na Inclusão”, elaborada pelo NAU e PRAEC para orientar coordenadores, docentes e técnicos na implementação de práticas inclusivas. O documento fornece recomendações sobre produção de material acessível, audiodescrição, descrição de imagens e estratégias pedagógicas colaborativas, ampliando o entendimento institucional sobre acessibilidade.

Acrescenta-se ainda o caráter formativo e de sensibilização, com cursos como o “Promoção de Acessibilidade e Inclusão” destinados ao corpo docente e administrativo, bem como encontros e eventos como o “Dia D da Pessoa com Deficiência” e o “Encontro com Estudantes público-alvo da educação especial (PAEE)”, promovendo troca de experiências e fortalecimento institucional nessa área.

As normativas internas reforçam esse arcabouço: a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019 regulamenta o atendimento educacional especializado a estudantes com deficiência na graduação; a Resolução CAD/UFPI nº 62/2022 aprova o estatuto do NAU; e há protocolos para a prestação de apoio através da documentação adequada e modalidades de tecnologia assistiva.

Em síntese, a UFPI constrói uma estrutura inclusiva robusta que passa pela infraestrutura adaptada, pelo apoio técnico e pedagógico, pela formação de servidores, pelo suporte financeiro e por orientações claras e acessíveis. Esse conjunto de ações assegura que ingressantes e concluintes possam exercer sua trajetória acadêmica com autonomia, respeito e igualdade real de oportunidades.

12 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

A implantação dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI, será realizada

em etapas articuladas, garantindo aderência às diretrizes do Edital nº 3/2025 e observando os prazos, procedimentos e metas institucionais.

O processo será conduzido em consonância com o Quadro de Acompanhamento – Implantação PRILEI, que detalha as fases, períodos, ações e responsáveis.

A primeira etapa, de julho a agosto de 2025, corresponde à organização e submissão da proposta, envolvendo a constituição do Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente, a definição dos cursos e da justificativa baseada em diagnósticos territoriais e dados do Censo Escolar/INEP, a elaboração do PPC inicial alinhado à BNCC, às Diretrizes Curriculares Nacionais e à Política de Educação Integral, bem como o registro e submissão da proposta no SIMEC.

A segunda etapa, prevista para setembro a dezembro de 2025, refere-se aos ajustes pós-seleção e planejamento pedagógico. Nela será firmado o Termo de Execução Descentralizada (TED) com o MEC, concluída a elaboração final dos PPCs com incorporação de metodologias ativas, interdisciplinaridade e inserção de estágios desde o início do curso. Essa fase também incluirá a articulação formal com as redes municipais e estadual para definição dos polos de estágio e da Residência Docente, a ser implementada no último ano.

A terceira etapa, de outubro de 2025 a fevereiro de 2026, destina-se à preparação da infraestrutura e recursos humanos. Será realizada a adequação de salas de aula e laboratórios, aquisição de equipamentos e materiais pedagógicos, garantia de acessibilidade física, pedagógica e digital, publicação de editais para seleção de professores (com prioridade para docentes efetivos da UFPI) e capacitação das equipes envolvidas.

A quarta etapa, que ocorrerá entre janeiro e fevereiro de 2026, corresponde à mobilização e seleção de estudantes, com ampla campanha de divulgação, visitas às escolas, divulgação em redes sociais e meios de comunicação, inscrição e seleção de candidatos via SISU/ENEM ou edital específico, observando a legislação de cotas e garantindo a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

A quinta etapa marca o início das atividades acadêmicas em março de 2026, com a realização de aula inaugural, início das disciplinas e implementação das metodologias ativas e dos estágios supervisionados desde o primeiro semestre.

A sexta etapa, de março de 2026 a fevereiro de 2030, envolve o monitoramento e avaliação contínua, com acompanhamento semestral de indicadores como taxa de matrícula, evasão, conclusão, desempenho acadêmico, inserção profissional e impacto comunitário. Relatórios técnicos serão produzidos anualmente e apresentados ao MEC, bem como em eventos como o Congresso Nacional da Rede PRILEI.

Por fim, a sétima etapa, no ano de 2030, compreende o encerramento e avaliação final, com sistematização dos resultados alcançados, análise do impacto territorial e social, elaboração do relatório final e registro das boas práticas para subsidiar novas políticas de formação docente.

Este cronograma, descrito no Quadro de Acompanhamento, assegura a execução planejada das atividades, permitindo controle rigoroso das responsabilidades institucionais e garantindo que os objetivos do PRILEI sejam plenamente atingidos, com formação de professores qualificados, fortalecimento da educação integral e impacto positivo no desenvolvimento educacional do Piauí.

Quadro de Acompanhamento – Implantação PRILEI

Etapa	Período	Ações	Responsáveis
Organização e Submissão da Proposta	Jul/2025 – Ago/2025	Constituir comitê, definir cursos, elaborar justificativas e PPC inicial, alinhar com BNCC, DCNs e Educação Integral, inserir proposta no SIMEC.	PREG, CGRAD, CDAC, Direções de Centro/Campus, PROPLAN, STI
Ajustes Pós-Seleção e Planejamento Pedagógico	Set/2025 – Dez/2025	Assinar TED com MEC, finalizar PPCs, alinhar conteúdos e metodologias ativas, articular com redes públicas e definir polos de estágio e residência.	PREG, Coordenação PRILEI, Colegiados de Curso, CEPEX
Preparação de Infraestrutura e Recursos Humanos	Out/2025 – Fev/2026	Adequar salas e laboratórios, adquirir equipamentos e materiais, garantir acessibilidade, publicar editais para seleção de professores e capacitar equipes.	Direções de Centro/Campus, PREG, PROAD, STI
Mobilização e Seleção de Estudantes	Jan/2026 – Fev/2026	Executar campanha de divulgação, realizar inscrições via SISU/ENEM ou edital, aplicar política de cotas e garantir inclusão.	PREG, CSPE, Assessorias de Comunicação
Início das Atividades Acadêmicas	Mar/2026	Realizar aula inaugural, iniciar disciplinas e projetos, implementar metodologias ativas e estágios supervisionados.	Coordenações de Curso, Colegiados, PREG
Monitoramento e Avaliação	Mar/2026 – Fev/2030	Monitorar matrícula, evasão, conclusão, desempenho, inserção profissional e	Coordenação Institucional PRILEI,

Etapa	Período	Ações	Responsáveis
		impacto comunitário; produzir relatórios técnicos anuais.	Coordenações de Curso, PREG, CEPEX
Encerramento e Avaliação Final	Ano de 2030	Sistematizar resultados, avaliar impacto territorial, produzir relatório final e apresentar boas práticas ao MEC.	PREG, Coordenação PRILEI, MEC

13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DO CURSO

A avaliação do projeto também acontecerá de forma contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta, uma vez que ele servirá de tomada de decisão para continuidade das ações eficientes e mudanças de outras, cujo resultado tenha sido considerado negativo. Assim, ao término de cada disciplina será feita a avaliação do Curso pelo aluno, através de um formulário e também pelo professor. Os coordenadores do Curso serão responsáveis por tratar os dados colhidos destes formulários, complementá-los com conversas estabelecidas com os professores do curso e alunos, julgá-los e tomar a atitude devida. A ideia é tomar os indicadores desta avaliação para melhorar, sempre, a qualidade do ensino.

É relevante destacar que as ações ou atividades desenvolvidas serão continuamente retomadas a partir de núcleos temáticos de estudo, organizados em Bom Jesus, juntos às comunidades parceiras. Nesta perspectiva, a avaliação do Curso exige a avaliação do processo de formação: natureza e objetivos do curso e a avaliação da ação docente do profissional (professor/aluno) envolvido no curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural.

14 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO MONITORAMENTO DE PERMANÊNCIA

O acompanhamento sistemático da permanência estudantil no âmbito dos cursos do PRILEI/UFPI será desenvolvido como estratégia institucional de promoção da equidade, inclusão e qualidade da formação inicial, em conformidade com as diretrizes do Edital nº 3/2025 e com as metas estabelecidas no projeto institucional.

O monitoramento da permanência estudantil na Universidade Federal do Piauí (UFPI) será realizado de forma sistemática, integrando ações pedagógicas, administrativas e de assistência, em conformidade com as normativas institucionais e as diretrizes do

Ministério da Educação. O processo utilizará indicadores quantitativos (como desempenho acadêmico, frequência e tempo de integralização curricular) e qualitativos (como perfil socioeconômico e acompanhamento individualizado), permitindo a identificação precoce de riscos de evasão e a implementação de estratégias direcionadas.

A análise dos dados será feita por meio de sistemas institucionais, como o SIGAA, que possibilita o acompanhamento da trajetória dos estudantes, cruzando informações acadêmicas e socioeconômicas para embasar políticas de apoio. Além disso, reuniões periódicas do colegiado servirão para avaliar casos específicos e propor intervenções. Para maior eficácia, sugere-se a inclusão de mecanismos de escuta ativa dos discentes, a definição de metas mensuráveis (como redução de evasão) e a divulgação transparente dos resultados, reforçando o compromisso com a permanência e o sucesso acadêmico.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), em articulação com o Núcleo de Acessibilidade (NAU), o Laboratório de Escrita e Leitura Acadêmica e as coordenações de curso, terá papel estratégico nesse monitoramento, garantindo que estudantes público-alvo da educação especial ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham acesso às políticas de permanência já implementadas, como auxílios financeiros, bolsas, apoio pedagógico especializado e tecnologias assistivas. A PRAEC disponibiliza ainda suporte psicológico e orientação pedagógica, conforme as necessidades dos estudantes.

Os resultados parciais e finais de cada semestre letivo serão apresentados em relatórios de acompanhamento, discutidos em reuniões de colegiado e encaminhados à direção de centro e à Pró-Reitoria de Graduação (PREG), de modo a subsidiar ajustes no planejamento pedagógico e nas ações de apoio. A adoção de metas semestrais de redução da evasão e de elevação da taxa de integralização servirá como parâmetro para medir a efetividade das estratégias adotadas.

Além dos indicadores internos, a permanência será avaliada considerando dados do Censo da Educação Superior e do Sistema e-MEC, possibilitando o alinhamento do desempenho do curso aos parâmetros nacionais de qualidade. Essa análise externa permitirá também identificar tendências e desafios comuns a cursos de perfil semelhante, servindo de referência para o aprimoramento contínuo da gestão acadêmica.

A participação discente será incentivada por meio de espaços de escuta ativa, como questionários de satisfação, assembleias acadêmicas e reuniões abertas, criando um canal

permanente para que estudantes possam apontar dificuldades e propor melhorias. Essas contribuições serão incorporadas às estratégias de permanência, fortalecendo o caráter participativo do processo.

A avaliação da permanência será ainda vinculada às ações de acessibilidade, inclusão e equidade, assegurando que as metas de atendimento às ações afirmativas (Lei nº 12.711/2012) e às políticas internas de inclusão sejam acompanhadas de forma integrada. Isso inclui a verificação do cumprimento das condições de acessibilidade física, pedagógica e comunicacional, conforme regulamentações como a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019.

As ações serão implementadas a partir do Bloco 1, gerenciadas pela coordenação do curso e pela coordenação pedagógica, garantindo acompanhamento individualizado e contínuo até a conclusão da graduação. Esse modelo visa promover um vínculo pedagógico e uma maior proximidade entre os estudantes, fortalecendo a prevenção da evasão e oferecendo suporte integral à trajetória acadêmica. Além disso, a coordenação do curso realizará avaliações periódicas e monitoramento da permanência dos alunos, assegurando que as necessidades de cada grupo sejam atendidas e que estratégias de apoio sejam adaptadas conforme necessário.

O acompanhamento terá como objetivos principais:

- Mapear necessidades e desafios: identificar, de forma contínua, dificuldades acadêmicas, socioeconômicas, emocionais e de acessibilidade que possam impactar o desempenho e a permanência dos estudantes, considerando o contexto territorial e social de cada campus.
- Fortalecer a comunicação institucional: criar e manter redes de comunicação eficientes entre discentes, coordenação de curso e a instituição, utilizando ferramentas digitais, encontros presenciais e canais oficiais para agilizar a circulação de informações.
- Garantir acesso a oportunidades e políticas de apoio: orientar e divulgar informações sobre bolsas de pesquisa, permanência, desenvolvimento acadêmico, residência docente e outras iniciativas previstas na política de assistência estudantil da UFPI, assegurando que todos os estudantes elegíveis tenham acesso a esses benefícios.

- Integrar diagnósticos e ações entre campi: consolidar, a cada semestre, o mapeamento das dificuldades e demandas identificadas, socializando-as entre todos os campi envolvidos no PRILEI, de forma a subsidiar a Coordenação Institucional e os Colegiados de Curso na definição de estratégias conjuntas.
- Acompanhar e apoiar o processo de ensino-aprendizagem: atuar de maneira articulada com os docentes responsáveis pelas disciplinas, buscando soluções pedagógicas que favoreçam a aprendizagem, a participação ativa e o desenvolvimento das competências previstas no PPC.
- Promover a inclusão e o atendimento especializado: planejar e executar ações de apoio a estudantes com necessidades educacionais especiais, garantindo acessibilidade física, pedagógica e tecnológica, conforme normativas institucionais e legais.
- Monitorar o desempenho acadêmico: coletar e analisar, de forma sistemática, indicadores de rendimento, frequência, participação em atividades de estágio e residência docente, e conclusão de componentes curriculares, alimentando relatórios de gestão e tomada de decisão.
- Desenvolver estratégias para o sucesso acadêmico: propor ações preventivas e interventivas para reduzir a evasão e aumentar a taxa de conclusão, em alinhamento com a meta institucional de garantir taxa mínima de conclusão de 95% dos ingressantes.

Essa metodologia de acompanhamento, fundamentada na gestão compartilhada e na integração entre teoria e prática, articula-se diretamente às metas do PRILEI e ao compromisso institucional da UFPI com a formação de professores qualificados para a Educação Básica, em regime de tempo integral, com foco na inclusão e na redução das desigualdades educacionais.

Em síntese, o monitoramento da permanência estudantil será um processo contínuo, integrado e baseado em evidências, cujo foco é garantir que todos os estudantes ingressem, permaneçam e concluam o curso em condições de equidade e qualidade, fortalecendo o compromisso institucional da UFPI com a formação docente e com a democratização do acesso e da permanência na educação superior.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula: prática e princípios teóricos**. São Paulo : Cortez, 1990.

ALMEIDA, Maria Isabel de. (Orgs.). **Pedagogia Universitária: caminho para a formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2011

ANDRÉ, Marli. Formar o professor pesquisador para um novo desenvolvimento profissional. In: ANDRÉ, Marli (Org.). **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas: Papirus, 2016. p. 17-34. (Série Prática Pedagógica).

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Plátano, 2003.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. 2. ed. Bauru: Cá entre nós, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação . **Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025** Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2021**: Resumo Técnico. Brasília, 2021.

BRASIL. Presidência da república, **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 22.mar.2022

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A **prática como componente curricular na formação de professores**. Educação, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 203-218, maio/ago. 2011.

FERREIRA, F. S.; REBELO, A. S.; KASSAR, M. C. M. **Professores, tecnologias digitais e inclusão escolar**: desafios da política de educação especial em um município brasileiro. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 16, n. esp.2, p. 1307-1324, maio, 2021

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**, Nº. 9394/96.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**. MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>
BRASIL.MEC. **Parecer CNE/CEB/ 1º/2/2006**. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância. Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República LEI nº 14.640, de 31 de julho de 2023. **Institui o Programa Escola em Tempo Integral**; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

CORDEIRO, G.N.K.; REIS, N.da S.; HAGE, S. M. **Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo**. In: **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GATTI, **Bernardete Angelina et al. Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019
GIMONET, J.C **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Editora Vozes; Paris: AIMFR, 2007.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional?** Revista Brasileira de Educação, v. 28, e280081, 2023.

MANZINI, E. J. **Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados**. In: Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, 2005.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C.A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: EdUFSCar. 2014. MENDES, Enicéia Gonçalves; SANTOS, Vivian; SEBIN, Bruna Raffaini. **Política de educação especial no Brasil: análise da produção de textos de 2004 a 2019**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

MICHELS, Maria. Helena.(Org.). **A formação de professores de Educação Especial no Brasil: propostas em questão**. Florianópolis: UFSC, CED/NUP, 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, C. R. **Avaliação educacional**: um olhar reflexivo sobre sua prática. São Paulo: Avercamp, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UFPI. **Regimento Interno Institucional**. Teresina, 2008.

UFPI.. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Teresina, 2024 (PDI 2024-2024_.

ROSSATO, Maristela. **O estágio supervisionado como espaço de produção de significados sobre a profissão docente**. Boletim de Conjuntura (BOCA) ano V, vol. 15n. 44, Boa Vista, 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Alternativas pedagógicas para a formação do professor da educação superior. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Maria Quevedo Quixadá (Org.). **Docentes para a educação superior: processos formativos**. Campinas: Papirus, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993.

ANEXOS

ANEXO I

REGULAMENTO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural da UFPI, na modalidade presencial é regido em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394/1996, de 20/12/1996, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura voltados à formação de professores da Educação Básica, Resoluções CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, Resolução CEPEX/UFPI nº 220 de 28 de setembro de 2016, na Resolução 177/12 CEPEX/UFPI de 05/11/2012 e na Lei nº 11.788 de 25.09.2008.

PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural da UFPI observará os seguintes princípios:

- I - solidez teórico-científica das disciplinas que ensejam atividades práticas para a consolidação dos conhecimentos por elas abordados;
- II - desenho lógico e sequencial das atividades propostas, que possibilitem registro sistemático e, consequente formação de portfólio;
- III - foco na prática: a partir do que é delineado pelas respectivas teorias de cada disciplina, a vivência do estágio deverá mobilizar o conhecimento adquirido por meio de atividades estruturadas que permitam ao(à) estagiário(a) exercer a docência de maneira supervisionada. Dessa forma, o(a) estagiário(a) irá construir um repertório inicial de práticas docentes que lhe confirmem confiança para o exercício profissional autônomo do magistério, com foco no aprendizado dos alunos;
- IV - pluralidade pedagógica: o estágio deve oferecer oportunidade a pluralidade pedagógica tanto por meio da participação em ambientes de aprendizagem diversificados, quanto sob a supervisão de profissionais com perfis variados, que lhe proporcionem flexibilidade, segurança, resiliência e flexibilidade na atuação profissional;

V - processo ativo de aprendizagem: o processo de aprendizagem da docência durante o estágio requer a combinação de solidez teórico-científica das disciplinas e interação de seus conteúdos com as atividades práticas aliadas ao engajamento dos(as) estagiários(as) na vivência, desde o planejamento, durante a execução e no processo contínuo de avaliação das atividades pedagógicas; e

VI - prática reflexiva: o processo de aprendizagem da docência durante o estágio requer o desenvolvimento da capacidade de avaliação do(a) estagiário(a) sobre os objetivos, os componentes, o contexto, a execução e o resultado de cada atividade. Também requer uma autoavaliação contínua, refletindo tanto sobre as consequências da sua atuação, quanto das implicações dessas reflexões sobre sua futura atuação profissional.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Licenciatura em Artes e Mediação Cultural da UFPI observará os seguintes objetivos:

I - formar docentes com mais flexibilidade, segurança, resiliência e flexibilidade para sua atuação profissional, desde o início de sua carreira;

II - valorizar os docentes e fortalecer os vínculos com a carreira docente;

III - engajar docentes com mais experiência na formação de novas gerações de docentes;

IV - integrar a formação e a pesquisa acadêmica com a prática educativa do ambiente escolar;

V - integrar professores(as) supervisores(as), estagiários(as) e demais profissionais da IEB, para formar uma comunidade dinâmica e competente para seu autodesenvolvimento e para o aprendizado dos(as) estudantes da IEB;

VI - garantir parâmetros mínimos de formação docente necessários para o planejamento, a execução e a avaliação de práticas pedagógicas, alinhadas com as demandas da educação contemporânea e com a efetiva aprendizagem dos(das) estudantes; e

VII - promover a indução profissional inicial mediante uma transição lógica e efetiva entre o aprendizado teórico-científico e a materialização de conhecimentos, práticas, valores e atitudes necessários ao exercício competente da docência.

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Licenciatura em Artes e Mediação Cultural da UFPI visa oferecer ao estudante a oportunidade de:

I - atividades que abranjam o “conhecimento curricular”, ou seja, o conhecimento sobre os programas e os materiais disponíveis para o ensino, bem como sobre a sequência lógica de conteúdos em um currículo;

II - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico geral”, ou seja, estratégias gerais de ensino e aprendizagem, independentemente da área de conteúdo, tais como gestão de sala de aula, teorias de aprendizagem e práticas educacionais;

III - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico do conteúdo - CPC”, ou seja, a capacidade de transformar o conteúdo em formas que sejam compreensíveis e acessíveis aos(as) estudantes. Incluem o uso de analogias, exemplos e estratégias de ensino específicas para cada disciplina;

IV - atividades que envolvam o “conhecimento sobre os(as) alunos(as)”, ou seja, a compreensão sobre como os(as) estudantes aprendem, suas características cognitivas, sociais e emocionais, além das diferenças individuais entre eles(elas); e

V - atividades que envolvam o “conhecimento do contexto escolar”, ou seja, o conhecimento sobre o ambiente onde o ensino ocorre, incluindo as políticas educacionais, as legislações, as características da comunidade escolar e os fatores culturais e socioeconômicos.

CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG, em unidades que tenham condições de:

I - proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;

II - dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário;

III - existência de convênio entre a UFPI e as instituições co-formadoras.

Parágrafo único: O termo de compromisso de estágio (TCE) constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a UFPI e a parte concedente.

ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 6º. A gestão do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Licenciatura em Artes e Mediação Cultural envolve:

- . Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG;
- . Coordenação de Estágio Supervisionado;
- . Professor Orientador de Estágio;
- . Supervisor de campo;
- . Estudante Estagiário.

I - COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO (CGE)/PREG;

Art. 7º- A Coordenação Geral de Estágio (CGE) da PREG tem como funções básicas:

- . Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado na UFPI;
- . Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios;
- . Assessorar as coordenações de estágios nos cursos, na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio supervisionado, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- . Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- . Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

II - COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 8º- São atribuições da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural:

- . Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;

- . Informar à CGE/PREG os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;
- . Elaborar a cada semestre, junto com o Professor Orientador, as programações de Estágio Curricular Supervisionado que serão enviadas a CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;
- . Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- . Encaminhar, juntamente com o Professor Orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos) de estágio;
- . Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- . Realizar seminário de integração dos estágios, juntamente com os professores orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas;
- . Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso;
- . Realizar estudos, seminários, encontros de formação e/ou demais atividades que fortaleçam os princípios do Estágio Curricular Supervisionado, em articulação com os professores orientadores.

III - PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Art. 9º- O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado é, preferencialmente, efetivo do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- . Orientar e supervisionar o máximo 15 (quinze) estagiários simultaneamente, por turma;
- . Elaborar, junto ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado do curso, a programação semestral de estágios;
- . Elaborar Plano de Estágio para os discentes;
- . Orientar os alunos, na elaboração dos seus planos de estágio e nos relatórios de estágio;
- . Orientar a execução das atividades dos estagiários;
- . Avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;

- . Enviar ao coordenador de estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos alunos sob a sua responsabilidade;
- . Manter diálogo regular com os professores supervisores para integrar a formação acadêmica com a prática profissional.
- . Participar de momentos formativos e encontros de troca de experiências promovidos pela UFPI e instituições parceiras.

Art. 10º- O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado deve assegurar que o Plano de Estágio seja estruturado de forma a garantir que o(a) estagiário(a) tenha a oportunidade de vivenciar:

I - atividades que abranjam o “conhecimento curricular”, ou seja, o conhecimento sobre os programas e os materiais disponíveis para o ensino, bem como sobre a sequência lógica de conteúdos em um currículo;

II - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico geral”, ou seja, estratégias gerais de ensino e aprendizagem, independentemente da área de conteúdo, tais como gestão de sala de aula, teorias de aprendizagem e práticas educacionais;

III - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico do conteúdo - CPC”, ou seja, a capacidade de transformar o conteúdo em formas que sejam compreensíveis e acessíveis aos(às) estudantes. Incluem o uso de analogias, exemplos e estratégias de ensino específicas para cada disciplina;

IV - atividades que envolvam o “conhecimento sobre os(as) alunos(as)”, ou seja, a compreensão sobre como os(as) estudantes aprendem, suas características cognitivas, sociais e emocionais, além das diferenças individuais entre eles(elas); e

V - atividades que envolvam o “conhecimento do contexto escolar”, ou seja, o conhecimento sobre o ambiente onde o ensino ocorre, incluindo as políticas educacionais, as legislações, as características da comunidade escolar e os fatores culturais e socioeconômicos.

Art. 11º Para a realização das atividades descritas nos incisos do artigo anterior, o Plano de Estágio deve prever o uso pelo(a) estagiário(a) de diferentes instrumentos e meios de aprendizagem, tais como:

I - *Observação*: tem como objetivo desenvolver no(a) estagiário(a) um olhar crítico-reflexivo, por meio de protocolos pré-estruturados, que permita a compreensão do ambiente

educacional, das práticas pedagógicas e das interações no contexto escolar. Entre os objetos de observação, podem ser incluídos:

- a) Observação das formas de interação entre os(as) estudantes;
- b) Observação da organização do tempo e do espaço escolar/sala de aula;
- c) Observação das estratégias de gestão da sala de aula realizadas pelo(a) professor(a);
- d) Observação das estratégias de ensino realizadas pelo(a) professor(a);
- e) Observação das formas como o(a) professor(a) se comunica com os(as) estudantes;
- f) Observação da resolução de problemas e conflitos inesperados no ambiente de ensino, incluindo horários fora de sala de aula, tais como visitas de campo, recreio, uso de sala de leitura ou de recursos, entre outros.

II - *Entrevista*: deve oportunizar ao(à) estagiário(a) ouvir, de maneira estruturada e planejada, com perguntas relevantes e baseadas no arcabouço teórico-científico da disciplina a que se refere, os diferentes atores do processo educativo, com o objetivo de aprofundar seu entendimento dos elementos observáveis no contexto das instituições de ensino. Poderão ser realizadas, entre outras:

- a) Entrevista com estudantes para compreender suas perspectivas em relação ao processo de aprendizagem, a dinâmica com pares e docentes, a interação com o ambiente de ensino e o seu repertório cultural/social;
- b) Entrevista com professores(as) sobre seu planejamento, sua atuação didática, suas decisões de gestão de sala de aula e seu plano de ensino;
- c) Entrevista com professores(as) após a observação de práticas disciplinares específicas, com o objetivo de compreender decisões pedagógicas;
- d) Entrevista com gestores escolares para compreender como a organização da unidade escolar é pensada para favorecer as aprendizagens.

III - *Análise documental*: a análise de documentos e materiais deve ser descritiva e crítica, referenciada nas leituras e estudos orientados ao tema. Poderão ser realizadas, entre outras:

- a) Análise dos planos de ensino do(a) professor(a);
- b) Análise dos materiais didáticos utilizados em sala;
- c) Análise de documentos curriculares;
- d) Análise do projeto político-pedagógico da escola;
- e) Análise dos instrumentos de avaliação formais e informais.

f) Análise das produções dos alunos frente a uma comanda didática.

IV - *Planejamento do ensino e aprendizagem*: deve oportunizar ao(à) estagiário(a) refletir e/ou definir sobre os objetivos de aprendizagem a serem trabalhados (de acordo com o arcabouço teórico-científico da disciplina a que se vincula), os instrumentos e critérios avaliativos a serem utilizados, a forma como as aulas serão conduzidas, a seleção de materiais de ensino, entre outros aspectos relevantes na condução de atividades didáticas. Poderão ser realizados, entre outros: 6

- a) Planejamento de um momento de regência específico dentro de uma unidade de ensino do(a) professor(a);
- b) Planejamento de atividades avaliativas;
- c) Planejamento de aulas;
- d) Planejamento de gestão das aprendizagens.

V - *Regência*: deve possibilitar ao(à) estagiário(a) estar à frente da condução do processo de ensino e precisa ser precedida pelas atividades listadas acima. Deve ser exercida de forma compartilhada, na qual o(a) professor(a) e o(a) estagiário(a) conduzem conjuntamente atividades de ensino, possibilitando, de forma progressiva, a interação com a classe e um papel mais proeminente do(a) estagiário(a) na regência. Poderá ser realizada, entre outras:

- a) Regência de atividade específica;
- b) Regência de aula;
- c) Regência de unidade de ensino.

VI - *Avaliação das aprendizagens*: deve permitir ao(à) estagiário(a) refletir sobre as avaliações educacionais, incluindo a escolha de estratégias pedagógicas e a definição de instrumentos que possibilitem a entrega de devolutivas aos(as) estudantes.

Art. 12o Para que o estágio curricular supervisionado seja devidamente avaliado, o Plano de Estágio deve prever a entrega de relatórios, realizados pelo(a) estagiário(a), que registrem as percepções de maneira organizada, que relacionem as atividades desenvolvidas com a teoria estudada e que apresentem reflexões críticas, destacando os aspectos positivos, as dificuldades percebidas, o que poderia ser aprimorado ou replicado, dentre outras evidências das aprendizagens do(a) estagiário(a).

Parágrafo único: o conjunto dos relatórios produzidos pelo(a) estagiário(a), registrando a sua vivência prática ao longo de suas atividades do estágio curricular supervisionado, é chamado de “portfólio”.

Art. 13o Na elaboração do seu Plano de Estágio a IES deve levar em consideração os seguintes aspectos:

- I - as atividades de estágio ao serem definidas devem seguir uma progressão de complexidade, de acordo com a etapa letiva em que serão exercidas, e em consonância com o desenvolvimento pessoal e a maturidade profissional do(a) estagiário(a);
- II - as atividades de estágio devem ser estruturadas de acordo com os períodos letivos, definindo qual é o foco de cada período, como por exemplo, Educação Infantil, Alfabetização, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos etc. e apresentando os objetivos de aprendizagem a serem desenvolvidos pelos(as) estagiários(as) em cada um desses períodos; e
- III - a fim de não conflitar com a proposta pedagógica e curricular da rede de ensino ou IEB, as atividades de estágio serão definidas em comum acordo entre o(a) professor(a) orientador(a) e o(a) professor(a) supervisor(a).

IV - SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 14º O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades, tem como atribuições:

- . Acolher o estagiário na escola e na sala de aula, apresentando rotinas e horários;
- . Orientar e supervisionar os estagiários;
- . Avaliar, periodicamente, o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI
- . Promover ambientes de aprendizagem que coloquem o estagiário como protagonista, incentivando reflexões sobre a prática docente.
- . Oferecer oportunidades para que o estagiário pratique a docência, com suporte e orientação formativa.

- . Manter comunicação contínua com o professor orientador para garantir a integração entre teoria e prática.

V - ESTUDANTE ESTAGIÁRIO

Art. 15º São atribuições do estudante estagiário:

- . Cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado;
- . Respeitar as normas regimentais e disciplinares da Instituição na qual o estágio for realizado;
- . Planejar com o professor orientador e supervisor as atividades do estágio;
- . apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;
- . Comparecer aos encontros com o professor orientador;
- . Apresentar um relatório ao final de cada estágio de acordo com as normas institucionais, bem como, socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o estágio, registrando suas percepções, reflexões críticas, e o desenvolvimento de suas práticas docentes.
- . constituir um portfólio que documente a experiência de estágio, destacando aprendizados, dificuldades e propostas de melhorias no percurso formativo do estágio desde o início do curso.

PLANO DE ESTÁGIO DO DISCENTE

Art. 16º O plano de estágio é um documento elaborado pelo discente, com orientação do professor orientador, que deve contemplar as atividades a serem desenvolvidas durante o estágio supervisionado, alinhando-se às diretrizes do curso e às necessidades de formação do futuro docente.

Art. 17º O plano de estágio deve incluir:

I. Objetivos Gerais e Específicos: Definição clara dos objetivos do estágio, tanto gerais quanto específicos, em termos de desenvolvimento de competências docentes e integração teoria-prática.

II. Atividades Planejadas:

- Descrição das atividades de observação, entrevistas e análises documentais a serem realizadas.
- Planejamento de momentos de regência, incluindo a condução de aulas e atividades avaliativas.

III. Cronograma: Estabelecimento de um cronograma que distribua as atividades de estágio ao longo do semestre, garantindo tempo suficiente para preparação, execução e reflexão.

IV. Metodologia: Estratégias e métodos que serão utilizados para alcançar os objetivos do estágio, incluindo recursos didáticos e tecnológicos.

V. Critérios de Avaliação: Definição dos critérios que serão utilizados para avaliar o desempenho do discente durante o estágio, incluindo autoavaliação e feedback do professor supervisor.

VI. Reflexão e Autoavaliação: Espaços dedicados à reflexão crítica sobre as práticas realizadas e ao registro de aprendizados, desafios enfrentados, e estratégias de superação.

Art. 18º O plano de estágio deverá ser aprovado pelo professor orientador antes do início das atividades práticas e poderá ser ajustado conforme necessário, em resposta às experiências vivenciadas durante o estágio.

Parágrafo único: O plano de estágio faz parte do portfólio do discente e será utilizado como um dos instrumentos de avaliação de seu desenvolvimento ao longo do estágio supervisionado.

CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 19º O estágio curricular supervisionado deverá ocorrer nos períodos finais do curso, com carga horária mínima de 405h, em instituições conveniadas da educação básica das redes de ensino público e/ou privado da educação básica, filantrópicas e outros, em conformidade com as diretrizes para formação de professores.

Parágrafo único: A carga horária do estágio curricular supervisionado será distribuída em 8 (oito) estágios a ser realizado de forma presencial, distribuído ao longo do curso, e

abrançar as áreas de atuação do futuro professor, onde serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- . Observação destinada a propiciar ao aluno, o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno;
- . Participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula; Docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio;
- . Elaboração e execução de projetos de intervenção que visem à melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

AVALIAÇÃO

Art. 20º A Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Licenciatura em Artes e Mediação Cultural, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

Art. 21º A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

Art. 22º Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

- . A avaliação realizada pelo supervisor de campo do estágio, com base no formulário específico encaminhado ao professor orientador, obedecendo ao cronograma da Coordenação de Estágio de cada curso;

- . A avaliação do professor orientador com base no cumprimento do plano de trabalho e relatório final;
- . Além dos instrumentos supracitados poderão ser empregados outros, conforme previsto no PPC de cada curso.

§1º O PPC do curso deverá estabelecer critérios de aprovação para o Estágio Curricular Supervisionado, conforme Resolução CEPEX nº 177/2012.

§2º As atividades de estágio não podem ser realizadas através de atividades domiciliares.

Art. 23º Os estagiários que exercem atividade de docência regulares e comprovadas na educação básica poderão ter redução de carga horária em até 100 (cem) horas do estágio curricular supervisionado na forma da legislação federal em vigor e apresentar documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação, mediante requerimento de redução de carga horária.

§1º Compete à Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado, juntamente com o professor orientador, a análise do pedido e a emissão de parecer que deverá ser encaminhado à _____ e à Câmara de Ensino- CAMEN.

ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO DA INTEGRAÇÃO DO ENSINO NO CURSO DE LICENCIATURA EM LICENCIATURA EM ARTES E MEDIAÇÃO CULTURAL COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 24º Um dos aspectos mais relevantes da formação de professores é a estreita relação entre a escola da educação básica e a Instituição formadora. Assim, o curso de licenciatura em Licenciatura em Artes e Mediação Cultural deve estabelecer coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, enfatizando:

- a) A compreensão da diversidade de situações concretas em que a escola está inserida, implicando ações efetivas;

- b) A interação entre professores universitários (formadores) e da educação básica, afim de propiciar atualização curricular permanente da escola de educação básica e da instituição formadora;
- c) O conhecimento dos instrumentos normativos da Educação Básica;
- d) A promoção de experiências formativas inovadoras no cotidiano da educação escolar;
- e) A integração da formação pedagógica e dos conteúdos da área de conhecimento;
- f) O estímulo aos processos formativos envolvendo as práticas de gestão e o processo de ensino aprendizagem, por meio de encontros, discussões, seminários com professores da Educação Básica e docentes e licenciandos da UFPI como forma de manter um diálogo aberto entre a Universidade e a Escola;
- g) A divulgação e o debate dos processos desenvolvidos e os resultados alcançados por meio de publicações, participação em eventos científicos e recursos eletrônicos;
- h) Participação dos professores orientadores de estágio em atividades no campo de estágio (ou seja, na escola de educação básica) envolvendo representações em conselhos, participação no planejamento de atividades educativas, etc.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO II

REGULAMENTO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-TCC

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso- TCC do Curso Licenciatura em Artes e Mediação Cultural é uma produção acadêmica que deve expressar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação.

Art. 2º. O TCC tem carga horária de 105 e será distribuída em 02 períodos, podendo ser realizado nas formas de monografia, memorial, artigo científico para publicação, relato de caso ou outra forma definida pelo colegiado do curso.

OBJETIVOS

Art. 3º O TCC possui como objetivos:

- . Articular os conteúdos curriculares do curso para ampliação do campo de conhecimento;
- . Promover o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante;
- . Ampliar a capacidade do estudante quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- . Consolidar a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico, na organização, na sistematização e no aprofundamento do tema abordado, respeitando o nível de graduação.

ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO

Art. 4º As atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- . Elaboração do projeto de TCC;
- . Desenvolvimento do projeto de TCC, culminando em uma das modalidades: monografia, memorial, artigo científico ou outras categorias a ser definida pelo colegiado de curso;
- . Apresentação pública do TCC.

§ único: Apresentação do TCC deve seguir as formalidades que regem um trabalho acadêmico científico no âmbito desta IES, as exceções devem ser apreciadas pelo colegiado do curso e restritas a comissão avaliadora.

ORGANIZAÇÃO

Art. 5º O curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural terá uma **coordenação** própria para os TCCs, com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do TCC.

Parágrafo único: A Coordenação dos TCCs será exercida por um professor do curso, indicado pela assembleia departamental, por um período de 2 (dois) anos nomeado pelo diretor do campus\centro.

ORIENTAÇÃO

Art. 6º A orientação do TCC é de responsabilidade dos docentes da UFPI.

Art. 7º É preservado o direito ao estudante e ao professor de solicitarem à Coordenação do TCC ou coordenação do curso mudança de orientação, mediante justificativa formalizada, devendo outro docente assumir formalmente a orientação, junto à coordenação.

COMPETÊNCIAS

Art. 8º Compete ao Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

- . Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
- . Elaborar um relatório ao final de cada período letivo contendo informações referentes as atividades desenvolvidas e levantamento de alunos com TCC concluído e/ou com pendências que deverá ser entregue na coordenação do curso;
- . Convocar, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCC;
- . Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisas;
- . Auxiliar os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação;
- . Coordenar agendas de apresentação dos TCCs, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos bem como para a comunidade em geral;
- . A Coordenação do TCC deverá disponibilizará para os alunos manual atualizado de apoio à elaboração dos TCC.

I.

Art. 9º Compete ao professor orientador:

- . Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;
- . Indicar as Comissões Examinadoras/Avaliadoras dos seus orientandos;
- . Participar, na condição de presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC;
- . Contactar com o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho.
- . Disponibilizar repositório na página do Curso para socialização das produções dos alunos

Art. 10º Compete ao orientando:

- . Escolher a linha de pesquisa, conforme disponibilidade do professor;
- . Elaborar e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação de um professor;

- . Cumprir as normas e prazos;
- . Entregar 1 (cópia) impressa para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com 15 dias de antecedência da apresentação;
- . Participar de reuniões e outras atividades relativas ao TCC, para as quais for convocado;
- . Cumprir o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo professor orientador;
- . Acatar outras atribuições referentes ao TCC.

AVALIAÇÃO

Art. 11 A avaliação do TCC compreende dois momentos:

- . Avaliação contínua do processo de realização do TCC pelo professor orientador;
- . Avaliação pela Banca Examinadora.

Art. 12 Após aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso pela banca examinadora/avaliadora o aluno encaminhará cópia digital do TCC ao orientador do TCC, que o encaminhará à coordenação do TCC.

Art. 13 O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser defendido no penúltimo período do curso. No último período deverá ser realizada a revisão final e a entrega da versão final.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14 Art. 15 Os TCC deverão ser encaminhados ao repositório institucional, a fim de dar visibilidade e acessibilidade as produções dos alunos da graduação.

Art. 15 As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO III

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES – ACC

As Atividades Curriculares Complementares do Curso de XXXXX no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI da Universidade Federal do Piauí CONSIDERANDO a Resolução N° 177/12-CEPEX e suas alterações, resolve:

Art. 1º. As Atividades Complementares de Graduação fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, constituindo um conjunto de estratégias didático pedagógicas vivenciadas durante o percurso acadêmico, previstas pela Instituição de Ensino Superior (IES), para a integralização curricular, considerando-se aqueles relevantes para que o/a estudante adquira, o saber e as habilidades necessárias à sua formação.

Parágrafo Único. As Atividades Complementares do Curso de XXXXX PRILEI se caracterizam como atividade acadêmica individual no âmbito da UFPI, se configuram como atividades acadêmicas específicas que o/a aluno/a desempenha por livre iniciativa, sem ou com a participação ou orientação de um professor da UFPI e que, no entendimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), contribuem para sua formação e devem ser registradas no histórico escolar.

Art. 2º. São consideradas Atividades Complementares do Curso de XXXXX PRILEI a participação dos/as discentes nas seguintes atividades:

- a) Ensino;
- b) Iniciação à pesquisa;
- c) Grupos de estudos;
- d) Grupo de pesquisa;
- e) Programa de Intercâmbio Interinstitucional;
- f) Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos;
- g) Organização de eventos técnico-científicos;

- h) Participação em minicursos;
- i) Participação em eventos técnico-científicos;
- j) Docência;
- k) Assessoria em comunidades rurais e cooperativas;
- l) Facilitação de curso, minicurso ou oficina;
- m) Extensão;
- n) Publicações em anais de eventos internacionais, nacionais, regionais e locais;
- o) Publicações em periódicos nacionais;
- p) Publicação de livros ou e-book (como organizador, autor ou coautor)
- q) Publicação de capítulo de livro;
- r) Representação estudantil;
- s) Representação de sindicatos e movimentos sociais;
- t) Atividades Artístico-culturais;
- u) Produções técnico-científicas;
- v) Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos;
- x) Participação em disciplina eletiva;
- y) Realização de estágios não obrigatório;
- z) Visitas técnicas.

Parágrafo único. O estágio curricular não obrigatório é aquele previsto no PPC, no âmbito das atividades complementares e, na UFPI está sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) e da Coordenadoria Geral de Estágio (CGE).

Art. 3º. As atividades Complementares do Curso de XXXXX PRILEI são agrupadas nas seguintes categorias:

- a) Iniciação à docência e à pesquisa;
- b) Atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais;
- c) Experiências profissionais e/ou complementares;
- d) Atividades de extensão;
- e) Trabalhos publicados;
- f) Vivências de gestão;

- g) Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas;
- h) Disciplina eletiva;
- i) Estágio não obrigatório;
- j) Visitas técnicas.

Parágrafo Único. Cada atividade está descrita no item 00 do presente PPC e possui uma carga horária mínima e máxima, que podem ser integralizadas no histórico escolar a partir da apresentação dos documentos comprobatórios exigidos pela Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI.

Art. 4º. Para a participação do/a discente nas Atividades Complementares de Graduação, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Realiza-las a partir do seu ingresso no curso;
- II – Ser compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso;
- III – Serem realizadas em pelo menos duas das categorias citadas no artigo 3º;

Art. 5º. O período para registro das atividades complementares no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) pelo/a discente é estabelecido no Calendário Acadêmico de cada período letivo ou por procedimento especial aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN).

Art. 6º. Cabe à Coordenação de Curso avaliar o desempenho do/a discente nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo a decisão deferido/indeferido e estipulando a carga horária a ser aproveitada de acordo com as normas do Curso de XXXXX PRILEI, de modo a ser homologada no SIGAA para que seja incluída no histórico dele/a.

Art. 7º. O período de avaliação das Atividades Complementares de Graduação pela Coordenação de Curso também está previsto no Calendário Acadêmico de cada período letivo, cujo prazo final é de até 60 dias antes do prazo para a colação de grau do/a discente.

Art. 8º. Os casos de discente ingresso do Curso de XXXXX PRILEI por meio de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiver participado de Atividades Complementares de Graduação, serão avaliados pela Coordenação de Curso, que poderá computar total ou parte da carga horária atribuída pela IES ou curso de origem, em conformidade com as disposições da Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e de suas normatizações internas.

Art. 9º. A carga horária de atividades complementares do Curso de XXXXX PRILEI, condição necessária para conclusão do curso, é de 200 horas, não ultrapassando os 10% da carga horária total do curso.

Parágrafo único. Não pode haver substituição da carga horária de Atividades Complementares de Graduação por outros componentes curriculares obrigatórios ou optativos.

Art. 10º. A Coordenação do Curso é a responsável pelo acompanhamento e avaliação das Atividades Complementares de Graduação.

Parágrafo Único. É responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE) propor as cargas horárias atinentes às Atividades Complementares de Graduação a serem inseridas no PPC do Curso de XXXXX PRILEI e a aprovação das normatizações para a operacionalização delas, com deliberação pelo Colegiado do Curso e, após análise da Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular e da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) será homologado pela Câmara de Ensino (CAMEN), em casos de inclusão de novas ACC's.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de XXXXX PRILEI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO IV

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE

As Atividades Curriculares de Extensão do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI da Universidade Federal do Piauí, obedecerão criteriosamente o que está exposto na Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e a Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição.

Considerando as Resoluções citadas, As Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural PRILEI seguirão as seguintes normativas:

Art. 1º As ACEs deverão promover a interação dialógica da comunidade acadêmica com os diferentes segmentos sociais, troca de conhecimentos, vivências interprofissionais e interdisciplinar e conhecimento e comprometimento com as demandas sociais e da educação básica, através de ações interventivas;

Art. 2º Os alunos do Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural PRILEI deverão integralizar, até o 8º semestre, **000 horas** de Atividades Curriculares de Extensão – ACEs, como condição de conclusão do curso e obtenção do título de Licenciado(a) em Licenciatura em Artes e Mediação Cultural;

Art. 3º O Curso terá um Coordenador de Extensão que fará o acompanhamento na oferta, execução e integralização das ACEs, buscando alternativas para os problemas surgidos no processo, conforme as atribuições definidas na Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI (§ 3, art. 2);

Art. 4º As horas curriculares de extensão podem ser contabilizadas de três formas, conforme determinação no projeto pedagógico do curso, a saber:

- I - disciplinas dedicadas integralmente ou parcialmente às atividades extensionistas;
- II - cumprimento do componente curricular denominado “Atividade Curricular de Extensão (ACE)”, assegurado a oferta de, no mínimo, uma ACE a cada semestre letivo do curso ;
- III - cumprimento das atividades de extensão previstas no art. 8º da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Art. 5º As atividades de extensão para serem integralizadas como ACEs deverão:

- I - Serem cadastradas na PREXC nas seguintes modalidades: programa de extensão, projetos de extensão, cursos de extensão, eventos de extensão ou prestação de serviços à comunidade externa e/ou atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina, mas com ACE.
- II - Serem desenvolvidas presencialmente;
- III - Terem os alunos como executores, sob a coordenação de docentes;

Art. 6º A Coordenação do curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural oferecerá obrigatoriamente, a cada semestre (com exceção do primeiro) no mínimo, uma ACE, conforme resolução vigente;

Art. 7º As ACEs a serem ofertadas pela Coordenação do Curso contemplarão o perfil do profissional que o curso objetiva formar, garantindo a interdisciplinaridade e interprofissionalidade do curso, tendo suas ações voltadas para os seguintes Eixos Temáticos:

- . Ética e Cidadania;
- . Inovação tecnológica;
- . Inclusão socioeducacional;

- . Empreendedorismo;
- . Políticas educacionais;
- . Práticas educativas;
- . Diversidade e educação.

Art. 8º Os alunos não serão obrigados a participarem das ACEs ofertadas pela Coordenação, podendo participar de outras atividades de extensão propostas por outros cursos ou órgãos da UFPI, desde que elas sejam presenciais, estejam cadastradas na PREXC e abordem os eixos temáticos definidos neste PPC;

Art. 9º As atividades de extensão realizada pelos alunos em outras Instituições de Ensino Superior poderão ser aproveitadas como ACEs desde que:

- I - As atividades desenvolvidas contemplem um dos eixos temáticos definidos no item 6 deste Regulamento;
- II - As atividades tenham sido desenvolvidas presencialmente e o discente tenha sido um dos seus executores;
- III - O discente solicite o aproveitamento, junto ao Coordenador do Curso de Extensão, via processo até um ano antes da previsão para a conclusão do curso;
- III - O processo esteja instruído com o relatório da atividade de extensão desenvolvida, devendo ser assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração de atividade executada.

Art. 10º Nos casos de transferência interna ou mudança de curso dentro da UFPI, o discente poderá solicitar, junto ao Coordenador do Curso de Extensão, os aproveitamentos das ACEs já integralizadas, ou não, no currículo do curso de origem, o qual será concedido conforme o Art. 17 da Resolução;

Art. 11º A integralização das ACEs no Curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural PRILEI iniciará no segundo semestre do curso, considerando as etapas previstas no artigo 9º da Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em Artes e Mediação Cultural PRILEI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete da Reitoria

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 880, DE 15 DE AGOSTO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias, a ser ofertado pelo *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella, da Universidade Federal do Piauí, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI.

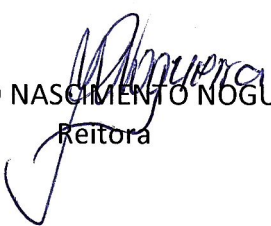
A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso da atribuição *ad referendum* que lhe confere o art. 15, *caput*, inciso XX, do Regimento Geral da UFPI, e de acordo com o que consta do processo nº 23111.041600/2025-11 da UFPI;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias, a ser ofertado pelo *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – CMPP/UFPI, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI, conforme Projeto Pedagógico do Curso anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 15 de agosto de 2025


NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA
Reitora



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FOMENTO E INDUÇÃO DA INOVAÇÃO
DA FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA DE PROFESSORES COM
ÊNFASE NA EDUCAÇÃO INTEGRAL- PRILEI**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA E
SUAS TECNOLOGIAS**

TERESINA- PI – 2025

**NADIR DO
NASCIMENTO
NOGUEIRA:182
57135372**

Assinado de forma digital
por NADIR DO
NASCIMENTO
NOGUEIRA:18257135372
Dados: 2025.08.15
15:10:12 -03'00'



Documento assinado digitalmente

DJANIRA DO ESPIRITO SANTO LOPES CUNHA
Data: 15/08/2025 11:35:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FOMENTO E INDUÇÃO DA INOVAÇÃO
DA FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA DE PROFESSORES COM
ÊNFASE NA EDUCAÇÃO INTEGRAL- PRILEI**



Projeto Pedagógico do Curso de *Licenciatura em Matemática e suas tecnologias*, Universidade Federal do Piauí *Campus Ministro Petrônio Portela*, no município de *Teresina* – Piauí, a ser implementado em 2026.1.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

GOVERNO FEDERAL
Luís Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Camilo Sobreira de Santana

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

REITORA
Profa. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

VICE-REITOR
Prof. Dr. Edmilson Miranda de Moura

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Prof. Dr. Marcos Antonio Tavares Lira

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO
Tec. Ma. Larissa Naiana Mendes de Sousa

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
Profa. Dra. Gardênia de Sousa Pinheiro

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO
Prof. Dr. Rodrigo de Melo Souza Veras

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA
Profa. Dra. Waleska Ferreira de Albuquerque

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS
Prof. Dr. Emídio Marque de Matos Neto

COORDENADORA GERAL DE GRADUAÇÃO - CGRAD
Profa. Dra. Marli Clementino Gonçalves

COORDENADORA GERAL DE ESTÁGIO - CGE

Profa. Dra. Suely Carvalho Santiago Barreto

COORDENADORA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO - CGE

Tec. Esp. Rita de Cássia Alves da Silva

**COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO CURRICULAR -
CDAC**

Tec. Dra. Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA - DAA

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA COMPLEMENTAR - CAAC

Prof. Dr. Edivan Carvalho Vieira

COORDENADOR DE SELEÇÃO E PROGRAMAS ESPECIAIS - CSPE

Prof. Dr. Willian Mikio Kurita Matsumura

ASSESSORIA TÉCNICA E PEDAGÓGICA – CDAC/PREG

Coordenadora de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular - CDAC

Tec. Dra. Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

Adelaide Maria de Sousa Costa

Técnica em Assuntos Educacionais

Francisca Beatriz da Silva Sousa

Técnica em Assuntos Educacionais

Maira Danuse Santos de Oliveira

Técnica em Assuntos Educacionais

Vando Milhomem Santos

Assistente em Administração

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO – PRILEI/PREG/UFPI

Prof. Dra. Keylla Rejane Almeida Melo

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO - PRILEI/PREG/UFPI

Dr. Elmo de Souza Lima

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA E SUAS
TECNOLOGIAS - PRILEI/PREG/UFPI**

Prof. Dr. Sandoel de Brito Vieira

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO LICENCIATURA EM
MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS – PRILEI/PREG/UFPI**

Prof. Dr Sandoel de Brito Vieira
(PRESIDENTE)

Prof. Dr. Ray Victor Guimarães Serra
(VICE-PRESIDENTE)

Prof. Dr. Joel Conceição Rabelo
(DOCENTE - MEMBRO)

Prof. Dr. Rondinelle Marcolino Batista
(DOCENTE - MEMBRO)

Prof. Dr. Mykael de Araujo Cardoso
(DOCENTE - MEMBRO)

Prof. Dr. Paulo Alexandre Araújo Sousa
(DOCENTE - MEMBRO)

Prof. Dr. Antonio Wilson Rodrigues da Cunha
(DOCENTE - MEMBRO)

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO NO ÂMBITO DO
PRILEI**

Antônia Dalva França Carvalho
Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha
Francisco das Chagas Amorim de Carvalho
Francisco Waldílio da Silva Sousa
Gardênia de Sousa Pinheiro
Keylla Rejane Almeida Melo
Liane Mendes Feitosa Soares
Manoel Vieira de Matos Neto
Marli Clementino Gonçalves
Ray Victor Guimarães Serra
Sandoel de Brito Vieira
Willian Mikio Kurita Matsumura

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n, CEP: 64049-550 (ou de *Campi* Fora de Sede)

CIDADE: Bom Jesus

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	9
2 INTRODUÇÃO	10
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS FACE ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, NACIONAIS E/OU REGIONAIS E ÀS DEMANDAS	13
3.1 Comprovação da demanda: justificativa da necessidade social e institucional do curso	16
3.2 Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio	18
4. PERFIL DO EGRESSO	20
5. OBJETIVOS	21
5.1 Objetivo geral	21
5.2 Objetivos Específicos	21
6. CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROCESSO FORMATIVO: METODOLOGIA E AVALIAÇÃO.	22
6.1 Aspectos teóricos conceituais: Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana	22
6.2 Princípios	23
6.3 Base legal	25
6.4 Aspectos teóricos metodológicos	28
6.4.1 Pedagogia da Alternância	29
6.5 Sistemática de avaliação	31
6.5.1 Da avaliação do processo de ensino e aprendizagem	31
7 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS PERCURSOS FORMATIVOS	32
7.1 Dimensões do processo formativo	32
7.2 Alinhamento das Propostas Institucionais do curso à BNCC	33
7.3 Alinhamento das Propostas Institucionais do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica	34
7.4 Alinhamento das Propostas Institucionais do curso às normativas da Educação Integral	38
7.5 Inclusão, pelas propostas institucionais, do uso pedagógico das tecnologias e "inovação", de forma explícita, bem como de metodologias ativas e empreendedorismo	38
7.6 Articulação entre teoria e prática, por meio da residência docente, de estágios, de disciplinas e de práticas, desde o início da formação	41
7.7 Organização Curricular	44
7.7.1 Matriz Curricular	48
7.7.2 Fluxograma do curso	53
7.7.3 Ementas e bibliografias básica e complementar	54
8. REQUISITOS LEGAIS	82
8.1 Prática como componente curricular	82
8.2 O estágio supervisionado obrigatório	82
8.3 Trabalho de Conclusão de Curso	85
8.4 Atividade Curricular Complementar	85
8.5 Atividades Curriculares de Extensão	90
9 OUTRAS OPÇÕES DE APOIO À APRENDIZAGEM	93
9.1 Acessibilidade e Atendimento às pessoas com Necessidades Especiais	93

9.2 Tecnologias de Informação e Comunicação	94
9.3 Ingresso e Permanência	96
10. ESPECIFICIDADES DA FORMAÇÃO ACADÊMICA	98
10.1 Articulação com a Pós-Graduação	98
11. INFRAESTRUTURA	100
11.1 Recursos humanos	100
11.1.2 Docentes	100
11.1.3 Servidores Técnicos Administrativos	100
11.2 Recursos Materiais e Auxílio Financeiro para as saídas para a prática	101
11.3 Espaço físico: sala de aula, laboratórios e salas especiais	102
11.4 Biblioteca e acervo bibliográfico	102
11.5 Condições de acessibilidade	103
12 PLANO DE IMPLANTAÇÃO	105
13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DO CURSO	107
14 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO MONITORAMENTO DE PERMANÊNCIA	108
REFERÊNCIAS	112
ANEXOS	118
Anexo I – Regulamento do Estágio Supervisionado Obrigatório	119
Anexo II – Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso	132
Anexo III – Regulamento das Atividades Curriculares Complementares	136
Anexo IV – Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão	141

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

- **DENOMINAÇÃO DO CURSO:** Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias.
- **MODALIDADE:** Presencial, organizado em tempos e espaços diferentes e complementares: parte do curso é desenvolvida presencialmente em períodos intensivos de formação presencial na Universidade (Tempo Universidade – TU) e parte presencialmente em períodos intensivos de formação presencial no território onde vive o aluno (Tempo Comunidade – TC). Ambos os tempos interagem por meio de projetos de intervenções na realidade social e educacional do discente, a partir das atividades desenvolvidas na Universidade e com o acompanhamento dos docentes do curso, em forma de pesquisa-ação.
- **OBJETIVO:** Formar docentes para o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio na área de Matemática, oferecendo uma formação humanística, científica e ética, utilizando estratégia metodológica de base interdisciplinar.
- **PROFISSIONAL FORMADO:** Licenciado(a) em Matemática e suas Tecnologias
- **PÚBLICO-ALVO:** Alunos com bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sob o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa, e para os professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, sem qualificação adequada, priorizando os que não possuem curso superior;
- **FORMA DE INGRESSO:** ENEM e seleção em Edital específico do PRILEI/PREG/UFPI.
- **FORMA DE SELEÇÃO DOS PROFESSORES:** Para ministrar as disciplinas de cada período serão selecionados professores por meio de edital específico no âmbito do PRILEI, cujos critérios incidirão sobre a formação (titulação), qualificação e experiência acadêmica e profissional dos candidatos, priorizando os servidores efetivos da instituição proponente que participaram da elaboração do projeto do curso e com atuação na graduação e pós-graduação, em projetos de pesquisa e extensão. Não sendo preenchidas as demandas do período abrem-se vagas para candidatos externos, seguindo os mesmos critérios de seleção.
- **REGIME ACADÊMICO:** Crédito.
- **CARGA HORÁRIA:** 3.530 horas aula e horas relógio uma vez que na UFPI a hora aula é de 60 minutos, conforme Resolução CEPEX/UFPI 177/12.
- **DURAÇÃO DO CURSO:** 8 semestres (04 anos), conforme o Edital nº 03/2025- SEB/MEC do PRILEI.
- **TURNOS DO CURSO:** Integral.
- **VAGAS:** 40 vagas.
- **SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR**

COMPONENTES CURRICULARES	Carga horária (h)
Disciplinas Obrigatórias	2385
Disciplinas Optativas	120
Trabalho de Conclusão de Curso	60
Atividades Complementares	200

Estágio Supervisionado Obrigatório	405
Atividades Curriculares de Extensão	360
TOTAL	3.530

2 INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), por intermédio da Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação (DIFOR/CGFORP), publicada no DOU nº134, Seção 03 em 18 de julho de 2025º o Edital nº 03 MEC/SEB com a chamada para apresentação de propostas de cursos de Licenciaturas, na modalidade presencial, no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (PRILEI). Dentre seus propósitos o programa tem por objetivo promover a adequação da Pedagogia e das Licenciaturas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aos currículos e às matrizes estabelecidas pelas redes de ensino, às propostas pedagógicas curriculares das escolas de Educação Básica e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). E nesse sentido, ao oportunizar aos professores em serviço na rede pública oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, contribui para o alcance da Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE), e para elevar a qualidade da educação básica no País.

A Universidade Federal do Piauí que já desenvolve programas com ofertas de cursos distintos em nível de graduação e pós-graduação, assim como cursos de natureza interdisciplinar, no âmbito da educação do campo, comprometida com a formação humana e integral de professores com excelência para atuarem na educação básica ao longo de quase seis décadas, atendendo a este chamado desafiador apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias. O curso destina-se à formação inicial de 40 (quarenta) docentes, ofertada para alunos com bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sob o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa, e para os professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, sem qualificação adequada, priorizando os que não possuem curso superior.

O curso tem como escopo formar docentes para o ensino básico na área de matemática com pleno domínio das novas tecnologias educacionais, do pensamento computacional e das metodologias ativas, sempre contextualizados pela compreensão crítica da realidade socioambiental e dos desafios impostos pela era digital. Assim, as componentes curriculares atuam como um foco articulador, conectando os diferentes blocos de conhecimento e garantindo uma formação holística e atualizada. A organização curricular do curso é feita em períodos semestrais, onde as sequências de disciplinas são estabelecidas com base nas competências essenciais para os componentes curriculares subsequentes. Essa sistemática é fundamental para assegurar um acompanhamento pedagógico coerente, promover a construção de conceitos dentro de uma lógica progressiva e estruturada. O conjunto completo de disciplinas que compõem o presente currículo está configurado para uma integralização em oito períodos letivos.

O curso oferece uma formação geral humanística, científica e ética, utilizando estratégia metodológica de base interdisciplinar. Trata-se, portanto, de uma licenciatura inovadora que integra saberes de distintas áreas epistemológicas articuladas com suas tecnologias, considerando à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Nesse sentido, colabora para a formação interdisciplinar de professores capazes de atuarem em escolas de educação básica, promovendo simultaneamente a educação integral de seus alunos.

O curso tem natureza regular, e apoia-se em duas dimensões de alternância formativa integradas: o Tempo-Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC). As atividades de Tempo-Universidade serão realizadas nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto, com base nas metodologias ativas de ensino, durante encontros sistemáticos no intervalo de cada tempo-universidade, parte constituinte das disciplinas e do Seminário Integrador. As atividades que configuram a dimensão Tempo-Comunidade serão realizadas no espaço socioprofissional do aluno, para que ele possa refletir sobre os problemas, discutir com a comunidade e colegas e levantar hipóteses acerca das soluções possíveis para realizar intervenções de natureza socioeducacional, acompanhado por um docente do curso. Esta dimensão se concretizará em

sala de aula, a cada retorno para as atividades de Tempo-Universidade, mediante discussões e socializações.

A carga horária total do curso é de 3530 horas aula, onde na UFPI a hora aula é de 60 minutos, conforme Resolução CEPEX/UFPI 177/12, e terá sua integralização em 8 semestres. Importante ressaltar que além de se organizar com base na Pedagogia da Alternância, faz uso pedagógico das tecnologias, das metodologias ativas, como forma de viabilizar a formação superior em serviço para professores da Educação Básica.

Os conteúdos estão distribuídos na matriz curricular caracterizada pelo regime de créditos de disciplinas. Nesse sentido, as disciplinas específicas, os temas transversais e os conteúdos de formação de professores que constituem a matriz do curso foram articulados para que os graduandos compreendam os conhecimentos produzidos pela matemática e suas tecnologias, assim como a transformação didática destes saberes, articulando a teoria à prática, segundo prescrevem as diretrizes curriculares da educação nacional.

A sistemática de avaliação da aprendizagem priorizará as atividades realizadas durante todo o processo de ensino-aprendizagem, atendendo à Resolução nº 177/2012 CEPEX/UFPI, por disciplina e semestralmente. A avaliação das ações do projeto será contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta de formação de professores.

Uma vez apresentado, este documento busca aprimorar e superar limitações encontradas nos cursos em vigor no estado do Piauí e propõe a formação de um licenciado apto a lidar com as transformações do conhecimento e das práticas educacionais no contexto atual. Assim, a apresentação desta proposta foi formatada visando atender às demandas sociais atuais e às diretrizes curriculares, considerando as transformações ocorridas nos espaços profissionais, bem como as dimensões técnica, pedagógica, ética e política que estão relacionadas à formação do Licenciado em Matemática. O curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias foi elaborado para contribuir de forma significativa na formação de professores qualificados, visando a redução dos índices de evasão e reprovação, além de promover, durante seu processo de consolidação, o aprofundamento e a troca de experiências entre as diversas áreas que compõem a formação do licenciado. Adicionalmente, o curso partilha da noção de que a docência se realiza num complexo contexto social e institucional, por meio de relações colaborativas de ensino, participação e aprendizagem.

O curso será ofertado no Campus sede Ministro Petrônio Portella, na cidade de Teresina-PI que dispõe de uma infraestrutura, com espaços e laboratórios de excelência e de uma equipe

técnica da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para implementação do curso. Ressalte-se mais uma vez que como a metodologia adotada será Pedagogia da Alternância, estes espaços físicos estarão mais disponíveis nas etapas de Tempo-Universidade, que correspondem aos períodos de férias na UFPI, assim nas escolas de educação básica, o que favorece a permanência e a frequência dos professores cursistas.

O curso aqui proposto foi estruturado a partir das Diretrizes estabelecidas pelo PRILEI e pela Resolução CNE/CP Nº 4/2024 e baseado na perspectiva sócio-histórica, cujo objetivo de maior relevância é promover um ensino voltado para a educação inclusiva e contextualizada, a partir de uma visão ampla do ensino da matemática e suas tecnologias respeitando a diversidade e as especificidades do ensino da matemática e visando à formação inicial de professores capacitados para a docência em Matemática e suas tecnologias na Educação Básica. A matriz curricular visa ao cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade que concebe o aluno como protagonista do processo formativo, com o objetivo de atender, eficientemente, às demandas de qualificação profissional de um mercado de trabalho progressivamente exigente. Com base nesse princípio norteador, o Curso reduzirá a carência de profissionais habilitados e capacitados para o ensino de Matemática e suas Tecnologias, e com isso incentivar a melhoria da qualidade da educação básica com ênfase nas escolas da rede pública, de modo que esse profissional procure assegurar princípios éticos de equidade e solidariedade no mundo contemporâneo.

Note-se que se trata de um curso de caráter inovador de caráter interdisciplinar que forma professores na modalidade presencial, pautada no uso de tecnologias digitais e de metodologias ativas e no desenvolvimento de competências empreendedoras e inovadoras. Sua implantação e desenvolvimento provocaram reflexões sobre a oferta de todas as licenciaturas da UFPI, de modo geral. Nesse sentido, contribuirá para o aprimoramento de todas as licenciaturas que obrigatoriamente se adequar às diretrizes curriculares atuais (Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024) tanto no que tange ao modus operandi como sua adequação à BNCC.

Assim, apresentamos o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) mostrando o contexto, as justificativas e as diretrizes curriculares organizativas para seu desenvolvimento, em atendimento às demandas das políticas públicas para a Educação Integral e das metas do Plano Nacional de Educação.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM

MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS FACE ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, NACIONAIS E/OU REGIONAIS E ÀS DEMANDAS

O Projeto Pedagógico do Curso é produto de um trabalho coletivo envolvendo uma equipe de professores de diversas áreas epistemológicas convocados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, cuja pró-reitora integra a equipe de elaboração. A elaboração conceitual deste curso representa mais uma ação inovadora rumo à consolidação da presença da UFPI nas mais diversas áreas do conhecimento que carecem de professores com qualificação e que atendam às necessidades e à organização da atual política curricular da Educação Básica e da formação de professores para atuar nesta etapa de ensino.

Nesse sentido, o curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias, considerando BNCC da área de Matemática Aplicadas – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. Para Ensino Médio, a BNCC propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade. Para tanto, define habilidades relativas ao domínio de conceitos e metodologias próprios dessa área.

Isso significa que o curso assume um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira e da sociedade piauiense em especial, na medida em que concebe o processo educativo como tarefa civilizatória baseada na autonomia e emancipação dos sujeitos para atender as exigências do mundo contemporâneo, articulando a formação às necessidades da escola, e da educação integral.

De fato, o contexto atual exige que os professores tenham o domínio de conhecimentos e habilidades que dialoguem com as necessidades dos dias de hoje. Além disso, é necessário que eles tenham competências específicas com vistas a atender a essas demandas, de acordo com o que prevê o Edital do PRILEI (Brasil, 2025, p. 1-2), em alguns dos seus objetivos, a saber:

- a) incentivar a melhoria da qualidade da docência na Educação Básica, com ênfase

nas escolas da rede pública;

- b) fomentar a atratividade, a permanência e a conclusão em cursos de licenciatura junto às IES;
- c) ampliar o ingresso de licenciados na carreira docente;
- d) diminuir a carência de professores da Educação Básica nas regiões e nas áreas de conhecimento de maior carência;
- e) reduzir as desigualdades regionais nas redes de ensino da Educação Básica;
- f) assegurar a equidade de oportunidades de desenvolvimento na formação docente e a valorização profissional dos professores;
- g) contribuir para a valorização social da profissão docente, de modo a reconhecer a importância dos professores para o desenvolvimento do País;
- h) induzir a oferta de cursos de licenciaturas inovadoras, que atendam às necessidades e à organização da atual política curricular da Educação Básica e da formação de professores para atuar nessa etapa de ensino;
- i) promover a adequação da Pedagogia e das Licenciaturas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aos currículos e às matrizes estabelecidas pelas redes de ensino, às propostas pedagógicas curriculares das escolas de Educação Básica e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura);
- j) contribuir para o alcance da Meta 15 do PNE, oferecendo, aos professores em serviço na rede pública, oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;
- k) incentivar o desenvolvimento de propostas formativas inovadoras, que considerem as especificidades da formação em serviço para professores da Educação Básica, por meio do uso pedagógico das tecnologias, das metodologias ativas, de ensinamentos híbridos e de empreendedorismo;
- l) estimular a articulação das Instituições de Ensino Superior (pós-graduação, pedagogia e licenciaturas) com as Redes de Ensino, visando ao desenvolvimento da atuação prática de pedagogos e licenciandos, por meio do estágio e disciplinas práticas;

- m) estimular o desenvolvimento e a oferta de novos formatos de curso de formação de professores, visando promover licenciaturas interdisciplinares, em rede e com ênfase na vivência prática na escola básica, buscando preencher as lacunas acadêmicas no que concerne à formação interdisciplinar dos professores da Educação Básica.

Notadamente o Piauí tem expressivos indicadores educacionais que o caracterizam como uma região com elevados níveis de desigualdade social marcados pela precariedade da formação profissional e pela oferta restrita de empregos. Ora, a educação é um dos caminhos para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, há a necessidade de se implantarem novos cursos, de Graduação e de Pós-Graduação, que contribuam efetivamente para o desenvolvimento regional, e contribuir com a fixação de excelentes profissionais na região. Em face desta realidade justifica-se plenamente a iniciativa da UFPI de implantar mais uma Licenciatura Interdisciplinar com foco na matemática e suas tecnologias, assumindo sua função de formadora de competências que possibilitem aos indivíduos o exercício efetivo da cidadania. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso buscou atender às inovações conceituais tanto da BNCC como das diretrizes curriculares nacionais.

3.1 Comprovação da demanda: justificativa da necessidade social e institucional do curso

Apresentamos nesse projeto, como já explicitado anteriormente, a intenção de um curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias, de caráter regular, baseado nas práticas próprias da Pedagogia da Alternância que, de acordo com o Parecer CNE/CEB Nº. 01/2006, se coloca como uma alternativa eficiente para a Educação, pois visa estabelecer a relação entre família, comunidade e escola. Neste caso, o aluno alterna períodos de aprendizagem na família, em seu lócus socioprofissional e em sala de aula, estabelecendo uma sinergia entre escola e trabalho, otimizada pelas práticas pedagógicas.

Com efeito, neste projeto, considera-se as experiências concretas dos educandos pretende-se que o aluno, no decorrer de suas atividades acadêmicas, desenvolva planos de estudo a serem executados em seu meio socioprofissional, durante o tempo-comunidade,

exigindo-lhe atitude de pesquisa, reflexão e discussão com seus familiares, colegas e profissionais para entender e propor soluções acerca de temáticas pertinentes ao curso e à sua realidade. Por isso, além das disciplinas escolares básicas, a educação nesse contexto engloba temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico (Gimonet, 1999; Estevam, 2003; Silva, 2005; Begnami, 2006)

Quando o aluno retorna para vivenciar a rotina da sala de aula tradicional, há um momento de socialização dessas experiências vividas, o que lhe permitirá (re)elaborar constantemente a leitura de sua realidade, em todos os seus aspectos, por meio de novos saberes que lhe permita explicar, compreender e agir, tomando o conhecimento científico como base para sua ação pedagógica.

Estas duas dimensões, o tempo-universidade e o tempo-comunidade, devem estar estritamente articuladas, possibilitando que as experiências trazidas pelo aluno do meio sociocultural sejam expandidas para o tempo-universidade, constituindo fontes de reflexão e aprendizagem. Isso significa que a formação ocorrerá em ação, na conexão entre teoria e prática, o que gerará aprendizagens significativas e reais.

Sob este enfoque, o curso contempla a diversidade dos aspectos raciais, étnicos, culturais, políticos, econômicos e de gênero, respeitando os artigos 23, 26 e 28 da LDBEN Nº. 9394/96. Também contempla as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores, incorporando conteúdos de basilar importância para a formação de educadores para a Educação Básica.

Como se trata de uma licenciatura interdisciplinar no campo da matemática – e suas tecnologias estão alinhada à BNCC. E nessa perspectiva preconiza o protagonismo do aluno, investindo para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas (BNCC, 2018). Isso quer dizer que o curso se guia por metodologias ativas, nas quais os alunos aprendem fazendo, para ser capaz de ensinar nas escolas de educação básica. Isso quer dizer ainda que a concepção de aprendizagem do curso se assenta na aprendizagem significativa (Ausubel, 1968, p. 37-38) que implica na organização e integração do material na estrutura cognitiva, entendida como “[...] conteúdo total de ideias de certo indivíduo

e sua organização; ou conteúdo e organização de suas ideias em uma área particular de conhecimento”. Para que a aprendizagem significativa possa ocorrer o professor deve considerar o contexto social, cultural e econômico em que o sujeito está inserido, dando condições de o indivíduo participar ativamente do processo de aprendizagem e colaborar de forma consciente para as necessidades sociais que passam a perceber (Moreira; Masini, 2001).

Além disso, formar professores para atuar nestas áreas como a UFPI está propondo, significa elevar o índice de escolarização de nossa região, a Nordeste, além de contribuir para o desenvolvimento social economicamente justo e ecologicamente sustentável da região firmado em concepções sociais modernas e valores humanistas, centra-se no propósito de oferecer, opções de conhecimento que lhe possibilitem a inserção no mercado de trabalho, considerando os diferentes contextos interculturais e sem perder de vista seu compromisso ético e sua responsabilidade socioeducacional.

Efetivamente as necessidades de um Curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias está posta pela demanda crescente de carência de professores nesta área.

3.2 Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio

De acordo com o resumo técnico do censo escolar de 2021 (INEP, 2021) em 2021, foram registrados 2.190.943 docentes na educação básica brasileira. Nos anos iniciais do ensino fundamental, atuam 741.161 docentes. Desses, 86,4% têm nível superior completo (83,4% em grau acadêmico de licenciatura e 3,0%, bacharelado) e 9,2% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 4,4% com nível médio ou inferior (Gráfico 35). Nos anos finais, o percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador de adequação da formação docente) se reduz consideravelmente quando comparado ao dos anos iniciais. As regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste apresentam um menor percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada.

No que tange ao Ensino Médio, um total de 516.484 professores atuou em 2021. Destes, 97,4% têm nível superior completo (91,6% em grau acadêmico de licenciatura e 5,8%, bacharelado) e 2,6% possuem formação de nível médio ou inferior. De acordo com o indicador de adequação da formação docente para o ensino médio, o pior resultado é observado para a

disciplina de Sociologia, em que apenas 40,7% das turmas são atendidas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador).

No Piauí, segundo o INEP (2021) especificamente no ensino fundamental, atuam 27.105 professores, dos quais 15.085 atuam nos anos iniciais e 16.699 atuam nos anos finais. Do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 82,6% têm nível superior completo (78,8% em grau acadêmico de licenciatura e 3,8%, de bacharelado) e 11,2% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 6,1% com nível médio ou inferior. No ensino médio atuaram 10.695 professores em 2021. Desse total, 93,0% têm nível superior completo (84,5% em grau acadêmico de licenciatura e 8,5%, de bacharelado). Em se tratando da adequação da formação docente para a etapa de ensino em questão, o pior resultado é observado para a disciplina de sociologia, em que 8,5% das turmas são atendidas por docentes com formação adequada. O melhor resultado do indicador de adequação da formação docente é observado para a disciplina de língua portuguesa, com percentual de 83,0%.

Pode-se depreender destes dados que cerca de 5 mil dos professores da Educação Básica no Piauí não possuem curso superior no Ensino Fundamental. Esta realidade aponta para a necessidade urgente de formação em nível superior para estes docentes, atendendo à prerrogativa legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394, de 1996, em seu Art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Brasil, 1996).

Quando a análise foca a questão da adequação entre formação e exercício, os dados apontam a precariedade de formação de docentes na área de Sociologia no Ensino Médio. Considerando que o Piauí foi o estado que teve o maior crescimento de matrículas de tempo integral entre 2022 e 2024 das redes estaduais, com um aumento de mais de 160%, alcançando o segundo lugar em percentual de matrículas de tempo integral na rede pública, com 31,4% se e a universalização do tempo integral nas escolas de ensino médio da rede estadual em 2025 (SEDUC, 2025), torna urgente a qualificação de professores sobremodo para a área de Sociologia.

Por esta razão torna-se imprescindível que a Universidade Federal do Piauí continue atuando na superação deste quadro, sobremodo no atendimento às escolas que ofertam

educação em tempo integral, carentes de políticas próprias de formação, que pensem o professor sendo formado a partir e para o espaço no qual atua, possibilitando-lhe não somente o acesso, mas a permanência na academia. Esse objetivo será alcançado pela implementação deste Projeto Político Pedagógico e pelas possibilidades de Ensino, Pesquisa e Extensão abertas aos docentes e discentes do curso.

4 PERFIL DO EGRESSO

O Curso preparará professores em uma Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias para atuarem nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio; capazes de lidar, de forma crítica, com as questões humanas e sociais, em diversos contextos da Educação Básica além de fazerem a gestão de processos educativos e desenvolverem estratégias pedagógicas impulsionadoras da formação de sujeitos autônomos e criativos. Portanto, espera-se que o licenciado possa orientar seus alunos a adquirirem um conhecimento integrado, uma vez que em seu processo formativo pretende-se adotar a sistemática de conteúdos multidisciplinares.

De acordo com o Parecer CNE/CES 492/2001, o profissional habilitado em Matemática e suas Tecnologias deve ter domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência de articulação entre teoria, pesquisa e prática social, bem como compromisso social. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre as questões humanas e sociais, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos de humanidades.

A preocupação também incide em oferecer ao acadêmico, além dos conteúdos curriculares presentes nas disciplinas específicas, bases sólidas para entender a dinamicidade da educação integral, seus aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais. Este conhecimento, acredita-se, possibilitará o desenvolvimento do trabalho pedagógico comprometido com a oferta de educação de qualidade, ou seja, uma educação que de fato lhes possibilitará condições de vida digna.

Além disso, acreditamos ser necessário remontar à Resolução N° 177/12-CEPEX/UFPI (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPI) que corrobora a definição do perfil do egresso, apontando para a importância de que um profissional da Educação Básica seja capaz de:

I - Atuar na Educação Básica formal e em outros espaços educativos, com o domínio do processo educacional e do conhecimento das condições históricas, sociais, políticas e culturais no contexto de sua atuação;

II - Demonstrar capacidade crítica e de criação no exercício profissional;

III - Articular teoria e prática, saberes da formação e saberes escolares no processo de transposição didática;

IV - Conscientizar-se da necessidade de buscar formas de atualização e aperfeiçoamento de sua formação;

V - Atuar, coletivamente, partilhando experiências profissionais;

VI - Estabelecer o diálogo entre a área Matemática e suas Tecnologias e as demais áreas do conhecimento, articulando o saber científico à realidade;

VII - Desenvolver com autonomia, processos investigativos sobre fenômenos educacionais e práticas educativas;

VIII - Planejar, executar e avaliar o processo ensino – aprendizagem; e,

IX - Assumir postura crítica e transformadora, fundamentada em uma visão sócio-histórica da educação e da sociedade.

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 Objetivo geral

A Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias têm como objetivo geral formar docentes com habilidades, competências e autonomia para o ensino e a aprendizagem interprofissional, no campo da Matemática e suas tecnologias, de maneira abrangente e multidimensional para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

5.2 Objetivos específicos

- Oferecer formação geral humanística, científica e artística no campo das Humanidades, por meio de estratégias metodológicas de base interdisciplinar;
- Possibilitar que os estudantes adquiram competências e habilidades gerais e específicas para o aprendizado de fundamentos conceituais e metodológicos, que possam, posteriormente, ser utilizados em uma segunda formação profissional e/ou

no ingresso em curso de pós-graduação;

- Formar profissionais para atuar, prioritariamente, em escolas de Anos Finais Ensino Fundamental e Médio e disciplinas interdisciplinares em humanidades ofertadas nas escolas de acordo com a BNCC;
- Fomentar e propor experiências de ensino, pesquisa e extensão em ambientes de educação formal e não formal.
- Promover uma sólida formação que propicie o conhecimento dos fundamentos epistemológicos, técnicos e ético-políticos das ciências da educação e da aprendizagem e que permita ao futuro profissional do magistério o desenvolvimento das capacidades de análise e reflexão sobre as práticas educativas e sobre a progressão e os processos de aprendizagem e o aprimoramento constante de suas competências de trabalho;
- Desenvolver o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o desenvolvimento da comunicação efetiva, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;
- Desenvolver o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC, possibilitando o desenvolvimento de competências digitais docente, para o aprimoramento da prática pedagógica, e a ampliação da formação cultural dos professores e licenciandos;

6 CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROCESSO FORMATIVO: METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

O currículo de um curso é o conjunto de atividades, de experiências, de situações de Ensino-Aprendizagem, vivenciadas pelo aluno durante sua formação. É o currículo que assegura a formação para uma competente atuação profissional, assim as atividades desenvolvidas devem articular harmoniosamente as dimensões: humana, técnica, político-social e ética. Nesta perspectiva, no decorrer do curso Licenciatura em Matemática e suas tecnologias ofertado no âmbito –PRILEI/PREG/UFPI, devem ser considerados a seguinte concepção e princípios:

6.1 Aspectos teóricos conceituais: concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana

A UFPI tem o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual dos alunos. Assim espera-se que o professor formado em Licenciatura em Matemática e suas tecnologias por meio do questionamento crítico e atualização permanente contribua para o atendimento das necessidades sociais e educacionais.

6.2 Princípios

I Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente

Considerando a intrínseca abordagem multidisciplinar e interdisciplinar da Matemática, aliada aos avanços em modelagem, otimização e análise de dados (muitas vezes catalisados por tecnologias computacionais), a disciplina atua como uma ferramenta fundamental para a compreensão e o desenvolvimento de soluções robustas para sistemas complexos inerentes ao meio ambiente e às interações humanas e sociais. Isso permite, com um compromisso ético e respeito à diversidade, formular e abordar as diversas questões que envolvem as competências e a dinâmica da sociedade, contribuindo significativamente para a construção de um futuro mais informado e equitativo.

II Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

Este princípio assegura que o ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação e da responsabilidade social como processo de formação para que se possam compreender fenômenos, relações, identificar demandas de diferentes realidades e intervir buscando melhorias e transformações nas realidades.

III Interdisciplinaridade

Na perspectiva da Matemática, este princípio ressalta que a abordagem matemática rigorosa e a capacidade de modelagem facilitam a integração disciplinar, permitindo a análise de fenômenos sob múltiplas óticas quantitativas e estruturais. Isso fomenta a formulação de questionamentos persistentes e a (re)construção contínua do conhecimento por meio da abstração e da formalização. O estudo da Matemática, com suas metodologias e tecnologias

(como a computação, a análise de dados e a simulação), possui um caráter intrinsecamente interdisciplinar, capacitando o diálogo efetivo com uma vasta gama de áreas — desde as ciências naturais e da engenharia, até as ciências sociais, as artes e outras tecnologias. Assim, a Matemática se posiciona como um elo crucial para superar as barreiras do isolamento e da fragmentação do saber, promovendo uma compreensão mais integrada e profunda do mundo.

IV Uso de tecnologias de comunicação e informação (TICs)

Para o currículo do Curso foram incluídas algumas das disciplinas que trabalham diretamente com ferramentas tecnológicas e o desenvolvimento do pensamento computacional, além de habilidades com materiais concretos, de modo que o aluno possa desenvolver seus conhecimentos ligados às tecnologias atuais como forma de recursos didáticos (mídias, ambientes virtuais, fóruns eletrônicos etc.) ou instrumento de ensino (TV digital, computadores, e-books, smartphones etc.)

V Avaliação

Esse princípio preza pelo acompanhamento contínuo do processo ensino e aprendizagem de modo que sirva como norteador dos aspectos formativos dos alunos, considerando processos quantitativos e qualitativos, com base nos pressupostos teóricos da aprendizagem processual, diagnóstica e reflexiva. Assim, os professores formadores poderão exercer suas atividades de avaliação de forma autônoma e em conformidade com a regulamentação da UFPI, mas respeitando as especificidades dos sujeitos envolvidos no processo de ensino- aprendizagem e as condições e possibilidades da realidade, de modo que a avaliação seja contínua, sistematiza e se constitua como elemento de qualificação/aprimoramento constante do processo de ensino e aprendizagem.

VI Articulação entre teoria e prática

Todo conteúdo curricular do Curso fundamenta-se na articulação teórico-prática, que representa a etapa essencial do processo Ensino/Aprendizagem. Adotando este princípio, a prática estará presente em todas as disciplinas do curso, permitindo o desenvolvimento de habilidades para lidar com o conhecimento de maneira crítica e criativa. Em muitas disciplinas, as

práticas se voltarão para a análise dos conhecimentos no contexto da matemática e suas tecnologias, constituindo-se como Prática Componente Curricular. A relação teoria e prática também se volta para a articulação da universidade com os diferentes segmentos sociais, configurando-se nas Atividades de Extensão como componente curricular obrigatório, conforme determina as Resoluções de No 07/2018 - CNE/MEC e de No 053/2019 CEPEX-UFPI.

VII Flexibilização curricular

A organização curricular permite aos alunos disponibilidade de tempo livre e dessa forma permite outras formas de aprendizagem no decorrer do curso, como a participação do elenco de disciplinas optativas, a diversidade de atividades complementares, atividades de extensão e a pluralidade temática dos trabalhos de conclusão de curso, monitorias e de iniciação científica o que proporcionam grande flexibilidade no currículo.

6.3 Base legal

Os documentos normativos consultados para subsidiar o PPC da Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias foram:

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP n. 03, de 10 mar. 2004. Parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica
- BRASIL. Ministério da Educação Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. (EF).
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES Nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025.
- BRASIL. Presidência da República LEI nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.
- Resolução CNE/CP Nº 04, de 29 de maio de 2024. que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso
- UFPI. Resolução CEPEX 177/12. Institui as normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
- UFPI. Resolução UFPI/CEPEX -053/2019 e Resolução CEPEX/UFPI nº 297, de 20.06.22. Regulamenta o registro e a inclusão das atividades curriculares de extensão nos

currículos dos cursos de graduação da UFPI.

6.4 Aspectos teóricos metodológicos

Quando lemos os textos oficiais acerca do processo educativo, compreendemos a necessidade de adotarmos práticas mais sociointeracionistas, pois, tal qual afirmado por Vygotsky (1993), é por meio das práticas sociais que o ser humano experimenta uma série de vivências, elaborando seus próprios conceitos, seus valores e suas ideias acerca do mundo em que vive, construindo conhecimentos a partir das práticas de linguagem. Nesse sentido, o ser humano se constitui e se desenvolve como sujeito ao passo que contribui para a constituição dos outros, age no mundo, transformando e sendo transformado, mediando ações sobre fatores sociais, culturais e históricos.

Pensar as práticas educativas por esse viés implica considerarmos a importância de todos os atores envolvidos nesses processos e viabilizar a construção e a reconstrução de conhecimentos, tão caros ao processo formativo entre pares mais experientes e pares menos experientes. Quando pensamos o contexto educacional, devemos refletir acerca de dois papéis basilares para sua desenvoltura: o do aluno e o do professor. Ao considerarmos o papel desempenhado pelo professor para além de ministrar aulas e de repassar conhecimentos, abandonamos uma visão burocrática e damos espaço para a reflexão acerca da importância de estimular a descoberta, o interesse dos alunos por seu processo de ensino-aprendizagem. Cabe, ao professor, ser um profissional aberto ao conhecimento e à aprendizagem em seu cotidiano, imerso em constantes atualizações e contínua inovação, buscando promover um movimento significativo de aquisição e adequação de conhecimentos. (Vygotsky, 1993).

Vale destacar que o processo educativo não pode se distanciar da realidade. Compete, ao docente, refletir criticamente a respeito das informações e conhecimentos que compartilha, considerando as possibilidades de contribuição quanto à diminuição das desigualdades sociais e quanto à melhora da qualidade de vida dos indivíduos. (Sacristan e Gómez, 1998). O profissional comprometido com a educação deve sempre preocupar-se em formar seu aluno a partir de uma visão crítica da sociedade, dando-lhe a oportunidade de expressar suas ideias, tornando-o um cidadão ativo e participante na vida social, cultural e política do seu povo. Agindo assim, o professor colocará em prática sua função política, exercendo sua mais importante atividade profissional – a mediação entre o aluno e a sociedade, seus conteúdos e

especificidades. Dessa maneira, o papel do aluno ganhará contornos diferenciados: deixar-se-á de lado a ideia de um ser subestimado e considerado uma simples 'tábula rasa' para que se dê vazão a um aluno questionador e participativo.

Tornar estes sujeitos ativos na construção de seu saber possibilita reconstruções sociais, já que superam-se noções anteriormente estabelecidas. A sala de aula passa a ser o local de questionamento e reflexão; um espaço para a socialização do conhecimento (Demo, 1996) e não mais o espaço para certezas e verdades pré-concebidas (Moita Lopes, 1996). Espaço em que equilibram-se as oportunidades de contribuição e discussão oferecidas aos alunos e a produtiva utilização dessas contribuições, a fim de se alcançarem os objetivos educacionais, viabilizando um processo de ensino-aprendizagem realmente significativo.

Ainda sobre a relação professor/aluno, é importante salientar que um olhar crítico e reflexivo sobre a própria prática aponta para possíveis ressignificações e reestruturações das propostas; o aluno compreendido como um indivíduo ativo, reflexivo e crítico contribui para a existência de um ambiente cooperativo, em que se possa aperfeiçoar as práticas educacionais.

6.4.1 Pedagogia da Alternância

Ainda pensando a Metodologia do Processo de Ensino-Aprendizagem, acreditamos ser relevante explicitar nossa assunção da Pedagogia da Alternância como norte para nossas ações, já que se trata de uma proposta educacional idealizada para o campo, como possibilidade de uma formação para jovens do meio rural centrada na partilha e na interação entre todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Essa modalidade pedagógica surge em uma relação com o movimento da Educação do Campo, sustentada pela luta por legitimidade dos sujeitos que estão no campo e querem pensar suas próprias práticas políticas e pedagógicas.

No Brasil, sua introdução remonta ao final da década de 1960, quando brasileiros conhecem o Programa de Alternância sob o modelo italiano e, assim, fundam as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), por meio da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab) e das Casas Familiares Rurais (CFRs), duas experiências educativas em alternância que marcam o Movimento Maisons Familiales Rurales no Brasil (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Segundo Cordeiro, Reis e Hage (2011), a Pedagogia da Alternância vem sendo usada na formação de jovens e adultos do campo, visto ser esta uma proposta pedagógica e metodológica capaz de atender às necessidades da articulação entre escolarização e trabalho, propiciando a esses indivíduos o acesso à escola sem que tenham que deixar de trabalhar.

Ademais, a Pedagogia da Alternância assume o trabalho como princípio educativo, permitindo aos estudantes oriundos do campo a possibilidade de continuar os estudos e de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outrem, mas como conhecimentos conquistados e construídos a partir da problematização de sua realidade, que passa pela pesquisa, pelo olhar distanciado do pesquisador sobre o seu cotidiano (CORDEIRO: REIS; HAGE, 2011).

Gimonet (2007) defende que esse modelo pedagógico só pode ser posto em prática por meio da construção de um vasto número de relações sociais, muito mais amplas do que aquelas de aluno-professor, já que trata-se de uma “pedagogia da partilha” na qual educandos, monitores, pais, mestres, membros de associações e comunidades formam parcerias que tornam viáveis não somente o funcionamento educacional, como também a aplicação dos princípios pedagógicos dessa metodologia.

Esse ideal educativo conta com muitas ferramentas e instrumentos que lhe garantem a sua funcionalidade, a articulação dos tempos e espaços de formação e o estabelecimento das relações entre os vários atores sociais envolvidos nesse processo. Gimonet (2007) reforça sua preocupação com um ensino que associe experiência à prática e que se baseie em uma ação cooperativa. Se a ideia é levar formação aos homens do campo, o curso deverá propiciar o contato direto entre os agentes formadores, os educandos e sua comunidade.

Nessa perspectiva, assumimos em nossa proposta de curso o planejamento e a interação de elementos que propiciam uma visão geral da formação que se quer oferecer a esse aluno, definindo-se as atividades de tempo- universidade, tempo-comunidade e dos seminários integradores, para que docentes e discentes do curso movimentam-se em consonância com os parâmetros dessa Pedagogia, chamando sempre a comunidade para participar desse processo, já que é a partir da realidade local que ele deve ser formulado, tendo como enfoque a formação profissional e a articulação dos conteúdos.

6.5 Sistemática de avaliação

6.5.1 Da Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

Para entender as dimensões avaliativas na Pedagogia da Alternância, adotada neste projeto, se faz necessário compreender a avaliação como importante instrumento de apreciação da qualidade e da eficiência do processo de ensino-aprendizagem como um todo, a fim de constatar progressos, dificuldades, limitações, de modo à replanejar o trabalho promovendo as adequações necessárias visando à transformação da realidade avaliada.

É preciso tomar a avaliação não como um fato isolado, mas um processo; uma reflexão complexa sobre o nível de qualidade do trabalho escolar dos atores (educandos e educadores) envolvidos no processo educativo, cumprindo a função pedagógica de “promover a melhoria da realidade educacional e não descrevê-la ou classificá-la” (Hoffmann, 2008, p. 30).

Além disso, Santos (2005, p.21) alerta para o ponto de que a avaliação deve ser encarada como “o julgamento das atividades escolares que acontecem no processo de ensino-aprendizagem”, tendo objetivos, metas e, como finalidade principal, a promoção da transformação da realidade avaliada, pois, consoante Abreu e Masetto (1990), o processo avaliativo deve ser pensando de forma coerente e contínua, acompanhando o desenvolvimento e permitindo seu constante reiniciar, até que sejam alcançados os objetivos desejados.

Nesse sentido, tomamos a avaliação como uma prática educativa, não tendo apenas como foco o aluno, mas também o sistema de ensino e os demais atores envolvidos. Assim, buscamos desenvolver uma prática avaliativa que fuja do atual modelo classificatório e se caracterize como diagnóstico.

Versando mais propriamente sobre a avaliação naquilo que tange aos alunos, utilizaremos as atividades do processo de ensino-aprendizagem como forma de subsidiá-la. Assim, ela terá caráter diagnóstico, formativo e também somatório. Neste caso, será fundamentada pela Resolução nº 177/12 do CEPEX/UFPI e será feita por disciplina e semestralmente. No início do curso será fornecida ao aluno esta resolução.

A avaliação do processo formativo na dimensão tempo-universidade será feita no decorrer das aulas presenciais. Sendo que, no final do tempo-universidade será realizada também a avaliação somativa. A avaliação do tempo-comunidade de cada disciplina será feita em encontros com os professores, por meio de sua socialização. Vale lembrar que caso o aluno não atinja a média 7,0 (sete), estipulada pela Resolução acima, lhe será dada a chance de realizar um exame final, determinado pelo professor.

A prática docente será constantemente avaliada por meio de encontros pedagógicos realizados entre o grupo de professores, para que percepções sejam socializadas e possíveis adequações possam ser feitas durante o semestre letivo. Ademais, ao término de cada disciplina, os alunos terão a oportunidade de formalizarem suas opiniões acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do curso, contribuindo significativamente para a detecção de eventuais necessidades de mudança e adequação.

7 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS PERCURSOS FORMATIVOS

7.1 Dimensões do processo formativo

O processo formativo do curso articula-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, assegurando que o desenvolvimento profissional docente se dê de maneira integrada, contextualizada e socialmente referenciada. Nessa perspectiva, a formação inicial é compreendida como processo contínuo, que envolve a construção de saberes científicos, pedagógicos, éticos e culturais, tendo como eixo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O curso privilegia a articulação entre a sólida base teórico-conceitual, o domínio de conteúdos específicos e a prática pedagógica, de modo a possibilitar a compreensão crítica e a intervenção qualificada nas realidades educacionais. Esse alinhamento está em consonância com o princípio da unidade teoria-prática, orientando que o licenciando vivencie, desde o início de sua trajetória acadêmica, experiências formativas em diferentes contextos da educação básica.

A dimensão pedagógica está ancorada no compromisso com a aprendizagem dos estudantes da educação básica, no domínio de metodologias ativas, recursos tecnológicos e estratégias inovadoras que favoreçam a inclusão, a equidade e a qualidade social da educação. A formação contempla, ainda, o desenvolvimento de competências voltadas para o trabalho colaborativo, a gestão de processos educativos e a análise crítica das políticas públicas, reconhecendo as múltiplas diversidades e realidades socioeducacionais do país.

Inspirada nos princípios da formação integral, a proposta promove a valorização da cultura, da pesquisa e da extensão como meios de produzir e socializar conhecimentos, estimular a reflexão crítica e fortalecer a identidade docente. Busca-se ainda formar profissionais capazes

de articular os conhecimentos pedagógicos, científicos e culturais, promovendo aprendizagens significativas e contribuindo para a transformação das realidades em que atuam.

Ao incorporar os referenciais da Resolução CNE/CP nº 4/2024, o curso reafirma seu compromisso com uma formação docente que reconhece a complexidade do ato de ensinar, integra múltiplos saberes e se orienta pela ética, pelo compromisso social e pela busca da qualidade na educação básica brasileira.

7. 2 Alinhamento das Propostas Institucionais do curso à BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) introduz inovações significativas para a educação brasileira, com ênfase em aspectos essenciais para a formação integral dos alunos. Entre as principais inovações, destacam-se o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a preparação para o mundo do trabalho, a valorização da diversidade e a integração de tecnologias digitais. Além disso, a BNCC propõe uma abordagem da aprendizagem como um processo contínuo e integral, promovendo a autonomia e a participação ativa dos alunos, bem como o desenvolvimento de competências que vão além do conhecimento técnico.

Entende-se que neste processo, o licenciado reconheça a importância de continuamente seguir aprendendo e, para tanto, utilize-se de estratégias e dinâmicas de acesso ao conhecimento aprendidas ao longo de sua formação. Espera-se ainda que seja hábil tecnicamente, sem prescindir dos requisitos humanísticos, éticos e solidários para o trabalho e a vida em sociedade. Ao compreender e aplicar, durante sua formação universitária, conhecimentos sobre as questões socioculturais, o estudante terá uma prática social mais rica e efetiva.

Competências que serão desenvolvidas pelo egresso do Curso de Matemática e suas tecnologias envolvem:

- a) Atuação na docência nos componentes curriculares da área de Matemática nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
- b) Elaboração, análise e produção de material didático;
- c) Produção de pesquisa em educação, tendo como princípio a integração entre as áreas de Matemática;
- d) Desenvolvimento de habilidade crítica e reflexiva no âmbito profissional na área de Matemática;
- e) Comunicação clara na língua de ensino, oralmente e por escrito, nos diversos contextos ligados à profissão docente;
- f) Promoção de situações de aprendizagem centradas nos alunos e no desenvolvimento de suas competências;

- g) Desenho e aplicação de processos avaliativos que visem acompanhar o desenvolvimento de competências e habilidades dos/as estudantes a partir da interação destes com diferentes objetos de conhecimento;
- h) Integração de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para a preparação e condução de atividades de ensino-aprendizagem e desenvolvimento profissional bem como para promoção dessas tecnologias enquanto recursos úteis à prática da cidadania na contemporaneidade;
- i) Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social e compromisso social;
- j) Capacidade de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento; de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política;
- k) Domínio das diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- l) Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a mediação do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;
- m) reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;
- n) a compreensão crítica de questões socioambientais, éticas, estéticas, políticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural e o reconhecimento dos princípios de equidade como organizador do tratamento dessas questões nos contextos de exercício profissional;

7.3 Alinhamento das Propostas Institucionais do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica

A Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 trata das diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de profissionais do magistério da educação escolar básica no Brasil, apresenta princípios e objetivos da formação, incluem a promoção de uma educação que articule teoria e prática, assegurando que os futuros educadores estejam preparados para enfrentar as realidades e desafios da prática docente na Educação Básica.

O referido documento, expressa que os cursos de licenciatura são estruturados para garantir uma base comum nacional e suas orientações curriculares, com um mínimo de 3.200 horas, distribuídas ao longo de pelo menos quatro anos. Esses cursos incluem atividades de formação geral, aprofundamento de conhecimentos específicos, atividades acadêmicas de

extensão e estágio curricular supervisionado.

A estrutura curricular é organizada em quatro núcleos de formação. O Núcleo I, Estudos de Formação Geral (EFG), foca em conhecimentos científicos e pedagógicos gerais com mínimo de 880 horas. O Núcleo II, Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (ACCE), envolve conteúdos específicos das áreas de atuação, com mínimo de 1.600 horas. O Núcleo III, Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE), compreende práticas vinculadas aos componentes curriculares, realizadas em instituições de Educação Básica, com mínimo de 320 horas. Por fim, o Núcleo IV, Estágio Curricular Supervisionado (ECS), oferece atividades práticas em instituições de Educação Básica para conectar teoria e prática, com mínimo de 400 horas.

Desse modo, em consonância Resolução CNE/CP nº 4/2024, a presente proposta apresenta o eixo da formação teórico Metodológico composto por três componentes curriculares que visam o debate teórico metodológico dentro da Matemática e suas tecnologias visando uma apropriação e aproximação epistemológica interdisciplinar na área.

No Quadro 1 e Quadro 2 estão expostos os Componentes Curriculares de Formação Geral: compostos pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas, articulando teoria e prática.

Quadro 1: Eixo de Componentes Curriculares de Formação Geral:

Componentes curriculares da Formação Geral	Carga Horária	Créditos
Algoritmos e Programação	60	4
Tecnologias Aplicadas ao Ensino	60	4
Física	90	6
Libras	60	4
TOTAL CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS	270	18

Quadro 2: Eixo dos Componentes Curriculares do Eixo de Formação Pedagógica

Componentes curriculares do Eixo de Formação Pedagógica	Carga Horária	Créditos
Introdução ao curso	15	1
Filosofia da Educação	60	4
Psicologia da Educação	60	4
Sociologia da educação	60	4
Avaliação da Aprendizagem	60	4
História da Educação	60	4
Didática da Matemática	60	4

Didática Geral	60	4
Matemática na Escola	60	4
Recursos Educacionais em Matemática	60	4
TOTAL CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS	615	41

Estão presentes nesse eixo componentes curriculares voltados à abordagem de temas transversais. O eixo de Formação Pedagógica totaliza 615 horas de componentes específicos que somados às 270 horas da Formação Geral, totalizando 885 horas aula

No Quadro 3 encontram-se os Componentes Curriculares Específicos correspondem à Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE: composto pelos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos, totalizando em 1.500h.

Quadro 3: Eixos dos Componentes Curriculares Específicos

Componentes Curriculares do Eixo Teórico Metodológico de formação específica	Carga Horária	Créditos
Lógica e Teoria dos Conjuntos	60	4
Elementos de Matemática	90	6
Geometria Euclidiana	90	6
Geometria Analítica	90	6
Fundamentos de Matemática Elementar	60	4
Cálculo Diferencial e Integral I	90	6
Construções Geométrica	60	4
Cálculo Diferencial e Integral II	90	6
Álgebra linear	90	6
Teoria dos Números	60	4
Cálculo Diferencial e Integral III	90	6
Introdução às Estruturas Algébricas	60	4
Elementos de Combinatória e Probabilidade	60	4
Análise para Licenciatura	90	6
Estatística	60	4
Equações Diferenciais Ordinárias	90	6
Métodos Numéricos	60	4
Matemática Comercial e Financeira	90	6

Resolução de Problemas e Textos Matemáticas	60	4
Laboratório de Práticas para o Ensino de Matemática	60	4
TOTAL CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS	1500	100

7.4 Alinhamento das Propostas Institucionais do curso às normativas da Educação Integral

A proposta formativa do Curso de Matemática e suas Tecnologias está alinhada às normativas nacionais que orientam a formação de professores para a educação básica, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC–Formação). O curso busca promover o desenvolvimento integral do licenciando, contemplando dimensões intelectual, científica, pedagógica e ética, de modo a prepará-lo para enfrentar os desafios do ensino de Matemática no século XXI. Integra conhecimentos específicos da Matemática com fundamentos da Educação, articulando conteúdos teóricos e práticos em uma perspectiva interdisciplinar e contextualizada. Além disso, adota metodologias ativas — como resolução de problemas, modelagem matemática, uso de tecnologias digitais e aprendizagem baseada em projetos — para conectar teoria e prática, incentivando o protagonismo do estudante e a aplicação do conhecimento matemático em contextos reais de ensino-aprendizagem.

O projeto adota uma perspectiva de avaliação formativa e contínua, utilizando instrumentos diversificados — como seminários, resolução de problemas, participação em projetos de pesquisa e extensão e desenvolvimento de materiais didáticos — para acompanhar o progresso acadêmico e o desenvolvimento integral dos licenciandos. O curso também promove a integração com a comunidade escolar e o território, por meio de ações extensionistas e projetos que dialogam com temas como inclusão digital, sustentabilidade, cidadania e democratização do conhecimento matemático, reforçando seu compromisso social. Dessa forma, a proposta assegura uma formação ampla, participativa e crítica, em conformidade com as políticas públicas educacionais e com as demandas contemporâneas por uma educação que vá além da dimensão cognitiva, abrangendo também a formação ética, pedagógica e cidadã dos futuros professores de Matemática.

O curso incorpora as diretrizes estabelecidas na Resolução CNE/CP nº 4/2024, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, reforçando a necessidade de preparar docentes aptos a planejar, executar e avaliar práticas educativas integradoras, articulando

conhecimentos, linguagens, tecnologias e experiências socioculturais para promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

Além disso, a proposta se ancora nos princípios da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), que orienta para uma formação integral comprometida com o protagonismo dos estudantes, a contextualização dos conhecimentos e a valorização da diversidade, articulando competências cognitivas, socioemocionais e éticas.

No âmbito institucional, a Universidade Federal do Piauí reafirma, com este curso, seu compromisso com políticas públicas voltadas à educação integral, fortalecendo sua atuação nas redes públicas estaduais e municipais. O desenho curricular assegura experiências formativas integradas entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo que os licenciandos tenham vivências em contextos escolares que adotam a educação em tempo integral e que sejam capazes de responder às especificidades dessa modalidade com rigor acadêmico e compromisso social.

Ao adotar esse alinhamento normativo, o curso não apenas atende às legislações vigentes, mas também assume papel ativo na consolidação da educação integral como política de Estado, formando professores preparados para lidar com os desafios e potencialidades dessa abordagem no contexto da educação básica brasileira.

7.5 Inclusão, pelas propostas institucionais, do uso pedagógico das tecnologias e "inovação", de forma explícita, bem como de metodologias ativas e empreendedorismo

Na graduação, é fundamental que haja um princípio educativo que contemple o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa e do contato com a realidade. Nesse contexto, a inclusão do uso pedagógico das tecnologias e da inovação se torna essencial para a formação dos estudantes. A integração de ferramentas tecnológicas no processo de ensino-aprendizagem não só enriquece as experiências acadêmicas, mas também prepara os futuros educadores para o uso desses recursos em suas práticas pedagógicas, ampliando suas capacidades e competências.

O Curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias propõe um processo de formação centrado no tripé ensino-pesquisa-extensão. Este modelo possibilita que estudantes e orientadores compartilhem o complexo exercício da prática reflexiva, permeado por múltiplas buscas e inquietações, contribuindo para a formação

de novas gerações de professores-pesquisadores. A utilização de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, o aprendizado cooperativo e a sala de aula invertida, permite que os alunos sejam protagonistas de seu aprendizado, estimulando a autonomia e a capacidade de resolução de problemas.

Vale destacar, em termos de pesquisa, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma atividade de integração curricular obrigatória que consiste no trabalho final do curso sob orientação de um professor responsável. O TCC tem como objetivo estimular a produção científica, proporcionando experiências de pesquisa que relacionem teoria e prática, aprimorando a reflexão sobre questões voltadas à área de conhecimento do curso e seu viés educacional. Nesse sentido, é crucial que os alunos tenham a oportunidade de testar hipóteses e experimentar metodologias e materiais didáticos, o que contribui significativamente para sua formação como licenciados.

O ensino proposto deve ocorrer em sintonia com a questão científica ao longo do curso, de maneira interdisciplinar, sempre baseado na Pedagogia da Alternância. Essa abordagem cria condições de ensino em função de relações dinâmicas entre diferentes disciplinas, aliando-se às questões sociais contemporâneas. Além dos conteúdos específicos, busca-se ampliar os conhecimentos oferecidos aos graduandos, especialmente aqueles voltados para a prática educacional e as habilidades necessárias para a atuação nas áreas de Matemáticas e suas tecnologias.

A extensão se apresenta, nesse contexto, com o propósito de buscar o equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Considerando esse propósito, serão elaborados programas, projetos e cursos de extensão diversificados que articulem ensino e pesquisa, promovendo uma educação continuada e prática. Tais iniciativas buscam não apenas a formação teórica, mas também a aplicação do conhecimento em contextos reais, estimulando o desenvolvimento de habilidades empreendedoras nos alunos.

A inserção de práticas empreendedoras no currículo é essencial para preparar os graduandos para os desafios do mercado de trabalho e para a promoção de inovações sociais. Atividades que estimulem o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de desenvolver projetos são fundamentais para formar profissionais que possam contribuir de maneira significativa para a sociedade. Além disso, por meio de parcerias com instituições e empresas locais, os estudantes terão a oportunidade de vivenciar experiências práticas que reforçarão suas competências e habilidades de liderança.

O uso de tecnologias digitais e ferramentas de colaboração online nas metodologias de ensino também facilita a inclusão e a diversidade, permitindo que todos os alunos tenham acesso a diferentes formas de aprendizado e interação. A adoção de plataformas digitais para discussões, apresentações e avaliações pode fomentar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e acessível, promovendo a participação ativa dos estudantes.

Além disso, a instituição deve reforçar a importância de compreender a educação além dos limites da sala de aula. A participação efetiva da instituição na comunidade em que está inserida é um aspecto crucial para o desenvolvimento de um ensino que realmente faça a diferença. Projetos sociais e ações comunitárias não apenas enriquecem a formação dos alunos, mas também fortalecem os laços entre a academia e a sociedade, criando um ciclo virtuoso de aprendizado e transformação social.

Por fim, a ênfase na formação de professores-pesquisadores deve ser acompanhada de um compromisso com a inovação e a adaptação às novas demandas educacionais, garantindo que o curso de Licenciatura Matemática e suas Tecnologias esteja sempre alinhado com as necessidades do século XXI. Essa abordagem holística não só prepara os graduandos para serem educadores competentes, mas também cidadãos engajados e inovadores, prontos para enfrentar os desafios contemporâneos com criatividade e responsabilidade.

7.6 Articulação entre teoria e prática, por meio da residência docente, de estágios, de disciplinas e de práticas, desde o início da formação

A articulação entre teoria e prática constitui eixo estruturante do Curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias, configurando-se como princípio pedagógico e metodológico que orienta todas as etapas do processo formativo. Em consonância com a Resolução CNE/CP nº 4/2024, essa integração visa a assegurar que a construção do conhecimento profissional docente se dê de forma contínua, contextualizada e situada, desde o ingresso do licenciando no curso.

Desde os primeiros períodos, os estudantes participam de experiências formativas em contextos reais da educação básica, por meio de atividades supervisionadas, observação e regência, projetos de extensão e práticas pedagógicas integradoras. Essa imersão inicial possibilita que o licenciando compreenda as

dinâmicas escolares, desenvolva sensibilidade para as demandas do contexto e estabeleça vínculos com a realidade educacional em que atuará.

A residência docente, ofertada nos períodos finais, aprofunda essa experiência, promovendo a inserção prolongada e orientada do licenciando nas escolas-campo, favorecendo a compreensão dos processos pedagógicos em sua totalidade e a consolidação de competências profissionais. Esse espaço formativo é pensado como momento privilegiado de síntese, no qual os conhecimentos teóricos, construídos ao longo do curso, encontram aplicação e ressignificação nas práticas educativas.

Os estágios supervisionados, distribuídos progressivamente ao longo da formação, cumprem dupla função: aproximar o futuro docente das realidades escolares e oportunizar a análise crítica das práticas pedagógicas, com base em referenciais teóricos sólidos. Articulados com disciplinas e demais componentes curriculares, os estágios possibilitam ao licenciando desenvolver a capacidade de planejar, executar, avaliar e refletir sobre o trabalho docente em diferentes níveis e modalidades da educação básica.

A organização curricular do Curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias foi estruturada de forma a garantir a articulação contínua entre teoria e prática, desde o início da formação até a conclusão do curso. Essa integração é viabilizada por meio de práticas como componente curricular, estágios supervisionados, residência docente, atividades de extensão e projetos integradores, assegurando que o licenciando desenvolva competências profissionais de forma progressiva e contextualizada. O quadro a seguir apresenta, de maneira sistematizada, a distribuição das experiências formativas ao longo dos períodos, evidenciando as atividades desenvolvidas e os objetivos formativos em cada etapa do percurso acadêmico.

Quadro 4- Integração Teoria e Prática no Curso

Período	Atividades de Integração Teoria-Prática	Objetivos Formativos
1º ao 2º	Práticas como Componente Curricular (PCCs) introdutórias; Observação de aulas; Projetos de extensão	Introduzir o estudante na cultura escolar; Desenvolver percepção crítica inicial; Articular teoria e contexto real

	iniciais; Atividades de sensibilização para a realidade escolar.	desde o início da formação.
3º ao 4º	PCCs articuladas a componentes curriculares específicos; Observação participante; Início de atividades de regência em turmas de apoio; Projetos de extensão vinculados à comunidade escolar.	Aprofundar a compreensão das dinâmicas escolares; Desenvolver habilidades de observação e análise; Ensaiai práticas de ensino com acompanhamento.
5º ao 6º	Estágio Supervisionado em anos finais do Ensino Fundamental; Regência compartilhada; Residência docente preparatória; Atividades integradoras interdisciplinares.	Consolidar competências pedagógicas básicas; planejar e executar práticas de ensino; Integrar metodologias e recursos pedagógicos.
7º ao 8º	Estágio Supervisionado no Ensino Médio; Residência docente plena; Regência autônoma sob supervisão; Projetos integradores de conclusão; Socialização de práticas inovadoras.	Assumir responsabilidades docentes plenas; sistematizar e avaliar experiências; Produzir e socializar conhecimentos sobre a prática docente.

A sistematização apresentada no quadro evidencia que a articulação entre teoria e prática no curso não se restringe a momentos pontuais, mas constitui um eixo formativo contínuo e integrado. A progressão das atividades, do contato inicial com a realidade escolar à atuação autônoma em contextos de residência docente e estágio supervisionado, assegura que o licenciando construa saberes de forma reflexiva e contextualizada, fortalecendo sua identidade profissional. Essa estrutura curricular contribui para que o egresso esteja apto a enfrentar os desafios da educação básica, fundamentando sua prática em princípios éticos, pedagógicos e científicos, e comprometendo-se com a promoção de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

As práticas como componente curricular (PCC), presentes desde o início do curso, operam como pontos de conexão entre a base teórica e o exercício pedagógico, garantindo que cada área de conhecimento contribua para a formação integral do futuro

professor. Dessa forma, teoria e prática deixam de ser dimensões isoladas e passam a se alimentar mutuamente, fortalecendo a identidade profissional e o compromisso social do docente.

Essa articulação assegura que o egresso seja capaz de compreender, analisar e intervir de forma qualificada na realidade educacional, fundamentando suas ações em princípios éticos, pedagógicos e científicos. Ao integrar residência docente, estágios, disciplinas e práticas desde o início da formação, o curso reafirma seu compromisso com a formação inicial de professores aptos a enfrentar os desafios contemporâneos da educação básica com competência, sensibilidade e visão crítica.

A seguir apresentamos a organização curricular incluindo a matriz curricular por período, considerando as disciplinas, os créditos e a carga horária total.

7.7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias caracteriza-se por ter uma formação específica para professores que atuam/atuarão em escolas de Educação Básica nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Assim, há disciplinas voltadas para esta realidade, para que se evidencie a vida nas escolas e a educação integral, destacando-se, prioritariamente, suas organizações sociais; além de um eixo de disciplinas de formação básica em sociologia, história, filosofia, geografia e educação.

Nesse sentido, as disciplinas específicas, os temas transversais e os conteúdos de formação de professores que constituem a matriz do curso foram articulados para que os graduandos compreendam o processo as bases epistemológicas em Matemática articuladas com as respectivas tecnologias, como os textos e contextos e discursos e dos sujeitos, sempre articulando a teoria à prática.

Atendendo à proposta do PRILEI, do qual o referido curso faz parte, algumas disciplinas se voltam para uma formação interdisciplinar e empreendedora, a fim de que a formação dos profissionais seja adequada àquilo que o Curso prevê e em consonância com a concepção de educação integral e os conteúdos da BNCC no que tange a matemática aplicadas.

A carga horária total do Curso compreende 3.530 horas, das quais, 2.505 horas (167 créditos) distribuídas entre disciplinas obrigatórias e optativas. O estágio supervisionado obrigatório terá duração de 405 horas (27 créditos). As atividades

complementares deverão perfazer 200 horas. O Trabalho de Conclusão de Curso terá como carga horária 60 horas (4 créditos). Por fim, a carga horária referente à curricularização da extensão é de 360 horas (24 créditos), conforme quadro abaixo:

COMPONENTES CURRICULARES	Carga horária (h)
Disciplinas Obrigatórias	2.385
Disciplinas Optativas	120
Trabalho de Conclusão de Curso	60
Atividades Complementares	200
Estágio Supervisionado Obrigatório	405
Atividades Curriculares de Extensão	360
TOTAL	3.530

Serão oferecidas 40 vagas com entrada prevista para o primeiro semestre de 2026. O curso será oferecido em período diurno e utilizará o período noturno para a realização de atividades pedagógicas e extracurriculares, já que se trata-se de um curso em regime de alternância, ou seja, vale-se de uma metodologia que diferencia os espaços pedagógicos.

Sendo assim, será realizada uma divisão entre os espaços educativos, tendo como base O Tempo-Comunidade (TC) e o Tempo-Universidade (TU), além de uma interligação entre estes dois momentos. No TU, o estudante estará na Universidade para cursar as diferentes disciplinas oferecidas pela UFPI. Enquanto, no TC, haverá a realização de atividades no espaço de vivência do estudante.

Assim, semestralmente, após cursar as disciplinas, o estudante sairá da universidade e permanecerá no território que atua, desenvolvendo atividades que interliguem estes dois tempos. Caberá aos professores do curso acompanhar e vivenciar juntamente com os estudantes o TC, em que serão realizadas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, nas múltiplas áreas de atuação dos estudantes.

Caracterização do Tempo-Universidade:

1. **Disciplinas.** Serão montadas aulas expositivas e dialogadas, além da realização de visitas e diálogos com sujeitos sociohistóricos locais.
2. **Estudos Individuais.** Estes estudos serão orientados pelos professores e serão base para as práticas de pesquisa e extensão em escolas do campo e junto aos movimentos sociais e sindicais. Sobre cada estudo individual

orientado, o educando deverá produzir um roteiro de apresentação das questões, que será discutido, avaliado e aplicado considerando-se as áreas de vivências dos estudantes.

3. **Oficinas.** As oficinas priorizarão a atenção aos processos de socialização e de produção coletiva do conhecimento, enfatizando a criação de materiais pedagógicos que congreguem as tecnologias educacionais disponíveis. A produção de materiais pedagógicos terá como base a observação da realidade educacional do campo durante o tempo-comunidade, respeitando-se, assim, a realidade dos territórios nos quais se localizam os assentamentos.

4. **Linhas de Pesquisa.** Cada aluno apresentará, já na segunda etapa do curso, uma carta de intenções acerca de um projeto de pesquisa. A partir dos interesses apresentados pelos educandos, serão construídas as Linhas de Pesquisa do curso. Os projetos de pesquisas serão acompanhados por uma orientação coletiva de profissionais a serem indicados pelo Colegiado de Curso a cada etapa de estudos. No final do Curso, o educando apresentará um trabalho de conclusão baseado nas pesquisas desenvolvidas nas etapas anteriores. Este trabalho terá um cunho participativo e emancipador quanto às comunidades envolvidas.

5. **Práticas de planejamento de pesquisa e/ou extensão.** No final de cada etapa do Tempo-Universidade, os educandos realizarão um trabalho integrado a partir de uma questão-problema própria ao seu projeto de extensão/pesquisa, oportunizando a integração e relação dos eixos temáticos desenvolvidos ao longo da etapa do Tempo-Universidade.

6. **Trabalho de Conclusão de Curso (60).** Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso a partir dos resultados obtidos nos projetos de extensão/pesquisa e práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo das etapas do curso.

7. **Excursões duplamente emancipatórias.** Realização de visitas às escolas dos territórios envolvidos no projeto, bem como a apresentação das diferentes dependências da universidade como eixo integrador do desenvolvimento das atividades pedagógicas.

8. **Estágio curricular supervisionado (405h).** A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de

situações reais da Educação no Campo, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Ressalte-se que em conformidade com as

Caracterização do tempo-comunidade:

1. **Estudos da Realidade/Pesquisa e Práticas Pedagógicas no território onde vive os alunos.** Nos estudos desenvolvidos em ambiente real, o educando acentuará sua formação como educador-pesquisador, realizando, portanto, pesquisas e práticas pedagógicas. Neste sentido, a reconstrução histórica de seu lócus, bem como de seu município é a base da metodologia de pesquisa, reconstruindo a totalidade das relações sociais historicamente produzidas, abrangendo a Memória Social, o Patrimônio Imaterial e Físico, a dinâmica das Escolas, recuperando histórias, objetos e territórios que vão se perdendo, além de reconstruir dados socioeconômicos e análises políticas. No retorno de cada tempo-comunidade, os educandos apresentarão oralmente suas percepções e entregarão um registro escrito acerca de suas observações e aprendizados. Estes estudos serão utilizados na construção do trabalho final a ser apresentado para uma banca examinadora e para a comunidade envolvida.

2. **Construção de dados para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso.** Neste tempo os estudantes realizarão pesquisas e atividades que darão suporte à construção do Trabalho de Conclusão de Curso, que deverá obrigatoriamente estar calcado em seu projeto de extensão/pesquisa. As comunidades serão envolvidas de acordo com as necessidades e demandas apresentadas pelos grupos sociais envolvidos na formação.

3. **Estágio curricular supervisionado.** A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais da Educação nas escolas de educação básica, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Importante destacar que no âmbito do PRILEI articulação entre teoria e prática, ocorre também por meio da residência docente, pois os alunos com bom desempenho

no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que integram o curso, assumem o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa. Trata-se de uma ação valiosa que supera o estágio pois consiste na imersão do aluno na escola que promove o aperfeiçoamento da formação de professores nos cursos de licenciatura.

7.7.1 Matriz Curricular

1º. Semestre – Bloco I

1º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	Seminário de Introdução ao Curso	1	0	0	0	15	0	0	0	15
2	Filosofia da Educação	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	Sociologia da Educação	2	2	0	0	30	30	0	0	60
4	Lógica e Teoria dos Conjuntos	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	Elementos de Matemática	4	2	0	0	60	30	0	0	90
6	Libras- Língua Brasileiras de Sinais	2	2	0	0	30	30	0	0	60
7	ACE I	0	0	0	3	0	0	0	45	45
8	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	0	0	1	0	0	0	15	0	15
Total		13	10	1	3	195	150	15	45	405

2º. Semestre – Bloco II

2º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	Geometria Euclidiana	4	2	0	0	60	30	0	0	90
2	Geometria Analítica	4	2	0	0	60	30	0	0	90
3	Psicologia da Educação	2	2	0	0	30	30	0	0	60
4	História da Educação	2	2	0	0	30	30	0	0	60
8	ACE II	0	0	0	3	0	0	0	45	45
9	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	0	0	3	0	0	0	45	0	45

Total	12	8	3	3	180	120	45	45	390

3º. Semestre – Bloco III

3º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	Fundamentos de Matemática Elementar	2	2	0	0	30	30	0	0	60
2	Cálculo Diferencial e Integral I	4	2	0	0	60	30	0	0	90
3	Legislação e Organização da Educação Básica	2	2	0	0	30	30	0	0	60
4	Construções Geométricas	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	Algoritmo e Programação	2	2	0	0	30	30	0	0	60
6	ACE III	0	0	0	3	0	0	0	45	45
7	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III	0	0	3	0	0	0	45	0	45
Total		12	10	3	3	180	150	45	45	420

4º. Semestre – Bloco IV

4º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	Álgebra Linear I	3	3	0	0	45	45	0	0	90
2	Teoria dos Números	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	Tecnologias Aplicado ao Ensino	2	2	0	0	30	30	0	0	60
4	Cálculo Diferencial e Integral	4	2	0	0	60	30	0	0	90
5	OPTATIVA I	2	2	0	0	30	30	0	0	60
6	ACE IV	0	0	0	3	0	0	0	45	45
7	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV	0	0	3	0	0	0	45	0	45
Total		13	11	3	3	195	165	45	45	450

5º. Semestre – Bloco V

5º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				

		Teórico				Prático	Estágio	Extensão	Total
1	Cálculo Diferencial e Integral III	4	2	0	0	60	30	0	90
2	Introdução às Estruturas Algébricas	2	2	0	0	30	30	0	60
3	Elementos de Combinatória e Probabilidade	2	2	0	0	30	30	0	60
4	Didática Geral	2	2	0	0	30	30	0	60
5	OPTATIVA II	2	2	0	0	30	30	0	60
6	Matemática na Escola	2	2	0	0	30	30	0	60
7	ACE V	0	0	0	3	0	0	0	45
8	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V	0	0	3	0	0	0	45	45
Total		14	12	3	3	210	180	45	480

6º. Semestre – Bloco VI

6º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	Análise para Licenciatura	4	2	0	0	60	30	0	0	90
2	Estatística	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	Física	4	2	0	0	60	30	0	0	90
4	Avaliação da Aprendizagem	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	ACE VI	0	0	0	3	0	0	0	45	45
6	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI	0	0	4	0	0	0	60	0	60
Total		12	8	4	3	180	120	60	45	405

7º. Semestre – Bloco VII

7º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	Equações Diferenciais Ordinárias	3	3	0	0	45	45	0	0	90
2	Métodos Numéricos	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	Recursos Educacionais em Matemática	2	2	0	0	30	30	0	0	60
4	Didática da Matemática	2	2	0	0	30	30	0	0	60

5	TCC 1	1	1	0	0	15	15	0	0	30
6	ACE VII	0	0	0	3	0	0	0	45	45
7	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VII	0	0	4	0	0	0	60	0	60
Total		10	10	4	3	150	150	60	45	405

8º. Semestre – Bloco VIII

8º SEMESTRE										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	Matemática Comercial e Financeira	4	2	0	0	60	30	0	0	90
2	Laboratório de práticas para o ensino da Matemática	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	Resoluções de Problemas e Textos Matemáticos	2	2	0	0	30	30	0	0	60
4	TCC 2	1	1	0	0	15	15	0	0	30
5	ACE VIII	0	0	0	3	0	0	0	45	45
6	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VIII	0	0	6	0	0	0	90	0	90
Total		9	7	6	3	135	105	90	45	375

Importante destacar que no curso há o componente curricular que favorece, além da formação geral, o desenvolvimento da autonomia do aluno - as atividades Acadêmico-Científico-Culturais, ou seja, as Atividades Complementares.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES		
Código	Nome da Disciplina	Carga Horária
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200h

Ressalte-se que em atendimento à Resolução CNE. Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 e dá outras providências e as Resolução UFPI/CEPEX -053/2019 e Resolução CEPEX/UFPI nº 297, de 20.06.22 que regulamenta o registro e a inclusão das atividades curriculares de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFPI, as disciplinas que,

obrigatoriamente terão natureza extensionista estão listadas no quadro a seguir, totalizando 360 horas aula. Isso não implica que outras disciplinas possam realizar atividades de extensão. Paradoxalmente, como o curso guia-se pelo princípio de articulação entre teoria e prática desde o início do curso, os professores têm autonomia para definir suas atividades pedagógicas.

COMPONENTES CURRICULARES REFERENTES A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	Carga horária (h)
Oficina de Latex I	45
Oficina de Latex II	45
Educação Inclusiva	45
Práticas interdisciplinares de pesquisa em matemática	45
Ferramentas Digitais para o Professor de Matemática.	45
Prática de Ensino e Extensão no Ensino Fundamental	45
Prática de Ensino e Extensão no Ensino Médio	45
Empreendedorismo e Inovação em Educação Matemática	45
TOTAL	360 horas

Disciplinas Optativas

OPTATIVAS										
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos				Carga Horária Semestral				
						Teórico	Prático	Estágio	Extensão	Total
1	Etnomatemática Afro-indígena	2	2	0	0	30	30	0	0	60
2	Tópicos Especiais de Análise	2	2	0	0	30	30	0	0	60
3	Otimização	2	2	0	0	30	30	0	0	60
4	História da Matemática	2	2	0	0	30	30	0	0	60
5	Álgebra Linear Computacional	2	2	0	0	30	30	0	0	60
Total		10	10	0	0	150	150	0	0	300

7.7.2 Fluxograma do Curso

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	TECNOLOGIAS APLICADAS AO ENSINO	DIDÁTICA GERAL	AValiação DA APRENDIZAGEM	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS ORDINÁRIAS	MATEMÁTICA COMERCIAL E FINANCEIRA
2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	3 3 0 0 90	4 2 0 0 90
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO		ÁLGEBRA LINEAR I	INTRODUÇÃO ÀS ESTRUTURAS ALGÉBRICAS	ESTATÍSTICA		
2 2 0 0 60	2 2 0 0 60		3 3 0 0 90	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60		
LIBRAS - LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS	GEOMETRIA EUCLIANA	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	ANÁLISE PARA LICENCIATURA	MÉTODOS NÚMERICOS	
2 2 0 0 60	4 2 0 0 90	4 2 0 0 90	4 2 0 0 90	4 2 0 0 90	4 2 0 0 90	2 2 0 0 60	
LÓGICA E TEORIA DOS CONJUNTOS	GEOMETRIA ANALÍTICA	CONSTRUÇÕES GEOMÉTRICAS	TEORIA DOS NÚMEROS	ELEMENTOS DE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE		RECURSOS EDUCACIONAIS EM MATEMÁTICA	LABORATÓRIOS DE PRÁTICAS PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA
2 2 0 0 60	4 2 0 0 90	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60		2 2 0 0 60	2 2 0 0 60
ELEMENTOS DE MATEMÁTICA		FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA ELEMENTAR		MATEMÁTICA NA ESCOLA		DIDÁTICA DA MATEMÁTICA	RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E TEXTOS MATEMÁTICOS
4 2 0 0 90		2 2 0 0 60		2 2 0 0 60		2 2 0 0 60	2 2 0 0 60
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO		ALGORITMOS E PROGRAMAÇÃO	OPTATIVA I	OPTATIVA II	FÍSICA	TCC 1	TCC 2
1 0 0 0 15		2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	2 2 0 0 60	4 2 0 0 90	1 1 0 0 30	1 1 0 0 30
ACE I Oficina de Latex I	ACE II Oficina de Latex II	ACE III Educação Inclusiva	ACE IV Práticas interdisciplinares de pesquisa em matemática	ACE V Ferramentas Digitais para o Professor de Matemática	ACE VI Prática de Ensino e Extensão no Ensino Fundamental	ACE VII Prática de Ensino e Extensão no Ensino Médio	ACE VIII Empreendedorismo e Inovação em Educação Matemática
0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45	0 0 0 3 45
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VII	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VIII
0 0 1 0 15	0 0 3 0 45	0 0 3 0 45	0 0 3 0 45	0 0 3 0 45	0 0 4 0 60	0 0 4 0 60	0 0 6 0 90
13 10 1 3 405	12 8 3 3 390	12 10 3 3 420	13 11 3 3 450	14 12 3 3 480	12 8 4 3 405	10 10 4 3 405	9 7 6 3 375
1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período

DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS	Nº	CARGA HORÁRIA
NÚCLEO I - FORMAÇÃO GERAL	13	780
NÚCLEO II - COMPONENTES ESPECÍFICOS	22	1605
TCC	2	60
OPTATIVAS	2	120
ATIVIDADE COMPLEMENTAR		200
NÚCLEO III - EXTENSÃO	8	360
NÚCLEO IV - ESTÁGIO	8	405
TOTAL	55	3530

CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES CURRICULARES	
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	2.385
DISCIPLINAS OPTATIVAS	120
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	405
ATIVIDADES COMPLEMENTARES - AC	200
ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE	360
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	60
TOTAL	3.530

7.7.3 Ementas e bibliografias básica e complementar

1º SEMESTRE

DISCIPLINA: Seminário de Introdução ao Curso
EMENTA: Conhecimentos sobre a Organização Acadêmica e Administrativa da Universidade Federal do Piauí. Guia Universitário. Organização e Matriz curricular do Curso de Licenciatura em Matemática. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática. Somas de fração, jogo de sinais, fatoração, expressões algébricas, radiciação, potenciação, completar quadrados, MDC e MMC. BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. UFPI. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução CEPEX/UFPI Nº 177/2012, de 05 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Piauí. UFPI, Teresina, 2012. 2. UFPI. Conselho Universitário. Resolução nº 32/05, de 10 de outubro de 2005. Estatuto da Universidade Federal do Piauí, 2005. 3. UFPI. Projeto Político Pedagógico de Curso de Licenciatura em Matemática – UFPI. Teresina, 2023. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. LIMA, E. L. Números e Funções Reais, 1ª Edição, Coleção Profmat, SBM, 2013. 2. IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar, vol. 1: Conjuntos e Funções. 9ªed. São Paulo: 2013. 3. IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar, vol. 2: Logaritmos. 9ª ed. São Paulo:

2013.

4. AXLER, S. Pré-Cálculo, uma preparação para o Cálculo, Nobel, 2002.
5. DO CARMO, M., MORGADO, A. C., WAGNER, E. Trigonometria e Números Complexos, 3ª Edição, Coleção Professor de Matemática, SBM 2005.

DISCIPLINA: Elementos de Matemática

EMENTA:

NÚMEROS REAIS: A geometria e a álgebra dos números reais; Desigualdades, intervalos e valor absoluto. NOÇÕES DE FUNÇÕES E GRÁFICOS: Sistemas de coordenadas em duas dimensões; Conceitos básicos: domínio e imagem, operações; Composição e inversão de funções. FUNÇÕES ALGÉBRICAS: Funções afins e funções quadráticas; Funções potência de expoentes inteiros e racionais; Funções polinomiais e racionais; Aplicação: decomposição em frações parciais. FUNÇÕES EXPONENCIAIS E LOGARÍTMICAS: Funções exponenciais; Funções logarítmicas como inversas de funções exponenciais; O número e e o logaritmo natural; Aplicações. FUNÇÕES TRIGONOMÉTRICAS: A trigonometria do triângulo retângulo; O círculo trigonométrico; Funções trigonométricas; A álgebra das funções trigonométricas; Leis do seno e do cosseno; Equações trigonométricas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AXLER, S. Pré-Cálculo, uma preparação para o Cálculo, Nobel, 2002.
2. DO CARMO, M; MORGADO, A. C; WAGNER, E. Trigonometria e Números Complexos. 3ª Edição, Coleção Professor de Matemática, SBM 2005.
3. LIMA, E. L. Logaritmos. Coleção Professor de Matemática, SBM 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LIMA, E. L. Números e Funções Reais. 1ª Edição, Coleção Profmat, SBM, 2013.
- SAFIER, F. Pré-Cálculo. 2ª Edição, Coleção Schaum, Bookman, 2011.
2. GUIDORIZZI, H. Um curso de Cálculo. Volume 1, 5ª Edição, LTC, 2001.
3. GELSON, I. Fundamentos de Matemática Elementar. vol. 1: Conjuntos e Funções. 9ª ed. São Paulo: 2013.
4. GELSON, I. Fundamentos de Matemática Elementar, vol. 2: Logaritmos. 9ª ed. São Paulo: 2013.

DISCIPLINA: Lógica e Teoria dos Conjuntos

EMENTA:

CONCEITOS BÁSICOS: O que é proposição, Tipos de proposições, Conectivos e o modificador (operações lógicas sobre proposições), tabelas verdade (definição e construção). APLICAÇÕES DA TABELA VERDADE: Tautologias, contradições e contingências, implicação lógica, equivalência lógica, álgebra das proposições. MÉTODO DEDUTIVO. ARGUMENTO E REGRAS DE INFERÊNCIAS: Definição e validade de um argumento, regras de inferência e regras de inferência fundamentais, demonstração da validade de um argumento, demonstração indireta (demonstração por redução ao absurdo). CONJUNTOS E SENTENÇAS ABERTAS: Primeiros conceitos, operações com conjuntos, propriedades das operações, produto cartesiano, sentenças abertas, operações com os conectivos e o modificador (negação), álgebra das sentenças abertas. QUANTIFICADORES: Quantificadores universal, existencial e de existência e unicidade, negação de proposições com quantificador, quantificação de sentenças abertas com mais de uma variável. TEOREMAS, CONJECTURAS, PARADOXOS: Teorema, corolário e lema, provas indiretas (redução ao absurdo e contraposição), teoremas demonstráveis por indução finita ou por recorrência, conjecturas, paradoxos, sistemas matemáticos. RELAÇÕES E FUNÇÕES: Produto cartesiano, relações, funções, domínio, imagem e

imagem inversa, funções sobrejetora, injetora e bijetora, funções inversas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. EDGAR. A. F, Iniciação à lógica matemática, Nobel, 2002.
2. BARBOSA, R.M. Fundamentos de matemática elementar, Nobel, 1974.
3. BISPO, C.A.; CASTANHEIRA. L.; SOUZA. O. M. F. Introdução à lógica matemática, Cengage Learning, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. B. CASTRUCCI. B. Elementos de teoria dos conjuntos, Nobel, 1972.
2. D. C. F. Um convite à matemática, EDUEFCG, 2006.
3. LIMA. E. L. Curso de análise, Volume 1, Projeto Euclides, IMPA, 2012.
4. NOVAIS. G. P. Introdução à teoria dos conjuntos, SBM - Coleção Professor de Matemática, 2018.
5. VELLEMAN. D. J. How to prove it, Cambridge Univ. Press, 1994.

DISCIPLINA: Libras - Língua Brasileira de Sinais

EMENTA:

Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS: Conceituação. História da educação dos surdos. Abordagens educacionais. Legislação. Identidades e cultura da comunidade surda. Aspectos Linguísticos da Libras e o uso da língua. Pedagogia surda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FELIPE, T. A.. Libras em contexto: Curso Básico: livro do estudante. 8ed. Rio de Janeiro: Walprint, 2007.
2. GESSER, A. LIBRAS?: Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
3. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Colab.). **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. 2 ed. São Paulo: USP, 2001.
2. GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio- interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.
3. QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (org.). **Estudos surdos II**. Petrópolis, RJ: Arara azul, 2007. QUADROS, R. M. **Tradutor e interprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: SEESP, 2004.
4. SKLIAR, Carlos de (org). **A surdez: Um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

DISCIPLINA: Filosofia da Educação

EMENTA:

Filosofia e a filosofia da educação: concepções e especificidades da filosofia; concepções de educação; tarefas da filosofia da educação; relação entre educação, pedagogia, ensino. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação; As teorias e práticas educativas e suas dimensões ética, política e estética: as discussões sobre gênero, diversidade étnico-racial, sexual, religião e questões geracionais. Filosofia da educação e a formação do/a professor/a.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CHAUÍ, Marilena S. Convite à Filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010. p. 10-29; p. 158-220; p. 272-276. (Edição de 2000, disponível em: www.filosofia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/classicos_da_filosofia/convite.pde.)
2. PAGNI, Pedro Ângelo. Entre a modernidade educacional e o modernismo: um ensaio sobre a possibilidade de uma Filosofia da Educação como arte da superfície. In: SEVERINO, A. J.; ALMEIDA, C. R. S.; M. A. LORIERI (Orgs.). Perspectivas da Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez Editora, 2011. p. 150-166.
3. PAGNI, Pedro Ângelo. Experiência estética, formação humana e arte de viver. São Paulo: Loyola, 2014. PERISSÉ, Gabriel. Introdução à filosofia da educação: Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
4. RODRIGUES, Zita A. L. Paradigma científico dominante, novo paradigma emergente, nas ciências e no conhecimento: debate contemporâneo. In: CANDIDO, C.; CARBONARA, V. (Org.). Filosofia e ensino: um diálogo transdisciplinar. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2004. p. 379-412.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, Adalberto D. de. Utopia e educação. Porto: Porto, 1994. GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Caminhos da filosofia. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
2. LUCHESI, Cipriano C.; PASSOS, Elizete S. Introdução à filosofia: aprendendo a pensar. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. MATOS, Olgária. Filosofia a polifonia da razão: filosofia e educação. São Paulo: Scipione, 1997. SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências. 7. ed. Porto, PT: Afrontamento, 1995.
3. SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1989.

DISCIPLINA: Sociologia da Educação**EMENTA:**

A Sociologia como ciência. Teorias sociológicas clássicas. Conceitos fundamentais para a compreensão da relação Educação/Sociedade. A Educação como objeto de estudo da Sociologia. Teorias contemporâneas em Sociologia da Educação. Campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais, trajetórias escolares e estruturas sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DEMO, Pedro. Introdução à Sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2008.
2. DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. 11. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978. FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. 6. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1986.
3. LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. Sociologia Geral. São Paulo: Atlas, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1990. ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1987. APPLE, Michael. Ideologia e currículo. Porto Alegre: Artmed, 2006.
2. BORDIEU, Pierre. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
3. BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Educação em Revista. Belo Horizonte, n° 10, p. 5-15. 1989.
4. DEMO, Pedro. A educação do futuro e o futuro da educação. Petrópolis: Vozes, 1996.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado I

EMENTA:

Abordagem do processo de formação e a trajetória da profissionalização docente. Aproximação do aluno ao ambiente escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004.
2. FREITAS, L. C. **Neotecnismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) **Formação de Professores: pensar e fazer**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
3. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
2. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
3. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
4. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
5. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

2º SEMESTRE**DISCIPLINA: Geometria Euclidiana****EMENTA:**

Axiomas de Euclides; Retas e Planos; Ângulos e Triângulos; Congruências; Desigualdades Geométricas; Retas e Planos Perpendiculares no Espaço; Retas Paralelas no Plano; Retas e Planos Paralelos; Regiões Poligonais e suas Áreas; Semelhança; Circunferências e Superfícies Esféricas; Caracterizações e Construções; Áreas de Círculos e Setores; Sólidos e seus Volumes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARBOSA, J. L. M. **Geometria Euclidiana Plana**. Coleção do Professor de Matemática 11 ed.. Rio de Janeiro, SBM 2012.
2. CARVALHO, P.C. **Introdução à Geometria Espacial**. Coleção do Professor de Matemática. Rio de Janeiro, SBM 2005.
3. MUNIZ NETO, A. C. **Geometria**. Coleção PROFMAT. Rio de Janeiro, SBM 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, P. C., LIMA, E. L. MORGADO, A. C., WAGNER, E. **A Matemática do Ensino Médio vol2**. Coleção do Professor de Matemática. Rio de Janeiro, SBM 2022.
2. DOLCE, O., POMPEO, J. N. **Fundamentos de matemática elementar - Volume 9: Geometria plana**. Editora Atual, 2009.
3. DOLCE, O., POMPEO, J. N. **Fundamentos de matemática elementar - Volume 10: Geometria espacial - Posição e métrica**. Editora Atual, 2009.
4. HILBERT, D. **Fundamentos da Geometria**. Gradativa, 2003.
5. MUNIZ NETO, Antonio Caminha. **Tópicos de Matemática Elementar - Volume 2 Geometria Euclidiana Plana**. Coleção do Professor de Matemática. Rio de Janeiro, SBM 2013.
6. SANTOS, A. R. S., VIGLIONI, H. H. B. **Geometria Euclidiana Plana**. UFS, 2011. Acesso em: 04/05/2023. Disponível em: <
http://professor.ufop.br/sites/default/files/santostf/files/geometria_euclidiana_plana.pdf>

DISCIPLINA: Geometria Analítica

EMENTA:

Matrizes, Sistemas lineares e Determinantes; Vetores; Coordenadas cartesianas (na reta, no plano e no espaço); Dependência Linear; Bases; Produto escalar; Produto Vetorial; Produto Misto; Sistema de coordenadas. Estudo da reta; Estudo do plano; Posição relativa de retas e planos; Perpendicularidade e Ortogonalidade; Ângulos (entre retas, entre planos, entre retas e planos); Distâncias. Mudança de coordenadas; Translação e rotação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. OLIVEIRA, I., BOULOS, P., Geometria Analítica: um tratamento vetorial. São Paulo, Macgraw-Hill, 1987.
2. STEINBRUCH, A., WENTERLE, P., Geometria Analítica. Macgraw-Hill – São Paulo, 1987.
3. BALDIN, Y.Y., FURUYA, Y. S., Geometria Analítica para Todos e Atividades com Octave e Geogebra. EdUFScar, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DELGADO, J., FRENSEL, K., CRISSAFF, L. Geometria Analítica – Coleção PROFMAT, SBM, 2013.
2. LEHMANN, C., Geometria Analítica. 6ª edição, Rio de Janeiro, Globo, 1987.
3. LIMA, E., Geometria Analítica e Álgebra Linear – Coleção Matemática Universitária, IMPA, 2008
4. SANTOS, N., ANDRADE, D., GARCIA, N., Vetores e matrizes: uma introdução à álgebra linear. 4ª edição, Cengage Learning, 2007.
5. VALADARES, R.J. C. Álgebra Linear e Geometria Analítica. Rio de Janeiro, Campus, 1982.

DISCIPLINA: Psicologia da Educação**EMENTA:**

Ciência psicológica. Desenvolvimento e aprendizagem. Teorias do Desenvolvimento e da Aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BOCK, Ana Mercedes Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. PSICOLOGIAS: uma introdução ao estudo de psicologia. Editora Saraiva, 1999.
2. CARVALHO, M. V. C. de; MATOS, K. S. A. L. Psicologia da educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão. Edições UFC, 2009.
3. COUTINHO, M. T. da C.; MOREIRA, M. Psicologia da Educação. Belo Horizonte: LÊ, 1993. FERRO-SILVA M. da Glória D.; LEAL-PAIXÃO, M. do S. S. Aprendizagem: processo básico do comportamento humano. IN: CARVALHO, M. V. C. de (org). Temas em Psicologia e Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
4. SOUZA, M. P. R. Problemas de aprendizagem ou problemas de escolarização? <http://www.abrapee.org/se.br/artigo5.htm>. acessado em 02.10.2007.
5. TEIXEIRA, F. E. da C. (org). Aprendendo a aprender. Brasília: UniCEUB, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. Psicologia Sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2001.
2. CARRARA, K. (org). Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens. São Paulo: AVERCAMP, 2004.
3. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de. Breve incursão pela história das relações entre Psicologia e Educação. IN: FERRO, Maria do Amparo Borges (org). Educação: saberes e práticas. Teresina: EDUFPI, 2002.

4. COLL, César; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). Desenvolvimento psicológico e educação –Psicologia da Educação. Tradução de Angélica Mello Alves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. CUNHA, Marcos Vinicus da. Psicologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DISCIPLINA: História da Educação

EMENTA:

História da Educação: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ARANHA, Maria Lúcia de A. História da educação e da Pedagogia: Geral e Brasil. 3ª. Ed. São Paulo: Moderna, 2006.
2. BRITO, Itamar de Sousa. História da Educação no Piauí. Teresina: EDUFPI, 1996.
3. MENDES, Francisco Ivelton Vasconcelos. História da educação piauiense. Sobral: EGUS, 2012.
4. RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: a organização escolar. 12ª. Ed. São Paulo, SP: Cortez Editoras/Autores Associados, 1992.
5. VEIGA, C. G. História da Educação. São Paulo: Ática, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BUFFA, E & NOSELLA, P. A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1991.
2. CARVALHO, M. M. C. de. A escola e a república. São Paulo, SP: Brasiliense, 1989.
3. CAVALCANTE, Maria Juraci (Org.) História da educação: instituições, protagonistas e práticas. Fortaleza: Ed. UFC/LCR, 2005.
4. AZEVEDO, Fernando de. A transmissão da cultura, parte 3, 5ª ed. A Cultura Brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
5. CUNHA, Luiz Antônio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. 8ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.
6. CURY, C. R. J. Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais. 4ª ed. São Paulo, SP: Cortez Editora/Autores Associados, 1988.
7. DI GIORGI, C. Escola Nova. 3ª ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 1992.

DISCIPLINA: Introdução a Computação

EMENTA:

Aproximações numéricas. Representação de números no computador. Aritmética de ponto flutuante. Erros. Características básicas de organização de um computador. Algoritmos e programas. Programação básica em linguagens de programação estruturadas (Pascal e Python). Solução de problemas numéricos e não numéricos por computadores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. JENSEN, K.; WIRTH, N. PASCAL SEM – Manual do Usuário e Relatório. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
2. WELSH, J.; ELDER, J. Introdução à Linguagem Pascal. São Paulo: PHB, [s.d.].
3. MENEZES, Nilo Ney Coutinho. Introdução à Programação com Python: algoritmos e lógica de programação para iniciantes. 4. ed. São Paulo: Novatec, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SCHMITZ, E. A.; TELES, A. S. Pascal e Técnicas de Programação. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

2. MANZANO, José Augusto N. G.; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. Algoritmos: lógica para desenvolvimento de programação de computadores. 28. ed. São Paulo: Érica, 2021.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado II

EMENTA:

Abordagem do processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas, imersão na escola, para analisar seu projeto político pedagógico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004.
2. FREITAS, L. C. **Neotecnismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
3. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
2. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
3. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
4. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

3º SEMESTRE

DISCIPLINA: Fundamentos de Matemática Elementar

EMENTA:

NÚMEROS NATURAIS: Construção do conjunto dos números naturais; Multiplicação, múltiplos e potências em $\mathbb{N}$; Somatório e produtório; Aplicação: Demonstração por indução finita. NÚMEROS INTEIROS: Construção do conjunto dos números inteiros; Divisibilidade e números primos; Congruências; Sistemas de numeração dos inteiros e conversão de bases; Valor absoluto. NÚMEROS RACIONAIS: Construção dos números racionais; Valor absoluto; Mudança de base de sistema de numeração racional; Dízimas periódicas. NÚMEROS REAIS: Corpos ordenados; O complemento do conjunto $\mathbb{Q}$ dos números racionais; O corpo dos números reais; Representação geométrica dos números reais; Noções básicas de sequências e séries de números reais; Representação decimal de números reais. NÚMEROS COMPLEXOS: O corpo dos números complexos; Construção do corpo dos números complexos; Representação polar; Potências e extração de raízes de números complexos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DOMINGUES. H. H. Fundamentos de Aritmética. Editora UFSC, 2015.
2. J. FERREIRA. J. A construção dos números. Coleção Textos Universitários, SBM, 2008.
3. W. RUDIN. W. Princípios de Análise Matemática. Editora UnB, 1975.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MONTEIRO. J. L. H. Elementos de Álgebra, Impa, Ao Livro Técnico S.A., 1969.
2. DO CARMO. M. P.; MORGADO. A. C.; WAGNER. E., Trigonometria e Números Complexos, Coleção Professor de Matemática, SBM.
3. SHOKRANIAN. S. Variável Complexa. vol.1, Editora UnB, 2002.
4. SOARES. M. G. Cálculo em uma variável complexa, Coleção Matemática Universitária, SBM, 2003.
5. RUDIN. W, Principles of mathematical analysis, Thirrd Edition, McGrawHill, 1776.

DISCIPLINA: Cálculo Diferencial e Integral I**EMENTA:**

LIMITE E CONTINUIDADE: Limite de uma função e leis do limite, definição precisa de limite, limite fundamental, limites laterais, continuidade, limites infinitos, limites no infinito e assíntotas. DERIVAÇÃO: Taxas relacionadas e taxas de variação, derivadas, regras operacionais, regra da cadeia, derivação implícita, linearização diferenciais. APLICAÇÕES DA DERIVADA: Pontos críticos, valores de máximos e mínimos, Teorema do Valor Médio e aplicações, estudo de concavidades e esboço de curvas, Teorema de L'Hospital. INTEGRAIS: - Integral de Riemann e cálculo de áreas, primitivas de funções elementares, Teorema Fundamental do Cálculo, técnicas de integração; por partes, por substituição e por frações parciais, substituição trigonométricas e integrais trigonométricas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. STEWART, J. Cálculo, vol.1; tradução EZ2 Translate. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
2. GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008. 1v.
3. SIMMONS, G. F. Cálculo com Geometria Analítica. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2010. 1v.
4. AVILA, G. S. S. Cálculo das Funções de uma Variável. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. 1v.
5. BOULOS, P. Cálculo Diferencial e Integral. 2ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004. 1v.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANTON, H. Cálculo: um novo horizonte. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 1v.
2. LEITHOLD, L. O Cálculo com Geometria Analítica. 3ª ed. Sao Paulo: Harbra, 1990. 1v.
3. EDWARDS, C. H., PENNEY, D. E. Cálculo com Geometria Analítica. 4ª ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, . 1v.
4. LANG, S. Cálculo. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978. 1v.
5. MUNEM, M. A., FOULIS, D. J. Cálculo. Rio de Janeiro: LTC, 1982. 1v.
6. SWOKOWSKI, E. W. Cálculo com Geometria Analítica. 2ª ed. Rio de Janeiro: McGraw- Hill, 1994. 1v.

DISCIPLINA: Legislação e Organização da Educação Básica.

EMENTA:

A Dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei no.9.394/96).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ARELARO, Lisete R. G.; KRUPPA, Sônia M. P. Educação de Jovens e Adultos. In: OLIVERIA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (orgs.). Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades. 2.ed. São Paulo: Xamã, 2007.
2. BRZESZINSKI, Íria. LDB/1996: Uma década de perspectivas e perplexidades na formação de profissionais da educação. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.
3. CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 17. ed. Atualizada. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
5. CORRÊA, Bianca C. Educação Infantil. In: OLIVERIA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (orgs.). Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades. 2.ed. São Paulo: Xamã, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ADRIÃO, Thereza, PERONI, Vera. (orgs.) Público e Privado na Educação: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.
2. FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. O Estatuto da Criança e do adolescente e professor: reflexos na sua formação e atuação. São Paulo: Cortez, 2008.
3. GENTILLI, Pablo. O Consenso de Washington e a Crise da Educação na América Latina. In: A falsificação do Consenso. Petrópolis: Vozes, 1998.
4. PEREIRA, E. W. & TEIXEIRA. Reexaminando a educação básica na LDB: o que permanece e o que muda. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.
5. PRETI, Oreste (Org.) Educação à Distância: inícios, indícios de um percurso. Cuiabá: UFMT, 1996. SOARES, Rosinethe Monteiro. Hierarquia das Leis. Portal da ESSERE Consultoria Política. Disponível em: <<http://www.essere.com.br/artigos/hierarquia.htm>>. Acesso em: jun.2007

DISCIPLINA: Construções Geométricas**EMENTA:**

Construções fundamentais. Circunferência. Polígonos convexos. Curvas cônicas. Curvas cíclicas. Concordância de retas e de arcos de círculo. Curvas diversas. Introdução de softwares para desenhos usando régua e compasso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRAGA, T. Desenho Linear Geométrico. São Paulo, 1997.
2. GIONGO, A. R. Curso de Desenho Geométrico. Editora Nobel, São Paulo 1974.
3. WAGNER, E. Construções Geométricas. SBM, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, B. A. Desenho Geométrico. Ao Livro Técnico Ltda., Rio de Janeiro, 1959. SIMMONS, G. F. Cálculo com Geometria Analítica. McGraw-Hill, São Paulo, 1987.
2. MOISE, E. Downs, F. H. Jr. Geometria Moderna, parte I. Editora Edgard Blucher Ltda., São Paulo, 1971.
3. REZENDE, E. Q. F., DE QUEIROZ, M. L. Geometria Plana e Construções Geométricas. 2ª ed. Editora UNICAMP, Campinas - SP, 2008.

4. YAMADA, C. Desenho Geométrico. 1ª ed. Editora Scipione, São Paulo, 2013

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado III

EMENTA:

Vivências dos diferentes espaços na escola (Diretoria, Secretaria, refeitório, sala de aula, dentre outros). Observação participante das ações da escola. Elaboração do Plano de atividade de intervenção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

4. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004.
5. FREITAS, L. C. **Neotecnicismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
6. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

5. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
6. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
7. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
8. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
9. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINA: Algoritmos e Programação

EMENTA:

Sistemas computacionais: hardware e software; Internet e crimes informáticos; Algoritmos: estruturas sequenciais, de seleção e repetição; Tipos estruturados básicos: vetores e matrizes; Funções; Conceitos sobre tipos abstratos de dados; Estruturas de dados estáticas e dinâmicas; Algoritmos de pesquisa e de ordenação; Implementação dos algoritmos: emprego de linguagem de programação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PEREIRA, S. L. Algoritmos e Lógica de Programação em C: uma Abordagem Didática. São Paulo: Érica, 2010.
2. HOLLOWAY, J. P. Introdução a programação para engenharia: resolvendo problemas com algoritmos. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 339p.
3. BACKES, A. Linguagem C: Completa e Descomplicada. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MIZRAHI, V. V. Treinamento em linguagem C. São Paulo: Pearson Education, 2008.
- ASCENCIO, A. F. G., CAMPOS, E. A. V. de. Fundamentos da Programação de Computadores: algoritmos, Pascal, C/C++ e Java. 2ª Ed. São Paulo: Pearson, 2002.
2. LOPES, A., GARCIA, G. Introdução à Programação: 500 algoritmos resolvidos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.
3. MOKARZEL, F. C. Introdução à Ciência da Computação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- CELES, W., CERQUEIRA, R., RANGEL, J. L. Introdução a Estrutura de Dados: com técnicas de programação em C. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.
4. MANZANO, J.A. N. G. Estudo dirigido de linguagem C. 9ª ed. São Paulo: Erica, 2006. 214p.

DISCIPLINA: Álgebra Linear I**EMENTA:**

ESPAÇO VETORIAIS REAIS: Definição e exemplos, Subespaços vetoriais, Combinação linear, Conjunto de geradores, Dependência e independência linear, Base e dimensão de um espaço vetorial, Mudança de base. TRANSFORMAÇÕES LINEARES: Definição de transformação linear e exemplos, Núcleo e imagem de uma transformação linear, Matriz mudança de base, Transformações lineares e suas matrizes, O espaço $L(U,V)$, Isomorfismos e Automorfismos.

OPERAÇÕES LINEARES: Autovalores e Autovetores, Polinômio Característico, Base de Autovetores, Diagonalização de Operadores. APLICAÇÕES: Cônicas, Superfícies, Equações reduzidas das superfícies quádricas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LANG, S. Álgebra linear. Rio de Janeiro: Ciencia Moderna, 2003. 405p.
2. CALLIOLI, C. A; COSTA, R. C. F; DOMINGUES, H. H. Álgebra linear e aplicações. 6ª ed. Sao Paulo: Atual, 1990. 332p.
3. LIMA, E.L. Álgebra linear. 8ª ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2011. 357p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BOLDRINI, J. L; COSTA, S. I. R.; FIGUEIREDO, V. L; WETZLER, H. G. Álgebra Linear. Harbra. 3ª a ed. 1980.
2. COELHO, F. U.; LOURENCO, M. L.. Um Curso de Álgebra Linear. 2ª ed.
3. LIPSCHUTZ, S. Álgebra Linear. 3ª ed. Sao Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011.647p. STEINBRUCH, A; WINTERLE, P. Álgebra Linear. 2ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2004. 583p. LAY, David C. Álgebra Linear e suas Aplicações. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 504p.
5. LIMA, E.L. Álgebra linear. 8ª ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2011. 357p.

DISCIPLINA: Teoria dos Números**EMENTA:**

Algoritmo da Divisão; Máximo divisor comum e Teorema de Bézout; Números Primos; Teorema Fundamental da Aritmética; Teoria das Congruências: Definições e exemplos; Propriedades iniciais; Aritmética Modular; Congruências Lineares; Equações Diofantinas, definições exemplos e propriedades; Teorema de Euler, Fermat e Wilson; Teorema do Resto Chinês dos Restos; Funções Aritméticas: Função de Euler.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SANTOS, J. Introdução à Teoria dos Números. 3ª ed. Rio de Janeiro, IMPA, 2010.
2. MARTINEZ, F.; MOREIRA, C.; SALDANHA, N.; TENGAN, E. Teoria dos números: um passeio com primos e outros números familiares pelo mundo inteiro. 4ª ed. Rio de Janeiro, IMPA, 2015.
3. HEFEZ, A. Elementos de Aritmética. 2ª ed. Rio de Janeiro, IMPA, 2006.
4. ALENCAR FILHO, E. Teoria dos Números. 1ª ed. São Paulo, Nobel, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SHOKRANIAN, S. Uma Introdução à teoria dos números. 1ª ed. Rio de Janeiro, Ciência Moderna, 2008.
2. LANDAU, E; BARROS, P. Teoria elementar dos números. 1ª ed. Rio de Janeiro, Ciência Moderna, 2002.
3. BURTON, D. Elementary number theory. 7ª ed. New York, McGraw-Hill, 2011.
4. IRELAND, K; ROSEN, M. A classical introduction to modern number theory. 2ª ed. New York, Springer-Verlag, 2000.

5. NIVEN, I.; ZUCKERMAN, H.; MONTGOMERY, H.; An introduction to the theory of numbers. 5ª ed. New Jersey, Wiley, 1991.

DISCIPLINA: Tecnologias Aplicadas ao Ensino

EMENTA:

Estudo das potencialidades pedagógicas das tecnologias digitais no ensino de Matemática. Planilhas eletrônicas, ambientes de hipertexto e hiperídia, softwares educativos e de autoria (como GeoGebra e Python), softwares de edição de textos matemáticos (como o Latex). Aplicações de linguagens de programação para produção de recursos interativos. Experiências e pesquisas sobre o uso do computador no ensino de Matemática. Avaliação crítica de objetos de aprendizagem. Possibilidades de uso de ferramentas de Inteligência Artificial como apoio à formação docente e à personalização do ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PAPERT, Seymour. Logo: Computadores e Educação. São Paulo: Brasiliense, 1988.
2. VALENTE, José Armando. O Computador na Sociedade do Conhecimento. Campinas: UNICAMP/NIED, 2002.
3. PONTE, João Pedro da; BROCARD, Marta; OLIVEIRA, Hélia. Tecnologias Digitais e o Ensino da Matemática. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BORBA, Marcelo C.; VILLARREAL, M. E. Software e Educação Matemática: o caso do Cabri-Géomètre. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
2. FONSECA, Eliane Maria de Souza. GeoGebra na Educação Matemática: do básico ao avançado. São Paulo: Livraria da Física, 2017.
3. DREYFUS, Hubert; DREYFUS, Stuart. Mind Over Machine. New York: Free Press, 1986.
4. PEREIRA, S. J.; MOURA, A. C. Scratch no Ensino de Matemática. São Paulo: Novatec, 2022.
5. MENEZES, Nilo Ney Coutinho. Introdução à Programação com Python. São Paulo: Novatec, 2020.
6. SCHMIDT, Adriano. Inteligência Artificial na Educação: aplicações e perspectivas. Porto Alegre: Penso, 2023.

DISCIPLINA: Cálculo Diferencial e Integral II

EMENTA:

APLICAÇÕES DAS INTEGRAIS DEFINIDAS: Integração imprópria, comprimento de arco, áreas de superfícies de revolução, Volumes de sólidos de revolução. SEQUÊNCIAS E SÉRIES: Sequências numéricas, séries numéricas, testes de convergência; teste da raiz e da razão, teste da comparação e teste da integral, séries alternadas e convergência absoluta, série de potência, séries de Taylor e Maclaurin. FUNÇÕES VETORIAIS: Curvas no espaço e vetores de tangência, integrais de funções vetoriais, comprimento de arco, curvatura e vetores normais, curvas em coordenadas polares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. STEWART, J. Cálculo, vol.2; tradução EZ2 Translate. São Paulo: Cengage Learning, 2013. GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008. vol.1, vol.2 e vol.4.
2. BOULOS, P. Cálculo Diferencial e Integral. 2ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004.vol.1,vol.2.
3. AVILA, G. S. S. Cálculo das Funções de uma Variável. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. vol.1 e vol.2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SWOKOWSKI, E. W. Cálculo com Geometria Analítica. 2ª ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1994. vol.1 e vol.2.
2. LEITHOLD, L. O Cálculo com Geometria Analítica. 3ª ed. São Paulo: Harbra, 1990. vol.1 e vol.2.
3. ANTON, H. Cálculo: Um novo horizonte. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. vol.1 e vol.2.
4. EDWARDS, C. H; PENNEY, D. E. Cálculo com Geometria Analítica. 4ª ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, vol.1 e vol.2.
5. MUNEM, M. A; FOULIS, D. J. Cálculo. Rio de Janeiro: LTC, 1982. vol.1 e vol.2.
6. AVILA, G. S. S. Cálculo das Funções de uma Variável. 7ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. vol.1 e vol.2.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado IV**EMENTA:**

Acompanhamento do planejamento escolar junto com o professor orientador na escola. Desenvolvimento de atividades de Monitoria (levantamento das dificuldades no ensino e na aprendizagem junto aos estudantes das escolas).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

7. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004.
8. FREITAS, L. C. **Neotecnismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
9. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

10. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
11. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
12. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
13. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
14. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

5º SEMESTRE**DISCIPLINA: Cálculo Diferencial e Integral III**

EMENTA: FUNÇÕES DE VÁRIAS VARIÁVEIS E DERIVADAS PARCIAIS: Funções de várias variáveis, limite e continuidade de funções de várias variáveis reais, derivadas parciais, regra da cadeia, derivadas direcionais e o vetor gradiente, diferenciabilidade, plano tangente e linearização, máximos e mínimos, multiplicadores de Lagrange. INTEGRAIS MÚLTIPLAS: Integral dupla sobre retângulos, integral iterada sobre retângulos, área por integração dupla, integrais duplas por coordenadas polares, integrais triplas, integrais triplas por coordenadas cilíndricas e esféricas, mudança de variáveis e Jacobiano, Teorema da mudança de variáveis. CÁLCULO VETORIAL: Integral de linha de campos vetoriais, trabalho de uma força, campos conservativos, Teorema de Green, integral de superfície, divergente e rotacional, Teorema de Stokes e aplicações, Teorema da divergência e aplicações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GUIDORIZZI, H.L. Um Curso de Cálculo. 5ª ed.vol.2 e vol.3. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008. .
2. SIMMONS, G. F. Cálculo com Geometria Analítica. vol.2. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2010.
3. AVILA, G. S. S. Cálculo das Funções de uma Variável. vol.3. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SWOKOWSKI, E. W. Cálculo com Geometria Analítica. vol.2. 2ª ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1994.
2. LEITHOLD, L. O Cálculo com Geometria Analítica. vol.2. 3ª ed. Sao Paulo: Harbra, 1990. 2v.
3. ANTON, H. Cálculo: um novo horizonte. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. MUNEM, M. A., FOULIS, D. J. Cálculo. Vol.2 Rio de Janeiro: LTC, 1982.
4. EDWARDS, C. H., PENNEY, D. E. Cálculo com Geometria Analítica. vol.2 e vol.3. 4ª ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil.
5. AVILA, G. S. S. Cálculo das Funções de uma Variável. vol.3. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

DISCIPLINA: Introdução às Estruturas Algébricas**EMENTA:**

NÚMEROS INTEIROS: Definição e Propriedades; Princípio da Boa ordenação; Ideais e MDC; Identidade de Bézout; Números primos e ideais maximais; Teorema Fundamental da Aritmética; Congruências; Os anéis $\mathbb{Z}_n$. ANEIS, IDEAIS E HOMEOMORFISMO: Definições e exemplos; Subanéis; Ideais (gerados, primos, maximais); Anéis quocientes; Homeomorfismos de anéis; Propriedades de Homeomorfismos de anéis. ANEL DE POLINÔMIOS DE UMA VARIÁVEL: Definições e Exemplos; Algoritmo da Divisão; Ideias principais e o máximo divisor comum; Polinômios irredutíveis e ideais maximais; Critério de Eisenstein. GRUPOS: Definições e exemplos; Subgrupos e classes laterais; Classes de Conjugação; Homeomorfismo de Grupos; Núcleo e Imagem de Homeomorfismo de grupos; Propriedades de homeomorfismo de grupo; Isomorfismos de Grupos; Grupos quociente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GONÇALVES, A. Introdução à Álgebra. 6ª ed. Rio de Janeiro, IMPA, 2017.
2. GARCIA, A.; LEQUAIN, Y. Elementos de Álgebra. 6ª ed. Rio de Janeiro, IMPA, 2015.
3. HERSTEIN, I. Abstract Algebra, 2ª ed. New York, Collier Macmillan Canada, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. HEFEZ, A. Elementos de Aritmética. 2ª ed. Rio de Janeiro, IMPA, 2006.
2. MONTEIRO, J. Elementos de Álgebra. 1ªed. Rio de Janeiro, IMPA, 1969.
3. DOMINGUES, H.; IEZZI, G. Álgebra Moderna. 5a ed. São Paulo, Saraiva, 2018.
4. LANG, S. Álgebra para graduação. 1ª ed. Rio de Janeiro, Ciência Moderna, 2008.
5. LANG, S. Algebra. 3ª ed. New York, Springer, 2005.

DISCIPLINA: Elementos de Combinatória e Probabilidade**EMENTA:**

RECORRÊNCIAS: Sequências Definidas Recursivamente; Recorrências Lineares de Primeira Ordem; Recorrências Lineares de Segunda Ordem. COMBINATÓRIA: Princípio Fundamental da Contagem; Arranjos, Permutações e Combinações Simples; Permutações Circulares; Permutações de elementos nem todos distintos; Combinações completas. OUTROS MÉTODOS DE CONTAGEM: O Princípio da Inclusão-Exclusão; Contagem Dupla; Permutações Caóticas; Os Lemas de Kaplansky; O Princípio da Reflexão. NÚMEROS

BINOMIAIS: Triângulo de Pascal e Propriedades; O Binômio de Newton; Polinômio de Leibniz. PROBABILIDADE: Noção de evento aleatório; Espaço Amostral e Eventos; Espaços de Probabilidade e Propriedades; Probabilidade Condicional. MÉDIAS E PRINCÍPIO DAS GAVETAS: Médias; Princípio das Gavetas e Aplicações: Desigualdade das Médias (Generalizada).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LIMA, E.; CARVALHO, P.; WAGNER, E.; MORGADO, A. A matemática do Ensino Médio: vol 2. 6º ed. Rio de Janeiro, SBM, 2006.
2. MORGADO, A.; CARVALHO, J.; CARVALHO, P.; FERNANDEZ, P.; Análise Combinatória e Probabilidade. 9º ed. Rio de Janeiro, SBM, 2006.
3. HAZZAN, S. Fundamentos de Matemática Elementar. vol 5. 8º ed. São Paulo, Atual Editora, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MUNIZ NETO, A. Tópicos de Matemática elementar: vol 4. 2º ed. Rio de Janeiro, SBM, 2016. PATRICK, D. Introduction to Counting & Probability. 2º ed. Alpine, AoPS Incorporated, 2005. GRAHAN, R.;
2. KNUTH, D.; PATASHNIK, O. Concrete mathematics: a foundation for computer science. 2º ed. New York, Addison-Wesley Publishing Company, 1994.
3. FOMIN, D.; GENKIN, S.; ITENBERG, I.; Círculos Matemáticos: a Experiência Russa. 2º ed. Rio de Janeiro, IMPA, 2010.
4. SANTOS, J. Introdução à Análise Combinatória. 4a ed. Rio de Janeiro, Editora Ciência Moderna Ltda. 2007.

DISCIPLINA: Didática Geral

EMENTA:

Fundamentos epistemológicos da Didática. A Didática e a formação do professor. O planejamento didático e a organização do trabalho docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
2. CANDAU, Vera Maria Ferrão. A Didática em questão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 128p.
3. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013. 288p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALVES, Nilda; LIBANELO, Jose Carlos. Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 551p.
2. CORDEIRO, Jaime. Didática. São Paulo, SP: Contexto, 2007. 189p.
3. GIL, Antônio Carlos. Didática do ensino superior. São Paulo, SP: Atlas, 2013. 283p.
4. PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. Docência no ensino superior. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 279p.
5. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Prática pedagógica do professor de didática. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994. 183p
6. ALBUQUERQUE, Marluce Jacques. Retrospectiva histórica da didática e o educador. Departamento de Educação. Educação: Teorias e Práticas-UCP: Ano 2, n. 2, dezembro de 2002.

DISCIPLINA: Matemática na Escola

EMENTA:

Estudo e observação sistemática do ensino de Matemática nas turmas do Ensino Fundamental e Médio da rede pública de ensino. Análise crítica dos conteúdos matemáticos desenvolvidos, com ênfase na identificação de dificuldades conceituais, metodológicas e didáticas enfrentadas pelos estudantes. Discussão sobre estratégias de intervenção pedagógica e mediação didática. Reflexão sobre o papel do professor, o uso de materiais didáticos, livros escolares e tecnologias digitais na prática docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARAÇA, Bento de Jesus. Os conceitos fundamentais da Matemática. Lisboa: Gradiva, 2000.
2. COSTA, Amoroso. As ideias fundamentais da Matemática. 14. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977.
3. D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria à prática. 3. ed. Campinas: Papirus, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LORENZATO, Sergio. O ensino dos conteúdos matemáticos: uma abordagem construtivista. São Paulo: Autêntica, 2006.
2. SMOLE, Kátia Cristina Stocco; DINIZ, Maria Ignez; CARRASCO, Cláudia. Letramento matemático: reflexões e propostas. Porto Alegre: Artmed, 2012.
3. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 2 ago. 2025.
4. Livros didáticos do Ensino Fundamental e Médio adotados nas redes públicas.
5. Artigos selecionados de revistas especializadas, como Educação Matemática em Revista (SBEM), Boletim GEPEM e Revista Zetetiké.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado V**EMENTA:**

Participação em aula; elaboração de sequências didáticas, realização de aulas assistidas, acompanhamento das atividades da escola, planejamento, avaliação, reunião de pais e mestres, dentre outras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004.
2. FREITAS, L. C. **Neotecnismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
3. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade Teoria e Prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Revendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2.ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
2. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
3. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
4. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
5. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

6º SEMESTRE**DISCIPLINA: Análise para Licenciatura**

EMENTA:

CONJUNTOS FINITOS E INFINITOS, NÚMEROS REAIS: Números naturais. Boa ordenação. Princípio de Indução. Conjuntos enumeráveis e conjuntos não-enumeráveis. Corpos. Corpos ordenados. Números reais SEQUÊNCIAS E SÉRIES NUMÉRICAS: Sequências. Limite e propriedades aritméticas dos limites de uma sequência. Subsequências. Sequências de Cauchy. Séries numéricas: definição, convergência e critérios de convergência. TOPOLOGIA DA RETA: Conjuntos abertos, fechados, ponto de acumulação, conjuntos compactos. LIMITES DE FUNÇÕES E FUNÇÕES CONTÍNUAS: Limite de funções, limites laterais e propriedades aritméticas. Funções contínuas, funções contínuas em intervalos, continuidade uniforme. DERIVADAS: Funções deriváveis: definição de derivada, derivada e crescimento local, funções deriváveis num intervalo, fórmula de Taylor, aplicações da derivada, concavidade e convexidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LIMA, E. L. Curso de Análise, v. 1. 14. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2016.
2. LIMA, E. L. Análise real: funções de uma variável. 11. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2012.
3. RUDIN, W. Principles of Mathematical Analysis. 3rd ed. New York: McGraw-Hill, 1976.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ÁVILA, G. S. S. Introdução à Análise Matemática. São Paulo: Edgard Blucher, 1995.
2. BARTLE, R. G. The Elements of Real Analysis. 2nd ed. New York: Wiley, 1976.
3. FIGUEIREDO, D. G. Análise I. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
4. S. LANG, Analysis I, Addison-Wesley, Reading Massachusetts, 1969.
5. R. COURANT, Differential and Integral Calculus, vol.1, Interscience, N. York, 1947.

DISCIPLINA: Estatística**EMENTA:**

Estatística descritiva. Cálculo das probabilidades. Variáveis aleatórias. Distribuição de probabilidade. Amostras e Distribuições Amostrais. Estimação. Teste de hipótese. Análise de variância. Correlação e Regressão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística Básica. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
2. MEYER, Paul L. Probabilidade Aplicação à Estatística. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos, 1984.
3. FONSECA, Jairo Simon da e Martins, Gilberto Andrade. Curso de Estatística. São Paulo: Atlas S.A., 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MONTGOMERY, D. C. Estatística aplicada e probabilidade para engenheiros. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
2. LAPPINI, Juan Carlos. Estatística usando Excel. Rio de Janeiro: Compus, 2005.
3. TRIOLA, M. F. Introdução a Estatística. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
4. COSTA NETO, Pedro de Oliveira. Estatística. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 2002.
5. SPLIEGEL, M, R. Estatística. 3 ed, Makron Books.

DISCIPLINA: Física

EMENTA:

Grandezas escalares e vetoriais; Cinemática da partícula; Leis do Movimento de Newton e aplicações; Trabalho e energia cinética. Energia potencial e conservação de energia mecânica. Momento linear, impulso e colisões.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de Física: Mecânica. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
2. YOUNG, Hugh D; FREEDMAN, Roger A.; SEARS, Francis Weston; ZEMANSKY, Mark Waldo. Física I: Mecânica. 12. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2008.
3. NUSSENZVEIG, H. Moysés. Curso de Física Básica: Mecânica. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física: um curso universitário: Mecânica. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.
2. TIPLER, Paul Allen; MOSCA, Gene. Física para cientistas e engenheiros. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014. v.1.
3. CHAVES, Alaor; SAMPAIO, J. F. Física Básica: mecânica. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
4. HEWITT, Paul G. Física conceitual. 11. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2011.
5. RAYMOND, A., SERWAY, J. e JEWETT Jr., J. W. Princípios da Física: mecânica clássica e relatividade. 3. ed. São Paulo: Editora Cengage, 2008.
6. RESNICK, Robert; HALLIDAY, David. Física 1. 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 2013.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado VI**EMENTA:**

Abordagem do Projeto de Estágio, ficando a regência no Ensino Fundamental (anos finais).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004.
2. FREITAS, L. C. **Neotecnicismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
3. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
2. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
3. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
4. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
5. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

7º SEMESTRE**DISCIPLINA: Equações Diferenciais Ordinárias****EMENTA:**

ESBOÇO HISTÓRICO E CONCEITOS BÁSICOS: definição e classificação de uma EDO; Tipos de soluções; condições iniciais e condições de contorno. EDO DE PRIMEIRA ORDEM:

separáveis; homogêneas; exatas e lineares; equações de Bernoulli e Ricatti. Aplicações. EDO DE ORDEM SUPERIOR COM COEFICIENTES CONSTANTES: Equações diferenciais lineares de ordem n ; Equações diferenciais lineares homogêneas e não-homogêneas com coeficientes constantes; Método dos coeficientes a determinar; Método da variação dos parâmetros. EDO DE ORDEM SUPERIOR COM COEFICIENTES VARIÁVEIS: Equações de Cauchy-Euler;

Equações de Cauchy-Euler geral; Resolução de E.D.O em Série de Potências. TRANSFORMADA DE LAPLACE: definição, propriedades e sua transformada inversa. Transformada da derivada e transformada da integral; Solução de uma EDO pela Transformada de Laplace. SISTEMAS DE EDO: Sistemas de EDO lineares (com coeficientes constantes). Alguns métodos de resolução de sistemas de EDO. Estudo Qualitativo dos Sistemas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BOYCE, W. E. e DIPRIMA, Equações Diferenciais Elementares e Problemas de Valores de Contorno. 11ª Edição, LTC, 2020.
2. KREYSZIG, E. Matemática Superior para Engenharia. Volume 1, 10a. Edição, LTC, 2019.
3. ZILL, D. e CULLEN, M., Equações diferenciais. Volumes 1 e 2, 3ª. Edição, Pearson, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LEIGHTON, W. Equações diferenciais ordinárias. LTC, 1970.
2. BRONSIN, R; Costa, G. Equações diferenciais. 3ª Edição, Coleção Schaum, Bookman, 2008.
3. GUEDES DE FIGUEIREDO, D; NEVES, A. Equações diferenciais aplicadas. Coleção Matemática Universitária – SBM, 2007.
4. LEIGHTON, W. Ordinary differential equations. 3rd Edition, Wadsworth, 1976.
5. ZILL, D. Equações diferenciais: com aplicações e modelagem. 3ª Edição, Cengage Learning, 2016.

DISCIPLINA: Métodos Numéricos

EMENTA:

NOÇÕES BÁSICAS SOBRE ERROS: Aritmética de ponto Flutuante, Erros absolutos e relativos, Análise de erros nas Operações Aritméticas de Ponto Flutuante. ZEROS DE FUNÇÕES: Critério de parada, Método de Bissecção; Método de Falsa Posição; Método Iterativo Linear; Método de Newton – Raphson; Método de Secante; Método Especial para raízes de equações polinomiais. Comparação entre os Métodos. Determinação de Raízes Reais e o Método de Newton para Zeros de Polinômios. RESOLUÇÃO DE SISTEMAS LINEARES: Métodos de Eliminação de Gauss (Estratégia de Pivoteamento), Fatoração LU; Fatoração de Cholesky; Métodos Iterativos: Método Iterativo de Gauss – Jacobi, Método Iterativo de Gauss – Seidel. Comparação entre os Métodos. INTERPOLAÇÃO: Interpolação Polinomial, Formas de obter polinômio interpolador; Estudo do Erro na interpolação; Interpolação Inversa; Estudo sobre a escolha do polinômio interpolador; Funções Spline (linear) em interpolação. MÉTODOS DOS MÍNIMOS QUADRADOS: Ajuste de Curvas. INTEGRAÇÃO NUMÉRICA: Fórmula de Newton-Cotes; Regra dos Trapézios ; Regra de Simpson; Teorema Geral do Erro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. RUGGIERO. Márcia. A. G; LOPES. V. L. R. Cálculo Numérico, Aspectos Teóricos e Computacional.
2. BURDEN. R. L; FAIRES. J. D. Análise Numérica.
3. CUNHA, M. C. Métodos numéricos. 2ª edição, Editora da Unicamp, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DORN, W. S; Mc CRACKEN, MC. D. D. Cálculo Numérico com Estudos de Casos em Fortran IV.
2. ATKINSON, K. Theoretical numerical analysis: a functional analysis framework. 3rd ed., 2010.
3. KINCAID, D; CHENEY, W. Numerical analysis. Brooks-Cole, 1991.
4. CONTE, S. D. Elementos de Análise Numérica. Editora Globo. 1972.
5. BARROSO, L. C. Cálculo Numérico. Editora Habra, São Paulo. 1987.
6. CUNHA, M. C. Métodos numéricos. 2ª edição, Editora da Unicamp, 2000.

DISCIPLINA: Recursos Educacionais em Matemática**EMENTA:**

Jogos e desafios matemáticos que aumente o raciocínio lógico, de solucionar problemas quantitativos e até mesmo de interpretar com maior segurança questões relacionadas aos problemas cotidianos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANDRADE, K. L. A. B. Jogos no ensino de Matemática: uma análise na perspectiva da mediação. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
2. ARAÚJO, C. A. A utilização de jogos matemáticos no ensino de conteúdos abstratos. 2011. 51f. Monografia (Licenciatura em Matemática) - Universidade Estadual de Goiás, Jussara, 2011.
3. ASSIS, J. M. Os jogos como ferramenta de auxílio no ensino da Matemática. 2011. 40f. Monografia (Licenciatura em Matemática) - Universidade Estadual de Goiás, Jussara, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARCANHOLO, F. P. S. Os jogos como alternativa metodológica no ensino de Matemática. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
2. CHAGAS, K. E. N. A cultura digital e a utilização de jogos no ensino de Matemática nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
3. CHIUMMO, A.; OLIVEIRA, E. C. Jogos matemáticos e sua relação com a aprendizagem de Matemática. In: V SEMINÁRIO WEB CURRÍCULO: EDUCAÇÃO E CULTURA DIGITAL, 2017, São Paulo. Anais, 2017, v. 1, p. 741-746.
4. COSTA, J. M. A.; LOBO, L. P. C. Os jogos como ferramenta didática para o ensino-aprendizagem da Matemática em turmas do 3º ano do Ensino Fundamental. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2017.
5. DINIZ, C. R. Metodologia científica. Campina Grande/Natal: UEPB/UFRN/EDUEP, 2008.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso I**EMENTA:**

Método e Técnica de pesquisa. Pesquisa bibliográfica. Elaboração de projeto de pesquisa. Normas da ABNT. Elaboração de TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.** Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 6.ed São Paulo: ATLAS, 2007.
3. SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica: a Construção do Conhecimento.** 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
2. DUSILEX, D. **A Arte de investigação criadora: introdução à Metodologia da Pesquisa.** Rio de Janeiro: JERP, 2000.
3. CASTRO, N.; OLIVEIRA, M. Como fazer um projeto de Pesquisa. Juiz de Fora/MG.EDUFJF. 1994.
4. INÁCIO, G. **A Monografia na Universidade.** Campinas-SP: Papirus, 1995.
5. GUEDES, E. M. **Curso de Metodologia Científica.** Curitiba: HD Livros, 2000.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado VII**EMENTA:**

Abordagem do programa de estágio focando a regência para o Ensino Médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

10. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática.** 16. ed. Campinas: Papirus, 2004.
11. FREITAS, L. C. **Neotecnismo e formação do educador.** In: ALVES, Nilda (org.) **Formação de Professores: pensar e fazer.** 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
12. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

15. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores.** 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
16. ZOBOLI, G. **Prática de ensino.** São Paulo: Editora Ática, 2004.
17. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar.** São Paulo: Cortez, 1991.
18. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula.** São Paulo: Summus, 1996.
19. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica.** São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINA: Didática da Matemática**EMENTA:**

Concepções de ensino e de aprendizagem da Matemática. Aspectos teórico- metodológicos do ensino da Matemática na Educação Básica (Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio). Conteúdos estruturantes para o ensino e aprendizagem de Matemática nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Recursos didáticos, experiências e projetos para o ensino e aprendizagem de Matemática nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
2. CARAÇA, Bento de Jesus. **Conceitos Fundamentais da Matemática.** 9 ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1989.
3. ALVES, Nilda (org.). **Formação de Professores. Pensar e Fazer.** Cortez, São Paulo, 1992.
4. POLYA, George. **Como resolver problemas** (Tradução do original inglês de 1945). Lisboa: Gradiva, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BIEMBENGUT, Maria Salett; HEIN, Nelson. Modelagem matemática no ensino. São Paulo: Contexto, 2003.
2. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, 2000. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
3. CARRAHER, Terezinha Nunes; CARRAHER, David William; SCHLIEMANN, Analucia Dias.
4. Na vida dez, na escola zero. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
5. D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Etnomatemática: Arte ou técnica de explicar ou conhecer. São Paulo: Ática, 1998 (Série Fundamentos).
6. MENDES, Iran Abreu. A investigação histórica no ensino de matemática. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2009.

DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem**EMENTA:**

Paradigmas de avaliação da aprendizagem. Concepções de avaliação vigentes na escola. Práticas avaliativas no ensino fundamental e médio. Instrumentos de avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HAYDT, Regina C. A avaliação do processo ensino-aprendizagem. São Paulo, Ática, 1995.
2. LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.
3. LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 20. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.
4. HOFFMANN, Jussara. Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. 10. ed. Porto Alegre: Mediacção, 2007. 152p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DALBEN, Ângela I. L de F. Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
2. DEPRESBITERIS, Lea. Avaliação educacional em três atos. São Paulo: Editora SENAC, 1999.
3. HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. 17. ed. Porto Alegre: Mediacção, 2018.
4. MELCHIOR, Maria Celina. Sucesso escolar através da avaliação e da recuperação. Porto Alegre: Premier, 2001. 101p.
5. MORETTO, Vasco Pedro. Prova – um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

8º SEMESTRE**DISCIPLINA: Matemática Comercial e Financeira****EMENTA:**

Noções de fluxo de caixa, conceito de juros, unidades de medida de taxas de juros, regimes adotados, crescimento linear versus crescimento exponencial via exemplos, breve exposição sobre moeda estável e inflação, simbologia. JUROS E DESCONTOS SIMPLES: Conceitos

básicos, cálculo de juros simples, taxas proporcionais e taxas equivalentes, períodos não-inteiros, ano civil e ano comercial, desconto racional “por dentro”, desconto comercial “por fora”, relação entre as taxas de desconto “por dentro” e “por fora”. JUROS E DESCONTOS COMPOSTOS: Conceitos, cálculo de juros composto, capitalização, cálculo de desconto composto racional e comercial, cálculo do valor atual e equivalência de capitais. TAXAS: proporcional, equivalente, nominal e efetiva. Períodos não-inteiros, convenções exponencial e linear. ANUIDADES: Conceitos, anuidades, classificação de anuidades, série uniforme de pagamentos (modelo básico de anuidade), anuidades diferidas, anuidades perpétuas, cálculos de valores atuais e de montantes e de taxas de juros utilizadas, interpolação linear. EMPRÉSTIMOS: Sistemas de amortização americano, francês, constante e misto. Valor presente, taxa de desconto, valor presente líquido e taxa interna de retorno, uso de simuladores de calculadora financeira e planilha Excel ou similares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MATHIAS, W. F; GOMES. J. M. Matemática Financeira, Ed. Atlas.
2. PUCCINI, A. L. Matemática Financeira Objetiva e Aplicada. 9a Ed. Campus. 2011.
3. CASTELO BRANCO, A. C. Matemática Financeira Aplicada. 4ª Ed. Cengage. 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MORGADO, A.C; WAGNER. E; ZANI, S. C. Progressões e Matemática Financeira. 5. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2005.
2. FANCISCO, W. Matemática Financeira, 3ª Ed. Atlas.
3. DE SOUSA, B; DECOTELLI, C.A; DE CARVALHO, L. C. Matemática Financeira Aplicada. FGV. 2009.
4. CARVALHO, S; CAMPOS, W. Matemática Financeira Simplificada. 3ª ed. jusPodivm. 2021. NETO, A. A. Matemática Financeira e suas aplicações. 15ª ed. Atlas. 2022.

DISCIPLINA: Laboratório de práticas para o ensino da Matemática

EMENTA:

Estudo e aplicação de conteúdos geométricos no contexto do Ensino Fundamental e Médio, com ênfase em construções geométricas e desenho geométrico. Elaboração, manipulação e análise de materiais concretos e recursos didáticos que favoreçam a visualização, motivação e compreensão de conceitos matemáticos. Planejamento, montagem e avaliação de atividades e experiências pedagógicas baseadas em construções geométricas. Desenvolvimento de estratégias metodológicas e técnicas para a aplicação de conhecimentos específicos de geometria em sala de aula, com foco em práticas interativas, inclusivas e contextualizadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. WAGNER, Eduardo. Construções geométricas. São Paulo: SBM, 2001. (Coleção Professor de Matemática).
2. LORENZATO, Sérgio. Laboratório de ensino de matemática. Campinas: Autores Associados, 2006. (Coleção Tendências em Educação Matemática).
3. MACHADO, Sônia. Geometria: ensino e aprendizagem. São Paulo: Contexto, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria à prática. Campinas: Papirus, 1996.
2. BORBA, Marcelo C.; PENTEADO, Miriam Godoy. Informática e educação matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
3. ZANELLA, Ariosto et al. Materiais manipulativos no ensino de matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DISCIPLINA: Resolução de Problemas e Textos Matemáticos**EMENTA:**

Uso da resolução de problemas como procedimento de ensino-aprendizagem de Matemáticos; Planejamento de estratégias de resolução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DANTE, L.R. Didática da Resolução de Problemas de Matemática. São Paulo: Ática, 1985.
2. POLYA, G.A. A arte de resolver problemas. São Paulo: Hermann, 1971.
3. SCHLIEMANN, A.; CARRAHER, T.; CARRAHER, D. Na Vida Dez na Escola Zero. São Paulo: Cortez, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de cálculo. 5ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008. 1v, 2v e 3v.
2. OLIVEIRA, I.; BOULOS, P., Geometria analítica: um tratamento vetorial. São Paulo, Macgraw-Hill, 1987.
3. STEINBRUCH, A; WENTERLE, P., Geometria Analítica. Macgraw-Hill – São Paulo, 1987. CALLIOLI, C. A; COSTA, R. C. F; DOMINGUES, H. H. Álgebra linear e aplicações. 6ed. Sao Paulo: Atual, 1990. 332p.
4. LIMA, E. L. Álgebra linear. 8ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2011. 357p.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II**EMENTA:**

Desenvolvimento do projeto. Prática de coleta de dados, experimentação e análise. Elaboração e Apresentação de Monografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6.ed São Paulo: ATLAS, 2007.
3. SANTOS, A. R.dos. **Metodologia Científica: a Construção do Conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
2. DUSILEX, D. **A Arte de investigação criadora: introdução à metodologia da pesquisa**. Rio de Janeiro: JERP, 2000.
3. CASTRO, N.; OLIVEIRA, M. **Como fazer um projeto de Pesquisa**. Juiz de Fora/MG.EDUFJF. 1994.
4. INÁCIO, G. **A Monografia na Universidade**. Campinas-SP: Papirus, 1995.
5. GUEDES, E. M. **Curso de Metodologia Científica**. Curitiba: HD Livros, 2000.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado VIII**EMENTA:**

Elaboração de relatório final de Estágio Supervisionado a partir dos estudos de referenciais teóricos e práticas didático-pedagógicas vivenciadas nas etapas anteriores. .

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

13. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2004.
14. FREITAS, L. C. **Neotecnismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.)

- Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
15. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

20. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores.** 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
21. ZOBOLI, G. **Prática de ensino.** São Paulo: Editora Ática, 2004.
22. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar.** São Paulo: Cortez, 1991.
23. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula.** São Paulo: Summus, 1996.
24. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica.** São Paulo: Educ, 1992

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: Etnomatemática Afro-indígena

EMENTA:

Investigação de práticas matemáticas em contextos coletivos afrodescendentes (quilombos, comunidades tradicionais, folclore); Sistemas de contagem, padrões visuais, geometrias artesanais, cartografia comunitária, jogos, práticas orais e memória social; Reflexões epistemológicas e históricas sobre o apagamento eurocêntrico e valorização dos saberes culturais no ensino de Matemática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. D'AMBROSIO, Ubiratan. Sociedade, cultura, matemática e seu ensino.
2. D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática: um programa cultural de educação matemática. São Paulo: Editora Contexto, 2002.
3. YEDA PESSOA DE CASTRO. Falares Africanos na Bahia (para contextualizar cultura e linguagem).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. WELMER, Marinete Santana Wutke; PEREIRA, Carlos Luís. Contribuições da história da matemática africana no ensino de matemática na educação básica. Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino, n. 19, ago. 2024. DOI:10.47456/krkr.v1i19.43594
2. FERNANDES, José Luiz de Souza. Etnomatemática: um programa antirracista. CPP: Computação, Pedagogia e Prática, revista GEEM, 2024. [artigo eletrônico]
3. DE OLIVEIRA LIMA, D. et al. Uma articulação entre Afroetnomatemática e Pensamento Computacional. CPP: revista GEEM, 2024. [artigo eletrônico]
4. LACERDA, V. C. O. Uma análise sobre a herança matemática de povos africanos. Revista Valore, 2018. [artigo eletrônico]
5. SANTOS PERES, É. de Sousa. Para além da estética: uma abordagem etnomatemática para cultura de trançar cabelos nos grupos afro-brasileiros. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2018.

DISCIPLINA: Tópicos Especiais de Análise

EMENTA:

INTEGRAL DE RIEMANN: Somas inferiores e superiores. Funções integráveis. Caracterização das funções integráveis. A integral de Riemann. O Teorema Fundamental do Cálculo. Fórmulas clássicas do Cálculo Integral. INTRODUÇÃO À SEQUÊNCIAS E SÉRIES DE FUNÇÕES: discutir os conceitos de sequências e séries de funções reais, conceitos iniciais e primeiros resultados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LIMA, E. L. Curso de Análise, v. 1. 14. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2016.

2. LIMA, E. L. Análise real: funções de uma variável. 11. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2012.
3. RUDIN, W. Principles of Mathematical Analysis. 3rd ed. New York: McGraw-Hill, 1976.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ÁVILA, G. S. S. Introdução à Análise Matemática. São Paulo: Edgard Blucher, 1995.
2. BARTLE, R. G. The Elements of Real Analysis. 2nd ed. New York: Willey, 1976.
3. FIGUEIREDO, D. G. Análise I. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
4. S. LANG, Analysis I, Addison-Wesley, Reading Massachusetts, 1969.
5. R. COURANT, Differential and Integral Calculus, vol.1, Interscience, N. York, 1947.

DISCIPLINA: Otimização

EMENTA:

PRELIMINARES: Conceitos básicos de álgebra linear, topologia e fórmula de Taylor; Funções convexas e suas caracterizações; subdiferencial de função convexa. PROBLEMA DE MINIMIZAÇÃO IRRESTRITA: Condições de otimalidade (necessária e suficiente); Direção de descida. INTRODUÇÃO A MÉTODOS ITERATIVOS: Conceito de algoritmo; Classificação dos métodos; Noções de convergência; regras de parada. MÉTODOS PARA OTIMIZAÇÃO IRRESTRITA: Métodos de descida e busca linear (Armijo, passo constante, passo exato); método do gradiente; método do ponto proximal; métodos usando direções conjugadas (em particular gradiente conjugado); método de Newton (minimização e para sistemas); Métodos Quase-Newton. TAXA DE CONVERGÊNCIA. PROBLEMA DE MINIMIZAÇÃO COM RESTRIÇÃO DE IGUALDADE: Condições de regularidade, Condições de otimalidade de Lagrange.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. IZMAILOV, A., SOLODOV, M., Otimização. vol. 1, IMPA, Rio de Janeiro, 2005.
2. IZMAILOV, A., SOLODOV, M., Otimização. vol. 2, Métodos Computacionais, IMPA, Rio de Janeiro, 2018.
3. RIBEIRO, A., KARAS, E. Otimização contínua: Aspectos teóricos e computacionais, Cengage Learning, São Paulo, 2014.
4. BERTSEKAS, D. P., Nonlinear programming. Athena Scientific, Belmont, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. NOCEDAL, J., WRIGHT, S.J., Numerical Optimization, Springer-Verlag, New York, 1999. BAZARAA, M. S., SHERALI, H. D., SHETTY, C. M., Nonlinear programming: Theory and algorithms. 3rd ed. Wiley-Interscience, John Wiley & Sons, Hoboken, 2006.
2. ROCKAFELLAR, R. T., Convex Analysis. Princeton University Press, Princeton, 1970.
3. MARTINEZ, J.M., SANTOS, S.A., Métodos Computacionais de Otimização, 20o Colóquio Brasileiro de Matemática, IMPA, Rio de Janeiro: SBM, 1995. Disponível para download em https://www.ime.unicamp.br/sandra/MT601/handouts/MCDO_completo.pdf.
4. POLYAK, B.T., Introduction to Optimization. Translations series in mathematics and engineering, 2010.
5. BERTSEKAS, D. P., Nonlinear programming. Athena Scientific, Belmont, 1995.

DISCIPLINA: História da Matemática

EMENTA:

Elementos de Euclides; A matemática no mundo; A matemática no Brasil; Sociedade Brasileira de Matemática e Instituto de Matemática Pura e Aplicada; Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas e suas origens no Piauí; A matemática no Estado do Piauí; A história do Departamento de Matemática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BOYER, G.B., História da Matemática, Edgard Blucher, 1996.
2. AABOE, A., Episódios da História Antiga da Matemática, Sociedade Brasileira de Matemática, 2001.
3. IFRAH G., História Universal dos Algarismos, Nova Fronteira, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAJORI, F., A History of Mathematical Notations (Vol. I), The Open Court, 1928.
2. SWETZ, F. et. al. (org.), Learn From the Masters, The Mathematical Association of America, 1994.
3. HOWARD W. EVES. Introdução à História da matemática. 3ª ed. Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 2022.
4. ROGERIO S. MOL. Introdução á História da matemática. Belo Horizonte - MG: CAED-UFMG, 2013.

DISCIPLINA: Álgebra Linear Computacional**EMENTA:**

Lógica e teoria dos conjuntos E álgebra linear I

Ementa: Estudo teórico e computacional de: análise matricial; fatorações de matrizes; métodos exatos e iterativos para sistemas lineares; métodos numéricos para autovalores e autovetores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BURDEN, R. L.; FAIRES, J. D. Análise numérica. 8ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008 GOLUB, G. H.; VAN LOAN, C. F. Matrix computations. 3ª ed. Londres: The Johns Hopkins University Press, 1996.
2. DEMMEL, James W.; Applied Numerical Linear Algebra. Philadelphia: SIAM, 1997.
3. TREFETHEN, L. N.; BAU, D. Numerical linear algebra. 1ª ed. Philadelphia: SIAM, 1997. Complementar:

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALLAIRE, G.; KABER, S. M. Numerical linear algebra. New York: Springer, 2008.
2. PRESS, W.; FLANNERY, B.P.; TEUKOLSKY, S.A., VETTERLING, W.T. Numerical recipes: the art of scientific computing. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2007.
3. QUARTERONI, A.; SACCO, R.; SALERI, F. Numerical mathematics. 2ª ed. New York: Springer, 2007.
4. STEWART, G. W. Matrix algorithms: basic decompositions. V. 1. SIAM, 1998.
5. STEWART, G. W. Matrix algorithms: eigensystems. V. 2. SIAM, 1998.
6. WATKINS, D. S. Fundamentals of matrix computations. 3ª ed. New Jersey: Wiley, 2010.

8. REQUISITOS LEGAIS

8.1 Prática como componente curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC) no curso de Matemática e suas Tecnologias é um eixo fundamental na formação docente, integrando teoria e prática desde o primeiro até o último período. Conforme a Resolução CNE/CP nº 4/2024, a PCC deve totalizar pelo menos 400 horas, distribuídas de forma progressiva e articulada com os demais componentes do currículo. Desde o início, os licenciandos vivenciam atividades como observação em escolas, participação em projetos de extensão e análises de contextos educacionais, desenvolvendo habilidades reflexivas e pedagógicas, articuladas às diferentes áreas de conhecimento e integrando-se aos componentes curriculares teóricos e metodológicos.

Ao longo do curso, essas práticas se ampliam, incorporando metodologias ativas, tecnologias educacionais e abordagens inclusivas, sempre em diálogo com as demandas regionais e socioculturais. Nos períodos finais, a PCC atinge seu ápice com a residência docente e os estágios supervisionados, onde os futuros professores consolidam sua autonomia e repertório didático. Essa estrutura garante uma formação interdisciplinar e coerente, preparando os licenciandos para os desafios da educação básica, com capacidade de articular conhecimentos científicos, pedagógicos e sociais em sua prática profissional.

Essa abordagem fortalece o compromisso institucional com a formação de professores capazes de responder aos desafios contemporâneos da educação básica, articulando saberes científicos, pedagógicos e socioculturais em sua atuação profissional. Dessa forma, a PCC não apenas cumpre exigências legais, mas também fortalece o compromisso do curso com uma docência crítica, inovadora e contextualizada.

8.2 O estágio supervisionado obrigatório

O estágio curricular supervisionado, definido por Lei, deve ser realizado na escola de Educação Básica, mais propriamente, nas que desenvolvam atividades de Ensino Fundamental e Ensino Médio, respeitando-se o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, tal qual expresso no Art. 211 da Constituição Federal. Consoante o Art.13, § 5º, inciso I, da Resolução CNE/CP 4, de 29 de maio de 2024, I - ter suas horas distribuídas ao longo do programa de formação, iniciando desde o primeiro semestre do curso.

A prática como estágio supervisionado é componente curricular e coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais das mais variadas unidades escolares dos sistemas de ensino, supondo uma relação pedagógica entre um profissional já reconhecido em um ambiente institucional e um aluno estagiário. Sobre isso, é importante ressaltar que o estágio curricular supervisionado é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino-aprendizagem que tornar-se-á concreto e autônomo quando da formação deste estagiário.

A operacionalização do Estágio Curricular Supervisionado, toma, ainda, como base a Resolução CNE/CP 4, de 29 de maio de 2024, que aponta para a necessidade de que a carga horária dedicada a essa atividade não seja inferior a 400 (quatrocentas) horas. Em nossa proposta, atentando para a indispensabilidade de adequação ao sistema de cômputo de horas-atividades da Universidade, subdividimos a carga horária total em oito etapas, totalizando 405 (quatrocentas e cinco horas). Considerando as diretrizes curriculares nacionais o estágio supervisionado deverá ocorrer desde o início do curso, considerando uma progressão cuidadosa das atividades desenvolvidas, iniciando com atividades de observação acompanhadas de protocolos claros e, progressivamente, incorporando atividades nas quais o licenciando assuma ações docentes conforme preconiza a Resolução nº 04 de 29 de maio de 2024).

Nessa perspectiva a organização dos estágios no âmbito do curso corresponde a três ciclos bem definidos em (oito) componentes curriculares. Ao passarem pelas diferentes etapas, espera-se que os/as estudantes desenvolvam diferentes habilidades/experiências, como a seguir estão descritas:

I - Ciclo básico (compreende os componentes curriculares Estágio Supervisionado I (15h), II (45h) e III (45h) totalizando – 105 horas): consistem em atividades que possibilitem a introdução de estudo de referenciais teóricos importantes para a compreensão do ensino básico de matemática e do fazer docente, aproximação com o ambiente escolar da educação básica, estudo de seu Projeto Político Pedagógico e do regimento interno, refletindo sobre os processos de elaboração desses documentos; discussão sobre o funcionamento de órgãos e instâncias organizacionais da escola, a exemplo de colegiados, conselhos de classe, atividades complementares de planejamento; observação participante de atividades desenvolvidas no ambiente escolar (aulas, projetos, planejamentos, eventos e natureza diversa, dentre outros).

II - Ciclo intermediário (integra os componentes curriculares dos Estágio Supervisionado IV (45h), V (45h), VI (60h) e VII (60h), totalizando 210 horas): compreende atividades de vivência na lócus profissional que fomentem o protagonismo dos licenciandos em matemática e suas tecnologias, incentivando sua participação ativa em interações com a instituição de Educação Básica; requer a elaboração de projeto de intervenção pedagógica, a ser desenvolvido nas escolas, elaboração de planos de aula e/ou atividades didático-pedagógicas, produção de materiais didáticos para o trabalho em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, considerando as disposições da Base Nacional Comum Curricular, as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada modalidade da educação e a organização dos itinerários formativos das escolas, e regência pedagógica, privilegiando a atuação em diferentes etapas (Anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) e a pluralidade de modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola e Educação a Distância).

III - Ciclo final (componente curricular Estágio Supervisionado VIII realizado no ultimo período do curso com carga horária de 90 horas): compreende atividades de sistematização e compartilhamento das experiências vivenciadas nas etapas anteriores, de modo a reconstruir os percursos vividos e a refletir sobre os impactos do vivido na formação e no fazer docente. Trata-se de uma atividade de escrita e se constitui fundamentalmente pela produção de relatório das experiências de estágio contando com a mediação e orientação docente.

8.3 Trabalho de conclusão de curso

Para a obtenção do título de Licenciado(a) em Matemática e suas Tecnologias será exigida a realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Este se constituirá no desenvolvimento de artigo que será avaliado em sessão pública por uma comissão examinadora composta por três docentes, sendo o orientador o presidente. Será considerado aprovado o candidato com média igual ou superior a 7,0 (sete), computadas as notas dos membros da comissão examinadora.

O aluno deverá eleger uma linha de pesquisa dentre as propostas pelos professores e inscrever seu projeto durante o 7º período do curso, devendo matricular-se na disciplina TCC I. No 8º período, o aluno deverá entregar as versões solicitadas de seu artigo e participar da defesa oral pública de seu trabalho – atividades da disciplina TCC II. Importa mencionar que o regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso está regulado (ANEXO II) e será aprovado posteriormente pelo Colegiado de Curso e pela CAMEN.

8.4 ATIVIDADE CURRICULAR COMPLEMENTAR

As atividades complementares fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, e, entre a pesquisa básica e a aplicada. Estas atividades incluem um conjunto de vivências acadêmicas previstas pela IES para a integralização do curso. As atividades acadêmicas consideram-se aquelas relevantes para que o estudante adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação e que contemplem processos avaliativos.

As atividades complementares de aprofundamento em áreas específicas de interesse do PRILEI devem perfazer 200 horas e são de natureza acadêmico-científico-culturais. A UFPI, visando organizar a realização e o registro dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº 9.394/1996, incluiu na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI, Seção VI, disposições sobre as atividades complementares em seus cursos de graduação.

São consideradas atividades integrantes da formação do aluno de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias - PRILEI, além das disciplinas e do estágio supervisionado, participação em: eventos, discussões temáticas, projetos de pesquisa e extensão, além de outras atividades acadêmicas a juízo do Colegiado do Curso e previstas na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e no Anexo III deste PPC. Estas poderão ocorrer em qualquer etapa

do curso desde que seus objetivos sejam claramente explicitados. Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – realizadas a partir do ingresso do aluno no Curso;

II – compatíveis com o PPC do PRILEI;

III – variadas em pelo menos duas categorias entre os critérios estabelecidos no Anexo III deste PPC.

No calendário acadêmico é estipulado o período para solicitação de registro de atividades complementares de graduação junto à Coordenação do Curso. Cabe ao Coordenador avaliar o desempenho do aluno nas atividades complementares de graduação, de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico, emitindo a decisão do deferimento ou não.

Os casos de alunos ingressos no curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de atividades complementares de graduação, serão avaliados pela coordenação do curso, que poderá computar o total ou apenas parte da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem. Os alunos ingressos como portadores de curso superior deverão desenvolver normalmente as atividades complementares requeridas pelo PRILEI. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à PREG para serem homologados pela CAMEN e CEPEX.

Para a integralização do Curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias - PRILEI, o discente deverá apresentar certificados de 200h de Atividades Complementares, desenvolvidas durante o período do Curso, nas diversas modalidades disponibilizadas, até o último semestre, e constando no histórico escolar. Serão consideradas como atividades acadêmico-científico-culturais, em suas devidas categorias e pontuações o que se expõe nas dez tabelas de Atividades Complementares (AC) seguintes, delineadas por categoria, conforme a Resolução CEPEX-UFPI n.177/12.

A UFPI, visando organizar a realização e o cômputo dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, aprovou, por meio do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Resolução 177/12, que dispõe, dentre outras coisas, sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais (Atividades complementares) em seus cursos de Graduação.

Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Serem realizadas a partir do primeiro semestre;
- II – Serem compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias;
- III – Serem compatíveis com o período cursado pelo aluno ou o nível de conhecimento requerido para a aprendizagem;
- IV – Serem realizadas durante a realização do Curso e/ou no período letivo, em horário diferenciado das aulas, bem como no período de matrícula institucional;
- V – Serem integralizadas até o período anterior ao período de conclusão do curso.

O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de integralização de Atividades Complementares de Graduação junto à coordenação do curso, até 60 (sessenta) dias antes do prazo para a colação de grau do aluno. O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de registro de Atividades Complementares de Graduação junto às Coordenações de Curso, a cada período letivo.

A Coordenação do Curso avaliará o desempenho do aluno nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório estipulando a carga horária a ser aproveitada conforme Tabela 2, e fará registro no sistema acadêmico de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico ou encaminhará à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para as providências cabíveis quando o sistema estiver indisponível.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação para serem homologados pela Câmara de Ensino de Graduação e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX.

Tabela 2 - Quadro de atividades Complementares

ATIVIDADE DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA E A PESQUISA: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA

CADA ATIVIDADE			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Ensino	Participação em projetos institucionais, PIBID, PET.	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
2 Iniciação à pesquisa	Participação em projetos de pesquisa, projetos institucionais PIBIT, PIBIC	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
3 Grupo de pesquisa	Participação em grupo de pesquisa liderado por docentes da UFPI.	30(trinta) horas	60(sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
ATIVIDADE DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS: ATÉ 60 (SESENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60 (sessenta) horas
2 Organização de eventos técnico-científicos.	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60(sessenta) horas
3 Participação em eventos técnico-científicos.	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, defesa de TCC, de dissertação de mestrado e tese de doutorado, fórum, semanas acadêmicas.	01(uma) hora	60(sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.			
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Docente	Experiência profissional como docente por um período mínimo de um semestre;	30(trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			120
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
ATIVIDADES DE EXTENSÃO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Projeto de extensão com bolsa.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 12 a 20h.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Projeto de extensão voluntário.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 06 a 20 h.	30 (trinta) horas	30 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

TRABALHOS PUBLICADOS E APROVAÇÃO EM CONCURSOS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Publicações em anais de eventos nacionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Publicações em anais de eventos locais e/ ou regionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
3 Publicações em periódicos nacionais.	Publicações em periódicos especializados comprovados com apresentação de documento pertinente (declaração, cópia dos periódicos).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
VIVÊNCIAS DE GESTÃO: ATÉ 40 (QUARENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Representação estudantil.	- Participação anual como membro de entidade de representação político – estudantil. - Participação anual como membro de diretoria de entidade de representação político – estudantil	10 (dez) horas	40 (quarenta) horas
TOTAL			40
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Atividades Artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas	Participação em grupos de artes, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos	Premiação recebida em evento artístico culturais, acadêmicos ou por órgãos afins e aprovação de concursos públicos na área de matemática	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
DISCIPLINA ELETIVA INTEGRALIZADA EM OUTRO CURSO DESTA INSTITUIÇÃO OU EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ATÉ 60 (SESENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Disciplina Eletiva	Ofertada por outro curso desta IES ou por outras Instituições de Educação Superior.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas

TOTAL			60
Certificação: Histórico Escolar.			
ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, DIFERENCIADO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Estágios não obrigatório	Programas de integração empresa-escola ou de trabalhos voluntários, com dedicação semanal de 5 a 20 horas para o aluno.	30 (trinta) horas	90 (noventa) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
VISITAS TÉCNICAS: ATÉ 10 (DEZ) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Visitas técnicas	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovado por um prof. responsável, consultado previamente.	01 (uma) hora	10 (dez) horas
TOTAL			10
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Essas atividades, quando desenvolvidas pelo aluno, serão integralizadas ao currículo a cada bloco de 15 horas, que corresponde a um (01) crédito acadêmico, até o limite mínimo de 08 (oito) créditos para os cursos de graduação, bacharelado, e o limite mínimo de 200 horas para os cursos de graduação, licenciatura; atendendo ao que dispõe a Resolução N° 177/12 (CEPEX/UFPI) que também versa sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais.

8.5 Atividades Curriculares de Extensão

O Capítulo VI do Regimento Geral da UFPI, em seu Artigo 123, define que a “extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável que viabiliza a integração da Universidade com setores da comunidade local ou regional” (UFPI, 1999).

A Atividade de Extensão compreende um conjunto de ações interdisciplinares educativas, culturais, científicas e de intervenção social envolvendo os discentes na universidade e em diversos setores da sociedade. Está previsto no Programa Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, bem como na Resolução nº 07 do CNE/CES, 2018, o mínimo

de 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares dos cursos de graduação em atividades de extensão, por meio de programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; e prestação de serviços em áreas sociais pertinentes.

No Curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias - PRILEI as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) serão realizadas conforme as normatizações do Conselho Nacional de Educação e da UFPI, que compreende:

Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e à pesquisa (Art. 3º Resolução 07 - CNE/CES, 2018). Ainda, segundo a referida Resolução, são consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos da citada Resolução, e conforme normas institucionais próprias (Art. 7, Resolução CNE/CES, 2018).

Ressalte-se que as Atividades Curriculares de Extensão enquanto componentes curriculares obrigatórios são relevantes no processo de formação acadêmica por promoverem qualidade na formação integral dos estudantes universitários e possibilitar a formação de sujeitos críticos e responsáveis na sociedade.

Diante disso, a Universidade Federal do Piauí – UFPI aprovou a Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição. De acordo com a mencionada Resolução, as Atividades Curriculares de Extensão – ACE objetivam:

- Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;
- Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para cidadania e o seu papel social;
- Proporcionar a busca de novos objetos de investigação e inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedades;

- Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e práticas no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

O Projeto Pedagógico do Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI/UFPI, com o intuito de atender o que é imposto na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e na Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI, destina a carga horária de 000 horas para a realização das Atividades Curriculares de Extensão – ACE. Tal carga horária compreende 10% da carga horária total do Curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias - PRILEI, conforme a matriz curricular exposta neste PCC.

Vale ressaltar que as atividades de extensão para serem integralizadas como componentes curriculares obrigatórios (ACEs) deverão ter os estudantes como executores das ações a serem realizadas presencialmente, diferindo assim das atividades de extensão a serem integralizadas como "atividade complementar" que pode ter o aluno como público e ser realizada na modalidade à distância. A regulamentação das ACEs para o Curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias - PRILEI será melhor descrita no Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão, em anexo IV.

Neste PPC, as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) são definidas como componentes curriculares, ofertados em forma de disciplina na matriz curricular dada a especificidade do PRILEI, abrangendo atividades desenvolvidas por discentes, relacionadas a cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, incluindo os previstos em programas institucionais e de natureza governamental que atendam às políticas municipais, estaduais ou federais, destinadas à comunidade externa à UFPI.

Desse modo, o quadro a seguir, demonstra os eixos temáticos das ACE semestrais, constitui-se como referência para o curso Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias - PRILEI. Para sua formulação, baseamo-nos nos temas contemporâneos transversais, buscando trazer discussões que sejam de interesse dos estudantes e relevantes para sua formação.

Quadro 5: Eixo de Componentes Curriculares de Formação Geral:

Componentes curriculares da Formação Geral	Carga Horária	Créditos
Oficina de Latex I	45	3
Oficina de Latex II	45	3
Educação Inclusiva	45	3

Práticas interdisciplinares de pesquisa em matemática	45	3
Ferramentas Digitais para o Professor de Matemática.	45	3
Prática de Ensino e Extensão no Ensino Fundamental	45	3
Prática de Ensino e Extensão no Ensino Médio	45	3
Empreendedorismo e Inovação em Educação Matemática	45	3
TOTAL CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS	360	24

9 OUTRAS OPÇÕES DE APOIO À APRENDIZAGEM

O apoio pedagógico aos discentes é realizado pela Coordenação do Curso, auxiliada pelos professores do Curso, notadamente por meio de ações que possam favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos matriculados no curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias e contribuirá para sua permanência no curso.

9.1 Acessibilidade e Atendimento às pessoas com Necessidades Especiais

No âmbito da UFPI, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), que através de sua Coordenadoria de Assistência Comunitária – CACOM, gerencia as ações de política de Assistência Social à Comunidade Universitária, oferecendo, inclusive ao apoio psicopedagógico. Esta Pró-reitoria dispõe de um Serviço Psicossocial, formado por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, que prestam atendimento individual ou grupal aos alunos da UFPI que buscam soluções para os mais diversos problemas, orientando e encaminhando, quando necessário para os recursos disponíveis na comunidade interna e/ou externa.

A PRAEC ainda supervisiona a concessão de benefícios de permanência (bolsas e auxílios) exclusivamente oferecidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tais como: a Bolsa de Apoio Estudantil (BAE), a Isenção da Taxa de Alimentação (ITA), o Auxílio Creche (AC), a Residência Universitária (REU) e o Auxílio Residência (AR) para alunos dos Campi do interior.

Além disso, a UFPI tem seu trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais pautado pela Resolução nº76/2019 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento

educacional coerente aos alunos deficientes. Há ainda incentivo a participação em programas que oferecem bolsas como o Programa de Monitoria, do PIBID e PIBIC.

Há de mencionar também que a UFPI desenvolve um trabalho com alunos do público da Educação Especial pautado pela Resolução no76/2019 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente a eles, tendo, inclusive, um Núcleo de Acessibilidade (NAU), instituído desde 2014. A UFPI promove a divulgação de trabalhos e produção dos alunos a partir de eventos como Seminários, Simpósios e Congressos. Todo o trabalho acadêmico desenvolvido na instituição é feito a partir do SIGAA, o qual permite o acesso de professores, alunos e técnicos administrativos. Na página inicial são divulgadas para a sociedade informações relevantes acerca de ações, programas, projetos e eventos abertos ao público externo.

9.2 Tecnologias de Informação e Comunicação

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) representam, no cenário educacional contemporâneo, um componente estratégico para a inovação pedagógica e a ampliação das oportunidades de aprendizagem. Mais do que recursos técnicos, as TIC configuram-se como ferramentas culturais e cognitivas que, quando mediadas de forma intencional, favorecem a construção do conhecimento, a interação social e o desenvolvimento de competências para o século XXI (Kenski, 2012).

No contexto da formação inicial de professores, a *Resolução CNE/CP nº 4/2024* enfatiza a necessidade de integrar as TIC de forma transversal, garantindo que o licenciando vivencie situações em que essas tecnologias estejam articuladas ao planejamento, à execução e à avaliação de práticas pedagógicas. Essa integração não se restringe ao uso instrumental de ferramentas, mas envolve a apropriação crítica e criativa dos recursos digitais para responder às demandas complexas da educação básica (Brasil, 2024).

De acordo com Moran (2015), as TIC oferecem múltiplas linguagens — textual, visual, sonora e interativa —, possibilitando a diversificação das estratégias de ensino e favorecendo aprendizagens mais significativas. Plataformas virtuais, aplicativos colaborativos e ambientes de gamificação, quando utilizados de forma planejada, ampliam o engajamento dos estudantes e estimulam a produção coletiva de conhecimento.

Em virtude disso, os docentes irão fazer o uso das TIC como forma de potencializar os processos de produção do conhecimento, utilizando-se de práticas de aprendizagem

ativa e colaborativa, que possam ampliar as experiências formativas vivenciadas nas atividades presenciais. Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), fóruns de discussão, videoconferências e entre outras atividades digitais permitem a construção de comunidades de aprendizagem que transcendem os limites físicos da sala de aula, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico e da resolução de problemas (Valente, 2018).

Outro aspecto relevante é o papel das TIC na promoção da inclusão educacional. Recursos como leitores de tela, legendas automáticas e aplicativos de tradução contribuem para que estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas tenham maior autonomia, alinhando-se à perspectiva de uma educação para todos defendida pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) e pelas diretrizes da educação inclusiva (Brasil, 2008).

As TIC poderão ser utilizadas também como um suporte valioso para práticas de avaliação formativa. Sistemas de gerenciamento de aprendizagem e ferramentas de feedback em tempo real permitem ao professor monitorar o progresso dos estudantes e intervir de forma mais personalizada, reforçando o vínculo entre ensino e aprendizagem (Bacich; Moran, 2018).

No entanto, o uso das TIC deve estar pautado por uma ética digital que contemple questões como privacidade de dados, direitos autorais e combate a discursos discriminatórios. Cabe ao professor assumir um papel formativo também nesse campo, preparando os estudantes para o uso responsável e crítico das tecnologias.

Assim, a inserção das TIC como apoio à aprendizagem reforça o compromisso do curso com a formação de docentes inovadores, críticos e inclusivos. Ao articular tecnologias, metodologias e objetivos pedagógicos, o licenciando estará preparado para atuar de forma integrada à cultura digital, contribuindo para a qualidade social da educação básica e para a formação de cidadãos plenos na sociedade em rede.

Nesta perspectiva, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) serão utilizadas durante o curso como aliadas dos docentes, potencializando as atividades presenciais e promovendo uma imersão mais crítica na realidade escolar. Ao integrar ferramentas digitais de forma estratégica, os professores podem transformar suas aulas presenciais em espaços mais dinâmicos e significativos, utilizando recursos multimídia como vídeos, infográficos e simulações que tornam conceitos abstratos mais tangíveis. Metodologias como a sala de aula invertida e a gamificação permitem otimizar o tempo em

classe, focando em debates profundos e atividades colaborativas que estimulam o pensamento crítico.

Além disso, as TIC facilitam uma imersão no contexto escolar, oferecendo aos docentes ferramentas para analisar dados educacionais, compreender o perfil da comunidade e identificar desafios específicos. Plataformas colaborativas criam redes de compartilhamento de experiências pedagógicas, enquanto tecnologias imersivas como realidade virtual possibilitam trazer para a sala de aula contextos históricos e sociais de forma vivencial. No entanto, esse uso deve ser sempre mediado por uma reflexão crítica, considerando questões éticas e o contexto real da escola, para que as tecnologias não se tornem meros recursos técnicos, mas sim ferramentas de transformação pedagógica e social.

Dessa forma, as TIC serão integradas às atividades do Curso com propósito pedagógico claro, possibilitando tanto o enriquecimento do ensino presencial, quando uma aproximação dos futuros docentes à complexidade do ambiente escolar, permitindo uma atuação mais consciente, contextualizada e transformadora, essencial para a formação de cidadãos críticos na sociedade contemporânea.

9.3 Ingresso e Permanência

O ingresso no curso ocorrerá em consonância com as normativas vigentes do Ministério da Educação (MEC), com o Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e com o sistema de reserva de vagas, estabelecido pela Lei nº 12.711/2012 e suas alterações. O sistema de ações afirmativas contempla subgrupos definidos por critérios de renda, etnia (pretos, pardos, indígenas e quilombolas), pessoa com deficiência e origem escolar, seja integralmente em escola pública ou em escola comunitária no âmbito da Educação do Campo, assegurando a democratização do acesso ao ensino superior.

No âmbito deste projeto, serão contemplados dois perfis principais de público-alvo, alinhando-se ao princípio da Resolução CNE/CP nº 4/2024 que garante que a formação inicial de professores atenda tanto à demanda por novos docentes quanto à qualificação de profissionais já em exercício. No caso deste projeto, a seleção dos estudantes seguirá dois perfis de público-alvo:

- Docentes das Redes de Ensino para Segunda Licenciatura - Participação mediante edital específico, observando as normas internas da UFPI.
- Análise documental e comprovação de atuação/perfil conforme especificações do edital.
- Comunidade em Geral - estudantes que concluíram o Ensino Médio - Participação mediante edital específico, observando as normas internas da UFPI.
- Seleção pela nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme prevê a Portaria MEC nº 391/2002.
- Serão consideradas as notas dos três anos que antecedem o processo seletivo (2023, 2024 e 2025).
- O candidato poderá indicar, no momento da inscrição, o ano de sua nota do ENEM que deseja que seja utilizado no processo seletivo.

O primeiro perfil corresponde a docentes das redes de ensino que buscam uma segunda habilitação, com ingresso mediante edital específico, incluindo análise documental e comprovação de atuação profissional conforme as exigências estabelecidas. O segundo perfil destina-se à comunidade em geral, formada por candidatos que tenham concluído o Ensino Médio. Para este grupo, a seleção será realizada via edital próprio, utilizando-se das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme previsto na Portaria MEC nº 391/2002. Serão aceitas as notas obtidas nos três anos que antecedem o processo seletivo (2023, 2024 e 2025), ficando a critério do candidato a escolha do ano a ser considerado.

A permanência dos estudantes é tratada como compromisso estruturante da proposta formativa, em consonância com as diretrizes da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que orientam para a criação de condições que assegurem a integralidade da formação e a equidade de oportunidades. Nesse sentido, a UFPI desenvolve políticas articuladas de apoio acadêmico, pedagógico, psicológico e socioeconômico, oferecendo auxílios financeiros, bolsas de iniciação científica, monitoria, extensão e apoio à participação em eventos acadêmicos, de forma a reduzir desigualdades e prevenir a evasão.

Também são implementadas estratégias de acompanhamento pedagógico contínuo, como atendimento individualizado, atividades de nivelamento e reforço acadêmico, além da

integração com o Laboratório de Escrita e Leitura Acadêmica, voltado ao desenvolvimento de competências essenciais à prática docente, como leitura, interpretação e produção textual. Essas ações dialogam diretamente com a orientação da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que estabelece a articulação entre teoria e prática e a valorização de experiências formativas diversificadas.

Adicionalmente, a política institucional assegura a inclusão e a acessibilidade, em conformidade com a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019, garantindo recursos, adaptações e formações específicas para atender estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Essa abordagem reafirma o compromisso com a formação de professores capazes de atuar em contextos heterogêneos e de promover uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Assim, as políticas de ingresso e permanência do curso não apenas asseguram o acesso democrático e inclusivo, mas também criam condições concretas para a permanência e o sucesso acadêmico, em estreita consonância com os princípios da Resolução CNE/CP nº 4/2024. Com isso, contribuem para a formação de profissionais reflexivos, críticos e comprometidos com o desenvolvimento integral dos estudantes da educação básica.

10 ESPECIFICIDADE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

10.1 Articulação com a Pós-Graduação

A articulação entre a formação inicial e a pós-graduação constitui um eixo estratégico da proposta deste curso, reforçando o compromisso da Universidade Federal do Piauí (UFPI) com a verticalização da educação superior e a construção de uma trajetória acadêmica integrada, com a consolidação de uma cultura acadêmica que favoreça a continuidade dos estudos e a produção de conhecimento.

Essa conexão visa estimular a continuidade dos estudos em níveis mais avançados, promovendo uma cultura de pesquisa e inovação desde a graduação. Por meio de projetos conjuntos, orientações compartilhadas e acesso a grupos de pesquisa, os discentes são incentivados a explorar temas de interesse científico ainda durante a licenciatura, facilitando sua transição para programas de mestrado e doutorado. Essa perspectiva não apenas

qualifica a formação inicial, mas também fortalece a produção de conhecimento na área, alinhando-se às demandas sociais e educacionais do Piauí e do Brasil.

Dessa forma, a UFPI consolida seu papel como instituição promotora de uma educação superior articulada, capaz de formar professores-pesquisadores comprometidos com o avanço da matemática em suas dimensões teóricas e práticas.

Em consonância com a Resolução CEPEX/UFPI nº 189/2007, que regulamenta a oferta dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na instituição, esta articulação busca integrar a graduação aos programas de mestrado e doutorado já existentes, ampliando as possibilidades de inserção dos egressos em percursos formativos avançados.

Essa integração se concretiza por meio da participação dos discentes em grupos e linhas de pesquisa vinculados a programas como: o Programa de Pós-Graduação em Acadêmica em Matemática (PPGMAT) em nível de mestrado e doutorado e o Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT), entre outros. Tais programas oferecem linhas de pesquisa diretamente relacionadas às áreas de atuação do curso, como formação de professores, práticas pedagógicas inovadoras, educação e diversidade, políticas educacionais, linguagens e tecnologias, favorecendo a inserção dos licenciandos em contextos acadêmicos de alta qualificação.

A aproximação é fortalecida por ações conjuntas, como a realização de seminários integrados, ciclos de debates, oficinas metodológicas e participação em projetos de pesquisa e extensão financiados por agências de fomento. Essas experiências promovem o contato com metodologias de investigação avançadas, estimulam a produção científica e ampliam as oportunidades de publicação e apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos de alcance nacional e internacional.

A interação entre docentes da graduação e da pós-graduação garante o alinhamento temático e metodológico entre disciplinas, estágios, práticas de ensino e projetos de pesquisa. Esse diálogo contribui para que os estudantes compreendam as demandas e requisitos da pós-graduação, tornando mais fluída sua transição para programas de mestrado e doutorado.

Assim, a articulação com a pós-graduação amplia as perspectivas acadêmicas e profissionais dos licenciados, fortalece a produção científica voltada às demandas da educação básica e contribui para a consolidação de uma rede acadêmica integrada, comprometida com a qualidade social da educação e com a inovação pedagógica.

11 INFRAESTRUTURA

11.1. Recursos humanos

Os aspectos inerentes aos recursos humanos são necessários para a infraestrutura do curso de Licenciatura em Matemática e suas tecnologias, especialmente no contexto de programas como o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (PRILEI).

11.1.1 Docentes

Os docentes envolvidos nas ações educativas do curso deverão ter formação compatível com os conteúdos a serem ministrados e com a prática pedagógica necessária para a formação do futuro professor. Considerando-se as peculiaridades regionais, os docentes deverão ser capazes de fornecer subsídios pedagógicos para associar os conteúdos programáticos à necessidade e realidade do campo.

Nesse caso, como se trata de um curso ofertando no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei), os professores que ministrarão as disciplinas de cada período serão selecionados professores por meio de edital específico no âmbito do PRILEI, cujos critérios incidirão sobre a formação (titulação), qualificação e experiência acadêmica e profissional dos candidatos, priorizando os servidores efetivos da instituição proponente com atuação na graduação e pós-graduação, em projetos de pesquisa e extensão. Não sendo preenchidas as demandas do período abrem-se vagas para candidatos externos, seguindo os mesmos critérios de seleção.

11.1.2 Servidores Técnicos Administrativos

Os cursos de Licenciatura pautados pela prática de em regime de alternância apresentam várias particularidades que exigem da instituição um regime de funcionamento

diferenciado, se comparado aos cursos regulares ofertados normalmente. Portanto, considerando as especificidades do curso, serão necessários pelo menos dois técnicos para auxiliar a administração do curso, que será providenciado pela UFPI.

11.2 Recursos Materiais e Auxílio Financeiro para as saídas para a prática

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) assegura suporte logístico e financeiro para viabilizar as experiências práticas e intercâmbios de experiências, bem como, nas atividades do estágio supervisionado, da residência docente e atividades práticas externas previstas no curso, garantindo condições equitativas de aprendizagem e a formação integral dos estudantes.

No âmbito institucional, a universidade disponibiliza transporte próprio e estabelece parcerias com órgãos públicos e instituições parceiras para facilitar deslocamentos e apoio local.

Quanto aos recursos materiais, serão disponibilizados equipamentos e insumos necessários para a execução das atividades, tais como kits pedagógicos, material de registro (cadernos de campo, tablets, câmeras fotográficas), recursos audiovisuais e instrumentos específicos para as áreas de conhecimento abordadas nas práticas. Esses recursos visam possibilitar ao estudante a coleta, sistematização e análise de dados de forma qualificada e alinhada às exigências do projeto pedagógico do curso.

O planejamento dessas saídas contempla a utilização de transporte institucional, fornecido conforme a disponibilidade da frota e a programação de atividades acadêmicas, priorizando a segurança e o deslocamento coletivo. Além disso, quando necessário, serão firmadas parcerias com órgãos públicos e instituições parceiras para assegurar deslocamento e suporte local, ampliando a integração do curso com as redes de ensino e outras organizações vinculadas à formação docente.

No que se refere ao auxílio financeiro, a UFPI, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) e da Pró-Reitoria de Administração (PRAD), poderá disponibilizar apoio via editais específicos de auxílio para participação em atividades acadêmicas e de campo. Tais auxílios contemplam, entre outros aspectos, despesas com alimentação, hospedagem e material de consumo, garantindo equidade de participação entre os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica.

Os critérios de concessão do auxílio financeiro serão definidos em editais anuais ou semestrais, observando a disponibilidade orçamentária e priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme comprovação por meio de análise documental. Essa política busca minimizar barreiras econômicas que possam limitar a participação nas atividades de campo, assegurando que todos os discentes tenham acesso às experiências práticas essenciais para a consolidação da formação docente.

Além do apoio institucional, serão estimuladas parcerias com secretarias municipais e estaduais de educação, escolas-campo e demais entidades públicas e privadas, que poderão colaborar com recursos materiais, espaços físicos e apoio logístico para a realização das práticas. Essa articulação reforça a integração entre universidade e comunidade escolar, ampliando as possibilidades de vivência e aprendizagem dos licenciandos.

As saídas de campo e práticas externas serão planejadas com antecedência, garantindo que os recursos necessários estejam disponíveis no momento da execução. O acompanhamento e a avaliação dessas atividades serão incorporados aos relatórios acadêmicos do curso, permitindo a verificação da adequação e suficiência dos recursos e subsidiando melhorias para as próximas edições.

Dessa forma, a universidade reforça seu compromisso com uma formação docente de qualidade, assegurando que as práticas externas, indispensáveis à integração teoria e prática, sejam garantidas aos estudantes com equidade, inclusão e excelência acadêmica.

11.3 Espaço físico: sala de aula, laboratórios e salas especiais

Para sua plena execução, o curso demandará salas de aula e laboratórios de ensino para atividades pedagógicas. Por se tratar de um curso em regime de alternância, acreditamos que a implantação do curso resultará na otimização dos espaços físicos do *Campus* Ministro Petrônio Portella, uma vez que as atividades do tempo-universidade ocorrerão em janeiro/fevereiro e julho/agosto de todos os anos, período em que, normalmente, os alunos de cursos regulares encontram-se em férias.

O *Campus* possui 5 centros de ensino, cada uma com mais de 30 salas de aula climatizadas com capacidade para cinquenta discentes, uma biblioteca central climatizada e informatizada, laboratórios de Informática nos distintos centros com, no mínimo, 30 microcomputadores para atender aos estudantes e outros laboratórios para as mais

diferentes áreas. Existem quatro auditórios com capacidades de 240, 120 e 130 e 100 lugares, respectivamente. Estes espaços podem acolher ações conjuntas podem ser realizadas simultaneamente. Ressaltamos que o *Campus* possui também um Restaurante Universitário, com funcionamento para o horário de almoço e jantar, servindo refeições balanceadas, e que os alunos do PRILEI terão auxílio alimentação.

Todas as dependências do *Campus*, inclusive a Biblioteca, Laboratórios de Informática e o Restaurante Universitário, terão funcionamento normal durante os períodos de tempo-universidade, viabilizando o acesso à alimentação e ao estudo extraclasse, que contribuirão positivamente para o processo de ensino-aprendizagem a ser desenvolvido.

Ressalte-se que será disponibilizada aos discentes do curso, no período tempo-universidade, a moradia estudantil, permitindo confortável alojamento aos alunos. Atualmente, há camas tipo beliche, armários individuais, cozinha para preparação de alimentação durante o final de semana, banheiros para homens e mulheres, e área de lavanderia com tanques e duas máquinas de lavar-roupas à disposição dos discentes.

11.4 Biblioteca e acervo Bibliográfico

O acervo bibliográfico é vasto e a biblioteca central conta com muitos livros físicos e nas áreas do curso, além de oferecer também de livros digitais, por meio da plataforma “Minha biblioteca”.

11.5 Condições de acessibilidade

As condições de acessibilidade na Universidade Federal do Piauí (UFPI) são sustentadas por uma política institucional sólida, articulada por meio do Núcleo de Acessibilidade (NAU), órgão ligado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC). Criado em 2014 e em atividade plena desde 2016, o NAU cumpre papel estratégico na implementação de uma cultura inclusiva, respondendo a normas como o Plano de Acessibilidade Institucional e regulamentos internos específicos.

No campo físico e arquitetônico, a universidade vem promovendo obras para eliminar barreiras. Os campi incluem rampas de acesso, sanitários adaptados e trajetos sinalizados para pessoas com deficiência visual, buscando garantir mobilidade e autonomia no ambiente universitário.

Em apoio direto ao estudante público-alvo da educação especial, o NAU coordena o Laboratório de Acessibilidade e Inclusão (LACI), instalado na Biblioteca Central. Ali, estão disponíveis tecnologias assistivas como leitores de tela (NVDA, DOSVOX), teclados adaptados, impressoras e acervo em braille, proporcionando condições reais de aprendizagem e permanência acadêmica na UFPI.

Para além dos recursos físicos, o NAU atua por meio de programas de apoio pedagógico e tecnológico. Editais como a Bolsa de Inclusão Social (BINCS) e o Auxílio Inclusão Digital oferecem suporte financeiro e disponibilizam kits com lupas, gravadores de voz e outros instrumentos que favorecem a inclusão do estudante no processo formativo.

Outro avanço institucional significativo é a Cartilha “Se Liga na Inclusão”, elaborada pelo NAU e PRAEC para orientar coordenadores, docentes e técnicos na implementação de práticas inclusivas. O documento fornece recomendações sobre produção de material acessível, audiodescrição, descrição de imagens e estratégias pedagógicas colaborativas, ampliando o entendimento institucional sobre acessibilidade.

Acrescenta-se ainda o caráter formativo e de sensibilização, com cursos como o “Promoção de Acessibilidade e Inclusão” destinados ao corpo docente e administrativo, bem como encontros e eventos como o “Dia D da Pessoa com Deficiência” e o “Encontro com Estudantes público-alvo da educação especial (PAEE)”, promovendo troca de experiências e fortalecimento institucional nessa área.

As normativas internas reforçam esse arcabouço: a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019 regulamenta o atendimento educacional especializado a estudantes com deficiência na graduação; a Resolução CAD/UFPI nº 62/2022 aprova o estatuto do NAU; e há protocolos para a prestação de apoio através da documentação adequada e modalidades de tecnologia assistiva.

Em síntese, a UFPI constrói uma estrutura inclusiva robusta que passa pela infraestrutura adaptada, pelo apoio técnico e pedagógico, pela formação de servidores, pelo suporte financeiro e por orientações claras e acessíveis. Esse conjunto de ações assegura

que ingressantes e concluintes possam exercer sua trajetória acadêmica com autonomia, respeito e igualdade real de oportunidades.

12 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

A implantação dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral – PRILEI, será realizada em etapas articuladas, garantindo aderência às diretrizes do Edital nº 3/2025 e observando os prazos, procedimentos e metas institucionais.

O processo será conduzido em consonância com o Quadro de Acompanhamento – Implantação PRILEI, que detalha as fases, períodos, ações e responsáveis.

A primeira etapa, de julho a agosto de 2025, corresponde à organização e submissão da proposta, envolvendo a constituição do Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente, a definição dos cursos e da justificativa baseada em diagnósticos territoriais e dados do Censo Escolar/INEP, a elaboração do PPC inicial alinhado à BNCC, às Diretrizes Curriculares Nacionais e à Política de Educação Integral, bem como o registro e submissão da proposta no SIMEC.

A segunda etapa, prevista para setembro a dezembro de 2025, refere-se aos ajustes pós-seleção e planejamento pedagógico. Nela será firmado o Termo de Execução Descentralizada (TED) com o MEC, concluída a elaboração final dos PPCs com incorporação de metodologias ativas, interdisciplinaridade e inserção de estágios desde o início do curso. Essa fase também incluirá a articulação formal com as redes municipais e estadual para definição dos polos de estágio e da Residência Docente, a ser implementada no último ano.

A terceira etapa, de outubro de 2025 a fevereiro de 2026, destina-se à preparação da infraestrutura e recursos humanos. Será realizada a adequação de salas de aula e laboratórios, aquisição de equipamentos e materiais pedagógicos, garantia de acessibilidade física, pedagógica e digital, publicação de editais para seleção de professores (com prioridade para docentes efetivos da UFPI) e capacitação das equipes envolvidas.

A quarta etapa, que ocorrerá entre janeiro e fevereiro de 2026, corresponde à mobilização e seleção de estudantes, com ampla campanha de divulgação, visitas às escolas, divulgação em redes sociais e meios de comunicação, inscrição e seleção de candidatos via SISU/ENEM ou edital específico, observando a legislação de cotas e garantindo a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

A quinta etapa marca o início das atividades acadêmicas em março de 2026, com a realização de aula inaugural, início das disciplinas e implementação das metodologias ativas e dos estágios supervisionados desde o primeiro semestre.

A sexta etapa, de março de 2026 a fevereiro de 2030, envolve o monitoramento e avaliação contínua, com acompanhamento semestral de indicadores como taxa de matrícula, evasão, conclusão, desempenho acadêmico, inserção profissional e impacto comunitário. Relatórios técnicos serão produzidos anualmente e apresentados ao MEC, bem como em eventos como o Congresso Nacional da Rede PRILEI.

Por fim, a sétima etapa, no ano de 2030, compreende o encerramento e avaliação final, com sistematização dos resultados alcançados, análise do impacto territorial e social, elaboração do relatório final e registro das boas práticas para subsidiar novas políticas de formação docente.

Este cronograma, descrito no Quadro de Acompanhamento, assegura a execução planejada das atividades, permitindo controle rigoroso das responsabilidades institucionais e garantindo que os objetivos do PRILEI sejam plenamente atingidos, com formação de professores qualificados, fortalecimento da educação integral e impacto positivo no desenvolvimento educacional do Piauí.

Quadro de Acompanhamento – Implantação PRILEI

Etapa	Período	Ações	Responsáveis
Organização e Submissão da Proposta	Jul/2025 – Ago/2025	Constituir comitê, definir cursos, elaborar justificativas e PPC inicial, alinhar com BNCC, DCNs e Educação Integral, inserir proposta no SIMEC.	PREG, CGRAD, CDAC, Direções de Centro/Campus, PROPLAN, STI
Ajustes Pós-Seleção e Planejamento Pedagógico	Set/2025 – Dez/2025	Assinar TED com MEC, finalizar PPCs, alinhar conteúdos e metodologias ativas, articular com redes públicas e definir polos de estágio e residência.	PREG, Coordenação PRILEI, Colegiados de Curso, CEPEX

Etapa	Período	Ações	Responsáveis
Preparação de Infraestrutura e Recursos Humanos	Out/2025 – Fev/2026	Adequar salas e laboratórios, adquirir equipamentos e materiais, garantir acessibilidade, publicar editais para seleção de professores e capacitar equipes.	Direções de Centro/Campus, PREG, PROAD, STI
Mobilização e Seleção de Estudantes	Jan/2026 – Fev/2026	Executar campanha de divulgação, realizar inscrições via SISU/ENEM ou edital, aplicar política de cotas e garantir inclusão.	PREG, CSPE, Assessorias de Comunicação
Início das Atividades Acadêmicas	Mar/2026	Realizar aula inaugural, iniciar disciplinas e projetos, implementar metodologias ativas e estágios supervisionados.	Coordenações de Curso, Colegiados, PREG
Monitoramento e Avaliação	Mar/2026 – Fev/2030	Monitorar matrícula, evasão, conclusão, desempenho, inserção profissional e impacto comunitário; produzir relatórios técnicos anuais.	Coordenação Institucional PRILEI, Coordenações de Curso, PREG, CEPEX
Encerramento e Avaliação Final	Ano de 2030	Sistematizar resultados, avaliar impacto territorial, produzir relatório final e apresentar boas práticas ao MEC.	PREG, Coordenação PRILEI, MEC

13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DO CURSO

A avaliação do projeto também acontecerá de forma contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta, uma vez que ele servirá de tomada de decisão para continuidade das ações eficientes e mudanças de outras, cujo resultado tenha sido considerado negativo. Assim, ao término de cada disciplina será feita a avaliação do Curso pelo aluno, através de um formulário e também pelo professor. Os coordenadores do Curso serão responsáveis por tratar os dados colhidos destes formulários, complementá-los com conversas estabelecidas com os professores do curso e alunos, julgá-los e tomar a atitude devida. A ideia é tomar os indicadores desta avaliação para melhorar, sempre, a qualidade do ensino.

É relevante destacar que as ações ou atividades desenvolvidas serão continuamente retomadas a partir de núcleos temáticos de estudo, juntos às comunidades parceiras. Nesta perspectiva, a avaliação do Curso exige a avaliação do processo de formação: natureza e objetivos do curso e a avaliação da ação docente do profissional (professor/aluno) envolvido no curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias.

14 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO MONITORAMENTO DE PERMANÊNCIA

O acompanhamento sistemático da permanência estudantil no âmbito dos cursos do PRILEI/UFPI será desenvolvido como estratégia institucional de promoção da equidade, inclusão e qualidade da formação inicial, em conformidade com as diretrizes do Edital nº 3/2025 e com as metas estabelecidas no projeto institucional.

O monitoramento da permanência estudantil na Universidade Federal do Piauí (UFPI) será realizado de forma sistemática, integrando ações pedagógicas, administrativas e de assistência, em conformidade com as normativas institucionais e as diretrizes do Ministério da Educação. O processo utilizará indicadores quantitativos (como desempenho acadêmico, frequência e tempo de integralização curricular) e qualitativos (como perfil socioeconômico e acompanhamento individualizado), permitindo a identificação precoce de riscos de evasão e a implementação de estratégias direcionadas.

A análise dos dados será feita por meio de sistemas institucionais, como o SIGAA, que possibilita o acompanhamento da trajetória dos estudantes, cruzando informações acadêmicas e socioeconômicas para embasar políticas de apoio. Além disso, reuniões periódicas do colegiado servirão para avaliar casos específicos e propor intervenções. Para maior eficácia, sugere-se a inclusão de mecanismos de escuta ativa dos discentes, a definição de metas mensuráveis (como redução de evasão) e a divulgação transparente dos resultados, reforçando o compromisso com a permanência e o sucesso acadêmico.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), em articulação com o Núcleo de Acessibilidade (NAU), o Laboratório de Escrita e Leitura Acadêmica e as coordenações de curso, terá papel estratégico nesse monitoramento, garantindo que estudantes público-alvo da educação especial ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham acesso às políticas de permanência já implementadas, como auxílios financeiros, bolsas, apoio pedagógico especializado e tecnologias assistivas. A PRAEC disponibiliza ainda suporte psicológico e orientação pedagógica, conforme as necessidades dos estudantes.

Os resultados parciais e finais de cada semestre letivo serão apresentados em relatórios de acompanhamento, discutidos em reuniões de colegiado e encaminhados à direção de centro e à Pró-Reitoria de Graduação (PREG), de modo a subsidiar ajustes no planejamento pedagógico e nas ações de apoio. A adoção de metas semestrais de redução

da evasão e de elevação da taxa de integralização servirá como parâmetro para medir a efetividade das estratégias adotadas.

Além dos indicadores internos, a permanência será avaliada considerando dados do Censo da Educação Superior e do Sistema e-MEC, possibilitando o alinhamento do desempenho do curso aos parâmetros nacionais de qualidade. Essa análise externa permitirá também identificar tendências e desafios comuns a cursos de perfil semelhante, servindo de referência para o aprimoramento contínuo da gestão acadêmica.

A participação discente será incentivada por meio de espaços de escuta ativa, como questionários de satisfação, assembleias acadêmicas e reuniões abertas, criando um canal permanente para que estudantes possam apontar dificuldades e propor melhorias. Essas contribuições serão incorporadas às estratégias de permanência, fortalecendo o caráter participativo do processo.

A avaliação da permanência será ainda vinculada às ações de acessibilidade, inclusão e equidade, assegurando que as metas de atendimento às ações afirmativas (Lei nº 12.711/2012) e às políticas internas de inclusão sejam acompanhadas de forma integrada. Isso inclui a verificação do cumprimento das condições de acessibilidade física, pedagógica e comunicacional, conforme regulamentações como a Resolução CEPEX/UFPI nº 076/2019.

As ações serão implementadas a partir do Bloco 1, gerenciadas pela coordenação do curso e pela coordenação pedagógica, garantindo acompanhamento individualizado e contínuo até a conclusão da graduação. Esse modelo visa promover um vínculo pedagógico e uma maior proximidade entre os estudantes, fortalecendo a prevenção da evasão e oferecendo suporte integral à trajetória acadêmica. Além disso, a coordenação do curso realizará avaliações periódicas e monitoramento da permanência dos alunos, assegurando que as necessidades de cada grupo sejam atendidas e que estratégias de apoio sejam adaptadas conforme necessário.

O acompanhamento terá como objetivos principais:

- Mapear necessidades e desafios: identificar, de forma contínua, dificuldades acadêmicas, socioeconômicas, emocionais e de acessibilidade que possam impactar o desempenho e a permanência dos estudantes, considerando o contexto territorial e social de cada campus.

- Fortalecer a comunicação institucional: criar e manter redes de comunicação eficientes entre discentes, coordenação de curso e a instituição, utilizando ferramentas digitais, encontros presenciais e canais oficiais para agilizar a circulação de informações.
- Garantir acesso a oportunidades e políticas de apoio: orientar e divulgar informações sobre bolsas de pesquisa, permanência, desenvolvimento acadêmico, residência docente e outras iniciativas previstas na política de assistência estudantil da UFPI, assegurando que todos os estudantes elegíveis tenham acesso a esses benefícios.
- Integrar diagnósticos e ações entre campi: consolidar, a cada semestre, o mapeamento das dificuldades e demandas identificadas, socializando-as entre todos os campi envolvidos no PRILEI, de forma a subsidiar a Coordenação Institucional e os Colegiados de Curso na definição de estratégias conjuntas.
- Acompanhar e apoiar o processo de ensino-aprendizagem: atuar de maneira articulada com os docentes responsáveis pelas disciplinas, buscando soluções pedagógicas que favoreçam a aprendizagem, a participação ativa e o desenvolvimento das competências previstas no PPC.
- Promover a inclusão e o atendimento especializado: planejar e executar ações de apoio a estudantes com necessidades educacionais especiais, garantindo acessibilidade física, pedagógica e tecnológica, conforme normativas institucionais e legais.
- Monitorar o desempenho acadêmico: coletar e analisar, de forma sistemática, indicadores de rendimento, frequência, participação em atividades de estágio e residência docente, e conclusão de componentes curriculares, alimentando relatórios de gestão e tomada de decisão.
- Desenvolver estratégias para o sucesso acadêmico: propor ações preventivas e interventivas para reduzir a evasão e aumentar a taxa de conclusão, em alinhamento com a meta institucional de garantir taxa mínima de conclusão de 95% dos ingressantes.

Essa metodologia de acompanhamento, fundamentada na gestão compartilhada e na integração entre teoria e prática, articula-se diretamente às metas do PRILEI e ao compromisso institucional da UFPI com a formação de professores qualificados para a

Educação Básica, em regime de tempo integral, com foco na inclusão e na redução das desigualdades educacionais.

Em síntese, o monitoramento da permanência estudantil será um processo contínuo, integrado e baseado em evidências, cujo foco é garantir que todos os estudantes ingressem, permaneçam e concluam o curso em condições de equidade e qualidade, fortalecendo o compromisso institucional da UFPI com a formação docente e com a democratização do acesso e da permanência na educação superior.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula: prática e princípios teóricos**. São Paulo : Cortez, 1990.

ALMEIDA, Maria Isabel de. (Orgs.). **Pedagogia Universitária: caminho para a formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2011

ANDRÉ, Marli. Formar o professor pesquisador para um novo desenvolvimento profissional. In: ANDRÉ, Marli (Org.). **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas: Papirus, 2016. p. 17-34. (Série Prática Pedagógica).

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos**: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas**: desenvolvendo competências em informação e comunicação. 2. ed. Bauru: Cá entre nós, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação . **Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025** Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2021**: Resumo Técnico. Brasília, 2021.

BRASIL. Presidência da república, **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 02/19, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 10 fev. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**: Subsidia Os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial), Brasília, 2015. BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024) instituído pela Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo Nº 80 da Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Resolução CNE nº 02/02, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, formação plena, para Formação de Professores da Educação Básica em nível superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 04 mar. 2002a.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei Nº 10.172, de 08 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 09 jan. 2001a.

BRASIL. Resolução CNE nº 01/02, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2001c.

BRASIL. Parecer CNE/CP Nº 027/2001, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao item 3.6, à linha C do Parecer CNE/CP nº09/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de profissionais da Educação Básica, em nível superior, Cursos de Licenciatura de Graduação Plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2001d.

BRASIL. Portaria MEC Nº 453/78, de 20 de maio de 1978. Altera o Estatuto da Universidade Federal do Piauí. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 1978.

BRASIL. Decreto Nº 72.140, de 26 de abril de 1973. Aprova o Estatuto da Universidade Federal do Piauí. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 1973.

BRASIL. Lei Federal Nº 5.528, de 12 de novembro de 1968. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 1968.

BRASIL. Decreto Nº. 43.402, de 18 de fevereiro 1958. Autoriza o funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1958.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 2004.

BRASIL. O Estatuto da Fundação (FUFPI). Aprovado pela Portaria MEC 265, de 10 de abril de 1978 e alterado pela Portaria MEC Nº 180, de 05 de fevereiro de 1993. publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993. Teresina: UFPI, 1978.

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 22.mar.2022

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A **prática como componente curricular na formação de professores**. Educação, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 203-218, maio/ago. 2011.

FERREIRA, F. S.; REBELO, A. S.; KASSAR, M. C. M. **Professores, tecnologias digitais e inclusão escolar**: desafios da política de educação especial em um município brasileiro.

Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 16, n. esp.2, p. 1307-1324, maio, 2021

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**, Nº. 9394/96.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**. MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>
BRASIL.MEC. **Parecer CNE/CEB/ 1º/2/2006**. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância. Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República LEI nº 14.640, de 31 de julho de 2023. **Institui o Programa Escola em Tempo Integral**; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

CORDEIRO, G.N.K.; REIS, N.da S.; HAGE, S. M. **Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo**. In: **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GATTI, **Bernardete Angelina et al. Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019

GIMONET, J.C **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Editora Vozes; Paris: AIMFR, 2007.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional?** Revista Brasileira de Educação, v. 28, e280081, 2023.

MANZINI, E. J. **Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados**. In: **Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas**. Brasília: SEESP/MEC, 2005.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C.A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: EdUFSCar. 2014. MENDES, Enicéia Gonçalves; SANTOS, Vivian; SEBIN, Bruna Raffaini. **Política de educação especial no Brasil: análise da produção de textos de 2004 a 2019**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

MICHELS, Maria. Helena.(Org.). **A formação de professores de Educação Especial no Brasil**:

propostas em questão. Florianópolis: UFSC, CED/NUP, 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, C. R. **Avaliação educacional**: um olhar reflexivo sobre sua prática. São Paulo: Avercamp, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UFPI. **Regimento Interno Institucional**. Teresina, 2008.

UFPI.. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Teresina, 2024 (PDI 2024-2024_.

IBGE. Censo 2010. 2010. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=22>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PIAUÍ. **Demanda de Formação de Professores da Educação Básica no Piauí – Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 2007**. Teresina: Secretaria de Educação do Estado do Piauí, 2007.

UFPI. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução Nº 220/2016**, de 28 de setembro de 2016. Define as diretrizes curriculares para formação em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica na UFPI. Teresina: UFPI, 2016.

UFPI. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução Nº 76/15**, de 09 de junho de 2015.Regulamenta o programa de monitoria da UFPI, 2015. Teresina: UFPI, 2015.

UFPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024**. Teresina: UFPI, 2020.

UFPI. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução Nº 177/2012**, de 05 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2012.

UFPI. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 115/05**. Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura - Formação de Professores de Educação Básica e define o perfil do profissional formado na UFPI, Teresina: UFPI, 2005a.

UFPI. Conselho Universitário. **Resolução nº 032/05**. Estatuto da Universidade Federal do Piauí, Teresina: UFPI, 2005b.

UFPI. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 199/03**. Estabelece as normas gerais do estágio Curricular Supervisionado de Ensino e institui a sua duração e carga horária. Teresina: UFPI, 2003.

ROSSATO, Maristela. **O estágio supervisionado como espaço de produção de significados sobre a profissão docente**. Boletim de Conjuntura (BOCA) ano V, vol. 15n. 44, Boa Vista, 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Alternativas pedagógicas para a formação do professor da educação superior. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Maria Quevedo Quixadá(Org.). Docentes para a educação superior: processos formativos. Campinas: Papirus, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993.-

ANEXOS

ANEXO I

REGULAMENTO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias da UFPI, na modalidade presencial é regido em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394/1996, de 20/12/1996, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura voltados à formação de professores da Educação Básica, Resoluções CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, Resolução CEPEX/UFPI nº 220 de 28 de setembro de 2016, na Resolução 177/12 CEPEX/UFPI de 05/11/2012 e na Lei nº 11.788 de 25.09.2008.

PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Matemática em suas Tecnologias da UFPI observará os seguintes princípios:

- I - solidez teórico-científica das disciplinas que ensejam atividades práticas para a consolidação dos conhecimentos por elas abordados;
- II - desenho lógico e sequencial das atividades propostas, que possibilitem registro sistemático e, consequente formação de portfólio;
- III - foco na prática: a partir do que é delineado pelas respectivas teorias de cada disciplina, a vivência do estágio deverá mobilizar o conhecimento adquirido por meio de atividades estruturadas que permitam ao(à) estagiário(a) exercitar a docência de maneira supervisionada. Dessa forma, o(a) estagiário(a) irá construir um repertório inicial de práticas docentes que lhe confirmem confiança para o exercício profissional autônomo do magistério, com foco no aprendizado dos alunos;
- IV - pluralidade pedagógica: o estágio deve oferecer oportunidade a pluralidade pedagógica tanto por meio da participação em ambientes de aprendizagem diversificados, quanto sob a supervisão de profissionais com perfis variados, que lhe proporcionem reflexibilidade, segurança, resiliência e flexibilidade na atuação profissional;
- V - processo ativo de aprendizagem: o processo de aprendizagem da docência durante o estágio requer a combinação de solidez teórico-científica das disciplinas e interação de seus conteúdos com as atividades práticas aliadas ao engajamento dos(as) estagiários(as) na vivência, desde o planejamento, durante a execução e no processo contínuo de avaliação das atividades pedagógicas; e

VI - prática reflexiva: o processo de aprendizagem da docência durante o estágio requer o desenvolvimento da capacidade de avaliação do(a) estagiário(a) sobre os objetivos, os componentes, o contexto, a execução e o resultado de cada atividade. Também requer uma autoavaliação contínua, refletindo tanto sobre as consequências da sua atuação, quanto das implicações dessas reflexões sobre sua futura atuação profissional.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Matemática em suas Tecnologias da UFPI observará os seguintes objetivos:

I - formar docentes com mais flexibilidade, segurança, resiliência e flexibilidade para sua atuação profissional, desde o início de sua carreira;

II - valorizar os docentes e fortalecer os vínculos com a carreira docente;

III - engajar docentes com mais experiência na formação de novas gerações de docentes;

IV - integrar a formação e a pesquisa acadêmica com a prática educativa do ambiente escolar;

V - integrar professores(as) supervisores(as), estagiários(as) e demais profissionais da IEB, para formar uma comunidade dinâmica e competente para seu autodesenvolvimento e para o aprendizado dos(as) estudantes da IEB;

VI - garantir parâmetros mínimos de formação docente necessários para o planejamento, a execução e a avaliação de práticas pedagógicas, alinhadas com as demandas da educação contemporânea e com a efetiva aprendizagem dos(das) estudantes; e

VII - promover a indução profissional inicial mediante uma transição lógica e efetiva entre o aprendizado teórico-científico e a materialização de conhecimentos, práticas, valores e atitudes necessários ao exercício competente da docência.

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Matemática em suas Tecnologias da UFPI visa oferecer ao estudante a oportunidade de:

I - atividades que abranjam o “conhecimento curricular”, ou seja, o conhecimento sobre os programas e os materiais disponíveis para o ensino, bem como sobre a sequência lógica de conteúdos em um currículo;

II - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico geral”, ou seja, estratégias gerais de ensino e aprendizagem, independentemente da área de conteúdo, tais como gestão de sala de aula, teorias de aprendizagem e práticas educacionais;

III - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico do conteúdo - CPC”, ou seja, a capacidade de transformar o conteúdo em formas que sejam compreensíveis e acessíveis aos(às) estudantes. Incluem o uso de analogias, exemplos e estratégias de ensino específicas para cada disciplina;

IV - atividades que envolvam o “conhecimento sobre os(as) alunos(as)”, ou seja, a compreensão sobre como os(as) estudantes aprendem, suas características cognitivas, sociais e emocionais, além das diferenças individuais entre eles(elas); e

V - atividades que envolvam o “conhecimento do contexto escolar”, ou seja, o conhecimento sobre o ambiente onde o ensino ocorre, incluindo as políticas educacionais, as legislações, as características da comunidade escolar e os fatores culturais e socioeconômicos.

CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG, em unidades que tenham condições de:

I - proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;

II - dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário;

III - existência de convênio entre a UFPI e as instituições co-formadoras.

Parágrafo único: O termo de compromisso de estágio (TCE) constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a UFPI e a parte concedente.

ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 6º. A gestão do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Matemática em suas Tecnologias envolve:

- . Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG;
- . Coordenação de Estágio Supervisionado;

- . Professor Orientador de Estágio;
- . Supervisor de campo;
- . Estudante Estagiário.

I - COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO (CGE)/PREG;

Art. 7º- A Coordenação Geral de Estágio (CGE) da PREG tem como funções básicas:

- . Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado na UFPI;
- . Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios;
- . Assessorar as coordenações de estágios nos cursos, na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio supervisionado, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- . Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- . Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

II - COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 8º- São atribuições da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Matemática em suas Tecnologias:

- . Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;
- . Informar à CGE/PREG os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;
- . Elaborar a cada semestre, junto com o Professor Orientador, as programações de Estágio Curricular Supervisionado que serão enviadas a CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;

- . Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- . Encaminhar, juntamente com o Professor Orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos) de estágio;
- . Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- . Realizar seminário de integração dos estágios, juntamente com os professores orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas;
- . Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso;
- . Realizar estudos, seminários, encontros de formação e/ou demais atividades que fortaleçam os princípios do Estágio Curricular Supervisionado, em articulação com os professores orientadores.

III - PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Art. 9º- O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado é, preferencialmente, efetivo do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- . Orientar e supervisionar o máximo 15 (quinze) estagiários simultaneamente, por turma;
- . Elaborar, junto ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado do curso, a programação semestral de estágios;
- . Elaborar Plano de Estágio para os discentes;
- . Orientar os alunos, na elaboração dos seus planos de estágio e nos relatórios de estágio;
- . Orientar a execução das atividades dos estagiários;
- . Avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
- . Enviar ao coordenador de estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos alunos sob a sua responsabilidade;
- . Manter diálogo regular com os professores supervisores para integrar a formação acadêmica com a prática profissional.

- . Participar de momentos formativos e encontros de troca de experiências promovidos pela UFPI e instituições parceiras.

Art. 10º- O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado deve assegurar que o Plano de Estágio seja estruturado de forma a garantir que o(a) estagiário(a) tenha a oportunidade de vivenciar:

I - atividades que abranjam o “conhecimento curricular”, ou seja, o conhecimento sobre os programas e os materiais disponíveis para o ensino, bem como sobre a sequência lógica de conteúdos em um currículo;

II - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico geral”, ou seja, estratégias gerais de ensino e aprendizagem, independentemente da área de conteúdo, tais como gestão de sala de aula, teorias de aprendizagem e práticas educacionais;

III - atividades que abranjam o “conhecimento pedagógico do conteúdo - CPC”, ou seja, a capacidade de transformar o conteúdo em formas que sejam compreensíveis e acessíveis aos(às) estudantes. Incluem o uso de analogias, exemplos e estratégias de ensino específicas para cada disciplina;

IV - atividades que envolvam o “conhecimento sobre os(as) alunos(as)”, ou seja, a compreensão sobre como os(as) estudantes aprendem, suas características cognitivas, sociais e emocionais, além das diferenças individuais entre eles(elas); e

V - atividades que envolvam o “conhecimento do contexto escolar”, ou seja, o conhecimento sobre o ambiente onde o ensino ocorre, incluindo as políticas educacionais, as legislações, as características da comunidade escolar e os fatores culturais e socioeconômicos.

Art. 11º Para a realização das atividades descritas nos incisos do artigo anterior, o Plano de Estágio deve prever o uso pelo(a) estagiário(a) de diferentes instrumentos e meios de aprendizagem, tais como:

I - *Observação*: tem como objetivo desenvolver no(a) estagiário(a) um olhar crítico-reflexivo, por meio de protocolos pré-estruturados, que permita a compreensão do ambiente educacional, das práticas pedagógicas e das interações no contexto escolar. Entre os objetos de observação, podem ser incluídos:

a) Observação das formas de interação entre os(as) estudantes;

b) Observação da organização do tempo e do espaço escolar/sala de aula;

- c) Observação das estratégias de gestão da sala de aula realizadas pelo(a) professor(a);
- d) Observação das estratégias de ensino realizadas pelo(a) professor(a);
- e) Observação das formas como o(a) professor(a) se comunica com os(as) estudantes;
- f) Observação da resolução de problemas e conflitos inesperados no ambiente de ensino, incluindo horários fora de sala de aula, tais como visitas de campo, recreio, uso de sala de leitura ou de recursos, entre outros.

II - *Entrevista*: deve oportunizar ao(à) estagiário(a) ouvir, de maneira estruturada e planejada, com perguntas relevantes e baseadas no arcabouço teórico-científico da disciplina a que se refere, os diferentes atores do processo educativo, com o objetivo de aprofundar seu entendimento dos elementos observáveis no contexto das instituições de ensino. Poderão ser realizadas, entre outras:

- a) Entrevista com estudantes para compreender suas perspectivas em relação ao processo de aprendizagem, a dinâmica com pares e docentes, a interação com o ambiente de ensino e o seu repertório cultural/social;
- b) Entrevista com professores(as) sobre seu planejamento, sua atuação didática, suas decisões de gestão de sala de aula e seu plano de ensino;
- c) Entrevista com professores(as) após a observação de práticas disciplinares específicas, com o objetivo de compreender decisões pedagógicas;
- d) Entrevista com gestores escolares para compreender como a organização da unidade escolar é pensada para favorecer as aprendizagens.

III - *Análise documental*: a análise de documentos e materiais deve ser descritiva e crítica, referenciada nas leituras e estudos orientados ao tema. Poderão ser realizadas, entre outras:

- a) Análise dos planos de ensino do(a) professor(a);
- b) Análise dos materiais didáticos utilizados em sala;
- c) Análise de documentos curriculares;
- d) Análise do projeto político-pedagógico da escola;
- e) Análise dos instrumentos de avaliação formais e informais.
- f) Análise das produções dos alunos frente a uma comanda didática.

IV - *Planejamento do ensino e aprendizagem*: deve oportunizar ao(à) estagiário(a) refletir e/ou definir sobre os objetivos de aprendizagem a serem trabalhados (de acordo com o arcabouço teórico-científico da disciplina a que se vincula), os instrumentos e critérios

avaliativos a serem utilizados, a forma como as aulas serão conduzidas, a seleção de materiais de ensino, entre outros aspectos relevantes na condução de atividades didáticas. Poderão ser realizados, entre outros: 6

- a) Planejamento de um momento de regência específico dentro de uma unidade de ensino do(a) professor(a);
- b) Planejamento de atividades avaliativas;
- c) Planejamento de aulas;
- d) Planejamento de gestão das aprendizagens.

V - Regência: deve possibilitar ao(à) estagiário(a) estar à frente da condução do processo de ensino e precisa ser precedida pelas atividades listadas acima. Deve ser exercida de forma compartilhada, na qual o(a) professor(a) e o(a) estagiário(a) conduzem conjuntamente atividades de ensino, possibilitando, de forma progressiva, a interação com a classe e um papel mais proeminente do(a) estagiário(a) na regência. Poderá ser realizada, entre outras:

- a) Regência de atividade específica;
- b) Regência de aula;
- c) Regência de unidade de ensino.

VI - *Avaliação das aprendizagens*: deve permitir ao(à) estagiário(a) refletir sobre as avaliações educacionais, incluindo a escolha de estratégias pedagógicas e a definição de instrumentos que possibilitem a entrega de devolutivas aos(as) estudantes.

Art. 12o Para que o estágio curricular supervisionado seja devidamente avaliado, o Plano de Estágio deve prever a entrega de relatórios, realizados pelo(a) estagiário(a), que registrem as percepções de maneira organizada, que relacionem as atividades desenvolvidas com a teoria estudada e que apresentem reflexões críticas, destacando os aspectos positivos, as dificuldades percebidas, o que poderia ser aprimorado ou replicado, dentre outras evidências das aprendizagens do(a) estagiário(a).

Parágrafo único: o conjunto dos relatórios produzidos pelo(a) estagiário(a), registrando a sua vivência prática ao longo de suas atividades do estágio curricular supervisionado, é chamado de “portfólio”.

Art. 13o Na elaboração do seu Plano de Estágio a IES deve levar em consideração os seguintes aspectos:

- I - as atividades de estágio ao serem definidas devem seguir uma progressão de complexidade, de acordo com a etapa letiva em que serão exercidas, e em consonância com o desenvolvimento pessoal e a maturidade profissional do(a) estagiário(a);
- II - as atividades de estágio devem ser estruturadas de acordo com os períodos letivos, definindo qual é o foco de cada período, como por exemplo, Educação Infantil, Alfabetização, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos etc. e apresentando os objetivos de aprendizagem a serem desenvolvidos pelos(as) estagiários(as) em cada um desses períodos; e
- III - a fim de não conflitar com a proposta pedagógica e curricular da rede de ensino ou IEB, as atividades de estágio serão definidas em comum acordo entre o(a) professor(a) orientador(a) e o(a) professor(a) supervisor(a).

IV - SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 14º O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades, tem como atribuições:

- . Acolher o estagiário na escola e na sala de aula, apresentando rotinas e horários;
- . Orientar e supervisionar os estagiários;
- . Avaliar, periodicamente, o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI
- . Promover ambientes de aprendizagem que coloquem o estagiário como protagonista, incentivando reflexões sobre a prática docente.
- . Oferecer oportunidades para que o estagiário pratique a docência, com suporte e orientação formativa.
- . Manter comunicação contínua com o professor orientador para garantir a integração entre teoria e prática.

V - ESTUDANTE ESTAGIÁRIO

Art. 15º São atribuições do estudante estagiário:

- . Cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado;
- . Respeitar as normas regimentais e disciplinares da Instituição na qual o estágio for realizado;
- . Planejar com o professor orientador e supervisor as atividades do estágio;
- . apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;
- . Comparecer aos encontros com o professor orientador;
- . Apresentar um relatório ao final de cada estágio de acordo com as normas institucionais, bem como, socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o estágio, registrando suas percepções, reflexões críticas, e o desenvolvimento de suas práticas docentes.
- . constituir um portfólio que documente a experiência de estágio, destacando aprendizados, dificuldades e propostas de melhorias no percurso formativo do estágio desde o início do curso.

PLANO DE ESTÁGIO DO DISCENTE

Art. 16º O plano de estágio é um documento elaborado pelo discente, com orientação do professor orientador, que deve contemplar as atividades a serem desenvolvidas durante o estágio supervisionado, alinhando-se às diretrizes do curso e às necessidades de formação do futuro docente.

Art. 17º O plano de estágio deve incluir:

I. Objetivos Gerais e Específicos: Definição clara dos objetivos do estágio, tanto gerais quanto específicos, em termos de desenvolvimento de competências docentes e integração teoria-prática.

II. Atividades Planejadas:

- Descrição das atividades de observação, entrevistas e análises documentais a serem realizadas.

- Planejamento de momentos de regência, incluindo a condução de aulas e atividades avaliativas.

III. Cronograma: Estabelecimento de um cronograma que distribua as atividades de estágio ao longo do semestre, garantindo tempo suficiente para preparação, execução e reflexão.

IV. Metodologia: Estratégias e métodos que serão utilizados para alcançar os objetivos do estágio, incluindo recursos didáticos e tecnológicos.

V. Critérios de Avaliação: Definição dos critérios que serão utilizados para avaliar o desempenho do discente durante o estágio, incluindo autoavaliação e feedback do professor supervisor.

VI. Reflexão e Autoavaliação: Espaços dedicados à reflexão crítica sobre as práticas realizadas e ao registro de aprendizados, desafios enfrentados, e estratégias de superação.

Art. 18º O plano de estágio deverá ser aprovado pelo professor orientador antes do início das atividades práticas e poderá ser ajustado conforme necessário, em resposta às experiências vivenciadas durante o estágio.

Parágrafo único: O plano de estágio faz parte do portfólio do discente e será utilizado como um dos instrumentos de avaliação de seu desenvolvimento ao longo do estágio supervisionado.

CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 19º O estágio curricular supervisionado deverá ocorrer nos períodos finais do curso, com carga horária mínima de 405h, em instituições conveniadas da educação básica das redes de ensino público e/ou privado da educação básica, filantrópicas e outros, em conformidade com as diretrizes para formação de professores.

Parágrafo único: A carga horária do estágio curricular supervisionado será distribuída em 8 (oito) estágios a ser realizado de forma presencial, distribuído ao longo do curso, e abranger as áreas de atuação do futuro professor, onde serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- . Observação destinada a propiciar ao aluno, o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno;
- . Participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula; Docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio;
- . Elaboração e execução de projetos de intervenção que visem à melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

AVALIAÇÃO

Art. 20º A Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Matemática em suas Tecnologias, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

Art. 21º A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

Art. 22º Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

- . A avaliação realizada pelo supervisor de campo do estágio, com base no formulário específico encaminhado ao professor orientador, obedecendo ao cronograma da Coordenação de Estágio de cada curso;
- . A avaliação do professor orientador com base no cumprimento do plano de trabalho e relatório final;
- . Além dos instrumentos supracitados poderão ser empregados outros, conforme previsto no PPC de cada curso.

§1º O PPC do curso deverá estabelecer critérios de aprovação para o Estágio Curricular Supervisionado, conforme Resolução CEPEX nº 177/2012.

§2º As atividades de estágio não podem ser realizadas através de atividades domiciliares.

Art. 23º Os estagiários que exercem atividade de docência regulares e comprovadas na educação básica poderão ter redução de carga horária em até 100 (cem) horas do estágio curricular supervisionado na forma da legislação federal em vigor e apresentar documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação, mediante requerimento de redução de carga horária.

§1º Compete à Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado, juntamente com o professor orientador, a análise do pedido e a emissão de parecer que deverá ser encaminhado à CGE e à Câmara de Ensino- CAMEN.

ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO DA INTEGRAÇÃO DO ENSINO NO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 24º Um dos aspectos mais relevantes da formação de professores é a estreita relação entre a escola da educação básica e a Instituição formadora. Assim, o curso de licenciatura em matemática e suas tecnologias deve estabelecer coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, enfatizando:

- a) A compreensão da diversidade de situações concretas em que a escola está inserida, implicando ações efetivas;
- b) A interação entre professores universitários (formadores) e da educação básica, a fim de propiciar atualização curricular permanente da escola de educação básica e da instituição formadora;
- c) O conhecimento dos instrumentos normativos da Educação Básica;
- d) A promoção de experiências formativas inovadoras no cotidiano da educação escolar;

- e) A integração da formação pedagógica e dos conteúdos da área de conhecimento;
- f) O estímulo aos processos formativos envolvendo as práticas de gestão e o processo de ensino aprendizagem, por meio de encontros, discussões, seminários com professores da Educação Básica e docentes e licenciandos da UFPI como forma de manter um diálogo aberto entre a Universidade e a Escola;
- g) A divulgação e o debate dos processos desenvolvidos e os resultados alcançados por meio de publicações, participação em eventos científicos e recursos eletrônicos;
- h) Participação dos professores orientadores de estágio em atividades no campo de estágio (ou seja, na escola de educação básica) envolvendo representações em conselhos, participação no planejamento de atividades educativas, etc.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de licenciatura em matemática e suas tecnologias e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO II

REGULAMENTO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-TCC

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso- TCC do Curso Interdisciplinar de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias é uma produção acadêmica que deve expressar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação.

Art. 2º. O TCC tem carga horária de 105 e será distribuída em 02 períodos, podendo ser realizado nas formas de monografia, memorial, artigo científico para publicação, relato de caso ou outra forma definida pelo colegiado do curso.

OBJETIVOS

Art. 3º O TCC possui como objetivos:

- . Articular os conteúdos curriculares do curso para ampliação do campo de conhecimento;
- . Promover o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante;
- . Ampliar a capacidade do estudante quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- . Consolidar a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico, na organização, na sistematização e no aprofundamento do tema abordado, respeitando o nível de graduação.

ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO

Art. 4º As atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- . Elaboração do projeto de TCC;
- . Desenvolvimento do projeto de TCC, culminando em uma das modalidades: monografia, memorial, artigo científico ou outras categorias a ser definida pelo colegiado de curso;
- . Apresentação pública do TCC.

§ único: Apresentação do TCC deve seguir as formalidades que regem um trabalho acadêmico científico no âmbito desta IES, as exceções devem ser apreciadas pelo colegiado do curso e restritas a comissão avaliadora.

ORGANIZAÇÃO

Art. 5º O curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias terá uma **coordenação** própria para os TCCs, com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do TCC.

Parágrafo único: A Coordenação dos TCCs será exercida por um professor do curso, indicado pela assembleia departamental, por um período de 2 (dois) anos nomeado pelo diretor do campus\centro.

ORIENTAÇÃO

Art. 6º A orientação do TCC é de responsabilidade dos docentes da UFPI.

Art. 7º É preservado o direito ao estudante e ao professor de solicitarem à Coordenação do TCC ou coordenação do curso mudança de orientação, mediante justificativa formalizada, devendo outro docente assumir formalmente a orientação, junto à coordenação.

COMPETÊNCIAS

Art. 8º Compete ao Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

- . Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
- . Elaborar um relatório ao final de cada período letivo contendo informações referentes as atividades desenvolvidas e levantamento de alunos com TCC concluído e/ou com pendências que deverá ser entregue na coordenação do curso;
- . Convocar, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCC;
- . Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisas;
- . Auxiliar os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação;

- . Coordenar agendas de apresentação dos TCCs, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos bem como para a comunidade em geral;
- . A Coordenação do TCC deverá disponibilizar para os alunos manual atualizado de apoio à elaboração dos TCC.

I.

Art. 9º Compete ao professor orientador:

- . Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;
- . Indicar as Comissões Examinadoras/Avaliadoras dos seus orientandos;
- . Participar, na condição de presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC;
- . Contactar com o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho.
- . Disponibilizar repositório na página do Curso para socialização das produções dos alunos

Art. 10º Compete ao orientando:

- . Escolher a linha de pesquisa, conforme disponibilidade do professor;
- . Elaborar e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação de um professor;
- . Cumprir as normas e prazos;
- . Entregar 1 (cópia) impressa para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com 15 dias de antecedência da apresentação;
- . Participar de reuniões e outras atividades relativas ao TCC, para as quais for convocado;
- . Cumprir o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo professor orientador;
- . Acatar outras atribuições referentes ao TCC.

AVALIAÇÃO

Art. 11 A avaliação do TCC compreende dois momentos:

- . Avaliação contínua do processo de realização do TCC pelo professor orientador;
- . Avaliação pela Banca Examinadora.

Art. 12 Após aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso pela banca examinadora/avaliadora o aluno encaminhará cópia digital do TCC ao orientador do TCC, que o encaminhará à coordenação do TCC.

Art. 13 O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser defendido no penúltimo período do curso. No último período deverá ser realizada a revisão final e a entrega da versão final.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14 Art. 15 Os TCC deverão ser encaminhados ao repositório institucional, a fim de dar visibilidade e acessibilidade às produções dos alunos da graduação.

Art. 15 As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Licenciatura em Matemática e suas Tecnologias e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO III

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES – ACC

As Atividades Curriculares Complementares do Curso de XXXXX no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI da Universidade Federal do Piauí CONSIDERANDO a Resolução N° 177/12-CEPEX e suas alterações, resolve:

Art. 1º. As Atividades Complementares de Graduação fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, constituindo um conjunto de estratégias didático pedagógicas vivenciadas durante o percurso acadêmico, previstas pela Instituição de Ensino Superior (IES), para a integralização curricular, considerando-se aqueles relevantes para que o/a estudante adquira, o saber e as habilidades necessárias à sua formação.

Parágrafo Único. As Atividades Complementares do Curso de XXXXX PRILEI se caracterizam como atividade acadêmica individual no âmbito da UFPI, se configuram como atividades acadêmicas específicas que o/a aluno/a desempenha por livre iniciativa, sem ou com a participação ou orientação de um professor da UFPI e que, no entendimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), contribuem para sua formação e devem ser registradas no histórico escolar.

Art. 2º. São consideradas Atividades Complementares do Curso de XXXXX PRILEI a participação dos/as discentes nas seguintes atividades:

- a) Ensino;
- b) Iniciação à pesquisa;
- c) Grupos de estudos;
- d) Grupo de pesquisa;
- e) Programa de Intercâmbio Interinstitucional;
- f) Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos;
- g) Organização de eventos técnico-científicos;
- h) Participação em minicursos;
- i) Participação em eventos técnico-científicos;
- j) Docência;
- k) Assessoria em comunidades rurais e cooperativas;
- l) Facilitação de curso, minicurso ou oficina;
- m) Extensão;
- n) Publicações em anais de eventos internacionais, nacionais, regionais e locais;
- o) Publicações em periódicos nacionais;
- p) Publicação de livros ou e-book (como organizador, autor ou coautor)
- q) Publicação de capítulo de livro;
- r) Representação estudantil;
- s) Representação de sindicatos e movimentos sociais;
- t) Atividades Artístico-culturais;
- u) Produções técnico-científicas;

- v) Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos;
- x) Participação em disciplina eletiva;
- y) Realização de estágios não obrigatório;
- z) Visitas técnicas.

Parágrafo único. O estágio curricular não obrigatório é aquele previsto no PPC, no âmbito das atividades complementares e, na UFPI está sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) e da Coordenadoria Geral de Estágio (CGE).

Art. 3º. As atividades Complementares do Curso de licenciatura em matemática e suas tecnologias PRILEI são agrupadas nas seguintes categorias:

- a) Iniciação à docência e à pesquisa;
- b) Atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais;
- c) Experiências profissionais e/ou complementares;
- d) Atividades de extensão;
- e) Trabalhos publicados;
- f) Vivências de gestão;
- g) Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas;
- h) Disciplina eletiva;
- i) Estágio não obrigatório;
- j) Visitas técnicas.

Parágrafo Único. Cada atividade está descrita no item 00 do presente PPC e possui uma carga horária mínima e máxima, que podem ser integralizadas no histórico escolar a partir da apresentação dos documentos comprobatórios exigidos pela Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI.

Art. 4º. Para a participação do/a discente nas Atividades Complementares de Graduação, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Realiza-las a partir do seu ingresso no curso;

II – Ser compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso;

III – Serem realizadas em pelo menos duas das categorias citadas no artigo 3º;

Art. 5º. O período para registro das atividades complementares no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) pelo/a discente é estabelecido no Calendário Acadêmico de cada período letivo ou por procedimento especial aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN).

Art. 6º. Cabe à Coordenação de Curso avaliar o desempenho do/a discente nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo a decisão deferido/indeferido e estipulando a carga horária a ser aproveitada de acordo com as normas do curso de licenciatura em matemática e suas tecnologias PRILEI, de modo a ser homologada no SIGAA para que seja incluída no histórico dele/a.

Art. 7º. O período de avaliação das Atividades Complementares de Graduação pela Coordenação de Curso também está previsto no Calendário Acadêmico de cada período letivo, cujo prazo final é de até 60 dias antes do prazo para a colação de grau do/a discente.

Art. 8º. Os casos de discente ingresso do curso de licenciatura em matemática e suas tecnologias PRILEI por meio de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiver participado de Atividades Complementares de Graduação, serão avaliados pela Coordenação de Curso, que poderá computar total ou parte da carga horária atribuída pela IES ou curso de origem, em conformidade com as disposições da Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e de suas normatizações internas.

Art. 9º. A carga horária de atividades complementares do curso de licenciatura em matemática e suas tecnologias PRILEI, condição necessária para conclusão do curso, é de 200 horas, não ultrapassando os 10% da carga horária total do curso.

Parágrafo único. Não pode haver substituição da carga horária de Atividades Complementares de Graduação por outros componentes curriculares obrigatórios ou optativos.

Art. 10º. A Coordenação do Curso é a responsável pelo acompanhamento e avaliação das Atividades Complementares de Graduação.

Parágrafo Único. É responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE) propor as cargas horárias atinentes às Atividades Complementares de Graduação a serem inseridas no PPC do curso de licenciatura em matemática e suas tecnologias PRILEI e a aprovação das normatizações para a operacionalização delas, com deliberação pelo Colegiado do Curso e, após análise da Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular e da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) será homologado pela Câmara de Ensino (CAMEN), em casos de inclusão de novas ACC's.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de licenciatura em matemática e suas tecnologias PRILEI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

ANEXO IV

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE

As Atividades Curriculares de Extensão do curso de licenciatura em matemática e suas tecnologias no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - PRILEI da Universidade Federal do Piauí, obedecerão criteriosamente o que está exposto na Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e a Resolução n. 053/2019 - CEPEX/UFPI que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da Instituição.

Considerando as Resoluções citadas, As Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) do curso de licenciatura em matemática e suas tecnologias PRILEI seguirão as seguintes normativas:

Art. 1º As ACEs deverão promover a interação dialógica da comunidade acadêmica com os diferentes segmentos sociais, troca de conhecimentos, vivências interprofissionais e interdisciplinar e conhecimento e comprometimento com as demandas sociais e da educação básica, através de ações interventivas;

Art. 2º Os alunos do curso de licenciatura em matemática e suas tecnologias PRILEI deverão integralizar, até o 8º semestre, **000 horas** de Atividades Curriculares de Extensão – ACEs, como condição de conclusão do curso e obtenção do título de Licenciado(a) em Matemática e suas Tecnologias;

Art. 3º O Curso terá um Coordenador de Extensão que fará o acompanhamento na oferta, execução e integralização das ACEs, buscando alternativas para os problemas surgidos no processo, conforme as atribuições definidas na Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI (§ 3, art. 2);

Art. 4º As horas curriculares de extensão podem ser contabilizadas de três formas, conforme determinação no projeto pedagógico do curso, a saber:

- I - disciplinas dedicadas integralmente ou parcialmente às atividades extensionistas;
- II - cumprimento do componente curricular denominado “Atividade Curricular de Extensão (ACE)”, assegurado a oferta de, no mínimo, uma ACE a cada semestre letivo do curso ;
- III - cumprimento das atividades de extensão previstas no art. 8º da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Art. 5º As atividades de extensão para serem integralizadas como ACEs deverão:

- I - Serem cadastradas na PREXC nas seguintes modalidades: programa de extensão, projetos de extensão, cursos de extensão, eventos de extensão ou prestação de serviços à comunidade externa e/ou atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à

comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina, mas com ACE.

II - Serem desenvolvidas presencialmente;

III - Terem os alunos como executores, sob a coordenação de docentes;

Art. 6º A Coordenação do curso de licenciatura em matemática e suas tecnologias PRILEI oferecerá obrigatoriamente, a cada semestre (com exceção do primeiro) no mínimo, uma ACE, conforme resolução vigente;

Art. 7º As ACEs a serem ofertadas pela Coordenação do Curso contemplarão o perfil do profissional que o curso objetiva formar, garantindo a interdisciplinaridade e interprofissionalidade do curso, tendo suas ações voltadas para os seguintes Eixos Temáticos:

- . Ética e Cidadania;
- . Inovação tecnológica;
- . Inclusão socioeducacional;
- . Empreendedorismo;
- . Políticas educacionais;
- . Práticas educativas;
- . Diversidade e educação.

Art. 8º Os alunos não serão obrigados a participarem das ACEs ofertadas pela Coordenação, podendo participar de outras atividades de extensão propostas por outros cursos ou órgãos da UFPI, desde que elas sejam presenciais, estejam cadastradas na PREXC e abordem os eixos temáticos definidos neste PPC;

Art. 9º As atividades de extensão realizada pelos alunos em outras Instituições de Ensino Superior poderão ser aproveitadas como ACEs desde que:

I - As atividades desenvolvidas contemplem um dos eixos temáticos definidos no item 6 deste Regulamento;

II - As atividades tenham sido desenvolvidas presencialmente e o discente tenha sido um dos seus executores;

III - O discente solicite o aproveitamento, junto ao Coordenador do Curso de Extensão, via processo até um ano antes da previsão para a conclusão do curso;

III - O processo esteja instruído com o relatório da atividade de extensão desenvolvida, devendo ser assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração de atividade executada.

Art. 10º Nos casos de transferência interna ou mudança de curso dentro da UFPI, o discente poderá solicitar, junto ao Coordenador do Curso de Extensão, os aproveitamentos das ACEs já integralizadas, ou não, no currículo do curso de origem, o qual será concedido conforme o Art. 17 da Resolução;

Art. 11º A integralização das ACEs no curso de licenciatura em matemática e suas tecnologias PRILEI iniciará no segundo semestre do curso, considerando as etapas previstas no artigo 9º da Resolução 053/2019 –CEPEX/UFPI.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de licenciatura em matemática e suas tecnologias PRILEI e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.